

ARQUIVO PORTUGUÊS — ORIENTAL —

(NOVA EDIÇÃO)

Tomo IV

História Administrativa

VOLUME II

1600-1699

PARTE III

Livro das plantas de tôdas as fortalezas, cidades e povoações do
Estado da India Oriental

POR

ANTÓNIO BOCARRO

Guarda-mór da Torre do Tombo de Goa e Cronista da India

(Inédito da Biblioteca Pública de Evora)

Prefaciado e Anotado

POR

A. B. de Bragança Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Arqueologia

A Fortaleza de Damão

Geografia Histórica — No século XV, Damão fazia parte do sultanado de Guzerate Ludovico Varilhema, que viajou na Índia em 1503,¹ diz que o sultanado de Guzerate ficava entre Cambaia e Chaul

Escreve Barros “Seguindo mais a costa, estão Nosçarij, Gandivij, Damão, Danu, Tarapor, Quelmaim, Agacim e Baçaim ..” (1)

Em 1522 partiram da metrópole 3 naus para a Índia Em a nau “*Conceição*” embarcou Diogo de Melo, provido no lugar de capitão da fortaleza de Ormuz

“hindo pera Çacotora achou um zambuco com cartas, que hia de Chaul, que lhe deu noua que o Governador estaua em Goa fazendo se prestes pera partir pera Ormuz. Polo que Diogo de Melo fez caminho pera Ormuz e nom lhe seruindo o tempo foy descaýndo pera o golfam, em que se ouuera de perder a sede com calmarias, com que as agoas o leuarão pera Cambaya e acodindo lhe hum tempo forte dous dias, se achou na costa de Damao, que o piloto reconheceu a terra” (2)

Foram os primeiros portugueses que aportaram a Damão
Em 1530 António da Silveira desembarcou em Damão

‘em que estava humma fortaleza de pedra bem laurada com quatro torres, e a porta chapeada toda de cobre, de que era capitao hum Abexim com muytos abexins de guarnição dentro nella, e de fora tinha mil de caualllo, que dando mostra de não fazerem caso dos nossos os não forao cometer

Antonio da silueyra desembarcou com toda a gente abaixo da fortaleza, que estaua junto d agoa de que fez dous esquadrones, hum

(1) Dee I, liv IX, cap I

(2) Gaspar Correa — *Len las da India* II 752

que avia de ir na dianteyra deu a Manoel de sousa de sepulueda, com quem se apartarão muytos fidalgos, e outro tomou para sy, e marchando com muyta ordem contra a gente de cauallo, tanto que forão a tiro lhe derão huma braua çurriada da espingardaria, a que ajudando tambem a artilharia dos nauios, ficarão mortos no campo mais de corenta afóra muytos que cairão feridos dos caualllos, de que andauão muytos soltos pollo campo, com que os outros todos se puserão logo em fugida sem auer hum só que ousasse de esperar mais. O que vendo o capitão da fortaleza não se avendo nella por seguro, posto a cauallo fugio tambem com muy pressa, e o mesmo fizerão todos os que estauão na fortaleza, receosos de os tomarem dentro nella; e como a maré ainda enchia, os nauios grandes entrarão tambem pollo rio pondo o fogo a muitas náos, que nelle estauão varadas e a outras que se fazião de nouo e a muytas casas e ortas, e a tudo quanto estaua ao longo do rio, e mais ao longe pollo campo, destruirão tambem quanto puderão alcançar com a artilharia;

Antonio da silueyra então mandando arrancar as chapas de cobre das portas da fortaleza, e porlhe o fogo, e derrubar a parede em que ellas estauão, e parte das ameyas, com que ficou quasi destruida, se recolheo para a armada e se foy na volta de Chaul, e de caminho destruyo a ilha de Bombaim.” (3)

Damão foi não só *feitoria*, como Diu, mas colónia agrícola, como Baçaim. Fitch que aí esteve, nos fins do século XVI, escreve :

“Daman is the second town of the Portugales in the country of Cambaia...*here is no trade but or corne and rice. They have many villages under them which they quietly possesse in time of peace, but in time of of warre the enemy is maisler of them.*” (4)

Acrescenta Cesare dei Fedrici :

“Daman..... non è luoco di mercantie, fuor che di risi et di

(3) Francisco d'Andrada — *Chronica de D. João III*, parte II, cap. LVI.

(4) *The Voyage of Ralph Fitch begunn in 1583 and ended 1591*, part I, pag. 252.

frumento ha molte ville sotto di se lequali in tempo di pace sono godute de Portughesi ma in tempo di guerra, sono da nemice con he spesse correrie ruinate di modo che i Portughesi niuna o poca vitulita ne canano." (5)

De la Haye descreve Damão, onde esteve em 1612.

' Daman (9-1-1672) Elle est arrosee d'une tres belle Riviere, ou peuvent entrer des Navires de 1200 tonneaux lesqueles s'y batissent, elle est plus grande que Lyon, et le grand negoce qui s'y fait la, peuplee de plus d'un million d'âmes de toutes les nations Les Baniens y sont les plus opulents " (6)

Dellon, que visitou Damão em 1673, descreve-o nestes termos

"Daman elle est petite, mais forte et propre, les rues en sont droits, on ne les pave point, afin de marcher plus commodement pendant les pluies Toutes les maisons sont bien bâties et les Eglises extremement parrees, surtout la Paroisse et la Chapelle de la Misericorde Il y en a quatre autres, des Jesuites, des Jacobins, des Augustins et des Recolets, les habitans de Daman passent pour les meilleurs cavaliers de l'Inde, ils ont une fois resiste a 40000 hommes que le grand Mogol envoyoit pour les assieger . Il n'y a qu'une portee de canon de la mer a la Ville, et l'on voit sur l'autre côte du rivage, le Fort de Saint Jérôme, qui sert extremement à la defense de Daman, les Portugais y estiment plus que le reste des Places qu'il possèdent en Orient et il n'y que des Soldats blancs dans la Garnison, le temps ny la faveur n'ayant pû faire entrer les Noirs. Le nombre est toujours de quaterzens, indispensablement obligez d'y coucher toutes les nuits .L'air de Daman est extremement agreable et les principaux habitans ont des Aldeas ou ils vont passer le temps de la recolte " (7)

(5) *Viaggi*.—Venetia—1587, pag 24

(6) *Journal du Voyage des Grandes Indes par l'escadre envoyée sous le Commandement de Mr de la Haye depuis son depart de la Rochelle au mois de Mars 1670—Paris 1698.*

(7) *Nouvelle Relation d'un voyage fait aux Indes Orientales — Amsterdam MDCXCIX*, pag 233

Alexander Hamilton descreve Damão da primeira metade do século XVIII:

"Damaan was in former times a Place of good Trade, but at present reduced to Poverty... The town is about half a mile long, and near as broad, walled with a good Stone wall, as the rest of the Buildings of the city are built of; and it has a large Cathedral to adorn it that is conspicuous a long way at sea. There are two or three other Churches, and a Convent, a Monastery, a Nunnery and an Hospital and there is a Castle stand on the opposite side of the River, christned by the name of *St. Salvadore*, and it is well secured by the Morass, as well as the town. It has been for a long time a great Eye-sore to the Governors of Surat, who have often picked Quarreis with the *Portugueze*, and laid Siege to *Damaan*, but without success." (1)

Bravo de Moraes deixou-nos a seguinte descrição de Damão:

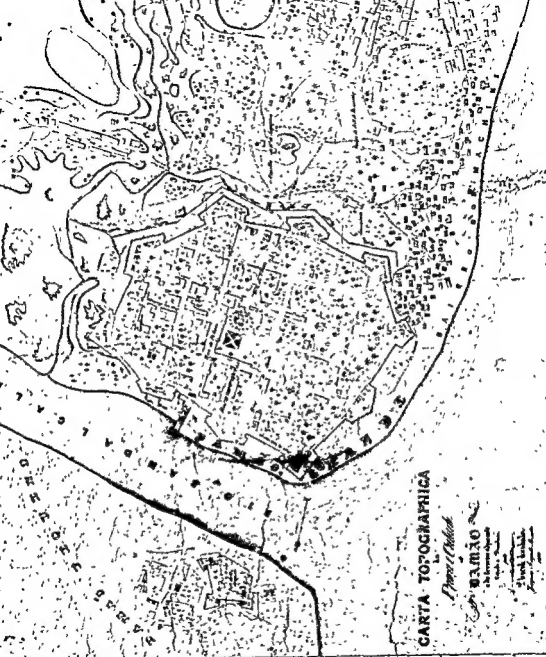
"A todas estas terras se segue a nossa cidade de Damão: he de linda fabrica, toda murada, e m.^{to} defensauel; em outros tpos. foy ja mais rica; e hoje não só experimenta nos cabedais a penuria de todo este Estado mas tbem sente a falta de seos moradores, a cuja bizzarria deve na India a fama; o nome de bons caualeiros; tudo desordens e atropela a nossa pobreza.

He porto de mar pello qual, se lhe franquea o comercio de m.^{tas} e finas roupas q aly se tecem, não em tanta quantid.^e como em outro tp.^o; p q.^e athe os Tecelloens q occupauão m.^{tas} das Aldeas do seo districto, as desampararão, buscando em outros lugares fora do nosso Dominio, ou mais lucro ou menos vexação: pello q' os q' hoje se conseruão he hua pequena parte a respeito de q' ja teue." (2)

A tradição attribuiu ao rajá Gaddhe Singh a fundação da cidade de *Sangens*. Cêrca de 720 os parses emigraram da

(8) *A New Account of the East Indies* — London — 1744 — pag. 179.

(9) *Memórias para a história ecclesiastica do arcebispado de Goa e suas sufraganeas* — 1726 — Ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa, fls. 51.



CARTA TOPOGRAFICA

James C. McLaughlin

OKWIE

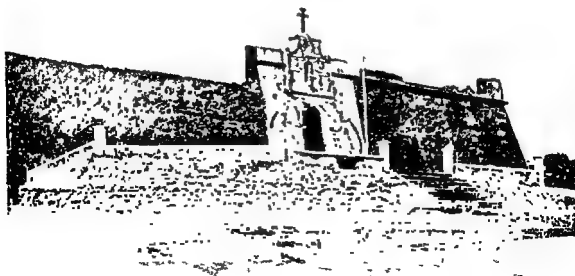
1994

Very good

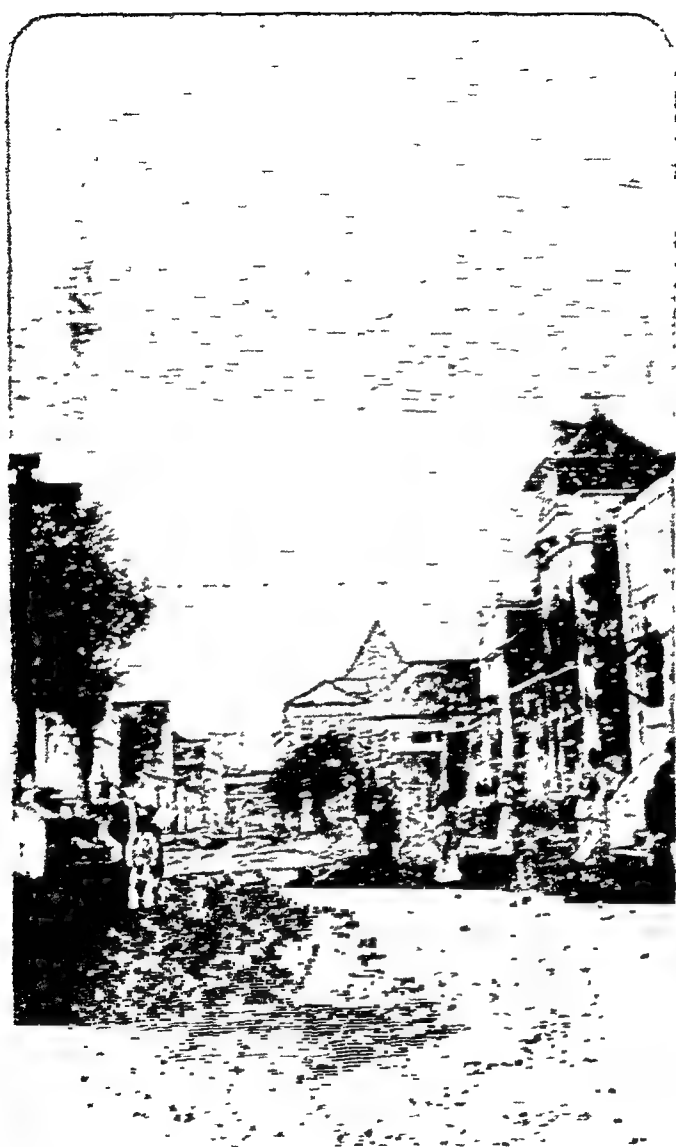
James H. Buckley



Vista da Cidade de Damão



Forte de S. Jeronimo (Damão)



Rua principal de Damão e Palácio do Govêrno

Persia para Sangens, fugindo as perseguições dos maometanos. Os geógrafos arabes dão-lhe o nome de *Sindan*. Em 915 foi descrita como cidade notavel pela sua mesquita (*Juma Masjid*) e famosa pela exportação de esmeraldas de Meca. Edrisi, geógrafo do século XII, considera a cidade rica e industrial.

No começo do século XIV foi saqueada por Alaí Khan, general de Ala-ud-din-Khili, Sultão de Delhi, e os parses que não foram mortos ou reduzidos a escravidão refugiaram-se em Nargol (*).

Pelo desmembramento do império de Delhi, Sangens coube ao sultão de Cambaia.

Barbosa refere-se a cidade de Dinuy.

‘Pasando esta cidade de Çurate, ha ho longuo da costa estaa hñm muy bõ lugar que chamaom Dinuy, pouoado de Mouros e Gentios que he tambem de grande trato de muytas mercadorias, honde sempre navegaom muytas naos do Malabar, e doutras partes’

Dinuy deve ser corrupção de *Danu* que no mapa de Diogo Ribeiro (1529) figura sob o nome de *Denuy*. Encontramos *Danu* no mapa de Vaz Dourado.

Barros alude a *Danu*.

Seguindo mais a costa, estão Noscarij, Gandivij, Damão, *Danu*, *Tarapor*, *Quelmaim*’ (11).

Segundo as crônicas maratas, *Quelmaim* (actual Kelve-Mahim) e *Tarapor* foram conquistadas nos fins do século XIII por Bhimdev. Nagar Shah tomou-as a Pratap Shah, filho do Bhimdev, mas foi desapossado pelo sultão de Delhi em 1350, cabendo mais tarde ao Sultão de Cambaia, pelo des-

(10) *Imperial Gazetteer of India — Bombay Presidency — 1909 — I*, pag 382.

(11) Dec I, liv IX, cap I.

membramento do império turco de Delhi. (12)

Os Vice-Reis Conde de Redondo, D. Antão de Noronha e D. Luis de Ataíde concederam a Damão os privilégios da cidade de Évora, tendo as provisões dos Vice-Reis sido confirmadas pela seguinte Carta Régia de 9 de Fevereiro de 1611 :

“Vi vossa informação sobre a confirmação, que os officiaes da camara de Damão me enviaram pedir, das provisões, per que os viso-reys Conde de Redondo e Dom Antão de Noronha lhe concederam que se pudesse chamar cidade e todos os privilegios e liberdades concedidas á de Evora, e assi das mais provisões que os viso-reys lhe passaram em favor e bem da guarda d’aquellas terras; e hei por bem de lhe confirmar o título da cidade, e de lhe conceder que possa gosar dos privilegios de que gosa n’este reino a cidade de Evora, com declaração que não tenham renda do verde, e nesta conformidade lhe passareis em meu nome carta d’esta mercê, em que irá incorporado o treslado d’este capitulo.” (13)

Felipe Neri Xavier diz nas notas a *Uma Viagem de duas mil léguas* que tais privilegios foram concedidos pela Carta Régia de 14 de Março de 1613 a qual simplesmente se refere à concessão e se encontra a fls. 123 do *L.º das Monções*, n.º 12. Ismael Gracias a pag. 142 da *Carta Orgânica anotada*, 3.ª edição e A. F. Moniz a pag. 25 das *Noticias e Documentos para a História de Damão* publicam a provisão de D. Luis de Ataíde, de 16 de Janeiro de 1581; mas mostram-se desconhecedores da Carta Régia de 9 de Fevereiro de 1611 que se refere às provisões anteriores do Conde de Redondo e de D. Antão de Noronha que governaram a India, o primeiro desde 1561 a 1564 e o segundo desde 1564 a 1568.

Damos a relação das antigas ruas da Praça de Damão:

- 1 Rua da Matrix
- 2 „ da Tropa
- 3 „ de traz de tropa

(12) Kyd Nairne — *History of the Konkan no Gazetteer of the Bombay Presidency* — 1896 — vol. I, parte II, pag. 27; *Imperial Gazetteer of India — Bombay Presidency* — 1909 — I, pag. 379.

(13) *Doc. remet. da India*, II, pag. 28.

- 4 Rua da Graça
- 5 „ das Flores
- 6 „ de S Paulo
- 7 „ de Fortaleza
- 8 „ do arco da Fortaleza
- 9 „ da praça
- 10 „ direita
- 11 „ de S Francisco
- 12 „ da porta do campo de traz de S Fran.^{co}
- 13 „ de traz de S Francisco
- 14 „ de cruz da Misericordia
- 15 „ de traz da cruz da Miser^a
- 16 „ de S. Domingos
- 17 „ de cruz de S Domingos
- 18 „ de Madre de Deus ou Ermida
- 19 „ de traz da Ermida
- 20 „ de Baluarte da Barra
- 21 „ de Asougue
- 22 „ de S Agostinho
- 23 „ de traz de S Agost.^o
- 24 „ do poço de Patrão
- 25 „ de traz de Mosteiro
- 26 „ do arco da Feitoria
- 27 „ de traz de Armazem
- 28 „ de tenderros
- 29 „ de traz de asougue
- 30 „ do hospital
- 31 „ de traz do hospital
- 32 „ de terreiro da matrix
- 33 „ da Praça ou porta da praya
- 34 „ do tronco
- 35 „ de S. Ignacio
- 36 „ de traz do Baluarte (de) S. Ignacio
- 37 „ de traz de Porta do campo
- 38 „ da Madre de Deus velha
- 39 „ de Santo Ignacio
- 40 „ de traz da cruz de S Fran.

41 Rua de traz da Feitoria (14)

A queda de Baçaim em 1739 arrastou a perda de *San-gens, Danu, Quel-Mahim e Tarapor* que passaram para o domínio dos maratas.

Comunicou o Capitão de Mahim :

“Snor João Xavier Pereira Pinto. Em dous do corrente escrevia a V. M. dando lhe noticia de que o inim.^o estaua passando de Agaçaim p.^a Dantora com muitos petrechos, e muita gente p.^a vir atacar esta praça e a fortificação de Quelme, e pedia a V. M. na mesma carta socorresse estes lugares com gente poluora e balas e outros effeitos p.^a bem se defenderem não ignorando V. M. a ma qualidade destas fortificações e a pouca gente que tem p.^a bem serem vigiadas, quanto mais p.^a bem as deffenderem, e como hoje são 9 do corrente e V. M. não tem mandado socorro que lhe pedi, nem menos reposta da minha carta, repito esta dizendo a V. M. que hoje p.^{lo} meyo dia entrou o exercito do inimigo no cassabe desta praça e se acampou nelle, e como me afirmão serem sinco mil homes de pe e oito centos cavalos e que o cabo deste poder he Sancragi Panta que vem a desempenhar a morte que padeceo seu Irmão Madogi Panta o ano passado nos ataques que tinha posto a esta Praça, a uista do que..... com que V. M. serue a ElRey socorra sem demora..... com gente, poluora e bala, mantimento, pedras..... morrão cotunias balas mosqueteiras, granadas..... de fogo tizelinhas de fogo azul que de tudo tenho muito pouco e com especialidade de batte p.^a o sustento deste militar e do que V. M. mandar como ja lhe fiz presente por vezes, e tbem embarcações de guerra por desafrontarem estas barras que actualm.^{te} as tem o inimigo citadas com as suas galvetas como sejam as de Mahim Quelme e Sirigão, e não pode daqui sahir galueta algua com os auizos precizos e esta vai a Deos e aventura que o mesmo Snor a leue a salvam.^{to} e dispondo V. M. o contr.^o do que lhe peço protesto a V. M. a praça de ElRey p.^a a todo o tempo responder ao prejuizo que elle experimentar por falta da providencia que peço a V. M. tendo lhe

(14) *L.os de Baptismos e Obitos da Sé de Damão* (1698 a 1817) cit. por A. F. Moniz—*Noticias e Documentos para a História de Damão*—I, pag 131.

ja pedido o mesmo a tempo conu^{to} em outra carta que lhe fiz em o dia nesta declarado e as fortificações de Quelme e Sirigão experimentão a mesma falta

Hoje fiz algum destrago nos cavalos do dito inimigo com o fogo da nossa artilharia, e agora estou esperando se pretende leuar estes lugares a escala ou por citio

O poder com que o inimigo se acha na jurisdição de Damão são oito mil cavalos que lhe vierão de socorro alem do poder com que antes tinha invadida a dita jurisdição e me afirmão cartas que recebi de Damão pertende vir o mesmo poder p^a estas partes, he tudo o que se me oferece dizer por hora a V. M. ficando co prompta e segura vont.^e p.^a o q for do seu agrado A pessoa de V. M. g.^o Deos m^{to} annos Mahim 9 de Janeiro de 1759 de V. M. m^{to} venerador e Captivo

Antonio de Mello Pr.^o e Souza." (15)

"Snor João Xavier Pereira Pinto. Honte escrevi a V. M. por hũa galxeinha que de Sirigão expedi com evidente risco, e como he factivel o perder e pelo inimigo ter citiado estas barras com as suas galvetas, espeço esta segunda galveta do rio desta praça por segunda via como mais que de hontã p.^a hoje se tem moudo p.^a que quando não chegue hũa, chegue a outra o que se vencera com m^{ta} difficuld^e.

Esta menha tue e noticia certa de terem chegado ao cassabe desta Praça tres cabos principaes do inimigo chamados chumanagi Apa, Pilagisado, Santragã Panta, com o numero de oito mil cavalos unidos da jurisdição de Damão que com os mais que ca se achalão ja hontem prefaz o numero de quatorze mil homens pouco mais ou menos, e tem esta praça cercada p^r todos os lados e estão fazendo corte geral das palmeiras do Cassabe, e..... tem o d.^o inimigo com quatorze Elefantes muita quantidade de Camelos, e doze peças de artilharia, e entendo determina atacar ao mesmo tempo esta praça e as fortificações de Quelme e Sirigão e a sua galveteria franqueando estas barras, e se acha esta Praça laborando cõ a sua artilh^a toda em roda de continuo pelo inimigo ser muito, e nesta forma e polvora e bala que tenho heizada, e os sobreseleentes

(15) L^o das Monções, n.^o 108, fls 127 v.

nenhuns, a uista dó que V. M. com as forças que tiver socorra estes lugares sem dilação que do contr.^o infalivel o mau successo que, eu com perder a uida ficão desempenhadas as minhas obrigações.

Tambem o inimigo esta menha foi pregar suas bandeiras..... demeyo de Quelme, e me asseverão os Bandarins por verem de..... em no intulhando p.^a nelle presistir e assim fico espe..... a do nesta relatado, e prompto p.^a seruir a ps.^a de V. M. q. Deos g.^o muitos annos Mahim 10 de Janeiro de 1739 de V. M. m.^{to} seu ven.^{or} e Cap.^{to} tivo. Antonio de Mello Pereira e Souza." (16)

No *Livro das Monções*, lê-se a seguinte comunicação feita ao General do Norte:

"Snr. Martinho de Silveira e Menezes.

"*M.to meo Sr. faço presente a V. Sr.^a da minha desgraça e ruína que tudo esperimentey com a perda da Praça de Mahy, de que não refiro a V.Sr.^a por não estar nella, e somente digo a V. Sr.^a que não tiv^o noticia da sua perda, como da Fortificação de quelme, senão no dia em q. me atacarão, e nelle tive hū escripto de António de Mello Pereira e Souza Capitão q. era da dita Praça, e antes que o Inimigo me atacasse, toda a gente assim da guarnição do Forte de Sirigão de que comendava, como a da Aldea tinham já o seguro do Inimigo sem ter eu noticia de tal, deu de quem mais confiava, que era o Cabo Diogo Esrz. Marinho, esse foy o primeiro que me desemparou, p. q. metendose em huma galveita com sua familia se ausentou deixandome somente cō o Rd.^o P.^e Martinho Pereira dos Remedios Capellão, e como todos os mais já tinham o seguro do Inimigo introduzio ao dito Inim.^o na Fortificação, em forma que hindo eu cō o d.^o Rd.^o P.^e a Praya em procura do dito Cabo, que ja tinha partido, e voltando p.^a a Fortificação achei ja nella a gente do Inim.^o q. me prisionarão assim ao d.^o P.^e tomo a m.^a gente, e não refiro a V.Sr.^a a consternação em que me puserão assim na d.^a Fortificação, aonde experimentey mayor da minha gente da guarnição por terê ja paga do d.^o Inim.^o como neste Galiana, aonde atualmente me acho acompanh.^o do d.^o Rd.^o P.^e Capellão, minha gente e os prisioneiros q. vierão*

declarey como sejam o Rd^o Vigr^o da Vara Manoel Brandao de Souza, mais dous sacerdotes e os mais officiaes, e gente da d^a Praça, como thê ■ q veyo de Socorro, p q o d^o Antonio de Mello Pereira, na lista que mandou ao d^o Inim^o, p lhe pedir da gente de destruição p^a hir cō elle nomeyou dous sobrinhos do Pe Manoel da Cruz ja defunto e o seu tabaliao, segundo me affirmarão, e os d^{as} nao se achao la, ficao tbem cō elle ■ Vigr^o de S Dg^{as} e nao sey p^a onde forao ■ Alem da d^a gente da guarnição do d^o Forte ter o seguro do Inim^o me fiserao hua petição assignada por elles, em que me protestavao nao poderê guardar, ■ dito Forte, visto ■ Inimigo ter excessivo poder, essa tenho em meo poder

Ca fico preso padecendo m^{ta} penuria sem ter que gastar por o Inim^o meter Ebado de todo, VSr^a se digne por os olhos em my e em todo este Povo pois no transporte morrerao ja tres dos de Mahy^a, pois onvy affirmar a hu destes cabos q nao sahiriamos de lá, sem ser restituídos dos seus que forao apanhados em Don. garim

Fico rogando a Deos p^a a vida ■ Saude de V Sr^a ■ que g^{de} m^a an^a Galiana 8 de Fevereiro de 1739" (17)

Acrescenta ■ Carta de Sancragi Quessoa endereçada aos 16 de Fevr^o de 1734 ao mesmo General

"Ao amparo dos amigos e concervação da amiz^e grandioso Senhor Martinho da Sylveira de Menezes General de Baçay ■ de todos Portuguezes eu cordial amigo Sancragy Quessava faço saudaçoens a V S^a manifestando a minha saude q logro, eu rogo a V S^a q^e me participe de sua saude perfeita continuamente

Nos dias passados tinha escrito uma carta a V S^a de q nao tive reposta de g^a extranhey muito, q no lugar de amiz^e não cabe faltar com reposta, ■ p isso importoume replicar nesta segunda, q o S^{or} Apa meu amo com exercito poderoso *atraçando com ■ Praça de Mahim fes render*, e com prudencia e vallor, os de Mahim obrario ■ vista do poder grandiozo offerecerao amigavelmente ■ d^a Praça por quanto com o poder do meu domador o Rey Mogor de

Dely não pode convencer quanto mais os outros em comparação são limitados do poder, q. tiverem he saber attendendo tudo isso deixando o Pouvo soccegado sem molestia *entregarão a d.^{ta} Praça; e os de Quelme, e Trapor* mostrandose valentes trefados de poderem contender não quizerão admittir o q. falava, sobre o q. importou investircõ o poder aonde houve ruina, diuittindo, e razando, não atando ao Pouuo, Molheres, e Crianças a vista disso o de Serra de Asserim offereceo a dita Serra, guardando p.^a sy, e ao Pouuo com socego, estas nouas a V.S.^a ja tera vindo; porquanto as terras dos Portuguezes permittio Deos nosso S.^{or} dar de mr.^{ce} ao grandiozo Pardana Panta, então houve esta resolução de fz.^{er} sua marcha com o seu poder p.^a conquistar, aonde não tem appellação, nẽ agravo, a meu ver refiro q. o Pouvo Misquinho coitado, e os mais se hão de ficar ruínados, e totalm.^{te} perdidos p.^a isso me percizou escrever esta a V.S. p. q. os Portuguezes são pessoas de supposição, e graduação, e grandiozos, prudentes q. era de sua obrigação athe hoje se tem mostrado com todo vallor e grande..... poiz the o prez.^e ninguẽ comprehendeo o firmam.^{to} de altura do Ceo; Quelme, Mahim, Assery, Danũ, e os mais lugares empossando-se veyo o exercito q.....tellar em Varuually.

O grandiozo Panta Pradana vem sobre estas terras, e jurisdicção dos Portuguezes, daquy quatro dias podera chegar, e virá sobre Baçay., e vindo elle pessoal não poderá aturar a Fortz.^a de Baçay. nẽ outros lugares, porẽ ficara o Pouuo m.^{to} ruínado, e razado, V.S.^a e os mais são q. profissão armas millitares estão offerecidos pa. tudo o q. offerecer, e socceder, porem o coitado misquinho do louvo ade ficar razo.

De tudo isso ponderando bem, e consultando em sy deve offerecer a Fortz.^a de Baçay. amigavelm.^{te} ao dt.^o Panta Pardana, e ficara o Pouuo coitado com socego, e livre de perigo p. q. parte de Goa tbem tem hido o exercito com poderes e dando, e offerecendo a Fortz.^a de Baçay com aplauzo de V.S.^a virá ser ajustada a determinação, e senão, não he difficultozo fazer render a Fortz.^a de Baçay. q. não he pezado pera nos, convẽ guardar a reputação e credito de quatro pessoas graduadas e dos coitados pobres misquinhos não fi. que cõ grave molestia p.^a isso me percizou de escrever p. esta carta

toda a materia ponderando VS. deve responder e não expresso mais
16 de Fevr ° de 1739 " (18)

O seguinte documento completa a noticia da queda de
Quelme-Mahim, Danu e Tarapor:

"Ex.^{mo} Snor

Em companhia das Pallas, que mandey a Damão buscar mantimentos por conta de ElRey, e não quiz o cappitão daquella Praça mandar, nem dar hum só parda, veyo hũa galveta mandada pelo dt.^o capião, com cartas p.^o V.Exa. e como eu era sabedor ter chegado a Bombay a prim.^o galveta, que expedira e por causa de andar o Angria em continuo girro desta barra in the a devesava se lhe difficultava vir a esta Cid.^o detive a galveta de Damão, p.^o responder neles ao que V.Ex.^o me ordenasse naquella, e como ontem de tarde chegarão os mouros em hũa galv.^{ta} pescareja, com a pr.^o e seg.^{da} via de cartas de V.Ex.^o Damão com esta, em q digo que querendo executar o que V.Ex.^o me ordena, chegou esta menha Chimmanagy Apá, com todo o seu poder, e se acampou de Madrapor inthe a Igr.^o de N.S.^{ra} das Mercês, a quem escrevo neste inst.^{to} pera mesmo portador, p.^o quem respondo a carta que ontem de tarde tive de Sancragy Panta que he o cabo sobre todos que assistem na Cassabe, o qual me falla napão não com tal, mas sim que larguemos esta Cidade para ficarmos socegados, como se vera da copia a da minha a que respondo, e ao Chimanagy Apá a que escrevo, estimarey ter acertado, e que V. Exa. se dey por satisfeito.

O Forte devesava há hoje dezanove dias se acha atacado de dezanove fachinas com artelhr.^o de dezoito inthe hũa libra, como ja dey conta a V.Exa. e nesta o faço, de que ainda se sostem, porem ja com forninhos p.^o o fazer ver q.^{do} mais não possa soste salvando a goarnição

A da Praça de Mahim e do Forte de Sirigão se acha preso.^o em Galliana como V.Exa. vera pella carta do Cappitão Luis Serrão, e Leandro de Sqr.^o A dos Fortes de quelme foi passada a espada, os que escapa-

Dely não pode convencer quanto mais os outros em comparação são limitados do poder, q. tiverem he saber attendendo tudo isso deixando o Pouvo soccegado sem molestia *entregarão a d.^{ta} Praça; e os de Quelme, e Trafor* mostrandose valentes trefados de poderem conter não quizerão admittir o q. falava, sobre o q. importou investircõ o poder aonde houve ruina, dimittindo, e razando, não atando ao Pouvo, Molheres, e Crianças a vista disso o de Serra de Asserim offereceo a dita Serra, guardando p.^a sy, e ao Pouvo com socego, estas nouas a V.S.^a ja tera vindo; porquanto as terras dos Portuguezes permittio Deos nosso S.^{or} dar de mr.^{ce} ao grandiozo Pardana Panta, então houve esta resolução de fz.^{er} sua marcha com o seu poder p.^a conquistar, aonde não tem appellação, nũ agravo, a meu ver refiro q. o Pouvo Misquinho coitado, e os mais se hão de ficar ruinados, e totalm.^{te} perdidos p.^a isso me percizou escrever esta a V.S. p. q. os Portuguezes são pessoas de supposição, e graduação, e grandiozos, prudentes q. era de sua obrigação athe hoje se tem mostrado com todo vallor e grande..... poiz the o prez.^o ninguẽ comprehendeo o firmam.^{to} de altura do Ceo; Quelme, Mahim, Assery, Danũ, e os mais lugares empossando-se veyo o exercito q.....tellar em Varaually.

O grandiozo Panta Pradana vem sobre estas terras, e jurisdicção dos Portuguezes, daquy quatro dias podera chegar, e virá sobre Baçay., e vindo elle pessoal não poderá aturar a Fortz.^a de Baçay. nũ outros lugares, porẽ ficara o Pouvo m.^{to} ruinado, e razado, V.S.^a e os mais são q. profissão armas millitares estão offerecidos pa. tudo o q. offerecer, e socceder, porem o coitado misquinho do louvo ade ficar razo.

De tudo isso ponderando bem, e consultando em sy deve offerecer a Fortz.^a de Baçay. amigavelm.^{te} ao dt.^o Panta Pardana, e ficara o Pouvo coitado com socego, e livre de perigo p. q. parte de Goa tbem tem hido o exercito com poderes e dando, e offerecendo a Fortz.^a de Baçay com aplauzo de V.S.^a virá ser ajustada a determinação, e senão, não he difficultozo fazer render a Fortz.^a de Baçay. q. não he pezado pera nos, convẽ guardar a reputação e credito de quatro pessoas graduadas e dos coitados pobres misquinhos não fi. que cõ grave molestia p.^a isso me percizou de escrever p. esta carta

toda a materia ponderando VS. deve responder e não expresso mais
16 de Fev^o de 1739^m (18)

O seguinte documento completa a noticia da queda de
Quelme-Mahim, Danu e Tarapor.

"Ex.^{ma} Snor

Em companhia das Pallas, que mandey a Damão buscar mantimentos por conta de ElRey, e não quiz o capittão daquella Praça mandar, nem dar hum só pardu, veyo hũa galveta mandada pelo dt.^o capitão, com cartas p.^a V.Exa, e como eu era sabedor ter chegado a Bombay a prim.^a galveta, que expedira e por causa de andar o Angria em continuo girro desta barra inthe a deveslava se lhe dificultava vir a esta Cid.^e detive a galveta de Damão, p.^a responder neles ao que V.Ex.^a me ordenasse naquella, e como ontem de tarde chegarão os mouros em hũa galv.^{ta} pescareja, com a pr.^a e seg.^{da} via de cartas de V.Ex.^a Damão com esta, em q. digo que querendo executar o que V.Ex.^a me ordena, chegou esta menhã Chimmanagy Apa, com todo o seu poder, e se acampou de Madrapor inthe a lgr.^a de N.S.^{ta} das Mercês, a quem escrevo neste inst.^{to} pera mesmo portador, p.^o quem respondo a carta que ontem de tarde tive de Sancragy Panta que he o cabo sobre todos que assistem na Cassabe, o qual me falla napao não com tal, mas sim que larguemos esta Cidade para ficarmos socegados, como se vera da copia o da minha o que respondo, e ao Chimmanagy Apá o que escrevo, estumarey ter acertado, e que V. Exa se dey por satisfeito

O Forte deveslava há hoje dezanove dias se acha atacado de dezanove fachinas com artelhr.^a de dezotto inthe hũa libra, como ja dey conta a V.Exa o nesta o faço, de que ainda se sostem, porem já com forninhos p.^a o fazer ver q.^{do} mais não possa soste salvando a goarnição

A da Praça de Mahim e do Forte de Sirigão se acha prezyonr.^a em Galliana como V.Exa vera pella carta do Capittão Luis Serrão, e Leandro de Sqr.^a A dos Fortes de quelme foi passada a espada, os que escapa-

rão ao conflito pella perda de gente, q. o inim.º recebeo, q.º os rendeo, e como o fiz, sobre a marcha p.ª hua, e outra parte de nenhua poude salvar a goarnição. A Praça de Trapor se rendeo p' hua ou duas minas que o inimigo fez deitando em trr.ª hu ou dois Balluartes p. onde avanssou e no mesmo tpo.....

.....
ao General de Bombaim me socorresse de mantim.º p. q. já não tinha p.ª as tropas mais que p.ª oito dias da pr.ª vez lhe pedy quinhetas muras p' emprestimo ou pello preço que quizesse respondeo me que p.ª sua mesma gente não tinha, concluindo a carta com meu offerecimento, vally me delles p.ª segunda vez lhe pedir quazi pello amor de Deos que menos me emprestasse sincoenta mr.ªs que lhe satisfaria no mesmo genero do que esperava de Damão, respondeo me q. a mayor fineza que me podia fazer era primitir me do mantimento que elle conduzia da outra banda pello rio de Caranja mandasse eu tirar as sincoenta muras ordenando a quem cometesse essa diligencia não excedesse da quantia, veja V.Ex.ª se quem em tão limitada porçam tanto se escrupoliza se me dará a q. V. Ex.ª me ordena lhe pessa do dinhr.º que mandey a Damão, e hé fatalid.º que *perdendose em Damão tanto mantim.º como achou o inim.º nas fortificaçoens de Danú Catarvará, Embargao e Nargol mandandose abandonar estas duas sem se lembrar o Capp.º de tirar pr.º o mantimento e achandose muito fora da Praça de varios foreyros, e mercadores na aldeia chamada Damão pequeno que fica do rio a outra banda p.ª a parte do Forte de S. Hjer.º esposto a mesma diligença se o inimigo p. lá aparecer, e querendo vender os seus donnos pello preço q. eu lhes não.....tava não quiz o Capp.º de Damão primitir lhes licença, nem encarregar se de o comprar com o dinheiro de El-Rey que para isso mandey, e na mesma forma o Cappitão de Caranja acuzandose de decorrer p. suas maons o dinhr.º que mandou o P.º Administrador p.ª que se não dissesse q' se utilizava com elle, e não sey a q. possa attribuir isso, e menos seis para V. Ex.ª as consequencias a q' se vê exposta esta Praça pela desobediencia desses dous capp.ªs.*

Offerece se me dizer a VExa. que me parece intempestiva occazião de se poder ajustar asas com hũ inim.º tão cheyo de fortunas nos seus progressos que as ventagens que lhe pudermos dar

entende as terá p forças de sus armas, Hontem principiei esta carta dando conta de ter chegado a Madrapor o seu exercito, ■ como p este mayor motivo a não pude acabar, acrescento a conta de que ■ inim^o tem feito desde hontem de tarde uthe hoje, logo que ■ sol se foy declinando cobriose se ■ campo todo de gente semeando p todo elle inumeraveis bandr^{as} e se avizinhou tanto a esta Provc^a br^a do fogo insensante de artelhr.^a e mosquet^a que se vê meter quazi na,

.....
in the ■ de São Sebastião, ■ amanhaceo com hua fachina feita na ponta da citada Area em distancia menos de tiro de espingarda da estacada que se fez junto do balluarte que se chama quebrado p.^a se cobrir a praya, e na mesma parte se ve trabalhar muyta gente na fabrica de mais fachinas, ■ propondo eu, e o gov.^o desta Praça..... officiaes sobre se assaltar a pr.^a foi do contr^o parecer o tenente Cor.^{el} João Barboza dizendo q desta Praça se podia tirar quando mto a metade da gente regllada que nella se acha, e esta faria o numero de cem homens Portuguezes, com outros tantos pouco mais sipais que assisti na Praia, lhe não parecia corpo sufficiente para assaltar a fachina sem outro da rezerva a onde toda a gente do inim^o que se acha nas covas e cortaduras p todo ■ campo hade acudir com mais brev.^a do que o nosso corpo podesse atacar, e com ■ mesma cavallaria de Madrap, expondo perder gente branca em hu projecto, que conseguissimos não podiamos guardar nem deffen^r der, ■ assym como em hua noyte tinha ■ inim^o feito hua fachina se ■ dimullissimos faria logo outro, e q^{tas} quizesse ■ q ponderado, e advertindo no que V. Exa. me ordena cerca destas tropas suspendy a execução, esperando tão bem a resposta da carta q eu digo es. creuy a Chimmnanagy Apá queira Deos seja ella como se pode dezejar

• The o prezente se vê dezassombrada a Fortificação de Dongry, e me parece estar intertido Candogy Manacar com o Forte deves sava, e como hoje tomei a rezolução pello clamor dos off^{es} de o mandar abandonar antes q seja mais facil salvar a goarnição, e se di minuir esta todos os dias com mortos, e feridos p agora me não ser facil soccorer como the o prez^{te} tenho feito entendo que desoccupando-se ■ inim^o devessava o tenho logo em Dongry, ■ como isto

rão ao conflito pella perda de gente, q. o inim.^o recebo, q.^{do} os rendco, e como o fiz, sobre a marcha p.^a hua, e outra parte de nenhua poude salvar a goarnição. A Praça de Trapor se rendeo p' hua ou duas minas que o inimigo fez deitando em trr.^a hu ou dois Balluartes p. onde avanssou a no mesmo lpo.....

.....
ao General de Bombaim me socorresse de mantim.^{to} p. q. já não tinha p.^a as tropas mais que p.^a oito dias da pr.^a vez lhe pedy quinhetas muras p' emprestimo ou pello preço que quizesse respondeo me que p.^a sua mesma gente não tinha, concluindo a carta com meu offerecimento, vally me delles p.^a segunda vez lhe pedir quazi pello amor de Deos que menos me emprestasse sincoenta mr.^{as} que lhe satisfaria no mesmo genero do que esperava de Damão, respondeo me q. a mayor fineza que me podia fazer era primitir me do mantimento que elle conduzia da outra banda pello rio de Caranja mandasse eu tirar as sincoenta muras ordenando a quem cometesse essa diligencia não excedesse da quantia, veja V.Ex.^a se quem em tão limitada porçam tanto se escrupoliza se me dará a q. V. Ex.^a me ordena lhe pessa do dinhr.^o que mandey a Damão, e hé fatalid.^o que *perden-dose em Damão tanto mantim.^{to} como achou o inim.^o nas fortificaçoens de Danú Catarvárá, Embargao e Nargol mandandose abandonar estas duas sem se lembrar o Capp.^m de tirar pr.^o o mantimento e achandose muito fora da Praça de varios foreyros, e mercadores na aldea chamada Damão pequeno que fica do rio a outra banda p.^a a parte do Forte de S. Hjer.^{mo} esposto a mesma diligença se o inimigo p. lá apparecer, e querendo vender os seus donnos pello preço q. eu lhes não.....tava não quiz o Capp.^m de Damão primitir lhes licença, nem encarregar se de o comprar com o dinheiro de El-Rey que para isso mandey, e na mesma forma o Cappitão de Caranja acuzandose de decorrer p. suas maons o dinhr.^o que mandou o P.^e Administrador p.^a que se não dissesse q' se utilizava com elle, e não sey a q. possa attribuir isso, e menos seis para V. Ex.^a as consequencias a q' se vê exposta esta Praça pela desobediencia desses dous capp.^{ns}.*

Offerece se me dizer a VExa. que me parece intempestiva occasião de se poder ajustar asas com hũ inim.^o tão cheyo de fortunas nos seus progressos que as ventagens que lhe pudermos dar

entende as terã p forças de suas armas, Hontem principiei esta carta dando conta de ter chegado a Madrapor o seu exercito, como p este mayor motivo a não pude acabar, acrescento a conta de que o inim^o tem feito desde hontem de tarde unthe hoje, logo que o sol se foy declinando cobriose se o campo todo de gente semeando p todo elle inumeraveis bandr^{as} e se avizinhou tanto a esta Provc^a b^o do fogo insensante de artilhr^a e mosquet^a que se vê meter quazi na.

in the de São Sebastião, e amanhaceo com hua fachina feita na ponta da citada Area em distancia menos de tiro de espingarda da estacada que se fez junto do balluarte que se chama quebrado p.^a se cobrir a praya, e na mesma parte se ve trabalhar muyta gente na fabrica de mais fachinas, e propondo eu, e o gov.^{or} desta Praça..... officiaes sobre se assaltar a pr.^a foi do contr^o parecer o tenente Cor^{el} João Barboza dizendo q. desta Praça se podia tirar quando m to a metade da gente reglada que nella se acha, e esta faria o numero de cem homens Portuguezes, com outros tantos pouco mais sipais que assistê na Praia, lhe não parecia corpo sufficiente para assaltar a fachina sem outro da rezerva a onde toda a gente do inim^o que se acha nas covas e cortaduras p todo o campo hade acudir com mais brev^o do que o nosso corpo podesse atacar, e com a mesma cavallaria de Madrap, expondo perder gente branca em hu projecto, que conseguissimos não podiamos guardar nem deffender, e assym como em hua noyte tinha o inim^o feito hua fachina se a dimullissimos faria logo outro, e q^{tas} quizesse a q ponderado, e advertindo no que V. Exa. me ordena cerca destas tropas suspendy a execução, esperando tão bem a reposta da carta q en digo se creuy a Chimmanagy Apá queira Deos seja ella como se possa dezejear

The o presente se vê dezassombrada a Fortificação de D^o e me parece estar intertido Candogy Manacer com o Forte de sava, como hoje tomey a rezolução pello chamy da m^a mandar abandonar antes q seja mais facil salvar a m^a diminuir esta todos os dias com m^a e m^a facil soccorer como the o presente tenho em pando-se o inim^o devesse a m^a em

esta nestes termos não sey como poderey executar o q. V. Exa. me ordena se Deos N. Snor. não deparar o meyo de poder fazer como dezejo.

A Exma. Pessoa de V. Exa. Gu.^e Deos felices annos Baçay 18 de Feur.^o de 1739. (19)

O Vice-Rey autorizou o seu representante nas negociações com os maratas a ceder-lhes *Sangens, Danú, Quelme-Mahim e Tarapor*:

“P.^a Dom Francisco Baron de Galenfelo.

Chegou aqui hontem de noite hũa galueta de Chaul com a carta de V. M. escrita de Campo de Alibaga em 14 do Corrente, na qual me diz que em comp.^a do Capitão Inglez Insbord tinha V. M. chegado no dia 4 ao d.^o Campo, onde estava Chimanagi Apa com o seu exercito, e que despois da primr.^a aud.^a a qual se tinha passado em comprim.^{to} sem q. se faltasse em cousas conserntes a negociação tinham sido chamados p.^a exporem as suas comições, e que declarando V. M. leuar poderes p.^a ajustar hũa paz firme entre a nossa e a sua nasção moderando se as capitulações offerecidas por Bagi Rao ao dito Capitão Insbord, por serem exhorbitantes principalmente a quarta que tiraua toda a subsistencia a praça de Damão por não ser possivel que sustentasse com os renditos de hũa piquena Pragana sendo necessr.^{as} p.^a sua subsistencia todas, as nove q. lhe pertencião, pela qual rezão tinha V. M. comição p.^a pedir todas, com penção de lhe pagarmos annoalm.^{te} dez até vinte mil rupias p.^a o sustento da noua fortaleza q. elles tinham fablicado em hũa das ditas praganas, se havia admirado Chimanagi Apa, e o seu Conselho desta proposta e vendo V. M. que por ella nada conseguia, fez a segunda dizendo lhe que visto não quererem dar todas as praganas nem aceitar vinte mil rupias por anno p.^a o sustento da nossa fortificação, cedessem ao menos as.....maritimas a saber a de Sangens..... Trapor, ao que responderam que não estavam p.^a largar hũas fortalezas que lhes tinham custado tanto sangue, e trabalho, e que Chimanagi Apa se declara finalmente dizendo que se deseganasse V. M. da sua pertenc

(19) *L.^o das Monções* n.^o 110, fls. 22.

ção p.^a q. não havia de alcançar delle mais que hãa so pragana, e que se leuaua poderes p.^a nesta forma ajustar a paz q. elle aceitaria as condições della, não por sua vontade e conveniencia, mas por especial favor q. nisso fazia aos Inglezes q. se tinhão empenhado com fervor neste negocio, pois a sua tenção era de nos despojar totalmente dos nossos dominios na India conforme Bagi Rao tinha manifestado em hua conversa particular ao Capitão Insbord

Dize V. M. tambem que no que respeita a undessima condição respeito da liberdade de idolatria em Goa, Salcete, e Bardes, lhe parece que mediante a industria e bons officios do Capitão Insbord se podera vencer este ponto por não ver a Chimanagi, e ao seu concelho muito empenhado nelle, e que as mais condições não encontrão dificuldade por eu convir no papel particular que mandei separado do Gn.^{al} de Bombay em tudo o que lhes pedem, e q. postas as cousas nestes termos lhe mande eu se n. denora a ultima resolução, e q. pertendendo ajustar a paz, he preciso dar lhe poderes p.^a a fazer conforme as condições por elles propostas tirado o ponto de consentirmos pagodes, nas lhas de Goa, Salcete e Bardes, e que do contrario não conseguireis cousa alguma, e que regeitando se esta occasiao sera difficiloso abrir-se caminho p.^a nova negociação, e as condições futuras serão mais duras q. as presentes todas as vezes que nao vier do Rn.^o grande socorro

Tambem me diz V. M. que as diferenças entre Bagi Rao e o Grão Mogor estão compostas, e que as noticias particulares affirmão que acabado o inverno vem os Maratas a proceguir as conquistas desta costa e não sabe V. M. se as nossas limitadas forças serão sufficientes p.^a resistir a hum tao formidavel poder no caso q. eu me nao resolua a aceitar as condições propostas.

A tudo o referido me parece responder, q. as comições dado ao General de Bombay tambem a V. M., julgo serem bastante p.^a a resolução das duvidas q. V. M. me propoem, e presume que assim officara V. M. entendendo p.^{ia} carta que por duas vias lhe escrevi em 41 do presente mez de Mayo, de que agora lhe remeto a terceira via, e pela que tambem então escrevi ao General de Bombay de q. agora remeteo a V. M. a copia, nas quaes fiz menção da liure faculdade que ja tinha dado ao dito General e a dei a V. M. tambem, e declarei o justo fundamento que tive e tenho p.^a

esperar q. na convenção do districto que os maratas Damão, se modere a primeira proposta em que offerece pragana pois o mesmo General entendeu pelo q. elle com o Insbod, que poderiam apliar aquella offerta, e o V. M. havendo recebido a dita minha carta de 11 as insi o General lhe deue fazer pelas que lhe duvidara de q' p. comunicações..... e ajuste e justamente deve nhar e intereçar o capitão Insbord a que se consiga a es pliação sobre o dito ponto, pois elle desde o principio deu esperanças della.

Não deixo de reparar em q. V. M. na sua primeira pedisse todas as nove praganas de Damão e fizesse a offerta até vinte mil rupias com o fim de serem p. o sustento e fortificação q. elles fizerão em húa das ditas praganas. - A foi escrita na margem da condição 4. q. he a que trata des que lhe fique a elles a pragana da dita fortificação, restantes se larguem a Damão e deste modo nunca man não as oito, nem duvidey delles ceder a da sua fortificação ma pertença de oito praganas somente declarey tambem Cap.* do papel de memoria e declaração particular e as mil rupias q. no mesmo cap.* mandei offerecer não erão to da dita nova fortificação, por q. p.^a elle ficava a sua pragana; mas expressamente declarey serem p.* que Bagi F gasse a q. as oito praganas serão livres de toda a invasã gos, e com todas estas declarações não havia motivo duvidasse da pragana da sua nova fortificação e p.* que sem todas as nove.

Supostos os termos em q. este negocio se acha e a cia que os Maratas tem a largarem as praganas das fortizem lhes custava muito.....que, e o trabalho deve V. lhor modo que puder fazer todas as instancias, ajuda officios do Capitão Insbords p.^a conseguir que o districto de o rio de Danu, ate V. M. bastarem fique pertencend excepto a pragana em q. se acha a nova fortificação e Deste modo ficão elles com a dita pragana da sua fortificação

he grande e muito importante, e quando ainda se nao acomodem procures e final mente q as duas praganas Naer, e Puarim q. são as maes vesinhas ■ Damão se larguem com efeito, as quaes duas praganas comprehendem pela parte do mar ■ districto q. ha entre o rio de Sangens e o de V. M. bastarem, e Balçar, advertindo se, ■ declarando se que o terreno que ainda hoje pessuhimos pertencente ■ Damão piqueno que em lingua da terra se chama Damana..... rada, ■ o forte de S. Hjeronimo o qual terreno he hum retalho da pragana calana deve ficar tambem pertencendo a Damão como pessuido actualmente por aquella praça, ■ se finalmente presistirem em largar somente hũa pragana (o q nao suponho conforme a esperança que temos desde o principio desta negociação) em tal caso a dita unica pragana deve ser hũa das nomeadas Puarem, ou..... sempre o referido retalho pertencente a Damão pequeno, ■ ao Forte de S. Hjeronimo nos deve.....ar, pois estamos de posse delle, e p.^a q V. M. com..... informação das ditas praganas possa falar.....
..... incluso

Eu me.... a esta negociação se fizesse immediatamente com Bagi Rao que propos as condições della, e deo motivo p.^a se esperar que no referido ponto haueria moderação, poderia elle ajustar se com menos difficuldade, ■ nesta consideração não duvido que fosse conveniente passar V. M. a Punem a proseguir e concluir este negocio com o mesmo Bagi Rao, a quem tenho escrito pelos commissarios dos Bonvssulos que havendo dilatado a sua viagem a principião agora, mas pelo interesse da brevidade, ■ para se evitar o trabalho e despesas da viagem de V. M., e do capitão Inshord a Punem, tenho por mais conveniente que a conclusão seja logo com Chimanagi Suposto a caso da sua vinda a vesinhança de Bombay e Chaul, he preciso porem q as capitulações que com elle se ajustarem, sejam assinadas com o sello de Bagi Rao, e que na execução dellas haja toda a necessr.^a segurança principalm^{te} no que pertence a entrega que aqui se me deue fazer do Forte, ■ Aldea de Cucolim, e da Casa forte e aldea, de Asolna, a qual segurança deve ser escolhida ou aprovada pelo General de Bombay, como tenho dito na minha resposta ao terceiro artigo das condições

Não me declara V. M. os termos em q se acha a negociação sobre o ponto da artilhar.^a retirada de Chaul, e da generalidade

com q. me diz que as mais condições não encontram difficuldade p.^a eu convir em tudo o q. ellas pedem, infiro que não estava ainda conseguido o ficar nos liure a dita artilharia ja retirada, e sera muito prejudicial q. isto se não consiga e que hauendo retirado a dita artilharia antes de propor Bagi Rao as suas condições e tendo conduzido p' esta Cidade, se haja de leuar outra vez p' se lhes entregar, e neste particular espero que se faça toda a instancia, e que por parte do General de Bombay se faça tambem pelo q. lhe toca, pois na mesma artilhr.^a lhe esta consignada a satisfação do q. este Estado lhe deue, não revogo poreo a comição que a este respeito tenho dado, e recomendo somente toda a possiuel delig.^{ca} p.^a q. a nossa justa pertençaõ neste ponto não deixe de conseguirse.

O que V. M. discorre arespeito de ser conveniente não se perder a presente ocazião de concluir-se finalmente a negociação principiada, conformase com tudo o q. na presente conjuntura se pode prudentemente discorrer mas não deve este prudente discurso ser bastante p.^a q. nas conferencias com Chimanagi deixemos de lhe inculcar q a paz lhes he a elles muito ventajosa, e que a mesma relação q. elles fazem do muito sangue e trabalho q. lhes tem custado as fortalezas q. expugnarão, lhes pode servir de exemplo p.^a entenderem q. o intento de conquistarem as restantes, lhes será ainda mais custoso pois na ultima desesperaçãõ he mais natural e infalivel o mayor valor.

Eu não duvido de q. V. M. e o Cap.^{am} Insbord exercitem resolutamente com acerto as suas comições, e espero q. sem q. se omita deligencia algũa, se procurem todos os meyoos de concluir-se este negocio cõ a mais favoravel conclusãõ que puderem admitir as condições propostas em cuja resoluçãõ são sem duvida bastantes as comições q. tenho dado, as quaes finalmente não tem restricção sobre ponto algum das mesmas condições excepto o q. pertence a undecima, a qual.....raçãõ, e suposto os e..... presumo q. haja motivo q. suspendeste conclusãõ do ajuste, pois ainda que tenho feitõ e repetido a recommendaçãõ de se moderarem a condiçãõ 3.^a no q. pẽtence a artilhr.^a e a condiçãõ 4.^a no q. respeita as praganas, nenhũa destas tenho regeitado nem lhe tenho posto restricção total.²

Concluido o ajũste, como espero, he preciso q. sem demora se

mande entregar a Damão o terreno q se lhe largar p^a q a cultura delle se faça logo no principio do inverno com suceso sem o estor do das mesmas condições propoem, ou segurando se ella pelo modo q o General de Bombay recolher, e tuer por seguro e por q o tempo ja não permite q antes do inverno se possam transportar as goarniões da quellas fortz^{as} p^a esta Cidade e a sua evacuação nao pode ser inteiramente se não p^a Bombay, espero da boa direcção de Gn^{al} Inglez e do affecto q lhe devo neste e nos mais particulares deste Est^o q disponha a retirada de modo q se consiga com acerto p^a o q estou certo que tambem V M como comandante das mesmas fortz^{as} concorrera com as convenientes dilig^{ças}

Nas capitulações se deuo precizam^{to} declarar que em nenhum tempo terão vigor algum as que em Salcete se ajustarao ■ anno passado com Vencata Rao e que do mesmo modo ca tera effeito, nem vigor ■ violento ajuste q este anno fizerão com Hary Panta alguns gancares da mesma Prov^a de Salcete que estuuerão prisioneiros em poder do dito Hary Panta

Suponho que V M daria ao General de Bombay a mesma conta que me deo a mim e eu lhe escrevo agora remetendo lhe a copia desta reposta q faço a V M e não duvido de que chegando as minhas cartas de 11 do corrente elle e V M ententao ser desnecess^a mais comição ou declaração minha para se concluir o ajuste mas quando ainda assim estejao esperando esta minha reposta com ella ficara cessando toda a duvida recejo porem que esta galueta se dil^{te} por cauza dos ventos contrarios e que Chimanagi Apa, se ajustar as diferenças com Managi desejando eu ser bem informado de todas essas couzas e receyando q o tempo de mais lugar a con-
tinuação de galuetas espero que com dilig^{ca} se me auisse de tudo por patamares logo q ficar impedida a comunicação por mar

Deos g^a a V M Goa 18 de Mayo de 1740

Depois de escrita esta carta, estando a galveta p^a partir hoje que sao 20 tuue a certeza de q os emissarios dos Bonussulos parti-
rao ja ha quatro dias em caminhando a sua viagem do Campo de Colaba onde esta Chimanagi Apa e q de la tinha escrito aos ditos Bonvssulos Conde de Sandomil " (20)

Aos 9 de Abril de 1741 escrevia o Vice-Rei ao General de Bombaim:

“As noticias que tenho por cartas do Gou.dor de Damão concordão com as que V. S.^a me da a respeito da Conclusão no ajuste dos limites com o Marata por aquella parte, e estou certo q. V. S.^a não deixara de concorrer..... seus off.^{os} p.^a q. ultimamente co...punhão todas as.....

Dom Francisco Baron de Galenfels—me diz que o proprio papel das Capitulações ajustadas em Punem sellado pello Balag-Bagi Rao ficou em poder de V. S.^a p.^a se servir d'elle no referido ajuste dos limites de Damão, e por q. o dito.....he de importancia, espero que V. S.^a o tenha...a bom reccado, e que me faça remessa d'elle quando houuer ocazião segura p.^a este porto ; e entre tanto, por q. não tenho a copia d'elle em lingoa Marasta, e somente hũa tradução feita em Punem que me parece mal e.....plicada, peço a V. S.^a que mande tresladar o dito.....na mesma lingoa Marasta em q. he escrito e q. me remeta o treslado por vias nas galuetas q. vierem. Estou sempre com igoal vontade ao agrado, e serviço de V. S.^a q. Deos g.^e m.^{to}. Goa 9 de Abril de 1741

Conde de Sandomil.” (21)

Aos 9 de Fevereiro de 1741 celebrou-se o seguinte Tratado entre os portuguezes e os maratas sôbre os limites de Damão:

“Tratado de limites, em que diz o seguinte:

No sello que está no remate diz o seguinte, Raza Xahu Rey, thesouro de alegria, Bagy Ráo Ballal Pradhan.

Tratado da paz de Sarcar do grandioso Ballagy Panddito Pradhan no anno da era dos Mouros de 1141, em Portuguez de 1741, ajustada em Punem, vindo de Goa Dom Francisco Baron Galanflex da parte do grandioso Pedro Mascarenhas, Conde de Sandomil, VRey, e da parte do grandioso Estephen Lan, General do Porto de Bombaim, o capitão Ichebord, com declaração de se tornarem as aldeas da jurisdição de Indragoddu para Sarcar, e as Aldeas da jurisdição de

(21) *L. dos Reis Visinhos* n.º 10, fls. 111.

Loddi Davann darem se para as de Damão, cuja repartição, e avaliação se fez por via do honrado Sancaragy Quessou, assistindo no Indragoddu, que he a serra de Palle, e Francisco Paym de Mello, capitão mor do campo de Damão, por parte de Phelipe de Valladares Sotto mayor, capitão da Praça de Damão, e Sivagy Ranna Soddu, pessoa do inglez Ichebord, pelos quaes foi ajustado pela maneira seguinte.

1 Aldeas para o Sarcar da jurisdição de Praganã Nehar pela troca são seguintes

- 1 Aldea Calgão
- 1 Aldea Fanassen, entrando Pacaria Carjagão
- 1 Aldea Callay
- 1 Aldea Cangalle, entrando Pacaria Carbely
- 1 Aldea Mohon
- 1 Aldea Palle
- 1 Aldea Zambory
- 1 Aldea Punatta
- 1 Aldea Annagão
- 1 Aldea Eclora
- 1 Aldea Nahuly
- 1 Aldea Carbelle ou Carmalã
- 1 Aldea Beilellay, por nome Borlay.
- 1 Aldea Belecad
- 1 Aldea Antassery ou Adssery
- 1 Aldea Borigão
- 1 Aldea Cachigão

17

Por todas são dezasete aldeas acima declaradas as quaes ficando deixadas para o Sarcar, ficão dadas outras de Praganã Qhalod da jurisdição de Damão pela sua troca do rendimento que chegue a sua igualdade, e se possa cobrar justamente pelas condições, ou estillos, assim em mantimento, como em dinheiro, cuja quantia se deve completar igualmente repartindo a ambas as partes

E as Aldeas Portuguezas de troca são seguintes .

- I Aldea Varacunda
- I Aldea Qhalilachigão
- I Aldea Ringanna Vadda
- I Aldea Dudlettem, entrando Pacaria Mastel, ou Bemorel
- I Aldea Deuca, entrando Pacaria Vacal Dacttem
- I Aldea Dalvaddem, entrando Pacaria Marvaddá
- I Aldea Bhimapur
- I Aldea Dabel
- I Aldea Gharevary
- I Aldea Cuddiem ou Cariá

II

Por todas são onze Aldeas, que por banda de Damão se tem dado nomeados, cujo rendimento se não for igoal, será dado de outras Aldeas, e se o rendimento for mais, neste caso farão menos, mandando valiaadores de ambas as partes, os quaes farão valiação por medição chamada Bighe pahanny, e o batte que importar da medição chamada Big, he da vargea; o que for avaliado da aldea será arrecadado por estillo antiquissimo que ha na aldea, pello qual estillo serão contados sessenta e quatro farés de batte a cada murá, e a cada faré se tem feito hum paily de quatro ceras, e por esta conta feita somma de murás pelas mesmas contas de murás, e as murás que forem mais, e ficarem em poder da pessoa, e o dinheiro e batte das aldeas de ambas as partes, disto se fara ajustamento igoalmente de cada huma parte, carregandose o preço do batte por treze rupias e meya a cada murá, cuja soma será abatida na soma do dinheiro que for mais : nesta forma se fará ajustamento que seja de igoal rendimento a ambas as partes. Artigo hum.

2 Aldeas da jurisdição de Damão de Praganã Nehar da troca são os seguintes :

- I Cassabé Nauapur
- I Aldea Battiem
- I Aldea Bhamatty
- I Aldea Mangarvadda, entrando Pacaria.
- I Aldea Jepur
- I Aldea Ddhohor

- 1 Aldea Paryally
- 1 Aldea Zhanvary
- 1 Aldea Parddy

9

Por todys são nove aldeas por banda de Damão se tem dado pela troca Artigo hum

3 As nove aldeas acima declaradas de Praganã Nehar, e onze aldeas de Praganã Qhaladd, por todas são vinte aldeas, que com determinação ficão dadas aos Portuguezes, excepto os seus moradores, exceptuando tambem os moradores de Cabolê, = aldea Varacunda, = só serão entregues a elles seus moradores, que são possuidores dos bens chamados Vatanyrn, e assim os Portuguezes entregarão os moradores possuidores dos bens chamados Vatanyrn, que são da jurisdição do Sircar. Artigo hum.

4 Os prisioneiros da jurisdição do Sircar que estiverem presos em Damão, soltarão elles, como tambem os prisioneiros pertencentes a elles, se estiverem presos por ordem do Sircar, serão soltos e restituídos, como tambem serão restituídos os que estiveram em Goa. Artigo hum.

5 O Sipay que quizer hir na jurisdição de Damão, hirá com licença dos Portuguezes e se o Sipay dos Portuguezes quizer hir na jurisdição do Sircar, virá com licença do dito Sircar e assim não poderão hir = vir sem licença de huma e outra parte Artigo hum.

6. De todo o genero que vier nas embarcações nos portos de Damão grande, e Damão pequeno, cobrarão os Portuguezes nos ditos portos os direitos da entrada na forma observada, = dos ditos portos qualquer genero que os mercadores conduzirem, como tambem = que do porto de Cachy conduzirem por terra, e assim tambem de Damão grande que o conduzirem por terra, delle serão cobrados os direitos da sahida por mar na forma observada, cuja metade tomará o Sircar, e outra metade cobrarão os Portuguezes nos referidos portos, e tambem de mais qualquer genero que por terra passar para os ditos portos, cobrarão os administradores de Sircar metade dos direitos, e outra metade cobrarão os Portuguezes nos ditos portos. Artigo hum.

7 Aos Damanacares, que quer dizer, os moradores de Damão,

se tem dado oiteiro chamado Crusacho Dongor, que fica por bar de norte de Vaddcon, para lenha, páos, e os moradores das alde que de presente se tem dado de Sarcar em Damão, hirão trazer nha paos das aldeas, que ficão nos mattos nos confins de Ramana e da dita lenha páos que for conduzido pelas carretas chamadas Gaddés, se cobrarão os direitos, se os dever, pello estillo practica e, se não constar terse cobrado, os não cobrarão. Artigo hum.

8. Toda a madeira de matto da serventia das casas, que sobreditos levarem para ellas, pagarão agora os direitos della, pelo estillo practicado os dever, e se não constar ter-se cobrado se não deve cobrar. Artigo hum.

9. Os moradores das aldeas da jurisdição dos Portuguezes, c quizerem fazer grangeo, e cultura nas aldeas da jurisdição do Sarcar, o deixarão fazer livremente sem impedimento, cobrando o Sarcar os fóros na forma do ajuste, e os moradores das aldeas Sarcar, que por sua boa e livre vontade quizerem fazer grangeo e cultura nas aldeas dos Portuguezes, o farão pagando os fóros na forma do ajuste. Artigo hum.

10. Os limites de antiquissimo tempo, assim das aldeas da jurisdição dos Portuguezes, como das aldeas da jurisdição do Sarcar, serão examinados, e conforme o que constar pelo exame fará assento declarando por escrito chamado Hadnamé. Artigo hum.

11. Por estar já ajustado o entregarse aos Portuguezes os moradores das aldeas, que com determinação se tem dado a elles, hirão nas suas aldeas os ditos moradores, os quaes o resto que ficarem devendo do anno chamado da era dos Mouros de 1140 e 1141, e do Portuguez de 1739 e 1740, pagarão os Portuguezes ao Sarcar. Artigo hum.

12. Os Sindys se entende palmeiras de lavradura de que se tira vinho, que estão nas aldeas do Sarcar, serão contados, com tambem os Sindys das aldeas que por banda de Damão se tem dado pela troca das que ficão deixadas para o Sarcar, serão contados, e do seu producto se fará somma de huma e outra parte, e se fará ajustamento de modo que o rendimento seja igoal a cada huna parte. Artigo hum.

Os Sindys acima ditos em parte estão nas aldeas dos Varli

que he gente do matto . estes Sindys estao devolutos, os quaes não serao metidos na somma visto estar assim ajustado

N B A' margem diz o tradutor —Este artigo mostra ser accrescent ° depois de encerram to

13 Madeira chamada Sottes, que a nação portugueza, e os moradores das aldeas da jurisdição de Damão conduzirem das terras de Ramanagar para suas casas e para outras obras deixarao passar sem cobrar seus direitos Artigo hum

14 Na aldea que sempre em antiguidade foi de pasto, e à dita aldea, ainda que seja do Sarcar, vir para pastar o gado de Damanacares ou moradores de Damão, e na sua aldea hira pastar o gado da aldea do Sarcar, a hum e outro gado por ambas as partes deixarao hir e vir Artigo hum

15 Entre a gente servidora do Sarcar, e gente servidora dos Portuguezes havendo desconfiança de palavras, se nao deve deixar crescer contenda e os Damanacares darão parte por carta a Baçaym, de donde avisaremos por carta a Damão, e com isso se acaba a contenda Artigo hum

16 Para gente da nação chamada Varly não darão os Portuguezes lugar para morar nas suas terras Artigo

17 Sindys se entende palmeiras de lavradura, de que se tira vinho das aldeas de gente da nação Varly, não serao metidos na somma do rendimento pertencente ao Sarcar Artigo hum

Nesta forma estão concluidos dezasete artigos conforme ao a juste da paz de Punem vay feita repartição das aldeas, e na forma nella declarada se observará por ambas as partes Hoje 22 do mez Gilcad, em Portuguez 9 de fevereiro (a)

No sello pequeno que está no fim diz assim—Leghan Simá—que quer dizer—fim da escritura—Traduzidas por mim Bogana Camoty, lingoa do Estado a 28 de agosto de 1744—Boganá Camotey.” (22)

Praganã-Nagar-Aveli entrou no dominio portuguez por cessão que dela fez o dominante marata da cõrte de Punem (Poona) pelo seguinte tratado do 17 de Dezembro de 1779

“ No sello que esta no remate diz assim.

Rey Nahú senhor da gente, e thesouro de alegria, Seu ministro secretario Madou Rau Naraena,

Tratado do ajuste feito pelo Sarcar do honrado Madou Rau Pandito Pradan, no anno da era moura 1180 (1779), que por parte do grandioso D. José Pedro da Camara V, Rei portuguez de Gôa, tendo vindo a presença o estimado Naraena Vital Dumó, e conferindo materias respectivè á amizade fizerão o ajuste entre este Sarcar, e os portuguezes de Goa, pela forma seguinte :

1.º Acontecendo encontrar no mar armada do Sarcar e dos portuguezes, ou huma so embarcação ou a huma so embarcação de uma parte, e toda a armada da outra procederão amigavelmente.

2.º Acontecendo encontrar no mar armada do Sarcar e dos portuguezes, e faltando a uma agoa e lenha, e a outra tendo em abundancia, lhe dará o provimento della. Da mesma sorte tendo falta huma dos mantimentos, e a outra estando com bastante provimento delles, lh'os dará, recebendo seu preço em moeda limpa de rupia. O que praticarão reciprocamente.

3.º Os navios das partes da China dos portos dos portuguezes que navegação no mar a commerciar, levando cargas de generos a quaesquer portos para fazer nelles a compra e venda, não embarcará a armada do Sarcar, nem os portuguezes impedirão os barcos dos portos do Sarcar, que forem commerciar nos da China.

4.º As escravas e escravos, que dos dominios do Sarcar fugirem para as terras dos portuguezes, se lhes restituirão.

O que praticarão reciprocamente.

5.º As duvidas que tiverem antecedentes a este Tratado não virão a luz reciprocamente.

6.º Como presentemente fica feito este ajuste, entre ambas as partes, de permeio havendo ciume de qualquer motivo de discordia conferindo este caso por via do procurador, corresponderão reciprocamente com sinceridade.

7.º As embarcações, parangues, e batelões mercantes, que dos dominios dos portuguezes entrarem nos do Sarcar com generos para comerciarem, o podem fazer, pagando os direitos do Sarcar na forma do estilo desde antiguidade praticado, sem vexame de qualquer pes-

soa Os mercadores vendendo seus generos podem levar livremente os legumes e mais generos Da mesma sorte os mercadores dos dominios do Sarcar entrando nos dos portuguezes com seus batelões e pringues, venderao nelles os legumes, e mais generos, e comprarão em sua troca os que quizerem de que pagando os direitos, segundo o estilo praticado desde ab inicio, poderao recolher livremente, sem que sejão opprimidos por pessoa alguma Nesta forma ajustarão reciprocamente

8º As embarcações mercantes dos dominios do Sarcar, e dos portuguezes que navegão a quaesquer portos, acontecendo apanharem as armadas de ambas as partes, ou quaesquer naos e mancuhas de guerra, não devem ser tomadas com o motivo de não terem cartazes, e antes lhes darão liberdade franca E acontecendo tambem levar o inimigo no mar embarcações mercantes de ambos os dominios, as armadas, ou o menos se for uma embarcação de ambas as partes quando lhas encontrem, darão auxilio, pondo em liberdade as represadas, que comborrão seguras ate se approximarem dos seus rios Os commandantes que assim obrarem os seus superiores lhes premiarão

9º Quando a armada do Sarcar, tendo encontro da armada inimiga esteja pelejando, e chegando neste tempo a armada e fragatas dos portuguezes lhes dará ajuda e socorro, não sendo o dito inimigo aliado dos mesmos portuguezes E isto praticarão as armadas de ambas as partes

10º Este ajuste entre o Sarcar e portuguezes será participado particularmente aos Governadores dos confins e outros, e aos das armadas, ordenando lhes a sua observancia E no caso de faltarem ao cumprimento os Governadores respectivos e Maratas, elles por sua determinação porão em ordem as cousas O que observarao reciprocamente

11º Refugiando militares, cabos distinctos, ou grandes e pequenos da casa, e mais gente dos dominios do Sarcar para os dos portuguezes, e continuando ratonarias e confederações nas ditas terras do Sarcar, não se lhes consentira asylo, nem confederações, nem para poderem existir os ditos traidores particularmente nos confins dos seus dominios Igualmente refugiando militares, cabos distinctos, e mais gente dos dominios dos portuguezes para os dos

Sarcar, e continuando ratonarias e confederações nas terras dos mesmos Portuguezes, não se lhes consentirá asylo, nem confederações, nem para poderem existir os ditos traidores, particularmente nos confins dos seus dominios. E esta observancia será reciproca.

12.º Aos inimigos do Sarcar não darão soccorro os Portuguezes, nem lhes prestarão provimentos, ou quaesquer generos. O Sarcar tambem não dará socorro nem outras cousas aos inimigos dos portuguezes.

13.º Huma das duas partes quando esteja ou com pouca, ou maior força, a outra parte não contenderá, allegando motivos, e antes corresponderá, com sincera amisade na conformidade do ajuste.

14.º Fogindo sipaes e mais gente dos dominios do Sarcar aos dos portuguezes, não lhes deixará ficar nem dará asylo, senão os fará voltar para ser restituído. Da mesma forma fugindo soldados portuguezes, e mais gente dos dominios dos portuguezes aos do Sarcar não lhes deixará ficar e sem dar asylo, os fará retroceder.

15.º Em qualquer dos dominios de Guzarat, Saut Cantevad, Sorat, e outros lugares do Sarcar não farão os portuguezes ao diante fortificação alguma, e franquearão as suas dependencias pelos seus antigos portos que actualmente possuem.

16.º As embarcações mercantes dos dominios do Sarcar reputadas, como perdidas, e as naufragadas dando á costa em os portos dos portuguezes, as ditas embarcações a sua carga de fazendas serão restituídas. E no caso de que entrem nos portos receio do inimigo, não se entenderão com ellas; e esta correspondencia será cumprida reciprocamente.

17.º Como os portuguezes corresponderão com maior demonstração da amisade com este Sarcar, provada por Naraena Vital Dumó, e que continuarão o mesmo ao diante, desde o anno corrente dará nomeadamente em Damão aldeas de doze mil rupias sem ter n'ellas dominio, nem outros embaraços da parte do Sarcar, nas quaes os portuguezes não levantarão obra na forma do ajuste feito, e serão determinadas as aldeas.

18.º No tempo passado foi represada a fragata dos portuguezes pelo Sarcar, e pela armada de Vizaedurga, (Griem) a qual foi restituída em attenção á amizade dos mesmos portuguezes, e pelos generos d'ella prometeu dar-lhes em dinheiro as rupias seguintes :

Liquidamente em um anno	66 454
Madeira de teca que em um anno será transportada de Baçaim para Damão, da importância de	3 000
	<hr/> 69 454

Importao sessenta e nove mil quatro centas cincoenta e quatro rupias, que serão determinadas

Por todos são dezoito artigos ajustados para se observarem reciprocamente na forma nellas referida, e assim o tenho entendido Escripto aos 7 do mez Gilahes (17 de dezembro de 1779) Resolução firme Diz no sello pequeno

—Fim da escripta—

Traduzido por mim Ananta Camotim Vaga : Lingua do Estado da India, a 6 de Janeiro de 1780 Ananta Camoty Vaga (23)

Sobre a execução do tratado da cessão das aldeias de Praganã-Nagar-Aveli trocou-se a seguinte correspondência

O Governador Geral officiou ao Governador de Damão José de Oliveira Leitão e Souza

“Da copia do Tratado de ajuste feito com o Felecissimo Madeu Rau Pandito Pradan Sar de Punem e seus Dominios vera V M q prometeo entregar ao Magestoso Estado doze mil rupias da renda em cada anno em aldeas q produção e dito rendimento

O Emissario do Estado Narana Sinai Dumo hade remeter a V M os Sonodos e ordens para a dita entrega e como este negocio he muito importante ao Estado, logo que V M receber os ditos Sonodos e ordeno fara com a mayor breuidade todas as diligencias com o Sar Subedar ou passou a quem se dirigirem os ditos Sonodos p^a q faça entrega das ditas aldeas

Deve V M acautelar q as aldeas que se entregarem sejam proximas a jurisdicção dessa Praça por evitar duvidas, e disputas não sendo as mesmas contiguas

No caso q succeda de q as aldeas q lhe oferecerem tenham me

nos rendimento de 12 mil rupias, e as diligencias de V. M. não puderem vencer q. se lhe entregue mayor rendimento, não deixe V. M. de aceitar e tomar posse das aldeas q. lhe entregarem fazendo os protestos, e declaraçoens necessárias, de q. as aldeas de q. toma posse so vendem tanto e q. protesta por parte do Magestoso Estado de se fazerem as representações competentes ao Felecissimo p.^a se completar, e entregar o rendimento q. produza inteiramente as doze mil rupias cada anno na forma do Tratado do ajuste, por quanto he mais conveniente, aceitar logo o q. se offerecer, de q. com duvidas expor ao cazo contingente de que ao depois nada se entregou.

Fara V. M. autos solemnes da entrega das aldeas que se lhe fizer, fazendo autuar os sonodos cordins que passar o Felecissimo para a sua entrega juntamente com a copia do Tratado do ajuste q. he o titulo legitimo hindo pessoalmente tomar posse das ditas aldeas com assistencia do ouvidor juiz dos Feitos e Procurador da Coroa e Faz.^a Escriuão da Faz.^a e Tabalião lavrandose e fazendo se autos de posse de cada huma das aldeas com as solemnidades q. se costumão de abrir e fechar portas, quebrar ramos de arvores, levantar terra, p.^a o ar, e passear, declarando q. toma posse por parte do Magestoso Estado em Meu Nome e por ordem minha p.^a a Coroa da Rainha Fidelissima N.^a Sr.^a fazendo q. assinem todos nos autos da entrega e posse e especialmente o Sar Subedar, ou Pessoa que com ordem entregar as ditas aldeas.

Os proprios autos q. se fizerem desta entrega e posse, nos remetera V. M. com cautela pela primeira Fragata de guerra, que vier desse porto ficando registados nos livros da Fazenda do Adjunto.

Porem como podera haver demora nesta remessa p' falta da d.^a Fragata, me remetera V. M. na primeira ocazião q. tiver, o treslado autentico dos ditos autos.

Feira a dita entrega e posse, mandara V. M. arrecadar na Fazenda Real, os rendim.^{tos} das ditas aldeas na forma q. se pratica com os mais rendimentos da dita Fazenda.

O Felicissimo Madou Rao tam bem prometeo fora do Tratado pagar ao Est.^o mil rupias do rendimento de hum anno nas aldeas, e passando elle Sonod p.^a o dito pagamento V. M. faça a dita cobran-

ça, e porá tudo na devida arrecadação Deos g• a V M Goa 1x
de Janeiro de 1780

D Frederico Guilherme de Souza " (24)

O Governador Geral officiou ao govêrno de Bombaim

■ Honoraveis Senhores Governador General e Conselheiros dos
Estabelecimentos de S Magestade Britanica na Ilha de Bombaim

Honoraveis Senhores Sendo certo, e incontestável, que a Coroa
de Portugal por muitos titulos licitos, e permitidos em direito fez a
conquista da India Oriental

Que as Praças de Baçaim e Taná, e todas as outras praças, terras
e jurisdições desde Chaul ate Damão, estiverao no dominio e posse
da mesma Coroa, e do seu Estado da India por espaço de duzentos
annos

Que ainda que o Marata ha quarenta annos, sem causa justa de
guerra invadio, e violentamente occupou algumas Praças e Aldeas,
do Estado, que possuia no Norte, usurpando as por força, e com o
maior poder das Armas

He porem indubitavel que a Coroa de Portugal não perdeu o
Dominio e direito que tinha, e tem em todas as ditas Praças Aldeas,
e terras referidas, posto que se ache privada da sua posse, porque
conforme o direito certo e incontestavel, o Dominio se pode conser-
var so com o animo, pois a Coroa sempre conserva o direito da re-
servação e nunca apartou de si a intenção de as restaurar, nem tem
deixado de fazer em todo o tempo aquellas diligencias, que lhe
tem sido possiveis para poder encorpora las novamente a sua Domi-
nação e haver a posse dellas, unindo as com o seu Dominio O que
se esperava era huma conjunctura opportuna, como esta, em que as
divisões interiores, e as guerras civis do Marata, tendo separado a
authoridade suprema em dous partidos, e os poderes subalternos em
quasi tantas cabeças e chefes, quantos são os Cabos e Governos das
Praças, tinha o Estado a esperanza de haver a entrega por via de
negociação

O Estado ha annos conserva hum Emissario na corte de Punem,
encarregado dos negocios publicos e especialmente na pretensão da

restituição das Praças, Aldeas, e mais terras da sua antiga jurisdição, tendo já concluído em parte o passarem se lhe os Sonodos para a entrega de algumas Aldeas.

Na restauração das ditas Praças e terras tem a Coroa de Portugal preferencia a todos os Soberanos, especialmente à Coroa de Inglaterra, por direito especial, porque das Capitulações da paz e tratado do cazamento da Serenissima Senhora D. Catarina, Infanta de Portugal, com Carlos 2.^o Rey de Inglaterra, e das declarações com que lhe foi entregue a Ilha de Bombaim, adjacente à Provincia do Norte, por ter sido dada em dote da dita Senhora, consta expressam.^{te} que a Coroa Britanica em nenhum tempo podia impedir a jurisdição das outras Ilhas de Baçaim, e mais terras, nem privar o Estado da India do commercio e liberdade que nella tinha, e que os Inglezes nunca podião requerer nas jurisdições portuguezas mais daquillo que se lhes concedeo pelo tratado do cazamento, como amplamente consta das condições, com que se lhes entregou a dita Ilha, insertas no auto da posse que della tomarão em 18 de fevereiro de 1665.

Por esta mesma solemne convenção celebrada entre as duas coroas tem a de Portugal direito claro para ser socorrida pelos Inglezes em qualquer tempo, em que intentar restaurar a Provincia do Norte, porque no dito tratado da paz se obrigou ElRey de Inglaterra a socorrer o de Portugal em todas as occasiões que se offerecerem, como consta da Carta Regia de 9 de abril de 1662, pela qual se mandou entregar a dita Ilha de Bombaim, que diz o seguinte :

Pelos outros Capítulos daquelle trat.^o vos será presente (ao V. Rey da India) a união que celebramos, e a obrigação que El Rey de Inglaterra tem de vos socorrer em todos os apertos, que disso tiuer. Se os em que vos vires, for conveniente valer-vos dos Inglezes, o fareis.

De que se conclue com evidente certeza que os Inglezes devem socorrer o Est.^o na difficultoza empreza, que intentar da restauração do Norte, e que por nenhum titulo podem pretender senhoriarse daquellas terras sem offensa dos direitos natural, e das gentes, do Tratado da paz, da boa fé, e amizade antiga, que sempre houve entre as duas Coroas.

Succede porem o contrario pelas noticias publicas, e constantes de que V. Ex.^a e seu nobre conselho tem projectado, e formado hu-

ma expedição, sahindo a campo, e a cara descuberta com grande e numeroso exercito com o especioso pretexto de auxiliarem a Rago-ba, armando o « com elle à testa bloquearão » conquistarão ja a Serra de Parnel, e que tratão « de estender a sua conquista ate à Praça de Baçaim, Chaul, e mais Aldeas da antiga jurisdicção de Damão, guarnecendo com tropas as fortalezas, que conquistão, » cobrando dellas os direitos, e rendimentos

Estas noticias se são muito sensiveis e me persuado que V. Ex.^a e os mais Senhores do Nobre conselho quando entrarão nesta deliberação, pensarão muito nos interesses Asiaticos da nação Britanica do que na boa fé, que se deve observar com as promessas authorizadas com tratados solemnes

E para conservação do Dominio Real, que a coroa de S. M. F. tem nas ditas Praças, Aldeas, e mais terras da Provincia do Norte, requieiro a V. Ex.^a honoravel Governador, e aos mais Senhores do nobre conselho de Bombaim que desistão de hum attentado tão alheio das intenções de S. Magestade Britannica, e tao injurioso à boa fé da Nação Inglesa, amiga, e aliada da coroa de Portugal

No caso de V. Ex.^a e mais senhores do nobre conselho assim o nao cumprirem lhe faço um formalissimo protesto não so de conservar a coroa de Portugal o dominio em todas as Praças, Aldeas, e terras da Provincia do Norte, e de não ter animo de « perder, nem ceder do direito Real que tem em todas as terras da dita Provincia, para as haver, » e reivindicar nas occasioes opportunas com todas as perdas, damnos e interesses, mas tambem serem V. Exa honoravel Governador, e mais Senhores do nobre conselho de Bombaim os infractores da paz publica das duas nações por hum modo tao estranho, e tão alheio dos tratados defensivos, que subsistem entre a Rainha Fidelissima, minha Amã, e S. Magestade Britanica

Que tambem lhes protesto por todo o prejuizo do Estado da India Portuguesa e lhe intimo que fação reflexão que de todo o damno, que V. Exa e mais Senhores do nobre conselho de Bombaim causarem ao mesmo Estado, que heide avisar, e dar logo parte a S. Magestade Fidelissima, para que a mesma Senhora possa compensar se delles como melhor lhe parecer nos grandes interesses, e importantes penhores, que a Coroa e Nação Britanica tem nos Reinos da mesma Senhora muito mais importantes de que os prejuizos

que V. Exa. e mais senhores do Nobre conselho lhe causão, e intenção causar, sem advertir no perigo em que poem todos quantos interesses lhe resultão de ser alliada de Portugal.

Devem V. Exas. e os mais senhores do Nobre conselho fazer reflexão em que neste caso arriscará a perder o seu Banco todos os milhões que extrahe de Portugal pelos seus Paquebotes para sustentar o seu credito publico, e se arriscará a perder a negociação que faz nos portos de Lisboa, e do Algarve, se huma vez S. Magestade Fidelissima se lembrar de querer retribuir aos Inglezes na Europa o prejuizo. que elles lhe fazem na Asia com o projecto da presente conquista.

Finalmente eu não posso dispensar-me de informar a S. Magestade Fidelissima neste mesmo sentido, ficando na certa esperança de que ElRey Britanico, e toda a Nação Ingleza farão responsaveis a V. Exa. e mais senhores do Nobre conselho de Bombaim de todas as consequencias, que succederem ao dito respeito.

Deos guarde a V. Exa. e mais senhores muitos annos. Goa 17 de julho de 1780. Servidor de V. Exa. e mais senhores. *D. Frederico Guillh.º de Souza.*" (25)

O Governador Geral dirigiu o seguinte officio ao Governador de Damão.

"Narana Sinay Dumo Emissario do Estado na Corte de Punem me escreveo dandome parte que o Felicissimo Madua Rao, e seus Ministros tendo noticia, que os Inglezes tinham conquistado as Aldeas da antiga jurisdição proximas a essa Praça se deliberavão passar Sonod nomeando Aldeas proximas com data das capitulações, cujo sonod elle hade remeter a V. M. para que com elle possa fazer todas as diligencias com os ditos Inglezes ao fim de lhe entregarem as Aldeas nomeadas comprehendidas no dito Sonod, representando, que pellas capitulações feitas antes da sua conquista e Sonodos passados tinham prometido, e doado ao Estado as referidas Aldeas.

Recomendo a VM. que por seruiço de S. M.ª e em beneficio da sua real coroa, e Fazenda assim que receber o dito Sonod faça as mais efficazes representaçoens aos Inglezes para a entrega das

Aldes e me dê parte de tudo que passar a este respeito. Deus
 §^{da} a VM Goa 3 de Agosto de 1780 D Frederico Guilherme de
 Souza " (26)

O Governo de Bombaim respondeu

"Ao muito illustre Senhor Dom Frederico Guilherme de Sousa,
 Governador e Capitão General dos Estados de S Magestade Fide-
 lissima na India

Ill^{mo} Senhor Temos agora a honra de repostar a carta de
 V. Exa. com a data de 17 de julho recebida nesta na invernoada

Quando a redução da Ilha de Salcete foi empreendida, pelas
 tropas inglezas no anno de 1774 nos recebemos cartas de protesto
 do senhor Jose Sinches de Brito, commandante da frota de S Ma-
 gestade Fidelissima, e do Ill^{mo} Predecessor de V. Exa. Senhor Dom
 Pedro José da Camara, nossas repostas devem sem duvida estarem
 depositadas nos publicos archivos de Goa, e nos concebemos serem
 sufficientes, porem como V. Exa. he servido revivar o assumpto na
 mesma maneira como o Predecessor de V. Exa. e com mesmos ar-
 gumentos, em ordem de provar que o direito da sua nação ainda
 existe nas terras conquistadas pellos Maratas quasi 42 annos passa-
 dos, protestou contra este governo pella invasão daquelle direito, e
 procurou atemorisar nos pela segurança dos interesses britannicos
 derivados da aliança nacional com o Reino de Portugal, nos vimos
 constrangidos de dar huma resposta com mudeza, para que o publico
 ignorante da real circumstancia da causa não ponha huma desagra-
 da el construcção sobre a nossa reserva

Nos desejavamos referir a nossa antiga resposta, visto acharmos
 em difficuldade de poder tratar seriamente, ou com argumento
 regular huma posição tão contraria a razão, e masimas recebidas,
 como a existencia de hum direito, ou soberania na sua nação a ter-
 ritorios desmembrados dos seus dominios quasi meio seculo ou que
 attenção alguma da nossa parte a direito de semelhante natureza
 pudesse privar os Inglezes de levar guerra naquellas partes dos do-
 minios de Maratas, que elles achassem ser mais conveniente, ou
 conducivos aos seus successos Os Inglezes nas suas acções tem sido

governados pelo simples dictame de razão, leys de natureza e das nações. Elles se achão envolvidos em guerra com os Maratas, e para sua segurança, e ventagem prosecutão esta guerra com todo o vigor possivel. Elles atacão os dominios dos Maratas em qualquer parte que elles entendem que possa fazer impressão, ou injuria aos inimigos com ventagem a sua nação, e quando as suas forças cheguem adiante das paredes das fortalezas, aonde a bandeira marata se acha arvorada, elles não achão em a necessidade de consultar as historias, antes que as baterias sejam abertas, para descobrir os antigos possuidores, ou deliberar se algum delles não poderão ter a intenção de tornar a tentar a conquista em algum futuro periodo.

Os Portuguezes adquirirão maior parte dos territorios na India por conquista, e forças das armas; na mesma maneira elles serão privados do que elles chamão Provincia do Norte, e o seu direito consequentemente expira da mesma sorte que se originou.

Nos parece necessario repostar com maior seriosidade a accusação de termos violado a fé pública, e procedido contrario ao Tratado que se subsiste entre Grã-Bretanha e Portugal na direcção das nossas operações contra certas partes dos dominios dos Maratas.

V. Exa. tem procurado sustentar esta accusação por certas estipulações, que se conthem nas capitulações no acto da possessão imposta sobre os Inglezes no tempo da entrega da Ilha de Bombaim a elles pelos Portuguezes.

Se dessemos a mais ampla validade a aquellas capitulações, ou a maior força ás palavras, que V. Exa. tem citado, a obrigação nellas posta sobre os Inglezes seria muito insufficiente para poder fixar sobre nós a brécha ou quebrantamento do Tratado Nacional; tome aquellas mesmas palavras nas suas mais extensivas interpretações, ellas tão somente nos excluiriao de fazer conquistas, ou ter pretensões na Provincia do Norte até que esta Provincia continuasse na possessão dos Portuguezes, ou que ella fizesse huma parte dos seus dominios; porem este obstaculo ou impedimento foi movido por huma absoluta e completa separação e desmembramento e consequentemente o senhorio, e jurisdição portugueza nella desolvido.

Como V. Exa. he servido citar o acto da possessão como instrumento da validade e solemne convenção entre as duas coroas,

nos achamos em necessidade de dar de conhecer claramente a luz da razão, em que o dito contrato foi percebido pelo Rey de Gram Bretanha, por quem foi inteiramente desapprovedo, posto que estava muy longe da nossa intenção revivar à memoria tão desagradaveis circumstancias que aconteceu ha tanto tempo

S. Magestade ElRey Carlos Segundo em virtude das queixas dos seus vassallos de todas as partes das Indias Orientaes do deshumano tratamento dos Portuguezes, ainda depois do Tratado do casamento, e particularmente das demoras, e obstaculos na entrada da *Ilha de Bombaim*, e das injustas condições pedidas na entrega della, foi servido mandar a sua real Carta ao muito Illustre e muito Excellente Luis de Mendonça Furtado, então V Rey de Goa, com data de 10 de março de 1617, na qual depois de relatar o mau tratamento que os seus vassallos experimentavão dos Portuguezes, elle declara a sua real intenção nestas palavras,

"Nossa intenção he brevemente elucidar e dar de entender o 11.º artigo daquelle tratado juntamente feito com nosso irmão o muito Sreño Principe de Portugal, de cuja justiça nos não duvidamos o nosso real direito no porto e *Ilha de Bombaim*, e suas dependencias serão vendicadas daquelle muy injusta capitulação, que Humphry Cosh foi obrigado a sugerir em tempo que os ditos lugares foram transferidos a nossa posse, a qual capitulação nem elle dito Humphry Cosh tinha poderes de aceitar, nem outro nenhum as podia impôr nelle em contravenção da convenção formada em tão solemne e religiosa maneira e assim temos nós detremido protestar contra a dita capitulação, como prejudicial a nossa real dignidade, e de rogatria ao nosso direito

Tambem temos com cuidado considerado o direito derivado pellos portuguezes, do tratado do casamento naquelle particular ponto que e o assunto da guerra de V. Ex.ª"

Nos achamos estipulado no II artigo que quando o El Rei de Gram Bretanha mandar a sua frota para tomar a posse do dito porto o *Ilha de Bombaim*, os Inglezes terão instrucções para tratar os vassallos del Rey de Portugal nas Indias Orientaes o mais amigavelmente, ajudando lhes, assistindo lhes, e protegendo lhes nos seus traficos e navegação

A extensão e duração da assistencia, e protecção que se devia

dar aos Portuguezes pelos Inglezes. está nesta bem claramente limitado, e definido, e no secreto artigo o objecto desta estipulação está expressamente declarado ser contra os Estados Geraes dos Paizes Baixos, com quem Portugal emtao se achava em discordia; nem podemos em outra qualquer parte deste tratado, que he a verdadeira base do rellativo direito das duas nações na India, e da mutual pretensão entre ellas, descobrir o minimo vestigio de titulo da Nação Portugueza da prohibição pretendida por V. Exa. e se o Predecessor no que respeita às antigas possessões dos Portuguezes na Proyincia do Norte.

Desta maneira temos mostrado o pouco fundamento sobre que temos sido accusado com a brecha dos tratados, e violação da fé publica; porem em que luz hade esta accuzação ser considerada pelo mundo desapaixonado, quando, se nos for pedida, mais justificação respeito os nossos procedimentos, o tratado do casamento por si nos dá o mais claro e expressivo direito a qualquer territorio, antigamente pertencente aos Portuguezes, que nós podiamos em qualquer tempo, recobrar, para o que o artigo 11 faz a mais effectiva provisão, nas palavras seguintes :

Artigo 14

“Se porem El Rey de Gram-Bretanha, ou os seus vassallos succeder em qualquer tempo *daqui por diante* recuperar dos Estados Geraes da Unida Netherlands, ou de outra quaesquer algumas cidades, castellos, ou territorios, que tiverem sido pertencentes antigamente à coroa de Portugal, El-Rey de Portugal com o consentimento, e aviso do seu conselho, concede a suprema soberania, e o cheio, inteiro e absoluto dominio de cada hum delles ao dito Rey de Gram Britania, seus herdeiros e successores para sempre, livremente, e inteiramente, e absolutamente.”

Depois desta tão cheia explicação dos justos fundamentos, sobre que nós temos proceguido, nós devemos em nossa vindicação rejeitar e renunciar o seu Protesto, como em nenhuma maneira pertencente ou applicavel a este governo, e renunciemos toda a responsabilidade de qualquer consequencia, que se poderia resultar na Europa das medidas tomadas pela coroa de Portugal sobre a sua representação ao prejuizo dos interesses de Gram Britania, não obstante

termos a mais firme confidencia que ■ nosso muito Augusto Soberano Rey, Sua Magestade Britanica, hade dar a estes interesses ■ mais effectual protecção ■ socorro contra qualquer injuria, ou invasao

V Exa não pode ignorar que a Honoravel Companhia Inglesa da India Oriental em attenção á alliança nacional entre a Grão Bretanha ■ Portugal incorrerão em grandes despezas pela assistencia que derão aos Portuguezes na defesa das suas possessões na Provincia do Norte, a qual não obstante os repetidos requerimentos, que se tem feito até o dia de hoje, não tem sido pago, e assim nos esperamos que V Exa hade em justiça pagar a Companhia esta divida de tantos annos passados

Peza nos muito dever que athe agora Mr Henshaus tem obtido tão pouca satisfação relativo á pesada embarcação inglesa em Mangalor, feita por huma embarcação preparada no porto de Goa, o que nos ha de reduzir em necessidade de representar esta dependencia aos nossos Superiores em Europa

Esta será apresentada a V Exa por Mr Henshaus, ■ qual tambem hade ter a honra de lhe entregar huma carta do Honoravel Governador General e conselho para V Exa Nos temos a honra de estar com a maior estimação, Honoravel Senhor, vossos muito obedientes e humildes servos

William Hornby

T L Rapet

N. Stachhony

Castello de Bombaim 18 de Outubro de 1780 " (77)

PRIMEIRA CAMPANHA DO GENERAL GODDARD

" Em o 1.º de Janeiro de 1780 largou os quarteis de inverno, que tinha tomado junto a Surrate, ■ dirigio se á Provincia de Guzarate, o exercito inglez ás ordens do Brigadeiro General Thomas Goddard, composto de 3 batalhões de Sipays, 400 Europeos, ■ ■ esquadrões de cavalaria, divididos em tres brigadas commandadas pelos tenentes Coroneis Parker, Hartley e Bayle com hum bom trem de artilharia, e tudo o mais necessario para qualquer grande em-

preza ; a brigada do coronel Hartley era de Sipays de Bombaim.

As tropas de Surrate e Baroche se senhorearão das aldeas, que pertencentes á dominação marata se achavão na vizinhança desta e daquella. O exercito continuando a sua marcha chegou a Daboy aos 19 de Janeiro. Esta fortaleza lhe fez algum fogo darteria aquelle dia, e parte da noite, e tendo os Inglezes principiado a fazer huma bateria para na manhã seguinte baterem a dita fortaleza, a sua guarnição a abandonou pelas tres horas da madrugada, da qual elles senhorearão e deixando nella hum destacamento, marcharão para Barodá, a onde fizeram hum tratado de alliança com o Fatesingue contra os Maratas, a qual se publicou no exercito. Daqui marcharão para Amedabad, e a 12 de fevereiro principiarão a bater esta cidade, cuja guarnição era de 10:000 homens, comprehendendo 3:000 Arabios, os quaes durante o sitio incommodavão o exercito inglez com varias sortidas que fizeram, o que resolveo o general a dar um assalto aos 15 de manhã, com o qual a tomou. Faz-se importar o saque desta cidade a 90 Laques de Rupias (900:000 Rupias).

O General Goddard por novos ajustes com Fatessingue lhe entregou esta cidade, cedendo elle aos inglezes todo o paiz que fica ao sul do rio Mahe, e desde então deu o dito Fatessingue 5: 000 cavallos pouco mais ou menos às ordens do General inglez.

Finalisou a campanha ficando os Inglezes e Fatessingue senhores de todo o Guzerate, e se recolherão aos seus antigos quartéis de inverno.

O Coronel Brun, que tinha vindo de Madrass com 500 Europeos de Infantaria, aquem cá se ajuntarão alguns Sipays, se apoderou de varias terras ao Sul de Surrate, e das circumvizinhanças de Damão. Depois que o General Goddard tomou os seus quartéis de inverno, o tenente Coronel Hartley tendo-se recolhido com a sua brigada a Bombaim, conquistou na terra firme todas as aldeas ao Sul da Provincia de Baçaim té Caliane.

SEGUNDA CAMPANHA

Depois do inverno marchou o exercito ás ordens do mesmo General Goddard das visinhanças de Surrate, dirigindo se a Baçaim, e fazendo o sitio desta Praça, a tomou com quatro para cinco dias

de trincheira aberta, ficando por consequencia os Inglezes senhores da extensa Provincia de Baçaim Compunha se o exercito, com que atacarão esta Praça, de 4 batalhões de Bengala, 1 de Madrass, 3 de Bombaim, 1 Regimento de Europeos do Coronel Brun, e de 2.^a companhias de artilharia europea

Depois da tomada de Baçaim marchou o exercito para o interior da Provincia, e o Tenente Coronel Hartley se acha junto a este exercito

Os batalhões de Bengala são de 750 homens

De Madrass ditos.

De Bombaim 1000

Na Provincia de Guzerate se acha hum corpo de tropas de 2 ou 3 batalhões as ordens de hum major, sendo algumas de Bengala " (28)

O Governador escreveu ao Secretario d'Estado Marinho de Mello e Castro.

" Ilm.^o e Exmo. Senhor S^{ndo} a corte de Inglaterra a alliada, que S.^a Magestade muito contempla, apesar de tudo sao os Inglezes summamente infestos, e prejudiciaes, não so aos domínios de S.^a Magestade, mas a todos os interesses da sua coroa e dos seus vassallos, não havendo alienosia, nem terribilidade, que nao machinem, e ponhão por obra, afim de enfraquecerem, e destruirerem as forças e poder do Estado

Elles por todos os meios indirectos que podem, influem e machinão occultamente todos os movimentos dos Regulos contra o Estado Desta sorte fornecerão aos Maratas todas as armas, e munições de guerra, com que nos expugnarao das importantes cidades, praças e territorios da Ilha de Salsete, Baçaim e Chaul, reduzindo as perdas dellas a grande pobreza as principais casas de Goa, a debilidade as forças, e a humna lastimosa decadencia a reputação das armas do Estado da India e ao seu pequeno commercio

O seu projecto, e ponto da vista foi de se aproveitarem no futuro das occasiões favoraveis, que o tempo lhes permitisse de que havendo differença com os mesmos Maratas, poderem conquistar as praças

vela para entrar para dentro pelo banco para a Ribeira de Goa succedeo ■ caso não esperado que o dito capitão Inglez lhe mandou atirar com tiro de balla, fazendo o esperar ate que ■ mandou reconhecer, e se deixou

Succedeo mais outro facto mais escandaloso que mandando em novembro do anno proximo precedente a fragata de guerra *S Anna* com duas manchuas de guerra *S. Joaquim* e *S Pedro* ao porto de Calicut ■ conduzir madeira, que ali se tinha comprado para o arsenal real de S Magestade e ordenando o Capitão de mar e guerra que as duas manchuas se adiantassem, entrarao as mesmas no dito porto no dia 26 de novembro, e achando surtas tres naos de guerra do commando da armada do dito almirante, logo de cada hum das náos não so lhe atirarão com tiro de balla, estando as ditas manchuas com o pavilhão de S Magestade arvorado, mas o que he mais, que as abordarão com escaleres, que sairão das ditas naos, levando officiaes e soldados, e marinheiros, e entrando dentro dellas cometerao os maiores insultos

Na manchua de guerra denominada *S Joaquim* sendo recebidos com civilidade, e como amigos, declarandoselhes que era manchua de guerra de S Magestade Fidelissima, elles Inglezes pello contrario, como se fossem inimigos e piratas, se lançarao logo a sentinella, e tirando lhe a arma, derão uma pancada na cabeça do Capitão e outros ao mesmo tempo, puxando-lhe pelas pernas, e lançarão em terra No mesmo acto continuarão as hostilidades, segurando todo o armamento da guarnição, que estava junto ao mastro, abatendo o real pavilhão da proa, lançando o da pôpa ao mar Depois continuarão os seus insultos, roubando tudo quanto acharão, ■ levando as monições e armamento, como tambem doze mil xerafins do Armenio negociante Estephano Camilo, vassalo e morador no Estado, ■ todo ■ fato do dito Capitão E posto que pelas queixas que fez o dito Capitão lhe mandarão pelas dez horas da noite entregar o dinheiro, não se fez inteira restituição, porque faltarão trezentos xerafins algumas monições, e todo o fato do dito Capitão, ao qual certificarão que no dia seguinte seria tudo restituído, porem não houve a dita satisfação, porque de madrugada as naos de guerra de S Magestade Britanica se fizeram a vela

Na manchua de guerra denominada *S Pedro* de que era capitão

O Bonnsulo, que tinha cedido aos Inglezes a feitoria de Vingur lá por certos annos, tendo se cumprido o prazo lha tomou a força de armas em 3 de junho do anno proximo precedente, ao que particularmente o suggeri por evitar a continua deserção das tropas e ser a via por onde elles fazião os maiores prejuizos ao Estado, não so recebendo e acoutando aos desertores, mas ate mandando pessoas dissimuladas da sua facção para induzirem e levarem os soldados que pudessem com promessas e pagas avantajadas, e de postos O que tudo represento a V Exa para ser presente a S Magestade, e resolver a mesma Senhora o que for servida

Deos Guarde a V. Exa Goa, 2 de janeiro de 1781 (11)

Ao Governador de Damão officiou o Governador Geral

‘ Recebi a carta de V M de 12 de Mayo proximo precedente em q me participa q Narana Sinay Dumo lhe remetera hum Sonodo p^a qlq^r General do Exercito de Punem q chegar a essa jurisdicção e entregar a V M nove aldeas de doze mil rupias de renda q sao Pachelaus Parvæcem, Assamem, Sundolvarem, Canchoval, Nimigael, Borlay Vaganpem outra Vagassinem

Que tambem se lhe remetera sonodo para se entregarem duas aldeas Cumbarca e Suncatru de tres mil rupias de renda ao dito Narana Sinay Dumó

Que as ditas aldeas doadas ao Estado atualmente poderão render nove mil rupias ainda que para o futuro podera crescer a renda

Ordeno a V M q sendo as ditas aldeas abandonadas, e deixa das pelos Inglezes e principalmente os Fortes e Presidios de cujas jurisdicoers ellas sejam V M tome entrega das referidas aldeas em meu poder para a Real Coroa de E Mage Fidelissima fazendo autos publicos e solemnes e executando as ordens q lhe passer a este respeito na entrega q havia de fazer o Subedar de Bicaim, tambem deve V. M mandar proceder a instrumento publico de como as aldeas de q tomar posse forão deixadas, e abandonadas pelos Inglezes, e restauradas pelo Exercito dos Maratas para constar a todo

o tempo, e se evitarem questoens com os ditos Inglezes.

Quando V. M. tomar entrega das referidas aldeas fará protesto p. escrito de q. as ditas aldeas so rendem nove mil rupias p.^a se poder requerer a Corte de Punem a entrega das aldeas de tres mil rupias q. restão p.^a as doze mil rupias da renda prometida.

Na mesma forma tomara VM.^{ce} entrega das aldeas doadas ao dito Dumó. Deus g.^e a VM.^{ce} Goa, 14 de Junho de 1781. D. Frederico Guilherme de Souza." (30)

O Secretário d'Estado Martinho de Mello
pondeu:

"Foi presente á R.
acompanhou a traducção
que alguns artigos do
que não entendem, c.
nos conveniente este
servida approvar o

Quanto ao que V.
entregarão as aldeas
porque os Inglezes
temos que as conq.
das suas vizinhanças,
trictos de Damão; e c
cute o Tratado com a
mais convenientes
veja que he impratica
pode acceitar as outr

nomes,
V.

Senhora a
feito com
estão tão
es se pc
inteligencia

que
, nem

Na
tinho de

(30) Damão,

(31) L.^o das A.

“A’ Sua Magestade foi presente a carta de V. S.^a em que refere ■ irregular comportamento da Nação Ingleza em prejuizo desse Estado, particularmente depois que em 1775 se apoderou de Taná ■ Ilha de Salsete, marchando depois para a cidade de Amandaba ■ ultimamente para as praças ■ terras da jurisdicção antiga de Damão, conquistando as serras de Parnel, Bagavará e Indragar, proximas e visinhas à dita praça, donde resultaram os inconvenientes da falta de mantimentos, que poderá padecer, e já experimenta a dita praça de Damão, na forma que refere o Governador della, ■ faltarem igualmente as madeiras para a construcção de navios por terem os ditos Inglezes tomado todas as que acharam, ■ remettido para Surrate ■ Bombaim. Que em consequencia destas conquistas fizera V. S.^a ao conselho da dita Praça de Bombaim o Protesto, que remette debaixo do n.^o 1 a que ■ dito Conselho deu a resposta debaixo do n.^o 2 a que se seguiu atacarem os mesmos Inglezes a Praça de Bombaim, que ultimamente se lhe rendeo a 11 de dezembro do anno proximo precedente de 1781. Em consequencia do referido he certo que depois de havermos perdido as sobreditas praças e dominios de Tana, ■ Ilha de Salsete, e Baçaim, e se achar o Marata de posse delles por mais de trinta ou quarenta annos quando os Inglezes fizeram aquella conquista, não ha direito algum que nos assista para recriminarmos os ditos Inglezes de as haverem feito, e a resposta que elles fizerão ao Protesto de V. S.^a he fundada em razões tao solidas, que se não podem impugnar e ■ que unicamente se nos deve fazer mais sensível, he ter se reduzido esse Estado a huma situação tão deploravel, que todas as armas, ■ forças de que nos servimos, consistem em inuteis Protestos, que fazem somente a irrisão daquelles contra quem se dirigem

Quanto as terras da jurisdicção antiga de Damão e às Serras de Parnel, Bagavará, ■ Indragar proximas, ■ visinhas a dita Praça, que V. S.^a segura haverem sido tambem conquistados pelos Inglezes, deve V. S.^a mandar examinar com toda a indiveduação se os ditos dominios foram effectivamente conquistados pelos Inglezes, ■ se causam à mencionada Praça de Damão os prejuizos que V. S.^a aponta, ■ quaes são as Aldeas que o Marata nos queria ceder, proximas à referida Praça de Damão, o que não fez por se acharem tambem conquistadas pelos referidos Inglezes, mandando V. S.^a for-

mar daquelles districtos hum Mappa topographico, por onde conste, e se veja a situação local delles, a fim de se poder negociar com a Grande Bretanha algum temperamento, que nos evite os prejuizos apontados por V. S.^a e nos facilite a effectiva concessão das mencionadas Aldeas, que o Marata nos quer ceder.

Deos Guarde a V. S.^a Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 6 de março de 1782. *Marlinho de Mello e Castro.*

Senhor D. Frederico Guilherme de Souza." (32)

O Governador escreveu ao Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro :

"Illmo. e Exmo. Senhor, Pela carta de 27 de fevereiro do corrente anno de 1782 me participa V. Exa. que S. Magestade foi servida approvar o tratado feito com os Maratas que eu insista em que se execute o dito tratado com a entrega das aldeas junto de Damão, que são as mais convenientes pela sua proximidade; no caso porem que seja impraticavel conseguir a entrega dellas, que possa acceitar as outras que se offerecerem de igual rendimento, dando conta dos seus nomes, e da sua situação.

Os Inglezes não só conquistaram Baçaim, e as terras da sua jurisdição; mas tambem as de districto de Damão, que o Estado tinha cedido aos Maratas na ultima guerra. E não se podendo já fazer entrega das aldeas proximas ao districto, e jurisdição de Damão, que atualmente possui o Estado, tenho mandado fazer repetidos officios pelo Emmissario do Estado, que se acha em Punem, para a entrega das outras de igual rendimento na costa do Norte, e ainda se não tem podido obter a entrega. Logo que esta se fizer, darei conta na forma que Sua Magestade ordena.

Deus Guarde a V. Exa. Goa 1 de dezembro de 1782. (33)

O Governador Geral officiou ao Governador de Damão :

"Tendose tratado na Corte de Puném a entrega das aldeas de doze mil rupias de renda annoal p.^o o Estado pelo Tratado de ajus.

(32) *L. das Monções* n.^o 163, fl. 243.

(33) *L.^o das Monções* n.^o 163, fls. 116.

te ■ paz feito com o Felicissimo Madou Rao Senhor de Punem por mim aprovado ■ assinado escreve agora o Emissario do Estado Naraena Sinai Dumo, que se acha na dita Corte de que se prometem entregar Aldeas de nove mil e seiscentas rupias de renda Eu lhe mando que aceite as d^{as} aldeas com ■ protesto ■ declaracao de que se hande entregar outras Aldeas com que se complete o rendimento annoal do doze mil rupias prometidas no dito Tratado

Ordeno a VM que escrevendo lhe a este respeito o d^o Emissario aceite as Aldeas que se offerecerem com ■ declaracao certa do rendimento que tiverem, de que se informará com o d^o protesto, ■ declaracao de se entregarem outras Aldeas com q se complete o dito rendimento annoal de doze mil rupias Na entrega das Aldeas nao ponha V M^{es} duvidas para não as receber, sobre renderem mais ou menos quantia porque he melhor aceitar do que nada receber, porem será necessario e bastará que tendo as Aldeas menos rendimento do q se disser da parte da Corte de Punem, que VM^o tambem faça protesto que constando a todo o tempo que menos rendem que se lhe haja de restituir o que faltar em aldeas ate o Complemento de doze mil rupias

Tomará VM^{es} posse das ditas Aldeas em meo nome para a Coroa de S Mag^e Fidelissima mandando fazer impedimento da dita posse por Tabalião publico, ■ qual remetera a minha Presença deixando o registado nos liuros da Fazenda dessa Praça Deos ■ de a VM^{es} Goa 20 de Dezembro de 1782 D Frederico Guilherme de Sousa (34)

Escreveu o Governador ao Secretario d Estado Martinho de Mello e Castro

Ilm^o ■ Exm^o Senhor | Pela carta de 6 de março do anno proximo precedente me particiça V Ex^a que fora presente a S Magestade a minha carta em que referi o irregular comportamento da Nação Ingleza em prejuizo deste Estado, particularmente depois que em 1779 se apoderou de Taná e Ilha de Salsete marchando depois para a cidade de Amalabá e ultimamente para as praças

e terras da jurisdição antiga de Damão, conquistando as serras de Parnel, Bagavará e Indragar proximas, e visinhas à dita Praça, donde resultarão os inconvenientes da falta de mantimentos; que poderá padecer, e já exprimenta a dita Praça de Damão, como referia o Governador della, e faltarem igoalmente as madeiras para a construcção dos navios, por terem os ditos Inglezes tomado todas as que acharão, e remetido para Surrate e Bombaim: Que em consequencia destas conquistas, eu fizera ao Conselho da dita Praça de Bombaim hum Protesto, a que elle dera a sua reposta, a que se seguira atacarem os mesmos Inglezes a Praça de Baçaim, que ultimamente se lhe rendera a 11 de dezembro de 1781: Que em consequencia do referido era certo que depois de havermos perdido as ditas Praças e dominios de Taná, Ilha de Salsete e Baçaim, e se achar o Marata de posse delles por mais de trinta ou quarenta annos quando os Inglezes fizeram aquella conquista, que não havia direito algum que nos assistisse para recriminarmos os ditos Inglezes de o haverem feito; que a resposta; que elles fizeram ao Protesto era fundada em razões tão solidas, que se não podião impugnar; e o que unicamente se nos devia fazer mais sensivel, he ter se reduzido este Estado a hum situação tão deploravel, que todas as armas, e forças, de que nos servimos, consistissem em inuteis Protestos, que fazem somente a irrisão daquelles contra quem se dirigem.

Quanto às terras da jurisdição antiga de Damão, e as Serras de Parnel, Bagavará, e Indragar próximas, e visinhas à dita Praça, que devo mandar examinar com toda a individuação se os ditos dominios forão effectivamente conquistados pelos Inglezes, e se causão à mencionada praça de Damão os prejuizos que aponteí, e quaes são as Aldeas que o Marata nos queria ceder proximas à referida Praça de Damão, o que se não fez, por se acharem conquistadas pelos referidos Inglezes, mandando eu formar daquelles districtos hum Mappa topographico por onde conste, e se veja a situação local delles, afim de se poder negociar com a Grande Bretanha algum temperamento, que nos evite os prejuizos referidos, e nos facilite a effectiva concessão das mencionadas Aldeas, que o Marata nos quer ceder.

He certo que os Inglezes fizeram as conquistas referidas. E ainda que não esteja inteiramente prohibida a conducção dos man-

timentos e madeiras, contudo alguns destes generos se podem haver com grande difficuldade e carestia Mandeí ao Capitão Engenheiro João Antonio Agua Sarmiento, que formou e Mappa topographico das Aldeas na forma da ordem de S Magestade, e vai o ditto Mappa em hum carudo de lata na primeira via

Deos guarde e V Exa Goa, 15 de fevereiro de 1783 (1)

Officiou o Governador Geral ao Governador de Damão

"Sendo me presente a carta de V M de 21 de Abril do proximo passado com as copias das Cartas que recebeo de Narana Sinay, e do General nomeado para Baçaim, juntamente com a recommendação de Mandou Rau para tratar com atenção a sua gente refugiada nessa Praça, fico na intelligencia dos passos que se tem dado sobre a entrega das Aldeas de doze mil rupias de renda

Como V M mandou a Baçaim a Domingos Mascarenhas por ser pratico e inteligente no conhecimento das ditas Aldeas, e dos seus rendimentos espero, que logo que se concluir a sua entrega V. M me avize de tudo que se tiver obrado remetendo Patamar a esta corte com os instrumentos da posse das ditas Aldeas, que se devem ter tomado por parte da Coroa de S Mg^a Fideliss^a na forma das minhas ordens, que havia receber em e Carta que lhe remeteo e dito Narana Sinay

Se as Aldeas não tiverem o rendimento de doze mil rupias, creyo q V M tera feito ou fara o protesto quando tomar delas posse, de haver outras Aldeas que completem o rendimento de doze mil rupias

Remeteo a V M a copia do Sonodq que achava em poder da Viuva do Capitão Engenheiro João Antonio Agua de Moraes Sarmiento.

Aprovo e despeza que V M fez segundo a insinuação de Narana Sinay Duno com o Sagoate que mandou de cinco cutonias e hum Atalad e ouro de valor de cento e dez rupias ao General de Baçaim para fazer entrega das Aldeas capazes e do rendimento seguro

Tambem aprovo a Barraca que V. M mandou fazer p.^a acomo

dação do Batelão de agoa escaleres, e Barquinhas d'Artilharia game das Embarcações de guerra no inverno aproveitano materiaes do telheiro que mandou dismanchar que cobria os da Polvora que vierão p.^a esta Cid.^e.

Pela Armada se remetera o breu e Murrão de erva mais effeitos que V. M. pede.

Mandei passar aviso a Miguel de Lima e Souza para ao Adjunto dessa Praça doze mil X.^{es} por conta dos direitos da Pala S.^a Rosa e com a dita quantia se poderão suprir as mais necessarias.

Na posse que V. M. tomar das Aldeas por parte da Coroa S. Mag.^e a tomara tambem por parte da mesma Coroa Aldeas de que se passou Sonodo a Narana Sinay p.^a se prece rendimento de doze mil rupias no cazo que as Aldeas que offer não tenham o d.^o rendimento fazendo V. M. diligencia, para entreguem Aldeas contiguas a jurisdição dessas Praças. Deo V. M. Goa 17 de Mayo de 1783.

Dom Frederico Guilherme de Souza." (36)

Termo da posse de Praganã Nagar-Avely, excepto seus direitos, e as seis Aldeas *Dadrá, Morcol, Ranaden de, Sely, Sancly e Amboly*.

"Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo setecentos oitenta e tres, aos dez de junho do dito anno, na Noroly da Praganã Nagar Avely, aonde sendo presente o Alcaide mór da cidade de Damão Manoel Antonio de Faria serve de Juiz dos Feitos, e Procurador da fazenda, ouvidor e gedor da comarca, o Meirinho da fazenda Lucas de Sá B comigo Francisco Caetano Coutinho Pereira, Tabellião publico Notas, e escrivão dos feitos da fazenda, por ter hido à dita a tomar posse da dita Praganã por ordem que o Governador da Praça de Damão João Gomes da Costa teve do Sobedar General Baçaim Anand Rão Bicagi de vinte e nove de maio do corrente para se empossar da dita Praganã, exceptuando os direitos

referidas seis Aldeas para o Magestoso Estado Portuguez, pelos Sonodos que ao dito Sobedar General forão expedidos pela casa de Punem, para esta dar ao referido Estado Aldeas, que rendessem doze mil rupias por anno, na forma do Tratado, e ajuste feito em Punem em 6 de Janeiro de milsetecentos e oitenta. Pela referida ordem, e por outra de Balagi Pant Quessó, Cabo de Suary de Bagavará, Calana Puary, e Nagar-Avely de oito de Junho do mesmo anno pela que tambem teve do dito Subedar General para fazer entrega da referida Praganã ao sobredito Estado Portuguez, fez o dito juiz, e Procurador da Fazenda convocar todos os Naiques e Pateis da dita Praganã, e depois de lhes intimar as ordens de sobredito Sobedar General, e do Cabo Balagi Pant Quesso e de tomar conhecimento das Aldeas, e dos seus rendimentos, lhes declarou que elle vinha a tomar posse nesta Aldea Noroly das sessenta e duas Aldeas, entrando esta Noroly de Praganã Nagar-Avely, e que esta posse tomava em nome do dito Governador da Praça de Damão João Gomes da Costa e do Ilmo e Exmo Senhor Dom Frederico Guilherme de Souza, Governador e Capitão General da India e Asia Portugueza e para a Real Coroa da Rainha Fidelissima de Portugal, Nossa Senhora a quem todos reconhecerão por sua soberana, e obedecerão aos seus Governadores e Capitães Generaes e respondendo todos os ditos Naiques e Pateis que de hoje em diante reconhecerão por sua Rainha e Senhora a Fidelissima Rainha de Portugal, e que estavam promptos para obedecerem em tudo o que pelos seus Governadores e Capitães Generaes lhes for ordenado, logo o dito juiz dos feitos e Procurador da fazenda na presença de todos tomou posse das sessenta e duas Aldeas ao diante declaradas, abrindo e fechando portas, cortando ramos de arvores fructíferas, e infructíferas, passeando e levantando terra para o ar, dizendo—Viva a Soberana — Rainha de Portugal, Nossa Senhora — e respondendo todos em voz alta—Viva—depois este acto por acabado, e mandou que se fizesse este termo, em que elle se assignou com o Meirinho da fazenda, com todos os Naiques e Pateis, e com o dito Taballião e escrivão que o escreveu: *Francisco Caelano Coutino Pereira—Mandol Antonio de Faria—Lucas de Sa Bautista—Sinal de Jan Rama Naique—Sinal de Ser Bapu Naique—Sinal de Gemagy Babol Patel—Sinal de Siradã Deogy Patel—Sinal de Dermagy Vangar Naique—Sinal de Ra-*

ma Maigy Naigue—Sinal de Guimbol Caná Patel—Sinal de Arju Gocol Naigue—Sinal de Pelagy Patel—Sinal de Vissá Darmó Patel—Sinal de Natá Vald Patel—Sinal de Ramogy Patel—Sinal de Reris Damá Patel—Sinal de Govan Nangy Patel—Sinal de Caná Vanssá Patel—Sinal de Fontcá Lacamá Patel—Sinal de Augy Candú Naigue—Sinal de Iriá Bicá Patel—Sinal de Radú Candoriá Patel—Sinal de Ratan Querariá Naigue—Sinal de Moriá Patel—Sinal de Bicary Dacú Patel—Sinal de Saugy Damgrá Patel—Sinal de Vicá Cussana Patel—Sinal de Mariá Malorá Patel—Sinal de Ratane Sangy Patel—Sinal de Sivá Nacriá Patel—Sinal de Rupagy Naigue—Sinal de Cheiylá Ramá Patel—Sinal de Mangy Vór Patel—Sinal de Daná Caná Patel—Sinal de Anssá Patel—Sinal de Sumiá Gorat Patel—Sinal de Mayangy Satudá Patel—Sinal de Soniam Darman Patel—Sinal de Rataná Arpalió Patel—Sinal de Moliá Patel—Sinal de Laxy Dagy Patel—Sinal de Ducú Janá Patel—Sinal de Malgy Rarió Patel—Sinal de Bicá Patel—Sinal de Bablá Dangrá Patel—Sinal de Givá Bmiá Patel—Sinal de Janá Vissá Patel—Sinal de Janá Vagá Patel—Sinal de Suban Naigue—Sinal de Raniem Patel—Sinal de Calú Patel.

Esta copia está conforme com o seo original. Eu Francisco Caetano Coutinho Pereira, Escrivão dos feitos da fazenda a fiz escrever, sobscrevi, e me asinei. Damão vinte e hum de Julho de mil setecentos e oitenta e tres annos—Francisco Caetano Coutinho Pereira. (87)

O Governador Geral officiou ao Governador de Damão:

“Receby a carta de V. M. de 27 de Junho proximo precedente com a boa noticia de ter V. M.^{ce} mandado tomar posse pelo Feitor, officiaes da sua alçada, e Tabalião em meo nome de Pragana Nagar Avely de Sessenta e duas Aldeas de rendimento pouco mais ou menos de sinco mil rupias, exceptuando os direitos, e seis Aldeas dos mesmo Pragana, que reservou o sobedar G.^{al} de Baçaim para a caza de Punem, sobre o que escrevera ao Commissario Narana Sinay, e que brevemente mo daria parte por Patamar, que havia expedir do rendimento certo das ditas sessenta, e duas Aldeas com os documento que havia remeter, depois de registados no livro da Feitoria.

Agradeço e louvo a V. M.^{ae} o zelo do Real Serviço com que se tem portado nas efficazes diligencias para se adquerir a posse do Praga-na Nagar Avelly para a Real Coroa de S. Mag.^e Fidelissima, nomeando ao honrado Domingos Mascarenhas para tratar, e concluir esta negociação de haver a dita posse, e mandando o Feitor com os mais officiaes a tomala, e formalizar os instrumentos publicos della

Mandei fazer as declarações que me parecerão racionaveis aos artigos de ajuste, que fez o dito Domingos Mascarenhas para se evitarem discordias no futuro entre os Povos, os quais remeti ao dito Narana Sinay para o requerer no Felecissimo, e a V. M.^{ae} remeta hũa Copia, e outra dos paragrafos da Carta, que lhe escrevy para ficar nesta intelligencia, e instruir ao dito Mascarenhas

He preciso, que V. M.^{ae} me remeta por Patamar os documentos necessarios com a declaração dos nomes das ditas Aldeas, que são a copia autentica dos Sonodos, pelos quaes o Felecissimo as mandou entregar, e a Copia dos autos de posse, ficando V. M.^{ae} advertido, que por via segura que sera pela primeira Fragata de guerra me hade remeter os proprios Sonodos, e auto de posse p.^a se registarem na contadoria geral, e se conservarem no Arquivo da Secretaria do Estado

Recomendo a V. M.^{ae} que mande cuidar na cultura das Aldeas de modo que não fiquem desertas e incultas arrendando as a quem arremate, de V. M.^e as providencias, procurando colonos, que as cultivem fazendo lhes conveniencias, como melhor lhe parecer, de sorte que a Fazenda Real não rouba prejuizo de ficar, sem perceber rendimento dellas

Estimo a noticia de se hitem construindo as manchuas, e as obras dos reparos da artilh.^a das muralhas, e mais ruinas dessa Praça

Remeto a Copia da carta, que escrevy a Miguel de Lima, e Souza, para que pagasse no Adjunto dessa Praça a quantia de doze mil xerafins para socorro, e creyo que ja estara entregue.

Agradeça V. M.^e da minha parte ao dito Domingos Mascarenhas o bom serviço, que tem feito a S. Mag.^e e que espero continue do mesmo modo nas diligencias, de q.^a V. M. o encarregar, e que me não esquecerey de o atender nas suas dependencias conforme o seo

merecimento. Deos G.^{de} a V. M.^{ce}. Goa 12 de Agosto de 1783.

D. Frederico Guilherme de Souza." (38)

O Governador Geral dirigiu o seguinte officio ao Governador de Damão:

S.^e lhe determinar, q̃ remeta o proprio termo de posse, e Sonodos de Marata da Cessão das Ald.^{as} da Pragana Nagar Aveli; que mande cuidar na cultura das d.^{as} Aldeas; que mande fazer os concertos necessr.^{os} do Recolhim.^{to} daquella Praça, e concluidos se restabeleça com Regente, Portr.^a e mais pessoas.

Com a carta de V.₂ M.₃^e de 22 de Julho derradeiro recebi o traslado do termo da posse das 62 Aldeas do Pragana Nagar Aveli: ordeno a V. M. que p.^{la} 1.^a Frag.^{ta} de guerra; q̃ for ao Porto dessa Cidade me remeta com segurança o proprio termo de posse, e os proprios Sonodos, ou Formões do Dominante Madua Rao, pelos q.^{es} fez cessão das ditas Ald.^{as} ao Est.^{do}.

Pello mappa, que V. M. me remeteo do rendim.^{to} das d.^{as} Ald.^{as} se ve importar em 343:3:14 rup.^{as} q̃ he quantia diminuta da de 5 mil rup.^s, q̃ V. M., e Domingos Masc.^{as} asseveravão, q̃ rendião as Ald.^{as}.

Mandei fazer as declarações, q̃ me parecerão racionaveis aos artigos d'ajuste, q̃ fez d.^o Dominges Masc.^{as} para se evitarem discordias no futuro entre os Povos, as q.^{es} remeti a Narana Sinai para o requerer ao Felecissimo, e a V.₂ M.₃^e remeto hũa copia para ficar nesta entrelig.^a, e instruir ao d.^o Mascarenhas.

Recomendo a V. M.^{ce} que m.^{de} cuidar na cultura das Ald.^{as} de modo que não fiquem desertas, e incultas, arrendando as a q.^m mais der p̃ arrematação publ.^{ca} e não havendo quem as arremate de V. M.^e as providencias procurando colonos, que as cultivem, fazendo lhes conveniencias, como melhor lhe parecer de sorte que a Faz.^{da} Real não receba prejuizo de ficar sem perceber rendim.^{to} dellas.

Quanto as ruinas do recolhim.^{to} dessa Praça que V. M.^e me participa se poderão repasar com setecentos x.^{es} pouco mais ou menos, como consta do termo de vistoria, q̃ me remeteo: ordeno a

V M e logo fazer os concertos necessr os , de que precisar o dito Recolhim to fazendo se a despesa pela renda da nova imposição, que administrava o Senado da Camara e hoje se acha incorporada na Faz.da Real por ser aquella renda destinada para as obras dessa Praça

Estando feitos os concertos do d ° Recolhim.to , o mandara V. M ° restabelecer com Regente Porteira, e as mais Pessoas necessarias, admitindo se nelle as pessoas que tiverem os requisitos na forma do compromisso ou Estatutos do mesmo Recolhim to e ficando de barvo da mesma administração, q antes tinha, e hei a V M. p muito recomendada esta dilig*, porq desejo que no tempo do meo governo senão extinga hã obra pia tao util as pessoas miseraveis

Deus g ° a V M °, Goi 31 de Agosto de 1783

D Frederico Guilherme de Sousa " (19)

O Governador Geral dirigiu ainda outro officio ao Governador de Damão

'S ° as Aldeas do Pragana Nagar Aveli, Foi me presente a carta de V M de 19 de Outubro derradeiro com as copias das cartas que escreveo o Narana Sinai Dumo das suas respostas a das cartas escritas o Madou Rao e ao General de Baçaim e sua reposta com que mostrava as diligencias que fazia pela entrega dos direitos o seis Alders de Pragana Nagar Aveli que se reservarão sem se entregarem, coma tambem das mais Aldeas que completem o rendimento de doze mil rupias, porem que o d ° Dumo tratava esta negociação gastando tempo e patamares sem adiantar nem concluir o negocio por que não conferia a reposta do Genl de Baçaim que diz não ter ordem do Darbar p ° entrega das d as Aldeas e o ref ° Dumo afirmava que elle viera bem recomend ° p ° o d ° entrega suplicando-me q passe ordem ao o Emissario p ° executar com fidelid e o sua comissão

Remetto a V M a carta junta p ° o d ° Emissario a qual lhe mandara entregar na primeira occazião que se offerecer p ° Punem.

Eu o advirto para cumprir a sua obrigação e em outras cartas lhe farei as mesmas advertencias.

Recomendo a V. M. q̃ não cesse de fazer as mais efficazes diligencias por todas as vias que poder p.^a q̃ se entreguem os direitos e Aldeas, que restão da d.^a Pragana com as mais q̃ co.npletem o rendimento prometido pois ja q̃ no tempo do seu govêrno principiou este, importante servico justo he q̃ tenha a gloria de o completar.

Fico na intelligência de ter V. M. nomeado ao Alferes Manoel Cont.^o por Administrador das Aldeas de q̃ tomou posse e que em Dezbor.^o proximo futuro se hande arrendar. Feitos os d.^{tos} arrendamentos me remeta V. M. copia delles por tres vias, p.^a dar conta a S. Mag.^e e ficarem esses monumentos na secretr.^a e contadoria. Deos g.^e a V. M. Goa 15 de Nour.^o de 1783.

D. Frederico Guilherme de Souza." (40)

Em carta do Governador Frederico Guilherme de Souza ao Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro datada de 11 de dezembro de 1783 e que começa: "Por carta de 10 de fevereiro de 1783" está êste parágrafo:

"Os Inglezes ajustarão a paz com os Maratas, e lhes restituirão Baçaim com as terras e aldeias da sua jurisdição até os limites de Damão, reservando Taná e a Provincia de Salsete. Logo mandei solicitar a entrega das Aldeas de doze mil rupias de renda promettidas no tratado, e com effeito se entregarão para a coroa de S. Magestade sessenta duas Aldeas na Pragenã Nagar-Aveli, reservando o Marata seis Aldeas e os direitos da dita Praganã. Não consta ainda certamente o seu rendimento, porque algumas Aldeas estão desertas, e outras rendem menos por causa das guerras, que tem havido com os Inglezes. Passando ordem ao Governador da Praça de Damão para tomar posse das Aldeas, cometteo esta diligencia a Domingos Mascarenhas, e das cartas, que ambos escreverão a Narana Sinay Dumó, Emissario do Estado junto á corte de Punem, consta a variedade dos rendimentos das ditas Aldeas em diversos tempos, e tudo se vê do documento n.^o 7.^o e tenho mandado requerer a entrega de mais

Aldeas, que completam o rendimento de doze mil rupias (41)

"O Escrivão desta Feitoria traslade ao pe desta o termo da posse das Aldeas restantes da Praganã e Nagar Avelly feito em 22 de Julho de Corrente. Damão e de Julho 27 de 1785. Manoel Antonio de Faria.

Em execução á ordem assima, se traslada aqui o termo de que a dita ordem faz menção, extrahido do livro 99 dos registos desta Feitoria, onde se acha registado, cujo theor he o seg te.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 17⁸⁵ aos 22 de Julho na Aldea Dadrá de Praganã Nagar Avelly, c-de sendo presente o Alcaide Mor, e Feitor da Faz.^a Real da Praça de Damão Manoel Antonio de Faria, e o Mestinho da Faz.^a Lucas de Sá Baptista comigo Franc.^o Caet.^o Cor.^o Per.^o Tabela publico das notas e Escrivão dos Feitos da Faz.^a por ter vindo a dita Aldea tomar posse das seis Aldeas restantes da dita Praganã, e tambem das Alfandegas por ordem, que o Gov.^o da dita Praça de Damão João Gomes da Costa teve por sonodos do Felisissimo Madou Rao Pandito Pradan senhor de Punem, e seus Domínios e do Subedar Genr.^{al} de Baçaim Givagi Gopal p.^o o Administrador das ditas Aldeas Sadassiva Panta entregar ao Magestoso Estado Português p.^o assim ficar a Felicissima Rainha de Portugal Nossa Senhora empossada de toda a Praganã de Nagar Avelly, e suas Alfandegas conforme o Tratado, e ajuste feito em Punem em seis de Janeiro de 1780 que daria a dita casa de Punem ao Estado Portuguez Aldeas que rendessem 12 mil rupias por anno para subs.^{to} da referida Praça de Damão e sendo tambem p.^o zente o d.^{to} Admin.^o Sadassiva Panta na Presença dos Niqués, e Patéis das referidas Aldeas disse, que não punha duvida a entrega das mencionadas Aldeas, e Alfandegas da inteira Praganã e por assim ser conform.^{te}, se intentou de posse o sobredito Alcaide mor, e Feitor da Faz.^a Real das mencionadas Aldeas, e Alfandegas por parte do d.^{to} Governador da Praça de Damão João Gomes da Costa, e de Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.^o Gov.^o e Cap.^o Genr.^{al} do Est.^o da Índia Dom Frederico Guilherme de Souza com todas as solemnidades do costume p.^o a Coroa da

(41) *L.^a das Moedas*, n.^o 164 p. 1424

Rainha de Portugal Nossa Senhora de que mandou fazer este termo, em que se assignou o referido Administrador Sadassiva Pant, Naiques e Pateis abaixo declarados com o d.^{to} Alcayde Mor e Feitor, Meirinho da Faz.^a, e comigo dito Tabalião e Escrivão, que o escrevi. Francisco Caetano Coutt.^o Pereira, Manoel Antonio de Faria. Sinal de Sadassiva Pant Administrador das seis Aldeas Sinal de Jan Ramá Naique da Praganá, Sinal de Arjun Jocol Naique, da d.^{ta} Pragana, Sinal de Dogi Naná Patel de Dadrá, Sinal de Ramá Gagi Patel da Aldea Saly. Sinal de Dama Malgy Naique da Aldea Morcol. Sinal de Olia Ramegy Patel da Alde Auly. Sinal de Bicá Ramogy Patel da Aldea Saly. Sinal de Cacar Bimagy Patel da Aldea Ranadem gr.^o Lucas de Sá Baptista, E não se continha mais no d.^{to} termo segundo o seu registo o que assim certifico, e ao d.^o S.^{or} me reporto. Feitoria de Damão 27 de Julho de 1785. João Manoel Rodrigues" (42)

"Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snor. Aos 22 de Julho do corrente por ordens q̃ vierão de Puném e de Baçaim tomou posse o Alcayde Mor, e Feitor da Fazenda Real desia Praça, das Aldeas, q̃ restavão da Pragana Nagar Avely, que sendo seis, vem a ser sete para o numero das setenta e duas aldeas de que se compoem aquella Pragana, cujos nomes constão da relação, junta assignada pelo dito Alcaide mor, e Feitor, são sete as Aldeas, de que se tomou posse, denominando se seis, p̃ q̃ na posse de 10 de Junho de 83, devendo os Cabos de Marata entregar seçenta e seis Aldeas, não entregarão mais que sessenta e sinco por nos tirarem Figra p̃ ser pacaria da Aldea Dadrá, q̃ elles reservarão p.^a sy, e como agora se entregassem esta com as mais Aldeas, p̃ este motivo vem a ser sete Aldeas, constando do termo da posse só seis pelas razoes referidas,

Tambem com vertude das mesmas ordens se tomou posse em o mesmo dia 22 de Julho do corrente das Alfandegas daquella d.^a Pragana tudo p.^o a Real Coroa.

As referidas sete Aldeas se arredarão todas unidades conforme as das mais Pragana, e com as mesmas condiçoens té o fim de Dezembro deste anno, p̃ dous mil, e oitentos x.^{es}, e parece q̃ pr.^a o anno vindouro será bom unirem se estas aldeas as mais da Praganã,

(42) *Damão*, n.^o 3, fls. 293.

p^a inteiramente e ser arrendada, com as setenta e duas Aldeas, e parte
 tbm q se esta d^a Pragana se arrendasse p^a tres annos laria de la-
 ver q m melhor lançasse nella, por esperar colher fructo do seu tra-
 balho pelas bemfeitorias, q no decurso deste podião fazer, o q fca
 impracticavel, sendo p^a hum anno p^a q como em tão curto tempo não
 esperão a receber utilidade do que trabalhar p^a isso se não re c'rem
 adiantalo As Alfandegas desta dita Pragará cons'lo de s' rco lo n-
 res os sitios a que chamão choquins, onde se cobrio d' rco das
 carretas, q vem dos matos com cargas de paos patinax, lumb'-
 ett a razão de hu tanto p^a cada carreta pagão tbm alij os lumb'-
 vem de balagate, com ropas e mantimentos a razão de 12 ta 12 p^a
 cada frova e de hum tanto por cada carga de rumb'-
 dimi^a q he so de Novembro te Mayo, e p^a q em tacs d' rco, e
 semelhantes sitios senão possão por pessoas fidedignas p^a cobrança
 destes direitos tomamos a resolução de os arrendar te o fir de
 Dezembro deste anno, e esperamos q V. Exa seja servido de t'm-
 nar o q se ha de fazer p^a o anno vindouro

Arrematarão os ditos direitos por 453 x^{rs} té o fir de De-
 zembro referido e sem embargo de q S. Mage^a, não h' por bem, de
 q Alfandegas andem arrendadas, parece q as desta Pragará terá
 melhor arrendarem se do que andarem p^a conta da Real Fazenda
 por serem as cobranças compostas mais de costumes do que direi-
 tos, e não ser facil formalizar se as contas correntes delles, o que
 V. Ex^a sobre tudo rezolvera o que for muito servido

A Ill^{ma} e Ex^a Pessoa de V. Ex^a a Gu.^a Deos muitos annos
 Damão em Adjunto de 29 de Julho de 1785 João Gomes da Costa.
 Fabien de Modoteguy Manoel Antonio de Faria⁽⁴⁾

"Relação das Setenta e duas Aldeas de Pragana Nagar Avelj,
 que a Casa de Punem, cedeo ao Estado pelo ajuste, e tratado feito
 em Janeiro de 1780 de cujas Aldeas se tomou posse em 10 de Junho
 de 1783 e 22 de Julho de 1785

As d^{as} que se tomou posse em 10 de Junho de 1783 São as
 seg tes

Bone Set	Coutoly	Cardy
Ranadem pequeno	Silty	Dolara
Guinonim	Rundanan	Chauna
Golunda	Talauly	Loary
Vmborcoy	Xinxadao	Atal Noroly
Paleny	Vanseda	Bamanepara
Atoala	Mandonam	Goraupara
Xeluana	Bripais	Ramanepara
Samboronquém	Quespan	Para de Corodia
Massat	Bejadan	Salvengana
Cundassum	Carchunda	Ruypara
Racoly	Gorvary	Guelem
Carar	Gunexan	As de que se to-
Vassonam	Caochão	mou posse em 22
Dapoara	Jamanepara	de Julho de 1785.
Ximsapara	Dodenim	São as seguintes:
Xicaly	Ambabary	Dadra, Tigra, Mocr-
Surumgui	Mera	col, Lely, Ambo-
Ably	Vagchaula	ly, Sachy, Ranadem
Velgão	Colam	grande.
Carachigão	Guerarbary	
Ambolim	Umboronym	Feitoria de Da ^o
Cadoly	Patty	mão 29 de Julho
Pinora	Vagachimpa	de 1785. Manoel
Birdabom	Sonozem	Ant. ^o de Faria. (44)
Canoly	Parzay	

Oficiou o Governador de Damão ao Governador Geral:

“As seis aldeas, e Direitos reservados pelo subedar de Baçaim, já o Felicissimo Madú Rao mandou entregar, de que já tomei posse, e fica a Praganã Completa ao Estado, e já remety a V. Ex.^a pelos Patamares q̃ voltarão a essa Corte a Copia do termo da posse, e já as referidas Aldeas e Direitos ficão arendados até o fim de Dezembro, que são sinco mezes, em tres mil, duzentos e sincoenta x.^{es} p̃ estarem dispovadas.

Esta Praganã sendo arendada todos os annos he prejudicial a Faz.^a R^l que por ser p.^a pouco tempo, os rendeiros cuidão somente em disfrutar sem lhe fazer beneficio algum, que serve de ruina, e sendo a renda ao menos p.^a tres annos, cuidarão melhor com interesse de terem lucros e sobre isto espero a determinação de V. Ex.^a.

Tendo eu not.^a de q.^o o Alferes Manoel Coutinho q.^o se acha prezo nessa Capital se utilizara de algum dr.^o de rendimento da Praganã Nagar Aveli, q.^o do a Administrou no anno de 1783, p.^o Conta da Faz.^a R^l m.^o dei proceder hũa justificação no Juiz da Ougidoria q.^o sendo me remet.^a a enviei o Alcaide mor, e Feitor da Faz.^a R^l desta Praça, p.^a q.^o combinando a Cobrança q.^o da d.^a justificação constava fizera o d.^o Alferes Administrador p.^{la} entrega q.^o fez na Feitoria, passase a mandar fazer sequestro nos seus bens, p.^{la} falta q.^o se conhecesse, e executando-o o dito Alcaide mor e Feitor assim achou q.^o o sobred.^a Alferes Administrador cobrara o rendimento daquella Praganã quatro mil oitocentas, treze rup.^{as}, tres quartos, e quatorze ducras, e q.^o fazendo abatimento de tres mil, quatrocentas treze rup.^{as} tres quartos, e quatorze ducras, q.^o o d.^o Administrador lhe entregou p.^o conta daquella Administração, vinha a faltar p.^a complem.^{to} da cobrança q.^o tinha feito mil trezentas, e noventa rupias, p.^o tres milcento e vinte sete.^{as} m e m.^o como tudo constara da justificação q.^o p.^o copia remety a V. Ex.^a p.^o los d.^{os} Patamares .

E porque esta quantia q.^o falta he em de fraude de R^l. Fazenda, se mandou fazer o sequestro nos seus bens, e se puzerão em deposito ate que V. Ex.^a rezolva o mais q.^o se deve executar. .

A Ilma. e Exma Pessoa de V. Exa. G.^e Deos muitos annos
Damão 30 de Julho de 1785

João Gomes da Costa. ¹⁾ (45)

A Praganã Nagar-Aveli divide-se em duas partes distintas.—Dadrá, que forma um distrito inteiramente isolado do corpo principal da provincia, e Nagar-Aveli propriamente dita. Considerada no seu todo confina pelo norte, sul e oeste com território dos domínios britânicos; por leste com terras do Rajá de Dharampur, que possui entre Eleli-Pathi, e Upli Pathi de

Nagar-Aveli as aldeias—Edalbari—Soncorbari—Borili —Doicadame—Pimpormim e outras; e no centro de Upli Pathi, divisão do sul de Nagar-Aveli, possui a aldeia de Mequal.

A província de Nagar-Aveli está situada a S. E. e completamente separada do primitivo território português de Damão; e a menor distância entre os extremos ocidentais das primeiras aldeias de Nagar Aveli e a praça de Damão, é de vinte quilómetros. Metem-se de permeio as terras inglesas, e o caminho de ferro do Guzarate, que passa em Vapi, aldeia inglesa limítrofe de Damão pequeno.

Pelo seguinte termo fixaram-se em 1846, os limites da aldeia Dadrá, de Praganã.

“Tendo sempre havido questões sobre os limites da Aldeia Bamoncarvor de Praganã de Bagvará com Aldeia Dadrá da Praganã Nagar Aveli, e para acabamento das ditas questões destas Aldeias tendo vindo da parte do Illm.º e Exm.º Governador Geral da India Portuguesa o Illm.º Candido José Mourão Garcez Palha, Capitão Engenheiro, e de Surrate o Illm.º Mastar Quili, Assistente Sarvier; estes Senhores chegaram aos ditos limites, e examinando-os fizeram acabar as ditas questões da maneira seguinte: Da parte do Sul, e das praias do rio Damon Ganga, para o Norte, ha o caminho fundo, ou esquina, e no meio delle até à arvore de umorá; e d’ahi passando para o Norte na dita esquina na parte no Nascente fizeram pertender hum Varzea de Codrá de tres vaças e meia aos de Dadorá, e ao ir no meio da dita esquina ha hum Varzea cahida de quatro vaças, de que havia desordem, a qual fizeram pertender a Dungra, fazendo certo nos limites humas arvores de mangueira, e outra de gralha, a qual de mangueira, fizeram pertender metade em Dungra, e outra metade em Dagra, e depois passando no meio da dita esquina a hum arvore de babalia, a qual fizeram certo nos limites, e d’ahi para a parte do Norte, e no vallado da parte do Poente do tanquinho — Nanoli talarry — ha hum arvore de gralha quasi secca, a qual he nos limites, e d’ahi neste mesmo vallado pertence hum cajury aos limites, e para o Poente deste cajury ha hum Varzea de duas vaças e meia de semear carci, a qual pertence a Dungrá, e d’ahi pelo caminho de passar

carretas ou, gaders, passando para a parte do tanque=Cuntaria—
talau=ha no meio hum cajury, ■ qual e o vallado do dito tanque da
parte do Poente he nos limites, e no dito tanque havia dez vaças de
terreno de semear, de que feito o exame, pertence ■ Dadara, ■ depois
passando nos vallados ■ no caminho existem no vallado da parte do
Poente do tanque=Jajala—talau=duas arvores ligadas ■ tamarin-
deiros, das quaes huma he para Dunga, e outra para Dadará, ■
feito ■ exame de ambas as partes fizeram certo os limites, ate ■
ponto dos limites das tres Aldéas Dunga, Dadara, e Bamoncar-
vor, ■ ■ que aceitaram os moradores e Pateis das Aldéas de ambas
as partes, ■ assignam neste papel, e os cajurys, e mais arvores que
existem nos limites nenhum de ambas as partes deve lavrar ■ servir,
deixando firme nos limites . Aos dez de Fevereiro de 1846

Assignados dos moradores de Dadará —Patel Lalia Jogui—Pa-
tel Givane Dagí—Patel Monge Dagí—Piao Dagí Cangi—Dorio Nono
Debario—Dorio Bapurio Ucario—Antonio da Silva, Comandante
Militar de Pragana Nagar Avely—Assinados dos moradores de Dun-
gra—Patel Bagoane Morargi—Patel Parago Givane—Cole Ranchor
Bula—Cole Porçotamo Bulá—Cole Givane Govane—Dir Faquirio
Arjan—Ser verdade de se ter feito em minha presença o acabamen-
to acima, o qual aceitaram e assignaram os mercadores de ambas as
Aldéas—Bucandas Jagagüandas, 1.^o Carcuno—Ielled Lujus—Mu-
kelly—Lucugrr Lecus Zilla —Candido Jose Mourão Garcez Palha,
Capitão Engenheiro do Estado da India Portugueza . Foi por mim
traduzido do proprio, ao que me reporto . Secretaria do Governo
de Damão, 20 de Fevereiro de 1846

—Januba Dagiba, Intreprete do Governo Esta conforme
Fortaleza de Damão, 5 de Março de 1846 Petra " (46)"

Em 1859 fixaram-se os limites de algumas aldeias de Pra-
ganã, sendo o govêrno português representado por Cunha
Rivara que escreveu

"A boa conformidade, com que os commissarios haviam trata-
do e concluido as disputas de limites no territorio de Dio, aconse-
lhou aos dous governos ■ cometter lhes a composição das que havia

no territorio de Damão, donde igualmente procediam inquietações dos povos e das autoridades assim portuguezas como britânicas. As principais contendias davam-se na fronteira da Praganã, ou districto de Nagar-Avely com varias aldeas da jurisdicção britânica. A Praganã, ou districto de Nagar Avely entrou no dominio portuguez no anno de 1783, por cessão que della fez o Peshwá, dominante maratha da corte de Punem, no tratado de 17 de dezembro de 1779. Passando os dominios de Punem aos da Companhia britânica, ficou a nossa fronteira limitando com o Collectorado de Tanná.

16 de maio.—Partimos para a Praganã Nagar-Avely, e pernoitamos na aldea Naroly, numa barraca a esse intento construida.

17 de maio.—Fomos a Sorongui, ponto da mais importante disputa entre esta nossa aldea, e a britânica de Kondar; e inspeccionámos o terreno.

18 de maio.—Pozemos os marcos na linha convencionada, que era a que da nossa parte se pretendia, com insignificante differença. Fomos em seguida almoçar a Dolará, onde a disputa era pequena entre a dita aldea de Dolará e a de Querdi da nossa parte, com a de Calandeu da parte britânica, e foi logo terminada. Nesse mesmo dia pernoitamos em Talaulim.

Nesta aldea ha olleiros, que como outros da India fabricam a louça de barro sem roda, mas somente batendo com um masso o barro amassado, que afeiçãoam sobre um toro de páu boleado.

19 de maio. Visitamos o lugar da disputa.

20 de maio.—Rectificamos a linha de demarcação. Em toda esta fronteira corre a nossa aldea de Talaulim, abrangendo ainda nos extremos as de Rodanã e Canuel; no territorio britânico corre a aldea Chincelá.

21 de maio.—Ainda em Talaulim. Resolveu-se a contenda; e logo outra menor entre as aldeas de Rodanã, portuguesa e Deussi inglesa.

.....

23 de maio.—Resolveu-se a ultima contenda entre as aldeas de Querdi e Calandeu.—Pernoitar a Racoli.

24 de maio.—De Racoli passamos a Dadrá, capital da Praganã, e residencia das auctoridades della; unico lugar onde ha edificios de pedra e cal.

Deixamos postos marcos provisionarios em todos os pontos, onde havia contenda. Na tarde do mesmo dia fomos embarcar a Calichugão, e dali pelo rio passamos á praça de Damão, satisfeitos de vermos a paz restituída a tanta gente" (47)

Cunha Rivara conseguiu tambem resolver o litígio sobre a navegação do rio Couleque

"Se a paz era restituída no sertão, restava todavia uma grave contenda na fronteira da beira mar. O territorio da marinha adjacente á praça de Damão, he limitada ao norte pelo rio Couleque, e ao sul pelo rio Calem. Pretendiao os inglezes, que todas as embarcações, que entrassem ou saíssem do rio Couleque, lhe pagassem a elles direitos. Fora esta questao tratada por varios governadores e renovada com muito calor pelo governador geral Visconde de Villa Nova de Ourem, que a levou á corte de Lisboa para dali passar a Londres á corte ou junta dos directores da Companhia britanica das Indias orientaes. Nada porem se havia alcançado mais que dizer Lord Elphinstone ao governo de Goa em carta de 21 de julho de 1856, em resposta aos officios do tempo do Visconde de Ourem, que o seu governo era inteiramente justificado em asseverar que o porto de Couleque era um porto britanico, e se considerava com direito de receber direitos de alfandega, anchoragem, e farol de todas as embarcações que entrassem ou saíssem daquelle porto. Mas que em consideração dos inconvenientes que o exercicio deste direito poderia causar ao commercio das aldeas portuguezas, e movido de sentimentos de amizade e benevolência para com elles o Visconde de Torres Novas (que então governava) consentia em largar todas as exigencias da parte do governo britanico aos direitos da alfandega sobre as fazendas, que fossem productos dos districtos portuguezes, e houvessem de ser exportadas por aquelle porto, que igualmente cedia dos direitos de anchoragem e farol, que devessem as embarcações, que exportassem taes fazendas, e da mesma sorte dos direitos de alfandega em todas as fazendas importadas para consumo dos ditos districtos portuguezes, e os que devessem as embarcações que as importassem. Ao mesmo tempo reserva ao seu governo o direito

(47) *Instituto Vasco da Gama*, 1.º anno, N.º 10, pag 270.

de tornar a impôr taes direitos, quando se achasse que aquella concessão dava origem a contrabando nos territorios britannicos. Era claro que nós não podiamos conformar-nos a acceitar por favor uma pequena parte daquillo a que tinhamos direito; e para resolver a questão de raiz em um Memorandum que fiz sobre ella, mostrei ao governo de Bombaim que a jurisdicção da praça portugueza de Damão comprehendia antigamente toda a costa desde o rio de Par-nel (que os inglezes escrevem Poorna) ao norte, a onde confrontava com as terras de Surrate do dominio do Grão Mogol, até ao rio de Agaçaim ou Dantorá ao sul, onde se continuava com a jurisdicção portugueza de Baçaim; e da parte do sertão se estendia por duas, cinco, e sete legoas, segundo os logares. Que as vicissitudes dos tempos haviam reduzido esta ampla jurisdicção ao limitado territorio maritimo que se estende do rio Colemba, vulgo Couleque (Koolek) até ao rio Calem (*Kaulan*). Que as outras tanadorias e praganãs haviam passado do dominio do Grão Mogol ao governo maratha e adminis-tração do Peswá de Punem. Que nunca com o maratha se susci-tára disputa acerca do uso dos portos e barras destes rios porque naturalmente se entendia estarem sujeitos ao direito commum, isto he, pertencer a cada governo os direitos das embarcações, que de-mandassem a respectiva margem. Que se Portugal poude no anno de 1779 concluir com o Peshwá um tratado tão vantajoso, que por meio d'elle lhe cedeo o dito Peshwá toda a Praganã Nagar-Avelly, facilmente se comprehendia que não permittiria Portugal por essa occasião que o mesmo Peshwá ficasse inteiro senhor do Porto de Couleque, ainda quando elle tivesse taes pretensões.

Que porem como no rio Couleque não havia então (como ainda hoje não ha no rio Calem) navegação, que demandasse a margem portuguesa, claro está que o govêrno do Peshwá recebia direitos de todas as embarcações, que entravam no dito rio Coule-que, porque de facto todas quantas *alli* entravam, hiam demandar a margem de seu lado. E que neste sentido, e não n'outro, se deviam entender os documentos dos archivos do Peshwá em Punem, que fallam dos rendimentos do porto do rio Couleque documentos que o governo inglez de Bombaim allegava como a mais cabal prova do seu direito, na qualidade de successor do Peshwá. Que no rio Calem não ha hoje disputa alguma, porque não havendo

povoação do lado portuguez, todas as embarcações vão demandar a margem ingleza e por consequencia todas pagam lá justamente os respectivos direitos. Mas que se por ventura amanhã houver ali navegação, e esta demandar a margem portugueza o governo portuguez esperava que o britânico, reconhecendo o direito commum não pretendesse priva-lo de receber o que lhe tocasse. Que finalmente o governo portuguez esperava que o britânico considerando mais detidamente a materia desta disputa e movido dos sentimentos de antiga alliança e amizade, e ao mesmo tempo de justiça benevolmente retiraria a clausula exarada no officio de Lord Elphinstone de 21 de julho de 1856 pela qual o governo britânico insistia em reservar para si a faculdade de restabelecer, quando julgasse conveniente, os direitos sobre todas as embarcações que entrassem no porto de Couleque.

Este Memorandum produziu o desejado effeito: porque sendo acompanhado de um parecer favorável do commissário Pope, foi acceto em todas as suas partes pelo governo de Bombaim, que resolveo segundo nelle se propunha e ao mesmo tempo approvou a demarcação de limites feita pelos commissarios entre o territorio de Damão e o vizinho do collectorado de Tanná ' (48)

Em 1863 foram os limites de Praganã definitivamente fixados pelos commissarios Major Ricardo Carlos Clanchy, Governador de Damão, e Mr A. Guerim, Ajudante do Chefe das operações geodesicas do Colectorado de Surrat.

Tendo-se ajustado que no dia 3 de Fevereiro de 1860 se principiasse a demarcação da linha de fronteira entre os territorios portuguez e britânico, os commissarios encontraram-se, para esse fim, em Mahim e fixaram a linha desde o rio Calem ate a extremidade da aldeia britânica de Mahim, a qual confina com o rio Ganga de Damão, tendo pelo Norte as aldeias portuguezas contiguas Pardi e Jari.

Continuando na demarcação, que foram resolvidas a contento dambas as partes, e depois de os commissarios Ri-

cardo Carlos Clanchy e A. W. Hughes terem examinado tôdas as balisas de madeira, que demarcavam os limites estabelecidos em 1859 por Cunha Rivara e Coronel Pope, em diferente aldeias, encontraram essas balisas intactas e correctas, e interromperam os trabalhos da demarcação no dia 22 do referido mês de Fevereiro de 1860, por não estar o Comissário inglês autorizado a continuar a mesma demarcação; a qual recomeçando no dia 16 de abril de 1863, foi concluída definitivamente em 2 de Maio do mesmo ano, sendo Governador Geral dêste Estado o Conde de Torres Novas. Ficou, por consequência, demarcada tôda a fronteira entre o território português e o inglês e o do Rajá de Dharampur.

Os Pateis, antes de mostrarem os verdadeiros limites das suas respectivas aldeias, prestaram o seguinte juramento.

“Nós.....Pateis das aldeias.....

“Tendo dado as mãos, e apanhado um torrão de terra das nossas respectivas aldeas, um pedaço de escremento da vaca, arroz e um bocado de palha, juramos por *Permerherur* (deus hindu) que fielmente mostramos e caminharemos pelo verdadeiro limite de nossas aldeas, segundo antigo *Wahecuvut* (na forma da prática) sem favor algum, e se assim o não fizermos, permita Deus que morramos antes de chegarmos a nossas casas, ou sejam estas queimadas, que morram nossas mulheres, filhos, e gados, que as terras que cultivamos, ou aquellas que occupamos não produzam, ou que Deus nos castigue por qualquer outro affitivo modo.”

Sôbre esta delimitação, Joaquim Teodoro Messijana, administrador dos matos, prestou o seguinte relatório :

“ Por esta occasião, fui eu encarregado de acompanhar a sobre-dita commissão, com o patel maior das aldeas; e prestar todos os esclarecimentos, de que por ventura ella carecesse sobre o objecto da sua missão.

Não forão frustradas as diligencias, que eu havia empregado, para me orientar ácerca dos limites verdadeiros do nosso territorio; e estar assim habilitado a esclarecer a commissão sobre qualquer duvida, ou contestação que se levantasse; como bem depressa reco-

nheci, logo que se deu principio ao trabalho de demarcação

Parece-me, por tanto, que não será fora de proposito, e v. exa. se dignará relevr-me o relatar aqui as differentes controversias, que mediante os esforços do meu alcance foram razoavel e favoravel mente resolvidas

Havendo se dado começo aos trabalhos de demarcação em o 1.º de fevereiro de 1860, logo surgiu uma contestação sobre a directriz da linha de limites entre a nossa aldea de Noroly, e a de Nagoasse do territorio inglez. A circumstancia de haver um colono de Nagoasse cultivado o terreno em controversia, desde alguns annos, servia de fundamento ao direito que os inglezes pretendião ter ao mesmo terreno

O commissário inglez, para resolver esta contestação, mandou collocar duas ordens de balizas, uma satisfazendo ás exigencias dos inglezes e a outra seguindo a verdadeira linha fronteira sustentada pelos nossos colonos, e que depois se procedesse a divisão de terreno disputado comprehendido entre duas linhas provisórias.

Vendo eu que, sendo assim resolvida a questao ficava perdido para Portugal um tracto de terreno de alguma importancia, tratei immediatamente de esclarecer o nosso commissário, observando-lhe que com quanto o colono inglez cultivasse, desde alguns annos, o referido terreno era com tudo certo que elle pagara sempre o foro competente ao nosso colono Govindrau Zagarnati segundo um papel de contracto celebrado entre ambos

A vista, pois, desta declaração communicada pelo nosso ao commissario inglez, mandou este parar o serviço e verificada a existencia e legalidade do referido papel de contracto, passou o terreno controvertido a nosso poder, e proseguio se nos trabalhos encetados

Importantes terrenos da nossa aldea de Velugio estão desfructados, havia huns vinte annos per colonos de Sotorcal do territorio britanico, mediante o pagamento de um foro insignificante ao nosso pater. A poder de muitos esforços, consegui que não se apresentassem contestações que sem duvida poniam em risco imminente a posse daquelles excellentes terrenos e a demarcação foi fixada, ficando os mesmos terrenos comprehendidos em os limites da nossa provincia. Passados, porem, tres dias, e quando se estavam demarcando os

limites entre a nossa Aldea de Carachião, e a ingleza de Codar vierão os colonos de Solorcal reclamar ao commissario britanico os sobreditos terrenos de Velugão, como pertencentes ao dominio inglez; reclamação que não foi, nem devia ser attendida, por terem já decorrido tres dias, depois que a linha de limites as duas aldeas havia sido fixada, sem contestação alguma.

Chegados que fomos a nossa aldea de Querdi, que confronta com a de Udóem do territorio britanico, apresentou-se nova contro-versia, e esta de maior consideração, por que o terreno disputado comprehendia mattas importantes.

O commissario inglez, não achando outro meio de resolver a contestação, mandou estabelecer duas linhas, uma seguindo as indicações dos colonos britanicos e a outra conforme a demarcação antiga, sustentada pelos colonos portuguezes; e que o terreno em questão fosse igualmente dividido. E como a operação ordenada fosse longa, e demandasse tempo, recolhemos a barraca.

Vendo eu que as cousas seguiam semelhante caminho, e estando convencido de que o terreno era injustamente disputado, mandei immediatamente chamar o patel de Querdi, e apenas elle chegou, introduzi-me com elle no bosque, donde, pelas razões convenientes de que usei para com elle, se retirou plenamente convencido da verdade, e foi, por detreminação minha, chamar os dois colonos, que da aldea ingleza de Udóem, cultivavão por aforamento os terrenos com contestação. Passada apenas meia hora apresentou-se-me acompanhado dos colonos referidos, os quaes me fizeram a importante declaração de que pagavam foros ao sobredito patel, pelos terrenos que cultivavam desde muitos annos. Referindo immediatamente esta circumstância ao nosso commissário, este communicou ao inglez, o qual com quanto exigisse a exhibição do papel de contracto, teve com tudo, de ceder, e conformar-se com a solene declaração dos dois colonos inglezes, e do patel da nossa aldea de Querdi, aquem elles pagavam, como fica relatado, foros pelos terrenos cuja posse nos era disputada. E os mesmos terrenos ficaram, como era de razão comprehendidos em os nossos limites conservando-se a verdadeira linha de fronteira, indicada pelos colonos portuguezes.

Prosseguíam os trabalhos, até que chegado a nossa aldea de

Parjai, confiante com a de Gorchunchalá do territorio britânico, vieram os colonos e o patel desta ultima aldeia disputar-nos a posse de um considerável tracto de terreno, em que se comprehendia metade da matta daquella nossa aldeia

Surpreendida por esta inopinada contestação pois que nunca me constara, que em tempo algum tivesse havido qualquer discordia, ou controversia, entre os colonos de duas aldeas limitrophes, pondo em duvida o nosso direito aos terrenos ou á mattas onde eu proprio havia mandado fazer cortes de madeira, sem obstaculo, nem reclamação alguma, em 1856, para a construcção da corveta Damão, surprehendido, dizir eu, por tao inesperada controversia, fiz ver ao nosso commissario, que a questao, que entao se levantava, nao podia deixar de ser infundada, e forjada, talvez para nos de-a possar injustamente daque'les terrenos. Mas, nao obstante e peio destas razões que depois de ter por mim informado, o nosso commissario apresentou ao do governo inglez, este exigia que o terreno disputado, e mata nelle comprehendida, fossem divididos igualmente, para o que mandou proceder ao traçado das duas linhas, como nas precedentes questoes

Como porem o major Clanchy nao quizesse annuir a semelhante exigencia, e o commissario inglez persistisse no seu proposito da divisao dos terrenos disputados correu risco de se por termo ao proseguimento dos trabalhos encetados

Nesta desagradável conjunctura, occorreu-me felizmente que a linha da fortuna corria pela cruz da montanha denominada Gombourg e que possuindo nos um exemplar da carta topografica da Praganã ingleza, bem se poderia verificar qual era a raia verdadeira

Informado por mim desta circumstancia o nosso commissario, foi logo enviado um soldado á praça de Damão, buscar a carta referida e qual soldado, passado dois dias, estava com ella de volta.

Apresentada pelo major Clanchy ao commissario britânico, este depois de proceder á um escrupuloso exame, e tão escrupuloso foi elle que durou dois dias, conveio a final, que os limites indicados pelos nossos colonos eram com effeito os verdadeiros, segundo a carta da Praganã ingleza; e nesta conformidade se fez a demarcação

Proseguindo depois os trabalhos, como convinha terminou-se

finalmente a demarcação da linha de fronteira que hoje separa o território portuguez dos dominios britannicos, sem que fossem mister dividir terreno algum disputado, com quanto surgissem ainda algumas contendas assás impertinentes, que foram resolvidas favoravelmente.

Fixada, pois, a linha de limites entre os territórios portuguez e britannico, restava ainda determinar definitivamente a que devia estremar a nossa provincia, das terras do raja de Dramapoor.

Para este fim, apresentou-se em Damão, no dia 28 de Fevereiro de 1863, o inglez enviado como commissário do referido raja. Commissário, por parte do nosso governo, já estava nomeado o major Clanchy, e eu fóra encarregado verbalmente, pelo exmo. governador geral, de acompanhar a commissão a fim de lhe prestar, como na antecedente, os necessários esclarecimentos.

Combinou-se, pois que os trabalhos respectivos comesçassem em abril seguinte, mas tendo adoecido o nosso commissário, foi nomeado, para o substituir, o capitão de engenheiros L. C. de Sousa e Faro, e eu para acompanhar, para o fim indicado (officio do governador da praça n.º 132, de 8 de abril 1863); devendo se reunir a commissão na aldea de Seli.

Deu-se, pois, começo aos trabalhos de demarcação e tendo-se apresentado, passados dois dias, o nosso commissário, proseguiu-se no serviço encetado, ate que se concluiu no curto espaço de trinta e sete dias.

Conseguiu-se, mediante o emprego de muitos e arduos esforços, que os terrenos mais importantes, e que mais energicamente nos eram disputados, ficassem todos compreendidos em os nossos limites como era de razão.

Eram elles os das nossas aldeas de Randá-grande e Randa-pequeno, disfructados indevidamente pelos colonos do raja havia mais de vinte e dois annos; e os da nossa aldea de Berpum, que os colonos e patel da aldea de Tancor-Praganã nos disputavam também desde quatro annos.

Foi apenas mister, durante a demarcação de toda a linha de fronteira, entre o nosso territorio e do raja de Dramapoor, proceder á divisão de alguns pequenos tratos de terreno de pouca impor-

tancia sobre os quizes havia contestação intrincadas em as nossas aldeas de Umborcuti limitrophe de Fatipor, e Besdum que confina com a ja referida Tancor Pragana do raja Nao se poude conseguir mais favoravel soluçao por falta de dados positivos

E por esta forma se poz termo ás vehementes e perniciosas contestaçoens que incessantemente inquietavam as povoaçoens limitrophes ficando finalmente definidos depois de superadas consideraveis e gravissimas difficuldades os limites do nosso territorio em 2 de Maio de 1863

Era este com effeito o mais valioso o mais importante serviço que o ex.^{to} Conde de Torres Novas podia prestar a este pua era o melhoramento do maior vulto o mais instantenente reclamado com que a administração de s.^{ex} podia dotar o nosso estabelecimento de Damão

Deos guarde a v.^{ex} Damão 11 de novembro de 1866 —
Illm.^o e exm.^o sr. conselheiro Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara secretario do governo geral do estado da India

Joaquim Theodoro Messijana administrador das mttas.^{as} (49)

O jesuita Manuel Godinho descreveu o antigo territorio portuguez de Damão onde esteve em 1662

E sahindo para este fim de Baçaim em quinze de Dezembro de 1662 me fui a igreja de Nossa Senhora dos Remedios distante dois tiros de canhão da cidade. Diante daquella milagrosa imagem, que e venerada de christaos gentios e mouros, offereci a Deus todos quantos trabalhos em uma tao arriscada como trabalhosa viagem me esperavam e tomada sua benicção com uma grande confiança em o patrocínio de tal Senhora me puz a caminho. Pelo meio dia cheguei ao rio de Dantorá cuja barra defende um forte dos malayes corsarios daquelles mares. Passado o rio, entrei nas terras da jurisdição de Damão e caminhando por ellas fui dormir a Maim Quelme. Assim se chama esta povoação para distincção de outra que fica na ilha de Bombaim que tem o mesmo nome e de que fallamos esta sita junto de um rio capaz de galeotas somente e tera

(49) *Bol. do Gov.* de 1866 n.^o 99

cento e cincuenta portuguezes casados, com outros tantos cazres de pretos, gente esperta, e destra para as armas. No desembarcadouro do rio se vê um forte redondo com quatro falcões de bronze, que tiram pelouros de pedra, presidido por seis soldados, e um capitão posto por elrei. O terreno de Maim é fresquissimo, e todo cuberto de hortas, em que se dá muito gengibre, betele, que é a mais presada e fragiante erva do mundo, muito ananaz, bananas, jácas, e mil outras frutas: as aldeas de seus atreidores dão muito arroz, que daqui se leva para Diu, e Cambaya.

No dia seguinte, caminhando pela praia, cheguei pelas duas horas a Trapoi, villa de portuguezes, em que haverá cincoenta casados e duzentos christãos naturaes da terra, fundada á borda de seu rio, cuja boca defende um baluarte de ponta de diamante, e a povoação uma cerca de páus a pique com entulho. O presidio é de um capitão, que o é da terra, posto por S. Magestade, com mais seis soldados, e um bombardeiro pagos. Em uma occasião poderá lançar Trapor quatrocentos homens de armas, os quaes todos são obrigados a acodir á fortaleza de Damão em tempo de guerras, e meter-se dentro della para a defenderem, sob pena de perderem as aldeas que comem. O terreno de Trapor dá muito arroz, mas não é tão delicioso como o de Maim. Nesta villa encontrei dois religiosos da Companhia, o padre Pedro Zuzarte, reitor de Damão e o padre Pedro de Matos, que ia para o collegio de Agra, côrte do grão mogol. Todos tres em companhia continuámos a jornada daquelle dia, que foi até Danú.

E' esta povoação celebre, e sabida na India por duas rasões; a primeira pela Senhora das Angustias, que em si tem, muito milagrosa; a segunda, porque todas as náus, que da costa da India querem engolfar para a costa de Diu, ou para o estreito, sem risco de descahirem com as aguas para Cambaya, procuram avistar os picos a que chamam de Danú, por estarem no cume de uma serra, que lhe coirresponde no seitião. E' a povoação de cincoenta visinhos naturaes, e quatro ou cinco portuguezes, casados, fora o Capitão e quatro soldados pagos por elrei. O rio de Danú é de cincoenta passos na largura em preama, e de trinta em baixamar. A altura é de dez até doze palmos de agua, e por isso capaz de navios de remo somente. Em entrando da barra para dentro doze passos

da praia está um forte redondo, que deita para fora um baluarte, em qual jogam tres falcões pelouros de pedra, e uma peça de bronze de seis libras, para guarda, e vigia deste forte, de mais dos soldados portuguezes para Sua Magestade dois capitães ou Nayques da gente da terra, com dez peões. O effeito para que se fizeram este e os mais fortes, que por aquella costa temos, foi para impedir que os malavares não entrem com seus paraus por aquelles rios dentro a roubar e captivar gente das aldeas, que são d'elrei de Portugal. A terra de Danu não dá mais que arroz e legumes nella descansamos a segunda noite de minha viagem, e ao seguinte dia fomos jantar a Nargol, aldêa do collegio de Damão da Companhia de Jesus, distante seis leguas e meia de Danu, e cinco de Damão. Em Nargol mudei o trajo, vestindo me de soldado, por convir entrar disfarçado em Damão, onde me não convinha ser conhecido e partindo ao outro dia para Damão, chegamos aquella cidade pelas nove da manhã.

A fortaleza de Damão, uma das que sultão Badur rei de Cambaya tinha por de grande importancia, foi primeiro queimada por Antonio da Silveira, e arrasada por Martim Affonso de Sousa, do que fosse desta corôa. Depois de ser nossa padecceu dois sitios dos mogoles visinhos, que não serviram de mais que de saber o mundo que Damão era outra cousa defendida pelos portuguezes, do que fora defendida por turcos e guzarates. O vice rei D. Constantino de Bragança e tomou ultimamente aos mouros, e presidiou com numero competente de soldados e de então para cá se foi sempre trabalhando em sua fortificação, sem interrupção alguma, e que tem feito aquella fortaleza mais defensavel que nenhuma outra das que temos na costa do norte. Está plantada na terra firme do reino do Guzarate em vinte graus de altura para o norte, junto a um rio de agua salgada, que nascendo em terra de mouros se vem meter no mar, fazendo o porto de Damão, que e de fundo bastante para náos grossas, *porém a barra tem o banco de areia, que não deixa entrar maiores embarcações que navios carregados em mare cheia galeões sem carga também entram e sahem*.

A cidade he toda murada com muros de trinta pes de alto e vinte de largo, em que se contam dez baluartas muito fortes e espaçosos, e mais de quarenta peças entre canhões, esperas, pedreiros,

sagres, cameletes e colubrinas: por fóra dos muros fica um profunda cava, que vai entestar no rio, a qual se passa por ponte levadiça. Da outra banda do rio à borda della está o forte de S. Jeronymo, obra do visorrei D. Jerôny no de Azaveilo: é feito em forma triangular, com um baluarte cavalleiro para o cinto e dois meios baluartes nos outros dois cantos, com suas casamatas pelo raso do horisonte: na face que corre ao longo do rio tem os muros de comprimento cincoenta e cinco braças, de dez palmos cada braça: os outros dois panos de muro tem cada um sessenta braças. O sitio deste forte é mais eminente que o de D. João, e lhe fica sendo presidio: assiste nelle um capitão com sessenta soldados de presidio.

Os edificios da cidade são pela maior parte baixos, não é licito a nenhum de seus moradores levantá-los mais que os muros, e isto por causa das batarias as não derrubarem em occisão de sitios, com grande damno dos sitiados, como naquella cidade se experimentou em alguns cercos que teve, mas as ruas são muito largas, e direitas, e ordenadas com tal ordem, que de todas se descobrem os muros de uma e outra parte. Duas são as igrejas parochiaes, a Sé, e outra: quatro religiões, a de S. Domingos, a de S. Agostinho, a de Santo António, e da Companhia, cujo reitor é administrador das obras da fortaleza. Os portuguezes que a habitam farão numero de cem casaes: mais eram; pore n estes annos morreram muitos de certas doenças contagiosas, que se attribuiram aos vapores da cava, que abriram, os quaes parece que inficcionaram os ares, de antes salutariferos. A gente preta é muito mais em numero; e de toda a jurisdição de D. João se ajuntam tres mil homens de armas, parte de cavallo e parte de pé. São os portuguezes de Damão grandes cavalleiros por os mais delles terem alleas com obrigação de cavallo arabios, lo que os faz serem exercitados, e homens de cavallo. Governa o temporal daquella cidade e terras de seus districtos, um capitão posto por Sua Magestade: o espiritual um vigário da vara: a justiça um ouvidor: a fazenda um feitor, que juntamente serve de alcaide mór.

A agua que em Damão se bebe é de tanques, que enche a chuva no inverno. O clima não é tão temperado como o de Baçaim; porque tem muito grandes frios nos mezes de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, em que ventam os terrenhos, que

são nortes : porem este frio so dura desde as doze da noite ate as nove do dia , porque em aqueitando o sol, faz calma que abrasa São nesta cidade mui ordinarias as colicas, a que chamam, mordexins, tão mortaes, que em poucas horas concluem O remedio mais provado e queimar os calcanhares com um ferro em brasa As fazendas constam de varzeas de arroz e muitos cajuris que são como estas palmeiras de Portugal, mas mais baixas, de que se tira um licor para fazer vinho Algumas hortas tem com mangueiras, e outras arvores de frutas da India Nos matos ha infinita caça de lebres, corças, merus, veados, javalis, baciões, gazelas, pavões, rolas, e toda a sorte de volataria, e montaria. O mar sómente e alli muito alto de peixe Na ribeira de Damão se obram mui fortes galeões e navios

A jurisdicção e termo desta cidade e grande , porque começa de um riacho, que esta cinco leguas de Damão para o norte costa acima, chamado Parnel, onde se dividem as terras de Surrate pertencentes ao Mogol, e as de Damão, com que confina por esta parte do norte, e vão continuando as nossas terras pelo sertão dentro espaço de duas leguas e meia, d'elli voltando para o leste ficam abarbadadas com as do rei Vergi, mouro de nação e sujeito ao Mogol deixando as terras de Vergi se estendem cinco leguas pela terra dentro ate chegarem ás de Choutea, regulo que poem em campo seiscentos de cavallo Tem este regulo nas terras de Damão certa pensão a que chamam chouto, a qual se lhe paga ainda antes de serem nossas Sobre esta paga ha ordinariamente brigas de nossa e sua parte Para o sul confinam as terras de Damão com outro regulo chamado o Colle, que assim mesmo como o Chouteá vive entre asperas serras e fechados matos, e vão acabar no rio de Dintorá deste rio ate o sobredito de Parnel são vinte leguas de costa, e tantas tem o districto de Damão, no qual se contam trescentas aldeas, quatro capitancias, a de São Gens, de Danu, de Maum, de Trapor, quatro tranqueiras presidiadas, Solsumba, Calamuquel, Panselá, e Josolim " (50)

(50) *Pelação do No.º Caminho que fez por terra e mar vindo da India para Portugal no anno de 1663 2ª edição, pag 14*

O actual território português de Damão está situado a leste do golfo de Cambaya, na Lat. N. 20.º 22' ; e Long. 81.º 37' E.

Divide-se o mesmo território em quatro partes distintas:—*Praganã-Nacr*, ou Damão-Grande—*Praganã Calana Povari* ou Damão Pequeno—Dadrá—e *Praganã-Nagar-Aveli*.

As duas primeiras divisões — Damão-Grande e Damão-Pequeno — consideradas no seu todo, acham-se situadas ao norte do rio Calem, que serve de linha de fronteira entre o território de Damão e o colectorado de Tanná; ao sul do rio Coileque, que é a linha de limite entre o território de Damão e o colectorado de Surrate, a leste do Golfo de Cambaia; e a oeste de caminho de ferro de Barodá a Bombaim que passa a S. E. a distância de 6 milhas da praça de Damão, na aldea Vapi dos domínios britânicos.

Damão Grande é separado de Damão—pequeno pelo rio, Damongangá ou Sandalcalo. Este rio tem a sua origem nas montanhas do Guzerate, do domínio inglês, além de Bildary e Gurvary portugueses: percorre em diversos sentidos a Praganã Nagar-Aveli, banha o sul de Dadrá, e depois de passar por diversas aldeias inglesas, entra no território português, e vai desaguar no Golfo de Cambaia. E' navegável; não podendo, porém, as embarcações de gávea surgir muito além da estreita e profunda embocadura do rio.

A' esquerda assenta a praça e cidade de Damão. Esta praça é um decágono irregular, do sistema abaluartado; tem duas portas, a da terra ou do campo e a do mar, em frente da segunda está um excelente cais, mandado construir no tempo do governador Julião José da Silva Vieira, época em que ali floresceu o comércio do anfião.

A superfície quadrada da praça será, aproximadamente, de 17.500 metros ser.

Damão-Grande é formado pelo conjunto de 25 aldeias e terá de superfície 15k. 307.449 metros quadrados, ou 1.550 hectares, 74 ares, 49 centiares,

Damão-Pequeno poderá medir de superfície 82k. 821. 666

metros quadrados ou 8.282 hectares, 16 ares, 66 centiares.

Damão Grande abrange as seguintes aldeias: Bamotim, Campo dos Remédios, Damão de cima, Devá-Paidi, Doler, Jampor, Jari, Jumprim, Magarvará, Naila-Paidi, Palhita, Priol e Taná-Paidi.

Damão Pequeno divide-se nas seguintes aldeias: Bimpor, Calicachigão, Cariá, Carivari, Catriá, Dabel, Damão-pequeno, Deuea, Dundoriá.

Nagar-Aveli propriamente dita subdivide-se em dois ramos distintos: O primeiro denominado *Etoli Pathi* é constituído por 22 aldeias, e forma a divisão do norte. O segundo *Upli Pathi* tem 50 aldeias as quais compõem a divisão do sul. O limite natural destas duas divisões é o rio Sandalcato e diversas aldeias do Rajá de Dharampur.

A *Etoli Pathi* tem aproximadamente doze quilómetros de comprimento, contados desde o extremo occidental de Vagechimpa até a extremidade oriental de Randá pequeno e oito quilómetros de largura, tomada desde a parte setentrional de Cumbar de *Silli*, até ao ponto austral de *Rocoli*; a que dá uma extensão superficial de noventa e seis quilómetros quadrados, ou 9.600 hectares.

A *Upli Pathi*, medirá próximamente vinte e um quilómetros de comprimento, contados desde o limite occidental de *Califolia* até à linha da fronteira oriental de *Berpum*; e nove quilómetros de largura média, medidos da raia setentrional de Vassuná à extrema meridional de Querdi: do que resulta uma extensão superficial de cento e oitenta e nove quilómetros quadrados, ou 18.900 hectares.

O polígono que representa as duas divisões de Nagar-Aveli reunidas é muito irregular, e poderá medir cem quilómetros de extensão. ⁽⁵¹⁾

(51) Vide Relatório de Lopes Mendes no *Bol. do Govêrno* de 1865, n.º 39.

O actual território português de Damão está situado a leste do golfo de Cambaya, na Lat. N. 20.º 22'; e Long. 81.º 37' E.

Divide-se o mesmo território em quatro partes distintas:— *Praganã-Naer*, ou Damão-Grande—*Praganã Calana Povari* ou Damão Pequeno—Dadrá—e *Praganã-Nagar-Aveli*.

As duas primeiras divisões — Damão-Grande e Damão-Pequeno — consideradas no seu todo, acham-se situadas ao norte do rio Calem, que serve de linha de fronteira entre o território de Damão e o colectorado de Tanná; ao sul do rio Coileque, que é a linha de limite entre o território de Damão e o colectorado de Surrate, a leste do Golfo de Cambaia; e a oeste de caminho de ferro de Barodá a Bombaim que passa a S. E. a distância de 6 milhas da praça de Damão, na aldea Vapi dos domínios britânicos.

Damão Grande é separado de Damão—pequeno pelo rio, Damongangá ou Sandalcalo. Este rio tem a sua origem nas montanhas do Guzerate, do domínio inglês, além de Bildary e Gurvary portugueses: percorre em diversos sentidos a Praganã Nagar-Aveli, banha o sul de Dadrá, e depois de passar por diversas aldeias inglesas, entra no território português, e vai desaguar no Golfo de Cambaia. E' navegável; não podendo, porém, as embarcações de gávea surgir muito além da estreita e profunda embocadura do rio.

A' esquerda assenta a praça e cidade de Damão. Esta praça é um decágono irregular, do sistema abaluartado; tem duas portas, a da terra ou do campo e a do mar, em frente da segunda está um excelente cais, mandado construir no tempo do governador Julião José da Silva Vieira, época em que ali floresceu o comércio do anfião.

A superfície quadrada da praça será, aproximadamente, de 17.500 metros ser.

Damão-Grande é formado pelo conjunto de 23 aldeias e terá de superfície 15k. 307.449 metros quadrados, ou 1.530 hectares, 74 ares, 49 centiares,

Damão-Pequeno poderá medir de superfície 82k. 821. 666

metros quadrados ou 8 282 hectares, 16 ares, 66 centiares

Damão Grande abrange as seguintes aldeias Bamotim, Campo dos Remedios, Damão de cima, Deva Paidi, Doler, Jampor, Jari, Jumprim, Magarvara, Naila Paidi, Palhita, Priol e Tana Paidi

Damao Pequeno divide se nas seguintes aldeias Bimpor Calicachigão, Cana, Carivari, Catra, Dabel, Damão pequeno, Deuea, Dundoria

Nagar Aveli propriamente dita subdivide se em dois ramos distintos O primeiro denominado *Etoli Pathi* e constituido por 22 aldeias, e forma a divisão do norte O segundo *Upli Pathi* tem 50 aldeias as quais compõem a divisão do sul O limite natural destas duas divisões e o rio Sandalcalo e diversas aldeias do Raja de Dharampur

☞ A *Etoli Pathi* tera aproximadamente doze quilometros de comprimento, contados desde o extremo occidental de Vagechimpa ate a extremidade oriental de Randa pequeno e oito quilometros de largura, tomada desde a parte setentrional de Cumbar de *Silli*, ate ao ponto austral de *Rocoli* o que da uma extensão superficial de noventa e seis quilometros quadrados, ou 9 600 hectares

A *Upli Pathi*, medira proxivamente vinte e um quilometros de comprimento contados desde o limite occidental de *Califolia* até a linha da fronteira oriental de *Berpum*, e nove quilómetros de largura media, medidos da raia setentrional de Vassuna a extrema meridional de Querdi do que resulta uma extensão superficial de cento e oitenta e nove quilómetros quadrados ou 18 900 hectares

O polígono que representa as duas divisões de Nagar-Aveli retilneas e muito irregular, e podera medir cem quilometros de extensão (51)

(51) Vide Relatorio de Lopes Mendes no *Bol do Governo* de 1865, n.º 39

outras essencias florestaes, a aldavame, calane ou hedu (*nauclea cardifolia*), a assane (*briedelia spinosa*), a apteira ou aptá (*banhima parvifolia*) a bia ou biblá (*pterocarpus marsupium*), a calicanty ou kaller (*acacia sundra*), a damborá (*conocarpus latifolia*), a damony ou damny (*grewia liliac-folia*), a jambó ou jambol (*eugenia caryophyllata*) a marêta, sadrá, mirty ou aymnol (*pentaploera arjuna* e *pentaploera glabra*), a maurá (*bassia latifolia*), a palasse (*butea frondosa*), o pau ferro ou kér (*acacia catechu*), a quinei ou quirni (*mimusops hexandria*), o sissom ou sissô (*d'albergia latifolia*), o sirosse ou sirisse (*acacia espiciosa*), o sivane (*gmelina arborea*), o tanasse (*d'alberguia oofjensis*), a teca ou sag (*tecoma grandis*), a timbri ou pau preto (*diospyrus montana*), e o babul ou babaliá (*acacia arabica*).

São ligeiros esboços apenas os que acabamos de apresentar sobre o aspecto geral de Damão e Nagar Avely, e sobre a vegetação nas suas Praganãs. A sua flora, porém, póde dizer-se que não está ainda nem feita nem estudada. A par das madeiras finas, e que tão alto valor têm nos mercados visinhos a Damão, a par das gramineas cultivadas, e que em larga escala abastecem os celleiros de Bombay, ha um grande numero de plantas indigenas, mais ou menos conhecidas, que podem fornecer variadissimos productos uteis; e é igualmente possivel introduzir ali plantas valiosas d'outras regiões. Se algum dia conseguirmos organizar os serviços botanico-coloniaes, a Praganã Nagar Avely daria de certo logar a importantes estudos scientificos sobre a sua flora.

Julgâmos de mediocre interesse a sua fauna. Afóra o tigre real o tigre bibió não se encontram em todo o territorio de Nagar Avely outros carnivoros. Habitam principalmente a região florestal, na zona meridional e occidental, onde a população é menos densa, onde a provincia é mais habitada de herbivoros, e onde abundam, como representantes dos pachidermes, os porcos bravos, e, como representantes dos ruminantes, a gazella ou cabra do matto.

Appareceram outrora na Praganã Nagar Avely alguns leões, um ou outro elephante. Aquelles quasi que desapareceram hoje da India. Unicamente se encontram em diminutissima quantidade na costa de Katyawar Estes quasi que só se encontram hoje no Terai e no Assam, e, se não fôra o governo inglez ter prohibido nos

ultimos tempos a caça constante e barbara que se lhes fazia no intuito de explorar o marfim, teriam já desaparecido completamente.

E' rara a caça ao tigre real, e mesmo ao *bibio* na provincia de Nagar Avelly, e n'alguns pontos o hindu chega a considerar o como um deus, principalmente quando tenha dizimado bristantes victimas, a superstição e par do terror tem obstado a que se lhes faça uma guerra de extermínio não obstante os premios que o governo concede aos matadores de animais ferozes e reptis venenosos.

Mais temiveis que o tigre real, e por esse facto decerto mais veneradas pelos hindus, são as cobras capello, alcatifa e outros reptis venenosos, cujas mordeduras produzem a morte, por assim dizer quasi instantaneamente, e que se encontram em todo o districto. E são bem mais temiveis que o tigre real. Contra este ha a caça, contra aquellas não ha defeza possível, surgem de toda a parte do solo e das aguas multiplicam-se extraordinariamente. Calcula-se por anno em 20 000 o numero das victimas d uns e d outras em toda a India.

A cobra e um dos principaes attributos do deus Vishnu tal e o terror que inspira que o hindu considera o o animal sagrado por excellencia.

Abundantes e variadas as aves em todo aquelle territorio, principalmente em Nagar Avelly. Notaveis a maior parte pela belleza da sua plumagem. Pouco cantadoras. Merecem entre ellas especial menção o verdadeiro papiguo real, de côres variegadas, predominando o verde, o periquito de cauda extensa, os martinhos de poço, cajúty e palmeira extremamente domesticaveis e palradores, as gralhas, muito semelhantes as pegas de Portugal mas de maiores dimensões encarregadas gratuitamente da limpeza dos monturos, as perdizes, as codornizes, os dominicos, as garças os patos bravos, os pombos e as rolas.

Abundam os macacos na divisao Uply Patty da Praganā Nagar Avelly, como abundam extraordinariamente em toda a India Central, principalmente de Ahmedabad ate Benares. Vimos os de grandes dimensões em grossas quantidades ao longo da linha ferrea de Borda a Ahmedabad, e em bandos nas estradas e ate pelos telhados e nos prisões d aquella cidade. O hindu respeita-os em attenção ao seu deus macaco Hanouman.

Quadro das superfícies das culturas do Distrito de Damão

Nomes das aldeias	Casas em ruína	Cajuris	Cultura de babo-las	Estradas e caminhos	Inculto produtivo	Inculto improdu-tivo
	H/a	H/a	H/a	H/a	H/a	H/a
Bamotim	01920	...	07912	27842	...
Bimpôr ..	00112	887799	...	29000	80840	180640
Calicaxigão	40960	...	56848	70080	174689
Campo dos Remédios	00755	...	12964	135587	52576
Cariá	352800	...	05700	36056	294360
Carivari ..	00064	02368	24488	61854
Catriá ..	00082	86885	422534	80343
Dabel ..	00305	315774	...	58793	03903	33200
Damão de Cima	99819	...	13460	15944	12960
Damão Pequeno	15147120	16898445	4762738
Devá Paidy	05702	04416
Deucá ..	00144	493112	...	16996	197295	34890
Dolér	07040	...	13960	169159	135400
Dundortá	261766	...	59929	903609	730472
Jampôr	09260	406149	155642
Jary ..	00255	04024	05600	92000
Jumprim ..	00154	06326	...	07520	155372	73274
Magarvará	280817	30473	31171	32092	1029058
Marvôr	20596	...	27130	02685	111680
Nailá Paidy	01688	17295	...
Palhita	02353	27636	01086
Praça ..	04273	23000	189692	94769
Prial	15283	...	06380	94451	18890
Rigunvará	07832	138086	...
Tâna Paidy	103416	107113	02400	07464	...
Varacunda ..	00060	09488	269890	822122
Janivancar	524406	...	13883
Área do rio Sanda- calo (Damanganga)
Área do rio Colleque ,, Calem..
Soma de cada cultura ..	05449341	258914	328866	683120360	261445423	753238

Quadro das superficies das culturas do Distrito de Damão

Nomes das aldeias	Man nhas	Palho ças	Poços	Pomar	reservatórios ranques char cos e alagô	Sangrias e riachos
	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha	Ha
Barnotum	.	0 0459	0 0050	6 0942	3 7120	
Bimpôr		0 1787	0 0186	11 5690	3 9680	0 0532
Calicaxigao		0 2733	0 0357	24 5204	7 5905	7 0149
Campo dos Femedios		0 0720	0 0412	0 2867	6 4745	
Cariá	1 4400	0 0616	0 0207	9 0996	5 8320	10 8807
Carivari		0 0035	0 0080		0 0031	0 4110
Catria		0 0939	0 0506	8 7460	1 0099	1 1830
Dabel		0 1741	0 0033	31 1110	17 7315	8 8846
Damao de Cima		0 0659	0 0238	0 5520	3 9527	0 1280
Damao Pequeno		0 0264	0 046743	0 0046	1 1812	0 421850
Deva Paidy		0 0467	5 0025	1 8297		0 1806
Deuca		0 0406	0 0212	8 4625	1 9040	4 5798
Dolér	0 8480	0 0008	0 0120		2 4960	1 6000
Dundortá	2 1600	0 1888	0 0176	18 0313	8 0504	9 1172
Jampôr		0 676	0 0214	8 8243	0 1570	
Jary		0 1051	0 0039	3 3033	0 0057	1 4888
Jumprim		0 0451	0 039550	0 718050		
Magarvara	1 8160	0 2769	0 0433	53 7886	6 2160	8 4198
Marvôr		0 1594	0 0128	11 6068	5 9840	3 5183
Naila Paidy		0 0208	0 0016	1 9503		0 1000
Palhita		0 0081		1 1206		
Praça		0 0066	0 0504	0 9647	0 1577	1 8559
Prial	0 2350	0 1187	0 0306	6 7509	4 4609	
Rigunvara		0 0288	0 0033	8 9729	0 0278	3 1102
Tana Paidy		0 0420	0 0016	4 9681		0 4560
Varacunda	2 7600	0 0252	0 0107	26 7975	5 1114	6 2560
Janivancar		0 1170	0 0099	7 6616	8 4552	3 2499
Area do rio Sanda calo (Damanganga)		0				
Area do rio Co leque Calem		0				
Soma de cada cultura	9 2590	2 3025	0 536493	57 735150	94 4815	77 909750

Quadro das superfícies das culturas do Distrito de Damão

Nomes das aldeias	Palmar	Jardins	Bananal	Inculto esteril	Cultura de tecas	Mangueiral	Total
	H/a	ha	ha	ha	ha	ha	H/a
Bamotim	0 1934	...	0 6400	...	55 5780
Bimpôr ..	0 4072	0 0539	0	...	420 3475
Calicaxigão	0 0688	3 0800	596 2286
Campões R. médio	13 2211	0 0034	0	45 9056
Cariá ..	7 2461	304 6076
Carivari ..	1 1563	12 4210
Catriá ..	19 8024	1 7096	0 3680	306 7552
Dabel	0 0184	612 1464
Damão de Cima	8 8055	0	72 6475
Damão Pequeno	2 2310	57 2655	25	53 6960
Devá Paidy	31 5216
Deucá ..	9 2201	138 6069
Dolér ..	12 4750	94 4198
Dundortá ..	0 9440	0 0640	0 4160	533 0464
Jampôr ..	15 3936	1 3280	107 2734
Jary	105 0917
Jumprim ..	11 9927	0 0168	48 8408
Magarvará	3 4536	666 3134
Marvôr	313 7769
Nailá Paidy	29 7608
Palhita	27 6350
Praça ..	6 9782	0 4525	50 0863
Prial ..	6 3433	109 7210
Rigunvará	138 4684
Tâna Paidy	70 6072
Varacunda	0 0156	242 4387
Janivancar	260 1920
Área do rio Sandal- calo (Damanganga)	197 7000
Área do rio Colique	36 5000
„ Calem	21 5100
Soma de cada cultura ..	116 2165	57 2581	325 064	86 653	36 064	00 1744	5712 8337

Repartição de Agrimensura e Minas, em Nova Gôa, 15 de outubro de 1917.

O Engenheiro Chefe,
Bernardino Camilo da Costa.

Esclarecimentos úteis

O trabalho de cadastro em Damão foi iniciado em 7-9-1913, tendo em 9 começado os preliminares de triangulação. Os vertices definitivamente escolhidos foram — Serra da Cruz (Crucia Dungôr) ou Damão Idga, ponto visado na triangulação inglesa de Singi Meridional Series, Deucal Dabel, S. Jeronimo, Ambavary, Praça, Vancar, Magarvará, Jampor e Catria. Em Outubro começou o trabalho de levantamento. Em 1914 a 1915 terminou-se o cadastro da aldeia Jumprim e no ano imediato todos os trabalhos de cadastro e do levantamento topográfico do distrito com curvas de nível. Procedeu-se nessa época a demarcação da fronteira. Encontraram-se 56 balizas em mau estado de conservação, tendo desaparecido uma na margem direita do Damanganga em Varacunda. Foram cravados marcos portugueses, paralelepípedos de pedra de Diu aparelhados em todas as faces—515. Marcos ingleses (lascas basálticas) 195. Bans (montões de terra em forma de pirâmide quadrangular truncada) levantados pelo governo inglês 261. Gorgues (cilindros de pedra preta irregular) levantados pelo governo inglês na fronteira de Dabel e indicam também os limites das divisões florestais 29. Marcas portuguesas e inglesas (juntas) 242 — Marcos portugueses e Bans—8.

Estes esclarecimentos nos foram dados pelo sr. Engenheiro Chefe dos Serviços de Agrimensura, H. C. da Costa, e aqui registamos os nossos rendidos agradecimentos a s. exa—A. F. Moniz, (53)

(53) A. F. Moniz — *Noticias e Documentos para a historia de Damão*, IV, pag 261

Os seguintes mapas traçam a curva demográfica de Damão :

Resumo de todos os habitantes de Damão assim Ecclesiasticos como seculares de todas as Nações athe o ultimo de Dezembro de 1749.

Ecclesiasticos			Homes brancos			Naturaes			Gentios			Mouros			Escravos Negros			Timores, Chinas e Bengallas.		
De Evangelho	De Epistola	Menoristas	Machos	Femcas	Meninos	Machos	Femcas	Meninos	Machos	Femcas	Meninos	Machos	Femcas	Meninos	Machos	Femcas	Meninos	Machos	Femcas	Meninos
0176000	00000003	000390133	00830030	...	01117	00073	00109	272895	1255	1053	437	466	117	313	0032013	0067003	00029002	00	0	0

Damão (54)

Mapa da população da Praça de Damão, do Forte de S. Jerónimo, de Damão Pequeno, e das aldeias de sua jurisdição, dado pelo Governador da mesma

Nomes	Homens		Mulheres		Total
	Cristãos	Gentios	Cristãs	Gentias	
Praça	228		247		475
Campo dos Remedios	305		285		590
Damão de Sima		146		190	336
Doler		123		126	249
Prial		045		044	089
Tampor		040		040	080
Magarvará		208		224	432
Naila Parary		016		014	030
Horta Bonegy Mitta		005		004	009
Horta de Bazar		002		004	006
Horta de Fulvary		003		003	006
Hortinha		001		001	002
Horta de Tomum		006		006	012
Horta Grande		007		008	015
Horta de Condestavel		003		005	008
Deva Parary Borlay		008		009	017
Tanam Parary		003		003	006
Chão da Estacada		060		064	124
Horta Sancar Mitta		001		001	002
Soma	533	677	532	746	2488
	1210		1278		

Damão 5 de Março de 1796.

Mapa da população da Praça de Damão, do Forte de S. Jerónimo, de Damão Pequeno, e das aldeias de sua jurisdição, dado pelo Governador da mesma

Nomes	Homens		Mulheres		Total
	Cristãos	Gentios	Cristãs	Gentias	
Forte de S. Jeronimo	130		148		278
Damão Pequeno		945		1210	2155
Catriya		398		475	873
Carivary		287		260	547
Devá Chandia Vancar		087		100	187
Varacunda		273		281	554
Cariya		068		053	121
Dabel		116		126	242
Regavara		174		130	304
Janim Vancar		030		030	060
Dondorttá		225		111	336
Calicachigão		204		179	383
Dalvará Marvor		081		060	141
Jumpory		421		498	919
Palhita de Doler		018		016	034
Jary		031		040	071
Bamoti		027		028	055
Bimpor		081		080	161
Pragana Nagar Vely		3354		2756	6110
	130	6820	148	6433	13531
	6950		6581		

16019

Joze Fran.^{co} e Mello. (55)

Mapa da população da Praça de Damão, do Forte de S. Jerónimo, de Damão Pequeno, e das aldeias de sua jurisdição, dado pelo Governador da mesma

Nomes		Homens		Mulheres		Total
		Cristãos	Gentios	Cristãs	Gentias	
Praça Aldeas	Praça	200		147		347
	Campo dos Remedios	301		287		588
	Damão de Sima		170		177	347
	Doler		128		120	248
	Prisal		051		044	095
	Tampor		040		040	080
	Magarvara		220		224	444
	Naylla Parary		016		014	030
	Horta Bonagy Mita		005		004	009
	Horta de Bazar		002		004	006
	Horta de Fulvary		005		007	012
	Hortinha		004		001	005
	Horta de Tomum		006		006	012
	Horta Grande		008		008	016
	Horta de Condestavel		003		005	008
	Diva Parary Borlay		010		009	019
	Tanam Parary		004		003	007
	Chão da Estacada		070		078	148
	Horta Sancar Mita		002		001	003
Soma		501	744	434	745	2424
		1245		1179		

Damão 8 de Fevereiro de 1797.

Em 1808 ■ população de Damão ascendia ■ 27579 habitantes, sendo 1852 cristãos (57)

Mapa geral da população da Índia Portuguesa em 1844

Designações	Damão
N.º dos habitantes	26 731
N.º dos fogos	6 683*
N.º dos homens	13 727
Dito das mulheres .	13 004
Dito dos Cristãos	1 230
Dito dos Gentios	21 841
Dito dos Mouros ..	3 414

■ N.º ■ Os algarismos que levam ao lado hum asterisco são achados por aproximação

Damão	População	Lagoas quadradas	População por Leg quadrada
	26 731	22	1 215

(55)

(57) Loureiro — *Memorias*, pag 397

(58) *Bol do Ger.* — 1846 — n.º 2



12. — O cavalheiro de Lousada no
de Bragança, sucessor do
governo de Francisco I. morto
no ano de 1548 e o termo do
p. ano de 1548.

Informado o Governador de tudo muy bem, assentou de mandar hum Embaixador com hum arreoado presente, pera ver se o podia render ao que pertendia, e pera este negocio elegio a Tristão de Paiva, homem de muito bom entendimento, e que se lhe podiam encarregar todas as cousas de muita importancia, e lhe mandou armar alguns navios pera o pôrem em Cambayete, e lhe deo largo regimento sobre as cousas que havia de tratar com o Ithimitican, e que quando pellas cousas que levava, e por outras muitas promessas o não pudesse levar a lhe entregar a Cidade de Damão, com suas terras, e Tanadarias, que então lhe offerecesse ametade do rendimento da Alfandega de Dio pera El Rey de Cambaya affim como d'antes os Reys seus antecessores a possuiram.

Prestes, e negociado, Tristão de Paiva se embarcou em os navios que estavam já providos de tudo, com grandes apparatus de sua pessoa, e seis homens de cavallo, e outros muitos servidores, e o presente que levava, era de dez formosos ginetes Arabios, com seus telizes de damascos de cores, e duas duzias de coelhos machos, e femeas pera ElRey lançar em suas tapadas, pelos não haver em Cambaya. Embarcado Tristão de Paiva, foi seguindo sua jornada a que logo tornaremos .

Deixamos no Capitulo alrás partido Tristão de Paiva pera Cambaya, que chegou em poucos dias a Cambayete, e dali foi por terra a Corte de Amadabá, onde chegou com grande apparatus, e muito serviço de cavallos, carretas, camelos, e outras cousas de serviço . E antes de entrar na Cidade, o sahiram a receber muitos Capitães, e e leváram aquelle dia a huma quinta, onde ficou, e a outro dia fez sua entrada, acompanhado de todos os Capitães que estavam na Corte, e foi levado a ElRey, que o estava esperando com grande magestade, acompanhado de Madre Maluco, (em cujo poder estava outra vez o Rey,) e outros Regedores . Tristão de Paiva lhe deo a carta do Governador, e offereceo o presente, que ElRey estimou muito, e sobre tudo os coelhos, que logo mandou lançar em suas defesas, onde fizeram grande criação, e o mandou agazalhar bem, e dar todo o necessario . Passados alguns dias, entrou em negocios com os Regedores, a quem estava remetido, em que gastou mais de hum mez, e por fim lhe responderam, que ElRey era muito contente de dar a ElRey de Portugal a Cidade de Damão com a sua

governar a tudo) pelo que o Xequê Estabolin se foi logo pera elle, deixando alli Christovão do Couto, que sabendo do negocio, se foi a Cidade de Amadaba e deo as cartas do Governador a Ithimican, que lhe respondeo que ElRey era menino, que como tivesse idade pera governar, lhe mandasse o Governador seus Embaixadores sobre aquelle negocio que elle lhe responderia " Com isto se tornou Christovão do Couto pera Goa, e deo relação ao Governador Francisco Barreto de tudo o que passára.

Destas cousas foi logo D Diogo de Noronha, Capitão de Dio, avisado, e tomou-se muito de o Governador mandar tratar huma cousa de tanta importancia e em lho fazer e saber, estando elle tao perto de Cambaya pelo que despedio hum catão com cartas pera o Governador em que lhe dizia "que se espantava muito delle, e dos Fidalgos do Conselho commetter huma troca tao desigual, e offerecer ametade do rendimento daquella Albandega, que elle cavára pera ElRey de Portugal, a custa de tanto sangue, e trabalho seu, que lhe não quizessem roubar sua honra, e fazer pouco caso de cousa que lhe custara tanto, e que el e tinha pela de maior serviço de ElRey, que todos os da Índia. Que se desejava a Cidade de Damão, pouco havia que fazer em a tomar, porque segundo o Reyno de Cambaya estava diviso, elle e offerencia a lha entregar, porque com dous mil homens que lhe de-se-ria até a Corte de Amadaba sem resistencia " E com isto escreveo a todos os Fidalgos do Conselho, pedindo lhes não consentissem ao Governador huma tramanha semrazão, e tanto contra o serviço de ElRey, dando lhes pera isso muitas razões

Estas cartas foram dadas ao Governador, e a elles e como os mais eram parentes de D Diogo de Noronha, e lhe tinham muito grande respeito pareceram lhes bem suas razões, e fizeram lembranças ao Governador, que desistio de negocio, e respondeo a D Diogo de Noronha que estimava muito aquelle zelo do serviço de ElRey, e os offercimentos que lhe fazia, e que no verão seguinte e-ria com elle em Baçaim " Com estas cartas se quietou D Diogo de Noronha, e as cousas pararam

Despachadas estas cousas, passou o Governador a Baçaim, onde desembarcou, e se lhe fez o mor recebimento que podia ser, porque fora alli Capitão, e estava muito bem quisto nella. Poucos dias depois chegou aquella Cidade D Diogo de Noronha, Capitão de

Dio, em quatro, ou sinco navios, (porque do caminho lhe mandou o Governador recado pera que se fosse ver com elle a Baçaim,) que foi bem recebido delle; e depois pedio ao Governador, que o ouvisse, presentes os Fidalgos do Conselho. E sendo todos juntos, fallou muito largamente sobre a troca, que o Governador queria fazer da ametade do rendimento da Alfandega de Dio com a Cidade de Damão, apontando grandes inconvenientes, e de serviços, que nisso se faziam a ElRey; porque naquella Ilha não era razão tornasse ElRey de Cambaya a ter quinhão, porque perdesse de todo as saudades della. E que se parecesse que cumpria ao Estado accrescentar-se a elle a Cidade de Damão com toda sua jurdição, e terras, que alli a tinha a mão; porque pelas differenças que havia antre os Governadores de Cambaya, ser-lhe-hia muito facil tomal-a, porque a possuia hum alevantado, que tinha muito pouca posse; e que ainda dizia mais: Que pelo estado em que as coousas de Cambaya estavam, elle se obrigava chegar até á Corte de Amadabá com só dous mil homens de pé, e trezentos de cavallo; e sobre isso disse muitas cousas, com que venceo a todos, e votáram, que se desistisse daquelle negocio; e que pois as cousas estavam tão dispostas, que pera o anno tornasse o Governador sobre Damão, e que entre tanto trabalhasse por haver as fortalezas de Assari e Minorá, que eram da jurisdicção de Damão para segurarem as terras de Baçaim; porque os alevantados que as possuiam, faziam dellas muitas entradas nas terras, e aldeias de Baçaim. E que além disso lançariam mão de muitas aldeias da jurdição daquellas fortalezas, que eram muito grossas, e muito importantes a ElRey, e dariam de comer a muitos homens. Assentado isto, despedio o Governador a D. Diogo de Noronha pera Dio, e elle ficou entendendo em outras muitas cousas...

E como elle desejava muito de accrescentar aquellas terras ao Estado da India, porque todos os seus fardos, empregos, e mercadorias foram solicitar sempre, e sonhar com o serviço de ElRey, e augmentação de seu Estado, como quasi todos os Fidalgos daquella sorte então faziam. Pelo que nunca deixou de trazer intelligencias com o Ithimitican, em cujo poder então estava aquelle Rey, e com os Capitães do seu conselho, persuadindo-lhe “que melhor lhe vinha possuir ElRey de Portugal aquella Cidade, que não o Abexim, que com ella estava alevantado

e se hia fazendo mais poderoso e que por ventura por tempos nao deixaria de aspirar a se fazer 'Rey. E co no D Diogo de Noronha trazia isto na imaginação, tanto que D Constantino chegou a Goa, logo lhe deo conta do estado em que aquellas cousas estavam, e do que sobre ellas tinha passado com o Ithimutican, persuadindo a ir sobre aquella Cidade, dando lhe pera isso muitas razoes, muyto vivas, e urgentes. D Constantino como tinha já noticia do zelo de D Diogo de Noronha, e de sua prudencia, o conselho tomou aquelle de D Diogo, e despedio recado ao Ithimutican, e aos mais do conselho de ElRey sobre aquelle caso, a que tambem escreveo D Diogo de Noronha, a quem todos elles tinham grande respeito. Quem foi isto e como correio, nao achámos informaçao certa mas quem quer que fosse, elle tratou aquelle negocio por taes termos, que concederam pera o Estado a Cidade de Damão com todos seus termos, e Tanadarias, de que lhe passaram logo hum formao em nome de ElRey de Cambaya, com que se mandou tomar posse della. Algumas pessoas dizem que já o Ithimutican tinha concedido este formao ao Governador Francisco Barreto a quem (se assim foi) não queremos roubar o seu. Esta confusao fez não se achar este formao e ser na India tudo o desta sorte perdido pelos descuidos que muitas vezes apentamos. E assim nas cousas desta qualidade não tem o Estado maior direito, que na posse em que está. Em fim como quer que fosse depois do Viso Rey D Constantino ter recado dos Regedores de Cambaya, poz em conselho dos Fidalgos, e Capitães velhos aquelle negocio, e os mais delles foram de parecer, que pois ElRey livremente concedia a Cidade de Damão, que bastava pera ir tomar posse della Antonio Moniz Barreto, que estava por Capitão de Bacaim, e que se escusariam muitas despezas, que forçado se haviam de fazer, se quizesse ir em pessoa.

Assentado isto, escreveo o Viso Rey a Antonio Moniz Barreto 'que ajuntasse a gente que havia naquella Cidade, e armasse os navios que lhe parecesse, e que fosse tomar posse de Damão, mandando lhe o traslado do formao justificado. Dado este recado a Antonio Moniz Barreto, se começou a fazer prestes, e lançou espias em Damão, pera saber o modo de como aquella Cidade estava, de quem foi avisado que Cide Bofata Abexim, que nella estava tinha mais de tres mil homens Abexims, e Turcos e outros homens brancos, e

que estava muito fortificado na Cidade, do que avisou logo ao Viso-Rey e lhe certificou que pera lançar dalli o Cide Bofatá era necessario todo o poder da India." Com este desengano tornou o Viso-Rey ajuntar conselho, e nelle mostrou as cartas de Antonio Moniz Barreto, e mandou que sobre ellas votassem. D. Diogo de Noronha tomou a mão a fallar primeiro que todos, e disse "que lhe parecia muito bem que fosse em pessoa aquelle negocio, pois achára tão potente Armada no mar, como era a que o Governador Francisco Barreto tinha feita prestes, e negociada, e os almazens providos de muitos mantimentos, e munições, e que já agora a Cidade de Damão era de ElRey de Portugal pela concessão que della lhe fizera o de Cambaya, e que forçado se havia de ir tomar posse della, como de cousa propria da Coroa; e que estava certo o Cide Bofatá como o visse sobre aquella barra largar tudo, e despejar-lhe a Cidade;" e dizendo-lhe sobreisto tantas outras cousas, que não tão sómente todos os do conselho lhas prováram mas se foram com elle...

Partidos estes navios de soccorro de Goa, despachou o Viso-Rey D. Constantino a D. Pedro de Almeida pera ir entrar na Capitania de Baçaim, por ter já acabado seu tempo Antonio Moniz Barreto. E escreveu aquella Cidade, e á de Chaul a jornada, pera que se ficava fazendo prestes, pedindo aos moradores principaes o quizessem a acompanhar com alguns navios, e mandou aos Officiaes que lá lhe tivessem negociados muitos mantimentos, e outras cousas necessarias pera a sua Armada. E juntamente mandou alguns mercadores Gentios, homens de confiança, pera que fossem espiar a Cidade de Damão, e o esperassem em Baçaim, com o aviso da gente que os abexins tinham, e do modo de como estavam fortificados. D. Pedro chegou em poucos dias a Baçaim, e tomou posse daquella fortaleza, e Antonio Moniz Barreto se foi pera Goa, onde foi mui bem recebido do Viso-Rey por suas partes, e qualidades, e com sua chegada começou o Viso-Rei a embarcar-se, e entregou o governo ao Capitão da Cidade, que era D. Pedro de Menezes o Ruivo, de Cantanhede, porque Aleixo de Sousa Veador da fazenda era ido a Cochim a despachar as náos pera o Reyno. E pelas Oitavas do Natal se fez o Viso-Rey a vela com huma Armada de mais de cem navios, em que levava perto de tres mil homens, gente muito limpa, e lustrosa, e os Capitães delles são os seguintes.

O Viso-Rey no galeão S Matheu, de que era capitão Pero Fernandes, Cavalleiro da Ordem de Sant Iago Mestre das Ferrarias de Goa, grande Engenheiro, D Diogo de Noronha o Corcoo no galeão Sant-Iago, D Joao de Taide no galeão S Thome Gonçalo Falcão no galeão S Sebastião, Pantaleão de Sa no galeão S Francisco D Alvaro da Silveira no outro galeão SantIago Maior, Pero Barreto Rolim no galeão Santa Cruz, Jorge da Silva Correa, a que chamão o Choro, no galeão S Boaventura, Martim Affonso de Miranda no galeão Rosario Alvaro Pires de Sotomaior em outro galeão S Thome D Martinho da Cunha, Manoel de Visconcellos o Velho, Fernão de Sousa de Castello-branco, Filippe Carneiro de Alcaçova, Henrique de Vasconcellos, Joao de Mello, Joao Pereira, Manoel de Mello da Cunha, Fernão de Noronha, Diogo Pereira, e Andre de Sousa em caravellas redondas, e Latinas, Antonio Moniz Barreto em huma gale, que não quiz o Viso Rey levar mais por causa da chusma e nao quiz tomar os escravos dos moradores, como alguns Viso-Reys fizeram. Tudo o mais foram galeotas, e fustas, de que nao fazemos distincão, por escusarmos prolixidade, cujos Capitães erao Inofre do Soveral de huma galeota Latina grande de dous baileos que o Viso Rey levava pera se passar a ella, Ayres Telles de Menezes, D Vasco de Taide, D Leoniz Pereira, D Diogo de Taide, D Lourenço de Sousa D Francisco Henriques, D Joao Coutinho, Alvaro Pires de Tavora, Andre de Sousa, Joao Lopes Leitao, Christovao Pereira Homem, Tristão de Sousa de Gusmão, Tristao Vas da Veiga, Jorge de Mello de Sampayo, o Pantufo, Tristao de Sousa, filho de Martim Affonso de Sousa, Diogo de Miranda de Azevedo, Ruy de Mello Pereira, Jorge de Mello de Castro, Diogo Zuzarte Tição, Antonio de Abreu, João de Mello, Jorge da Moura, Pero da Mesquita, Henrique Jaques Ouvidor geral, Balthazar da Costa, Luiz de Aguiar, Cosmo Faya João Marrão Feitor da Armada, Gonçalo Guedes de Reboredo, Manoel Travassos, Antonio de Sa, Manoel Pinto, Andre Coelho, Fernão de Carvalho, Damão Furtado Gaspar Pacheco, e outros muitos, a que nao achamos os nomes.

Como toda esta Armada foi o Viso Rey tomar Chaul em poucos dias, e foi muy bem recebido da Cidade, e de Garcia Rodrigues de Tavora, que estava alli por Capitão, e achou ja alguns navios prestes pera o acompanharem. E depois que alli deo ordem a algumas

cousas, passou a Baçaim, onde proveo em outras; e tomando alli mantimentos, e outras cousas necessarias foi surgir sobre a Cidade de Damão, da banda de fóra com toda a Armada, que encheo aquelle mar, e assombrou a Cidade e a todos os que a viram.

Já o Viso-Rey levava aviso do sitio, e fortificação da Cidade, e poder dos Abexins pelos espias que adiante tinha mandado, que achou em Baçaim, pelo que vinha determinado a logo desembarcar, e pero isso mandou a D. Diogo de Noronha que fosse em alguns catures ligeiros a sondar a entrada da barra; o que elle fez, levando comsigo o Patrão mór da ribeira, e o Piloto mór da Armada; e entrando o rio, esteve muito devagar notando o modo da fortificação e dos fortes que os Abexins tinham feito pera defensão da barra, que estavam de feição, que a Armada não poderia entrar sem grande risco, posto que o rio era capaz de vasilhas de trezentas até quatrocentas toneladas, mas muito estreito, e que forçados os navios haviam de surgir debaixo dos fortes, e da sua artilheria.

E primeiro que passemos daqui, daremos razão do que hia na Cidade, e da sua fortificação. Estavam dentro nella Cide Bofafá, Cide Rana, e Carnabec, tres Abexins principaes, e cabeças de todos os que andavam no Reyno de Cambaya, que eram mais de quatro mil; que tanto que o Viso Rey se fez prestes em Goa pera aquella jornada, logo foram avisados disso. Pelo que com muita pressa mandáram fazer alguns fortes na ponta da barra sobre o Canal, e os guarneceram de muita artilheria, e munições; e a fortaleza, que era de adobes quadrada, renováram, repairáram, e provêram de muitos mantimentos, e munições, e recolhêram dentro tres mil Abexins, homens muito determinados, porque determinavam de se defender do Viso-Rey; porque entendiam que ainda que lhes puzesse cerco, não poderia durar mais que tres mezes, e que em Abril forçadamente se havia de recolher, e pera todo este tempo estavam bastantemente providos do necessario. Mas agora vendo a potencia daquella Armada, a grandeza daquelles galeões, que pareciam montanhas sobre o mar, perdêram o animo de todo, e tratáram de não esperar aquelle poder, começando a despejar a Cidade, e passar suas mulheres, e joias á outra banda. E os moradores della de fóra, que eram muitos, e prosperos, e de muitos officiaes de toda a mecanica, tambem se puzeram em salvo, por não esperarem aquella furia. D. Diogo

de Noronha, tanto que viu, e notou tudo muito bem, e a sua vontade tornou se ao Viso-Rey, e presentes os Fidalgos, e Capitães velhos, e do conselho, lhes deu relação do que vira, e notára, sobre o que lhe mandou o Viso Rey que votasse sobre o modo que se teria na desembarcação da Cidade, e que elle fez largamente com muitas razões, concluindo "que lhe parecia melhor desembarcar na costa brava, porque em tempo de terrenos estava quieta, e mansa, e se commettessem a entrada da barra, triscava-se a lhe metterem alguns galeões no fundo, e a lhe matarem muita gente, o que seria causa posto que se tomasse a Cidade, de lhes ficar a victoria menos formosa." Sobre esto votáram todos, e os mare concordáram com elle, assentando todos que o Viso Rey ficasse no mar com toda a Armada, e que tanto que visse sobre a fortaleza alevantada huma bandeira das nossas, entrasse pelo rio dentro

Concluindo isto, ordenou o Viso-Rey que desembarcassem sinco Capitães com dous mil homens, e que estes fossem D. Diogo de Noronha, que havia de levar a dianteira, pera quem se passariam a mor parte dos Fidalgos, e Aventureiros, Antonio Moniz Barreto, Martin Affonso de Miranda, Pantaleão de Sa, e Pero Barreto Rolim.

Negociadas as cousas necessarias para a desembarcação, que havia de ser a dous de Fevereiro, dia da Purificação de nossa Senhora, por ser tao assignalado, passaram se os Capitães, que haviam de desembarcar, e navios pequenos, e aos boteis dos seus galeões, e e commetteram a terra ante a Cidade, e o rio de Calaim pera dar ao hum tiro de canhão da fortaleza, e na parte que cada hum pode tomar, desembarcou, levando D. Diogo ordem pera tomar primeiro a Cidade de fora, por lhe não ficar nas costas, e que depois fosse demandar a porta da fortaleza, que hia pera a banda do Sertão, porque se lhe havia de abrir, por ter o Viso Rey pera isso intelligencias com certas pessoas de dentro, que estavam muito bem peitadas. O primeiro que poz os pés em terra foi Pero Barreto Rolim, e poz logo sua gente em ordem com sua bandeira de armada, e ao som de tambores, e pífaros começou a marchar pera a Cidade, e D. Diogo de Noronha desembarcou hum Rouco abaixo, e como viu que Pero Barreto Rolim hia já marchando sem esperar por elle ficou hum pouco pejado, e depois de pôr a sua gente em ordem, atravessando humas hortas que alli estavam o que tambem tinham

os mais Capitães. Pero Barreto Rolim posto que se adiantou, tanto que passou o areal, e deo no caminho corrente, que hia pera a Cidade, se foi detendo, e esperando por D. Diogo de Noronha, que já vinha perto d'elle; e antes de chegarem á Cidade, se ajuntaram todos, e a entráram sem acharem pessoa viva; e atravessando por ella, não deixando os soldados de levar algumas cousas nas mãos de que pelas casas acháram, (porque com a pressa deixáram seus moradores alguma roupa,) Pero Barreto foi passando até descobrir a fortaleza, donde lhe atiráram algumas bombardadas, que deram entre os nossos, sem lhes fazer damno algum. O Ci de Bofatá, e os Abexins, que com elle estavam, sempre estiveram com tenção de se defenderem em quanto pudessem; e quando vissem o feito mal parado, recolherem-se de noite. Mas quando vio o poder do Viso-Rey sobre si, e a determinação dos nossos, logo desconfiou, e ainda se acabou de haver por perdido, quando lhe disseram que o Viso-Rey tinha intelligencias com certas pessoas dentro na fortaleza; e fazendo brevemente pesquisa, soube serem huns sinco, ou seis companheiros, Purcias de nação, homens de cavallo muito nobres; e havendo-os ás mãos, lhes mandou cortar as cabeças, e logo despejou a fortaleza, e se passou á outra banda, indo já as nossas bandeiras perto da fortaleza. D. Diogo de Noronha foi assim concertado a demandar a porta, que o Viso-Rey lhe tinha dito, e onde as espias o hiam encaminhando; e pouco antes de chegar a ella se adiantou D. Manoel Rolim, que hia na companhia de Pero Barreto Rolim com alguns companheiros, e chegando á porta, a achou aberta; e entendendo que estava despejada, entrou dentro, e se subio a hum cubello, e arvorou sobre elle hum guião que levava. D. Diogo de Noronha chegou á porta da fortaleza; e vendo-a aberta, e sabendo estar já D. Manoel Rolim dentro, encostou a sua bandeira á porta da banda de fóra, sem querer entrar dentro por cortezia do Viso-Rey, que já vinha entrando pela barra, por ver sobre o cobello o guião arvorado, e que lhe capeavão com elle; e surgindo defronte da fortaleza, a salvou com toda a artilheria, e o mesmo fizeram os galeões que ficáram fóra. D. Diogo de Noronha foi demandar a praia por derredor da fortaleza, por não entrar nella primeiro que o Viso-Rey, e chegou a tempo, que já vinha desembarcando em collos de homens: vinha armado em humas ricas armas brancas, e com huma

gorra na cabeça com muitas plumas, e como era homem grosso, vi-nha affrontado, e pejado. D Diogo de Noronha chegou a elle, e levando-o nos braços com grande cortezia, ■ gabou de gentil-homen, dizendo lhe 'que estava descontente, porque aquella Cidade, custára tão pouco, pelo alvoroço que todos levavam de provar a mão nos inimigos, e a sua sombra mostrarem o valor costumado de suas forças, e pessoas, mas que tudo aquillo nascia da sua grande ventura, porque se podia dizer que so com sua sombra vencêra, e desbaratára aquelles Capitães, e que pois assim era, se desarmasse, e desaffrontasse pera ir tomar posse d'quelle fortaleza." D Constantino com ■ rosto muito alegre, e risonho lhe respondeo com palavras muito cortezans, ■ honradas, não lhe faltando tambem pera todos os outros Capitaes, e lhe pedio que o deixasse ir assim armado, porque levava disso gosto. E assim rodeado de todos, entrou na fortaleza ao som de grandes salvas de artilheria, e arcabuzaria que espantou os inimigos, que estavam da outra banda vendo aquelle terror. Levava ■ Viso Rey diante de si a bandeira de Christo, e hum devoto, e formoso Crucifixo arvorado em huma hastea, que levava nas mãos o P. Fr Belchior de Lisboa, Custodio dos Frades Menores. O Viso Rey tanto que se vio dentro na fortaleza, poz ambos os grolhos em terra, e deo muitas graças, e louvores a Deos nosso Senhor por aquella mercê, imitando naquillo ao Duque de Bragança D. James seu pai, quando tomou a famosa cidade de Azamor nos Mouros. Feito isto, mandou logo benzer a fortaleza, e lhe poz nome N. Senhora da Purificação em louvor daquelle tao celebrado dia, em que a tomou, e logo mandou recolher a artilheria, que os inimigos tinham nas tranqueiras de sobre a barra, que era muito formosa, e deitou espias pera saber dos inimigos. Esta noite dormio o Viso-Rey na fortaleza com grandes vigias, e os Capitães das bandeiras fora no campo em lugares separados com tanta ordem, que ainda que os inimigos os quizessem commetter, lhes não pudessem fazer damno.

Sabendo o Viso-Rey que os Abexins eram sahudos das terras, começou a tratar das cousas, que cumpriam á povoação, e fortificação daquelle Cidade, e a começou a cercar de vallos muito grossos, e altos com tranqueiras de madeira, e hervas lertexas, ao que se deo muita pressa, porque acudiram das aldeas vizinhas muitos trabalhadores pera isso, e ■ em que se mais occupou, foi em trabalhar com

os naturaes que se fornasssem pera suas casas, concedendo-lhes pera isso largos favores, e privilegios, e acudiram os de Caes das Pragnas, que são cabeças das Comarcas, (que isso quer dizer Pargana) e lhe trouxeram os foraes antigos das terras, e aldeas, pera por elles saber o que ellas rendiam, pera se arrecadarem seus rendimentos.

E sabendo o Viso-Rey D. Constantino que o Rey do Sarzeta vivia no Sertão daquellas terras, e que ellas lhe pagavam hum certo foro mandou-lhe seguros, e previlégios pera os poder arrecadar, assim como o fazia no tempo do Gentios, e Mouros, por huma doação muito antiga, que os Reys de Cambaya disseo lhe tinham feito.

E porque será bom darmos a conhecer este Rey Gentio, e declararmos que fóros eram estes, a que elles chamavam Choutos, porque nem todos o sabem, o faremos aqui, porque nos cabe muito bem. Pelo que se hade saber, que ha mais de quatrocentos annos que descêram desse Sertão debaixo do Norte grandes exercitos de Gentios, chamados Resbutos, homens que professavam as armas, e por ellas se fizeram muitos tempos senhores de todo o Turquestão, e da mór parte do Industão. Estes parece que vindo fogindo dos Tartaros, e Mogores, quando descêram a conquistar aquellas Provincias, como no fim da IV. Decada dissemos no III. Capitulo do X. Livro, e parando naquella parte do Guzarate, que acháram povoada de Gentios Guzarates, que são os mais fracos, e affeminados de todos os do Oriente, houve pouco que fazer em os conquistar, e senhorear, e os lavradores de toda aquella Provincia se concertáram com elles, que os deixassem lavrar, e grangear suas terras pacificamente, que lhe pagariam de cada quarto hum: este foro em sua lingua se chama Choutá, e nós corruptamente lhe chamamos Choutos. E vindo depois os Mouros a conquistar o Reyno de Cambaya, (como nas nossas Decadas fica dito,) repartiram por tempos suas terras aquelles Reys com alguns parentes seus, que lhe ficáram vassallos, e hum delles foi este Rey do Sarzeta, a cujos avós o pai de Soltão Bahdur deo aquellas terras do Sertão de Damão, que são montuosas, seccas, e escaudadas, de muitos matos de bambuaes asperissimos, e da mais, e melhor madeira que no mundo ha, que he a teca, e fóra outras muitas fortes della, que tem sustentado a India até hoje, e sustentará sempre, porque todas as vasilhas de náos galeões, caravellas galés, fustas, e todas as mais, assim de Mouros, como de Gentios, de-

pois que entramos na India ate agora, tem sahido destes matos que são insacaveis. E ■ que he ainda mais pera espantar, que parte, em que cortao huma arvore de teca, nunca ja mus nasce outra, porque logo se secca a raiz, mas arrebenhão outros filhos perto por outras partes, donde se pode inferir a grandeza de seus matos. E tornando a estes Reys do Sarzeta, que sempre foram Gentios, da posse destas terras, e destes foros ate Soltao Bahdur dar as terras de Baçaim ao Governador Nuno da Cunha, com condição que ficaria ■ Rey do Sarzeta comendo as terras, que lhe estavam dadas, com seus foros. E nao querendo o Viso-Rey innovar cousa alguma nesse negocio, concertou se com este Rey, que ficasse na posse em que estava, mas que se obrigaria a defender as terras da jurdição de Damão dos Indroes que as vinham a roubar.

Feito este concerto, começou o Viso Rey a querer afforar as aldeas aos Portuguezes pera ficarem povoando aquella Cidade, entrando nisto com grandes liberdades, mas como todos haviam que se nao poderiam aquellas terras sustentar sem grande risco, e trabalho, pela vizinhança que tinham com Surrate, donde lhe poderia cada dia correr gente, houveram o negocio por duvidoso, ■ poucos houve que quizessem afforar as aldeas, e os que as acceitaram, foi com necessidade por serem casados pobres, a quem o Viso Rey favoreceo nos foros ■ todavia poz lhes obrigação de terem cavallos. E por serem poucos os Portuguezes que aqui quizeram acceitar aldeas, as afforou o Viso Rey a Abexins Christãos, por ficarem alli pondo lhes obrigação de terem espingardas. E porque duas Parganas, ou Comarcas de Damão chamadas Poari, e Bauticer, que estavam mais chegadas a Baçaim, que eram das maiores, e melhores de todas, não era possivel arrendarem se pera El-Rey, não sendo a Villa de Balsar sua, determinou por conselho de alguns de a ir tomar, e fazer nella huma fortaleza pera segurança de todas aquellas terras de Damão, ■ porque tambem por tempos se poderia dalli passar adiante, e lançar mão da fortaleza de Surrate, com que ficassem todas aquellas Comarcas debaixo de nossa chave. Com esta imaginação andava o Viso Rey D Constantino, quando chegou D Pedro de Almeida com cento e sincoenta de cavallo, que com o recado que lhe deram do Viso Rey, começou a negociar sua partida, e logo se poz em campo com toda esta gente, e em sua companhia huns Gen-

tios chamados os Posagis, que viviam em humas aldeas pegadas a Baçaim, que quando El-Rey de Cambaya deo aquellas terras ao Governador Nuno da Cunha, se offerecêram a elle por vassallos, e elle lhes passou disso carta com obrigação que acudiriam com gente de cavallo todas as vezes que fossem necessarios pera defensão das terras de El-Rey de Portugal, o que elles sempre cumpriram muito bem. Estes acudiram com doze, ou quinze de cavallo, e muitos servidores de pé com suas tendas de campo, achando-se sempre nelles muito amor, e lealdade.

Partido D. Pedro de Almeida de Baçaim por via de Manorá, foi recolhendo alguma gente da terra da que podia pelejar, e assim levou todos os Portugueses que havia de pé, de que fez Capitão D. Luiz de Almeida seu irmão. Ao passar do rio, que divide as terras de Baçaim das de Damão, que hiam vadeando com a agoa pelo golpho, indo diante hum Padre de S. Francisco com hum Crucifixo alevantado em huma hastea, sem se bullir, nem haver occasião alguma, cahio o Crucifixo de sima no meio do rio, ao que acudio o Capitão D. Pedro de Almeida; e o Padre muito alegre lhe disse; "Alegria, Senhor, que já estas aguas ficam santificadas pera nellas se poder bautizar toda esta gentildade." E assim foi, porque até então daquelle rio por diante não havia Christandade alguma, nem naquellas terras bravias tinha ainda chegado o arado de Christo: mas de então pera cá cresceo pela bondade de Deos tanto esta sementeira do grão do santo Evangelho, que ha hoje por todas aquellas terras mais de trinta mil Christãos. Aqui em Manorá se foi offerrecer a D. Pedro de Almeida hum irmão do Rey dos Colles, que vivia naquelle Sertão de Baçaim em matos mui fechados, e serras, e passos muito estreitos, e difficultosos, (de quem em outra parte daremos mais particular razão). Este homem trazia dez, ou doze de cavallo, e perto do cem piães com que se vinha offerrecer pera aquella jornada, ou fosse por temor, ou por interesse, porque por amor, e bondade nada disto ha nelles. D. Pedro de Almeida o agazalhou muito bem, e o levou consigo até Damão, e o Viso-Rey recebeu bem a todos, fazendo-lhes muitas honras, e os mandou agazalhar fóra no campo: o que elles fizeram ao longo de hum formoso tanque, onde estiveram muito bem per causa dos cavallos, que tinham alli aguas, e pastos em abundança.

Como o Viso-Rey D. Constantino desejava de engrandecer a Cidade de Damão, e segurar todas suas aldeas, pera que se pudessem arrecadar seus foros pera a fazenda de El-Rey, havendo (como atras dissemos) que era pera isso necessario possuir Balsar, que era seis leguas de Damão, e haver alli hum forte com guarnição, pera que os inimigos se não mettessem no meio, tratou com os Capitães do conselho sua determinação, e de alguns foi contrariada, principalmente de D. Diogo de Noronha, que affirmou "não se poder sustentar, porque a parte, em que os Mouros tinham a sua fortaleza, era mais de huma legua do mar pelo Sertão, dentro, e que a gente que nella ficasse sempre estaria arriscada, por não ser possível socorrer-se por mar, nem por terra, e que não serviria de mais, que de inquietação, risco, e despezas. Que nem todas as cousas se faziam logo juntas, que o tempo as iria dispondo, pera que depois se lançasse mão, não so de Balsar, mas ainda de Surrate, e que por entre tanto se tratasse de sustentar Damão, e as Tanadarias de sua jurdição, que era cousa grande." Mas por cima disto, e de outros inconvenientes que se apontaram, não desistio o Viso Rey de sua opiniam, e lançando espias sobre os Abexins, foi avisado que eram espalhados pelo Reyno de Cambaya, e que Balsar estava com muito pouca gente. Com este recado despedio D. Pedro de Almeida com regimento, que partisse com sua gente pera Balsar, e se mettesse naquella fortaleza, e que como la estivesse, o avisasse pera logo ser com elle. D. Pedro de Almeida se passou á outra banda com só a gente que trouxe de Baçaim, e espalhada a nova daquella jornada pelos soldados, achando que seria de proveito, e honra, pelas prezas que houveram os que foram com Antonio Moniz Barreto, começaram-se a passar poucos e poucos, e foram-se para D. Pedro de Almeida mais de quinhentos delles. Como D. Pedro de Almeida não levava provisimentos pera tanta gente, mandou recado ao Viso-Rey, que logo se passou da outra banda, e se foi ver com elle, e assentou que fossem todos, e fez seu Capitão mor D. Luiz de Almeida, irmão do mesmo D. Pedro de Almeida, mandando-lhes trazer alguns provisimentos; e despedindo-se logo, foi elle caminhando com muita regra na boca até chegarem a Balsar, sem acharem resistencia alguma, porque os da Villa, e fortaleza, tanto que tiveram as novas dos nossos, logo largáram tudo, e D. Pedro se metteo na fortaleza sem contradicção algu-

ma, e despedio logo recado ao Viso-Rey do que era passado. E aquella mesma noite chegou humma fusta, que o Viso-Rey despedio carregada do mantimentos, que se repartiram por todos. Tanto que deram ao Viso-Rey recado de D. Pedro de Almeida, logo se poz ao caminho com os Capitães, e gente que lhe pareceo bastavam, e no mesmo dia chegou á fortaleza, e nomeou por Capitão della Alvaro Gonçalves Pinto, irmão do Corregedor Manoel de Almeida muito bom cavalleiro e que tinha dado de si muitas mostras de ser este, e lhe deu cento e vinte soldados, e alguns piães da terra, e perto de vinte de cavallo, e deixou-lhe todas as munições, provimentos, o dinheiro necessario pera a paga dos soldados; e mandou renovar a fortaleza, que era de adobes, e guarneceo de algumas peças de artilheria das que Antonio Moniz Barreto tomou aos Abexins.

Felto isto, partio-se o Viso-Rey pera Damão, e foi pelas Parganas, Bouticer, e Poari, onde mandou apregoar seguros Reaes, pera que seus naturaes as tornassem a povoar, e grangear, sem se lhes innovar cousa alguma em seus foraes. Chegado o Viso-Rey a Damão, é ordenadas as cousas daquella fortaleza, como lhe pareceo para sua segurança, e quietar as terras, e seus moradores, (que começavam acudir ás suas grangearias).

O Viso-Rey ficou dando ordem ás cousas da fortaleza de Damão, e nomeou por Capitão della a D. Diogo de Noronha, e lhe assignou mil e duzentos homens com cinco Capitães pera lhes darem mezas. Estes foram Ray Gonçalves da Camara, irmão do Capitão da Ilha da Madeira, Tristão Vaz da Veiga, André de Sousa de Arvanches, João Lopes Leitão, e D. Diogo de Taide.

E por ser a terra fronteira, e ganhada de novo, se offerecêram muitos Fidalgos a ficarem nella, o que elle estimou muito porque desejava de engradecer aquella Cidade, pera nella conservar sua memoria. E porque pera a guarda das terras era necessaria gente de cavallo, comprou os mais dos que foram em companhia de D. Pedro de Almeida, e mandou a Ormuz trazer outros, com que aperfeiçoassem o numero de cento e cincoenta de cavallo, que todos se carregaram em receita sobre Diogo da Silva, que nomeou por Feitor, e Alcaide mór, hum cavalleiro muito hoarado, que depois foi sogro de Manoel de Sousa Coutinho, Governador que foi da India. Estes cavallos repartio o Viso-Rey pelas pessoas que os quizeram, e al-

guns deo em soldos velhos, e em outras dividas, porque nao pertendeo nesta primeira entrada mais que povoar bem esta Cidade, e ennobrecella E porque ja nao tinha necessidade de D Pedro de Almeida Capitão de Baçaim, o despedio pera a sua fortaleza, e se foi por mar em navios que lhe deo pera isso E porque se fazia tempo de se ir pera Goa e prover nas cousas do Sul, d'o pressa a fortificação, e cousas pera a povoação da mesma Cidade de Damão, e traçou lugares pera os Mosteiros, e Igrejas e assignou aos Religiosos que alli ficaram suas ordinarias

Feito isto tudo com muita ordem, se embarcou ja em fim de Março, e em poucos dias chegou a Goa (64)

Apos o regresso de D Constantino para Goa, tendo os abexins sob o comando de Cide Bofeta e Cide Rana atacado duas vezes a fortaleza de Balsar, foi esta após duas sangrentas batalhas abandonada por ordem do Vice Rei e derribada pelos abexins Os abexins correram as tanadarias de Damão, assaltaram as fortalezas de S Gens e a tranqueira de Tarapor que resistiram, e afinal foram desbaratados nos campos de Vaipia (Vapi) por D Diogo de Noronha capitão da fortaleza de Damão (65)

Em principio de Outubro de 1562 o abexim Cide Mearim ajuntou 800 homens de cavalo e quasi mil de pé e invadiu Damão as parganas de Bontiar e Puari Garcia Rodrigues de Tanna, capitão daquela fortaleza, saiu ao encontro do inimigo e derrotou e em Parnel (66)

Na entrada do ano de 1565 houve em Damão uma incursão de mongóis João de Sousa, capitão daquela fortaleza, foi ao encontro do inimigo que surpreendido com a ousadia se retirou sem dar batalha (67)

VII

(64) Couto Dec VII, liv III, cap I II VIII a - III a -

(65) Couto — Dec VII liv VIII, cap IX X XI

(66) Couto — Dec VII, liv X, a - III

(67) Couto — Dec VIII c. I

Em 1571 o Grão-Mogol pretendeu ocupar Damão, mas falhou a tentativa.

“ Na sexta Decada, livro decimo, Capitulo dezeseis démos larga conta de como por morte de Soltão Mamúde Ruy de Cambaya levantáram os grandes do Reino por Rey a Soltão Mahamud, que diziam ser filho do morto, o qual como era de sete pera oito annos, ficou em poder dos tres tutores Alucan, Itimitican, e Madre Maluco, em cujo poder andou o triste, e pobre moço até agora, que bem pobre se póde chamar, pois não mandava cousa alguma, por ser como huma estatua muda sem poder fallar, porque o não deixavam ser senhor de suas acções: e prouvera a Deos que succedêra esta desgraça só aos barbaros, e não chegára a abranger a alguns Reys Christãos, e de xaque em xaque, como Rey de Xadrés, andava o pobre moço ora nas mãos de hum, ora nas de outro dos tutores, sem elle ter vontade, nem querer, sobre o que via entre aquelles tres tyrannos que mandavam, e comiam tudo com grandes invejas, e ciumes: e succedeo naquelle tempo que o Viso-Rey D. Constantino tomou a cidade de Damão, que foi no anno de mil e quinhentos e sincoenta e nove, em que este pobre moço teve modo, com que fugio de Madre Maluco pera o Itimitican, o qual como era máo homem, sempre se receou dos grandes do Reino, e pera se segurar quiz usar de huma das maiores traições, que nenhum vassallo usou com seu Rey, e foi esta.

Estava o Hibar Rey poderoso dos Mogores na Cidade de Agará, onde então tinha sua Corte, que poderiam ser..... jornadas do Reino de Cambaya, o qual era o maior senhor de todo o Oriente, e andava com pensamentos de conquistar todos os Reinos do Decan, pera ficar maior senhor que o Grão Tainorlão de quem descendia; além da má inclinação que o Itimitican tinha, parece que suspeitou que o Mogor tinha tambem os olhos naquelle Reyno; e querendo segurar em seu estado, quiz quebrar hum olho a si (como dizem) por quebrar ambos aos levantados, e em grande segredo despedio Embaixadores ao Mogor, pelos quaes lhe mandou dar conta do estado em que as cousas daquelle Reino de Cambaya estavam, e que se quizesse senhorear-se delle, que elle lho entregaria sem golpe de espada, e lhe poria o Rey moço em seu poder, com tanto que o

havia de dar a elle Itimican por Viso-Rey de todo aquele Reyno, e com outros partidos largos que o Mogor lhe concedeo liberalmente, e não dilatando o negocio, se partio com sincoenta ou sessenta mil cavallos, com que em poucos dias entrou pelo Reyno de Cambaya, e Itimican o foi esperar á Cidade de Amadabá, onde lhe entregou aquelle Rey, e se poz em suas mãos.

Mogor que nunca tal imaginou, avaliando por grande aquella felicidade, recolheu o Rey com muita honra, e o entregou a um Capitão, que tinha dez ou doze mil cavallos, pera que livremente o trouxesse em sua guarda, e elle foi entrando pelo Reyno, e senhoreando se delle sem golpe de espada ate chegar á Cidade de Cambaya, donde mandou prover as cousas do Reyno, e mandou levar a todos os capitães principaes, e os entregou a quem os trouxesse em boa guarda.

Estavam naquelle tempo na Cidade de Cambaya alguns sincoenta, ou sessenta Portuguezes mercadores, que se não puderam recolher por terem suas fazendas em terra. Estes vendo assim o Reyno entregue, ajuntáram-se todos vestidos o mais custosamente que puderam, e se foram offerecer ao Mogor, que lhes fez grande gazalhado; e como no jogo da fortuna estava com tanta ganancia sem custo algum lhes fez mercês de barato seguindo os que se não temessem, e mandou que se lhes não bulisse em cousa alguma das suas fazendas, e lhes disse que lhe pedissem mercês porque lhas faria, o que visto por el'les, lhe pediram de mercê que quitasse os direitos aos Portuguezes mercadores, que fossem áquelle porto com suas fazendas, o que o Mogor lhes concedeo facilmente, supposto que não pode o Rey cumprir esta sua vontade, porque hum Capitão, ou Veador da fazenda lhe foi à mão, dizendo lhe que lhe importava aquillo todos os annos trezentos mil cruzados, pelo que a mercê não teve effeito, e parecendo lhe bem aquelle trajo dos nossos, mandou fazer outros de capas de raxa, chamalotes, roupéis, calções e botas, e pediu aos Portuguezes algumas gorras, que se então costumavam de Milão, e alguns chapeos e vestio se á Portugueza com espada, e adaga pelo que os nossos lhe beijaram a mão. O Mogor ficou concertando as cousas de Reyno, e mandou tomar posse das Fortalezas de Barocho, e Surrite, em que poz Capitaes Mogores, como fez nas mais cidades, e só alguns Regulos, que viviam em serras fortes,

se sustentaram nellas, e alguns levantados mais que se ficáram com as partes que governavam, quando morreo Soltão Mahomede lá pera as serras de Jurager.

Disto teve logo o Viso-Rey aviso; e vendo quão máo vizinho era o Mogor, e que era necessario acudir a segurar as Fortalezas do Norte, despedio pera esse effeito a Jorge de Moura com hum galé, em que elle hia, e seis fustas, de que foram por Capitães, Christovão do Amaral, João Correia de Brito, Vicente Paes, Ioão Barriga Simões, Nicoláo de Brito, e Henrique Barbosa da Silva, que todos partiram em dezasete de Agosto deste anno de setenta e dous, levando por regimento que não quebrasse com o Mogor, nem fizesse mais que andar à vista da Fortaleza de Damão, e que em segredo defendessem que não fossem mantimentos pera Cambaia, o que elle fez com muito cuidado, e diligencia; e porque segundaram as novas, D. Luiz de Almeida Capitão de Damão escreveu ao Viso-Rey, que estava aquella Cidade aberta, que era necessario acudir-lhe porque se o Mogor tentasse alguma maldade, a não tomasse, pelo que com muita pressa despachou outra Armada de duas galés, e sete fustas, de que foi por Capitão mór D. Jorge de Menezes, que depois foi Alferes mór do Reyno, o qual partio de Goa em quinze de Outubro seguinte, elle em hum galé, Diogo de Azambuja em outra; das fustas foram por Capitães D. Sancho de Vilhena, D. Luis de Menezes, Pedro Boto Meirelles, Estevão de Pina, Manoel Alvares, Pedro Soares, Apollinario de Val de Rama, que se foi direito a Damão, e andou por aquella costa com grandes intelligencias no Mogor, e veio com hum grande cafila de navios a Goa, donde o Viso-Rey o tornou a despedir pera Cananor a buscar outra com que chegou a Goa, estando já o Viso-Rey pera dar á véla pera Damão.

Como nas Cortes dos Reis do mundo nunca faltam lisongeiros desejosos de ganhar terra com elles, assim succedeo aqui com este barbaeiro, que estando pondo em ordem as cousas d'aquelle Reyno, de que se fez Senhor em tão breve tempo sem golpe de espada, sendo sua potencia tão grande nos tempos passados, que assombrava todo o Oriente, lhe disseram que as terras de Damão, e ainda as de Baçaim com suas Cidades eram do Reyno Guzarate, as quaes os Portuguezes coñiam, e possuiam, sendo de direito suas, que era descredito da sua potencia dissimular com isso, tendo-as tão perto, e tão certas que

não estava em mais senhoreallas que e n mandar seus Capitães sobre ellas e tanto lhe disseram, que mandou fazer prestes Cutibidican com dez mil cavallos, de que logo D Luiz de Almeida foi avisado, e despedio recado com muita pressa ao Viso Rey, affirmando-lhe a certeza daquella jornada que ficava a risco de se perder aquella Cidade pela pouca defensão que tinha, e juntamente se começou a fortificar e melhor, e mais apressadamente que po. le ser. O Capitão do Mogor despedio hum enviado ao Capitão da Cidade, pelo qual lhe mandou dizer que e Mogor sea Senhor lhe mandava rogar que lhe despejasse a Cidade, e largasse as terras, que eram do Reyno de Cambaya cujo Senhor elle era, e que folgaria de nao romper com elle sobre o que era sen D Luiz lhe respondeo que estava alli da mão do Viso Rey da India, sem cuja licença elle nao podia fazer cousa alguma que lhe mandaria recado, e mandando elle que lhe entregasse tudo o faria com muito gosto, e sobre este negocio tornou o Mogor a replicar por vezes, e de todas ellas o foi entretendo D Luiz com a escusa de esperar pelo recado do Viso Rey, ate elle chegar, como ao diante diremos.

Este recado chegou ao Viso Rey na entrada de Dezembro, e logo com muita pressa se começou a fazer prestes pera acudir em pessoa aquelle negocio com todo o poder que na India houvesse, porque era muy arriscado o caso, se nelle houvesse descuido algum, e assim quando foi a ultima octava do Natal, sahio pela barra fora com a Armada seguinte Nove gales, huma em que hia o Viso-Rey, e das outras foram capitães, D Jorge Alferes mor que foi, que tinha vindo do Norte com huma grande cafila, D Garcia de Noronha, neto do outro que foi Viso-Rey, D Henrique de Menezes D Miguel de Castro, filho do Viso Rey D Joao de Castro, D Joao da Gama, filho de D Vasco da Gama, segundo Conde da Vidigueira, Francisco da Silva de Menezes, de Campo Mayor, D ogo de Azambuja, e Rodrigo Homem da Silva Levou oito galeotas Latinas, cujos Capitães foram D Diogo de Menezes, Manoel Furtado de Mendonça irmão de Andre Fortado, que foi Governador, Fernão de Albuquerque, que ainda hoje vive, Gaspar de Brito do Rio, João de Mello de Sampayo, filho do Doutor Gaspar de Mello, Nuno de Mendonça, e Diogo Dias do Preste Fustas levou setenta e seis, de que foram Capitães Manoel de Sousa Coutinho, que depois foi Governador, D Rodrigo de

Sousa, D. Rodrigo de Castro, D. Francisco de Sousa, D. Martinho da Silveira, Ayres Falcão, Jorge da Silva Pereira, filho de Ruy Pereira da Silva, D. Antonio de Castro, Alexandre de Sousa, Antonio Mascarenhas, João Gomes de Abreu de Lima, Diogo da Silva, Jeronymo Carvalho, Francisco Paes de Mello, Nuno Cordeiro, Gonsalo Guedes de Reboredo, Antonio de Espinola, Luiz de Sousa, Gaspar de Sá, Manoel Fernandes de Béja, Fernão Aluares do Oriente, Pedro Furtado de Mendorça, João Fernandes da Costa, Christovão de Araujo Evangelho, Antonio de Sousa Coutinho, Luiz Ferreira, o Chatim, Gregorio Boto, Pedro Fernandes Brochado, Vasco da Silva, Manoel de Miranda, Francisco Pereira, Antonio Vaz Correia, Estevão Gonçalves, Mestre Capitão dos Inhames, Manoel Dias, Fernão Gomes, Lopo Pereira, Pedro Zuzarte Tição, Alvaro de Abreu Pereira, D. Leoniz Pereira, Capitão que foi de Malaca, Manoel de Mello, Damião Furtado, Diogo Collaço, Christovão de Tavora, Martim Affonso de Mello, João Ferreira Fialho, Diogo Lopes de Mesquita, que foi Capitão de Maluco, D. Paulo de Lima Pereira, Antonio Telles de Menezes, Alvaro Ferreira, Manoel Rodrigues, Cosme Duarte, Luiz Fernandes, Rodrigo Monteiro. O Licenciado Antonio Correia, Ouridor geral, Diogo Fernandes o Forte, João Pereira, Francisco Pereira, Diogo do Quintal, Diogo de Mello Coutinho, e Zofocão Principe do Balagate, D. João Princepe de... o Inquisidor Bartholomeu da Fonseca, Agostinho Nunes, Francisco de Mello, Antonio Luiz, Gaspar Tavares Cananôr, D. Luiz de Menezes, Henrique Dias, Apollinario de Val de Rama, D. Sancho de Vilhena, Estevão de Pina, Pedro Boto Meirelles, Manoel Alvares, Manoel de Saldanha, D. Garcia Malavar, Bartholomeu de Magalhães, Pedro Fernandes, e outros.

Levou mais sinco galeões, cujos Capitães foram D. Pedro de Castro, D. Francisco Henriques, Ayres de Sousa, Manoel de Brito, e Mem Lopes Carrasco. Nesta Armada hia o melhor de tres mil homens de armas a fóra a gente da terra, cujos provimentos de toda ella me encarregou o Viso-Rey, e em menos de hum mez deo á véla; e como ventavam terrenos, e virações, em poucos dias foi tomar Baçaim, onde teve recado de D. Luiz de Almeida, que os Mogores estavam já menos de duas leguas daquella Cidade, pelo que teve conselho com seus Capitães, e Fidalgos velhos sobre o

que fari, e os mais delles votáram que o Viso Rey ficasse naquella Cidade de Baçaim, e mandasse toda aquella potencia a Damão, porque vendo os Mogores, e sabendo que o Viso-Rey ficava em Baçaim haviam de ter pera se que com elle ficava outro poder maior, e que vendo-o em Damão, também haviam de cuidar que levaria consigo todo o poder que na India havia, e que era muito differente humra cousa da outra pera os Mogores não passarem sobre Damão em fim debatido o negocio, assentou-o Viso-Rey de passar adiante, porque houve votos que se conformáram com elle, dando por razão, que quando os Mogores o la vissem, não haviam de medir a gente pe'a que levaria a Armada, senao pela potencia da sua máquina, em que ao menos haviam de cuidar que havia mais de seis mil homens, e que so o nome de estar o Viso-Rey da India em Damão havia de enfrear muito os Mogores, no que se nao enganou, e tomando alli mais doze, ou quinze navios, que se lhe ajuntaram de Chaul, e Baçaim, os quaes os Fidalgos alli casados tinham armados pera acompanharem o Viso-Rey, deo a vela pera Damão, aonde chegou em poucos dias, e deixando os galeões fora entrou o rio com as gales, e com a Armada de remo, que se estendeo de humra, e outra parte, ficando o rio entulhado de embarcações que ao entrar salváram a Cidade com tanto estrondo, que foi espanto, e o mesmo fizeram os galeões, cujos terremotos foram dar nos ouvidos dos Mogores, que os assombrou de maneira que não sabiam parte de si. O Viso Rey desembarcou em terra, e foi visitar as fortificações, e as mandou renovar com muita pressa, porque não tinha a Cidade mais muros que huns entulhos altos de arêa, e mettidos por elles humas arvores, eervas leiteiras mui grandes, e espessas as quaes se não pode chegar pera as cortar, porque o leite que dellas salta, se dá nos olhos, logo os cega, e trata mal, e com a artilheria não se podem bater, porque nos pes dellas nos entulhos de arca ficam os pelouros enterrados, e mais assim passam pelas arvores sem fazerem damno, e nos baluartes, que tinha da mesma feição, mandou pôr algumas peças de artilheria pera varejarem o campo que se descobre todo, e poz nelles Capitães com seus soldados de maneira, que ficou a fortificação segura, e assim entendeo o Viso-Rey em outras cousas de que havia necessidade com muita ordem e brevidade.

Tanto que soube o Capitão dos Mogores ser o Viso-Rey chega

do, logo avisou o seu Rey, que estava em Baroche, pelo que se passou a Surrate por ficar mais perto de Damão, donde proveo em muitas cousas do Reyno, e houve ás mãos os Capitães alevantados, que mandou ter a bom recado, e mandou prover aquellas Fortalezas de outros seus vassallos com que os segurou; e tendo recado em como o Viso-Rey estava em Damão com aquelle poder, não quiz romper com elle, antes procurar amizades pelo proveito que disso tinha na navegação de suas náos pera Meca, em que elle determinava de metter grande cabedal, e sua mãe, e algumas mulheres desejavam de ir visitar o sepulcro de Mafamede; pelo que ordenou hum Embaixador com grande apparato, e magestade pera o ir visitar, e tratar com elle amizades; o qual em breves dias foi ter a Balsar, e dahi mandou fazer a saber ao Viso-Rey da sua vinda, o qual lhe mandou preparar um grande recebimento, e lhe mandou os parabens della por Christovão do Couto Língua do Estado, que pera isso foi muito acompanhado, e ambos assentáram o dia, em que queriam fazer sua entrada, que foi por esta maneira.

Mandou o Viso-Rey chegar os galeões o mais perto da barra que pode ser, e as galés que se puzessem pelo meio do rio em fileira, e hum espaço diante huma da outra, e as fustas que se estendessem de longo da ribeira de huma, e outra parte, e os baluartes da Cidade se enchessem de bandeiras, como fizeram os galeões, e as fustas todas, e as galés com suas flamulas, galhardetes, e bandeiras todas fermosissimas; e a galé bastarda, em que o Viso-Rey estava, se poz no meio das outras com seu toldo de borcado franjado de ouro, que arrojava quasi até a agua, e na quadra a bandeira Real das Armas de nosso Senhor Jesu Christo, e na popa tres grandes faroes dourados, e a chusma vestida o melhor que pode ser, e a coxia do mastro até a estanteirola cuberta de fermosas alcatifas, e o toldo com outras mais ricas, e por cima guarnecidas de pannos de ouro de maneira que estava a Armada tanto pera temer, como pera se folgar de ver; e o dia da entrada do Embaixador mandou o Viso-Rey chamar pera a sua galé todos os Fidalgos velhos, e Capitães, que eram mais de duzentos, que foram custosissimamente trajados, e armados por baixo, os quaes se estendêram pela galé de popa á proa por cima dos balesteiros, e o Viso-Rey dentro no toldo assentado em hum cadeira de borcado, vestido de huma roupa preta, e huma saia de

malha muito rica por baixo, e hum pagem com hum montante nu junto d'elle, no cabo da coxa encostado a estanteirola estava D Jorge de Menezes, que depois foi Alferes mor do Reino, armado de armas inteiras brancas mui reluzentes, e huma cellada de aço na cabeça e modo de viseira, e nas mãos hum grande montante doura do nu e como era hum dos fermosos homens de seu tempo, assim na estatura do corpo, como no valor de sua pessoa, e animo, so pera e ver se pudera tomar qualquer trabalho

O Embaixador do Mogor chegou á outra banda da praia, onde e esperava D Luiz de Almeida Capitão da Cidade com seus parentes e amigos muito louçosos, e nas vistas tiveram grandes cumprimentos e tomando elle o Embaixador pela mão, e embarcou em huma fusta ricamente preparada, e o levou ao toldo, onde se assentaram cada hum em sua cadeira de veludo, e ao afastar, e desaniarrar da praia se fez hum sinal, com o qual começaram os galeões a disparar aquella soberba furi de artilheria huma e muitas vezes, e o mesmo fizeram as gales, indo ja o Embaixador pelo meio d'ellas o qual fez parar a embarcação, porque com as nuvens do fumo não viam por onde hiam, porque escurecia a claridade do Sol, e depois das gales fizeram o mesmo as fustas, e navios de remo, o que tudo foi de muito maior espanto pera os Mogores, que nunca imaginaram de ver, e cuido certo que de boa vontade trocara o Embaixador as honras de se ver naquelle lugar por se não ver nelle durou esta salva largas duas horas, e tanto que o estrondo cessou, que se começaram a espalhar as nuvens de fumo, foi o navio em que o Embaixador hia remando pera a gale, e antes de chegar a ella lhe deo tambem huma fermosa salva foi a fusta demandar a proa como estava ordenado, pela qual, e por cima daquelles fermosos canhões, e basiliscos foi o Embaixador desembarcado, e pela coxa e foi o Capitão D Luiz sempre levando de mão, indo elle muito grave, pondo os olhos naquella fermosa fidalguia que de huma, e outra parte estava, e chegando á estanteirola, deo com D Jorge de Menezes em pe na forma que disse, e parando hum pouco a olhar pera elle lhe fallou O Viso Rey ao entrar do toldo se levantou, e deo alguns passos a tomar o Embaixador, que se lhe vinha humilhando, e o levou nos braços, e pela mão o levou ao toldo, onde se assentaram e o Viso-Rey lhe perguntou pela saúde do Hecobare,

de seus filhos, ao que lhe respondeo em fórma; e passados estes primeiros cumprimentos, lhe disse o Viso-Rey que elle vinha muito alvoraçado pera ver o Hecobar, parecendo-lhe que o achasse mais perto; mas pois não podia satisfazer este desejo, o mandaria fazer por seu Embaixador, que despediria em sua companhia: e que estimava muito que fosse Senhor do Reyno de Cambaya per ficar mais perto das nossas Fortalezas, donde os Capitães dellas, e elle Viso-Rey o serviriam, e sustentariam com elle huma firme amizade pera melhor conservação de seus Estados. O Embaixador depois de ter sobre aquelles pontos os agradecimentos devidos, e cumprimentos necessarios, lhe deo sua embaixada, que toda redundava em desejar com o Estado da India a mesina paz, e amizade de que a todos resultaria grandes bens, e accrescentamentos; e por fim vieram a assentar, que o Viso-Rey mandasse seu Embaixador a concluir as pazes com o mesmo Hecobar, que estava em Surrate: e que elle Embaixador esperasse dous ou tres dias da outra banda, onde tinha as suas tendas até se aviar a pessoa que com elle havia de ir, e que recolhesse a gente de guerra das terras de Damão, porque os moradores das aldeas, que era gente coitada, estavam assombrados, e não ousavam cultivar suas terras, o que o Embaixador prometteo, e cumprio inteiramente, e com isto o despedio com algumas peças ricas que lhe deo, e ao desembarcar teve outra salva semelhante á passada, e o Capitão D. Luiz o poz da outra banda, e se tornou pera a Cidade.

O Viso-Rey tratou logo da eleição da pessoa, que havia de ir por Embaixador, e por parecer dos mais foi eleito Antonio Cabral, que era homem Fidalgo, e de bom entendimento, e de muitos annos da India, e que poderia fazer muito bem aquelle negocio, o qual logo se fez prestes de trajos, e apparatus pera o lugar, que hia representar diante de hum tamanho Monarca, e o Viso-Rey lhe deo apontamentos das cousas, que havia de tratar sobre as pazes, e provisão pera conceder ao Hecobar huma não sua pera ir de Surrate ao porto de Méca forra dos direitos. Negociado Antonio Cabral, passou-se da outra banda, levando consigo Christovão do Couto Língua do Estado, e oito, ou dez homens de ginetes muito bem ataviados e outra gente de serviço, e em companhia do Embaixador Mogor foi a Surrate, tendo o Hecobar já recado do seu Embaixador das

cousas que tinha passado com o Viso Rey, e de como lhe mandava seu Embaixador, ao qual elle mandou receber muy honradamente, tendo com elle as práticas ordinarias de lhe perguntar pela saude de ElRey de Portugal, e do Viso-Rey, e por outras cousas, e que lhe respondeo Antonio Cabral muito em forma, e commetteo alli logo ás pessoas que lhe pareceo a conclusao do negocio das pazes, com as quaes Antonio Cabral ficou correndo, sendo em tudo Christovão do Couto a Lingua, porque era homem muito resoluto naquelles negocios, e por fim se vieram a concluir as pazes, e a se jurarem, Antonio Cabral por parte do Viso-Rey, e da parte do Hecobar não pude saber se as jurou elle, se outrem em seu nome, e os pontos principaes com que se concluíram se poderao ver melhor deste formão que dellas passou o Hecobar, das quaes eu tenho tres traslados na Torre do Tombo, cujo theor he o seguinte

‘Aos meus nobres e honrados Regedores, Governadores Capitães, e Fidalgos, e a todos os desta dignidade, e a todos os mais meus criados, e Officiaes, a que o conhecimento deste pertencer, mormente aos que regem, e governão esta Provincia de Guzarate, e principalmente aquelles que tem mandado supremo em Baroche, e Surra'e, e na Prasara, de Nausaury, e de Velodara saibam todos que o muito honrado dos muy illustres, e affamados deste tempo, obediente ao alto mandado, D. Antonio de Noronha Viso-Rey dos Portuguezes me mandou offerecer, e mostrar quanto desejo tinha de minha amizade, e q tanta vontade tinha de fazer servicos a esta minha alta, e Real casa, offerecendo se me pelo honrado Antonio Cabral, que por elle chegou a supplicar, e beijar o pe de meu alto assento, a qual offerta, e offerecimento me contentou, e houve por bem mandar passar este meu alto, e illustre formão, pelo qual vos mando em geral a todos, e a cada hum por si, que Damão, e suas terras, de que elle est de posse, e as tem em seu poder, que lhas nao tomeis, nem mandeis tomar, nem nellas entrar por nenhum caso, nem chegar a seus extremos e os Malatares que vierem com mercancia, e navegarem em seus paraos, e fustas, sendo ladrões, e malfeitos, e merecerem ser castigados, nao os favoreçais, por serem prejudiciais a toda a nação, mas antes vos mando que favorecendo os ditos Portuguezes, seja notorio a todos este favor, que lhes eu mando dar

fazei-o de maneira com que elles fiquem de mal livres, e do damno que lhes poderão fazer, pera que com isso vivam contentes; e as ditas terras não irá ninguém, nem a seus extremos; e não consentirei a outrem que lhe faça damno algum; e o que virdes que he rebelde a este meu alto mandado, castigareis de maneira com que por nenhum caso possa fazer damno algum: e todo o escravo de Portuguezes que vier a lugares, e terras nossas fugindo dos suas, examinarei a tenção que pera isso leve, e conforme a lei será julgado, e entregue a seu dono: pelo que vos mando que em se cumprirem estas cousas não haja duvida alguma. Feito a dezoito de Março de mil e quinhentos e setenta e tres." Este formão tiveram alguns pera si que ficara em descredito do Estado pela grande soberba, que este barbaro nelle usara, e houve dúvidas se se havia de aceitar, ou se se havia dissimular, por se não arriscar aquella Fortaleza pela grande potencia com que este Rey estava tão perto della.

O proprio com o sello pendente do Hecobar feito em huma folha de papel de marca maior, achei eu na mão de hum homem, que me não lembra seu nome, nem como me disse viera a seu poder, o qual eu levei ao Viso Rey, que me parece era D. Francisco Mascarenhas, pera que se veja como se guardam as cousas que tanto importam, e se põe em cobro neste Estado, onde se não trata mais que de ajuntar, e andar; e ainda este proprio que eu descubri, e dei ao Viso-Rey, não sei que he feito delle, sendo obrigação estar na Torre do Tombo, como padrão de huma doação de tanta importancia, como he o de huma Cidade com mais de doze leguas de jurisdicção: e por eu lembrar estes descuidos, El Rey D. Philippe, que está em gloria, quando me commetteo esta historia da India, mandou logo ordenar esta Torre do Tombo, aonde mandou se recolhessem todos os papeis, livros, e cousas que houvesse em casa do Secretario, e na Chancellaria, e todas as instrucções, e regimentos que vem do Reino todos os annos, o que nunca pude acabar com os Viso Reis que o fizessem assim executar, e quasi que está esta casa por fórma só com o titulo de Torre do Tombo, sem ter mais que huns poucos de livros velhos, que aqui lançaram os Officiaes por lhes não aproveitarem, nem servirem de cousa alguma.

E porque a mãe, e mulheres do Hecobar desejavam, como disse, irem-se offerecer á casa de Mafamede pera segurança da não em

que fossem, pediram os Ministros do Mogor a Antonio Cabral salvo conducto pera poder parbr de Surrate huma não cada anno pera Meca fora dos direitos, que elle concedeo livremente, encomendando aos Capitães no salto conducto que lhe dessem, e fizessem todo o favor, e serviço á mai, e mulheres do Hecobar que lhe fosse necessario. Feitas estas amizades, e celebradas em Surrate, e em toda Cambaya, se despedio Antonio Cabral do Mogor e se foi pera Damao, onde o Viso-Rey ainda estava dando despacho a muitas cousas

E porque não fique isto pera outro lugar por caber neste, direi o que custa este cartaz todos os annos ao Estado. Andava a Alfandega de Dio neste tempo arrendada, e sabendo os rendeiros da liberdade desta não, reclamaram ao Viso-Rey, pedindo abatimento do que importavam seus direitos, o que correo diante dos seus Officiaes da Fazenda, onde se alvidrou que se descontassem dezoito mil pardaos cada anno da renda, visto pagarem outras, que se despachavam em Dio a mesma quantia, de que os rendeiros apresentaram certidoes dos livros das Alfandegas. E assim ficaram faltando nas rendas do Estado cada anno aquelles dezoito mil pardaos e não foi so esta a perda que por aqui recebeo, mas pelos tempos adiante recebeo mais de sinco mil cruzados por esta maneira. Tanto que os moradores de Cambaya (que costumavam ir a Meca em seus náos, que eram doze, e quinze, e tinham obrigação de irem carregar a Dio, e pagar alli os direitos) viram ser esta não liberta dos direitos, lá em Meca embarcaram nela o seu ouro, prata, e brocados, coral, e outras fazendas ricas, que era o principal rendimento daquella Alfandega, e as náos da obrigação daquella Fortaleza chegaram a ella com o rebotalho das fazendas, que na outra se não puderam carregar, e a de menos substancia, de que a Alfandega recebe grandes perdas, em que não ha remedio algum, por quanto se havia de guardar aquelle cartaz que se concedeo, porque importa assim ao Estado pelo credito, e pela quietação da Cidade, e terras de Dimão, em cuja defensão se gastaria duas, e tres vezes mais do que isto monta pera se defenderem " (68)

A 14 de Novembro de 1581 saiu de Goa a armada Diogo Lopes Coutinho, que foi pôr-se sôbre Surrate para pedir a saída para Meca duma náu bem provida de artilharia, que o capitão daquela fortaleza Caliche Maomet pretendia deixar para o mar sem cartaz.

Vendo que a náu não podia sair, mandou Caliche recado a Cutubidicão, capitão de Baroche para que efectuasse uma diversão sôbre Damão, com o fim de atrair ali a nossa armada.

Cutubidicão entrou em Damão nos princípios de Março de 1582.

"Com este recado formou o Cutubidicam hum bom exercito de gente de cavallo, e elefantes, e artilheria, e começou a marchar contra Damão, e entrou por suas comarcas na entrada de Março, demandando diante hum Mogor, chamado Caliocham, com mil cavallos, que foi entrando pelas praganas Buticer, e Pecari, que são muito povoadas, e do mór rendimento de todas as mais; e tudo foi de muito truinando, e assolando, posto que já os naturaes tinham recolhido suas mulheres, e gado pera as terras de Sarzeta por ordem de Martim Affonso, Capitão de Damão, que com elle se tinha concertado por isso, e elle passados seus seguros; porque tanto que teve aviso de que elle exercito, logo proveo em recolher, e segurar todas estas comarcas, e despedio recado ao Viso-Rey, pedindo-lhe soccorro, e concertou a se fortificar, porque estava a Cidade aberta, e rota por muitas partes, mandando pelas praganas de sua jurisdição recado, pedindo que se recolhessem todos os naturaes com seus móveis, e gados pera a terra do Rey de Sarzeta, com quem (como vizinho, e tão amigo) que todas as suas rendas tem nas Aldeas da jurisdição daquela Fortaleza, que são os coutos) se concertou, como assim disse, porque tratou que os inimigos na primeira entrada não tivessem e que se cevar, e achassem as terras despovoadas, e sem mantimentos, que forçado lhe haviam de faltar; e a todas as Tanadarias de sua jurisdição, que são Sanges, Danu, Tarapor, May avisou da vinda dos Mogores, e mandou que todas as mulheres, e meninos se fossem pera Baçaim, e que os lavradores com seus gados, e moveis se recolhessem pera os matos, como fizeram. Martim Affonso trazia espia

sobre os inimigos, e cada dia era avisado de tudo e sem dormir, nem descansar, tratou de fechar-se pelas partes que estava roto, e por ser certificado vir já o exercito inimigo por Balsar, e do numero da gente que trazia, entendeu que lhe era necessario puxar por Diogo Lopes Coutinho e despedio hum navio com cartas suas, protestos, e requerimentos da Cidade, pera que se fosse metter nella, porque estava rota, e sem gente. Com este recado foi lhe necessario deixar tudo, e ir-se pera Damão aonde foi muito festejado e junto com o Capitão repartiram as estancias, e partes mais fracas pelos Capitães de Cicacem, encarregando a Joao Rodrigues Coutinho o Baluarte de sobre a porta, que vai salir ao campo grande, por estar todo no chão, que elle com seus soldados, e marinheiros reformou em poucos dias de madeira, e adobes cruz, com o que se fez muito forte, e fermoso, e o guarneceo de artilheria, e armas ficando elle alli agazalhado com sincoenta soldados, e pela mesma maneira os mais Capitães fizeram nas partes que lhes coube, com o que a Cidade ficou pera soffrer qualquer trabalho, e porque os Mogores se vinham chegando, despedio o Capitão cartas ás Cidades de Baçaim, e Chaul, em que lhes dava conta do poder dos Mogores, e dos trabalhos que esperava, e lhes pedia que a soccorressem, mandando-lhes encapar os Templos, e a Cidade, este recado se deu aquellas Cidades, e não faltando nos vassallos Portuguezes aquelle seu fervor, e lealdade antiga, com que sempre acudiram as cousas desta quilidade, pelo que logo se fizeram muitos Fidalgos, e Cavalheiros prestes com navios, e soldados para irem soccorrer aquella Cidade. Baçaim estava mais perto, chegaram primeiro aquella Cidade dez, ou doze navios, cujos Capitães eram Jorge Pereira Coutinho, Fidalgo de mais de sessenta annos, que o zelo do serviço de El Rey lhe fazia acudir a estas cousas, como se fora de trinta, D Francisco de Noronha, D Francisco de Sousa, D Diniz d Almeida, Duarte de Mello, D Ray Gomes da Silva, Manoel de Mello e outros todos com muitos e bons soldados a sua custa, e com grandes despezas, foram todos muito bem recebidos do Capitão, e Cidade, repartidos por estancias, que serviam rotas, que lhe reedificaram, e fortificaram muito bem com muito trabalho, e custo seu.

Dadas as cartas de Martim Afonso, Capitão de Damão ao V. Rey, mandou logo chamar a Fernão de Miranda, e lhe deu que cum-

pria ao serviço de ElRey que embarcasse logo pera Damão em hum fusta, e após elle mandaria os soccoros que pudesse, e regimento pera saber a fôrma em que devia de ficar, porque o remedio de Damão estava em se elle ir metter dentro naquella Cidade. E Fernão de Miranda sem fazer detença alguma, se embarcou no mesmo dia, porque logo lhe acudiram muitos Fidalgos, e soldados seus amigos pera o acompanharem, e logo se fez á vêla em sua companhia Tomé de Sousa Coutinho em hum Catacolão com alguns amigos, e naquella conjunção sahiram tambem alguns navios de Mercadores, que estavam na franquia, em que tambem se foram embarcar muitos soldados, porque nas empresas desta qualidade os amigos de honra nunca esperam que os mandem, nem tem dever com pagas, nem ração, tempos, nem inconvenientes d'elle, que tudo facilita o desejo, e amor da patria, e o do serviço do sey Rey. No mesmo dia que partio Fernão de Miranda, despedio o Viso-Rey huma Almadia com cartas a Mathias de Albuquerque, em que lhe dava conta da necessidade de Damão em que logo despedisse dez navios os melhores da sua companhia, e que os entregasse a D. Gilianes Mascarenhas pera se ir metter em Damão. Com esta brevidade sabia o Viso-Rey acudir ás necessidades do Estado com que remediava todas, e assim teve bom successo em todas as cousas que empredeio. Espalhadas as novas do cerco, principiaram-se a negociar muitos Fidalgos e Cavalleiros pera os irem soccorrer, com que depois continuaremos, porque he necessario fazello primeiro com Fernão de Miranda, que em poucos dias foi a Damão, o que os moradores estimáram muito pela experiencia que tinham de seu esforço, conselho, e entendimento. O Capitão Martim Affonso, e Diogo Lopes Coutinho com os Fidalgos, Capitães, e Vereadores o foram receber á praia, por ter sido alli seu Capitão; e elle disse a Martim Affonso que o Viso-Rey o mandava de soccorro aquella Fortaleza por seu soldado, que alli estava com aquelles companheiros pera tudo o que cumprisse ao serviço de El-Rey. O Capitão com palavras muito honradas lhe agradeceo aquellas cortezas, e lhe respondeo que elle podia mandar naquella Fortaleza, como no tempo que nella fora Capitão, porque entendia que assim era conveniente ao serviço de ElRey, e lhe pediu ficasse de fóra sem obrigação de estancia pera o ajudar na fortificação da Cidade, o que elle acceitou, e começou a correr com ella, como a

pessoa do Capitão, e de Diogo Lopes Coutinho

Poucos dias depois disto chegaram aquella Fortaleza alguns Capitães de Goa, que partiram logo apos de Fernão de Miranda em navios seus cheios de muita, e boa soldadesca, que foram D Martinho Silveira, D Luiz de Menezes, Duarte de Mello, irmão de Martim Affonso, D Duarte d'Essa, e outros que nos não lembram. Com este soccorro ficava a Cidade já segura, porque era grande e estava aberta por muitas partes estes Capitães tomaram a sua conta pedaços de entulho, tapigos, e outras cousas em que se exercitavam com os seus soldados, e marinheiros os Mogores eram já entrados pelas terras de Damão, e tinham assentado seu arrual ao longo de huma ribeira duas leguas da Cidade, donde espalháram pelas terras gentes de cavallo, que as andavam roubando, e fizeram assas de damnos porque ainda rcharam muito gado, e livradores por recolher que leváram, cativáram, destruíram, e esçaláram todas as Aldeas. Estas novas correram logo por todas aquellas Fortalezas, donde cada dia acudiam Fidalgos, e Cavalheiros de soccorro. E D Francisco de Castro, Capitão de Chaul, dando lhe recado de Damão, no mesmo dia despedio huma embarcação ao Viso Rey, e lhe mandou pedir licença pera elle em pessoa ir áquelle soccorro, e que lhe elle mandou, e elle se fez prestes, e negociou em poucos dias vinte navios muy bem guarnecidos de gente, e munições, e de tudo o mais necessario para a guerra, porque os Capitães d'elle eram Fidalgos, e Cavalheiros principaes, e casados naquella Cidade, que á custa de seus fazendas como sempre fizeram se embarcaram em companhia do seu Capitão e dos que pudemos saber os nomes são D Jeronymo de Menezes, Duarte da Silveira, filho do Craveiro de Évora, Balthazar de Siqueira Pedro Preto, filho de Francisco Preto, Ruy Mendes de Figueiredo, e Francisco da Cunha, Matheus de Gumedes, João Ferreira Filho, Gonsalo de Arujo, Amador Mendes Dorta, Manoel de Villadares, Andre Duarte, Belchor Colaço, Manoel Bocaro, e dous navios mais, que a Cidade mandava cheios de mantimentos e munições a sua custa, de que eram Capitães Jorge da Silva, e hum Fidalgo Teixeira D Fernando de Castro deo a vela com todos estes navios, deixando a Fortaleza entregue a Alvaro de Carvalho, e em poucos dias entráram pela barra de Damão todos estes navios embandeirados, disparando a sua artilheria,

e tocando seus pífanos, e tambores, cousa fermosa pera ver. Foram estes Capitães bem recebidos, e repartidos por estancias, que elles reformáram, e fortificáram, ficando D. Francisco de fóra pera acudir ás cousas necessárias, e tomou á sua conta fechar a praia da ponta do Baluarte de sobre a barra até ao mar, porque não viessem os Mogores metter-se entre os navios, e a Cidade, obra muito necessaria; e não particularizamos os baluartes, e estancias, que os Capitães do soccorro reedificáram, e tomáram por estancias; porque como a Cidade não foi batida, e o cerco não foi por diante, havendo por escusado, basta nomear os que soubemos, porque já foram offerecidos a todos os trabalhos que se offerecesse naquelle cerco, por muito prolongado que fosse. D. Pedro de Menezes, Capitão de Dio, tanto que soube dos Mogores, despedio em seu soccorro dous navios cheios de soldados, de que foi Capitão Jorge da Silva Coutinho. Com estes soccorros ficou a Cidade tão prospera, que já lhe não dava aos nossos do cerco que se esperava, antes praticavam em ir buscar, e darem-lhe batalha em campo, porque se não fossem louvar que os cercáram,

Dada a Carta do Viso-Rey D. Francisco Mascarenhas a Mathias de Albuquerque, em que lhe deo conta da necessidade de Damão, logo com muita brevidade despedio D. Gilianes Mascarenhas com dez navios, de que, a fóra elle, eram Capitães Cosme de Lafetar, Christovão de Tavora, seu irmão, Pedro Homem Pereira, Antonio Vellez, Gonsalo Coelho, Antonio de Lima, Sebastião de Macedo, D. Manoel de Azevedo, e Antonio de Azevedo: nestes navios hia a melhor soldadesca da Armada; e dada à véla, foram seguindo sua viagem; e antes de chegarem a Goa, houveram vista de dous Catacoulões de Malavares, a que deram caça; e o primeiro que chegou foi D. Gilianes, que os fez varar em terra, e lhe tomou os cascos, passando por Goa, sem quererem nada della. Antes de chegarem a Chaul, tomáram hum parão de Cossarios, que todos morrêram, o que o mesmo D. Gilianes abalroou, e rendeo; e sem se embaraçarem com outra cousa, chegáram a Damão, aonde entráram salvando a Cidade fermosamente embandeirados. Foi D. Gilianes bem recebido, e seus Capitães repartidos por estancias, com que a Cidade acabou de ficar fortalecida pera se defender a todo o poder do Grão Mogor. De todos estes soccorros chegáram logo as novas a Cutu-

bilicham, que desconfiado Je poder fazer coisa alguma, e desenginado que a Cidade estava provida de soldados, Capitães, e Fidalgos, determinou de virar as armas contra as Tanadarias, porque tambem sua tenção (como dissemos) nunca foi bater, nem commetter a Cidade, senão occupar as terras por se desaffrontar do que a nossa Armada lhe andou fazendo pelo rio de Surrate, e por saber que a Tanadaria de Tarapor era rica com mercadores grossos, determinou de a mandar saquear, pera o que despedia Calischam com mil de cavallo, e alguns elefantes, de que logo foi o Capitão de Damão avisado, e mandou recado aos Capitães das Tanadarias, pera que estivessem sobre aviso, porque os não tomassem descuidados. Os Mogores entráram por Sanges, e Dormi, queimando, e assolando tudo, e chegando a povoação de Danu, onde estava D. João de Almeida por Capitão, e muito fortificado em huma Torre que tinha com sincoenta homens, e recolhidos de redor della todos os naturaes com seus gados, e no rio, que era largo, e feroso, hum navio com vinte homens pera do mar os favorecer, e querendo elles commetter, os esbombardeou D. João muy bem, e ainda lhes mandou sair alguns soldados, que travaram com os dianteiros humia escaramuça, com que derribáram alguns, e lhes tomaram huma bandeira, que D. João irandon depois ao Vice-Rey, e lha deram, estando hum dia solemne em S. Francisco, e elle n deo aos Padres. Os Mogores escandalizados de D. João, foram-se recolhendo, e passáram a Fará, porque estava despejado, e o assolaram, queimáram, e matáram muitos mesquinhos, e corréram ate May, onde o Capitão com os moradores estava fortificado no templo dos Padres de S. Domingos, aonde tambem os escandalizaram, e depois de queimarem as aldeias todas, se recolheram outra vez a Damão cheios de despojos, e de gados principalmente.

O Cutubichão deixou-se estar no lugar, onde assentou o arraial, sem dar vista á Cidade ate dia de Ramos, que foi o primeiro que no campo apparecêram huns quinze, ou vinte de cavallo, após o Collação do campo Francisco de Seixal, que vir lha recolhendo o gado, e ao repique acudio o Capitão, e toda a gente volta ao campo, e por lhe parecer cilada, deteve os soldados, que já se espalhavam em magotes. Os Mogores chegarão ate perto do Baluarte de João Rodrigues Coutinho, mas como viram sair Lhe's fora, logo se recol-

lhêram, sem apparecerem mais que estes.

Passado isto, logo ao dia de Pascoa pela manhã, sabendo se aquelle dia muito celebrado dos Christãos, o quizeram tambem festejar com lhes darem vista de todo o seu campo, e foi a horas em que estavam todos aos Officios : dos Baluartes se fez sinal a Mouros a que logo acudiram os Capitães ao campo com toda a soldadesca que andava solta sem obrigação de estancia, e eram mais de mil homens, e foi a tempo que vinha dos Mogores a fio por entre humas hervas leiteiras, que estam no cabo do Campo grande, fingindo a praia a modo de Lua, que se estimáram em tres mil homens de cavallo. Os Capitães dos Aventureiros Fernão de Miranda, D. Francisco de Castro, D. Martinho da Silveira, D. Gilianes Mascarenhas e outros sahiram ao campo alguns delles a cavallo com o Capitão da Cidade, que levou comsigo todos os moradores a cavallo, com quem se poz em hum tezo, que fazia fóra da tranqueira de João Rodrigues Coutinho pera a banda da praia, onde se deixáram estar. D. Gilianes com os Capitães da sua Companhia, e toda a soldadesca com a sua bandeira foi-se pôr fóra a huma parte do campo, e o mesmo fizeram outros Capitães, que ficáram sem estancias; os inimigos vinham engrossando cada vez mais o fio; e humas das pontas da Lua, que respondia á praia, veio a ficar perto do porto em que estava o Capitão com a gente de cavallo que o Capitão não deixou apartar delle, por não haver alguma desordem; mas todavia foram os Mogores chegando-se tão perto, que foi necessario sahir-lhe Fernão de Miranda com alguns companheiros de cavallo; e antes de chegar a elles, o chamáram de lá por Fernão de Miranda, muito claro, porque era muito conhecido entre elles. Este foi Calischam, que queimou Tará, porque se adiantou dos seus, brandindo huma lança. Fernão de Miranda em o vendo apartar, e que era o que chamava por elle, adiantou-se tambem dos seus, e bateo as pernas a hum fêrmoso cavallo ruço rodado em que hia; e endireitando com o Mogor, encontrou se com elle tão fortemente, que lhe quebrou a lança nas armas sem o derribar por vir precintado no cavallo, como todos o fazem, recolhendo-se o Mouro muito mal ferido pera a ponta da Lua, e Fernão de Miranda pera onde o Capitão estava; e porque os nossos se começaram a misturar com os Mogores, e os soldados travavam no meio do campo huma boa escaramuça de es-

pingardadas, de que derribaram alguns, acudio o Capitão pera os recolher, por não haver algum desmancho, ■ que elles fizeram quasi por força, porque estavam desejosos de provarem a mão com os Mogores em batalha aprezada, e certo que pudera este dia ser hum muito assinalado pera os Portuguezes, se houvera quem naquelle campo chamara por Sant Iago, porque so isto bastava pera os soldados romperem de todo a batalha, sem terem dever com os Capitães, mas parece que Deos não quiz que fosse aquelle dia mais, pois tapou a boca a tantos homens, sem haver hum que appellidasse o Bemaventurado Santo, cousa tão acostumada entre nos, que em qualquer pequeno rebate logo o invocamos. Os nossos quasi por força (como já dissemos) se foram recolhendo pera de logo das tranqueiras, ficando os inimigos hum pouco parados, mas logo tornaram a voltar por onde vieram, bem fustigados da artilheria dos Baluartes. Em quanto isto se passou da outra banda do rio, esbombardearam a Cidade com algumas peças, que lançavam peloures de ferro coado, que varavam os tectos da casa dos Padres da Companhia, e passavam ao campo largo, e grande, sem fazer nojo algum. Recolhidos os Mogores, nunca mais quizeram dar vista, porque parece que lhes foi mal daquella e tudo o de Catubidicham parou em escaramuças, e entretenimentos, pera a não do Caliche poder sair pera fora livremente, e por derradeiro não fez viagem porque os Mercadores não quizeram arriscar suas pessoas, e fazendas, porque ainda que á sahida não tivessem risco, a torravagem poderia ser que a não fizessem, porque bem se entendia que haviam de achar Armadas sobre aquella barra " (69)

Sobre a porta que fica para o lado da terra na praça de Damão, ainda se conserva a seguinte inscrição referente ao facto que acabamos de ocorrer

*Va era de 1581 eão Marli n Affonso de Melo Capitão
desta sida le foi por el defedida aos Capitães de Grã
Uojor que a liçrao de ser juo, he se fez na fortificação
della parte deste Baluarte São Sebastiao e se fez 4
quartilmas de muro cõ dous Baluartes de ma leira
S D^a He S Marl. he se fez esta porta*

Fitch alude às incursões dos reis vizinhos, Choutia ⁽⁷⁰⁾ e Sarcete.

“As mais das aldeias que possuímos nas terras de Damão — diz Bocarro — foram de Choutia e do rei de Sarcete, os quais as largaram a sua Magestade com uma pensão a que chamam choutos, que é como certo foro que cada uma d’ellas lhes paga, que vem a ser cousa mui pouca em respeito do que rendem aos portugueses, que possuem essas terras com obrigação de pagarem estes choutos e também o foro a sua Magestade e se hão muitas vezes na satisfação de uma cousa e outra com algum descuido e tardança, de que o Choutia e o Vergire sentidos, descem abaixo das serranias e mattos onde habitam, e fazem destruição nas aldeias, roubando gado e captivando as pessoas.” ⁽⁷¹⁾

O pagamento do *chouto* foi regulado pelas seguintes Cartas Régias e pelo Alvará do Vice-Rei de 21 de Março de 1596:

“E assi me pedem em seus apontamentos que me enviou q mande se não pague a Ramo de Rana Rey visinho daquella cidade mais que os onze por cento que antiguamente tinham rendimento daquellas terras, e que o ditto pagamento não conta pellos capitães da fortaleza, por ser por elles aquelle Rey mal paguo e resultar diso serem os moradores da cidade molestados, e porque sou informado que sempre se entendeo que conuinha ter boa correspondencia cõ este Rey, porque inda pequeno em poder como vive em montanhas e mattos asperos e fragosos se não pode nunca entrar, vos encomendo que em quanto nisto se não da outra ordeneis como aja os onze per cento que lhe pagão os foreiros daquellas terras, os quaes hey por bem que daqui em diante arrecade o feitor daquela cidade e per sua via e não dos capitães se entregue o que niso montar ao dito Rey e deste dr.^o se lhe fará receita pera na conta, que desde

(70) Por causa do *chouto* (pensão) os portugueses chamavam *Chouta* ao rajá de *Ramuagar*, hoje conhecido por rajá de *Dharampur* (S. N. Sen—*Foreign Biographies of Shivaji*, pag. 151, nota).

(71) Dec. 13. pag. 248.

seu cargo a dar tambem delle e se podes saber como se tem entre-
gue ao ditto Ramo de Rana com declaracão que foro das terras
possuidas por quem as grangea e nao cousa alguma q se lie de de mi-
nha fazenda

Escrita em Lisboa a de Janeiro de 1591

Rey (7)

A Camara da fortaleza de Damão me escreueo que tendo-se con-
tratado antigamente ElRey de Sarcete de leuar do chouto das terras
daquella cidade a doze e meio por cento se fora introduzindo paga-
rem llic muito mais dellas, e que escreuendo vos ao dito Rey e a
Francisco Paes sobre esta materia estando naquellas partes do norte
seruindo de Vedor da fazenda, ele dissimulara com este negocio
por cinco mil pardaos que dizem que por ese respeito lhe forao
dados, e por ser materia a que se deue acodir, vos encomendo que
tomeis della muito particular enformação pera prouêdes neste caso
como a importancia delle e pede, e procurareis por se confirmar por
ElRey de Sarcete este contracto que está feito com ele de doze e
meio por cento (72)

Por ser informado que os moradores da cidade de Damão pa-
gavão huã certa pensão das terras daquella fortaleza a Ramo de
Rana, Rey de Sarcete lho mandei estranhar, e por huã carta que tive
sua nas vias do anno passado, me escreueu as causas porque lhe
pagou a dita pensão, de que lhe mando hora escrever vos dem-
centa pera neste caso verdes o que se deue fazer nesta materia, e
assi lhe mandey que volla dessem da queixa que me fizem de lhe
nao ser acobado de pagar o dinheiro por que se vendeo huã viagem
da China de que se lhe fiz merce pera a fortificaç. e daquella forta-
leza de Damão e assi destas cousas como de outras de que vos darao
conta, vos encomendo llic façes fazer justiça e rezo no que a tiue-
rem. E sera rezo que a cidade de Goa, e ElRey de Cochim e a
de Damão de que vos trato nesta Instrução, sabão particularmente
de vos como vos encomendo estes negocios sobre que me escreue-
rem, e o mesmo modo tereis em semelhantes cousas ainda que

(72) *L.ª das Moedas*, n.º 3 fls 432

(73) Carta Regia de 27 de Fevereiro de 1596 no *Arq. Port. Or.* (1.ª
edição) fasc III, doc 169

vollo não diga nas Instruções ou cartas em que vos falar n
Escrita em Aranjuez a 8 de março 1596.

Rey." (74)

"Dom Felipe &c. aos que esta minha carta de ley virem e
nhecimento della com direito pertencer faço saber que eu ey por
e me praz com parecer do Licenciado Lopo Alurez, Ouvidor
do crime, e Chancellor do estado da Índia, que todo o quebram
que se fizer em quaesquer aldeas das terras de Damão pelo R.
de Rana ou por seus procuradores sendo de arrendamentos
aldeas precedaõ a todos os outros quebramentos pagandosse ser
os primeiros em tempo, e tanto que forem quebrados e notefica
os senhorios das ditas aldeas de como nellas são feitos os ditos
bramentos os paguem e não aos capitaes, nem a outra nhuã pes
sob pena de os pagarem per suas fazendas, e alem disso os capit
que se entrometerem e arrecadarem cousa alguã antes de serem
todo pagos os ditos quebramentos pagarem por seus bens o do
de que asy arrecadarém em suas residencias para as pessoas que
uerem quebrados os pagamentos dos arrendamentos dê suas alde
nos foreiros de que os capitaes arrecadarem. E esta minha carta
ley se registrará na Camara desta Cidade e na Ouvidoria della, e
noteficará ao Rama de Rana ou a seus procuradores, e da dita not
ficação se fará assento nas costas desta. Noteficoo assy ao Capit
de Damaõ, que ora he e ao diante for, e lhes mando que o cumpr
e guardem, e inteiramente fação comprir e guardar como se nes
contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidad
de Damão sob o sello das minhas armas reaes da Coroa de Portuga
a xxj de Março. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathia
d'Albuquerque, do seu conselho, Viso Rey da Imdia &c. Antonio d
Cunha a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo d
mil e quinhentos nouenta e seis. Luis da Gama a fez escrever. C
Viso Rey". (75)

Os abusos no pagamento do chouto provocaram repre-

(74) Carta Régia de 8 de Março de 1596 no *Arg. Port. Or.* (1.^a edição) fasc. III, doc. 209.

(75) *Arg. Port. Or.* (1.^a edição) fasc. III, doc. 231.

señal as dos ruz viz-tyos e conuequer as guerras

“En El Rey ia, o saber ad qre enca uiaua i qre enca uiaua
mado as ruzas que as capitanes la ci d de Da uiaua i ad R y i
choa ca uiaua as ruzas dos ch ruzas e i ruzas al i as i ruzas
lhenho as os di as capitanes e pa ruzas i ruzas i ruzas i ruzas
e em outras cousas por excau as ruzas de q ruzas e por ruzas i
servido por ser coas ruzas i ruzas a e all ca da d i ruzas i ruzas
taes e de que se tem experencia que res i ruzas i ruzas i ruzas
do escandal o que is o dara ad gea i ruzas e mo i ruzas i ruzas
pouco exemplo que com isso d i ruzas i ruzas i ruzas i ruzas
e manda que de aqui em dian e os d i ruzas i ruzas i ruzas
mais no ditto choato e que tudo s. pague i ruzas i ruzas i ruzas
em dinheiro e nao em outra cousa e os ruzas i ruzas i ruzas
nheiro se nao possa fazer embargo por diuida alguna e que os mo i
dores da dita cidade se nao contratem nem possam contratar con i
ditto Rey se nao com dinheiro decon a lo sob pena (de que alem do
eu me aler muy disserui lo dos ditos capitanes e mo i ruzas i ruzas
cidade que e contratio hzerem e de os m i ruzas i ruzas i ruzas
gor) pagarem ao dito Rey i ruzas i ruzas i ruzas i ruzas
em dinheiro do dito choato, e ruzas i ruzas i ruzas i ruzas
fizerem contra a forma deste aluara e p lo conuecido nelle se pre-
guntara na Residencia dos ditos capitanes os juizes della i ruzas i ruzas
effeito pagar aos ditos capitanes e ruzas i ruzas i ruzas i ruzas
os acharem comprehendidos contra o que nelle assy l i ruzas i ruzas
que sera guardado e observado como ley notelico assy i ruzas i ruzas
chanceler ao dito estado e as mais pessoas i ruzas i ruzas i ruzas
delle pertencer e do theor deste aluara o ditto ch i ruzas i ruzas
treslados por elle assinados e cellados com o cello de m i ruzas i ruzas
ria aos quaes se dara t i ruzas i ruzas i ruzas i ruzas
os mandara publicar e fixar nas portas principies da ci d i ruzas i ruzas
e de Damio e registrar no livro da c i ruzas i ruzas i ruzas
noticia de todos e a propria se pora em bo i ruzas i ruzas
tempo constar do que assy tenho mandado e qual q i ruzas i ruzas
tenha forza e vigor como se fosse carta por m i ruzas i ruzas
pella chancelaria sem embargo do segundo livro titulo 20 q i ruzas
que as cousas cujo effeito ouer de durar mais de h i ruzas

por este Rey se mandou por alvará ao Velasco e alcaide o dito Rey posto
 que não se pôde ver pelo documento sem embargo da ordenação
 em contrário. Este alvará Campillo o fez em Valladolid a dezasseis
 de março do mil e quatrocentos e quatro.

Rey.^o (76)

Vi o que me escrevêdes sobre o bom successo que se teve em
 ficando na guerra que contra aquella cidade seuro o Rey Choutea
 alcaide della e por que em seu Informado que a este Rey se fazem
 muitas injurias e foras pelos capitães da dita cidade sobre o Choutea
 que se lhe deve da aldeas della recolhendo os ditos capitães e
 pagando-lhe em cavallo velho e manco e por preços exorbitivos e
 que além sem razão e outras desta cidade que recebe dos mora-
 dores daquella cidade foram o principal motivo desta guerra e sendo
 tão conforme a razão christã e politica que as guerras se não in-
 tentem sem justa causa ainda he mais conforme a estes respeito que
 os que os príncipios não dão occasiões que façam justas as guerras que
 se lhe movem como tem acontecido nesta e dezeiando eu remediar
 os agravos que se fazem aquelle Rey os quaes tenho entendido que
 são tão antigos que os tem já os capitães daquella cidade por hũa
 parte dos interesses que ainda tirar daquella capitania encomendouos
 muito e mando que o choutea que se deve ao dito Rey e ordeneis
 que se lhe pague em dinheiro e não em cavallo nem em outra alguma
 mercadoria e que neste dinheiro ninguém possa fazer embargo por
 dívida alguma nem se possa contratar com o dito Rey se não com o
 dinheiro na mão e de tudo isto advertireis os capitães fazendo-lhe
 por em seu replimento e declarar que me auerey por muy deservido
 della se fizerem o contrario alem de os mandar castigar por este
 respeito com muito rigor declarando se tambem que em suas resi-
 dencias se perguntava por isto. Escrivitta em Vallhedolid a 23 de mar-
 ço de 1604.

Rey.^o (77)

Assi me avia como na fortaleza de Amão ficara Pedro da
 Silva de Menezes, que procedia bem e e teve bons
 successos na guerra do Choutea, no m Per.

(76) *L.^a das Monções*, n.^o 9, fl. 66.

(77) *L.^a das Monções*, n.^o 9, fls. 22 v.

Mascarenhas, como cumpria a meu serviço e porque eu fui informado que a dita guerra do Choutea se occasiona das muitas sem razões, que os capitães d'aquella fortaleza fizeram ao dito rei sobre os direitos dos Choutos mandou passar hua provisão, que como esta vos envio, pera que a mandeis publicar, e se nao commettam d'aqui por diante semelhantes excessos. E na obra da fortificação da dita fortaleza, que corre pelos religiosos da companhia, como tenho ordenado vos encomendo facies proceder com o cuidado que he necessario pera que se acabe com brevidade (⁸)

Tambem me escreve tinha provido de capitão mor do Norte a Dom Mascarenhas, filho de Dom Nuno Mascarenhas, pelo bom procedimento que teve na guerra que fez a el rei de Choutea em defensão da fortaleza de quem teve muitas victorias e ficou tam bem acreditado que julgou dever o prover no dito cargo, o que tive por acertado e hei por muito meu serviço que os fidalgos que nella se avantajarem e tiverem a experiencia sejam preferidos em semelhantes cargos. E porque tive informação que o dito rey de Choutea na guerra a fortaleza de Damão fora movido pelas forças que os capitães d'aquella fortaleza lhe costumam fazer na arrecadação das rendas dos choutos, e que he tam com rairo da obrigação e do que co ntem a meu serviço mandei o anno passado se fizesse provisão, pela qual prohibo os capitães d'aquella fortaleza se não intromettam mais na arrecadação do dito chouto e que todos se paguem a que n o eu ordenar em dinheiro, e nao em outra cousa, como na dita provisão mais largamente se contem, e qual ordeno se vos envie n estas vias e vos encomendo e mandeis publicar e guardar, como he justo e conveniente a meu serviço (⁹)

Em 18 de Março de 1604 mandei passar hua provisão por que mandei que os capitães da cidade de Damão se nao entremettessem mais nas rendas dos choutos que o rey de Choutea tem nas aldeias d'ella, e que todo se pagasse a quem o dito rey ordenar em dinheiro e nao em outra cousa e que no dito dinheiro se nao pu-

(78) Carta Real do 26 de Fevereiro de 1603 nos *Decretos de India*, vol I, pag 3

(79) Carta Real de 6 de Março de 1605 nos *Decretos de India*, I, pag 27

desse fazer embargo por divida algũa, nem os moradores da dita cidade se contratassem, nem pudessem contratar com o dito rey senão com o dinheiro de contado, sob pena de que alem de me haver por muito desservido dos ditos capitães e moradores e os mandar castigar com muito rigor, pagarem ao dito rey anoveada a quantia que lhe não pagarem em dinheiro do dito chouto e as conteas dos contratos que com elle fizerem contra forma do dito alvará. E ora o dito arcebispo governador me escreveu que Ruy de Mello Sampaio, capitão da dita fortaleza, teve guerra com o dito rey, posto que diz ficava quasi em paz e para se concluirem as capitulações d'ella, e que entende que causa do Choutea a mover he o mal que lhe pagam seu chouto com tratos e conluios que fazem com elle, e execuções por sentenças, havidas na Relação contra o dito rey, pelo que lhe tinha mandado dizer o avisasse do modo que queria se lhe pagasse seu chouto, que n'esse lho mandaria pagar; e estava inclinado mandar que se arrecade pelo meu feitor com os mais foros e por elle se lhe entreguem inteiramente, sem n'elle poder receber embargos alguns, para o que já tinha mandado que nenhum morador de Damão faça contrato com o dito rey, em que entre desconto de dito chouto, nem consintia que em Relação se tratassem causas d'esta sorte, nem se admittissem taes auções contra elle. E porque a mim parece bem considerado o que o dito governador aponta, vos encomendo que demais de fazerdes cumprir a dita minha provisão inviolavelmente, sendo o dito rey contente que o dito meu feitor arrecade e de sua mão lhe entregue os ditos choutos, ordeneis que assi si faça e dê a execução, com o mais que o dito governador diz, trabalhando quando for possivel por atalhar que não haja movimentos de guerra entre elle e os capitães da dita fortaleza de Damão." (80)

Em 1613 o rei de Sarceta invadiu Damão.

“Sabendo Ruy Dias de Sampaio e Luiz de Brito de Mello como Ruy Freire tinha provido as tanadarias e passos d'aquelle dis-

(80) Carta Régia de 10 de Dezembro de 1607 nos *Doc. remet. da India* I, pag. 145.

tricto e que estava tudo de sorte que se não podia por ora reccar
 rum successo, particularmente ficando Ruy Dias de Sampaio com
 sua armada em Baçaim para acudir onde fosse mais necessario,
 mandou a Ruy Freire e Luiz de Brito de Mello fossem ambos com
 as suas armadas a Damão buscar a cafila que n ella tinham deixa-
 do d onde Luiz de Brito se partisse com o que fosse de Dio e Ruy
 Freire se viesse para Baçaim. E assi chegando estes dois capitães
 môres a cidade de Damão a acharam de guerra com o Virsy rei de
 Sarcefa, que com a occasiao que adiante diremos, começou a cor-
 rer as terras e aldeias da nossa cidade com gente de armas de ca-
 vallo e de pe levando lhe muito gado e gente captiva e matando
 aos que se quernam por em resistencia. Por onde o capitao da cida-
 de, Nuno Alvares Pereira, e os mais do governo d ella vieram pe-
 dir e requerer a Ruy Freire da parte de sua Magestade, se não
 fosse, antes ficasse n aquella cidade com algumas estancias de sol-
 dados as que pareceessem bastantes para a defender, pois que as
 armadas de sua Magestade para isso andavam na costa, e quando
 fizesse o contrario que lhe protestavam por todo o damno que a
 cidade e todas suas terras ficassem recebendo. O que considerando
 Ruy Freire lhe pareceu estava obrigado a ficar guardando e defen-
 dendo a cidade de sua Magestade, sua fortaleza e terras por onde
 escolheu de sua armada cem homens, com que ficou em Damão com
 tres sanguiceis de que fez em terra tres estancias.

Entre os minugos, que correm a roubar e damnificar as terras
 da jurisdicção de Damão, ha um capitaneado do rei de Bagul cha-
 mado Vayal, sito entre mattos mui cerrados, em que assiste caval-
 laria e pionagem. E como este rei quizesse fazer seus os choutos
 que algumas aldeias da pravana Puary pagavam a uma mulher
 gentia, que se intitulava rainha, chamada Verba, mandou fazer
 algumas entradas e damnificações nas mesmas aldeias, cuidan-
 do que este era o mais facil meio para alcançar o que queria,
 usando não só de rapinas de gados mas de permudar a gen-
 te das nossas aldeias para as suas, com que as deixava despe-
 jadas, em notavel perda dos possuidores, parece que cuidando que
 como os portuguezes estavam occupados com a guerra do Mel que
 não podiam acudir a que lhe fazia, particularmente pela paragem

tricto, ■ que estava tudo de sorte que se não podia por ora reccar
ruim successo, particularmente ficando Ruy Dias de Sampaio com
sua armada em Baçaim para acudir onde fosse mais necessario,
mandou a Ruy Freire e Luiz de Brito de Mello fossem ambos com
as suas armadas a Damão buscar a cafila que n'ella tinham deixa-
do, d'onde Luiz de Brito se partisse com o que fosse de Dio ■ Ruy
Freire se viesse para Baçaim. E assi chegando estes dois capitães
móres á cidade de Damão a acharam de guerra com o Virsy rei de
Sarceta, que com a occasião, que adiante diremos, começou a cor-
rer as terras ■ aldeias da nossa cidade com gente de armas de ca-
vallo e de pé, levando-lhe muito gado e gente captiva, e matando
aos que se queriam pôr em resistencia. Por onde o capitão da cida-
de, Nuno Alvares Pereira, e os mais do governo d'ella vieram pe-
dír ■ requerer a Ruy Freire, da parte de sua Magestade, se não
fosse, antes ficasse n'aquella cidade com algumas estancias de sol-
dados, as que parecessem bastantss para a defender, pois que as
armadas de sua Magestade para isso andavam na costa, e quando
fizesse o contrario que lhe protestavam por todo o damno que a
cidade e todas suas terras ficassem recebendo. O que considerando
Ruy Freire lhe pareceu estava obrigado a ficar guardando e defen-
dendo a cidade de sua Magestade, sua fortaleza e terras; por onde
escolheu de sua armada cem homens, com que ficou em Damão com
tres sanguiceis, de que fez em terra tres estancias.

.....
Entre os inimigos, que correm a roubar e incendiar as terras
da jurisdicção de Damão, ha um capitão do rei de Bagal cha-
mado Vayal, sito entre muitas outras aldeias, em que se faz a
laria ■ pionagem. E como este rei quizesse fazer bens de guerra
que algumas aldeias da provincia de Baçaim pagavam a uma malicia
gentia, que se intitulava *malicia*, *malicia* *Tam*, mandou fazer
algumas entradas e *malicias* nas terras d'ella, fazendo
do que este era o mais facil meio para *malicia* e que *malicia*
usando não só de *malicia* de *malicia*, mas de *malicia* e *malicia*
te das nossas aldeias para as *malicia*, mas que as *malicia* *malicia*
jadas, em notavel perda *malicia* *malicia* *malicia* *malicia* *malicia*
como os portugueses estavam *malicia* *malicia* *malicia* *malicia* *malicia*
não poderiam acudir á *malicia* *malicia* *malicia* *malicia* *malicia*

tricto, e que estava tudo de sorte que se não podia por ora reccar
 ruim successo, particularmente ficando Ruy Dias de Sampaio com
 sua armada em Baçaim para acudir onde fosse mais necessario,
 mandou a Ruy Freire e Luiz de Brito de Vello fossem ambos com
 as suas armadas a Damão buscar a cafila que n'ella tinham deixa-
 do, d onde Luiz de Brito se partisse com o que fosse de Dio e Ruy
 Freire se viesse para Baçaim. E assim chegando estes dois capitães
 môres á cidade de Damão a acharam de guerra com o Virsy rei de
 Sarceta, que com a occasião que adiante diremos, começou a cor-
 rer as terras e aldeias da nossa cidade com gente de armas de ca-
 vallo e de pé levando lhe muito gado e gente captiva e matando
 aos que se queriam pôr em resistencia. Por onde o capitão da cida-
 de, Nuno Alvares Pereira, e os mais do governo d ella vieram pe-
 dir e requerer a Ruy Freire da parte de sua Magestade, se não
 fosse, antes ficasse n aquella cidade com algumas estancias de sol-
 dados as que parecessem bastantes para a defender, pois que as
 armadas de sua Magestade para isso andavam na costa, e quando
 fizesse o contrario que lhe protestavam por todo o damno que a
 cidade e todas suas terras ficassem recebendo. O que considerando
 Ruy Freire lhe pareceu estava obrigado a ficar guardando e defen-
 dendo a cidade de sua Magestade, sua fortaleza e terras por onde
 escolheu de sua armada cem homens, com que ficou em Damão com
 tres sanguiceis, de que fez em terra tres estancias

Entre os inimigos, que correm a roubar e damnificar as terras
 da jurisdicção de Damão, ha um capitaneado do rei de Bagul cha-
 mado Vayal sito entre mattos mui cerrados, em que assiste caval-
 laria e pionagem. E como este rei quizesse fazer seus os choutos
 que algumas aldeias da pravana Puary pagavam a uma mulher
 gentia, que se intitulava rannha, chamada Verba, mandou fazer
 algumas entradas e damnificações nas mesmas aldeias, cuidan-
 do que este era o mais facil meio para alcançar o que queria,
 usando não só de rapinas de gados mas de permudar a gen-
 te das nossas aldeias para as suas, com que as deixava despe-
 jadas, em notavel perda dos possuidores, parece que cuidando que
 como os portuguezes estavam occupados com a guerra do Velique
 não poderiam acudir a que lhe fazia, particularmente pela paragem

dos mattos onde vivia ; mas como para com os portuguezes não é este o meio por onde se alcança nada, ficou este inimigo de peor condição para sua pretensão, pelo modo por onde a quiz levar ; o que tudo representaram os do governo da cidade, e o capitão d'ella Nuno Alvares Pereira a Ruy Freire d'Andrade quando alli esteve, para o obrigarem a ficar, e elle nunca se acabou de resolver n'isso, por dizer que havia para o poder fazer mister ordem de seus maiores, que por então o era Ruy Dias de Sampaio, a quem vinha subordinado, e sahindo-se para fóra com a cafila para se vir sendo em abril, tempo em que ordinariamente ventam noroestes na costa com grande força, parece que por particular ordem divina ventaram por então sues e sudoestes, com que não pôde por então fazer viagem. O que vendo o dito capitão e cidade vieram ao navio de Ruy Freire com maiores protestos e encampações, allegando os signaes que o céu mostrava de o não querer deixar ir d'aquella cidade, senão que ficasse n'ella para seu amparo e defensão. Ao que Ruy Freire lhe pareceu não convinha mais dar escusa nem resistir ao céu, e assi desembarcou, e ficou na fórrna referida, e procurando empregar se no effeito para que alli ficara, e sabendo como o inimigo estava alojado na praça do Vayal, distante quatro jornadas de Damão, fez junta e conselho com o capitão da cidade e mais pessoas praticas, e assentaram que o fosse demandar, e dar-lhe, como melhor podesse nos seus mesmos alojamentos ; porque, vendo como n'elles mesmos o iam guerrear, soubesse como lhe poderiam os portuguezes defender os proprios. O que resolutos e assentados, convocou-se a cavallaria, assi da mesma cidade de Damão, como de Maim e Trapor, e ajuntou-se a guarda das tranqueiras que asseguram os passos, e com soldados e toda a mais gente que pôde ajuntar se sahiu da cidade e a largas jornadas, com segredo e diligencia de modo que nenhum aviso pudesse ir primeiro, se alojou a terceira noite o nosso arraial pouca distancia do inimigo, d'onde na segunda vigia de noite se moveu com toda a pressa, silencio, e boa ordem, para que antes do romper d'alva pudesse dar n'elle, para o tomar desapercibido e sepultado no somno e descanso da noite, como em effeito lhe aconteceu ; que os bons discursos, quando são acompanhados de igual diligencia e applicação de tudo o necessario, raramente deixam de conseguir o fim que n'elles se propõe. E como o

inimigo estava bem fóra do receio de poder ser buscado em semelhante logar, acharam no os portuguezes na forma que podiam mais desejar, dormindo a somno solto, parecendo lhe que assi a distancia das nossas terras, como a forma em que estavam fortificados, os podiam fazer mui seguros. E assi, vencido o trabalho do caminho, para vencer o da fortificação, que era toda de bambuaes fortissimos e mui cerrados, que por seus espinhos intractaveis são as arvores a que tem mais respeito todos os animaes, porem não o valor dos homens, como logo se vera pela pouca dilação que requeria a materia, por estar n'isso o ganho ou perda do successo, não houve *mais* que o ferro romper pelos espinhos dos bambuaes, por onde abriram e fizeram entrada os portuguezes por varias partes no dito alojamento, tomando o mesmo Rey Freire a dianteira com a sua gente de pe e em se vendo com o inimigo foi pondo a incendio e ruína a maior parte de toda aquella gente, que, tomados tão de repente, muitos se acharam primeiro no inferno que despertassem do somno em que estavam, e assum os que puderam acordar ao alarido e estrondo das armas feridos e *quasi* mortos, não tractaram mais que de fugir, ficando presos e captivos os que o não puderam fazer. E era muito para vêr acordar alguns mouros e para fugirem mais depressa arremettere n'com os cavallos e subirem se em cima, d'onde os estavam esporeando e açoutando para correrem, e os cavallos, presos e peados, por mais que trabalhavam por isso não podiam, até que chegavam os portuguezes e os tomavam e matavam, sendo os inimigos mais de quinhentos de pe e de cento de cavallo, e os portuguezes não chegando uns e outros a duzentos. E lhe mataram mais de sessenta de cavallo, jarretando aos cavallos, por se espantarem da nossa espingardaria e não os poderem os nossos trazer consigo, alem de outros muitos de pe que tambem morreram. Puzeram fogo ao alojamento, onde se queimaram muitas e grandes cousas, e sendo ja manhã tocou a recolher o capitão mór, por andarem os soldados mui espalhados e enfrascados na presa do despojo. E n'este incendio acabaram tambem muitas mulheres e meninos patanes mui bem agitados, mandando lhe primeiro dizer o capitão mór se queriam vir se com elle, que lhe faria mui bom tractamento, e não querendo tel-o nem fazerem se christãos, por não poder trazel os amarrados

os deixou perecer no meio do fogo, para provarem o que haviam de ter eternamente.

Vendo o capitão mór o campo despejado, que o fogo fez com a presteza e velocidade com que costuma obrar, por não dar tempo ao inimigo de se reformar e ajuntar, sem detença alguma se tornou a pôr a caminho para Damão com a boa ordem que convinha, não deixando comtudo o inimigo de o vir seguindo e picando com mais de septecentos homens, sem nunca o descompor, nem ousar de chegar a isso, porque o rosto dos victoriosos, e a vista dos despojos e bandeiras vencidas e arrastadas, influem nos vencidos um pavor que raramente se atropella dos que já provaram com elles sua sorte. E assi em toda esta jornada e caminho não receberam os portuguezes mais damno que ferirem-lhe um soldado, que não morreu, deixando elles feito tanto estrago; onde pondo-se um inimigo com tanta ousadia diante de Ruy Freire com uma espada e rodella, agachado, fazendo os floreios que costumam, lhe deu Ruy Freire um golpe pela cintura com que o partiu em duas metades, ficando só ambas pegadas por um pequeno de espinhaço; golpe que depois foi muito celebrado.

Chegaram os nossos a Damão, onde foram recebidos com grande alegria de todos e muitos parabens de tão bom successo, de que logo deram conta ao visorei, pedinda-lhe muito toda a cidade lhe confirmasse a ficada de Ruy Freire por capitão mór d'aquelle presidio, para o que lhe despediram correio juntamente com umas cartas do Mogor, que alli tinham chegado.

.....

Veiu Ruy Freire de Andrade, de Damão, onde assistia por capitão mór do presidio e guerras que trazia com o Choutia, a Chaul, por mandado do viso rei dom Hieronymo de Azevedo, assistir por capitão mór da guerra que tinha com o Melique, porque, quanto o Choutia, depois do assalto que referimos lhe dera Ruy Freire, se deixára ficar em seus mattos e serras, sem procurar fazer os damnos ás terras de Damão, em que se tinha de antes exercitado." (81)

(81) A. Bocarro — Déc. 13, pag. 63, 70, 218.

Em 1614 os portuguezes, sob o comando de Gaspar de Melo invadiram as terras do Choutea para o castigar

“ Assim, chegando Gaspar de Mello a Damão, queixando-se-lhe o capitão Manuel de Mello Pereira, já mui velho na idade, mas com as reliquias do valor e esforço de que sempre foi dotado, e não menos o povo e a cidade d'estes males que padeciam, assentaram todos se procurasse a satisfação d'elles por armas, pois não havia outro meio mais conveniente para a paz desejada. E assim, postos em ordem toda a gente da armada, e os portuguezes foreiros com obrigação de cavallos, foram marchando, e passando os limites das nossas terras entraram as do Choutia, que, como costuma, não lhe procurou fazer resistencia de rosto a rosto, senão dos mattos aonde mora sair com algumas escaramuças de cavallo a vêr se podia desordenar os portuguezes, e com alguma espingardaria, também d'entre o matto, fazer-lhe damno, sem elles o receberem nenhum, ao que também lhe respondiam os nossos, de sorte que para nenhuma cousa d'este seu intento pôde nunca achar occasião. E assim foram andando todo o dia ate chegarem já pela tarde a uma horta mui fresca, chamada Madabanni, e sendo toda cheia de muitas arvores de fruto, pois não achavam inimigos onde satisfazer sua sanha, se puzeram os portuguezes a lhe mandar cortar todas, pelo grande damno e desprazer que o rei havia d'isso receber, e repartindo-se por toda a horta as estancias e gente d'armas, começaram as gastadores a cortar as arvores, onde houve portuguez, particularmente um chamado Ruy Quadrado, que pagava aos cortadores de cada mangueira que cortavam uma pataca, por serem arvores que davam estremado fruto, e ficar assim fazendo mais damno ao inimigo. Estiveram toda a noite cortando e destruindo toda a horta, em que não deixaram os inimigos de lhe ladrar sempre e tirarem muitas espingardadas do matto, que parece por particular favor do ceo nenhuma matou, nem feriu nenhum christão, ate que pela manhã, por fazerem ainda mais horror na destruição da horta, mataram n'ella muitas vaccas, e com o sangue encheram todo o chao, que, por ser a cousa mais abominavel de todos os gentios d'este Oriente, ficou o rei tendo o lugar por tão contaminado que nunca mais se quiz servir d'elle, rem

se aproveitou do fruto de nenhuma d'aquellas arvores. O que feito, se puzeram os portuguezes a caminho para as suas terras, vindo e sempre por elle desinquietando os inimigos, com sahidas que do matto lhe faziam e espingardadas muito mais a miudo do que fizeram á ida; porém nunca chegando a tiro de arcabuz nem mosquete dos portuguezes, porque a um seu capitão de cavallaria, que se desmandou volteando com o cavallo, um Antonio Godinho, filho da India, o pescou com o mosquete, de maneira que logo o derrubou morto; e assi tambem a outro mouro de cavallo, matando lho, foi sobre elle Gonçalo de Queiroz, foreiro natural da mesma fortaleza de Damão, e postoque o inimigo lhe enristou a lança, elle lhe deu desvio com o corpo, e ao passar do cavallo do inimigo lhe deu algumas feridas, e recebeu outras de que veio a morrer. E como os portuguezes não tinham paragem segura, onde podessem passar aquella noite n'aquelles mattos, se deram a caminhar com toda a pressa, para chegarem antes d'ella ás nossas terras, vindo por toda a força do sol, que era notavel, de maneira que alguns negros, que levavam pingas, morreram só de pura calma e quentura, e um portuguez soldado veio a endoudecer, com que se despenhou e morreu; mas por meio de todo este trabalho, que foi o maior que n'esta jornada se padeceu, chegaram todos antes da noite a uma tranqueira dos nossos nas terras de Damão, onde descansaram com mais repouso do que os dois passados dias e a noite tiveram, e d'ahi se vieram para a fortaleza de Damão; achando-se n'esta jornada Gaspar de Mello de Miranda, filho do capitão referido da cidade, Manuel de Mello Pereira, por o pae estar em idade que com justa razão ficava escuso do trabalho das armas, além da obrigação que tinha de assistir na fortaleza de que havia dada menagem. E com esta corrente da fortuna e bons successos proseguiram n'este verão pelo Norte as guerras que as fortalezas e cidades d'elle tinham com os naturaes, em que Gaspar de Mello, com a sua armada e valor de sua pessoa, e dos capitães e soldados, que como experimentados nenhum havia que faltasse á sua obrigação, era a quem se devia muita parte do louvor d'estas victorias, que antes, senão fôra a boa fortuna com que Gaspar de Mello parece que era guardado do muito que se arriscava em ser o primeiro em chegar aos inimigos, poderia ser causa de alguma confusão, se o

matassem ou ferissem, porque os capitães mores e cabeças hão de se prezar mais de mostrar esforço e represental-o, do que obral-o sempre com grandes perigos, pondo todo seu fundamento na prudencia, para saberem encaminhar e governar os seus com valor, industria e ardis da guerra, fugindo toda a desconfiança, para poderem guardar sua pessoa, porque com ella ficam sempre os arraiaes e exercitos unidos para por mais desastres e ruins successos que tenham poderem tornar a procurar os melhorar' (82)

E quanto a guerra que o rei de Choutea moveu a fortaleza de Damão, vos encommendo que me informeis particularmente de causa que para isso teve, porque tenho entendido que elle nunca se descompõe senão escandalizado de lhe nao pagarem o seu chouto os rasadãres (sic) e o capitao, ou lhe pagarem em cavallos mancos, que lhe nao servem a preços excessivos, ou por madeiras que lhe tomam, e outras injustiças sobre que por diversas vezes tenho mandado escrever aos meus visos reys, em que se diz que se não tem ate agora provido com remedio e sendo estas as causas dos movimentos d'este rey, vos encommendo e encarrego muito que trateis de satisfazer ordenando que se lhe pague o que he seu e que se lhe nao façam sem razoes guardando se com todo rigor as ordens que sobre este particular tenho dado

A que d'estes para Antonio Pinto ter a seu cargo as ditas guerras, foi a que convinha a meu serviço e tambem approvo commetterdes lhe n'aquella conjuncção as cousas da fazenda, para effeito de poder acudir melhor a ellas mas, cessando a occasiao presente da dita guerra, fareis que cesse logo o cargo de vedor da fazenda no Norte, em conformidade do assento que sobre isto tenho mandado tomar

E muito effectuosamente vos torno a lembrar, como em outras o faço, que particular obrigação vossa he terdes as fortalezas bem providas, e vigiar sobre os capitães d'ellas, para que todos attendam á sua defensao, e tenham effectivamente os soldados, guardas e espias ordenadas, procurando reformar os abusos e descuidos que até gora houve, e reduzir as cousas a seu primeiro estado E por-

quanto eu quero saber com certeza que principio teve a guerra do Norte, por que parte e em que tempo se rompeu, mo avisareis nas primeiras naus, referindo-o com tal particularidade, que se possa bem entender. Escripta em Lisboa a 14 de fevereiro de 1615. — Rey. — O duque de Villa-hermosa Conde de Ficalho.

Sobrescripto. — Por el-rey — A Dom Jeronymo de Azevedo do seu conselho, viso-rey e capitão geral do Estado da India. ” (83)

Em 1614 os mongois invadiram Damão:

“ Em maio atrazado d’este presente anno de 614, o capitão de Surrate, chamado Cojenisano, ajuntou obra de oitocentos homens de cavallo, e com alguns elephantes de guerra, em vingança da nau de Meca que Luiz de Brito tinha tomado do Mogor seu rei, entrou pela primeira aldeia das terras de Damão, chamada pragana Puare, para a destruir e todas as mais que pudesse do Estado ; e assim discorrendo por ellas destruiu e poz fogo em algumas terras das mesmas aldeias. Ao que o Capitão Manuel de Mello Pereira, postoque muito velho, acudiu com o valor acostumado, pondo estancias fóra dos muros, para alli sahir a pelejar, favorecer e amparar os christãos que moram fóra no arrabalde, e os lavradores que vinham fugindo dos inimigos, os quaes discorrendo pelos campos chegaram a dar algumas vezes vista de si da outra banda do rio da cidade, onde n’esta conjuncção estava principiado o forte São Hieronymo. E para se proseguir com a obra se poz presidio dos moradores da mesma cidade, e alguma infantaria sobre algumas trincheiras de madeira e areia, que se tinham erguido para favorecerem os trabalhadores e os socorrerem em algum caso repentino. E como o animo raramente soffre aos portuguezes convite algum de guerra que se não deem por elle obrigados, ao acceitarem, postoque seja mui desigual, sahindo d’esta tranqueira aos mogores alguns arcabuzeiros os fizeram afastar com pressa, e elles, sentindo esta vergonha, engrossaram a cavallaria, e a puzeram em cilada entre um arvoredor espesso, e com poucos de cavallo incitaram aos portuguezes a lhe tornarem a sahir ; o que logo fizeram dois valentes solda-

dos com alguns piões espingardeiros, e os inimigos, fazendo que se retiravam, os foram levando ate darem com elles na cilada que lhes tinham armado. D onde sabendo mui grande copia de mouros de cavallo, tomaram os portuguezes e piões no meio, e postoque das primeiras espingardadas mataram alguns inimigos, contudo ficando depois sem com que lhe poder fazer rosto, nem os obrigar a ter, os atropelaram com os cavallos e os mataram, nao deixando de pelejar, até acabarem, com todo o valor e esforço. Chamavam se Gonçalo Velho e Affonso Barbosa, patricios da mesma cidade de Damão e os piões, postoque mereciam ser nomeados, nao chegaram seus nomes a noticia. E como era ja principio de inverno, recolheram se os mouros com esta sorte, fazendo treguas por todo elle com o capitao de Damão por se não estarem temendo e vigiando sabendo mui bem que os portuguezes em nenhum tempo deixam de exercitar as armas, postoque seja por cima de todas as descommodidades, e assim passaram o inverno na dita cidade de Damão, com o presidio que n ella tinha dom Vasco da Gama, sem alteração nenhuma da parte dos mouros, nem da nossa, até que acabado elle, como se tambem acabavam as treguas, tractaram uns e outros de se reformar para as guerras, pois ja estavam declaradas e se continuaram na fórma que ao diante se dirá.

Tendo sabido o visorei a sahida que no principio do inverno d este anno fizera nas terras de Damão o capitao de Surrate, como atraz fica dito - considerando que em começando o verao, pelas treguas se acabarem podia tornar a fazer o mesmo para destruir e impedir as novidades das nossas terras de Damão, mandou, com muita pressa, em setembro, aprestar uma gale e treze navios, que encarregou a Luiz de Brito de Mello por capitao mor do Norte de que iam por capitaes, Luis de Brito capitao mor da gale, e os demais navios Viguel de Macedo, Manuel de Gouveia B. alho Francisco Homem da Fonseca, Constantino de Sa de Mello Bernardino de Soares, Francisco Vaz de Almada, Domingos de Almeida Araujo, Joao Rodrigues Varella, Lopo Gomes de Almeida, João de Brito de Almeida, Jose Carvalho de Roja, Damião de Vasconcelos de Sampaio, Miguel Ferrão de Castro. Damião de Vasconcelos foram embarcados n'esta armada para fazer a guerra.

João Gomes Serrão, João Sanches, Ruy de Sousa Pereira, Antonio de Tavora.

Com que partiu a dez de setembro com ordem e regimento que fosse de passagem por Chaul, Baçaim e Damão, e das duas cidades primeiras tirasse cem soldados de cada uma e na última se acabasse de perfazer com os que houvesse mister, e negociado passasse com toda a brevidade até á barra de Surrate, para que com a assistencia da armada n'aquelle porto se não atrevessem os mogores ao desamparar e virem inquietar as terras de Damão, e no entretanto houvesse tempo para seus moradores e lavradores poderem colher as novidades d'ellas; ordenando-lhe assistisse na dita paragem, sem bulir nem apartar d'ella até ir outra armada, que determinava mandar com ordem do que se havia de fazer. Mas não deu o visorei ordem expressa a Luiz de Brito para fazer guerra aos mogores, senão que se houvesse com elle conforme visse que se haviam comnosco; para o que tambem ordenou á armada de Dio, do que era capitão mór dom João de Almeida, viesse para Surrate a estar com Luiz de Brito, para este effeito e fazer o que mais elle lhe ordenasse. Foi Luiz de Brito seguindo sua viagem, com que chegou a Chaul e Baçaim, e tomou os soldados que o visorei lhe ordenava, e d'ahi passou a Damão. Acabando de n'elle de provêr, soube que de Surrate tinham passado mil e quinhentos homens de cavallo a cargo de um capitão chamado sultão Bardin, para que juntamente com dois mil homens de pé e septe elephantes de guerra, armados com grandes castellos e alguma artilheria miuda, procurasse fazer-se senhor das terras de Damão, e aproveitar-se logo da novidade que estava para se colher. O que o mouro fez sem detença, entrando-as no mesmo mez de setembro, havendo ainda algumas chuvas, e veio alojar uma legua de Damão na aldeia chamada praganá Colona. D'este logar começou a mandar chamar os lavradores das aldeias, e pedir-lhe a novidade, e repartir as terras. O que estando fazendo, chegou a armada de Luiz de Brito, e dando-lhe os da cidade conta do que passava, puzeram em conselho o que se devia fazer, e assentaram que se fosse buscar o inimigo e dar-lhe batalha antes que lhe viesse mais poder.

.....

Junta toda a gente da armada, que seriam trescentos e cincoenta soldados, e obra de duzentos da cidade de Damão, com septenta de cavallo, foreiros, e cento e cincoenta piões guardas das tranqueiras de que ia por capitão *Antonio da Fonseca* se formou esquadra, e passando a outra banda do rio começaram a marchar para o inimigo, levando dom Vasco da Gama a retaguarda com a banbeira de Christo, que como era capitão mor do presidio e guerras de Damão a requereu e se lho deu, e Luiz de Brito disse que ainda que lhe pertencia não reparava n'isso, por compir e fazer o serviço de sua Magestade. E assim foi na dianteira levando a bagagem no meio com a cavallaria por ambos os lados, de que ia por capitão Gaspar de Mello de Miranda, filho do capitão da cidade já nomeado o qual, por segurança della e sua muita velhice, pareceu a todos convinha antes ficar na cidade. N'esta forma caminharam os portuguezes todo o quarto d'ant'alva e o de alva. Ao romper da manhã tiveram vista dos inimigos, que em os vendo sahiram dos seus alojamentos (que tinham de outra parte n'um campo mui espaçoso accommodado para as escaramuças dos cavallos, fortificado com tranqueiras de madeira com artilheria mudá) e vieram receber aos portuguezes n'um vale ao pe de uma serra pequena, e antes do se chegarem mais, nem haver rompimento de parte a parte, estando ja a tiro de espingarda se despararam muitas de ambas as dianteiras, e postoque a dos mouros vinha mais espalhada, logo se viram alguns mortos. Por onde se apressaram os portuguezes, e não menos os mouros com elephantes diante porém os portuguezes apertaram com elles de maneira que lhe fizeram largar o posto, e irem se mais apressados do que vieram para os seus alojamentos. Foram em seu seguimento alguns portuguezes de cavallo, como Gaspar Carneiro, Manuel Madeira, Francisco de Miranda da Cunha, Manuel da Trindade Urbano, João da Motta Ferreira, que pagaram as lanças em muitos inimigos porém elles, vendo-se tão picados, voltaram todos e remetteram com gram furia para romper os nossos, os quaes não fizeram mais que firmar as bandeiras e descarregar toda a espingardaria na dianteira dos inimigos, que os parou de sorte que sem mais consideração viraram as costas e foram fugindo á redea solta para o logar de seus alojamentos. Com que os nossos tiveram tempo para ganhar a serra pequena, e posto n'ella

João Gomes Serrão, João Sanches, Ruy de Sousa Pereira, Antonio de Tavora.

Com que partiu a dez de setembro com ordem e regimento que fosse de passagem por Chaul, Baçaim e Damão, e das duas cidades primeiras tirasse cem soldados de cada uma e na ultima se acabasse de perfazer com os que houvesse mister, e negociado passasse com toda a brevidade até á barra de Surrate, para que com a assistencia da armada n'aquelle porto se não atrevessem os mogores ao desamparar e virem inquietar as terras de Damão, e no entretanto houvesse tempo para seus moradores e lavradores poderem colher as novidades d'ellas; ordenando-lhe assistisse na dita paragem, sem bulir nem apartar d'ella até ir outra armada, que determinava mandar com ordem do que se havia de fazer. Mas não deu o visorei ordem expressa a Luiz de Brito para fazer guerra aos mogores, senão que se houvesse com elles conforme visse que se haviam comnosco; para o que tambem ordenou á armada de Dio, do que era capitão mór dom João de Almeida, viesse para Surrate a estar com Luiz de Brito, para este effeito e fazer o que mais elle lhe ordenasse. Foi Luiz de Brito seguindo sua viagem, com que chegou a Chaul e Baçaim, e tomou os soldados que o visorei lhe ordenava, e d'ahi passou a Damão. Acabando de n'elle de provêr, soube que de Surrate tinham passado mil e quinhentos homens de cavallo a cargo de um capitão chamado sultão Bardin, para que juntamente com dois mil homens de pé e septe elephantes de guerra, armados com grandes castellos e alguma artilheria miuda, procurasse fazer-se senhor das terras de Damão, e aproveitar-se logo da novidade que estava para se colher. O que o mouro fez sem detença, entrando-as no mesmo mez de setembro, havendo ainda algumas chuvas, e veiu alojar uma legua de Damão na aldeia chamada praganá Colona. D'este logar começou a mandar chamar os lavradores das aldeias, e pedir-lhe a novidade, e repartir as terras. O que estando fazendo, chegou a armada de Luiz de Brito, e dando-lhe os da cidade conta do que passava, puzeram em conselho o que se devia fazer, e assentaram que se fosse buscar o inimigo e dar-lhe batalha antes que lhe viesse mais poder.

Junta toda a gente da armada que seriam trescentos e cincoenta soldados e obra de duzentos da cidade de Damão com septenta de cavallo foreiros ■ cento e cincoenta pios guardas das tranqueiras de que ia por capitão Antonio da Fonseca se formou esquadra ■ passando a outra banda do rio começaram a marchar para o inimigo levando dom Vasco da Gama a retaguarda com a banbeira de Christo que como era capitão mor do presidio ■ guerras de Damão a requereu e se lhe deu e Luiz de Brito disse que ainda que lhe pertencia não reparava n'isso por cumprir ■ fazer ■ serviço de sua Magestade E assim foi na dianteira levando a bagagem no meio com a cavallaria por ambos os lados de que ia por capitão Gaspar de Mello de Miranda filho do capitão da cidade já nomeado o qual por segurança della e sua muita velhice pareceu a todos convinha antes ficar na cidade Nesta forma caminharam os portuguezes todo o quarto d'ant alva e o de alva Ao romper da manhã tiveram vista dos inimigos que em os vendo sahiram dos seus alojamentos (que tinham de outra parte n'um campo mui espaçoso accomodado para as escaramuças dos cavallos fortificados com tranqueiras de madeira com artilheria muda) e vieram receber aos portuguezes n'um vale ao pé de uma serra pequena e antes de se chegarem mais nem haver rompimento de parte a parte estando ja a tiro de espingarda se dispararam muitas de ambas as dianteiras e postoque a dos mouros vinha mais espalhada, logo se viram alguns mortos Por onde se apressaram os portuguezes e não menos os mouros com elephantes diante porem os portuguezes apertaram com elles de maneira que lhe fizeram largar o posto e irém se mais apressados do que vieram para os seus alojamentos Foram em seu seguimento alguns portuguezes de cavallo como Gaspar Carneiro Manuel Madeira Francisco de Miranda da Cunha Manuel da Trindade Urbano Joao da Motta Ferreira que puzam as lanças em muitos inimigos porem elles vendo-se tao perdidos voltaram todos e remetteram com gram furia para nos e os nossos os quaes não fizeram mais que firmar as bandeiras e disparar toda a espingardaria na dianteira dos inimigos de sorte que sem mais consideração viraram as costas seguindo a redea solta para o lugar de seus alojamentos e nossos tiveram tempo para ganhar a serra de ...

houve entre os capitães variedade de pareceres sobre haverem de descer a queimar os alojamentos dos inimigos, e por fim se resolveu que não convinha, por serem muitos de cavallo e estarem n'uma grande campina, onde os mouros se podiam aproveitar muito á sua vontade de todos os cavallos, e segundo a desordem do pelejar dos portuguezes, em os inimigos lhe virando as costas se podia occasionar algum ruim successo. Por onde se não tractou de mais que de fazer alguns tiros d'aquelle posto aos mouros, com dois berços que os nossos traziam, com que lhe mataram um elephante. E elles mostraram bem que todo seu fugir e retirar não era para outro fim mais que para tirar aos portuguezes a campo largo, onde a sua cavallaria toda os pudesse cercar, e fazer o damno que n'outra paragem não podiam; porque em vendo os nossos não tractavam de os ir buscar. Sahiram dezesepte ou dezoito mouros de cavallo, e commetteram á redea solta subir a serrinha, mas, os nossos disparando n'elles algumas espingardas, cahiram mortos na falda d'ella; e para os acabarem de matar houve alguns portuguezes que chegaram às cutiladas e lançadas com os mouros. Onde Francisco Lopes, morador na cidade de Damão, o fez valorosamente com uma lança em cima de um cavallo, chegando a dar com o coute d'ella muitas pancadas nos inimigos; e elles feriram a Francisco Carneiro e Jorge Soares, foreiros de Damão, cada um de sua lançada, porém não deixaram de levar os mouros e peor n'esta occasião. Com que recolhendo se o nosso arraial, sendo já alto dia, o não quizeram commetter os inimigos, pelo quanto lhe tinha custado haverem-no feito, vindo porém seguindo-os com alguns cavallos ligeiros até Damão, mas não se pondo nunca a tiro de espingarda, porque lhe morreram n'esta refrega, assim dos que ficaram alli logo, como dos que foram feridos, mais de quatrocentos, onde entrou o seu capitão mór Dalapete Rao, e dois elephantes; e da nossa parte morreu Antonio Godinho, bom arcabuzeiro, e seis ou septe feridos. Com que logo os mouros desalojaram, sem mais pedirem novidades, nem partirem aldeias; antes se foram para Balçar, e se desfez o seu arraial, ficando as aldeias e terras de Damão libertas e desoccupadas, com suas novidades. E chegaram a confessar os mouros que se não podia pelejar com gente portugueza, tão valorosa

armados, nem corações animosos. Foram os nossos recebidos em Damão com grande alegria, pelo valor com que se houveram em tao desigual partido. Os capitães da nossa dianteira foram João de Brito de Almeida, dom Diogo de Sousa Francisco Vaz de Almeida, Francisco Homem, Bento de Vasconcellos e todos se aventejaram, porque assim lhe foi bem necessario, e não menos Manuel de Sousa Larcao, fidalgo, que com uma porqueira nas mãos entre os mouros se fazia largo campo.

Como Luiz de Brito viu que os mogores nos faziam guerra descubertamente, determinou fazer lha tambem por todos os modos e em toda a parte a que pudesse chegar, e assim, levado d'este bom successo com um poder tao aventejado ao seu, determinou logo ir dar na cidade de Baroche, que esta dez leguas acima de Surrate e oito pelo rio dentro. E assi, deixando a gale em Damão se metteu em navio, e partiu com toda a soldadesca que tinha, assim da sua armada, como do presidio que em Damão tinha invernado, e mais dois navios armados pelos casados de Damão, um por Ruy Quadrado Almadão, e outro por Balthazar de Lemos, ambos a custa de cada um d'elles. E chegando ao rio de Baroche, que e de agua doce com uma corrente mui grande, se deteve dois dias, ate chegar á fortaleza, que está no longo da agua, e se vai estendendo por uma ladeira nao muito ingreme, feita quasi em quadrado, mais comprida algum tanto que larga, tendo por todas as bandas seus ba'uartes, e ao longo da agua cinco, e uma porta em cada lanço de muro. Não tinha peças grossas de artilheria, senão alguma miuda e outra semelhante, mas d'esta muita copia. Foram os portuguezes matando e assolando tudo o que se lhe poz diante, indo na dianteira Domingos Rodrigues e torto, e dois casados de Damão de que nao alcançamos os nomes, e assim nao acharam muita resistencia na primeira entrada na povoação, e depois de a levarem, indo para a fortaleza, como os muros eram altos e não levavam escadas para os subir, houveram por mais acertado nao se porem a matar a gente sem fruto em o commetter, e assim, pondo fogo á povoação, e a algumas dezesepte naus mouriscas, e outras embarcações onde se deu notavel perda aos inimigos, tornaram a ver se podiam levar a fortaleza, porque viram que os mouros que acudiram não tractaram mais que de se metter n'ella, mas não serviu o esforço com que muitos soldados se chega-

vam mui perto debaixo dos baluartes, mais que de matarem dois, e ferirem outros, sendo ainda poucos a respeito da muita gente que estavam em cima, e os tiros de toda a sorte que faziam aos portuguezes. E algumas vezes sahiram da fortaleza muitos mouros a brigar com elles, mas sempre se recolheram com a peor, por onde desenganados d'isto o não quizeram mais fazer. No mar houve muita bateria dos navios para a fortaleza, e da fortaleza para elles, com falcões e espingardaria; onde nos feriram alguma gente, entre os quaes foi João de Brito, capitão de um navio, e mataram a um soldado. Detiveram-se os portuguezes em queimar a povoação e embarcações um dia e meio e uma noite, com que se vieram pelo rio abaixo, e no meio do caminho, onde está uma cidade dos regibutos, sahiram em terra para lhe darem um castigo, sem saberem o que havia n'ella que era muitos negros d'esta casta, de grandes corpos e muitas forças, e não menos valentes do animo, e conhecidos por esses. Os quaes estavam emboscados n'uma ribanceira, esperando pelos portuguezes, tão briosos e confiados que muitos largaram os cavallos e ficaram a pé, para assim mostrarem melhor seu esforço. Com a corrente da agua cahiram alguns navios abaixo, de sorte que desembarcaram defronte d'onde os mouros estavam emboscados, os quaes podendo commetter, e póde ser que desbaratar estes poucos portuguezes, o não quizeram fazer, parece que de confiados, e cuidando que, se davam nelles, ficavam perdendo os outros, fazendo mui facil vencer a todos. Ajuntaram-se os portuguezes em terra, e já neste tempo se sentia que havia inimigos, porque de um navio os viram e começaram a gritar que alli estavam; com que os nossos tractaram de se por em ordem, e quiz Deus advertisse o capitão mór Luiz de Brito, ou por parecer proprio, ou alheio, mandar tres estancias de soldados por cima de uma ribanceira que a terra fazia, para que fossem andando por ella á vista do mais corpo da gente que caminhava pela praia, para que não houvesse quem detraz da ribanceira fizesse mal aos nossos. E indo assim andando para a povoação, em parte que se não viam os da praia com os que iam pela ribanceira, por lhe ser forçado caminhar por detraz d'ella, chegando-se para o inimigo o que estava emboscado, sahiu de repente aos que iam pela praia, com tão grande impeto e valor que apertaram em fórma a nossa dianteira á espada e lança, com pouca espingardaria, de sorte

que fizeram deter aos portuguezes, e a pe queda se brigou valentemente de ambas as partes, indo-se ja conhecendo alguma pequena desordem nos nossos por em tanto que as tres companhias que iam por cima sahiram, e viram a refrega, vieram com tanto impeto nas costas do inimigo dando-lhe, que o fizeram ir afastando e fazendo alto. Com que os nossos tiveram logar de se ir concertando, e indo as companhias da ribanceira apertando com a relaguarda do inimigo e os da praia com a dianteira, se travou a briga de sorte que houve poucos soldados portuguezes que não matassem mouros, e teve fim a contenda com a morte dos mais d'elles, defendendo se uns aos outros como desesperados ate darem as vidas. E foi esta uma das boas e bem pelejadas victorias que neste tempo se alcançou, por ser de gente indomita, e nao menos valente que qualquer outra do mundo. Os que se acharam mortos seriam duzentos e cincoenta, afora alguns que fugiram e os portuguezes nro mais de tresentos, sendo a principal causa d'esta victoria as tres companhias que foram por cima da ribanceira de Joao de Brito de Almeida, Francisco Vaz de Almada, Manoel de Gouveia Botelho. A perda que houve de nossa parte foi quando os inimigos cerraram com a nossa dianteira matarem um capitao chamado Joseph Catvalho de Rojas, e um fidalgo por nome Luiz de Sousa e mais tres soldados, e cinco ou seis feridos, entrando nestes o capitao Joao de Brito.

Depois d'esta contenda mandou, o capitao mor a Joao de Brito de Almeida fosse com a sua estancia, e toda a mais gente que quizesse, queimar a cidade, como foram. Onde nao acharam resistencia, nem gente alguma, porque mulheres, velhos e meninos, fugiram para os matos. Em quanto se punha fogo a cidade mandou o capitao mor pelos marinheiros cortar as cabeças de todos os mouros mortos, e lhas pagou a larim cada uma. O que elles fizeram de muy boa vontade, pelo pouco que lhe custara a chegar a poder as cortar. As quaes trouxe para lançar na praia de Surrate e vindo-se recolhendo com esta victoria as mandou-lhe lançar pelos bateis da nau que havia queimado para que vissem os mogores o truito da guerra que moveram ao Estado. L chegando a Damão foram recebidos com grande alegria e festa, chamando ao capitao mor Luiz de Brito Baroche, pelo sobrenome similhante que outro fidalgo na India teve, de haver dado na dita fortaleza

Em Damão acharam novas como o mulato arrenegado, capitão do Melique, vinha sobre Trapor com poder de gente; onde estava por capitão mór mandando por Luiz de Brito, Constantino de Sá de Miranda com cincoenta homens, que havia sahido com elle por capitão de uma fusta. O que ouvindo o capitão mór, sem mais dilação se partiu logo com a sua armada para Trapor, e chegando a elle perguntou pelo mulato, e lhe foi dito que estaria duas leguas da nosso povoação. Com que deixando chegar a noite, se partiu em principio d'ella em sua busca, e caminhando toda ella até o outro dia e meio não puderam dar com o mulato nem a sua gente, ou por não estarem alli, ou por se não quererem encontrar com os portuguezes, que foi a verdade, como depois se soube. E assim se recolheu Luiz de Brito, de Trapor, deixando o desassombrado dó receio em que estava; porque como andava com este curso de victorias, temiam-no os inimigos de sorte que muitas vezes obrava mais com a fama e deliberação do que com as armas; postoque elle com uma e outra cousa sabia mui bem fazer-se respeitar e temer, quando o chegavam a experimentar." (84)

Dom Jeronymo de Azevedo, visor-rey amigo, eu elrey vos envio muito saudar. Vi o que me escrevestes por vossas cartas, que se receberam pola caravela de Belchior Rodrigues e pola nau S. Philippe, á cerca dos bons successos que Antonio Pinto teve em Damão, dando nos mouros que estavam alojados nos contornos d'aquella cidade; e tive particular satisfação do como elle n'isto procedeu, e o fizeram os mais que se acharam em sua companhia; e assi o mando agradecer ao dito Antonio Pinto, com quem vós tambem fareis o mesmo officio da minha parte. E porque eu faço muita estimação de sua pessoa, me pareceu (posto que polas naus passadas vos tenho feito a mesma advertencia) encarregar-vos de novo (como o faço) que tenhaes particular conta com elle, fazendo-lhe pagar pontualmente seus ordenados, e em tudo o que houver logar, o favor possivel, para que com estes effeitos se anime a continuar de boa vontade em sua obrigação, como tenho por certo d'elle que o fará; entendendo que de procederdes com elle n'esta confor-

midade, receberes contentamento e me haveres por bem servido de vos Escripta em Lisboa a 27 de Janeiro de 1616 — Rey . — Dom Estevão de Faro

Sobrescripto — Por el-rey—A Dom Jeronymo de Azevedo do seu conselho, visó rey e capitão geral do Estado da Índia —3.^a via (55)

Em 1615 Gonçalo Pinto fez pazes com o Choutia

Como se divulgou que Gonçalo Pinto ficava em Damão para poder fazer pazes, o Choutia, que até então havia estado de guerra na forma e pela causa referida, também tractou d'ellas, assim pelo mal que lhe tinha ido, como também por não ser a guerra tão amável que se possa exercitar senão quando por ella se espera alcançar paz conveniente e assim, tractando se das condições de parte a parte, se vieram assentir e tomar resolução n'ellas, communicadas por mensageiros e pessoas prudentes e como isto ficou assentado, tractaram de que se jurassem, para o que o rei Choutia havia de vir ver se com os nossos e fazerem todos os juramentos d'ellas e tomando se pratica em que paragem se haviam de ajuntar, não quiz o rei que fosse nas nossas terras, por onde também nos não consentimos que fosse nas suas, e assim houveram de eleger uma aldeia do Virá rei de Sarcetá, postoque também este era nosso inimigo, e sogro do mesmo Colly e ainda que os nossos tractavam já com toda a cautela com estes mouros, contudo, não quizeram mostrar desconfiança, pois haviam de vir todos com suas armas, fazendo conta que n'ellas, mais que em nenhum outro respeito, haviam de ir seguros. E assim ajuntaram um dia pela manhã quatrocentos soldados portuguezes, que alli estavam com Ruy Freire invernoando, como temos dito, e cincoenta homens de cavallo dos foreiros de Damão, e todos com suas armas em muy boa ordem, e puzeram o caminho da aldeia do dito rei, e chegaram a ella em espaço de dois dias, onde acharam já o rei Choutia com a sua gerte muy bem adereçada, porque estava com duzentos e quarenta homens de cavallo, entre os quaes tinha quarenta e dois acobertados, e os homens vestidos de armas brancas muy resplandcentes, com seus elmos e tudo o mais que se

requer para serem perfeitas e um cavalleiro de todo armado como entre os mais bellicosos reis de Europa se pôde desejar, e com cavallos arabios mui fortes, que, para a pouca riqueza e poder d'este rei, era de muita grandeza. Tinha, além d'estes, novecentos homens de pé, armados com arcos e frechas, que são as suas mais ordinarias armas, entre as quaes tinham tambem outras com que brigavam. Chegaram os nossos e com a cortezia devida convidaram Gonçalo Pinto e Ruy Freire ao rei quizesse vir servir-se das nossas tendas; o que elle não acceitou, autes mandando armar uma mui grandiosa, mandou dizer aos nossos que a sua tenda enfim era de rei; que como de tal lhe pedia se quizessem servir d'ella. E parecendo a Gonçalo Pinto que o não devia deixar descontente com lhe engeitar este offerecimento, lhe mandou dizer que logo para lá ia, como em effeito foi com alguns cidadãos de Damão, com quem estava; e posto que Ruy Freire não quiz ir logo, parece que por o rei Choutia não consentir que a nossa soldadesca ficasse senão da outra banda de um tanque junto d'onde estava, comtudo, não deixou de ir depois, porque era necessario para o auto do juramento das pazes. Tinha o rei levantadas as azas da tenda e o chão todo alcatifado com alcatifas grandes e de preço, cheias de muitas almofadas de veludo, grandes ao nosso modo, com que representava alguma cousa a grandeza que o rei queria mostrar. Estando todos n'esta fôrma chegou um tabellião, e fez a escriptura das condições e concertos das pazes, que quasi todas se incluiam em duas principaes, convém a saber: que o rei Choutia não pediria mais os choutos, que entendia lhe eram devidos, por armas, nem correndo as terras de sua Magestade, sob pena de só por isso os ficar perdendo. A outra condição era de que em tudo estaria pelas pazes feitas com elrei seu pae e o capitão de Damão, Fernão de Miranda; as quaes haviam aqui por expressas e declaradas, cujos capitulos eram sobre os choutos que este rei tem nas nossas terras, e os mais d'elles se dirigiam a que tambem as não procurasse por armas, declarando o quanto lhe haviam de dar, que era de oito um; mas, como as aldeias foram crescendo muito em renda, sempre vinha a ser mais que o que era n'aquelle tempo, e para averiguar isto nasciam todas as differenças. Acabada a escriptura, que se notou diante de todos, se juraram as pazes da nossa parte e da do rei, com as festas e solemnidades que o lugar permit-

ta, no fim de maio d'este presente anno, e depois de todos se mostrarem muyto contentes, teve o rei com os nossos varias praticas, sendo uma d'ellas que elle queria servir a sua Magestade com mil peões e duzentos homens de cavallo, dando-lhe um soldo conveniente; para o que estaria n'uma aldeia nossa ao longo do mar, que compraria, e terra tambem suas casas dentro na cidade de Damão, d'onde seu filho sahiria com navios armados, os mais que pudesse, e servir ao mar e onde lhe fosse mandado, e entre outras praticas dizia que lhe tocava muita inveja de vêr que algumas vezes era convidado dos cidadãos de Damão seu irmão e cunhado para se achar em festas de cavallos, e elle por razão de sua dignidade real não ter logar para tambem se poder achar n'esta companhia, accrescentando que ao menos de noite se refazia d'esta magua em vir vêr os muros da cidade de Damão e chegar a roçar-se por elles. Com que deu materia aos nossos se alegrarem, e dizerem muitas galantanias sobre isso. Apontava o rei logo a aldeia que dizia tomaria para residir, que seria a de Nargol, ou de Danu, a qual compraria a seus donos, por terem rio por onde pudessem sair os navios com que queria servir; porque tambem desejava muito vêr o mar e viver ao longo d'elle. Do que Gonçalo Pinto disse que daria conta ao visoroi, como fez, e a seu tempo se dira o que lhe respondeu. E ficando estas pazes feitas na forma referida, se despediram os nossos do rei com algumas mostras de amizade, e vieram para a cidade, correndo-se d'elle por diante com ella em muitos recados de parte a parte, com muitas e outros termos de cortezias, porque a guerra que se fazia entre os visoroi e este rei lhe fazia estimar a paz, como é ordinario em os reis já tem conhecimento da perda d'ella.

.. .. .

“Como o visoroi teve as pazes estabelecidas, e com ellas se aproveitava da muita madeira das terras de Damão, que d'antes pelas guerras estava empalhada, ordenou o visoroi a Gonçalo Pinto mandando se por ir ajuntando madeira, para que quando o visoroi Themudo, que logo mandara, se apresentasse ao visoroi no anno de 615 quilhas para que o visoroi lhe fizesse saber a vontade com toda a presença, de sorte que se podesse saber a vontade dos ingrezes, como o visoroi mandava a Gonçalo Pinto para que muito que conhecia o visoroi e sua fidelidade e a sua lealdade.

nuar este tracto e porto. O que Gonçalo Pinto foi procurando pôr em effeito o mais que o tempo e a estreiteza da fazenda de sua Magestade lhe deram lugar ; porque estavam as terras de Damão tão alcançadas com a guerra que foi necessario a Gonçalo Pinto para poder segurar os foros de sua Magestade fazer composição e concerto sobre elles; e postoque tinha todos os poderes na fazenda como veador d'ella, comtudo, não os quiz haver por firmes até não dar conta d'isso ao visorei, como fez; o qual propondo em mesa da fazenda a materia, acharam todos que ficava resultando em melhoramento da fazenda de sua Magestade, e assim não só a ratificaram, mas lhe deram de novo comissão e poder para fazer todas as composições e concertos que lhe parecessem mais convenientes ao melhoramento da fazenda de sua Magestade.

O rei Choutia, como soube que Gonçalo Pinto tinha tambem feito as pazes com o Mogor, ouvindo como se apregoaram, cobrando maior concepto do que ainda d'antes tinha d'elle, lhe pediu com toda a cortezia e bom modo quizesse ir vêr suas terras, porque com isso ficaria satisfeito de haver tido n'ellas semelhante pessoa; e como a estes termos, não ha negar-se nada, respondeu Gonçalo Pinto que o faria de mui boa vontade; e assim, nomeando o dia, se apparelhou com vinte portuguezes, todos mui bem ornados e não menos acompanhados de criados, com que partiu, e chegando ao principio das terras do dito rei, o veiu receber com todos os seus cortezãos e as mostras que podia de alegria; e aposentando-o nas melhores casas, que eram as suas proprias, que havia n'uma povoação feita ao seu modo, de casas de alguns terrados e as mais cubertas de palha, não de muitos visinhos, se achou Gonçalo Pinto com obra de septecentos piões das tanadarias, que acudiram todos ao acompanhar sabendo a jornada que fazia; em que lhe foi forçado valer-se para os sustentar de tudo, por não ir prevenido. Assentados, os nossos em alpendres mui bem ornados de alcatifas e coxins de seda, disse o rei a Gonçalo Pinto que sua mulher o desejava muito vêr, pela fama que para com elles tinha; que escolhesse quaes haviam de ser os portuguezes que queria ficassem em sua companhia. Ao que respondeu Gonçalo Pinto que lhe parecia fossem os despachados, e capitães; postoque entre os outros tambem haveria muitos que em partes e qualidades a nenhuns fossem infe-

riores E parecendo-lhe bem ao rei, esperando a noite (onde e costume terem as mais das suas conversações) veio a mulher, e sem ser vista, d'entre umas gelozias esteve vendo aos portuguezes, e conversarem ao rei e aos que com elle estavam ficando todas as *mulheres* mui pagas e satisfeitas do assento, prudencia, e modo que viram nos nossos, e particularmente em Gonçalo Pinto, a quem o rei disse que, entre elles, as maiores mostras de honra e amor, que se podiam fazer aos amigos, era dar-lhe dinheiro, como a coisa mais presada do mundo, e porque todos trabalham e cansam, e assim que houvesse por bem de elle rei lho dar. Ao que respondeu Gonçalo Pinto que era vassallo de uma monarchia cujos thesouros e riquezas eram tão grandes que podiam fazer ricos a muito grandes senhores, e que entre os seus vassallos, postoque o dinheiro se estimava como cousa com que se compravam todas as mais, contudo, não era a mais presada de todas e assim que não faziam os portuguezes esta estimação, senão em primeiro lugar da exaltação da fe catholica, que e a honra de seu Deus, e depois da honra e louvor que se dava em premio da virtude e assim, como sua alteza enchia a elle e aos mais de tanta honra e louvores (postoque não merecidos), que essa era a maior merçe com que os podia obrigar a qual tinham ja recebido De que o rei, não menos satisfeito do que todos os de sua casa, se tornou a ratificar nos offerecimentos que d'antes tinha feito, de desejar servir a sua Magestade em companhia de tão illustre gente como tinha diante, postoque ja esta visita era tão suspeitosa aos reis seus visinhos, que alli perto detraz de um outeiro estava o Virgy, rei de Sarceta, seu sogro, com seiscentos de cavallo, e da outra banda estava o rei Colle com outro quasi igual numero de gente, todos com suas armas mui prestes, e como Gonçalo Pinto tinha dado conta d'isso ao visorei, e não lhe tinha ate então deferido, respondeu escusas convenientes, com que acabadas as visitas se vieram os portuguezes, ficando entre todos a amizade mui confirmada.

Feitas as pazes de um e outro, rei como fica dito, como os quatrocentos soldados que estavam internando em Damão, a cargo de Ruy Freire de Andrade, não foram necessarios, antes de acabar o inverno lhe faltaram os mantimentos ordinarios, os parcos que por não haver fazenda d'elrei em Damão d'onde lhes poder dar, como

era certo não haver, ou por considerarem que sendo esta a menor parte do que elles gastam em seu sustento, não lhe ficaria fazendo muita falta. Porém não deixou de parecer um desconhecimento e ingratidão do trabalho em que sempre se occuparam; o que vendo Ruy Freire, e como os mais d'elles eram mui pobres, por não perderem com a necessidade o brio, melhor parte do esforço, lhe pôz mesa geral, em que deu de comer a todos os que a quizeram acceitar, que ordinariamente era a mais de cento, com que ficou conhecendo e remediando os pobres pelo melhor modo possível; merecendo Ruy Freire por esta obra não menos louvor do que pelas maiores em que mostrou seu esforço; e sendo já fim do inverno, se vieram os soldados por Baçaim e Chaul buscando embarcações para virem para Goa, e Ruy Freire tambem se veiu em um navio á sua custa com vinte e sinco, em cuja companhia tambem veiu outro com outra copia de soldados, em que vinha por capitão Gaspar Paim de Mello, os quaes chegaram a Goa sem lhe succeder cousa digna de memoria.

.....

Temos atraz apontado como nas pazes que Gonçalo Pinto da Fonseca fez com o rei Choutia, e praticas que com elle teve, mostrára o rei grande desejo de servir a sua Magestade, e viver tambem ao longo do mar; do que fez uns apontamentos que mandou ao visorei, o qual differiu o tractar n'elles até vir Gonçalo Pinto a Goa, e poder informar pessoalmente e dar seu parecer nas cousas que continham; e assim, depois de chegado, fez o visorei conselho em vinte e um de fevereiro de 617, sobre as ditas materias do Choutia, para o que foi chamado Gonçalo Pinto da Fonseca. O que em substancia tractavam os apontamentos era que o Estado o ajudaria com gente e munições, assim para se defender de seus inimigos, como, quando lhe cumprisse, offendel-os; que aos bagulos, que é gente do Virgi, se não consentisse, terem entrada, nem communicação em Damão, pois a não haviam tido até agora; que se mandasse provêr no tocante ao seu chouto, assim o que o Virgi pretende que foi do Verbá, como o mais que o mesmo Choutia tem nas terras de Darnão; e que se lhe págasse conforme o rendimento das aldeias e na mesma moeda em que os foreiros arrecadavam dos seus corumbins, e que se commettesse a uma pessoa de credito e boa consciencia

que fosse a Damao, e fizesse o foral das terras, com declaração do rendimento d'ellas, para conforme a isso haver o seu chouto, que dos mandovins e imposições novas, de que se paga a fazenda de sua Magestade, se lhe pagasse tambem ■ chouto, que se deesse logar em Danu para fazer casas e residirem homens seus n'ellas, fazendo mercancia, ■ tractando na madeira que das suas terras alli enviasse. E discorrendo se n'estas cousas assentaram os do conselho com a informação de Gonçalo Pinto da Fonseca, se respondesse ao Choutia que se vassallasse a sua Magestade, pagando so em reconhecimento de vassallo dois falcoes, com obrigação de todas as vezes que cumprisse, para defensão da cidade e fortaleza de Damao ■ de suas terras, acudir com duzentos de cavallo ■ quinhentos piaes ■ que teria sua casa propria em Nargol, ■ n'ella viria morar e residir com sua familia, e que pudesse tambem ser em Danu, que cumprindo elle com estas condições o tomaria o Estado debarro de sua protecção, como a vassallo, ■ acudiria ■ defensão de sua terra, e terras que ora possuiue, com o poder d'aquella fortaleza, que no tocante ao chouto, visto a difficuldade que sempre ha para se averiguar o que monta, por nro serem as novidades certas e se haver de pagar conforme a ellas, ■ ter de ordinario differenças sobre isto com os donos das aldeias, se ordenaria que entre as maiores e menores novidades se tomasse um meio, ■ se assentasse conforme a isso uma certa quantidade de chouto que hajam de pagar cada anno, ou as aldeias rendam muito, ou pouco, ■ se faria um foral em que se declararia o que assum deviam pagar, e para tomarem este assento e fazerem o dito foral, se nomeariam duas pessoas, uma por sua parte, outra pela da cidade, e em caso que se não conformassem se elegeria um terceiro a aprazimento de ambas, ■ ■ chouto que se houvesse de pagar se cobraria via executiva, na forma em que se arrecada a fazenda de sua Magestade, ■ se lhe pagaria em dinheiro de contado, e não em outra cousa, que no tocante ao chouto que foi do Verba, devia ser ouvido o Virgi, ■ se ordenaria que mandasse apresentar as razões por onde ha que lhe pertence, ■ com isso, e vendo-se as do dito Choutia, se determinaria a quem se devia pagar, fazendo n'isso inteiramente justiça a quem a tivesse; ■ quanto ao chouto que pretende dos mandovins e imposições, que era cousa nova, ■ que até agora se não fizera, nem viera em duvida.

A qual resposta foi mandada ao Choutia, e como o título de vassallo de sua Magestade ia com a obrigação de acudir com a gente referida o não acceitou, porque queria só gosar as liberdades de tal, sem nenhum outro contrapeso. As mais cousas acceitou, porque todas lhe vinham em proveito, postoque não tanto como elle pretendia; onde se inclue toda a razão de estado por que se governam estes reis, e todos os infieis naturaes do Oriente.” (86)

São os seguintes os apontamentos referidos por Bocarro.

“Apontamentos das mercês que pede ao Viso-Rey da India Jaa da Rana, Rey de Carceta, por seus Enviados Chrisna Boto e Jassagi Dalvi as quais são seguintes :

Primeiramente que vindo contra elle algum inimigo ou inimigos seus, seja da parte deste Estado elle favorecido, e ajudado com Portuguezes casados e soldados com suas armas, polvora, e monições, e o mais de que ouver necessidade, o qual socorro assistirá com elle o tempo que durar a guerra; e querendo elle hir com sua gente contra quem lhe parecer he necessario, e chamando-os elles neste tempo, tambem acodirão, irão, e o acompanharão pera bem de se restaurar do que lhe tiverem tomado de suas terras, de maneira que se acharão com elle assi na sua defensão, como quando ordenar ofender aquelles que elle quizer, pera bem de sua honra e quietação.

Que a serra de Sarceta se estime, e fação contra della como da fortaleza de Damão, e quando seus inimigos vierem pera a tomar; os Portuguezes e toda a gente da cidade de Damão venha á dita serra para o ajudarem, e dar nos ditos inimigos, fazendo nella a detença que para isto for necessaria; e que da mesma maneira será elle obrigado hir á fortaleza de Damão quando for necessario para bem da guarda e serviço della.

Que o Estado e elle sejam amigos dos amigos, e inimigos dos inimigos.

Que o Estado não consinta meterem os Bagulos, e que he gente de Vergi, o seu pé em Damão, nem lhes dê entrada, nem ajão com

(86) A. Bocarro — Déc. cit., pg. 389, 398 e 675.

elles nenhuma comunicação, pois a não ouve até agora, e por isso cumpre não lhe darem ahy lugar

Do negocio do Berba e do seu chouto, de tudo esta bem informado o doutor Gonçalo Pinto da Fonseca, Veedor da fazenda, e ouvidor geral do Norte, por onde informando-se V. S. delle, me fara mercê mandar-me dar o dito chouto, em que os Bagulos quereim entender sem lhes pertencer nada a quem he necessario mandar V. S. que se não metão no que não he seu, e a mim mandar-me dar a posse, para o que mando apresentar o papel assinado pela molher e filho do Berba, que me passarão, para V. S. o ver por elle, e por o dito Berba já defunto ser meu tio, e por o dito chouto ser dado desta casa pelos meus antepassados, me pertence agora ser tornado a mim, e assy peço a V. S. o mande, por me tazer mercê, e ter justiça de minha parte.

Que os choutos das terras de Damão mande V. S. que paguem conforme o rendimento que ha nas aldêas, e os foreiros arrecadão dos lavradores e povo dellas per moeda de mamudes chaparis. Da mesma maneira he justo que os Pateis dellas me paguem, sem os Vasadares, cidade, e o capitão se entremeterem nisso, e que elle os peça aos Pateis, e elles lhos paguem como he rezão sem falta nenhuma; e que elle tambem será obrigado nesta parte a querer o que he justiça, sem usar de nenhuma sem rezão, e usando, me vão a mão.

Ja digo acima que os Portuguezes foreiros das aldeas arrecadão dos seus curumbins o rendimento por mamudes chaparis, e pagao o foro del-Rei por mamudes e alanis, e da mesma maneira o chouto, por onde fazendo me V. S. justiça nesta parte, he tambem proveito que receberá a fazenda de Sua Magestade.

Que os Portuguezes moradores de Damão não declarao o rendimento de suas aldêas na verdade, nem o deixão fazer aos seus Pateis, dando pancadas nelles, e tratando-os mal, e aos seus recebedores, os ameaçao que matarão, e por outra parte dizem que darão alguma peita para não averiguarem. Como nunca se sabe o justo, não o querem dizer, nem pagão, e aldea, que rende mil mamudes, feita a conta pagão a elle da quarta parte, usurpando as outras tres, nem deixão entrar nenhum homem em sua aldea para saber da gente, nem fazer diligencia: por onde peço a V. S. me tazer mercê

A qual resposta foi mandada ao Choutia, e como o titulo de vassallo de sua Magestade ia com a obrigação de acudir com a gente referida o não acceitou, porque queria só gosar as liberdades de tal, sem nenhum outro contrapeso. As mais cousas acceitou, porque todas lhe vinham em proveito, postoque não tanto como elle pretendia; onde se inclue toda a razão de estado por que se governam estes reis, e todos os infieis naturaes do Oriente.” (86)

São os seguintes os apontamentos referidos por Bocarro.

“Apontamentos das mercês que pede ao Viso-Rey da India Jae-da Rana, Rey de Carceta, por seus Enviados Chrisna Boto e Jassagi Dalvi as quais são seguintes :

Primeiramente que vindo contra elle algum inimigo ou inimigos seus, seja da parte deste Estado elle favorecido, e ajudado com Portuguezes casados e soldados com suas armas, polvora, e munições, e o mais de que ouver necessidade, o qual socorro assistirá com elle o tempo que durar a guerra; e querendo elle hir com sua gente contra quem lhe parecer he necessario, e chamando-os elles neste tempo, tambem acodirão, irão, e o acompanharão pera bem de se restaurar do que lhe tiverem tomado de suas terras, de maneira que se acharão com elle assi na sua defensão, como quando ordenar offender aquelles que elle quizer, pera bem de sua honra e quietação.

Que a serra de Sarceta se estime, e fação contra della como da fortaleza de Damão, e quando seus inimigos vierem pera a tomar ; os Portuguezes e toda a gente da cidade de Damão venha á dita serra para o ajudarem, e dar nos ditos inimigos, fazendo nella a detença que para isto for necessaria ; e que da mesma maneira será elle obrigado hir á fortaleza de Damão quando for necessario para bem da guarda e serviço della.

Que o Estado e elle sejam amigos dos amigos, e inimigos dos inimigos.

Que o Estado não consinta meterem os Bagulos, e que he gente de Vergi, o seu pé em Damão, nem lhes dê entrada, nem ajão com

elles nenhuma comunicação, pois a não ouve até agora, e por isso cumpre não lhe darem ahy lugar.

Do negocio do Berba e do seu chouto, de tudo está bem informado o doutor Gonçalo Pinto da Fonseca, Veedor da fazenda, e ouvidor geral do Norte; por onde informando-se V. S. delle, me fara mercê mandar-me dar o dito chouto, em que os Bagulos querem entender sem lhes pertencer nada a quem he necessario mandar V. S. que se não metão no que não he seu, e a mim mandar-me dar a posse, para o que mando apresentar o papel assinado pela molher e filho do Berba, que me passarão, para V. S. o ver por elle, e por o dito Berba já defunto ser meu tio, e por o dito chouto ser dado desta casa pelos meus antepassados, me pertence agora ser tornado a mim, e assy peço a V. S. o mande, por me tazer mercê, e ter justiça de minha parte.

Que os choutos das terras de Damão mande V. S. que paguem conforme o rendimento que ha nas aldéas, e os foreiros arrecadão dos lavradores e povo dellas per moeda de mamudes chaparis. Da mesma maneira he justo que os Pateis dellas me paguem, sem os Vasadares, cidade, e o capitão se entremeterem nisso, e que elle os peça aos Pateis, e elles lhos paguem como he rezão sem falta nenhuma; e que elle tambem será obrigado nesta parte a querer o que he justiça, sem usar de nenhuma sem rezão; e usando, me vão á mão.

Já digo acima que os Portuguezes foreiros das aldéas arrecaadão dos seus curumbins o rendimento por mamudes chaparis, e pagão o foro del-Rei por mamudes e alanis, e da mesma maneira o chouto, por onde fazendo-me V. S. justiça nesta parte, he tambem devido que receberá a fazenda de Sua Magestade.

Que os Portuguezes moradores de Damão não decaiam do rendimento de suas aldéas na verdade, nem se decaiam por os Pateis, dando pancadas nelles, e tratando-os mal, e por os moradores, os ameaçam que matarão, e por outra parte não tem nenhuma peita para não averiguarem. Como nunca os não o querem dizer, nem pagão, e alí se faz a conta pagão a elle da quarta parte, e os moradores não deão entrar nenhum homem em sua terra, e nem fazer diligencia: por onde na...

ordenar para isto huma pessoa honrada, e de credito, Portuguez, de boa consciencia, que não tome peita, o qual he; necessario hir a Damão fazer o foral das ditas terras, e por elle mandar pagar o chouto, porque como huma vez pagarem com esta veriguação, dahi por diante sempre pagarão o certo e não averá differença, nem elle terá que fallar, nem averá falta na amizade; eu ficarei contente, Sua Magestade será servido, e receberá proveito a fazenda de Sua Magestade no foro, que ficará acrescentada, e não diminuida, no que elles fazem em levar das aldêas mais, e pagão menos, e elle receberá o seu chouto, como é justo; por onde torno a lembrar a V. S. mande este homem Portuguez a Damão para effeito do dito foral; doutra maneira dão-me muito trabalho na arrecadação, nem pagão o que me devem justamente.

Os mandovins e imposições novas pagão á fazenda de Sua Magestade, e aos foreiros, e a mim não me pagão o meu chouto, que V. S. me fará mercê mandar que me pague.

Peço a V. S. me faça mercê mandar dar em Danú lugar para mandar ahi fazer humas casas, e residirem nellas meus homens fazendo mercancia, e tratando na madeira que de ca mandarem levar, e fâzer naos, e avendo-se mister a dita madeira para Sua Magestade, me pagarão conforme como a vender aos da força, pagando-me a dinheiro de contado, sem haver nenhuma força nem embargos; e que nossa gente poderá usar de costumes da minha ley sem ir ninguem a mão, mas antes favorecidos do capitão mor, e ouvidor, e que os não agravem em nada.

De cada capitulo destes acima e atraz peço a V. S. me faça mercê mandar passar provisão com boas declarações, e que todas se cumprão e guardem inteiramente por muitos annos, e inda que passe o tempo de muitos V. Reys e capitães, que sempre ellas tenham força e vigor. Digo isto, por que as provisões, que V. S. me faz mercê, não nas querem comprir por nenhum caso os de Damão, e o mesmo fizerão ao alvará de Sua Magestade, que do Reino veio em meu favor, que tudo tenho guardado sem poder ajudar-me das ditas mercês do Reino, e de V. S. por onde peço que as que agora V. S. mandar passar sejam de maneira que todos as guardem sem impedimento, como fico confiado que V. S. mandará fazer pela grandesa de V. S. e a mim fazer mercê; e as provisões sejam com

as penas que V S for servido Em Goa, a 26 de janeiro de 1617
— *Chrisna Bolo — Jasagi Dal* /

Treslado do assignado da mulher e filho do Berba que diz o seguinte

Ao grande Rey Jacda Rani, a quem damos este escrito nos ambos Hansaigi e Bimaba, filho de Berba Torato, por esta maneira, que o nosso grasso, que he chouto, que temos nas terras de Damao, e assi a agua, que temos nas aldeas e que tudo damos para sempre com seus costumes e lagimas a v m a saber sete aldeas que pagão o grasso, que são estas Humbarsary, Palari, Calaim, Palassana, Cijagão, Humbargao, e Cotala, e assim a agua de seis Parganãs, Puari, Calana, Naer, Loassa, e Danu, esta agua de seis Parganas, e assi costumes e lagimas damos a v m na verdade sem nenhum estorvo, e este escrito passamos de nossa boa vontade, e com primeiro, e comunicar com Aigi Putuba Baigi e Bagi o que lie na verdade Feito no anno de mil e seiscentos setenta e dous em dous do mez dos gentios chamado Maguasir, em domingo, conforme a isto parece ser em 8 de novembro de 1615 annos Com as testemunhas que de presente estão os abaixo assignados, e com hum chapa a ilharga, e sinaes, que dizem, Hansaigi, Bimaba Rana, filho do Berba, e Canacaigi

Dem se este papel ao Secretario do Estado em 9 de março de 1617 — *Isto Rey*

Parecer do Doutor Gonçalo Pinto da Fonseca

Mandou me V S que visse a replica, que o enviado do Rey de Sarceta fizerão do assento que se tomou em conselho do Estado, e que dissesse por escripto o modo em que se pode satisfazer as devidas movidas, sem encontrar a substancia do dito assento, nem de outro que V S tomou, estando em Bixaim, de que esse documento se agora querem valer, por ser mais favoravel a seu Rey e o que no caso me parece he o seguinte

Temem estes homens que o quartão, que se lhe peço em reconhecimento de vassalagem, e ajao de merce os obrigues de Estado e que por elle peção hum tal quartão, qual sempre tem sido e venhão a levar por elle mil cruzados, e porque sem tanto tal estado de fundamento, parece que haia reconhecimento por parte do Estado com tributo de duas felas, ou de mais annos sem mais

gues cada anno em Damão, e com obrigação mais de acudir á defensão daquella cidade, e suas terras, todas as vezes que cumprir, com duzentos de cavallo, e quinhentos de pé.

E que ha de ter sua casa em Danú ou Nargol pera nella morar e residir com sua familia, e ha de ter outras casas dentro na cidade de Damão para ir estar nellas quando ouver festas, ou quizer visitar o capitão, para com esta communicacão se criar amor em elle e seus vassallos com os moradores daquella cidade. E estas casas poderão tambem servir para em caso que sobrevenha guerra, metter nellas sua familia, e ficar com mais liberdade para a defensão das terras, assy nossas como suas.

Que cumprindo estas condições, o tomará o Estado debaixo de sua protecção como a vassallo, e acudirá á defensão da sua serra, e das terras que ora possue, com o poder da fortaleza de Damão.

Que por evitar as differenças que todos os annos resultão de averiguar o rendimento das aldêas, para se lhe pagar o direito que chamão chouto, se ordenará que entre as maiores e menores novidades, que costumão dar as aldêas, se tome hum meio e quantidade que se aja de pagar cada anno sem accrescentamento nem diminuição, ou as aldêas rendão muito ou pouco; de que se fará foral por hum ministro enviado desta corte com regimento pera o caso, e com poderes pera obrigar as partes pera virem neste acordo, por ser de bem commum.

Que estando o dito Rey em posse de levar o dito direito de alguns mandovins das terras de Damão, será conservado em sua posse, reduzindo-se o dito direito a quantia certa, como se ha de fazer no das aldêas; mas não se lhe pagará este direito dos mandovins de que até agora se lhe não pagou.

Que este direito de chouto se cobrará das aldêas, ou de seus Pateis, via executiva, na forma em que se arrecada e cobra o foro de Sua Magestade; e se lhe pagará em dinheiro de contado, e não em outra alguma cousa; e o ouvidor daquella cidade, sendo para isso requerido, fará este execução na forma referida, sob pena de suspensão de seu cargo, e de mil pardaos applicados para o accusador e captivos.

Que o ministro que for fazer o dito tombo levará ordem para mandar notificar o Rey Vergy, que a certo termo mande apresentar

■ titulo ■ razão que tem para levar o direito do chouto, que foi do Verba, e o dito ministro ouvirá os procuradores do dito Rey e do Rey de Sarceta, ■ determinara a qual delles pertence ■ dito direito, da qual sentença poderá apellar, ou aggravar pera a relação desta cidade de Goa a parte, que se sentir aggravada. E não querendo ■ Rey Vergy mandar requerer sua justiça diante o dito ministro, se fara embargo, e porá em deposito o dito chouto em mão de pessoa abonada até o dito Rey obedecer, ■ mandar requerer sua justiça

Que estando o dito Rey nas terras de Damão, podera das portas a dentro fazer seus ritos e costumes sem impedimento algum

Parece que na madeira se não deve tratar, nem alterar no que ate agora se fez acerca della — *Gonçalo Pinto da Fonseca*

O secretario do Estado passe provisão na forma deste parecer do Doutor Gonçalo Pinto da Fonseca, visto differir pouco do que se assentou em conselho. Em Goa 14 de março 617 — *Viso Rey.*" (87)

El-Rei recomendou, se evitassem conflitos com ■ Choutea, para se concentrarem as forças na luta contra os inimigos europeus

' Conde visio rey amigo, eu el rey vos envio muito saudar como aquelle que amo. Eu sou informado que a occasião, de que procede haver rompimento entre o Choutéa e a fortaleza de Damão, se entende que nasce do capitão ou moradores d'aquella cidade venderem fiadas aquelle rei cousas em maiores preços do que valem, ■ que, provendo se n'isto de remedio, haveria n'aquella praça quetação ■ se viveria em paz, ■ que pretendendo dar lh'o o conde de Vidigueira, do meu conselho d'Estado, quando esteve n'esse governo, ordenou que se passasse uma provisão, com que estas vendas se prohibiram, com que se acudiu por então ao rompimento ■ quebras entre o dito Choutea ■ os de Damão e porque no tempo presente é de tanta conveniencia, como vedes, que haja toda a possível com os principes naturaes d'essas partes, para que todas as forças que ■ ellas tenho se empreguem somente contra os estrangeiros, ■ por

esta causa e outras convém conservar o Choutéa, e perder o cuidado que elle pode dar se lhe der occasião de se desavir e romper a paz que com elle se fez, vos encommendo muito que façais buscar a dita provisão, e que, havendo a visto em conselho, e parecendo n'elle que para os effeitos que ficam referidos convém praticar-se tambem agora, ordeneis que assim se faça, e que se guarde com toda a pontualidade, e do que fizerdes n'isto me dareis conta para o saber. Escripta em Lisboa a 23 de Janeiro de 618.—Rey. O Duque de Villahermosa, Conde de Ficalho.

Para o conde visorey da India." (88)

O Vice-Rei respondeu:

"A provisão que n'esta materia passou o conde de Vidigueira, sendo visorey deste Estado, se guarda inteiramente por ser bem fundada, e se lhe acrescentou por outros visoreys, que nem o capitão de Damão, nem outro algum vassallo fizesse contractos com o Choutéa, e que, fazendo o contrario, carecessem de aução contra o dito rey, mas nem por isso deixam de contractar com elle sobre cavallos e madeira, e a principal occasião que ha de discordias é que alguns foreiros lhe não pagam inteiramente o direito do Chouto que lhe pertence, e elle o não quer pedir por justiça, senão com lhe mandar entrar as aldêas, captivando-lhe os moradores e levando-lhe o gado, ao que se acode d'esta Relação na fórma que se pode fazer de presente, nem são as discordias tão pesadas como foram em outro tempo, e em tudo o que em mim for procurarei se cumpra a dita provisão inteiramente. Guarde Deus a catholica e Real pessoa de Vossa Magestade. De Goa a 14 de fevereiro de 1619. — O Conde de Redondo." (89)

Aos 26 de Novembro de 1670 foram ratificados os tratados de pazes celebrados em 1579 e 1635 com o rei de Sarceta:

"Saibão quantos este publico estromento de amigavel contrato e capitulação de pazes, e retificação de outros virem que no anno

(88) *Doc. remet. da India*, IV, pag. 288.

(89) *Doc. remet. da India*, IV, pag. 289.

do nascimento do nosso Senhor Jesus Christo de 1670 aos 26 dias do mez de novembro do dito anno, nesta aldea Carmalla, da jurisdicção da cidade de Damão na torre da dita aldea, estando presente o senhor Mathuas Carneiro de Souza, capitão e governador da dita cidade, e terra da sua jurisdicção por Sua Alteza, e o Rey d'Asarceta Soma de Ranna, e seus filhos Crusnadasgy, e Surata Singa, e bem assy os juizes vreadores, e mais officiaes da camara, com os fidalgos, cavalleiros, e cidadãos abaixo nomeados e assinados, e eu Andre da Mota, tabalião publico de notas, e escrivão dos feitos da fazenda de Sua Alteza da sobredita cidade, pelo dito Rey foy practicado ao senhor capitão por meo do enterprete, e paravu do dito senhor capitão e governador Simão da Teve, bramane, natural de Goa, que o Rey Rama de Ranna, seu avô, celebrara com o capitão e governador que fora desta dita cidade Fernão de Miranda de Azavedo contracto de pazes no anno de 1579, e elle dito Rey no de 1635 com o capitão e governador que foi da dita cidade Francisco de Sousa e Castro celebrara outro contrato retificando o primeiro na maneira seguinte

Saibão quantos este publico estromento de contracto e capitulações de pazes e ratificação de outro virem que no anno de nascimento do nosso Senhor Jesus Christo de 1635 annos aos doze dias do mez de março do dito anno nesta Cidade de Damão, na fortaleza della, e aposentos do senhor Francisco de Souza e Castro, capitão e governador della, e terras de sua jurisdicção por Sua Magestade, estando elle de prezente, e o Rey de Asarcete Soma de Rana e Arjunagy seu tio, e os juizes e vereadores, e mais officiaes da camara, e bem assim os fidalgos, e cavalleiros, e cidadãos abaixo nomeados, e assinados, e eu Francisco de Serpa, tabalião publico das notas e escrivão dos feitos da fazenda de Sua Magestade da dita cidade, pelo dito Rey foi practicado ao senhor capitão por meyo do interprete e lingua Mangogy Sinay, bramane, que o Rey Rama de Rana, seu avô celebrara com o capitão Fernão de Miranda de Azavedo contrato de pazes no anno de 1579, e nelle se relatarão os capitulos dellas para se haverem de guardar e cumprir inteiramente, e por quanto se continuou, no dito contracto pelos Reis que lhe socederão, elle quer continualo e reterficalo ainda com mais ampliação, em serviço de Sua Magestade, por verificar ser seu vassallo leal,

celebra ora este segundo contracto, pelo qual disse que ratifica o primeiro em tudo nelle resumido, e repete neste as capitulações daquelle, com mais algumas couzas de muito momento, e declarações na maneira seguinte :

1. Principal e primeiramente disse que o chouto, que elle hade arrecadar, que lhe pagão as aldeas destas terras, sitas nas seis Praganas, a saber, Puary, Calana, Naer, Lauassa, Sangens, e Bara como nas mais Tanadarias de Trapor e Mahym, serão a dezasete por cento, e isto nas Praganãs das terras desta fortaleza, que são as sobreditas seis e de Mahym, e na de Trapor a catorze por cento, como se assentou no sobredito contrato, sem acrescentar, nem alterar neste dito numero mais.

2. E que não arrecadara das sobreditas aldeas, e seus curumbins e foreiros nenhuma pensão, nem costume, porque todas vão incluidas nos ditos dezasete, catorze, e doze e meio por cento, e somente haverá o dinheiro dos gracias sorretores (sic) palmeiras, tanques, e hortas, de que estiver de posse, a qual arrecadação fará do modo que thé agora se fez, sem inovar nada alem do que está em costume, assym do tempo dos mouros, como depois que as terras são da Real Coroa.

3. E que as recadações dos choutos, estas e outras se hão de fazer nesta cidade, e em suas Tanadarias e não pelas aldeas, tudo por junto, no mez de outubro em cada anno. E posto que no primeiro contrato esteja a arrecadação seja em dous coarteis, hum em agosto, e outro em outubro, se não usou delle a pagarem em agosto, assim pelos foreiros neste tempo do anno não terem possibilidade, como por então serem mui occupados os curumbins na muda (sic) do bate da novidade que hade vir.

4. Que chegado o tempo das arrecadações do dito chouto elle dito Rey mandara a esta dita cidade o seu Pardane e recebedor pera as fazer, e receber o dinheiro dellas e dandose comprimento á ordem que se tem de presente nisso, que he dos senhores V. Reys, se elegerão duas pessoas nobres, e de boa consciencia para serem juizes do dito chouto ; huma nomeará de vareação pellos officiaes della, entervindo com elles homens que andarem no governo a camara que he o que hade ser juiz por parte da cidade e foreiros della, e elle Rey, ou seu recebedor com sua comissão e autoridade,

elegera outra pessoa por juiz de sua parte, e ambos os juizes serão pessoas, com que não haja suspeição

5 E os ditos juizes mandarão lançar pregão que todos os Pateis, curumbins, e em falta delles os foreiros venhão em termo de vinte dias fazer e pagar seus choutos, e não vindo, mandarão a custa dos mesmos Pateis e foreiros, que não acudirem no dito limite, fazer todas as diligencias necessarias a bem da arrecadação, assim nesta cidade, como nas proprias aldeas, fazendo que com effeito dem satisfação a tudo o que deverem do dito chouto, e pera o receber tera elle Rey nesta cidade seu recebedor, e qual tera cumprido poder e chapa para fazer malvazar, e arrecadar, e dar quietações por nivaros e cada hum dos Pateis e foreiros da quantia que delles receberem assinado pelo dito recebedor e juizes de chouto, e chapado com a chapa real do dito Rey

6 E que se ao fazer do chouto e mal vazar do pagamento delle, ouver algum foreiro, ou outra pessoa dos que pagão chouto a elle dito Rey, que lhe negue e verdade do que delle deve conforme a este contracto, e outro primeiro, lhe pagara quatro por hum e que se ele Rei, ou seu recebedor arrecadar mais do que lhe vier e couber verdadeiramente do dito chouto, outrosim pagara quatro por um a pessoa de quem o arrecadar

7 E das aldeas, que elle Rey traz de arrendamento da Pragaña Bara e das mais que lhe arrendarem daqui em diante segurara as rendas dellas a seus foreiros, com os choutos, que tem, e arrecada das aldeas destas terras conforme as escripturas dos arrendamentos, que são feitos, e se fizerem e na conformidade delles dara sempre inteira satisfação, e havendo algumas differenças sobre as mesmas aldeas, ou nellas, não darão nas ditas aldeas os Portuguezes sem outra gente delles, nem as queimarão, nem destruirão, e isto sob condição, e declaração que não metera, nem terra nellas elle Rey nem outras pessoas do seu reino gente alguma de peleja nem de guerra, de cavallo ou de pé, mas somente estarão com os curumbins e naturaes que as lavram e grangeam.

8 E que os furtos que ouver, e se fizerem nestas terras e aldeas dellas do grado, carretas, gente, feto, e de outra qualquer coisa que seja pella terras d'elle dito Rey, ou que sua propria gente faça nas ditas aldeas, elle será obrigado a entregar os ladrões que a quelles

roubos fizerem, pera se lhes dar o castigo que elles merecerem, e isto não lho dando elle, sendo seus vassallos, no rigor, que a culpa e latrocino merecerem, e será tal que fique satisfeito delle o dito senhor capitão, e os mais capitães que lhe socederem; e não no fazendo assim será obrigado a todas as perdas, e danos que dos ditos furtos resultarem, e a satisfazer as partes danificadas pelos ditos choutos, que a isso obriga, e o mesmo fará o dito senhor capitão a elle Rey quando das nossas terras lhe for feito damno nas suas, sem haver para elle causa.

9. E nenhũs piães delle dito Rey nem de outra pessoa do seu reino hirão pellas aldeas destas terras de Damão a fazer arrecadação nem outra cousa, sem mandado e licença do senhor capitão, e sendo para a arrecadação do chouto, dos juizes delle, e se forem sem ella achados, sejam presos e captivos pera as galés deste Estado, e as pazes por isto quebradas.

10. E será elle Rey obrigado de não faltar na obrigação em que esta pelo Rey seu avô Rumo de Rana, e continuada pellos mais Reys seus successores, e pelo pay delle Rey no reino de Asarcete, conforme o contracto já dito do capitão Fernão de Miranda de Azevedo, e de novo por este segundo contracto, e firma de pazes, que ora faz, por que fica prometendo verdadeira e limpa amizade com este Estado e cidade de Damão, e todas as terras de sua jurisdição.

11. E não se achará por si, nem por seus capitães ou gente em companhia de nenhum guerreador inimigo, que com esta dita cidade e as ditas terras tenha guerra nem o favorecera ajudara, nem lhe dera por modo algum acolhimento nos lugares do seu reino.

12. E promete outrosim todas as vezes que seja chamado em ocasiões de guerra que o peça pelos senhores capitães e governadores desta fortaleza, acodir e servir a Sua Magestade.

13. E querendo El Rey mover guerras a seus inimigos, dará disso primeiro conta ao senhor capitão pera ver se he justa e sendo; o ajudar e favorecer nella, como o fará sendo necessario, contra o Colle, na conformidade das provisões dos senhores ministros conselheiros.

14. E que tambem o mesmo senhor capitão, e os mais senhores depois delle guardarão e cumprirão a elle Rey todas as provisões, que são passadas pelos senhores V. Rey e pelos ditos senhores

ministros conselheiros, enviados pelo senhor Conde V Rey, que ao presente he

15 E todos os escravos, e escravas que estiverem fugidos nas terras d'elle Rey, dos moradores desta cidade ■ sua jurisdição, e assim de todos os mais Portuguezes e os que daqui em diante fugirem pera la se obriga a entregar a seus dono, sendo lhe pedidos

16 E assim mais se obriga elle dito Rey a entregar todos os curumbins, e seus servidores, a alas, que aldeas destas terras do Damão ■ sua jurisdição fugirem, sendo dellas naturaes e obrigatórios, ■ se passarem pera as d'elle, e os que nella estiverem passante oito ■ dez annos ■ mais querendo se vir voluntariamente para as aldeas de que forem naturaes, o poderão fazer sem serem impedidos pelo dito Rey, nem forçados a tornarem se para la, nem tera acção direito nenhum delles, e o mesmo se cumprira, e usara nos curumbins e seus servidores, e elas, que vieram de suas terras pera estas, se entregarao a elle dito Rey

E todos os capitulos contheudos, e tudo ■ mais relatado neste contrato prometeo e se obrigou o dito Rey, e o dito Arjunagy, seu thio, cumprirem firmemente, e sem duvida nem falta alguma, por si ■ seus filhos, parentes, e vassallos, em maneira que as pazes contratadas, e firmadas, fiquem e sejam perpetuas ■ as amizades dellas leaes ■ verdadeiras, sem em tempo algum se mudarem, nem quebrarem

E pelo dito senhor capitao foi respondido ao dito Rey que elle em nome de Sua Magestade, ■ do senhor Conde V Rey acceita este contrato de pazes assim, e na forma nelle relatado, ■ a rectificação feita do outro primeiro contracto, havendo o o dito senhor V Rey por bem, ou o Principe que governar este Estado, e promete e se obriga de sua parte guarda lo e cumpri lo em tudo ■ por tudo o nelle contheudo, ■ pera firmeza de verdade mandou a mim dito tableleao fizesse este estromento, no qual os ditos senhor capitão, e Rey Soma de Rama, e Arjunagy, seu thio se assinarao, e os vereadores Joao Pereira de Almeida, vereador da vara, e Fernão Coadrado de Almada, e os juizes Francisco Dias Cerveira e Manoel Carvalho de Almeida e o procurador da cidade Manoel Pequeno e o escravo da camara Carlos Botelho e as testemunhas presentes

Gonçalo Pereira de Souza, fidalgo da caza de Sua Magestade e Antonio de Barros, viuvo, cidadão desta dita cidade, e bem assim se assinou o dito interprete Mangogy Sinay, e eu dito Tabalião que o escrevi. — *Francisco de Sousa de Castro* — Chapa real do Rey — *Antonio de Barros* — Sinal de Arjunagy — *Fernão Coz. lrado de Almeida* — *João Pereira de Almeida* — *Manuel Carvalho de Almeida* — *Francisco Dias Cerveira* — *Manoel Pequeno* — *Carlos Botelho* — *Gonçalo Pereira de Sousa* — *Mangogy Sinay*.

E por quanto elle dito Rey Soma de Rana continua com a dita paz athé o presente agora desejoso de se unir com maiores vinculos de amizade com este estado, e em particular com a cidade de Damão e terras de sua jurisdição, e por verificar ser vassallo de Sua Alteza, que Deos guarde, disse elle dito Rey de Asarceta que havia por retificados, e de novo retificados, e de novo retificava os dous contratos primeiros feitos pelos Rey Ramo de Ranna seu avó, e elle dito Rey Soma de Rana com os capitães e governadores que forão desta dita cidade Fernão de Miranda de Azevedo, e Francisco de Sousa de Castro, e se obriga de novo aguarda-los na forma e maneira, em que estão; e agora acrescenta de novo com o senhor capitão e governador Mathias Carneiro de Sousa este contrato com mais ampliação outras addições e clausulas de huma e outra parte mais convenientes ao serviço de Sua Alteza, e utilidade destas terras como as de Ramanaguel.

1. Primeiramente que quanto ao assentado n.º 1.º 2.º 3.º 4.º 5.º 6.º e 7.º capitulos do contrato acima referido com Francisco de Sousa de Castro, ficão em seu inteiro vigor pera dar inteiro comprimento sem se acrescentar nem diminuir couza alguma.

2. Que quanto ao 8.º capitulo do dito contrato, em que diz o dito Rey de Asarceta Soma de Ranna, que os furtos que ouver e se fizerem nestas terras de Damão, de gado, carretas, e gente, fica em seu vigor, accrescentando porem o dito Rey agora de novo que os ladrões, que fizerem semelhantes furtos nas ditas terras, será elle dito Rey obrigado a lhes mandar logo cortar as cabeças, mandando restituir a seus donos o furto que tiverem feito, e não o fazendo assim, será tido por inimigo do estado, por quebrantador da paz, e tratado por tal.

3. Quanto ao 9.º 10.º e 11.º capitulos do contrato do Capitão

Francisco de Sousa de Castro, ficão em seu inteiro vigor na mesma forma capitulada

4 Quanto ao dozeno capitolo do dito contrato do dito capitão Francisco de Sousa de Castro, em que diz ■ Rey de Asarceta que promete todas as vezes que seja chamado em occasião de guerra o que o peça, pelos senhores capitães e governadores etc acrescentou ■ dito Rey de mais prometendo ao senhor capitão e governador Mathias Carneiro de Sousa, debaixo de sua palavra real, que particularmente ficava obrigado como de feito se obrigou por este contrato, a ajudar ■ dito senhor capitão e governador com todo ■ seu poder e gente de armas de suas terras, de pé e de cavallo, ao menos quinhentos homens de espingardas, ■ sessenta de cavallo e mil Biles contra o inimigo Colle, a quem neste presente tempo determina fazer guerra por justas considerações do serviço de Sua Alteza, e ordens repetidas que tem dos senhores governadores o dito senhor capitão ■ governador, que todas comunicou ao dito Rey de Asarceta Soma de Ranna, o qual ficou obrigado a acodir com a sobredita gente de guerra no tempo que o dito senhor capitão e governador lhe fizer aviso pera o dito intento, sem para isto ter ■ dito Rey de Asarceta rezão alguma que encontre a esta resolução, porque desdo agora fica avisado pera a refenda guerra pelo dito senhor capitão ■ governador, e em caso que por parte do dito Rey de Asarceta aja alguma falta neste contrato, ou demora que impossibilite o intento assentado, no tempo que o dito senhor capitão e governador pera isso enleger, por esta causa sera tudo por quebrantador da paz, e inimigo declarado do estado, e como tal ficará perdendo o direito, que tem a cobrança do chouto das terras da jurisdição de Damão, conforme a ordem que n dito senhor capitão e governador pera isso tem dos senhores governadores, que já fizera presente ao dito Rey de Asarceta Soma de Ranna e outrosy declarou o dito Rey que a sobredita gente de armas, de pe e de cavallo, que está obrigado a mandar pera á dita guerra, ficara toda a ordem do dito senhor capitão ■ governador, ou hundo em sua companhia, ou mandando, pessoa sua pera a governar, e antes disso elle dito Rey se mandou a mandar pera a dita cidade de Damão hum não sei, que não em refens, como he estulo

5 E quanto aos 13 e 14 capitulos do contrato, de não sei

capitão e governador que foi Francisco de Sousa de Castro, ficão estabelecidos na mesma forma em que estão.

6. E quanto ao capitulo 15 do dito contrato feito com o dito capitão e governador que foi Francisco de Sousa de Castro, em que elle dito Rey está obrigado a entregar todos os escravos e escravas cativos a seus donos, dos moradores da dita cidade de Damão, disse que este capitulo em todo de novo o ratifica o dito Rey, e se obrigava que em caso que elle Rey, ou seus sucessores não entregassem os escravos fugidos, sendo-lhes pedidos por seus donos, se obrigava a pagar a justa valia delles, justificando seus donos estarem nas terras delle dito Rey, cujos preços poderão haver nos seus choutos e sendo caso que os ditos escravos se tornem para as nossas terras depois de o Rey satisfazer a sua justa valia a seus donos, ficarão livres por serem christãos.

7. E quanto ao capitulo 16 do contrato já dito com o dito capitão e governador que foi Francisco de Sousa de Couto, disse o dito Rey que ficava estabelecido na mesma forma, em que está.

E porque este terceiro contrato de paz celebrado entre o dito Rey de Asarceta Soma de Rana e o senhor capitão e governador Mathias Carneiro de Sousa, e pera maior união das terras e gente de Damão e Ramanaguel, assentarão de novo o dito senhor capitão e governador, e o dito Rey que todos os mercadores de nossas terras livre e desimpedidamente poderão entrar nas terras do dito Rey a venderem e comprarem toda a sorte de mantimento, gado, ferro, e outras drogas, que se acha nas suas terras, sem pera isso poderem ser impedidos do dito Rey e de sua gente em seus passos e caminhos porque da mesma sorte se use nas nossas terras com sua gente, e se usará daqui em diante com a mesma correspondencia.

E porque a união, que se acha hoje em o Rey de Asarceta e as terras de Damão e Baçaim, he tão grande, que vem a ser o mesmo Damão e Ramanaguel e Baçaim que huma só cousa em amor e amizade desejoso o senhor capitão e governador Mathias Carneiro de Sousa corresponder ao dito Rey de Asarceta, acima em seu nome, e dos vereadores e mais officiaes da camara desta dita cidade os capitulos, que pelo dito Rey de Asarceta forão apresentados ao dito senhor capitão e governador, o qual se obriga por si e pelos senhores capitães e governadores que socederem, aos guar-

darem, e darem inteiro comprimento os quaes capitulos são os seguintes

1 Primeiramente que as sentenças que hande dar os juizes nas duvidas que se offerecerem sobre o chouto do dito Rey, fara elle dito senhor capitão e governador que guardando se toda a justiça, não fique ao dito Rey queixa alguma, mandando tambem arrecadar todo o chouto, que directamente lhe pertencer, pagas as rendas, no que o dito senhor capitão e governador se haverá como particular amigo do dito Rey

2 Sendo pois esta amizade entre o Rey de Asarceta com a cidade de Damão e suas terras tão unida, e agora com novos empenhos avantajada, pode succeder que a este respeito se offereça alguma desinquietação, que possa ter o Reino de Ramanager, e seja conveniente ao dito Rey mudar se pera a cidade de Damão com sua pessoa e familia, se lhe pagara dentro na dita cidade o dito chouto assy e da maneira que o lograva estando em Ramanager, tendo porẽm elle dito Rey aquelle direito, por cuja causa se lhe paga o chouto

3 E porque em algum tempo pela mesma causa se pode offerecer alguma guerra, que obrigue ao dito Rey a se recolher na dita cidade de Damão, sera recebido do capitão e cidade com todo o amor e amizade, dando-se lhe para sua morada huma cazas sobre-dadas capazes pera recolher sua familia, aonde assistira seguramente todo o tempo que lhe parecer, sem que pessoa alguma da dita cidade possa entender com cousa sua, nem offender a sua gente, e quando o dito Rey queira sair da dita cidade pera a parte que lhe parecer, não sera impedido, antes o fara livremente, e sendo caso que por sua assistencia na dita cidade se mova contra ella alguma guerra, estara o dito Rey seguro, e muito bem recolhido com sua familia guardando se lhe toda a fé devida a boa amizade, pera o que se obrigou o dito senhor capitão e governador Mathias Carneiro de Souza mandar buscar huma provisão dos senhores governadores pera maior firmeza deste capitulo

4 Promete mais o dito sen' or capitão e governador de ajudar ao dito Rey de Asarceta com polvora e pelouros, e a gente que for necessario pera sua defensa, offerecendo se lhe alguma guerra con-

tra o Colle guardandose primeiro as circumstancias e clausulas do capitulo 13 do contrato celebrado com o dito capitão e governador Francisco de Souza de Castro.

5. Em caso que se ache despeso o dito Rey de Asarceta, estando nesta dita cidade pelos casos acima referidos, se lhes emprestara o dinheiro, que lhe for necessário para o satisfazer do seu chouto, o qual se obriga a esta satisfação.

6. E tendo alguma desinquietação o dito Rey dos ladrões e fordrigueiros Billes, se lhe dará toda e ajuda e favor, como amigo desta fortaleza, e suas terras.

7. Que os enviados do dito Rey de Asarceta assistentes em Damão estarão seguros de serem presos e avexados de pessoa alguma de qualquer calidade que seja, guardando o seguro real passado em favor do dito Rey e sua gente.

8. E pello dito Rey de Asarceta Soma de Rana foi dito por meio do seu lingoa Ganes Paravú que se obrigava a guardar e dar inteiro comprimento a todos os capitulos, e tudo o mais relatado neste contrato firmemente sem duvida nem falta alguma, per si, e por seus filhos e successores, parentes e vassallos, em maneira que as pazes contratadas, firmadas, e retificadas fiquem e sejam perpetuas, e as amizades dellas leais e verdadeiras, sem em tempo algum se mudarem e quebrarem.

9. E logo pelo dito senhor capitão e governador Mathias Carneiro de Sousa foi respondido ao dito Rey que elle em nome de Sua Alteza, e dos senhores governadores aceita este contrato de pazes assim e na forma nelle relatada e a retificação de outros contratos feitos com os ditos capitães e governadores Fernão de Miranda de Azavedo, e Francisco de Sousa de Castro, avendo os ditos senhores governadores por bem, ou o Principe que o governador este estando, e promette e se obriga da sua parte guardalo e cumprilo em todo e por tudo o nelle conteudo e pera a firmeza da verdade mandou a mim dito tabelião fizesse este estromento, no qual o dito senhor capitão e governador Mathias Carneiro de Sousa, e Rey e Asarceta Soma de Ranna, e os Principes seus filhos Crusnadasgy e Surata Singa se assinarão, e com o genro do dito Rey Crusnadar Bagul e seu sobrinho Gobagi Bagul, e seu Pardane e recebedor Baigi, e o Pardane Dabir Ganes, e o seu lingoa Ganes Pa-

ravu, e bem assim os vereadores, e mais officiaes da camara, a saber os vereadores Manoel de Moura Rolim, e Nicoláo de Leão, e os juizes João Gomes Garcez e Domingos de Brito da Silva, ■ ■ procurador da cidade Francisco Teixeira, ■ ■ escrivão da camara Antonio Mourão Coutinho da Silva, fidalgo da casa de Sua Alteza capitão ■ governador que foi da dita cidade, e Manoel de Barros, capitão mór do campo, e Bento Teixeira de Figueiredo, cavalleiro professo da ordem de nosso Senhor Jesus Christo, e os cidadãos Luis Carneiro da Almada, e Jorge Martins da Maya, ■ Antonio Peixoto da Silva, ■ Manoel de Sousa de Vasconcellos, e Antonio Lopes Aljofarinho, e o dito interprete ■ Paravú do dito senhor capitão Simão de Teive, que tudo lhe declarou ao dito Rey, e aos seus filhos d'elle ■ parentes seus, ■ gente d'elle aqui nomeados e declarados, ■ eu dito tabalhão que o escrevi, e tudo lhe declarou na lingua da terra, e o escrevi, e declaro que se não assinou o dito Manoel Cirne Tabalhão que o escrevi, nem se assinou o dito Jorge Martins da Maya, e o escrevi — *Mathias Carneiro de Sousa* — Chirpa real do Rey — Sinal do Prince pe *Surata Siiga* — Sinal do Prince. pe *Crusna Dangi* — Sinal de genero d ElRey *Crusnadas Bajul* — Sinal de *Gebagi Bagul* — Sinal de *Condagi Pardano* — Sinal de *Baiji Pardano* — Sinal de *Ganesji Dabir* — *Manol de Moura Rolim* — *Nicoláo de Leão* — *João Gomes Grates* — *Francisco Teixeira* — *Domingos de Brito da Silva* — *Antonio Mourão Coutinho* — *Manoel de Barros* — *Bento Teixeira de Figueiredo* — *Luis Carneiro da Almada* — *Antonio Peixoto da Silva* — *Manoel de Sousa de Vasconcellos* — *Antonio Lopes Aljofarinho* — *Simão de Teive* — *Ganes Paravú* ■

A qual escritura de contrato de pazes aqui vai tresladada do proprio livro de minhas notas adonde esta lançado, e assinado pelas partes e testemunhas, bem e fielmente, sem elle acrescentar nem diminuir, entrelinha e erraduras, riscado nem cousa que duvide, salvo na quinta lauda humas entrelinhas que esta por cima da primeira regra, e diz — *fição* — e ali mais abaixo tres letras emendadas que diz — *das* — que se fez por fazer verdade Pagou nada Eu Andre de Vota sobredito tabalhão o fiz escreuer, e sobcrevi, e me assinei do meu publico sinal, que tal he como se segue

(logar do «sinal publico»)“ (*)

O viajante francês Carré testemunha as negociações entabuladas por Sivagi com o govêrno de Damão para se lhe pagar o *chouto* que pertencia em 1671 ao Choutea :

“ Je passy par Daman, place qui appartient aux Portugais, dans le tems que ces choses se passaient. Sevagy qui avait compris qu'un des principaux secours que ces Rois des costes de Guzerate qu'il venait de vaincre avaient pour soutenir leur Etat consistoit dans les contributions des Portugais voulut les conserver à ses Gouverneurs, sur le pretexte qu'ils donneraient leurs soins à empêcher les brigandages que ceux du païs avaient accoutumé de faire. Il envoya donc une Ambassade à Daman... Le bruit courut aussitôt dans Daman que l'armée de Sevagy marchoit contre la ville : & ce bruit soutenu de celui de ses derniers conquêtes, y jetta le trouble à un point, que les habitans nesça voient à quoi se déterminer.

Le Conseil s'assemble à l'instant chez le Gouverneur : et dans l'opinion que l'on avait que Sevagy envoyoit demander les Rois, à qui les Portugais avaient donné un azite, les uns furent d'avis de les rendre, contre la fois des traités faits avec eux; les autres plus honnêtes gens mais aussi peu braves que les premiers, disaient qu'il falloit les embarquer avec tout ce qu'on avait plus précieux et prendre la fuite ; qu'aussi bien n'éviterait on jamais la puissance de Sevagy, devant qui tout l'Orient tremblait ; il y en eut qui voulaient qu'on se defendit fierement et qu'à l'approche des troupes on remplît les postes de gardes avancées, et que l'on fist paroître sur les fortifications des soldats qui feraient voir à l'ennemi une contenance assurée.

On sortit du Conseil sans avoir rien resolu ; ainsi chacun agissant selon qu'il avait opiné, le port se trouva en un moment rempli d'hommes qui travaillaient a embarquer leurs meilleurs effets; les autres s'empressaient á remuer les canons et les pièces d'artillerie : je m'attachai à suivre un des principaux officiers, pour mieux reconnaître les forces des Portugais dans cette place. Tout était dans un desordre extreme. Les canons se trouverent démontés pour la plus part, ou embarassez dans des brossailles, dont plusieurs chevaux n'eussent pas pû les tirer. Les murs étaient très

faibles ou détruits dans les guerres precedentes et les habitans desacoutumés de combattre n'avaient chez eux ni poudre ni plomb Ils coururent en foule au chateau il n'y en avait pas pour *un tiers de ceux qui en demandaient et le desordre croissait à mesure que l'on s'appercevait du mauvais état de la place* Cependant l'armée pretendue de Sevagy s'avançoit et déjà l'Ambassadeur avec toute l'escorte s'était arrêté à la tête d'un du faux bourgs demandant qu'on luy ouvrit les portes On était bien éloigné de la faire car la crainte ayant reuni tout le monde dans le même avis on ne songeait de toutes parts qu'à se fortifier L'Ambassadeur s'apperçut au refus que l'on fit de le laisser entrer, que la ville au bruit de sa venue avait pris les armes & croyoit en sa personne voir Sevagy lui même Il envoya sur le champ un Trompette dire au commandant qu'il ne venait point comme ennemi ni pour faire aucune insulte aux Portugais qu'il avait quelques paroles à porter au Gouverneur de la part de Sevagy qui voulait vivre avec eux en bonne intelligence, et qu'il demandait à lui parler Le Gouverneur reçut l'Ambassadeur et dans la crainte où il était, il accorda tout ce qu'on lui demanda au regard des sommes que les Portugais avaient accoutumé de payer, pour s'épargner les insultes qu'autrement leurs voisins n'eussent pas manquer de leur faire description de Daman que je vais faire ayant pris soin d'observer toutes choses et ayant passé une partie l'année 1671 pour sa structure elle, ressemble tout à fait à nos villes d'Europe Elle est défendue par une forte muraille qui peut avoir douze à quinze pieds d'épaisseur et fortifiée de tout ce que l'art des Ingenieurs a inventé pour mettre les places en sûreté Autrefois les fosses qui sont fort profonds se remplissaient des eaux de la mer que les écluses y conduisaient mais comme elles demandaient toute l'attention et tout le soin des Magistrates pour être tenues en bon état, elles se sont ruinées peu à peu et aujourd'hui elles sont entièrement inutiles Les rues sont larges et tirées au cordeau avec quatre portes principales qui se regardent Il y a de belles maisons et des Eglises dont la hauteur et la figure rendent l'aspect de la ville fort agreable du côté de la mer Le port n'en est pas le moindre ornement

La ville avait anciennement plus de deux cents villages

dont elle tirait de grosses contributions avec les choses dont on a besoin pour se nourrir ; et l'abondance était telle, que les Eglises touchaient par an plus de cent mille écus d'aumône : mais ce tems n'est plus ; les habitans en sont gueux et les villages à peine ont ils de quoi vivre : et tout ce que peut faire le Gouverneur c'est d'en retirer de quoi entretenir sa maison et soutenir, quoi que faiblement, l'éclat de la place. C'est une chose qui fait pitié de songer à quelle mediocrité est reduite une ville qui a été plus, d'une fois en état de mepriser les efforts du Mogol et d'arrêter toute la puissance des armes nombreuses qu'il a envoyés pour la soumettre. Le commerce y fleurissait alors comme dans Surate, et il n'y avait que tres peu de villes qui eût avec plus de biens en plus grand nombre d'habitants. La negligence des Portugais et les divers changements, de Gouverneurs joints à la haine des nations voisines ont été la cause de cette decadence. Les Portugais furent heureux que Sevagy n'eût pas ordonné à ses troupes de la prendre et de piller ; ce qui lui eût été aussi facile que le sac de Surate qui lui avait si peu coûté : mais il n'en voulait pas aux Portugais et il voulait qu'ils servissent de ce côté là de bornes à ses États." (91)

Os seguintes documentos versam sobre as negociações de Sivaji com o Govêrno da Índia concernentes ao pagamento do *chouto* pelos forçeiros de Damão:

"P.^a Siuagi Raze

Pitambara Sinay inuiado de V. S. me deu hũ memorial sobre certos negocios que diz tinhão hũas cartas que entregara ao V. Rey meu antecessor de q̃ lhe não dera reposta naquelle tempo por se achar cõ algũas occupações ; e logo mandei fazer dilligencia por ellas na Secretaria e fico de averigoar os particulares de que tratão para diferir a V. S. e agora me entregou o dito inuiado cartas de V. S. de q̃ fis m.^{ta} estimação em q̃ V. S. me significa o contentamento q̃ teue de minha vinda participando me de suas boas novas, e dos progreços de suas Armas q̃ m.^{to} festejei porque

(91) Carré — *Voyage des Indes Orientales* — Paris — 1699 — t. II, pag. 27.

assy o mereçe a boa amizade que V S sempre teue com este Est do e pode V S certificarse que ha de continuar nella sem faltar da minha parte na boa correspondencia que entre nós deve haver como o Principe meu sor me recomendou e quanto ao que V S me pede que mande escrever aos capitães das Fortalezas de Baçay, e Damão que pagè a V S o chouto que sempre se pagou ao choutia por V S estar empoçado nas suas terras, ordeno aos ditos capitães me informassem q̃ nisto ha feito e a noticia que ategora tenho deste negocio por ser vindo de poucos dias, e com sua reposta avizarey a V S para que mande pessoa com seus poderes para se fazer este ajustam^{to} com os outros q̃ eu nomear, vendo se as condições do contracto com q̃ foi erigido o dito chouto, e condições com que se concedeo, useia V S certo q̃ constante q̃ V S esta absoluto sôr das ditas terras nao houera duvida em se pagar a V S o q̃ ao dito choutia se pagaua, e sobre o mais q̃ V S me dis na sua carta adurto a V S que os Portuguezes sao melhores para amigos do q̃ para inimigos, e como V S he tao prudente deue conciderar estas materias com toda atençao pera que entre nos se conserue, e va em augmento a nossa amizade, e sempre V S achara em my hum fiel amigo

Deos alumie a pessoa de V S em sua graça

Goa 10 de Janeiro de 1678

Dom P.^o de Almeida " (12)

" P.^o Moro Pandito Pessuna e Pradana de Siuagi

Recebi a carta de V M que me entregou Pitambara Sinay enviado do Siuagi raze em q̃ V M me da os parabens de minha chegada a este gouerno de q̃ fico m^{to} obrigado a V M festejando tambem suas nouas, e as q̃ me refere dos bons sucessos dessas Armas, porq̃ lhe desejo grandes felecidades, e espero vão em augmento, e na mesma forma a nossa amizade q̃ da minha parte heide procurar conseruar como o Principe meu S^{or} me recomendou

Na dita carta me pede V M mande escrever ao General das partes do Norte e aos Capitaes das fortalezas de Damão, e Baçaim entreguem a V M o dr.^o do chouto q̃ se pagava a El Rey choutia p' q̃^{to} seu s^{or} siuagi estaua empossado das suas tr^{as}, e q̃ ja sobre este neg.^o escreuera no gouerno passado de q̃ nao tiuera reposta e

(12) *L.^a dos Reis Portuguezes* n.^o 3, fls 3

mandando fazer dilig.^a na Secretr. pellas cartas e acharam duas em
 q̃ V. M. pedia o mesmo chouto e a todos respondõ a V. M. nã
 todo que como seu vindo de poucos dias não tenho noticia destas
 materias e pera poder deferir a V. M. mando escreuer ao dito Ge-
 neral e Capitães das ditas fortz.^{as} q̃ me informão do q̃ ha neste par-
 ticular e contanto q̃ Siuagi Raze esta s.^{or} absoluto das tr.^{as} do dito
 choutia lhe fazey auizo, para q̃ mande p' sua parte pessoa de con-
 fiança com poderes necessarios pera se fazer este ajustam.^{to} cõ
 os Ministros que eu nomear averiguandose equid.^e, e origem do
 dito chouto e as obrigações cõ q̃ se concedeu, e nesta conformid.^e
 respondo a Siuagi Rage de que tiue agora duas cartas q̃ me entre-
 gou dito seu enviado em q̃ me falla no dito souto, e cõ toda a bre-
 uid. viram as ditas repostas. Tambem diz V. M. em hũa das suas
 cartas escritas ao Gouerno passado q̃ os rendr.^{os} dos mandovis da
 cidade de Baçay, e a de Damão pedião direitos dos barcos de
 mantim.^{tos} q̃ passauão das nossas terr.^{as} para essas; e q̃ o Rendr.^o
 de Bacay os cobrara de hũ barco do dito mantim.^{to} pedindo V. M.
 q̃ se ordenasse ao dito Rendeiro restituirce os ditos direitos e o q̃ se
 não cobrassẽ mais da.....

.....
 que os Portugueses são melhores para amigos do q̃ p' o inimigos
 ambas as partes nos tratemos reciprocamente com toda a firmeza,
 e p..... nos haja occasiões de desunião pois sempre nos con-
 seruamos cõ..... e assy ordeno a todos os capitães das tr.^{as} des-
 te Estado tenham toda a boa ..pondencia cõ V. M. e os subedares
 destas trr.^{as} fazendo boa vezinhança.... mesma esperõ q̃ V. M. e os
 ditos subedares fação as Nossas para q̃ não haja escandalo, nem a-
 grau de nenhũa parte, antes va em aumento esta nossa amizade.
 Nosso S.^{or} ett. Goa 12 de Jan.^o de 1678.

Dom P.^{ro} de Almeida" (93)

" P.^a Pitambara Sinay

As cartas que Pitambara Sinay me escreueo e ao Il.^{mo} S.^{or}
 Arcebispo Primas que Ds tem, recebemos nas quaes me representou
 que vindo a esta Cidade sobre a pretensão do pagam.^{to} do chouto
 das terras de Damão, que se pagaua ao Rey choutia, lhe dísirira o

V Rey Dom Pedro dalmeida, que mandana tomar informação do Capitão geral do norte e do da fortaleza de Damão do que nisto haui, e que unido a dita informação auizaria a Siuagi raze, para mandar pessoa com seus poderes, que ajustasse este negocio com os ditos Capitães, vendoce as condições com que fora criado o dito chouto, e que por não hir o dito auizo, se tinha dilatado, a resolução, que esperaua, ao que respondo, que acauza da dita dilação nasceo de se embarcar pera Mossambique o dito V Rey pella qual razão se discuidarão os ditos capitães de mandar a informação que lhes pedio, com que não foi possivel fazer o dito auizo a Siuagi raze, e posto que esta materia me não toca, nã conuem fazer sabedor della, p' que este estado não he tributario a nenhu rey vesinho, com tudo como desejo conservar toda a boa paz, e amizade com Siuagi dissimulo e me faço desentendido da informação que me derão os ditos capitães, da qual consta, que a origem do dito chouto procedeo da conuenção que os Vazadares das Aldeas daquelle districto de Damão fizerão de seu moto proprio com El Rey choutia, sem darem noticia disso aos V Reys, e Gou^orn^o passados para evitarem os danos e roubos, que seus vassallos fazião nas ditas aldeas, de que se celebrou hũ contracto com varias condições que se praticaua entre hũs e outros e nesta conformid^e não tenho duvida a que se pague o dito chouto, a siuagi raze, como se pagaua El-Rey choutia pois me certifica nas suas cartas que está de posse de seu reino, e p^a se ajustar este negocio pode Pitambara Sinay auizar a Siuagi Raze que mande por sua parte a pessoa que lhe parecer com seus poderes, p^a que conferindo com o capitão da fortaleza de Damão a quem escreuo sôbre este particular, vendoce as condições com que os Vazadares das ditas Aldeas se sugestarão a pagar o dito chouto, se cometa o conhecim^{to} desta cauza aos Juizes deputados della, que costumavã conhecer das causas tocantes ao mesmo chouto, p^a que avizados os ditos Vazadares, se tome final determinação neste negocio, como for justiça com que Siuagi raze ficara entendendo que não falto de minha parte em dezejar ver concluida esta sua pretensão para que a nossa amizade va em gr^{da} augmento nosso s^o et tc.

Goa 12 do Julho de 678

Antonio Paes de Sande " (11)

(94) *L. dos Reis Vizinhos* n.º 3, fls 12 v.

“P.^o Siuagi Raze

Reçeby a de V. S. que entregou Ganeça Chaty, sobre se mandar pagar a V. S. o chouto q̃ algũas Aldeas da jurisdição de Damão pagauão ao Rey choutia, visto V. S. estar de posse daquellas terras.

Este neg.^o tratou nesta cid.^e e enviado de V. S. Pitambara Sinay com o V. Rey Dom P.^o d’Almeida, e depois de sua partida, e de hauer succedido deste gouerno procurey como amigo de V. S. se ajustasse, e q̃ para este effeito mandasse V. S. por sua parte pessoa cõ todos os poderes necessr.^{os} para se tratar a forma do pagam^{to}, e as condições delle, por q.^{to} esta contribuição q̃ fazẽ alguas Aldeas do dito Damão são cõ certas condições de parte a parte, em q̃ o estado não entra mais q̃ em permitir lhes aquella licença, o q̃ tudo se mostra da carta q̃ escrevy ao dito enviado, para a fazer prez.^{te} a V. S. de q̃ agora remeto a copia e desta; para q̃ se veja não hey faltado em couza algũa na observancia, e guarda da paz e amizade, e em dar gesto a V. S. Correndo as couzas nesta forma, se ha faltado por parte de V. S. e de seus Ministros reprezando contra a fe publica, e contra a paz, e boa amizade os barcos e faz.^{das} dos mercadores desta cid.^e q̃ vinhão de baixo da nossa bandeira de Armada do Norte, e se recolherão no rio de zamguizara, como porto de Principe Amigo, sobre q̃ escrevy a V. S. q̃ me respondeo não fora bem informado, e q̃ era mentira dizerse q̃ os barcos entrarão no seu Porto, por q̃ a Verd.^e era que os Arabios os tinhão catiuado no mar, onde V. S. não tinhão jurisdição, nem sobre os Portuguezes nem sobre os Arabios.

“Não torney a escrever a V. S. sobre esta resposta, esperando que a notoriedade do successo teria ja mostrado que tudo o que escrevy a V. S. hera verdade, e pello contrario mentira tudo o que havião informado a V. S. e q̃ nesta consideração, não so mandaria entregar os barcos faz.^{das} dos vassallos deste estado, mas q̃ haueria castigado com grande Rigor a quem se atreueo mentir a V. S. porem te agora não vejo me dá V. S. satisfação algũa, antes me escreue sobre o chouto sem fallar no de zamguizara, como sem neg.^o em q̃ não so entra intereçe mas credito, e reputação, fora facil esquecerem se delle os Portuguezes.

Chame V. S. todos os gentios das embarcações e os mesmos Arabios, e saberá o successo verdadeiro de sete barcos Arabios cõ

que pelejarao duas fragatas nossas, fogirao q tro tao destroçados, q mandando em sua busca algũas fragatas p todo o sul se não acharao nouas delles e os tres que tão bem ficarao maltratados da peleja, não tiuerão outro remedio mais que valerense do rio e porto de V. S. aonde ja la estauão os barcos dos mercadores desta cidade q V. S. diz tinhão os ditos Arabios tomado no mar se estauão vitoriosos, e cõ preza de barcos, como fogirao hus para hua parte, e outros para outra V. S. he prudente, e mesmo successo mostra a veid e de tal modo q se eu quizera dar me por desentendito, não he possivel fazzello, por ser couza esta tao publica, e notoria, como todos sabem.

As embarcações dos Vassallos do estado q navegio do rio de Asolna com sal para a canra lhe saem outras dos portos de V. S. obrigandors a entrar nelles e fazerem dr tos reprezando as taes embarcações, fazendas, e pessoas resgatandosse com o dinheiro q lhe pedem os Ministros de V. S. a outras queiras q se tem dado se não da, satisfação alguma, o q se não conforma, com a paz, boa amizade e correspondencia q deue hauer entre os amigos vizinhos, e confinantes

V. S. como tão sábio, e prudente q sabe pezar as couzas para lhes dar remedio, e deue dar, mandando restituir os barcos, e fazendas delles q estão delidos em sanguiçara contra a paz e boa amizade, e para q esta va em augmento, e se tirem as duvidas, e toda a occasião de queixa de parte a parte para o adiante sera bom, depois de feita a dita restituição nomear V. S. pessoa de autoridade e inteligencia, e respeito para se assentar de noto hũa firme verdadeira, e perpetua paz, q ajustada se obseruara por parte do estado sem o obrigar a se apartar della na circumstancia alguma, nem successo prospero, nem adversos, pois como ja escrevi a V. S. os Portuguezes como não temem aos inimigos poderosos não desprezão aos amigos por serem dos e mais dura a V. S. Ganeça chatum, q como sabe alguma Portugueza sabera melhor declarar o animo e vontade q achem em si de conseruar a paz e amizade cõ V. S. Da almeida amada de V. S. em sua diuina graça.

Goa 20 de Março de 679

Antonio Dias de Almeida

O viajante francês Tavernier refere-se nestes termos ao cerco de Damão posto por Aurengzeb em 1683:

Puis que j'ai parlé de Daman, je dirai en peu de mots comme cette ville fut assiegée par Aurengzeb qui regne presentement. Plusieurs sont de ce sentiment que les Elefans sont un grand effet en guerre; ce qui est bien veritable mais non pas toujours comme l'on se l' imagine; car il arrive souvent qu'au lieu de faire du ravage dans l'armée ennemie ils se tournent contre ceux-la même qui les menent et qui en attendaient tout un autre effet, comme Aurengzeb l'éprouva, au siege de cette ville. Il y avait vingt jours qu'il était devant Daman, et il se disposa enfin à donner l'assaut un jour de Dimanche, croyant qu'à l'imitation des juifs les Chrétiens ne se defendraient point le jour de leur Sabbat. Celui que commandait dans Daman était un vieux soldat qui avait servi en France avec trois de ses fils qui étaient auprès de lui. Il y avait dans la place huit cents Gentils-hommes qu'au très braves, qui étaient venues de plusieurs lieux pour donner dans ce siege des marques de leur valeur. Car bien que l'armée du Mogol fut de plus de 40 mille hommes, Ce Prince ne pouvait empêcher qu'il n'entrât pas. Mer du secours dans Daman, parce qu'il n'a point de vaisseaux, et qu'il ne pouvait attaquer la place que par terre. Le Dimanche qu'il devait donner l'assaut le Gouverneur de Daman selon qu'il avait été arrêté au conseil de guerre, fit, dire la Messe aussitôt après moment, et ensuite fit faire une sortie de toute la Cavalerie et d'une partie de l'Infanterie, qui furent d'abord donner du côté où il y avait deux ceux Elefans. Ils jetterent quantité de feux d'artifice ce qui les épouvanta si fort dans l'obscurité de la nuit que sans avoir où ils allaient et leurs maîtres n'en pouvant venir à bout, ils se tournerent contre les assiégeans avec une telle furie, qu'en deux ou trois heurs la moitié de l'armée d'Aurengzeb fut mise en pieces et dans trois jours le siege fut levé, ce Prince depuis ce temps-la n'ayant plus voulu se jouer avec le Chrétien... (96)

A Carta Régia de 1697 resolveu as dificuldades levanta-

(96) Tavernier — *Les six voyages*. Paris — 1713, t. III, pag. 151.

das pela Inquisição quanto a execução do tratado com o Choutia.

"Conde de Villa Verde, V Rey da India, Amigo e El Rey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Havendo visto a conta que me destes das ordens que os Ministros do Santo Officio desse Estado passarão a seus Commissarios para impedirem a execução da capitulação da paz que fizestes com o Choutia em ordem á condição que se lhe poz de que, fugindo algum escravo nosso para as suas terras, seria obrigado a prendello, e entregallo, e não o fazendo, a pagar trezentos xerafins por cada hum, descontando-se-lhe no Chouto, que lhes pagamos, por se entender ser este o melhor meio para os recobrar, o que o Santo Officio mandara impedir com o pretexto de ser isto venda que se fazia dos escravos aos infieis, o que era tanto pelo contrario que só assy se podia obrigar ao dito Choutia a fazer diligencia pelos prender, por não pagar por cada escravo hum preço tão excessivo. Me pareceu dizer-vos se deve guardar inviolavelmente a referida condição que puzestes na paz, assim como se impoz nella, pela consideração que apontais, que todas se fazem dignas de attenção, e o Bispo Inquizidor geral ordena aos Inquisidores estejão pela vossa resolução, do que vos aviso para o terdes assy entendido. Escrita em Lisboa a 20 de Março 1697. — Rey — Para o Conde de Villa Verde, V. Rey da India. — O Conde de Alvor." P. (11)

Em 1699 escreveu o Vice-Rei a Chouteá:

"Das nouas que V. A. me concedeo suas por carta de 25 de outº, fiz toda a estimacão, e não menos de se haverem concluido as pazes com meyois tão uteis pº todos sem embargo de haverem tantos motivos q̃ encontravão o seu ajuste, porq̃ os vassallos de V. A. tenho por noticia, q̃ não perdem occasião de fazerem prezas nas Aldeas de Damão de que tem procedido tantas alteraçõs da guerra e o faserçe tão pouca confiança dos tratados das pas q̃ V. A. por repetidas vezes fez com os capitães daquella Praça termos, que na verdº me não podem deixar de ser extranhos por ver q̃ a palaura

R.¹ de V. A. com mais leve accidente a faze quebrar, e assy me he preciso representar lhe que heide sentir m.^{to} se falte ao tratado das capitulações q̃ novam.^{te} fes com o capitão Dom Joam Fernandes de Almeida; assy como heide estimar, q̃ V. A. tenha com elle toda a boa correspondencia, e fiel amizade, porq̃ nesta he V. A. o mais interessado, e o mais dependente, e se assy o fizer he certo me hade achar sempre com prompta vont.^e p.^a lhe não faltar em tudo aquilo q̃ de my se quizer valer; os papeis q̃ V. A. me remeteo envio nesta ocazião ao capitão da Praça de Damão p.^a q̃. vendo os e examinando o q̃ nelles se conthem haja de me informar p.^a eu poder differir a elles como foy justa e seguesse V. A. q̃ em tudo q̃ a tiuer lhe não heide faltar com ella nem com aquelle favor, q̃ sem prejuizo do terceiro lhe possa fazer. Deos alumie a V. A. em sua Divina Graça. Goa 11 de Novr.^o de 1699.

Antonio Luis glz da Cam.^{ra} Coutt.^o (98)

Em 1708 escreveu o Vice-Rei ao Chouteá:

“A carta de V. A. escrita ao S.^{or} V. Rey Caetano de Mello de Castro a quem sucedy no governo deste estado se me entregou amy e uendo o q̃ V. A. nella diz sobre os choutos q̃ deuẽ os foreiros da jurisdição de Damão me pareceo ordenar ao Cap.^m daquella Praça mande logo muy pontualmente satisfazer a V. A. tudo o q̃ se lhe escreuer a deuer e no q̃ respeita aos mais negocios pertencentes a V. A. e hande correr diante do ouu.^{er} g.¹ das ttr.^{as} do Norte lhe encarregarey difira a elles cõ iustiça e breuid.^e p.^a q̃ V. A. fique satisfeito p’ ser o q̃ mais desejo o dito ouu.^{er} g.¹ tenho agora nomeado breuem.^{te} partira daqui o q̃ não fez na Armada p’ não estar auiado estimo q̃ V. A. logre boa saude, e tiuesse a gloria de vencer a serra do Inimigo Raza mandey de q̃ lhe dou os parabens Ds alumie a V. A. em sua divina graça. Goa 31 de Janeiro de 1708.

Dom R.^o da Costa.” (99)

Em 1719 o Vice-Rei informava o Govêrno Central sôbre o Tratado celebrado com o Choutiá:

(98) *L.^o dos Reis Vizinhos* n.^o 5, fls. 16.

(99) *L.^o dos Reis Vizinhos* n.^o 7, fls. 12 v.

“Nos principios de Junho deste anno se concluiu a Paz com o Rey de Assarcelte ■ Rama naguez descontando-se na penção de dez oito mil x^{es} que annualmente lhe pagao os Forreiros das Aldeas de Damão em razão da utilidade do chouto as despesas que se fizerão na guerra que havia declarado nos fins de Dezembro antecedente restituindo as carretas, e as cabeças de Gado que o tinha rebanhado nas Aldeas mais expostas, e juntamente se obrigou a não dar passagem pelas suas terras ao Garçim e outros Regulos vesinhos e avizar ■ estado de qualquer movimento que estes fação para invadir as terras do Norte ■ constando ■ r^o faz atempo competente delle se hão de satisfazer as perdas, e damnos, e se ratificou o antigo ajuste da restituição dos Corumbins Abunhados, e Calres, alem de outro. Artigos de menos importancia A Paz pudera ser mais vantajosa se aquelle Rey estivesse em estado de cumprir outras condiçoens, mas allem de elle ainda estando em Paz ser pouco poderoso, a consideravel ruina em q^o o puzerão as frequentes entradas, saques, e o estrago q^o ultimamente fez o capp^o Mor do campo de Damão Marcos Vieira de carvalho em hũa rica Feira que todos os annos se junta não longe da corte de Fatipor, e em quinze das melhores Aldeas que lhe ficão circunvezinhas, reduzindo as a cinzas, e obrigou o dito Rey por mediação do deposite a pedir a Paz que ahe então protestava não aceitar, ainda que os Portuguezes lha offerecessem, mas ficou tão arruinado que lhe não quiz per outras condiçoens, porq^o ainda que certamente as havia assignar quaes quer que ellas fossem seria impossivel dar lhe execução, e assy para q^o estas a tivessem, e elle não fosse perdendo o medo, e viesse a obrigar o Estado a hũa nova guerra para as fazer cumprir O d^o Capitão mor tem mostrado no Norte o mesmo presumo que sempre se reconheço nelle na guerra de Portugal e Catalunha e justamente he a credor as honrras q^o V Mag^{de}, costuma fazer e que se distingue tanto no seu Real serviço

Deos gu^{de} a m^{to} alta e m^{to} poderosa Pessoa de V Mag^{de} felicissimos annos

Goa 9 de Dezembro de 1719

II R^o " (130)

Eis o Tratado de 1719 celebrado com o Chouteá:

"Em nome de Deos, amen. Saibão quantos este publico estromento de capitulações e assento de pazes virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1719 aos 25 dias do mez de mayo do dito anno, nesta cidade de Damão, em a fortaleza della, aposentos dos capitães e governadores, sendo de presente o capitão e governador desta dita cidade e sua jurisdição Luis de Mello Pereira, fidalgo da caza de Sua Magestade, que Deos guarde, o senado da camara por seus vereadores, juizes, e procurador, e bem assim o feitor e alcaide mór de Sua Magestade, e os fidalgos nobres moradores avente assinados, e outrosy Ramagy Ganessagy, embaixador e Pardane mór do Rey de Asarceta Soma Deo Ranna, e o lingoa desta fortaleza Vissanagy, e logo por meio d'elle foi dito pelo dito Pardane mór embaixador em lingoa da terra, declarado pelo dito lingoa em portuguez, a mim Manoel de Freitas e Menezes, tabelião publico das notas, e escrivão da fazenda dos defuntos nesta dita cidade e suas terras, em presença das testemunhas ao diante nomeadas, e assinadas, que elle dito Pardane mór embaixador Ramagy Ganessagy trazia, como de feito logo apresentou, procuração bastante do dito seu Rey em letra gentilica com sua chapa real, traduzida pelo dito lingoa, para com ella, e os poderes que dava firmar as pazes e amizade perpetua com esta cidade e sua jurisdição, e se conformar em tudo com o dito capitão, e guardar no que fosse em utilidade e conservação das terras de ambas as partes, como todas as capitulações e reformas necessarias do tempo do general Joseph de Mello de Castro a esta parte, as quaes todas ficão em sua força e vigor, e as mais que o dito capitão e governador fosse servido acrescentar, por ser o animo e vontade do seu Rey ajustarse em tudo com a razão e paz, que de novo se assentavão por este presente contrato, cujo teor da dita procuração em portuguez he o seguinte:

Procuração — Eu o grandioso Rey de grandiosa linhagem dos Rãos feito pelo animo do grandissimo Senhor Deos de todo o globo, o Rey Soma Deo Ranna, Rey de Asarcete, e do reino de Ramana-guer ao Matona do Itamady Ramagy Ganessagy, Pardane mór embaixador, em como tenho encarregado a vossa mercê os negocios da

embaixada, que tenho mardado para o porto de Damao, por rezaõ que ouve guerras com os Portuguezes, e por isso lhe mando pera fazer as pazes, assy que tudo quanto vossa merce fizer, e obrar, e as pazes que fizer, tudo o haverei eu por bem feito. Hoje dez de escuro do mez de maio de 1775, que vem a ser 13 do dito mez de maio de 1719 annos. No principio da cabeceira da dita procuração esta a chapa real do dito Rey. E na ultima regra abaixo esta a confirmação do embaixador e Pardane mor de sua letra propria em que diz

Cumpra se o que está escripto conforme uso — Nesta mesma regra esta huma palatra de confirmação do seu Muzumadar, que diz—Morlobo—

Tresladada da carta do dito Rey escripta ao dito capitão e governador, a qual trouxe o embaixador Ramagy Ganessagy Pardane mor, que veio a effectuar as pazes e entregou na primeira vista ao dito capitão e governador aos 16 de maio de 1719

Carta etc Em a fortaleza de Damão, senhor irmão, e senhor major irmão, Luis de Mello Pereira, capitão e governador da cidade de Damão, feita por Maha Rana Diragi Maha Ranna Raul Somo Deo Ranna Rey de Asarceta, e terras de Ramanaguer cá de saude pisso vossa merce me mande boas novas de sua saude pera fazer a estimacão, e de mais dias passados muitas vezes escreveu sobre o embaixador e agora por escripto de amigo tenho enviado e acreditato Ramagy Ganessagy, Pardane mor, depois de encontrirrar hade representar alguns capitulos, e conforme elles he necessario fazer, e a ventade que tem he certa mesma, cousas verdadeiras nao tem que escrever mais, porque nisso fica ao querer de Deos, e vossa merce he de consideração, ao diante será a amizade mais aventajada, e nao seja que ao diante seja dissenques. Vao tem que escrever mais, que Deos guarde a vossa merce. Hoje dez de escuro do mez de maio de 1775 — Chapa real. E sendo assim tresladada a dita procuração e a dita carta do dito Rey de que eu dito tabilhao porto minha fe e credito

Contratos

L logo pelo dito capitão e governador foi proposto e declarado pelo dito lingor desta fortaleza Vissanagy Paravu em lingua da terra

que elle dito capitão e governador era contente de que por seu meio se fizessem estas pazes e amizade com o dito Rey, e de conformar em tudo com a razão para a conservação de suas terras e nossas, pera o qual effeito tenho visto os contratos dos capitães passados do tempo do general Joseph de Mello de Castro a esta parte, e que lhe parecião mui conformes as capitulações delles, e tudo o assentado nelles bastante pera a conservação de huma boa pax, e assym satisfazia de que ficassem todos os ditos contratos firmes e valiosos, e ratificados novamente em toda a sua força e vigor, pera por elles se rejurar e guardar huma limpa e fiel amizade, por assy ser sua vontade em cumprimento de todos os capitulos nelles resumidos, e de outros que novamente neste presente contrato se acrescentão, os quaes são seguintes.

1. Primeiramente perderá o dito Rey de Asarceta o chouto de todo o tempo que durou a guerra, que foi começado aos 23 de Dezembro de 1717 thê o dia que se lhe passou o seguro real pera poder vir o seu embaixador a tratar das pazes, que foi aos 29 do mez de Abril de 1719, que faz hum anno quatro mezes e seis dias; mas como he justo o requerimento que faz pelo seu embaixador de não pagar o arrendamento das aldeas da coroa de Portugal, que traz arrendadas, pelas não lograr, visto serem invadidas pelas nossas, armas e porque ao dito arrendamento estava obrigado o mesmo chouto, não era obrigado á satisfação do dito arrendamento do dia em que as nossas armas quebrando o seguro, entrarão nas ditas aldeas thê o mesmo dia em que se passou o seguro.

2. Assim mais seria obrigado o dito Rey a pagar todas as perdas e danos, que nas terras da coroa causou com as guerras que abrio, que como foi tão dilatada, se fizerão gravissimas; mas attendose a não ser o dito Rey presente o que abrio as guerras, e á pontualidade com que procurou logo as pazes assy que entrou a governar por morte de Rey Jadeo Ranna; e ponderandose tambem a grande perda que as nossas armas lhe causarão, se obriga por seu embaixador a pagar do dinheiro do chouto trinta mil xerafins, a saber, vinte e seis mil xerafins pera a satisfação das perdas e danos, e quatro mil xerafins pela restituição dos resgates que pela nossa gente levou, os quaes trinta mil xerafins se pagarão da terceira parte do chouto que ficar liquido, satisfeitas as suas consignações, e se lhe passarão as quitações necessarias.

3 Assim mais que so pera as aldeas da coroa, que o dito Rey traz de arrendimento, o qual ratifica, lhe valerá o seguro, com condição ainda que haja guerras, sempre virão os Pateis e curumbins dellas a dar a obediencia e assistir ao serviço das nossas tranqueiras, como vassallos que são de Sua Magestade, que Deos guarde, e nas ditas aldeas não houvera gente de guerra, nem cousa que indique a menor infinidade, sob pena de lhe não valer o seguro, como declara o 7.º capitulo de Francisco de Sousa de Castro, ratificado e resumido nos mais contratos ate hoje, o qual seguro nao consta ser passado pera as aldeas Naroj, Dídará, e Tigará

4 Será mais obrigado o dito Rey a pagar todas as perdas e danos que o Grasiá nos fizer nas nossas aldeas, constando que para fazer os furtos se valerão das terras do dito Rey, ou fosse na entrada, ou na saída, e juntamente ficará obrigado o dito Rey por este novo capitulo não so ao referido acima, mas tambem lhe ficará por obrigação tomar toda a noticia em ordem a saber se o dito Grasiá tem intento, ou se aparelha pera dar em nossas aldeas, e constando o referido, será obrigado a impedir-lhe este designio, ainda que seja a troco de perder a golpe de espada muita gente

5 Assim mais de renhuma maneira entenderão os servidos do dito Rey, nem pessoa alguma de suas terras com a nossa gente, nem suas carretas, quando vão ao corte e condução da madeira, sob pena que quando o contrario obrarem, se lhes descontará dez xera-fins cada carreta que obrigaram a fazer qualquer serviço, pois todos os que nos seus matos entrarem lhe pagão os direitos como he costume

6 Será tambem o dito Rey obrigado não so a entrar todos os caíres e caíras, que desta cidade fugirem, e nos constar estarem nas suas terras pois a isto obriga hum dos capitulos do contrato das pazes, que ajustou o general Joseph de Mello d Castro, mas de novo lhe fica acrescentado esta obrigação para não so dar cumprimento ao referido mas tambem será obrigado a pagar todos os encerramentos que lhe constar vão fugidos das nossas terras pera as d.ªs Montanhas, e fará aviso pera por meio de valia se constituirem nos seus murtuaes, e assim constando a qualquer dos casos que a isto fôr necessaria noticia da ausencia dos fugidos, por estarem, antes, com a obrigação, pollas suas aldeas, fazendo requerimento immediatamente ao

satisfará trezentos xerafins por cada cabeça; mas ainda que a dita satisfação esteja feita, sempre nós seremos obrigados a tornar a dita quantia todas as vezes que nos fizerem entrega dos nossos captivos.

O que tudo praticado pelo dito capitão e governador, explicado na lingua da terra pelo dito interprete ao dito embaixador, e d'elle bem entendito, disse que na forma que o dito capitão e governador era servido, e por serviço do seu Rey, aceitava de boa vontade assim o favor de serem somente trinta mil xerafins da perda do conto do dito seu Rey, como tambem o chouto do tempo que durou as guerras athé o seguro, que faz hum anno quatro mezes e seis dias, como já atraz se declara, porque por todo o assentado estava, e acceitava em nome e pessoa do dito seu Rey, prometendo por sua palavra real dar o devido cumprimento a tudo, e em seu nome e pessoa jurava pello seu juramento de guardar o que neste contrato he pedido e assentado, e aceito pelo dito capitão e governador, havendo pela parte do seu Rey por ratificados e acceitos os contratos todos atraz resumidos para todos ficarem em sua forca e vigor desde agora para sempre, sem de sua parte os poder violentar no minimo delles, por ser esta paz huma perpetua memoria do tempo entre o dito seu Rey, e seus sucessores com esta cidade; e se obrigou o dito seu Rey, e o dito Pardane mór embaixador Ramagy Ganessagy ao cumprir firmimente sem duvida nem falta alguma, por si e seus filhos, parentes e vassallos, de maneira que as pazes contratadas e firmadas com o capitão e governador fiquem e sejam perpetuas, e as amizades dellas leaes, e verdadeiras, para em tempo algum não se mudarem nem quebrarem, e por isso se firma com a chapa real, que elle dito Pardane mór embaixador trazia do dito seu Rey, em cujo nome, e sobre sua cabeça jurava de as conservar, pera o que tomava Deos nosso Senhor por testemunha; e pelo dito capitão e governador foi respondido ao dito Pardane mór embaixador que elle em nome de Sua Magestade, que Deos guarde, e do Senhor Conde V. Rey deste estado, Dom Luis de Menezes, em virtude da ordem que teve o general do Norte Luis Gonçalves de Camara Coutinho do dito senhor, commetido a elle dito capitão e governador, pela qual ordenava que aceite as ditas pazes com todo o credito e reputação de nossa coroa, o que se entende havendo-o o dito Senhor assim por bem; e prometeo, e se obrigou de sua parte a guardar em todo e por todo; e pera

firmeza da verdade mandou a mim tabalião fizesse este publico estrumento nas minhas notas no qual o dito capitão e governador, e o dito Pardane mor embaixador assinarão com os vereadores e nobre senado da camara desta cidade

E assim mais declarou o dito capitão ao embaixador que no que toca ao gado, e mais fato que esta das nossas terras nas terras do dito Rey antes das ditas guerras, se obrigara ao que for razão entre o dito capitão e governador e o dito embaixador, sem mais conten da alguma

E de como assim se comprometterão debaixo da mesma paz e amizade que havia feito, em fe do que se assentado com o vereador Valentim Pereira de Sampaio, e Joseph Pereira de Vasconcellos, e procurador da cidade Manoel Teixeira, e o juiz ordinario Manoel Cardoso de Aguiar, o escrivão da camara Manoel Pinto de Sepulveda, o feitor e alcaide mor Lucas Bernardo de Moraes, os fidalgos nobres e cidadãos que estão presentes, a saber, Antonio de Moura Rolim, Francisco de Barros, Carlos Vaz Carne Baccellar, Luis de Costa, Antonio Rodrigues Chaves, o capitão do forte de São Hieronymo, Antonio de Almeida Sotto mayor, o capitão do campo Simão da Fonseca Coutinho, Rodrigo da Guarda Couto, Nicolau Martins juiz do chouto, o capitão Francisco Varella de Eça, o capitão Joseph da Fonseca Osorio, o capitão Francisco Vaz Cordeiro, que tambem se achavão presentes, todos residentes nesta cidade, e eu dito Tabalião que escrevi—*Luis de Mello Pereira*—chapa do Rey—*Joseph Pereira de Vasconcellos*—Sinal de Ramagy Ganessagy, embaixador pardane mor—Sinal de Rangogy Musumadar—Sinal de Ramogy Pardane do chouto—*Manoel Cardoso de Aguiar*—*Manoel Teixeira Lucas*—*Bernardo de Moraes*—*Francisco de Barros*—*Antonio de Almeida Sotto maior*—*Carlos Vaz Carne Baccellar*—*Antonio de Moura Rolim*—*Rui Gomes de Sequeira*—*Nicolau Martins*—*Francisco Vaz Cordeiro*—*Rodrigo da Guarda Couto*—*Juliao Freire Lobato*—*Simão da Fonseca Coutinho*—*Antonio Rodrigues Chaves*—*Vassanagy*

Seguro do capitão desta fortaleza Luis de Mello Pereira para vir o embaixador do Rey Choulia pera esta cidade de Damão.

Luis de Mello Pereira, capitão e governador desta fortaleza e cidade de Damão e sua jurisdição, por este dou seguro em nome de Sua Magestade, que Deos guarde, o Ramagy Ganessagy, pardane

ne mór, e embaixador do Rey de Asarcete, e terras de Rama Nauer, pera que possa vir seguramente a esta cidade a tratar a conferencia e ajuste da paz entre o Rey, e o soberano. Estado da India oriental da Magestade Sereníssima de Portugal, e podera trazer em sua companhia quinze cavallos, e cincoenta homens de pé, e com a mesma segurança e liberdade poderá voltar pera as ditas terras todas as vezes que quizer, feitas, ou não feitas as pazes.

Dado em a fortaleza de Damão sob o sello das armas reaes, e por mim assinado aos 29 de Abril de 1719.

Luis de Mello Pereira

O selo das armas reaes.” (101)

Sobre a defêsa das fronteiras, escreve Bravo de Morais:

“Para defenza das ditas terras q’ são abertas, e confinão com alguns regulos q m.tas vezes as inquietão, ha, e sempre houue hũ capitão mor q’ chamã do Camp, cargo q’ se daua a hũ dos melhores caualleiros de Damão, tendo todos os q comem Aldeas obrigação a acompanhallo com suas pessoas, e hu, ou dous caualllos cada hũa, segun’o a condição do seu foral todas as vezes q’ sahia ao campo, a impedir algũ estrago q nelle pertendessem fazer os inimigos.

Mas ha ja alguns annos q’ se aliuiarão aquelles moradores da dita penção commetendo-se-lhes em dinheiro o q’ valia o tal encargo e correndo p^r conta de El-Rey a defenza do mesmo campo o q’ faz com hua tropa de caualllos q’ se poz nelle, conservando-se o titulo de capitão mor do campo ao capitão, della q’ a tem p...arca do contrato.

E não falta q^m diga q’ se deminiuio muito o respeito desta cidade, com a tal mudança, p q com ella se derão os moradores a tal poltrice; q ja não ha q.^m tenha cauallo, nem o saiba bem montar; e o q’ mais he perdendo os inimigos o espanto q’ lhe cauaua verem se cometidos de sincoenta caualeiros dos principaes de Damão acompanhado cada hũ de trinta ou mais criados, todos com suas armas, q’ sem dificuldade fazião hu pre do exercito a qualquer rebate q’ se daua; não havendo p.^a sahir hoje a elle mais q’ trinta, ou quarenta caualllos ingremes; e esses talvez tão mal ajaezados, q’ a dous

alopes se lhes espedação os arreios" (102)

Em 1750 descobriu-se uma conspiração para entregar a
a de Damão aos maratas:

Senhor

"Propondo se na Relação os autos do abominavel crime da
conjuração que em junho de 1750 formavão tres moradores da Praça
e Damão, e hum das terras do Marata para se lhe entregar por
aíção aquella Praça, forão condenados a morte todos os quatro
Reos comprehendidos no dito crime, e na conferencia ouvi aos Mi-
nistros que a culpa do morador nas terras estranhas não era tão
gravante por não ser vassalo de V. Mag.^e e que por esta razão
devia ser mais severo o castigo dos outros em quem se achava aquell-
a qualidade. Embargou-se a sentença, e pelos embargos foram ali-
viados da pena capital os tres de Damão ficando confirmada pena
a respeito do estranho, que procurou evadilla com segundos embar-
gos, mas tão bem na decisão delles se lhe confirmou a primeira sen-
tença, e parecendo me ser de ruim exemplo que entre socios do
mesmo delicto fossem aliviados os que têm a obrigação de vassal-
los, e se executasse a pena só no que estava sem esta qualidade
mandei suspender as sentenças de todas athe que V. Mag.^e resol-
vesse o que fosse servido.

O traslado dos autos vai na primeira via desta carta, e copiada
depois da ultima sentença a minha ordem para a suspensão.

A muito alta e muito poderosa Real Pessoa de V. Mag.^e g.^e De-
os selecissimos annos.

Goa 8 de Fevereiro de 1752." (103)

A pretexto de defêsa contra os francezes, o Governador
al Veiga Cabral aceitou o socorro dos inglezes em Damão
rigiu o seguinte officio ao Governador de Damão em 1801:

"Não obstante as ultimas ordens que espedi a V. m.^{ca} a respei-

(102) *Memórias para a historia ecclesiastica do archiepiscopado de Goa e suas
dependencias—1726—*(Ms. da Bib. Nac. de Lisboa), fls. 14.

(103) *L.^a das Monções* n.^o 124, fls. 230

to do socorro dessa Praça, mudarão de face as circumstancias da nossa indispensavel defeza, e segurança, que lhe ordeno agora, que receba nessa Praça duzentos homens de Soccorro de Tropa Britanica Europea, e aquelles de Artilharia que puderem ser remetidos de Bombaim: recomendando a V. m.^{ce} que pratique com aquella Tropa Britanica a mesma civilidade e agazalho, que eu tenho observado. D.^s G.^e a V. m.^{ce}, Goa 26 de outubro de 1801. *Francisco Antonio da Veiga Cabral.*"

O Governador de Damão recebeu o seguinte officio do Governador de Bombaim:

"Illm.^o Sr. Candido José Mourão Garcez Palha, Governador de Damão. Illm.^o Sr. Na conformidade da intimação, que contem a carta de S. Ex.^a o Governador Geral de Goa escrita a V. S.^a tenho a honra de avizar que a força especificada por S. Ex.^a como hum socorro necessario debaxo das circumstancias peculiares, para a guarnição de Damão, he remetida junta com esta, pello Navio da Companhia Marquis de Cornwallles. Tenho dado particular instrucções ao official Commandante do destacamento capitão White para obedecer as ordens de V. Sr.^a em todos os pontos das obrigações militares que encontrarem ou forem conectadas com a deffença e segurança da Praça de Damão, e para cultivar com V. Sr.^a huma ezaticima armonia e amigavel comonicação, como tambem para ter cuidado de observar a mesma amigavel correspondencia com todos os individuos habitantes de Damão, não só por elle, mas por todos os individuos de seu destacamento. Rogo a V. Sr.^a me queira sincera nos meus dezejões de ovir frequentemente da ezistencia desta boa armonia, sem interrupção e no mesmo Grao e modo que tão felizmente se tem obtido entre os vassallos e Tropas de S. Magestade Fidelissima e o destacamento Britanico que se acha servindo em Goa. Acerca das mais particulares refiro a V. Sr.^a as ordens de S. Ex.^a o Governador General de Goa, a Capitão White e ao nosso amigo o sr. Miguel de Lima e Souza, que acompanha o destacamento. Tenho a honra de ser com muita estimação e consideração de V. Sr.^a muito obediente e humilde servo. *Jonathan Duncan*, Castello de Bombay 2 de Novembro de 1801."

O Governador de Damão respondeu ao Governador Geral:

"Como nunca pensei que V. Ex.^a segundo as minhas antecedentes representações, mandasse para esta Praça Socorro de Tropas Inglezas pelo mizero e deminuto estado da sua guarnição e ultimo risco no caso da paz entre a França, Portugal e Espanha, não ser a contento da Gran Bretanha, fiquei bastante perplexo na recepção da mesma e nunca a Subordinação Militar fez em mim mais esforços para a obediencia, Deos permita que esta deliberação de V. Ex.^a seja annunciada pela nossa corte como pensei, e penso, para que a passos lentos não se venha a verificar na ruina das nossas colonias algum estratagemma Inglez. Aqui ficão as ditas Tropas porque a carta de V. Ex.^a escripta pelo seu proprio Punho me ordena, que por mudarem de face as circunsstancias da nossa indispensavel defenza, e segurança receba eu o referido Socorro assim o fiz e Deos lhe ponha a Virtude. Remeto a V. Ex.^a o Mapa da referida Tropa dado pelo Capitão White Commandante da mesma, Eu a tratei o melhor que me for possivel não obstante a incapacidade da terra para semelhantes hospedes e se V. Ex.^a puder dispensar esta Praça de hum tão Grande pezádello fara nisto hum bom serviço a S. Alteza e a este Povo huma Santa Caridade. No dia 7 chegou o meu Yamadar Yemalcam e aos 9 deu fundo neste Porto o sobredito socorro. A Ilm.^a e Exm.^a Pessoa etc. Damão 15 de Novembro de 1801 "

O Governador de Damão respondeu ao Governador de Bombaim:

"Ilm.^a e Exm.^a Sr. Ainda que intempestivo me parece o Socorro que V. Ex.^a mandou a esta Praça, pela longa separação que de nos distão os Francezes e a manifesta impossibilidade que os meamos tem em expedirem, na época da presente guerra, forças para estas Remotas Regioens, commudo como pode haver alguma Politica que eu ignoro como posso ser isto concençoens das nossas cortes, e como devo obedecer a irresistivel e deciziva ordem do meu Governador, receby o dito socorro, morrido não so por estas razões, mas tambem pela fe que faço da Lealdade Britanica, e da distincta e nobreza de V. Ex.^a. Exm.^a Sr. que o dito Socorro desempenhe a sua parte

plina Militar tão distinta entre os Inglezes como dezejado pelos Povos que nos seus Territorios recebem semelhantes auxilios. Agradecço a V. Ex.^a a attenciosa carta que me escreve, e o ter me mandado a testa do mencionado destacamento o capitão White, que até o prezente me parece tão bom Militar, como bem morigerado homem. A Illma. e Exma. Pessoa de V. Ex.^a Gu.^e D.^s m.^s ann.^s Damão, 15 de Novembro de 1801." (104)

A fortaleza de Damão que se destaca pela solidez foi traçada por um architecto português educado em Flandres, sobrinho do arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, que veio junto com o Vice-Rei D. Constantino de Bragança e mais tarde tomou o hábito da ordem dos Jerónimos e dirigiu as obras do Escurial na Espanha. (105)

Ainda em 1565 a fortaleza não tinha muros.

"então não havia muros mais que huns entulhos grossos, e metidos nelles grossos paos de teca, que estavam encadeados com hervas leiteiras, que fazem muito bom tapigo, e se não podem bater com artilheria, nem chegarem a se cortar com machados, porque qualquer gota do seu leite que saltar nos olhos logo cega." (106)

O seguinte Alvará do Vice-Rei D. Antão de Noronha regulou o serviço militar dos foreiros de Damão:

"Dom Antão den.^{ra} do Conçelho delrey meu senhor. Eu Rei da India ett. faço saber aos capitão da fortz.^a e Cidade de Damão, e ao V.^{or} da fz.^{da} das fort.^{as} da banda do norte, e ao feitor, e officiaes da feitoria da dita fortz.^a de Damão, e a todos os maes officiaes a que pertencer que lá são informado que muitas peçoas das que tem Aldeas, rendas, e tr.^{as} dafforamento nas comarcas da dita fortz.^a que por bem de seus aforamentos são obrigados a estarem e viverem nella, e deterem armas, e caualos arabios e da tr.^a

(104) A. F. Moniz — *Noticias e Documentos para a História de Damão* — vol. II, pag. 104 e seg.

(105) Fr. João dos Santos — *Etiópia Oriental*, liv. III, cap. IV.

(106) Couto — Dec. VIII, cap. IV.

pera guarda e deffenção da dita fortz.^a e suas tr^{as} por causa da
 principal cauza per onde lhe forao dadas as ditas Aldeas e Rend^{as}
 que tem cõ grandes comedias nellas os q^{es} não guardam a
 a dita obrigação ou obrigacoens q^{as} tem e sem ellas não se
 ditos rendim^{tos} q^{ue} he muy prejudicial ao seru.^{ço} de S.^a e de
 segurança das ditas tr^{as} porque pode sobre vir uma
 necess^{idade} e a mungoa receber a fz^{da} do dito ~~aldea~~ e
 muita perda porq^{ue} pela ordem dos ditos ~~aldea~~ e
 gente de cavallo que abasta pera a sustent^{ação} de
 cess^{ão} não for de calidade que se aja de ~~perda~~
 e querendo o tal evitar pera que as ditas ~~aldea~~
 apercebidas e cada hum cumpra sua obrigação
 delrey meus or^{des} que as ditas ps.^{as} q^{ue} ~~seja~~
 q^{ue} seja q^{ue} tuere as ditas Aldeas renda
 na dita fortz.^a e Rendir nellas com suas
 obrigação q^{ue} tuere e assi os q^{ue} ~~seja~~
 armas, e cavallo as ajao e tentao
 obrigados n^{ão} q^{ue} farao athe o fim do
 presente anno de quinhentos e setenta e
 que o Contr.^o fizerem pass.^{ado} o
 e comedias que tuere nas
 pera a fz^{da} de S.^a p.^o q^{ue}
 fz^{da} sendo ahy, e o dito
 de toda a dita gente a q^{ue}
 juntam^{te} no dia q^{ue}
 os tuere com form^a de
 hum caderno q^{ue}
 pellos ditos off.^{es}
 fortz.^a nem ~~seja~~
 saber q^{ue}
 ella no ~~seja~~
 p.^o
 das ~~seja~~
 q^{ue}
 os q^{ue}
~~seja~~
~~seja~~

elles como são obrig.^{dos} dentro em hum anno, q̃ sera no de quinhentos secenta e oito perderão as ditas Aldeas pera o dito s.^{or} sem mais terem dr.^{to} nellas pera se darem a outras peçoas que cumprão as ditas obrigações, o que tudo o dito feitor fora ã arrecadação e fara carregar sobre sy em receita cõ suas declarações, e o dito capitão tera muy grande cuidado de em todo cumprir nisto, o regim.^{to} da dita fortz.^a que he ordenado por my que o dito feitor lhe mostrara sempre porq̃ tem obrigação p.^a isso, e não o fz.^{do} dara conta disso em sua residencia, como o dito regimento declara porq̃ isto conuê m.^{to} a seu cargo. Noteficoo assy ao dito capitão V.^{or} da fz.^{da} feitor e os maes officiaes aq̃ pertencer, e lhes mando q̃ intr.^a m.^{te} cumprão e guardẽ e fação comprir, e guardar, este, como nellẽ se conthẽ sem duvida, algũa e este sera apregoado nesta Cidade de goa, e na de Chaul Bassay, e Damão, publicamente nos lugares acostumados p.^a se saber como foi passado, e p.^a ninguem poder alegar outra couza de q̃ se passarão certidões disso, e este sera registado nos contos, e assy na dita feitoria, de Damão, ã o proprio e acostara ao regimento da dita feitoria, o qual se comprira posto que não paçe p.^{la} Chancr.^a sem embargo da Ord em Contr.^o e posto q̃ va p'Aluara Ant.^o glz o fez em Goa a xbj de outr.^o de jblxbj. Viso rrey.

foi terladato do proprio por my Gp.^{ar} pirez, escrivão dos contos e concertado cõ os cont.^{os} Paullo toscano. Em Goa a xbiiij doutr.^o do dito anno.

Paullo toscano

Gp.^{ar} firez." (107)

Em 1581 fizeram-se as seguintes obras na fortaleza, como se lê na inscrição sôbre a parte externa da porta da terra.

“ Na era de 1581 sêdo Marlim Affonso de Melo capitão desta cidade foi por ele desfêlida aos capitães de Grão Mogol que a tiverão de serquo, he se fez na fortificação nella parte desle Baluarte São Sebastião e se fes 4 quouartinas de muro cõ dous baluartes de madeira S. D.^o he S. Mart. he se fes esta porta.”

A attitude hosil do Grão Mogol impunha medidas de de-

lêsa da Praça de Damão A Câmara de Damão pediu a El-Rei a mercê duma viagem de Japão para fortificar aquella cidade Foi concedida a viagem da China

"A Camara da cidade de Damão me couou hys apontamentos em que me pede que *lhe faça merce de hua viagem de Japão pera n poderem vender pera com esta ajuda se acabar de fortificar aquella cidade, e mandar lhe passar carta c que a aja por cidade, e lhe conceda os privilegios da cidade Deuora, e que o Conde Dom Francisco proueo n officio de Juiz dos orfãos da mesma cidade que era de sua apresentação n asy me fazem lembrança que as aldeas e terras, que ficao por morte dos moradores daquela cidade, as dão os capitães a criados seus que não tem caualos nem armas, nem cumprem com as obrigações dellas deixando de as dar aos filhos e mulheres dos que morem em meu serviço pedindo-me a apresentação delas e queixase esta cidade que, de doze annos a esta parte padecem muitas apresões por causa dos Visorres darem aos capitães que vão entrar naquella fortaleza prouisoa pera tomar todo o dinheiro dos orfãos, tratandoos na execução disso com munto rigor e escandalo, pedindome mande que se lhe não tome este dinheiro, n que ande nos moradores daquela cidade pera remedearem suas necessidades e pobreza E asy me dizem que as aldeas e terras da dita cidade per regimento hão de ser aforadas cõ obrigação de caualos e espingardas, e a pesoas que residão nellas e que os Visso Reys per suas prouisois tem tirado muitas obrigações destas, n que comem o rendimento daquellas terras pesoas que vivem c Baçaim, Goa, e em outras partes, que he c munto prejuizo de meu seruiço e defensão daquela cidade E finalmente me pedem nos ditos apontamentos lhe mande cumprir hum contrato que fizerao com o Comde Dom Luis detaide sobre as guardas daquelas terras n lhe mandei responder que pera seus requerimentos poderem correr em melhor forma vos deuem falar neles, n apresentaruos estes apontamentos pelo que vos encomendo que ouças os moradores desta cidade, e tendouos ja eu mandado dar ordem sobre algumas das cousas que eles pedem, lhe respondeas conforme a isso, e das que ynda não estiuierc resolutas tomeis enformação e matieis com vosso parecer, pera c tudo mãdar prouer como for meu*

seruiço, e no que toca ao dinheiro dos orfãos prouereis conforme ao que nisso vos tenho mandado por minhas cartas e ynstruções que leuastes. E quanto a obrigação que os possuidores das aldeas tẽ de cõ elas terẽ caualos farei cumprir o regimento que sobre ysso he feito ynteiramente sem per nhẽ caso dispensar nelle pelo muyto que ymporta á guarda e defensão daquela cidade não se quebrar... Escrita em Lisboa a sete de feureiro de mil quinhentos oitenta e seys. Rey." (108)

El-Rei recomendou, se vigiassem os passos do Grão-Mogol, se concluíssem as obras da fortificação e se tomassem várias medidas de defêsa.

" Tiue contentamento de espedirdes ho embaixador do Equebar, que achastes nesta cidade, e do bom tratamento que lhe fizestes, e de procurardes saber seus desenhos pera acodirdes ha fortaleza, e terras de Damão, e asy as mais dese estado, a que entenderdes que pode hofender, porque aynda que he imiguo de lomje toda a preuenção que com el e tiuerdes será necessaria. Encomendouos que nesta materia sigaes a ordem que vos tenho mandado dar nas Instruções que leuastes, e me auisareis do sobceso que ouuer em todas as cousas dos Mogores, e em especial nas que estão mouidas antre elles he o nouo Rey que se aleuantou em Cambaya... Escrita em Lixboa a dez de Janeiro de MDLXXX e sete.

Rey." (109)

E tiue contentamento de mandardes visitar por João Baupista Engenheiro Mór as fortalezas do norte, e se conseguir de sua yda fazerse tanta obra e tão acertada nas fortificações dellas como me escreveis, e que esperaes que se acabarão com breuydede. E porque principalmente se deue procurar forteficar-se ha fortalleza de Damão por estar mais fraca, vos encomendo que tenhaes della particular lembrança; e sobre ha viagem da China que pedem os moradores desta Cidade, espero nas primeiras náos resposta vosa para com ella me resolver, e lhes mamdar responder a iso como ouuer por meu

(108) *L.º das Monções* n.º 3, fls. 130 v.

(109) *Arg. Port. Or.* (1.ª edição), fasc. III, doc. 23.

serviço E tenho por cousa muito necessaria pera a conseruação dese estado trabalhades por unir os Reis vizinhos contra ho Equebar, pera que lhe resistão, e se atalhem os trabalhos que muytas vezes daa aquella fortaleza de Damão E vos encomendo que nas materias d'ista calidade tenhaes sempre aquella vigilancia que com uem Escrita em Lisboa a 11 de janeiro de MDLXXX e sete

Rey (110)

"XI—E asi me diz que alguns foreiros daquellas terras com não uerdadeiras enformações ouuerão supprimento dos Viso Reis pera não residirem nellas com suas pessoas e caualllos, e por isto ser da importancia que sabeis vos mandei que tomasses enformação desta materia, mas pela que agoura tenho vos encomendo que obrigueis os foreiros daquellas aldeas e terras que uão resedir nellas com suas armas e caualllos pera acompanhar o capitão da fortaleza na guarda dellas conforme as suas obriguações sob pena de perderem as ditas aldeas e terras, porque não he justo que tendo dellas tam groços rendimentos como tem, andem espalhados por esse estado fazendo seus proueitos, e que os que residem naquella cidade lhe guardem suas aldeas

XII E asi me pede a ditta cidade aja por bem que os moradores della que tirão madeira para Cambaia não paguem mais que os direitos de alfandegua somente e não sejam obriguados a pagar os tributos nouos que os capitães daquella fortaleza recebem delles e lhe representão de seu poder absoluto, e por ser informado que por os moradores daquella cidade serem pobres e continuos no serviço se lhes pode conceder licença pera somente tirarem daquellas terras agueiros e forquilhas pera Cambaia contanto que não seja madeira que sirua pera nauios, vos encomendo que proueejaes neste caso como vos parecer razão, e me auizeis

"E asi me dizem que naquella fortaleza ha muita falta de artelharia pellos capitães della a terem consumida em suas naos e porque esta queixa ha muitos annos que dura asi nesta fortaleza como nas mais desse estado, em que tenho mandado prouer por minhas prouisões, e ultimamente no anno de 588, vos encomendo muito particularmente as faças dar a execução com tanto rigor

como a importancia deste caso o pede, e me auiseis nas vias de cada anno do que neste caso fizerdes, porque todavia não poso deixar de receber disprazer e me auer por mal seruido de chegarem estas informações e queixas da artelharia a mim, tendo eu já niso prouido bastantemente, e podendo antes disso ter dado os Viso Reis e Gouernadores remedio a hũa cousa tão importante ao estado e deuida a sua obrigação.

.....
Escrita em Lisboa a de Janeiro de 591.

Rey

Miguel de Moura." (111)

" Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, Viso rrey da India &c. Faço saber aos que este meu aluará virem que pola experiencia e informação que tenho das cousas deste estado sey que os mais dos moradores das fortalezas delle foraõ de parecer e consentimento que se desse nellas hum por cento pera a fabrica e fortificação dellas sem se poder despender cousa alguma do dinheiro que do dito hum por cento se cobrasse em outra alguã despeza por necessaria que fosse, e vendo quão justo he que se cumprão as condições de semelhantes contratos assy ao seruiço de Deos, e de Sua Magestade como á defenssão e fortificação e bem comum de seus vassallos, ey por bem e mando em nome do dito Senhor que em Damão se não faça obra alguã do dito dinheiro em quanto não forem acabadas as obras da fortificação della, posto que aja prouisoões em contrario, e que todas acheguas de pedra, chumambo, e outras quaesquer que ouuer que puderem servir pera a dita obra que sejão uindas ou vierem á dita fortaleza por conta da Sé, da Camara, e do collegio dos Padres da Companhia, ou do mosteiro de São Domingos, ou do tronco, se guaste e despenda assy na fortificação do dito Damão, na qual trabalharão todos os pedreiros que aly forem moradores ou residirem, e nas aldeas anexas obrigadas ao dito Damão, sem se occuparem em outra alguã obra se não for retelhar casas, porque depois de acabada a fortificação que tanto cumpre a todos, tempo averá pera as obras particulares, pelo que mando que todo o pedreiro que se ocupar em outra alguã obra

depois da publicação deste seja degradado para as galés por cinco
 annos posto que seja capião. Notifico assy ao capitão da dita
 fortaleza, aos Padres administradores da dita obra, ao Ouvidor,
 officiaes da Camara, e mais officiaes a que o conhecimento deste
 pertencer, e mando que assy o cumprão e guardem, e auctoritate
 fação comprar e guardar como se nelle contem, e para que vinda a
 noticia de todos se publique na praça e lugares publicos dessa for-
 taleza e terras a ella annexas, e da publicação se passe certidão, e
 tudo se registara no livro da Camara do dito Damão para a todo
 tempo se saber o que nisto tenho mandado, e se cumprir, e mando
 ao escrivão da Camara que de tudo passe certidão que encaminhe
 diligencia ao Secretario deste estado, e outrossy mando em nome
 de Sua Magestade que o thesoureiro que te ora servio do dito hum
 por cento acabe de servir seus tres annos sem embargo de ser no
 dito cargo prouido hum Gaspar Peixoto porque assy o ey por ser-
 uiço do dito Senhor e bem das ditas obras, e este valerá como carta
 posto que o effecto delle aja de durar mais de hum anno sem em-
 bargo da Ordenação em contrario, e não passará pela Chancellaria
 sem embargo da dita Ordenação. Luis Gonçalves o fez em Goa a
 21 de feueireiro de 592. (112)

Em 1593 foi lançada a primeira pedra do baluarte de S.
 Francisco e fez se a porta do mar, onde se lê a inscrição:

*No era de 1593 sendo capitão desta cid. de
 Do Duarte Deça, que foi o derradeiro
 que El Rei Dom Sebastião com e'a
 despachou, foi por ele lançada a pri-
 meira pedra neste baluarte S. Francisco
 e se fez esta porta*

O Vice Rei determinou, como medida de defesa em 1594:

Dom Felipe &c. A quantos esta minha carta de ley virem
 e o conhecimento desta com diueto pertencer faga saber que por
 justos respetos de meu seruiço, fez e guarda das fortalezas de

(112) Arq. Port. Or. (1.ª e 2.ª s.) Liv. III, fol. 1.ª

Chaul, Baçaym, Damão, e suas terras ey por bem e me praz que toda a pessoa que for morador em Chaul, Baçaim, Damão, e suas terras, ou tiuer aldeas, da publicação desta em diante se vá invernar e residir nas ditas fortalezas, cidades e suas terras, e não em outra parte alguã, sob pena de dous annos de degredo pera Ceilão, e de ficarem devolutas para minha fazenda as aldeas que asy tiuerem, e esta será apregoada nesta cidade de Goa, e o Chanceler do estado passará treslados della autenticos para ser apregoada nas ditas fortalezas e suas terras para a todos ser notorio, e não se poder alegar ignorancia, de que se fará assento nas costas desta. Noteficoo asy a todas as minhas justiças, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação comprir e guardar como se nella contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Purtugal a iiij de Março. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathias de Albuquerque do Conselho de Sua Magestade; seu Viso Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M. D. Lxxxxiiij. Luis da Gama o fez escreuer. — O VisoRey." (113)

Gastavam-se na construção da fortaleza oito mil pardaus por ano.

"Francisco Paes, Provedor mór dos contos, me escreueo que na fortaleza de Damão se podia fazer em cada hum anno hũa não para seruir na carreira da India assy pella bondade da madeira como porque custarão muito menos do que custão neste Reino, pera o que se *podião aplicar os oito mil pardaus que se dão para as obras da fortificação daquella fortaleza,*" (114)

A 24 de Fevereiro de 1595 escreveu El-Rei ao Vice-Rei^a Matias de Albuquerque:

"E tiue contentamento de me escreuerdes como no verão passado esperaueis de fechar de todo a fortificação de Damão." (115)

(113) *Ar. Port. Or.* 1.^a edição, fasc. III, doc. 156.

(114) *Carta Regia* de 27 de Fevereiro de 1595 no *Arq. Port. Or.* (1.^a edição) fasc. III, doc. 169.

(115) *Arq. Port. Or.* (1.^a edição), fasc. III, doc. 165.

Mas não conseguiu o Vice-Rei realizar o seu intento, porque os jesuitas suspenderam as obras da fortificação, que El-Rei em 1601 mandou recommençar

‘ Conde almirante Visso rey amigo : Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo A cidade de damão me apresentou por sua carta as sem Rezões e ynjusticias que dizem que lhe erao feitas por Christouão de Tauora, Capitão daquela fortaleza, de que vos têmão dado conta, e porque de muitos anos a estas partes, e em especial, do tempo em que nella esteve por capitão, dom luez de menezes, sou ynformado, que vão continuando estas desordens tanto contra o serviço de deos e meu Vos encomendo deis nisto o Remedio que conuem, E tais podem, elas ser que seia Rezão, não se goardar, o castigo, delas pera o tempo em que os Capitães devem suas tendencias : Porque assy como he de muito ynconueniente verem os que succedem nesta fortaleza que se suspende o castigo de tais diltos, sera de exemplo castigarenses, logo

E tambem me dao conta como a satisfação da fortaleza está em muito Bons termos, e que esperão ajudeis a despesa da obra dela com o trisco do dinheiro que se fez da viagem da china de que lhe fiz merçe para a dita fortificação que dizem esta depositado, no mosteiro de são Fran^{co}, o que vos encomendo muito particularmente e que lhe deis para ysto todo o favor e ajuda que conuem com a lembrança de ser fronteira de hum tão poderoso ymigo como he o Mogor.

Escrita em Lix^a a 27 de dez^a de 1598

Rey^o (116)

“A Nuno rrouz prouncial da companhia dessas partys, mando agradecer por minha carta acuparemsse aqueles Religiosos na administração do ospital de goa e q^{ue} assy ■ devem fazer nos hospitaes das mais çidades e fortalezas desse estado omde tuerem cas-sas pelo bom modo de que sou enformado que procedem nisto encomendouos que assy lho peçaes e encomendeys de minha parte e porque sou tambem enformado que correndo elles com a fortificação da fortaleza de damão a alargarão em tempo do Visso-

Chaul, Baçaym, Damão, e suas terras ey por bem e me praz que toda a pessoa que for morador em Chaul, Baçaim, Damão, e suas terras, ou tiuer aldeas, da publicação desta em diante se vá invernar e residir nas ditas fortalezas, cidades e suas terras, e não em outra parte alguã, sob pena de dous annos de degredo pera Ceilão, e de ficarem devolutas para minha fazenda as aldeas que asy tiuerem, e esta será apregoada nesta cidade de Goa, e o Chanceler do estado passará treslados della autenticos para ser apregoada nas ditas fortalezas e suas terras para a todos ser notorio, e não se poder alegar ignorancia, de que se fará assento nas costas desta. Noteficoo asy a todas as minhas justiças, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como se nella contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a iij de Março. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathias de Albuquerque do Conselho de Sua Magestade; seu Viso Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M. D. Lxxxxiiij. Luis da Gama o fez escreuer. — O VisoRey." (113)

Gastavam-se na construção da fortaleza oito mil pardaus por ano.

"Francisco Paes, Provedor mór dos contos, me escreueo que na fortaleza de Damão se podia fazer em cada hum anno hũa não para seruir na carreira da India assy pella bondade da madeira como porque custarão muito menos do que custão neste Reino, pera o que se *podião aplicar os oito mil pardaos que se dão para as obras da fortificação daquella fortaleza,*" (114)

A 24 de Fevereiro de 1595 escreveu El-Rei ao Vice-Rei⁸ Matias de Albuquerque:

"E tiue contentamento de me escreuerdes como no verão passando esperaeis de fechar de todo a fortificação de Damão." (115)

(113) *Ar. Port. Or.* 1.^a edição, fasc. III, doc. 156.

(114) *Carta Regia* de 27 de Fevereiro de 1595 no *Arq. Port. Or.* (1. edição) fasc. III, doc. 169.

(115) *Arq. Port. Or.* (1.^a edição), fasc. III, doc. 165.

Mas não conseguiu o Vice-Rei realizar o seu intento, porque os Jesuítas suspenderam as obras da fortificação, que El-Rei em 1601 mandou recommençar

• Conde almirante Visso rey amigo Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo A cidade de damão me apresentou por sua carta as sem Rezões e ynjusticias que dizem que lhe serão feitas por Christouão de Tauora, Capitão daquela fortaleza, de que vos tnhão dado conta, e porque de muitos anos a estas partes, e em especial, do tempo em que nella esteue por capitão, dom luiz de menezes, sou ynformado, que vão continuando estas desordens tanto contra o serviço de deos e meu Vos encomendo deis nisto o Remedio que conuem, E tais podem, elas ser que seja Rezão, não se goardar, o castigo, delas pera o tempo em que os Capitães devem suas tendencias. Porque assy como he de muito ynconueniente verem os que succedem nesta fortaleza que se suspende o castigo de tais diltos, sera de exemplo castigarense, logo

E tambem me dao conta como a satisfação da fortaleza está em muito Bons termos, e que esperão ajudeis a despesa da obra dela com o risco do dinheiro que se fez da viagem da china de que lhe fiz merçe para a dita fortificação que dizem esta depositado, no mosteiro de são Fran^{co}, o que vos encomendo muito particularmente o que lhe deis para ysto todo o favor e ajuda que conuem com a lembrança de ser fronteira de hum tão poderoso ymigo como he o Mogor.

Escrita em Lix^a a 27 de dez^a de 1598

Rey^a (116)

"A Nuno roiz prouincial da companhia dessas partes, mando agradecer por minha carta acuparemsse aqueles Religiosos na administração do ospital de goa e q^e assy o devem fazer nos hospitaes das mais çidades e fortalezas desse estado omde tuerem cas-
sas pelo bom modo de que sou enformado que procedem nisto encomendouos que assy lho peçaes e encomendeys de minha par-
te e porque sou tambem enformado que correndo elles com a fis-
tificação da fortaleza de damão a alargarem em tempo do i^{ste}

Chaul, Baçaym, Damão, e suas terras ey por bem e me praz que toda a pessoa que for morador em Chaul, Baçaim, Damão, e suas terras, ou tiuer aldeas, da publicação desta em diante se vá invernar e residir nas ditas fortalezas, cidades e suas terras, e não em outra parte alguã, sob pena de dous annos de degredo pera Ceilão, e de ficarem devolutas para minha fazenda as aldeas que asy tiuerem, e esta será apregoada nesta cidade de Goa, e o Chanceler do estado passará treslados della autenticos para ser apregoada nas ditas fortalezas e suas terras para a todos ser notorio, e não se poder alegar ignorancia, de que se fará assento nas costas desta. Noteficoo asy a todas as minhas justiças, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como se nella contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a iiij de Março. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathias de Albuquerque do Conselho de Sua Magestade; seu Viso Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M. D. Lxxxxiiij. Luis da Gama o fez escrever. — O VisoRey.” (113)

Gastavam-se na construção da fortaleza oito mil pardaus por ano.

“Francisco Paes, Provedor mór dos contos, me escreueo que na fortaleza de Damão se podia fazer em cada hum anno hũa não para servir na carreira da India assy pella bondade da madeira como porque custarão muito menos do que custão neste Reino, pera o que se *podião aplicar os oito mil pardaos que se dão para as obras da fortificação daquella fortaleza,*” (114)

A 24 de Fevereiro de 1595 escreveu El-Rei ao Vice-Rei Matias de Albuquerque:

“E tiue contentamento de me escreuerdes como no verão passado esperaeis de fechar de todo a fortificação de Damão.” (115)

(113) *Ar. Port. Or.* 1.^a edição, fasc. III, doc. 156.

(114) *Carta Regia* de 27 de Fevereiro de 1595 no *Arq. Port. Or.* (1.^a edição) fasc. III, doc. 169.

(115) *Arq. Port. Or.* (1.^a edição), fasc. III, doc. 165.

Conde almirante Visso rey amigo Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que amo A cidade de damão me apresentou por sua carta as sem Rezões e ynjusticias que dizem que lho erão feitas por Cbristouão de Tauora, Capitão daquela fortaleza, de que vos tinham dado conta, e porque de muitos anos a estas partes, e em especial, do tempo em que nella esteuo por capitão, dom luis de menezes, sou ynformado, que vão continuando estas desordens tanto contra o serviço de deos e meu Vos emcomendo das nisto o Remedio que conuem, E tais podem, elas ser que sea Rezão, não se goardar, o castigo, delas pera o tempo em que os Capitães devem suas tendencias. Porque assy como he de muito ynconueniente verem os que succedem nesta fortaleza que se suspende o castigo de tais dilitos, sera de exemplo castigarense, logo

E tambem me dao conta como a satisfacção da fortaleza esta em muito Bons termos, e que esperão ajudeis a despesa da obra dela com o risco do dinheiro que se fez da viagem da China de que lhe fiz merçe para a dita fortificação que dizea esta depositada, no Monteiro de São Francisco, o que vos encomenda muito particularmente e que lhe deis para ysto todo o favor e ajuda que puderdes. A lembrança de ser fronteira de hum tão poderoso Imperio como o Mogor

Escrita em Lux.º a 27 de dez.º de 1555

2000 年 12 月

"A Nuno roiz provincial da
agradeçer por minha carta
ministração do ospital de gra e q
taes das mais cidades e fort
sas pelo bom modo de que sou
encomendouos que assy
te e porque sou tambem
tificaçao da fort.leza de

rey matias de Alboquerque e que de então para cá se fez muito pouco ou nada nela sendo ja algumas vezes vissitada pelos capitães do mogor seus vezinhos e ymporta muyto comcluirse com esta fortificação vos emcomendo muyto encarecidamente que peçaes aos ditos religiosos querião tornar a correr com ela pela ymportancia de que me averey por bem servido deles como em outra carta que vay nestas vias volo senofico.....

Escrita em Lisboa a 22 de Janeiro de Mil Seis Centos e Hum.
Rey." (117)

Em 1605 não estavam ainda concluidas as obras da muralha de pedra, pois o Senado de Goa escrevia a El-Rei:

"Damão he fortaleza mui arriscada, e por estar muito gastada a cerca, que tinha de madeira, e se não fazer em reparar, se tirou toda, e *fechou de pedra em roda que em partes está ainda muito baixa.*" (118)

Este estado de coisas continuou até 1611.

"A fortificação de Damão he de tanta importancia como sabeis; e postoque os oito mil pardaos, que de minha fazenda se applicarem para as obras d'ella, deixaram de se lhe dar pelas razões que dizeis, vos encommendo que, não havendo necessidade maior e mais precisa, ordeneis se acabe a dita fortificação, perfeiçoando-se em todo, dando-se para ella os oito mil pardaos na forma que d'antes se fazia; e que assi o dito dinheiro, como as mais rendas applicadas para esta e as mais fortificações d'essas partes se não despendam em nenhũa outra cousa.

E porque, como tendes visto por minha carta de 10 de março de 609, tendo mandado que se não concedam licenças sem muita causa aos foreiros das terras de Damão, contra a condição de seus aforamentos, para viverem fora da fortaleza, e os que a não tiverem serem obrigados a residir conforme a sua obrigação, e esta materia he de muita consideração, vos encommendo que, quando houver cau-

(117) *L.º das Monções* n.º 8, fls. 81.

(118) *Arg. Port. Or.* (1. edição) fasc. I, p.º II, doc. 13.

sas tam forçosas, per que pareça se devam conceder as taes licenças, as vejaes com o conselho, e parecendo nelle justas, as concedereis, avisando-me logo na primeira occasião das que n esta forma concederdes e rasões que para isso houver, e das taes licenças se usara somente até se ter re-posta minha, e assi se declarará na promissão e despacho que d ellas se passar, e me enviareis hũa relação de todas as pessoas que nas terras do Norte teem aldeias com obrigação de cavallos, com declaração dos que não residem com elles e que causas ha para isso. Escripta em Lisboa a 9 de fevereiro de 1611 — Rey. — O Conde Almirante " (119)

Em 1614 começou defronte da Praça, a construção dum forte, a que se pôs o nome de S Jeronymo, em atenção ao Vice Rei. A imagem do santo e as armas reaes estão por cima da porta, e de um lado um leão e do outro um gigante armado com a massa. O da esquerda tem este dístico

‘ Quem por aqui quizer entrar com esta mo ade pagar

E o da direita

Que eu he meu companheiro o vigiamos sem dinheiro

Por cima, também a direita

*Este forte São Jeronimo se começou
por ordem de Dom Jeronimo de Azevedo
sendo visorrey da India no anno de 1614
e os administradores da fortificação
desta cidade lhe mandarão levantar esta
pedra por agrazecimento com suas armas
aleiadas e entalhadas para fôrça de
memoria dos seculos transactos.*

A construção acabou em 1627, pois na porta e esquadra de quem entra, estão imperfeitamente gravadas as armas do Gamas, e esta inscrição

(119) *Carta de D. J. C., II, —*

"Este forte se acabou em tempo de D. Francisco da Gama Conde almirante sendo a segunda vez visio Rei da India no anno de 1627 e os administradores da fortificação em reconhecimento ao dito visio Rei em cuio visio reinado se fez a mor parte deste forte pera defensão do qual mandou de Goa 4 pesas grandes de artilharia ordenarão que nesta frontaria se entalhassem as suas armas pera eterna memoria."

A Portaria Provincial de 16 de Dezembro de 1842 mandou conservar êsse forte como monumento nacional.

A seguinte Carta Régia revela os motivos determinantes a construção do forte de S. Jerónimo e aprova a edificação um forte em Nargol.

"Conde visio-rey da India amigo, eu elrey vos envio muito saudar como aquelle que amo. O visio-rey Dom Jeronimo de Azevedo me deu conta nas vias do anno passado que em algumas partes do norte era necessario fazerem-se fortificações, e que já em Damão se ia correndo com uma que ordenara quando se começaram as desavenças de Cambaia, que era um forte que ficava da outra banda do rio, com que se assegurava poder ser soccorrida aquella cidade, que d'antes não podia sel-o livrando-se juntamente da bateria que d'aquelle sitio se lhe podia fazer, por ser eminente e a descobrir toda, e que servia tambem para se recolher a ella a gente d'aquellas terras com seus gados em qualquer accommettimento dos inimigos, porque como lhes ficava o rio em meio não se podia em um similhante conflicto recolher todos á cidade, e que já em uma entrada dos Mogores fôra o dito forte de muito effeito, porque n'elle se amparara toda a gente e os gados, por estar já em estado defensavel e com artilheria, e que se tinha assentado em conselho da fazenda que lhe dessem as mesmas ordinarias que se davam ao baluarte do mar de Dio; e que por ser fallecido Vasco Pires de Faria, a quem tinha encarregado a guarda d'esteforte, provera n'elle a Henrique Nunes Pereira, fidalgo velho e pobre, que tinha sido capitão de Barcelor e Onôr, e assim escreveu o dito Dom Jeronimo que tambem tinha assentado que se fizesse outro forte no rio Nargol, que ia ter a São Gens, para com elle defender aos Malabares a colheita que ali tem, e o damno que causavam, porque por respeito

d'elles se despovoavam aquellas terras, e se faltava com o rendimento d'ellas a minha fazenda, e que ordenava que se fizesse a obra do dinheiro da fortificação de Damão, por ser em seu districto em que se gastava pouco e que tambem seria pouca a despesa de o conservar, porque bastaria residir ali um bombardeiro e alguns peões que vigiassem, os quaes se podiam tirar das tranqueiras, e que tambem se tinha apontado que conviria passar ali a capitania de São Gens, que ficava perto, e sustentar se tudo com uma só despesa, mas que d'isto se trataria depois, e se me daria conta de tudo, porque no tempo presente, em que os inimigos andam tão soltos n'esses mares é necessario segurar mais os portos e entradas, e eu aprovei com essa consideração tudo o que o dito Dom Jeronimo me avisou sobre as fortificações que nesta se vos declaram, vos encomendo muito que, na conformidade que n'ella se refere, as prosigaes, e proveeis até de todo se aperçoarem, dando me conta do que n'isso fizerdes para o ter entendido. Escripta em Lisboa a 20 de Janeiro de 1618 — Rey — O Duque de Villahermosa, Conde de Ficalho

Para o conde visorey da India " (120)

Mas não se fez o forte em Nargol, pois diz Bocarro

" A aldeia Nargol, sita na foz do rio Nargol, nas terras de Damão, era infestada de mouros malabares dos parós, que desembarcavam ordinariamente n'ella a fazer a sua aguada e comer, e roubavam as embarcações que entravam e sahiam pelo mesmo rio, e aos passageiros que passavam de uma parte a outra com grande perda das aldeias circumvisinhas ao mesmo rio, e do fôro d'ellas e do mandovim de Sanger. E ja em tempo passado, por se ter assim por necessario, se fez uma tranqueira no dito rio, onde o capitão do Damão ordenou assistissem praes, que se tiravam das mais tranqueiras das ditas terras por quanto no tempo de verão, que é o em que alli iam os malabares se podiam escusar n'ellas. Porém ia em tanto crescimento a frequentação d'elles na dita aldeia Nargol, que fizeram os de Damão muitas queixas d'isto ao visorey, a qual

pondo a materia em conselho de Estado, se assentou que pör todas as razões referidas convinha fazer-se logo alli um forte que se povesse de artilheria e piães, que se podiam tirar das outras tranqueiras para o vigiarem; onde tambem se praticou seria antes conveniente passar para este forte o de Sangens, que fica alli perto, por ser o sitio em que está mui doentio, de modo que se não póde habitar de verão, nem soccorrer-se em um trabalho tão facilmente como este de Nargol. Com que se ficavam escusando duas despesas e evitando estes males; porém nem com estas considerações serem tão convenientes se mandou por então fazer o dito forte em Nargol, antes se dilatou para outra occasião." (121)

O Vice-Rei expôs a El-Rei as razões porque se não construiu o forte em Nargol solicitado pelos jesuitas:

"Senhor — Este forte novo São Jeronimo se tem por muito importante para segurança da fortaleza de Damão, e as mais cousas referidas n'esta carta por Dom Jeronimo d'Azevedo, o qual forte está já acabado, e se lhe vai fazendo os parapeitos, e as duas cortinas do muro, em que no meio ha de haver a porta da entrada para se assegurar de todo o ir e vir d'elle a Damão, e atravessar o rio sem perigo, e n'esta obra se começa a trabalhar agora, deixando para a derradeira cousa que se ha de fazer uma torre que ha de haver no meio do forte, que sirva de cavalleiro d'elle e dizem sentiram muito os Mogores fazer-se este forte; a elle se passaram da fortaleza duas peças de artilheria n'esta occasião da vinda do rey a Cambaia, e d'aqui mandei outras duas peças grossas, e como tiver mais artilheria porei mais n'elles para de todo ficar como convém. E por Henrique Nunes me pedir o mudasse para a capitania do baluarte de Taná, que vagou por Fernão de Castro Fogaça, o fiz pelos respeitos que Dom Jeronimo o proveu d'este de Damão, em que provi a capitania d'elle a Francisco Salema Castilhon, casado e morador em Damão, pela boa informação que tive de suas partes e serviços.

E tomando informação do que Vossa Magestade n'esta carta

me ordena ácerca do forte, que o viso rey Dom Jeronimo d'Azevedo diz tinha assentado fazer no rio Nargol, pelos respetos n'esta de Vossa Magestade declarados, achei que assim n'assentara no conselho que fez em 16 de outubro de 616, e que para se fazer com o dinheiro da fortificação de Damão passára provisão em 21 de fevereiro de 617, e que n'isto se não fizera mais que ajuntar no sitio, onde este forte se havia de fazer, alguma pedra n'calhao pelo padre João Borges, da Companhia de Jesus, administrador que então era das ditas obras, por serem os padres os que mais procuravam fazer se este forte, para segurança de uma aldêa que está na bôca d'este rio Nargol que lhes deixou uma Catharina, preta, por ser em beneficio d'ella fazer-se o dito forte, porquanto os malavares entravam no dito rio n'iam fazer aguada no tanque da dita aldêa, e mettendo-se *entre* as leiteiras ficavam escondidos esperando os passageiros, mas, como os padres venderam *esta* aldêa a um Domingos Lourenço, cessaram as instancias que faziam sobre se fazer este forte, e se *não* tratou mais d'elle, e o dito Domingos Lourenço, que comprou a aldêa, fez já uma casa forte pegada ao tanque, com que impede que os malavares não façam aguada n'elle, que era n'que mais ali os levava, com que tambem ficam seguros os passageiros, e se ficava escusando o forte, que ainda tem esta casa forte, pareceu em conselho não era necessario, porque o mesmo que os Malavares fazem n'este *sitio* o fazem em outros muitos que ha n'aquella costa, e que da fortaleza de São Gens não havia que tratar nem innovar de como esta e esteve até agora. Guarde Deus a catholica n'Real pessoa de Vossa Magestade, de Goa a 7 de fevereiro de 1619 — O Conde de Redondo " (122)

Antonio Pinto da Fonseca incumbido de inspecionar a fortaleza de Damão no começo do século XVII prestou o relatório referido na seguinte Carta Régia

" Dom Jeronymo de Azevedo, viso rey amigo, eu el rey vos envio muito saudar Antonio Pinto da Fonseca me escreveu que, visitando a fortaleza de Damão, achara n'ella o capitão Nuno Al-

(122) *Doc. remet. da India*, IV, pag. 272

vares Pereira de Lacerda, e os almazens d'aquella praça mui mal providos, sendo assi que andava voz que o Mogor lhe queria pôr cerco; e que informando-se se havia as obrigações da gente de cavallo, que he o com que se defendem as terras sujeitas á dita fortaleza, achara que não havia sessenta cavallos, havendo de ser cento e noventa e tres. E porque no tempo presente he de tão grande inconveniente como considerareis faltar a defeza nas minhas fortalezas, e esta sem cavallos se não pode segurar como convem, me pareceu encomendar-vos e encarregar-vos muito como o faço que mandeis logo vêr as obrigações de cavallo das terras de Damão, e que façaes que effectivamente se cumpram, e tenham cavallos as pessoas que para isso a tem, tirando aquellas que por sentença da Relação estiverem desobrigadas, como eu o tenho mandado. E da mesma maneira ordenareis que os fidalgos que estiverem em Goa, que lá tiverem aldeias com a mesma obrigação, as cumpram por terceiros, advertindo que o capitão que der praças de cavallo a qualquer pessoa que a não servir com elle, o ha de pagar anoveado, e que vós o haveis de executar assi, com toda a pontualidade, e que acontecendo que os donos das aldeias não satisfaçam com as condições que lhe foram dadas, se lhes hão de tirar, e dar a outros que cumpram com ellas, de modo que não haja falta em serem effectivos os cavallos ordenados, pois são para a defensão das mesmas aldeias, e por mui encarregado vos hei o cumprir-se isto, sem se admitir replica alguma em contrario.

Tambem me avisou o dito Antonio Pinto que, alem da falta dos ditos cavallos, achara que a havia no numero dos quinhentos piões, que estava assentado que houvesse nas tranqueiras d'aquella praça e que por este respeito estavam muitas aldeias destruidas dos mouros, em que alem da perda da reputação, se perdiam tambem muitos foros que se pagavam a minha fazenda, em que os fronteiros tambem perdiam seu remedio; e para que este damno se evite, e sejam effectivos os ditos piões, hei por bem e vo; mando que ordeneis como sejam visitadas muitas vezes as ditas tranqueiras, para se saber se residem n'ellas, e que achando-se que alguns capitães comem algumas d'estas praças mortas, os façaes castigar com todo o rigor, sem se lhes dar logar a desculpa alguma, estando averiguada a dita falta. E assi me deu

conta o dito Antonio Pinto de como achara que o dito capitão não tinha dos corenta homens, parentes e criados que eu lhe mando pagar, mais que cinco e que os outros se lhe pagavam sem os ter, e assi mesmo os trinta de sua guarda, não tendo mais que quinze e posto que pela informação que tenho do que n'estas praças costumam a fazer ordinariamente e contra os effeitos para que se lhes concederam, todos os capitães, se me propoz que se deverão extinguir em geral, todavia tendo por certo que n'isto havera d aqui por diante emenda e differente procedimento, hei por bem que as praças dos parentes se tirem, com declaração que acontecendo irem alguns parentes do capitão, ou outros fidalgos, invernar aquella fortaleza, em tal caso se lhe paguem as praças de parentes que elles occuparem, pelo tempo que residirem somente poreim, achando se que o official da minha fazenda a que toca fazer este pagamento, acode com elle ao capitão, estando as praças mortas ordenareis que seja castigado com todo o rigor, e que para isso deis as ordens necessarias

E quanto aos homens que eu lhes mando pagar, hei por bem que os tenham effectivamente, e que contra os feitores que lhos pagarem, sem os ter e os escriptos que lhes lancarem os pagamentos, se proceda com toda demonstração, guardando se nisto pontualmente os meus regimentos, e as mais ordens que na materia estão dadas e o mesmo vos encommendo muito que ordeneis que se faça nos homens da guarda do dito capitão. E a Antonio Pinto tenho mandado agradecer e que n'este negocio fez, mandando que se não pagassem annuaes todas as praças que achou que não tinha. Avisou mais o dito Antonio Pinto que, tendo o dito capitão obrigação de dar mesa aos soldados, assi na fortaleza como no campo quando a havia dado, e fazia que lha pagasse. E porque eu sou informado que o que se dá para elle são mil cruzados, e que com elles que não falta aos soldados pobres esta sustentação, para cuja commodidade se ordenou a dita mesa, hei por bem que ella se continue, e que para isso se deem os mil cruzados aos capitães d'ella, obrigando-os a que tenham effectivamente a dita mesa nos tempos costumeados.

Tambem diz o dito Antonio Pinto que o capitão comia pelo mesmo modo o que lhe era sinalado para espia, sem as ter, que era cousa muy prejudicial á defensão d'aquellas terras. E em conside-

vares Pereira de Lacerda, e os almazens d'aquella praça mui mal providos, sendo assi que andava voz que o Mogor lhe queria pôr cerco; e que informando-se se havia as obrigações da gente de cavallo, que he o com que se defendem as terras sujeitas á dita fortaleza, achara que não havia sessenta cavallos, havendo de ser cento e noventa e tres. E porque no tempo presente he de tão grande inconveniente como considerareis faltar a defeza nas minhas fortalezas, e esta sem cavallos se não pode segurar como convem, me pareceu encomendar-vos e encarregar-vos muito como o faço que mandeis logo vêr as obrigações de cavallo das terras de Damão, e que façaes que effectivamente se cumpram, e tenham cavallos as pessoas que para isso a tem, tirando aquellas que por sentença da Relação estiverem desobrigadas, como eu o tenho mandado. E da mesma maneira ordenareis que os fidalgos que estiverem em Goa, que lá tiverem aldeias com a mesma obrigação, as cumpram por terceiros, advertindo que o capitão que der praças de cavallo a qualquer pessoa que a não servir com elle, o ha de pagar anoveado, e que vós o haveis de executar assi, com toda a pontualidade, e que acontecendo que os donos das aldeias não satisfaçam com as condições que lhe foram dadas, se lhes hão de tirar, e dar a outros que cumpram com ellas, de modo que não haja falta em serem effectivos os cavallos ordenados, pois são para a defensão das mesmas aldeias, e por mui encarregado vos hei o cumprir-se isto, sem se admitir replica algũa em contrario.

Tambem me avisou o dito Antonio Pinto que, alem da falta dos ditos cavallos, achara que a havia no numero dos quinhentos piões, que estava assentado que houvesse nas tranqueiras d'aquella praça e que por este respeito estavam muitas aldeias destruidas dos mouros, em que alem da perda da reputação, se perdiam tambem muitos foros que se pagavam a minha fazenda, em que os fronteiros tambem perdiam seu remedio; e para que este damno se evite, e sejam effectivos os ditos piões, hei por bem e vos mando que ordeneis como sejam visitadas muitas vezes as ditas tranqueiras, para se saber se residem n'ellas, e que achando-se que alguns capitães comem algũas d'estas praças mortas, os façaes castigar com todo o rigor, sem se lhes dar logar a desculpa algũa, estando averiguada a dita falta. E assi me deu

conta o dito Antonio Pinto de como achara que o dito capitão não tinha dos corenta homens, parentes e criados que eu lhe mando pagar, mais que cinco e que os outros se lhe pagavam sem os ter, e assi mesmo os trinta de sua guarda, não tendo mais que quinze e posto que pela informação que tenho do que n'estas praças costumam a fazer ordinariamente e contra os effectos para que se lhes concederam, todas os capitães, se me propoz que se deverão extinguir em geral, todavia tendo por certo que n'isto havera d aqui por diante emenda e differente procedimento, hei por bem que as praças dos parentes se tirem, com declaração que acontecendo irem alguns parentes do capitão, ou outros fidalgos, invernar aquella fortaleza, em tal caso se lhe paguem as praças de parentes que elles occuparem pelo tempo que residirem somente, porem, achando se que o official da minha fazenda a que toca fazer este pagamento, acode com elle ao capitão, estando as praças mortas ordenareis que seja castigado com todo o rigor, e que para isso deis as ordens necessarias

E quanto aos homens que eu lhes mando pagar, hei por bem que os tenham effectivamente, e que contra os feitores que lhos pagarem, sem os ter, e os escriptes que lhes lancarem os pagamentos, se proceda com toda demonstração, guardando se nisto pontualmente os meus regimentos, e as mais ordens que na materia estão dadas, e o mesmo vos encommendo muito que ordeneis que se faça nos homens da guarda do dito capitão. E o Antonio Pinto tenho mandado agradecer o que n este negocio fez, mandando que se não pagassem annuaes todas as praças que achou que não tinha. Avisou mais o dito Antonio Pinto que, tendo o dito capitão obrigação de dar mesa aos soldados, assi na fortaleza como no canhão, nunca a havia dado, e fazia que lha pagasse. E porque eu sou informado que o que se dá para ella são mil cruzados, e que co ntem que não falte aos soldados pobres esta sustentação, para cuja commodidade se ordenou a dita mesa, hei por bem que ella se continue, e que para isso se deem os mil cruzados aos capitães de Da não, obrigando-os a que tenham effectivamente a dita mesa nos tempos costunados.

Tambem diz o dito Antonio Pinto que o capitão comia pelo mesmo modo e que lhe era sinalado para espia, sem as ter, que era coisa muy prejudicial á defensão d aquellas terras. E em conside-

ração d'isso vos encommendo muito que faças particulares diligencias, para saber o como se gasta o dinheiro applicado para esse effeito, pois se não podem escusar as ditas espias, prevenido tudo o que convier, para que, havendo-as effectivas, se não despenda fantasticamente.

Tambem adverte que o dito capitão se aproveitava do ordenado do sobre-ronda e do porteiro, sem os ter, e que achara que mandava fechar as portas da fortaleza por hum negro seu. E porque das cousas que n'esta se vos referem, se deixa bem vêr a grande desordem e pouca guarda em que Antonio Pinto achou a fortaleza de Damão; e quão mal, em tudo o tocante à sua obrigação, cumpriu com ella em seu cargo o capitão Nuno Alvares Pereira, tive mui grande sentimento de que no tempo presente, e estando as cousas no estado em que sabeis, estivesse aquella praça tão exposta aos accommettimentos do mogor, a que se devera tanto attender, e particularmente de que isto acontecesse, estando o governo d'esse Estado a vosso cargo, de tudo o que se pode inferir a frouxidão, com que até agora se procedeo na guarda das fortalezas, em que consiste a conservação d'elle; sobre que, com esta occasião, se me fizeram diversas lembranças, e quão esquecida está em todos a disciplina militar e o zelo e o valor antigo, com que ellas se conquistaram, e conservaram em meio de tantos e tão poderosos inimigos; tratando somente os capitães de enriquecer, sem terem os soldados, guardas, espias, porteiros e mais cousas necessarias, sem as quaes nenhuma fortaleza pode ter nome de o ser; faltando tambem n'isto os meus viso-reys, que tanta obrigação tinham de o remediar: e assi vos encommendo e mando, por cima das ordens que ultimamente se vos deram n'esta materia em differentes respeitos, que para prevenção de tudo se vos advertiram, que para o diante procureis que se reformem e emendem todas as faltas que n'este particular houver, de maneira que nunca mais me possa chegar differente informação e as fortalezas estem providas, e na boa ordem e guarda que convem; advertindo-vos que dos descuidos que n'isto houver, vos hei de pedir a voz a conta mui particularmente, pois sois viso-rey e meu capitão geral, e superior de todos os outros capitães, a quem tanto toca velar nos que elles commettessem. E porque não será justo que se dissimule com Nuno Alvares Pereira, por o estado em que tinha

a fortaleza, de que fiz confiança d'elle, e para exemplo dos que lhe succederem, hei por bem que o que Antonio Pinto escreve, acerca do como achou que elle tinha cumprido com sua obrigação, se junte a sua residencia, para que tudo se lhe dê em culpa, e se proceda contra elle com o rigor que a justiça permitir, por tudo o que contra elle resultar

E porque eu tenho grande satisfação de Antonio Pinto, e pela importancia de sua pessoa e confiança que d'elle faço, he razão que assi por isto, como polo que toca a meu serviço, se tenha muita conta com elle, vos encomendo muito acudaes com os effectos necessarios as lembranças que elle vos fi er, e que quando o mandardes a algũa praça para fazer n'ella seu officio, advertaes o capitão d'ella do respeito que deve ter a este ministro, por seu cargo e pela importancia de que sao as cousas a que he de attender Escripta em Lisboa a 31 de Janeiro de 1615 — Rei — O duque de Villahermosa, Conde de Ficalho

Sobrescripto — Por el-rey — A Dom Jeronymo de Azevedo do seu conselho, visorrey e capitão geral do Estado da India " (123)

António Bocarro atesta o zelo com que Antonio Pinto da Fonseca se desempenhou da sua missão

"E da mesma sorte levou apontadas outras cousas, que havia de ordenar e prover, tocantes a fortificação das cidades de Damão, Baçaim e Chaul, porque tinham muitas que considerar e emendar, que lhe podiam ser de muito momento, em damno ou utilidade em qualquer occasião de guerra, ordenando lhe tambem soubesse o que se tinha feito do rendimento do um por cento de todas estas fortalezas applicado para a fortificação dellas, e o fizesse por em arrecadação por todos os modos, para o trazer ou mandar a Goa, e se empregar em cobre e fundir artilheria para se mandar as mesmas fortalezas e cidades, com que ficassem providas para sua defensão. E estas, com outras ordens que trazia de sua Magestade sobre estes mesmos particulares, trabalhou todo o possivel por cumprir

(123) Carta Regia de 31 de Janeiro de 1615 nos *Doc. reaes da India*, III, pp. 161

Antonio Pinto da Fonseca, com o zelo e applicação que sempre exercitou no serviço de sua Magestade, ajuntando a isso um animo tão desinteressado como livre de todos os mais respeitos, com que fazia tudo o que lhe parecia conveniente ao serviço de sua Magestade; e pelos muitos annos que militou em Flandes tinha conhecimento de fortificações, havendo-se achado em ganhar e defender fortalezas. " (124)

O relatório de António Pinto da Fonseca provocou as seguintes ordens régias:

"Dom Hieronymo de Azevedo, viso-rey amigo, eu el-rey vos envio muito saudar. Antonio Pinto da Fonseca me escreveu que na visita que fizera na cidade da Damão, achara que muitas aldeias do districto d'ella andavam mal aforadas, e que algũas d'ellas poderiam os senhorios servir com cavallos, a que não se tinha posto esta obrigação; e que muitos que a tinham, estavam sem elles, e não haviam nunca cumprido com a condição, por dissimulação dos capitães, que o consentiam por seus interesses; e que usavam o mesmo com muitas pessoas que estando obrigadas a viver na dita cidade e ter cavallos, viviam em Tarapor, Maim e em outras partes; de tudo o que vos quiz avisar por esta (como o faço) para que o saibaes; advertindo que parece que se não deve bulir nos aforamentos antigos, porque o estarem as aldeias prosperas, ou habitadas mais ou menos do tempo em que foram aforadas, succede da melhor ou peor visinhança que vão tendo, e de outras cousas que cada dia se variam, como se me tem dito. E quanto ao que toca aos que deixam de residir em Damão, como são obrigados, por viverem em Maim e Tarapor e em outras partes, vos encomendo que o façaes ver em conselho, para que, conforme ao estado em que as cousas estiverem, ordenardes na materia o que se houver por mais conveniente, considerando-se que os que n'aquellas terras moram, a ajudam tambem a defender e sustentar; e que de se lhes tirar esta gente poderia resultar entrarem-nas os inimigos mais facilmente; e do que em todo proverdes, com os intentos que se vos n'esta apontam, me

avisareis, para o ter entendido. Escripta em Lisboa a 14 de fevereiro de 1615. Rey — O Duque de Villahermosa Conde de Ficalho

Sobrescripto — Por el rey — A Dom Hieronymo de Azevedo do seu conselho, visio rey e capitão geral do Estado da India. (125)

Dom Hieronymo d'Azevedo, visio-rey da India amigo eu el rey vos envio muito saudar. Vai com esta carta hũa relação do que tenho entendido que passa na cidade de Damão: assi ácerca da guarda e vigia d'ella, como das obras da fortificação e procedimento do capitão Nunalvares Pereira de Lacerda com o que Antonio Pinto de Affonseca alli deixou ordenado: visitando aquella fortaleza. E porque tudo o que n'ella se refere, he da importancia que com facilidade se deixa considerar, e particularmente o que toca a guarda fortificação e provimento da cidade, que convem muito que se remedie, de maneira que movendo o maior guerra ou pondo-lhe cerco (como se deve recear) lhe não possa fazer d'ummo vos encomendo muito que vejaes o que ácerca d'isto se diz na dita relação e acudaeis a tudo breve e effectivamente, e me aviseis com particularidade do como o tendes feito. E sendo assi e que se diz do capitão Nunalvares Pereira, o mandareis tirar logo d'aquella fortaleza, posto que não tenha acabado o seu tempo, e entrará a pessoa que couber, e se houver já acabado de servir, encarregareis a sua residência a hum ministro de muita inteireza, e no que toca a guerra a despachareis em final, como vos parecer, tomando por accessor a hum letrado de confiança. E muito vos encargo que deis a Antonio Pinto de Affonseca todo o color e ajuda que houver mister para bom effeito das fortificações das fortalezas, e façaes executar cumpridamente suas ordens, de maneira que se siga d'ellas o que se pretende e tao necessario he á conservação d'esse Estado. Escripta em Madrid a 5 de março de 1615. — Rey — O Duque de Villahermosa Conde de Ficalho

Sobrescripto — Por el rey — A dom Hieronymo d'Azevedo do seu conselho e visio-rey da India. (126)

(125) *Doc. vet. et. da India* III pag. 220a

(126) *Doc. vet. et. da India* III, pag. 296

"Relação do que Sua Magestade he informado que se passa em Damão.

Sua Magestade he informado que estando a fortaleza de Damão de guerra com o rey d'Olergi seu vizinho, e por capitão n'ella Nun-alvares Pereira de Lacerda, tinha os almazens sêm o provimento necessario de munições para se defênder d'aquelle inimigo e do Mogor, que se dizia que tambem lhe queria pôr cerco.

E que havendo de haver n'aquella fortaleza cento noventa e tres homens de cavallo por obrigação, a saber: cento cincoenta e sete arabios e trinta seis da terra, não havia mais que sessenta; e que os que faltavam, arrecadava o capitão e dava a quem queria, por cuja falta e dos quinhentos piães que devia haver nas tranqueiras, em que faltavam muitos, estavam muitas aldeias destruidas dos mouros, no que se perdia reputação e muitos foros pertencentes á fazenda real, e os foreiros ficavam sem remedio; e que se houvera os cavallos da obrigação e os piães das tranqueiras, estiveram as terras melhor guardadas, e recearam os mouros fazer entradas n'ellas.

E que o capitão, em logar dos quarenta homens que Sua Magestade lhe manda pagar, parentes e criados, não tinha mais de cinco, e os outros se lhe pagavam sem os ter; e da mesma maneira os trinta de sua guarda, de que não tinha mais de quinze.

E que tendo obrigação de dar mesa aos soldados, assi na fortaleza como no campo, o não fez nunca, e fazia que lhas pagassem e o que se lhe tinha sinalado para espias, sem as ter, que he em notavel prejuizo da defensão das terras.

E que tambem se aproveitava do ordenado do sobreronda e do porteiro, sem ter nenhum; e mandava fechar as portas por hum cafre seu.

E visitando Antonio Pinto aquella fortaleza, e constando-lhe do sobredito; lhe mandara riscar as praças, e ao feitor que lhas não pagasse mais.

E que seria serviço de Sua Magestade mandar que se não pagassem aos capitães, homens, porque nenhum os tem; e da mesma maneira, as mesas, pois as não dão; e que as espias, donde forem necessarias, as haja effectivamente, mas que não sejam pagas por mão dos capitães.

E que se não vendam feitorias, nem haja n'ellas bramenes.

He tambem Sua Magestade informado que nas contas que Antonio Pinto tomou a cidade de Damão do dinheiro applicado ás obras, achou muitas despesas que se fizeram contra forma dos regimentos, assi no tempo que a cidade correu com ellas per si so, como quando corriam juntamente com os religiosos da companhia, e que mandando arrecadar, conforme a seu regimento, cinco mil e tantos pardaus, que a cidade, quando correu com estas obras só, despendeu fóra da fabrica, das pessoas que os mandaram despende, viera a com embargos á execução, que remetteu ao Juiz dos feitos da fazenda a Goa.

E que importa o que se despendeu fora da fabrica no tempo que correram com estas obras a cidade e os reitores da companhia, que seriam sete annos, mais de cinco mil pardaus, e deve ser muito mais o dinheiro que se tem mal despendido, do tempo que ha que as obras duram, que levam muitas imperfeições, e se poderão ja hoje mal remediar.

E que nas terras do districto de Damão ha muitas aldeas mal aforadas, e de algúas d'ellas podiam os senhores servir com cavallos e lhos não lançaram; e muitas outras pessoas que tem obrigação de os ter, os não teem, e os capitães dissimulam com isso e com outros que havendo de viver em Damão e ter cavallos, não os tem por, Maym e outras partes.

E que ha grandes queixas dos capitães, pelas multas e tribuções que fazem aos moradores e aos mercaderes, e pela maneira que se lhes tomam, se encobre tudo, com pena de morte a que lhas não tomar.

E que se já de grande projecto á fabrica de sua Magestade haver alfandega em Damão, assim para a entrada de mercaderias e para outras partes, como para encobrir a falta de dinheiro e para outros direitos que pagam ao Mog e em outras partes, e para não vão as casilas a comprar as coisas de que se precisa para toda a India; e não sendo de se fazer a alfandega em Damão, por ser muito perigoso por ser a terra de guerra, e de risco que corra os mercaderes, e de se lançar mão d'elles e de se fazer a alfandega em outras partes, e de se agravados por isso a falta de dinheiro e para outros direitos que pagam ao Mog e em outras partes.

ia; pelo que seria mui conveniente nao terem catillas de portuguezes a Cambaia." (127)

"Eu El-Rey faço saber aos que este alvara virem, que eu sou informado, que os capitães da fortaleza de Damão dão as praças das obrigações de cavallo, assinadas á dita fortaleza, de serventia a seus criados e parentes, quando vagão por morte ou ausencia, os quaes de ordinario as comem mortas, e outras vezes as provem em pessoas insufficientes, contra meus regimentos e providões; e querendo prover nesta desordem, pelo muito que importa a segurança da dita fortaleza, ey por bem e mando, que os ditos capitães não provejão as taes serventias nas ditas vagantes em seus criados e parentes. senão nas pessoas, que os proprietarios presentarem, quando tiverem legitima causa de ausencia, sendo aptos pera cumprirem com as ditas obrigações, ou em pessoas de merecimento e serviços, e em falta de nomeação dos ditos proprietarios, e sendo os cavallos, com que quacsquer delles as servirem, da qualidade que ellas pedem; e que o mesmo se faça nas que vagarem por morte dos proprietarios, até os que nellas ouverem de succeder terem idade pera as servir pessoalmente, sob pena que se averá por a fazenda dos ditos capitães o rendimento das ditas praças, de todo o tempo, que contra a forma desta provisão as comerem os ditos seus criados e parentes, ou outros quacsquer providos, insufficientes. E para constatar, de como neste negocio me ouverem servido, mando outrosy que na residencia que se tomar aos ditos capitães, se pergunte particularmente por isso; e que contra os que na materia se acharem culpados, se proceda com todo o rigor ás mais penas, que parecer alem da acima declarada, e ao meu Viso Rey ou governador daquelle estado, que ora he, e ao diante fôr, que cumprão este meu alvará, como se nelle contem, sem duvida alguma; o qual valerá como carta, sem embargo das ordenações em contrario; este se passou por tres vias, de que esta he a segunda. Francisco d'Abreu o fez em Lisboa ao 1.º d'Abril de 1615. Diogo Soares o fez escrivever. — O Arcebispo Primaz—Dom Estevão de Faro." (128)

(127) *Doc. remet. da India* — III, pag. 297.

(128) Abranches Garcia — *Arq. da Relação de Goa*, doc. 223.

História Económica — Vimos a pag 115 a 118 que D. Constantino de Bragança aforou as terras de Damão não só aos portugueses, alguns deles fidalgos, mas ainda aos abexins convertidos ao cristianismo, com obrigação de aqueles terem cavalos e estes espingardas

A princípio foram as terras concedidas tanto pelo Vice-Reis como pelos Capitães da fortaleza e eram sujeitas à regia confirmação e a varias cláusulas

"Em fahiota para succederem os herdeiros em perpetuo" — "Para succederem os descendentes até o 4.º grau" — "Para nomear exclusivamente em Varão" — "Para nomear em mulheres e filhos" — "Para nomear em filhas para casarem com os Reis de Portugal e não com os Visiços" — "Para nomear, livremente em herdeiros, ou estranhos, em filhas (1, 2, 3 e 4.º)" com obrigação de "sustentar cavallo, ou cavallos trabes, ter espingarda, ensinar a doutrina Cristã, promover a conversão, semear aljoflocos, morar com sua familia na respectiva Aldeia" etc. (1.º)

Estas cláusulas modificaram-se, através dos tempos, como se vê dos seguintes diplomas:

1566 (1.º de Março) Carta do Vice-Rei D. António de Noronha concedendo aos foreiros de Damão o privilegio, de lhes succederem as filhas, na falta de filhos, com a clausula de casarem no prazo de seis meses.

1591. (12 de Janeiro) Carta Régia mandando obrigar os foreiros a morarem na Praça com armas e cavalos.

1598 (10 de Março) Carta Régia ordenando aumentar uma 4.ª parte do foro na renovação dos emprazimentos.

1609 (10 de Março) Carta Régia ordenando não conceder licença aos foreiros para morarem fóra da Praça, e obrigar-lhes a cumprir as obrigações dos seus aforamentos

1663. (25 de Abril) Assento do Conselho d'Estado dispensando os foreiros da pensão de cavalos e armas

1670. (3 de Fevereiro) Alvará Régio permitindo aos foreiros de Damão casar as suas filhas com quem lhes parecer, correção-

rando nisto a Provisão Régia de 12 Maio de 1648, e revogando a disposição de outras, que determinavam casar as filhas exclusivamente com os *reinois*.

1672. (19 de Fevereiro) Provisão Régia mandando aforar as aldeias para casar as filhas.

1682. (21 de Março) Carta Régia ordenando deliberar em Conselho do Estado a conveniência da renovação dos aforamentos das aldeias do Norte.

1686. (26 de Abril) Alvará Régio ordenando arrecadar dos foreiros a obrigação de *cavallos e armas*, em dinheiro.

1697. (23 de Março) Carta Régia mandando suspender o empraçamento das aldeias, e ordenando administrá-las por conta da Fazenda.

1700. (22 de Março) Carta Régia ordenando empraçar as aldeias a beneméritos, com avaliação do foro, que não devia exceder a duas partes da renda, inclusive a obrigação *pessoal e de cavalos*.

1723. (19 de Novembro) Portaria do Govêrno, determinando ao Pe. Administrador de Damão arrecadar dos foreiros, em moeda, a obrigação de cavalos e armas.

1727. (18 de Março) Provisão do Conselho Ultramarino ordenando não alterar a prática de renovar os aforamentos.

1732. (5 de Março) Provisão do Conselho Ultramarino determinando suspender por 20 anos os empraçamentos das aldeias do Norte, e mandando vender as vagas para amortizar a dívida da Fazenda.

1734. (3 de Março) Provisão do Conselho Ultramarino determinando que nos prazos que se houver de vender se faça deles prazos familiares.

1737. (21 de Março) Provisão do Conselho Ultramarino mandando observar as ordens, que havia para casarem as filhas dos principais do Norte, que têm aldeias em vidas, com os portugueses nascidos no reino.

1771. (21 de Abril) Provisão mandando aforar em Damão e Diu as terras cultas e incultas como se pratica em Goa, e pelo sistema indicado na mesma Provisão.

1772. (19 de Fevereiro) Provisão do Conselho Ultramarino mandando nomear as aldeias em filhas para casarem com os *reinois*.

1843 (2 de Fevereiro) Portaria do Governo ordenando aos foreiros morar nas suas aldeias, e satisfazerem, em moeda, a obrigação de cavalos e espingardas

" (19 de Maio) Portaria do Governo dispensando os foreiros da residência nas aldeias derogando assim a Portaria precedente

" (30 de Agosto) Portaria Ministerial aprovando a determinação desta ultima Portaria mandando sustar os efeitos da de 2 de Fevereiro

A principio proibiu se a concessão das terras em fidejussim

Tambem sou informado que as Aldeias e outras terras de Baçaim e Dairao, e Mandouine desse Estado se aforam pelos Viscondes e Governadores delle a fidalgos e outras pessoas em termos pueris do que antes andavam, e muitas destas propriedades em fidejussim contra forma de meus Regimentos, e do que deve ser, e em muito dano de minha fazenda, devendosse procurar o acrecentamento do rendimento dela e porque esta desordem vai em tal o e mais vos encomendo e mando que trateis muito de propôr o que a r das destas Aldeias se acrecentem quando se renovarem e por nenhum caso se deve enfatejissim ser'o em vidas, de hã de mais tres quando muito, sem per nenhum caso de em mais de remedio que se pode dar as pessoas que estabelecem em suas nessas partes, e que por hum desamalgamação das terras e aldeias ver como estã dadas estas Aldeias, e as suas terras e outras qualesquer propriedades que pertencem a mim e a mim que prouissoes as possuem, e que de tudo appareçam em dos, que me enviareis per via com o e de mais de mais informação plenaria de tudo. Exorta em Lisboa a 10 de Mayo de 588 Rey (12)

' Em quanto ao que os ditos viscondes e governadores pretendem, que lhe conceda o augmento de mais de mais e andarem em hã so pessoa e mais de mais de mais aos herdeiros do defuncto, por cujo augmento mais compradas por dinheiro sobre que me escreve

alterar no modo de aforar as terras d'aquella comarca, por se não costumar nas renovações dos prazos accrescentar senão muito menos da quarta parte; pelas razões que apontaes, e assi não poderem temer que com o tempo e renovações se lhe accrescente muito o foro, nem que, extinctos os prazos, se aforem as aldeias fora de suas gerações, por ter introduzido a pratica n'esse Estado de annos a esta parte que se conceda renovação ao parente mais chegado do ultimo possuidor, hei por bem e mando que se nao altere nada n'esta materia, conforme a esta vossa informação

Escrita em Lisboa a 9 de Fevereiro de 1611.— Rei — O Conde Alhor." (131)

Sobre o regime agrário de Praganā Nagar-Aveli escreveu o antigo Governador de Damão, Forjaz de Serpa Pimentel:

"... o nosso governo na India, ao tomar posse nos annos de 1783 e 1785 da provincia de Nagar Avely, cedida pelo Peishwā, de Punā, abraçou o systema de arrematação em globo, d'um tão fertil territorio, acceptan lo, ou pelo menos admittindo, as simples e quasi graciosas declarações das entidades pateis ou d'outros quaesquer individuos que n'elle viviam, pondo de parte des le logo uma administração regularmente organisada, nomzando tão só nente para ali commandantes militares com attribuições que alguma cousa tinham de administrativas e fiscaes, mas sem serem bem e claramente definidas, não se importando nem com a quantidade do terreno de provincia, nem com a de cada aldeia, nem com a occupada por cada colono, e não adquirindo quaesquer documentos que mostrassem qual seria o seu verdadeiro, ou pelo menos approximado rendimento.

Figurou, portanto, desde a posse da provincia um verdadeiro maior, como unico e especial responsavel para com a fazenda, pelas rendas de Nagar Avely, ou pelo menos pela quota de cada um dos seus subtenedores, respondendo estes igualmente para com o primeiro, e representando cada um a parte d'uma população em que cada individuo de per si tinha reconhecidos direitos a representar-se para com ellas pessoalmente.

Deu isto lugar a que a provincia da Nagar Avelly, logo em seguida a sua posse, passasse e estar sujeita a uma exploração, espoliadora e vexatoria exercida por ambiciosos rendeiros, qual d'elles mais prepotente e menos escrupuloso na escolha dos meios e em fregar em proveito proprio, e a que se produzissem, durante tal systema d'e exploração, constantes usurpações de terrenos, abando nados pela população que fugia ás exigencias dos rendeiros, que, a par da renda, lhes exigiam contribuições pessoais, de vivere, lenha e serviços forçados e até multas para pequenos e grandes crimes attingindo em 1839 a emigração proporções mais que apparentes. Necessariamente tinha que intervir o governo concededor de tantos e taes vexames exercidos por esses rendeiros, e posto que tardiamente decidia em 1860 administrar directamente as terras de cultura da Praganá Nagar Avelly, com o pessoal constante do § 1º do art 1º do regulamento de 26 de Julho d'aquelle anno Decretou se portanto a administração directa, *sauccionado o principio dos contractos com aquelles que mais direitos tem a representar pessoalmente e as rendas rurais de Praganá*, que durante a arrematação em globo, tinham chegado a render 21 928 rupias annuaes, tendo sido arrendadas em 1784 as 66 aldeias que primeiramente vieram para o nosso dominio por 5 207½ rupias, em 1786 estas e as restantes de que posteriormente tomamos posse por 9 350, sottrahendo grandes melhorias, ate que em 1860 attingiram aquella importancia, passaram a exceder 21 928 rupias attingindo no periodo decorrido de 1860 para cá a media de 30949º 05½ 03½.

Da comparação dos rendimentos anteriores a 1860 e dos posteriores sem attender ás variações hauidas nos differentes annos, se deduz que, com a criação da administração directa, muito lucrou a fazenda publica.

As disposições, porém, d'aquelle regulamento não foram observadas, e tendendo ellas ao augmento da colonisação, e consequentemente ao desenvolvimento da agricultura, conciliando razoavelmente os interesses da fazenda com os do agricultor, não produziram os beneficios que havia a esperar da sua adopção.

Disponha o § 2º do artº 3º do regulamento, que os terrenos das aldeias fossem arrendados por arados e por undós, e que em acto continuo a organização dos malvazares se procedesse a medi-

ção e tombação de todos os terrenos incultos e devolutos, ficando para mais tarde a dos terrenos cultivados que os colonos já estavam usufruindo ao tempo da promulgação do regulamento rural, arbitrando-se no § 1.º do art.º 3.º a renda que deviam pagar por esses terrenos.

Nenhum dos preceitos acima indicados foram cumpridos, em aberta contraposição com a base fundamental de toda a manifestação rural; não se mediu a área dos terrenos já a esse tempo distribuídos; não se mediu a dos incultos e devolutos; não se mediu a dos que posteriormente foram concedidos em arrematação; e como consequências da falta de regularização d'um serviço, cuja importancia e vantagens não carecem de demonstração, reproduziram-se frequentes usurpações, e os colonos passaram a usufruir metade, ou talvez mais dos campos reduzidos á cultura, sem pagamento da renda correspondente, e em detrimento das rendas da fazenda publica.

Nomeou-se por portaria provincial n.º 38, de 5 de março de 1870, uma comissão, composta do Patel-Maior da Praganá Nagar Avely e d'um empregado do extincto Adjunto de Damão, á qual foi aggregado mais tarde um empregado da administração rural, para proceder á medição das terras cultivadas, e por portaria provincial n.º 130, de 30 de Agosto de 1875, nomeou-se uma outra, composta de dois officiaes militares, sendo um d'elles conductor d'obras publicas, e do primeiro escrivão do adjunto, servindo de presidente, para não só proceder á medição e tombação das terras afim de se conhecer a quantidade occupada e não occupada, mas tambem para propôr a melhor forma de accomodar os colonos existentes, de os obrigar a cederem os terrenos que usufruiam a mais, ou de pagarem por estes uma certa percentagem de renda por um determinado numero de annos.

Da primeira comissão existem trabalhos incompletos no archivo da administração rural de Nagar Avely, relativos á medição das aldeias Dadará, Demnim e Tigrá.

Estes trabalhos incompletos não estão nem datados nem assignados.

Cotejando o resultado d'esses trabalhos com o malvasar, apura-se o seguinte :— Na aldeia Dadará, por exemplo, o terreno cul-

tivado, concedido em undós, mas cujas áreas não constam do malvasar, mede 592,5 vigas, sendo 45 $\frac{1}{2}$ de terra baixa própria para a cultura do arroz de qualidade superior, 195 $\frac{1}{2}$ para o de qualidade inferior, e 421,5 vigas de terra alta apta para a cultura de legumes, enquanto que o numero de vigas correspondentes a área do malvasar importa em 180,5 vigas somente. Para se achar a equivalencia da receita, ha a dividir a mesma (97 \cdot .03.00) por 3. \cdot 03 \cdot .00, o que dá 180,5 vigas, ficando as terras dos undós d'esta aldeia, segundo aquelle total, medindo 592,5, que, multiplicadas por 3. \cdot 03.00 produzem o resultado de 2073 \cdot .12 \cdot .00, ou um excesso de 2073 \cdot .12 \cdot .00 sobre o certo que cada undó compete com a terra baixa, mas dado mesmo que se se considerasse a terra baixa por viga de terra baixa de 2 \cdot , e a uma taxa de 100 \cdot de valor, ficando parado com o que resta da receita, seria de 180,5 vigas.

1. Introduction
 2. Objectives
 3. Scope
 4. Methodology
 5. Results and Discussion
 6. Conclusion
 7. References
 8. Appendix
 9. Index
 10. Summary
 11. Abstract
 12. Keywords
 13. References
 14. Appendix
 15. Index
 16. Summary
 17. Abstract
 18. Keywords
 19. References
 20. Appendix
 21. Index
 22. Summary
 23. Abstract
 24. Keywords
 25. References
 26. Appendix
 27. Index
 28. Summary
 29. Abstract
 30. Keywords
 31. References
 32. Appendix
 33. Index
 34. Summary
 35. Abstract
 36. Keywords
 37. References
 38. Appendix
 39. Index
 40. Summary
 41. Abstract
 42. Keywords
 43. References
 44. Appendix
 45. Index
 46. Summary
 47. Abstract
 48. Keywords
 49. References
 50. Appendix
 51. Index
 52. Summary
 53. Abstract
 54. Keywords
 55. References
 56. Appendix
 57. Index
 58. Summary
 59. Abstract
 60. Keywords
 61. References
 62. Appendix
 63. Index
 64. Summary
 65. Abstract
 66. Keywords
 67. References
 68. Appendix
 69. Index
 70. Summary
 71. Abstract
 72. Keywords
 73. References
 74. Appendix
 75. Index
 76. Summary
 77. Abstract
 78. Keywords
 79. References
 80. Appendix
 81. Index
 82. Summary
 83. Abstract
 84. Keywords
 85. References
 86. Appendix
 87. Index
 88. Summary
 89. Abstract
 90. Keywords
 91. References
 92. Appendix
 93. Index
 94. Summary
 95. Abstract
 96. Keywords
 97. References
 98. Appendix
 99. Index
 100. Summary

a negligencia censuravel d'uma commissão não auctorisava a presumpção de analogo procedimento por parte de qualquer outra que para o indicado fim fosse nomeada.

A confecção d'um cadastro da provincia de Nagar Avely era a base da sua administração. As tentativas, porém, feitas para o realisar, se provavam da parte do governo um bom desejo e vontade de elaborar um trabalho, a par de curioso, d'uma utilidade manifesta provavam tambem que, á falta de illustração dos membros d'aquellas commissões, e por outras razões de intuitiva comprehensão, se não tinha ainda podido vencer os embaraços para a sua realisação.' (132)

Damos a relação das concessões das aldeias de Damão

N.º	Aldeias	Concessionários	Vidas	Foros	Governo	Data de provisão
1	Pragana de Mäiquelme	Francisco de Carvalhaes	Garcia Rodrigues de Tavora (Capitão da fort.º)	16/12/1562
2	Magravará	Gaspar Leitão	2	2 pardaus	"	27/10/1562
3	Praganã e Danú	Francisco Pami de Melo	1	1200 pardaus de ouro	Conde do Redondo	9/ 2/1563
4	Cornitúa	Antonio de Brito	3	49 pardaus de prata	"	25/ 2/1563
5	Damão de Cima	Francisco Pami de Melo	Garcia Rodrigues de Tavora (Capitão da fort.º)	3/ 4/1562
6	Palasana	Nicolao Fernandes	2	442 pardaus de ouro	Conde de Redondo	7/ 3/1563
7	Caranoia	Antonio Gonsalves	..	423 pardaus de ouro	"	2/ 4/1563
8	Sabayó	Francisco Alvares	..	sem foro	"	"
9	Vantolá e Velaparbá	João Machado	2	89 pardaus de ouro	"	3/ 4/1563
10	Puary	Gonçalo Roiz	..	12 pardaus e 1 mamude	"	"
11	Cataravara	Domingos Ribeiro	..	1803 pardaus de ouro, 1 mamude e 14 ducaras	"	4/ 4/1563
12	Apabanda	Francisco Pimentel	..	15 pardaus e 6 ducaras	Garcia Rodrigues de Tavora (Capitão da fort.º)	23/ 2/1563
13	Pocavana	Jorge de Avelar	..	301 pardaus e 6 ducaras	Conde do Redondo	4/ 4/1563
14	Sangens	Francisco Rebelo	"	28/ 1/1563
15	Cumbami e Bagara	Jorge Nunes	1	36 pardaus de ouro	"	5/ 4/1563
16	Navelly	Bertholameu Queiros	..	conforme o foral	Garcia Rodrigues de Tavora (Capitão da fort.º)	13/12/1563

N.º	Aldeias	Concessionários	Vidas	Foros	Governo	Data de provisão
17	Nandegão	.. Nuno Pereira d' Lacerda	2	111 pardaus de ouro ..	Conde do Redondo	14/4 /1563
18	Sonagão	.. Pedro Esteves	..	533 pardaus em ouro, 3 mamudes e 16 ducaras	..	19/4 /1563
19	Sangens	.. Estevão Gomes	..	335 pardaus de ouro, 2 mamudes e 2 ducaras.	..	20/4 /1563
20	Parialy	.. Henrique de Figueredo	..	322 pardaus de ouro, 2 mamudes e meio.	..	24/4 /1563
21	Acamá e Cachigão	.. Duarte Galvão	..	6 pardaus, 4 mamudes e 17 ducaras e meio.
22	Tadifarane	.. Nuno Furtado de Mendonça	..	22 pardaus em dinheiro, 3 mamudes e um quarto
23	Carzaquama	.. Antonio Fuas	..	31 pardaus de ouro e 2 mamudes.	..	27/4 /1563
24	Toncavará	.. Valerio Ramalho	..	58 pardaus de ouro, 2 mamudes e 36 ducaras	..	28/4 /1563
25	Calavara	.. Manuel Alvares	..	58 pardaus de ouro, 4 mamudes e 13 ducaras	..	20/4 /1563
26	Seraboradi	.. Bastião da Costa	..	225 pardaus de ouro, 4 mamudes e 4 ducaras.	..	10.4 /1563
27	Avigão	.. Pedro de Castro	..	158 pardaus de ouro e 26 ducaras.	..	30/4 /1563
28	Moaly	.. Antonio Pires	..	22 pardaus de ouro ..	Dom Antão de No-	15/11/1565
29	Aguama	.. João Fernandes	3	5 pardaus de prata, 3 mamudes e um quarto	ronha ..	16/11/1565
30	Vardim	.. Alvaro Fernandes	2	48 pardaus de ouro, 1 mamude e um quarto.	..	20/11/1565
31	Morguão	.. Luiza Moraes	..	50 pardaus em dinheiro, 4 mamudes.	..	20.11/1565

N.º	Aldenas	Concessionarios	Vidas	Foros	Governo	Data de provisão
32	Rungua	Francisco Henriques	2	25 pardaus de tangas e 4 mamudes e meio	Dom António de No- ronha	22/11/1565
33	Quelme	Antonio da Cunha	..	772 mamudes e 39 du- caras	"	5/12/1565
34	Jaem	Estevam Lourenço	"	338 pardaus de ouro, 11 mamudes e 22 ducaras	"	12/12/1565
35	Pombal	Antonio Roiz de Car- valho	3	106 pardaus em dinheiro e 3 mamudes e meio	"	1/1/1566
36	Saunders	Gaspar Bernaldo	2	53 pardaus em dinheiro e 2 mamudes	"	13/1/1566
37	Colovar	Antonio de Sampaio	"	58 pardaus de ouro, 4 mamudes e 13 ducaras	"	28/1/1566
38	Patalara	Belchior I rois	"	3 pardaus de ouro	"	25/1/1566
39	Vetupara	Alvaro Fernandes do Couto	"	34 pardaus de ouro e 2 mamudes	"	26/1/1566
40	Zuntalaa	João Machado	"	20 pardaus de ouro	"	" 1/1566
41	Vauy	Manoel	3	283 pardaus de ouro e 1 mamude e meio	"	" 1/1566
42	"	Luis de Miranda	"	42 pardaus em dinheiro e 30 ducaras	"	4/2/1566
43	Matan Privally e Cond.	Gonçalo Barba	"	43 pardaus em dinheiro, 4 mamudes e 11 ducaras	"	16/2/1566
44	Vledy	Valente Roiz	"	270 pardaus em ouro e 2 ducaras	"	19/2/1566

Goa 25 de Outubro de 1688

Luis Gonsalves Cotta (131)

Esta relação é completada pela seguinte:

Aldeas	Nomes dos concessionários	Data da provisão	No govêrno de
Dolér e Danoly ..	Luis Lopes de Araujo. ..	7-1-1608	Arceb. D. Fr. Aleixo de Menezes.
Catriá Moray ..	Nicolao Coelho da Costa ..	6-3-1676	D. Manoel Mascarenhas
Tanã Parery ..	Manoel Caetano de Sá Beliago ..	23-5-1771 (2.ª vida)	D. João José de Mello.
Batiá de Damão de Cima ..	Francisco Falcão de Souza 1650	D. Felipe Mascarenhas
Pacaria Jary, ..	Simão de Oliveira 1672	Luis de Mendonça.
Malá e Poliem ..	Antonio de Abreu e Lima 1657	Furtado.
Deucá Pareri ..	D. Ignacia de Souza 1658	Francisco de Melo e Castro.
Damão pequeno (antigo nome Damana Curada).	Sapurjy Mervangy Mody 1658
Varacunda ..	Lucrecia de Andrade ..	11-4-1801	Francisco Antonio da Veiga Cabral.
Prial ..	João Bernardo de Oliveira Nogar ..	30-11-1604	D. Manoel da Camara.
Janivancar ..	D. Ana Francisca da Silva Andrade	16-8-1813	Conde da Ega.
Pacaria Naila Parat e Palhita de Brandão.	Nicolao Coelho da Costa ..	4-11-1763	D. Manoel Mascarenhas
Dundortá ..	Domingos Lourenço ..	6-3-1676	Conde de Linhares.
Marinha de sal de Dundortá ..	Jacinto Domingos de Fonseca ..	10-5-1634	Francisco Antonio da Veiga Cabral.
Magarvará ..	Thomé Pereira de Almeida ..	20-1-1804
Jampôr ..	Simão de Souza ..	5-1 1674	D. Luiz de Athaide.
Dabél ..	Francisco Peixoto da Silva. ..	6-2-1565
Cariá ..	Anna de Medeiros.	16...	Manoel de Souza Coutinho.
Calicachigão ..	João de Moura de Brito. ..	11-9-1623
Devá Pareri ..	Nicolau Coelho da Costa.	3-4-1646
Surrator de Catria		3-8-1675

(134)

Eis a relação das aldeias foreiras tomadas pelos maratas

Aldeas	Foro anual	Aforamento ou arrenda- mento	Nome dos foreiros ou arrendatarios
	Rupias		
Sorandá	27		
Vri Calá	12		
Vupin (Vapy)	49		
Panassá	37		
Roma	15		
Ambassa	21	aforada	Francisco de Barros
Calayão (Cilem)	20	arrendada	Paulo da Costa
Pabie	4	aforada	Manoel dos Santos
Rentalá	16		José de Souza Coutinho
Palegão	33		Diogo Pereira de Sampaio
Nargol	45		Pe. Joaquim Dias, reitor e administrador do Collegio dos jesuitas
Chel (Challá)	6	aforada	"
Mona	5		"
Diagão	17	"	"
Tambari pequeno	8	"	"
Solsumbi	80	"	"
Ará	5		"
Pullasana	57		"
Sanquez	28	"	"
Umbargão	122	"	"
Taragão	15	"	"
Moroly	68	"	"
Porto de Umbar gão	510 1/2		"
Umbarsary	52 rps.	"	Lucas Viegas
Moral	13	"	Antonio Bautista Monteiro
Il lar	5	"	D. Maria de Siqueira
Panchalay	11	arrendada	Givane Parayu
Seris	2	aforada	Jose de Mello
Dingari	28	"	Francisco de Barros
Dumalao	11	"	"
Chandor	6	arrendada	Jose Coelho

(22)

(135) L.ª 1.ª da tyza do regimento de cartas patentes e processo da Senha de
 D. João e da tyza do regimento de cartas patentes e processo da Senha de
 de D. João por A. F. Moniz

Damos a lista dos bens confiscados aos Conventos e vendidos em hasta pública:

Prédios	Nome dos compradores	Data	Preço		
			xs.	q.	a.
Horta Condestavel	Motichande Javerchande ..	13-12-1843	645	0	0
Da. Grande ..	Nemchande Mulchande ..	13-12-1843	2.007	0	0
Cazas de Damão pequeno.	Mody Dadabay Sa-purgy ..	26-7-1843	677	0	0
Horta S. Francisco	Diuchande Quimchande ..	27-5-1843	445	0	0
Cazas sobradadas ao pé da Sé Matriz.	Sevoclal Casane ...	10-5-1843	525	0	0
Cazas da Rua Saudavel ..	(dito)	(dito)	480	0	0
Horta Carivary ..	Gangaram Jadou ..	10-5-1843	657	0	0
Da. Cercada ..	(dito)	(dito)	624	0	0
Horta Fulvary ..	Victorino Cesar Clemente de Mello ..	10-5-1843	1.227	0	0
Horta Thomum ..	Ibramo Issub ..	25-7-1871	8.000	0	0
Caza Conventual e Horta de S. Domingos.	Hajee Mussagy Ibramo Manga ..	27-7-1827	N.B. Vendidos em hasta judicial.		
		Total x. ^s	15.287	0	0

(136)

Diz Bocarro que Damão mantinha relações comerciais com Cambala, Diu, Mascate e Mombaça, exportando arrôz e "roupas de tôda a sorte" e importando marfim, ambar e escravos, mas sucessivamente foi decaindo o commercio sem embargo de varias providências que se tomaram

Escreveu o Vice-Rei a El Rei aos 4 de Fevereiro de 1751

Pela carta em que Diogo João me dá conta do estado em que achou a praça de Damão e são setenta mil r'' em dinheiro o com que este anno venho a socorrer aquella Praça, alem dos mantimentos que lhe mandei, tendo sido a receita de q' veyo este anno p' o Estado menor do que a de todos os mais annos passados

A decadencia do Comercio tanto em Damão, como em Diu he cauza destas Praças custarem tão caras ao Estado, e huma das principaes rezoens que há para esta decadencia he estarem as ditas Praças sem nenhuma embarcação de guerra porque hum unico Pataxo que havia em Dio navegando agora para Surrate com carga de marfim lhe foi tomado por hum pirata na vizinhança de Damão, e numero de toda esta casta de gente por toda a Costa do Norte tem crescido porque me consta que até ha mulheres que sustentão oito a dez embarcações com que mandam fazer o corso, e para livrar desta ratonaria he preciso que haja dous patachos ou Pallas de guerra, em cada huma destas praças" (177)

Aos 26 de Agosto de 1752 escreveu o Vice-Rei ao Santo Officio

"A decadencia em que se acha de cabedais e receita a Praça do Damão, e a experiencia das grossas quantidades com que nestes dois annos tem sido assistida do erario de Fazenda Real deste Estado para a sua subsistencia, me moverão a discorrer que se tivesse aumento o seu atenuado Comercio poderia subsistir com as suas rendas sem tanto dispendio do erario deste Estado, e com esta idea mandei concordar a se mudarem para aquelle Porto alguns

(177) India 742 — *Colecção Pombalina* : 12 la Biblioteca Nacional de Lisboa, ff. 40 v

mercadores grossos estabelecidos em outras partes ; os quaes todos (gentios) de boa vontade se tem oferecido a mudanças, mas com a condição de que se lhe hão de permitir publicamente os seus Pagodes, e os seus ritos na mesma forma que em Dio lhe são permitidos." (13^o)

A 27 de Março de 1772 o Governador Geral officiou ao Capitão da Fortaleza :

"Pella carta de V. M.^{oe} que recebi por hum patamar que aqui chegou ha tres dias fico siente da prompta ex.^{am} que V. M.^{oe} deo as Provisoes que lhe forão expedidas pela Junta da Real Faz.^a na qual sendo proposta a referida Carta de V. M.^{oe} lhe expede nova provisão sobre a expedição do Barco de Moss.^e e eu espero do zello de V. M.^{oe} e da sua activid.^e que alem das dilig.^{as} que applicou a animar os Mercadores dessa e da em que ficava de persuadir a Felipe José Ressado e a Matheus Coelho, promova q.^{to} lhe for possivel para que os referidos mercadores se animem ao negocio daquelle Porto procurando convidar os de Surrate, e do Rn.^o de Guzarate, Baunagar, Tambuceira e Cambaya a fazerem suas remessas aos seus con.^{es} debaixo da segurança da entrega dellas tudo com aquella mesma efficacia com que sempre fizerão e como tenho orden.^o ao Castelão de Dio se encontre com V. M.^{oe} quando chegar a essa Praça confirmara com elle para que da sua parte concorra a promover os mercadores daq.^{la} Fortz.^a para mandarem suas carregações p.^a expedição do refed.^o Barco na consideração de ser esta matr.^a de tanta importancia ao serviço de S. Mg.^e e ao bem daquelle Praça. Pella Armada se remeterão pella junta da Faz.^a dessa Praça as monções, petrechos, e mais effeitos como tbem remety o n.^o de sold.^{os} com q̃ por hora pude soccorrer essa Praça e em todo o tempo do meo governo sempre cuidey em os remeter o que em 14 annos antecedentes se não fez, e so alguns poucos por troca e outros que os Govr.^s dessa Praça suscitarão à deserção das Naus de guerras p.^a serem ocup.^{os} no seo Barco de Moss.^e ou nos de seus serviços particulares.

Fico com a noticia que V. M.^{oe} me da de Punem e das ordens que se passarão em Baçaim a resp.^{to} da extração dos mantimentos e outras mais novidades que V. M.^e me dea dessas partes e espero que V. M.^e se aplique com efficacia na condução do me.^o mantim.^{to}

Muito estimo as providencias que V. M.^{oe} facilitou ao Navio mercante do R.^{ao} que chegou a esse Porto Louando lhe o zelo com que se applicou p.^o a sua expedição e que participasse ao Cap.^m do mesmo Navio a minha insinuação para as suas cautelas no Porto de Surr.^{te} sendo me agradavel a noticia de que não ha por hora nov.^{de} alguma no d.^o Porto, a qual comunicara V. M.^{oe} ao Com.^{de} da nossa Armada q.^{do} ali chegar depois de receber esta Carta, e todas as mais que tiver tido na forma que lhe tenho recommendado nas minhas antecedentes.

Deus g.^o a V. M.^e, Goa 27 de Mr.^o de 1772.

Dom João José de Mello.^o (119)

Mais officios dirigiram ao Capitão da Fortaleza os Governadores Geraes D. João José de Melo e D. José Pedro da Câmara.

"Havendo de Sair a Armada deste Porto, em breve tempo e tendo eu destin.^o para então as providencias que se devem dirigir a essa Praça, so me restringirey agora aquellas que se devem anticipar.

Pella Junta da Faz.^a se dirige a V. M.^e humo provisão pela qual se lhe declara que S. Mg.^e foi servido abolir as facul.^{des} que os Governadores dessa Praça tinham de mandar por sua conta hum Barco de Comercio a Moss.^e, e porque eu conheço a difficil.^{de} que tem a conservação do negocio da referida Carreira, recomendo a V. M.^e que empenhe todo vosso zelo e a sua honra em promover os Comerciantes dessa Praça, ou aquellas pessoas que lhe parecerem mais uteis para mandarem hum Barco ao d.^o Porto de Moss.^e e sustentarem o commercio daquella conta, a fim de que essa Praça não padeça no publico e se satisfaca as neces-

mediaveis necessid.^{as} que se hão de sentir precisam.^{te} pela falta dos direytos da Alfandega e dos outros interesses de comercio.

Tendo recomendado a V. M.^o que remettesse hum mapa da qualid.^o e quantid.^o dos effeitos necessarios para as embarcações desse Porto e tendo lhe recomendado tbem ao mesmo tempo hum exame autentico das ruinas dessa Fortaleza e hum arbitram.^{to} igualm.^{to} autentico das despezas necessarias p.^a o seo conserto; nada tem chegado ate agora: e desta dilação, e dos termos concizos e geraes com que vem regularm.^{te} as representações, se embaração e dilatão tbem as providencias.

Sey que a preza do Batelão do Parcio Banguisa ainda se acha na lembr.^{ça} dos Inglezes, e porque devo receyar prudentem.^{te} que os mesmos Inglezes ou por sy ou pelo Nababo de Surrate intentem alguma reprezalia, ou nas embarcações ou no comercio dos nossos mercadores. Recomendo a V. M.^{co} que procure indagar e observar com aquele disfarce que lhe for possivel o animo do d.^o Nababo e dos Inglezes: que tocando esse porto os corsarios do Reino que passarão a essas pr.^{tes} instrua os seus off.^{es} para que não fação commercio no Porto de Surrate e que sendo lhes necessario tocar o mesmo Porto, e fazer nelle o seo comercio, o pratiquem com a cautela seguinte: Que não desembarquem logo as suas fazendas: que ajustem a venda dellas e as compras que lhe forem precisas ou informações, ou por amostras: Que o passo em que forem recebendo a bordo as que comprarem, vão descarregando tambem as que vendem: Que estejam tão bem acautelados para evitarem qualquer surpresa; e que saia melhor esperarem pella nossa Armada p.^a fazer o comercio debaixo da sua forsa e do seo abrigo.

Deos G.^e a V. M. Goa 19 de Outubro de 1772.

Dom João José de Mello.” (140)

“Pella carta de V. M.^{co} que receby por hum patamar que aqui chegou ha tres dias fico siente da prompta ex.^{am} que V. M.^{co} deo as provisoens que lhe forão expeditas pela Junta Real da Fz.^{da} na qual sendo proposta a referida carta de V. M.^{co} lhe expede nova Provisão sobre a expedição do Barco de Moss.^e e eu espero do zello

de V. M.^{oe} e da sua activid.^e que alem das diligencias que applicou a animar os mercadores dessa e da em que ficava de persuadir a Felipe Jose Ressado e a Matheus Coelho promovia q^{to} lhe for possivel para que os referidos mercadores animem ao negocio daquelle Porto procurando convidar os de Surrate, e do R.^{oe} de Guzarate, Baunagor, Tambuccira e Cambaya a fazerem suas remessas aos seus cons^{tes} de baao da segurança da entrega dellas tudo com aquella mesma efficacia com que sempre fizerão e como tenho orden^a ao castello de Dio se encontr^e com V. M.^{oe} quando chegar a essa Praça confirmara com elle para que da sua parte concorra a promover o^o mercadores J^o e a Fortz^a para mandarem suas carregaçoes p.^a expedição do ref.^o Barco na consideração de ser esta matr.^a de tanta importancia ao serviço de S. Mg.^e e ao bem daquelle Praça

Pela Armada remetterão pela junta da Fz^{la} a essa Praça as munições petrechos, e mais effeitos como tbem remety o 1.^o de sold^{os} com q^o por hoia pude socorrer essa Praça e em todo o tempo do meu governo sempre cuidey em os remeter o que em 14 anos antecedentes se não fez e so alguns poucos por troca e outros que os Gur.^{es} dessa Praça suscitario a deserção das Naos de guerras p.^a serem occup^{as} no nosso Barco de Mos.^e, ou nos seus serviços particulares.

Fico com a noticia que V. M.^{oe} me dá de Punem e das ordens que se passarão em Baçaim a resp^{ta} da extracção dos mantimentos e outras mais novid.^{es} que V. M.^{oe} me deo dessas partes e espero que V. M.^{oe}, se applique com efficacia na condenação do mes.^o mantim^{to}

Muito estimo as providencias que V. M.^{oe} facilitou ao Navio mercante do Itu.^o que chegou a esse Porto louvando lhe o zello com que se applicou p.^a a sua expedição e que participasse ao Cap.^m do mesmo Navio a minha ensinuação para as suas cautelas no Porto de Surrate sendo me agradavel a noticia de que não lia por hoia novid.^e alguma no d.^o Porto a qual comunicara V. M.^{oe} ao com.^{de} da nossa Armada q^{do} asy chegue depois de render esta carta e todas as mais que tiver tido na forma que lhe tenho recomendado nas minhas antecedentes Deos g.^e a V. M.^{oe}.

Goa 27 de Nov.^o de 1772

Dom João Jose e Vello^o (111)

Sendo o commercio do arroz das terras do Marata hum dos mayns serios e mais importantes objectos dos Governos dessa Praça pois d'elle se tira o alimento precizo e indispensavel para a sua guarnição, e p.^a os mais individuos que a compoem sou informado que nestes ultimos tempos teve hum grande abatim.^{to} p.^a o referido commercio sentio esse Povo algumas faltas, e esteve a perigo de as padecer mayores pelas violencias e desordens com que forão tratados alguns dos mercadores da sua jurisdição e outros das mencionadas terras do Marata. E por que alem dos grandes interesses que rezultão a essa cidade do referido commercio tambem esta capital pode participar utilmente os seus effeitos estendendo-se p.^a ella o mencionado commercio V. M.^e promovera este neg.^o com toda a regularidade e providencias tratando os Mercadores com modo e fazendo lhe todo o favor possivel de maneira que os selleños dessa Parca sejam providos competentem.^{te} e em abundancia que o Povo não experimente falta e que os d.^{os} mercadores mandem vender a esta capital as carregações do arroz que lhe parecer que aqui poderão ter extração.

Consta me que os Snores das Aldeas e outras pessoas poderozas costumão molestar excessivam.^{te} de seus apaniguados de que tem resultado viverem m.^{tos} afflictos, desertarem outros, e faltar gente p.^a a coltura e p.^a as fabricas experimentando essa jurisdição por esta pr.^{te} huma sensivel decadencia. Para remediar huma tão prejudicial iniquid.^e V. M.^e prohibirá todo e qualquer procedim.^{to} dos d.^{os} snorios e poderozos contra aquella miseravel gente e castigará toda a desordem com que for quebrantados a sua proibição e offendida a mesma gente.

Semelhantem.^{te} sey que os monopolios de roupas que se fabricão nessa Praça e a malicioza forma do commercio do algodão tem cauzado gr.^{do} veixação aos fabricantes, aos outros interessados, e mais comerciantes. E p.^a cortar estes abusos prejudiciaes, e fazer produzir as utilidades que as ditas fabricas prometem augmentando-as q.^{to} for possivel V. M.^e fará cessar os ditos monopolios dará huma forma regular às vendas do Algodão dissipando a malicia com que ellas costumão ser feitas, fará todo o favor permitindo as fabricas, e aos fabricantes e promoverá ou estabelecerá as novas fabricas de que esta terra for suceptivel com notoria utilidad.^e e V. M.^e puder formar seg.^{do} as circumstancias prez.^{tes}. Espero que V. M.^e ponha

todo o seu cuidado e dilig^a em todos estes objectos por serem de
tanta importancia, e de tanto interesse como por sy mesmo estão
mostrando Deos g^e 1 V M^e Gca 26 de Mr^{co} de 1773

Dom Joao Jose de Mello (142)

A ella Junta da Faz^a Real foi dirigida ao G^{or} Pedro Ant^o de
Foyos Tr^o Antecessor de V M^e huma provizão na qual se lhe
declarava que S M^{g^e} fora servido revogar e abolir as faculdades
que os Governadores dessa Praça tinham de mandar por sua conta
hum Barco de commercio a Mos^{co}. L^a atendendo eu a grande diffi-
culd^e que tem a conservação do neg^o da refr^a carreira recomen-
do ao d^o seu Antecessor que empenhasse todo o seu zello em pro-
mover os commerciantes dessa Praça ou aquellas pessoas habéis que
lhe parecessem mais uteis p^a mandarem hum Barco ao d^o Porto de
Mos^{co}, e sustentarem o commercio da quella costa a fim de que essa
d^a Praça não padecesse no publico e no particular as irremediaveis
necessidad^{es} a que estava exposta pela suspensão do referido ne-
gocio por em consta me que devendo ser executada a d^a Provizão,
e a m^a ordem em sentido util aos homens de neg^o dessa jurisdição,
e não em termos contr^{os} as intenções da mesma Provizão e opo-
sitos as disposições das leis havendo Mercadores que pretendão
expedir no prez^{te} anno o d^o Barco serão excluidos pelo exclusivo
e violento meyo de querer o d^o seu Antecessor que elles assinassem
hum termo pello qual se obrigassem a fazer a mesma expedição p^a
o futuro e foi admettido o sarg^{to} mor da mesma Praça a mandar o
d^o Barco, e a fazer o refr^a commercio contra a prohibição das leis
L^a tendo a devida consideração a tudo isto torno a repetir a V
M^{co} a me^a recommendação e lhe declaro que os Governadores
dessa Praça não podem mandar os d^{os} Navios e fazer o seu comer-
cio nem debaixo do seu nome nem por terceiras pessoas que na
mesma prohibição estão comprehend^{os} todos os officiaes mili-
tares de capitulo p^a sima que para a expedição do dito Barco
devem ser admitidos em p^o lugar os mercadores dessa Praça e não
havendo nella que faça a dita expedição devem ser admitidos
q^{os} q^{os} homens de neg^o ou outras pessoas habéis da Fortz^a de

Dio ou q.^{es} q.^r outros vassallos de ElRey Nosso Sr.
Deos g.^e a V. M.^{ce} Goa 14 de Abril de 1773.

D. João José de Mello." (143)

"A carta de V. M. de 1.^o de Novembro proximo preterito me foi estimavel pela individuação com q̃ nella me especifica os negocios dessa Praça. Sendo um delles o das ruinas cõ que me diz se acha essa fortificação, parecendo lhe que o Engenheiro q̃ na monção passada foi mandado não poderia fazer o preciso calculo do reparo dellas pello pouco tempo q' nella se demorou; me he indispensavel deixar de recomendar a V. M. que aplique o seu cuidado, e o seu zello para fazer hum prudente arbitrio da despesa que será precisa para aquelle tão importante fim e igoalmente para a reforma do que carece o Forte de S. Jeronimo principal Atalaya da defença da mesma Praça para q̃ com esta informação se possão proporcionar as providencias pela Junta da Real faz.^a e a tempo que se possão participar na outra nau que neste mesmo verão hade tocar esse Porto.

Quanto as cem pessas de ferro que V. M. me diz inutilmente se achão nas muralhas dessa Praça, lhe determino q̃ passe revista a toda a artilheria della distribuindo a com regularidade para a sua defença, e dando me conta assim das pessas inuteis como das que se precisarem para o complemento da guarnição da mesma Praça

E discorrendo nas Tropas q̃ a guarnecem com o mapa, relação dos officiaes, e propostas q̃ V. M. me enviou, não podendo por hora tomar resolução sobre a promossão dos officiaes, emquanto se não ponhão as Tropas deste Estado na regularidade que S. Mag.^e ordena p.^a depois passar a regimentar a dessa guarnição, mandando p.^a ella alguns officiaes desta Corte; acho q̃ seria muito conueniente q̃ V. M. procurasse atrahir esses Norteiros, e especialmente os Naturaes de Trapor, que me dizem q̃ são capazes do trabalho das Armas para com ellas prehencher o numero das Companhias que não podião deixar de participar do estrago da epidemia ficarem diminutas, dando taixa aos inuteis, e invalidos.

A respeito do deploravel estado da Marinha dessa Praça q̃ tam-
bem V. M. me representa, e q̃ tendo lhe devido este anno hum

grande cuidado o Natio de Mossambique por causa dos Piratas dessa Costa e julgando q as embarcaçoens com q se achava não erao bastantes p^o o seu comboy, servira precisado a armar em guerra dous Bateloens de garr, e com esta pequena preveção conseguiu o feliz successo da Sua Cegada a esse Porto não sei a resolução q possa tomar achando me presentemente com poucas embarcaçoens na Marinha deste Estado sendo me indispensavel acudir tamb^e a Praça de Rio com alguma de guerra para os precisos comboys, mas como me interesso igualmente no commercio dessa Praça não duvidarei a socorrerla com humna chalupa de corsa.

Crejo como certas as vantagens desse Porto que V M me pondera para o Comercio de toda aquella costa, e o estado em q presente mente se acha depois de lhe ter tomado o Mirata a respiração por todas as partes V M se persuade q permitindo algumas favoraveis condiçoens aos Mercadores q estão dominhiados e en Banbay, Bilçar, Gandum e em diferentes outras partes mal satisfeitos da justiça dos seus Dominantes todos concorrerão a acholher se a essa Praça p^o se estabelecerem nella, e consequentemente a darem as mãos para o seu augmento e opulencia, e S Mag^a liberaliza a graça q elles ha muito tempo implorarão espero q V M faça o melhor uso desta favoravel concessão na forma q em outra carta lhe tenho comunicado

Quem pode duvidar q p^a o perfeito restabelecimento dessa Praça contribuirá consideravelmente a restauração de Provincia do Norte mas não posso deixar de me admirar, q julgando os prudentes em diferentes occasiões a total ruina do Atala da Asia, e humna ventajosa situação p^a nos ainda mais favoravel q a que ao presente se propoem, e V M me especifica em muitos periodos da d^a Sua Carta de nenhuma vez ficasse abatida a cerviz deste inimigo para podermos lutar da oppressão que ha tantos annos sofre n os novos Dominios : Isto supposto quantas mais difficuldades se objectao neste negocio tão melindroso tanto mais crecem do meu animo o desejo de ocupar o cuidado de V M em espisar toda o movimento dessa vizinhança, e de Punem para eu ter com toda a veracidade as noticias dos progressos dos beligerantes para ver se Deos pela sua infinita misericordia quetara servir-se de mim p^a instrumento da feluid^e e gloria p^a os seus Vassallos de S Mag^a q he todo o objecto das minhas boas intençoens

Vejo o que V. M. me diz sobre o cofre dessa Praça se achar totalmente exausto e como a este respeito hade receber pela Junta da Real Faz.^a a sua determinação acabo esta segurando lhe que me foi muito estimavel a abundante providencia com que V. Mg.^e forneceo o celeiro de mantimento dessa Praça liurando da opressão da fome aos moradores della, esperando do zelo de V. M. que se comporte com igoal caridade com os feridos da Epidemia q̃ nella reina, fazendo-lhe aplicar os remedios proporcionados emquanto desta Corte não vão o Medico, e o sirurgião que V. M. pede. Deos g.^e a V. M. Goa 21 de Novembro de 1774.

Dom José Pedro de Camara." (144)

Uma colónia de tecelões pretendeu estabelecer-se em Damão com a condição de lhes ser garantida a liberdade religiosa :

"Quando passey ao Norte me propuserão em Damão, huns Partios q̃ lhes nomeasse alguã Ilha, ou Aldea nossa em q̃ pudessem uiuer separadamente com prmissão de poderem faser com liberdade os ritos da sua ceita; como V. Mag. q̃ tem concedido aos barianes de Dio, prometendome trazerẽ logo 400 fabriqueiros p.^a faserem pesaria de seda, e outras dusas de importancia: reconheço q̃ o exemplo de Dio facilita a petição destes homẽs e que outorgandose lhes se fará breuemente hũa grande pouvação e opulenta, porem não me pareceo concederlho sem dar conta a VM.^{de} que mandara o q̃ for seruido. Ds g.^e a muito alta e muito poderosa pessoa de V Mag.^{de} felicissimos arnos. Goa 8 de Dezembro de 1695." (145)

"V. Rey da India Am.^o Eu El Rey vos envio m.^{to} saudar ha-uendo visto a conta que me deu o Arcebispo Primas desse estado de que partindo a Armada do Norte chegara a Damão a onde se fizera comercio de que rezultarão grandes utilidades a minha Alfandiga, e que os mercadores gusarates asistentes em Surrate lhe fizerão proposta sobre a mudança para o mesmo Damão premetindose lhe algũas liberdades ritos. E por se entender que este negocio de

(144) *Damão*, n.^o 1, fls. 44 v.

(145) *L.^o das Monções*, n.^o 59, fls. 212.

virem alguns mercadores de Surrate para Damão se se conseguir sera muy utilissimo pellos grandes cabedaes que podem trazer com sigo estes gentios e animar se o negocio desse estado. Me pareceo ordenar vos que chamando a algêns Theologos em prezença dos Inquezidores, e Arcebispo lhe proponhaes este negocio, e do que ajudardes com elles me dareis conta para se tomar neste particular a rezolução que parecer conveniente

Escrita em Lisboa a 6 de Março de 1704

Rey " (14)

"Comuniquey ao Arcebispo Primas esta ordem de V. Mag. de, e pedindolhe a proposta q. lhe fizerão os mercadores Guzarates assistentes em Surrate se verificou não se lhe hauer feito a tal proposta, nem ter neste particular mais noticias que aquellas que lhe deo o Inquizidor Manoel João Vieira adqueidas na occasião em que foi por vizitador ao Norte, e como falta o consto das liberdades que pertencem os gentios para se ponderar o que se lhe pode conceder entendo o dito Primas hera preciso que eu mandasse primeiro fazer este exame para que depois votassem os Theologos nesta matr.^a e parecendome isto conueniente auizey logo a Damão, se procurasse saber dos mercadores gentios de Surrate a forma de liberdades de seus ritos gentilicos q. senão sufficientes a lhe facilitar a mudança para Damão, por q. para este effeito se lhe permeteria o possível e que não encontrasse a recta observancia de nossa religião catolica, e respondendo os ditos gentios convocarey Theologos Inquizeiros, e Arc.^o Primas, e farey presente a V. Mag. de o que se resolver nesta junta. Guarde Ds a muito catolica e Real Pessoa de V. Mag. e como dezeição e necessitão seus leaes vassallos.

Goa 4 de Dezz.^o de 1704.

Rey " (15)

A concorrência dos tecidos europeus, feitos em maquina, vibrou o ultimo golpe no comércio de panos que Damão exportava para a África Oriental.

Desde 1817 a 1837 o comércio de ópio que de Karachi

(116) *L.^a das Monções*, n.^o 68, fls. 81.

(117) *L.^a das Monções*, n.^o 68, fls. 82.

e exportava para Damão afim de ser, em seguida, re-exportado para China deu-lhe grande importância e rendimentos altadíssimos que pela maior parte foram remetidos para Goa, para a construção de edifícios públicos de Pangim, e da abertura do passeio público conhecido por *Campal* e das outras ruas principais da capital. Chegou Damão a ver fundeados no seu porto centenaes de navios que de vários portos vinham buscar o anfião.

Consta do seguinte mapa a receita de Anfião e da Alfândega de Damão, de 1822.

Meses	(1822)			
	Receita geral	Equivalente em	Receita do anfião	Equivalente em
	x. ^a t. r.	Rp. a. p.	x. ^a t. r.	Rp. a. p.
Janeiro ..	3.921:4:26		47.341:1:26	
Fevereiro ..	1.760:0:00			
Março ..	2.732:1:40		73.977:0:36	
Abril ..	6.750:3:27½			
Maião ..	2.308:4:56		156.106:3:04	
Junho ..	1.123:1:12½			
Julho ..	487:2:25½			
Agosto ..	81:0:33		22.998:1:09½	
Setembro ..	641:0:22½			
Outubro ..	1.644:0:09			
Novembro ..	6.377:1:18		1.542:4:48	
Dezembro ..	10.517:4:31½		149:2:00	
Total	38.346:0:12	15.977:8:03½	302.115:3:03½	125.881:8:00,93

Receita de Anfião e da Alfandega de Damão de 1823

Meses	(1823)			
	Receita geral	Equivalente em	Receita do anfião	Equivalente em
Janeiro	3 319 0 56			
Fevereiro	3 368 1 34			
Março	3 660 1 07			
Abril	53 425 4 24			
Maio	31 754 1 59½		52 183 4 13½	
Junho	15 477 0 10½		5 000 0 00	
Julho	9 903 0 10½			
Agosto	20 760 4 57½			
Setembro	5 461 0 51½		234 0 36	
Outubro	7 719 4 10		4 503 1 18	
Novembro	2 333 1 54½		90 1 12	
Dezembro	8 614 2 18½		136 0 24	
Total	165 797 4 33½	69 082 7 5	62 394 0 19½	25 997 8 5

Receita de Anfião e da Alfândega de Damão de 1824.

Meses	(1824)				Obs.
	Receita geral	Equiva- lente em	Receita do anfião	Equiva- lente em	
	x. ^a t. r.	Rp. a. p.	x. ^a t. r.	Rp. a. p.	
Janeiro ..	6.857:4:37½				Além dos direitos da Alfândega, o anfião pagava também de arna- zenagem na antiga casa que hoje é o tribunal de Justiça de Comarca.
Fevereiro ..	2.706:1:11½				
Março ..	2.570:1:58½				
Abril ..	19.490:0:56½				
Maió ..	63.099:2:10		146.936:1:22		
Junho ..	47.169:4:23				
Julho ..	31.737:3:32½				
Agosto ..	5.877:4:43½		11:1:12		
Setembro ..	11.890:1:00				
Outubro ..	550:0:32½				
Novembro ..	955:4:16½				
Dezembro ..	1.934:4:16½		89:3:06		
	194.840:3:38	81.183:10:2	147.037:0:40	61.265:7:06	

Receita total do triênio ..	Receita geral	x. ^a t. r.	Rp. a. p.
	da alfândega ..	398.983:8:23½	166.243:09:10
	de anfião ..	511.546:4:03	213.144:07:11
	Total ..	910.531:2:26½	379.388:01:09
Pezos total do anfião			
			Picos arroba. arrat. 5.051:01:11
Valor total em rupias			
			Rp. a. p. 6.648.126:10:00

Re exportação de anilão no Irénio

	(1822)		(1823)		(1824)	
	Picos	arroba arral.	Picos	arroba arral.	Picos	arroba arral.
Primeira sorte	849	00 00	2 074	00 06½	1 449	02 24
Segunda sorte	124	00 18	42	00 34	126	00 17½
Terceira sorte	132	00 00	66	00 97	86	01 06
Total	1 106	00 18	2 283	00 09½	1 662	00 15½
Equivalentes em rupias	1 396	177 08 00	3 020	160 06 00	2 231	788 12 00

(11)

Acabou o commercio de ópio em 1838, anno em que a Companhia Inglesa das Indias Orientais se assenhoreou do porto de Karachi e proibiu a exportação de ópio para Damão e pode dizer-se que começou então a decadência dêsse distrito.

Aproveitando-se da teca das matas de Pragana Nagar-Avell, construíram-se nos estaleiros de Damão não só barcos da marinha mercante, mas ainda navios da marinha de guerra, como a fragata *D Fernando*, lançada ao mar em 1842 e a corveta *Damão* em 1861, tendo a construção daquella sido dirigida pelos engenheiros Gil e Rodrigues e pelo Indígena Vaddia e a desta pelo engenheiro João Victor Moreira.

Damos a lista dos tecidos que se vendiam no mercado de Damão

Amal — tecido de Ahmedabad

Amal — tecido local de algodão, azul celeste. É somente usado pelas raparigas solteiras do povo damanense quando vão à Igreja.

Ardisio

Ati de S. Tome, ou *Amal* — seda vermelha com flores bordados a ouro de que as mulheres casadas do povo fazem sárias (*anaji*).

(148) A F. M. — Notícias e Documentos para a História de Damão, II p. 277

Befali — sêda de que antigamente faziam paramentos das igrejas.

Bassorâ — provavelmente de Bassorâ.

Bactilha — tecido de algodão felpudo.

Beringil.

Cadeia.

Cajroli.

Canequim — tecido grosso branco de algodão.

Calavem.

Chitas — tecidos de algodão estampado a côres.

Choato

Chunderi — usado pelas mulheres do povo para cobrir a cabeça.

Cudiâ.

Doti de Cruz.

Girbafa — usada nos paramentos das igrejas.

Guingão — pano de algodão e sêda de que os franciscanos faziam hábitos (*Bluteau, Suplemento*).

Luzarte.

Nauixerim — pano de algodão da aldeia Nauseri.

Palangpus de Surreale — coberta fina de algodão de cores vistosas.

Parcalo.

Savagagim.

Serafina.

Sussim.

Tobi — usada nos paramentos das igrejas.

Tafecira — pano de algodão ou sêda e listrada de ramagens (*Bluteau, Suplemento*).

Tarvalá — tecido grosso, branco, de algodão.

Teada — pano branco de algodão (*Bluteau—Suplemento*).

Zuarte — pano de algodão, ordinariâmente azul, encorpado e tôsko.

O Vice-Rei Rui Lourenço de Távora por Alvará de 22 de Agôsto de 1611 concedeu à cidade de Damão a cunhagem de *bazarucos* de cobre:

“Ruy Lourenço de Távora etc. Faço saber aos que este alva-

rá virem que avendo eu respeito ao que diz a cidade de Damão na petição atraz escrita na outra mea folha desta, e ao que nella allega, e ao passar aquelle povo muitas necessidades e detrimto por falta de não aver bazarucos e respeito de ser hũa das mais antigas fortalezas desta corte, que ha no norte, e não ter em si trato nem commercio de muitas gentes, o que he occasião de aver nella muitas faltas assy do que convem aos moradores como das vitualhas e mantimentos, que lhe vem de fora pera sua sustentação, e assy a ser aquelle concelho tambem o mais pobre de quantas cidades ha no norte, por não ter renda alguma, e a dita cidade gozar dos privilegios da cidade de Evora, de que a cidade de Baçaim goza, a quem mandei passar provisão a 15 de Janeiro de 621, com parecer dos deputados da mesa da fazenda, pelo qual me lhe corree desse licença para tambem poder fazer os ditos bazarucos e respectando os serviços que conforme sua possibilidade tem feito a S Magestade, e espera ao diante fazer, e avendo eu a tudo respeito e conformando me com o parecer de Gonçalo Pinto da Fonseca, procurador da coroa de S Magestade, a que mandei dar vista da dita petição com o traslado da dita provisão, que mandei fazer á dita cidade de Baçaim atraz referida, que respondeo o seguinte = Não vejo razão pera se não conceder a cidade de Damão o que nesta materia se tem concedido á cidade de Baçaim pelo mesmo modo = como de sua resposta atraz ao pé da dita petição, ey por bem, e me praz de dar licença a dita cidade de Damão para que possa bater os bazarucos de cobre, que lhe forem necessarios, com declaração que sejam inteiramente de ley, tirando se de cada quintal de cobre tantos bazarucos que valhão a valia do dito quintal de cobre, e a despesa que mais se fizer no feyto dos ditos bazarucos, sem se tirar mais ganho algum do dito quintal, por assy cumprir ao serviço de S Magestade, avendo outrosy respeito a ser isto mesmo concedido á dita cidade de Baçaim pela dita provisão, como appareo do traslado della tirado dos registos da fazenda, que com esta andará sempre junta, pera se fazerem em Damão os ditos bazarucos na forma e maneira que se fizerão em Baçaim, e não n outra forma, visto ter se assentado perante my em mesa da dita fazenda pelos deputados della se dêsse licença para a dita cidade de Baçaim poder fazer os ditos bazarucos, e sem embargo do resento que sobre esta

materia se tem tomado, e se declara na dita provisão, que se passou a Baçaim. Notifico-o assy ao vedor da fazenda do Estado, capitão do dito Damão, vereadores delle, mais officiaes e pessoas, a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, e este valera como carta passada em nome de S. Magestade, sellada de seu sello pendente, sem embargo da ordenação do liv. 2.^o titulo 40 em contrario. Sebastião Martins o fez em Goa a 22 de Agosto de 1611. E eu o secretario Francisco de Sousa Falcão o fiz escrever.—*Ruy Lourenço de Tavora.*" (149)

Mas o Vice-Rei D. Jerónimo de Azevedo mandou suspender a cunhagem por Alvará de 18 de Maio de 1613:

"Dom Jeronimo d'Azevedo etc. Faço saber aos que este alvará virem que eu sou informado de alguns inconvenientes de consideração, que se seguião ao serviço de Sua Magestade e bem commum do povo da cidade de Damão de se baterem ali bazarucos de cobre, pelo que hey por bem que do dia, em que esta minha provisão chegar, e se publicar naquella cidade, se não batão mais nella os ditos bazarucos, sem embargo da provisão de licença que para isso se lhe concedeo, porque por esta a derogo, e hey por derogada, para se não fazer mais obra por ella em quanto eu não ordenar outra cousa em contrario, porque quando no verão que vem for embora áquella cidade, como com ajuda de Deos o determino fazer, verei ali de mais perto esta materia com as informações que me parecer tomar de novo sobre ella, e com isso ordenarei então o que tiver por mais conveniente. Notifico-o assy ao veedor da fazenda de Sua Magestade deste Estado, capitão de Damão, juizes, e vereadores, e ao feitor daquella cidade, em particular ao ouvidor della, a quem mando que a faça publicar, e dar a sua devida execução sem duvida nem embargo algum e dos pregões que se lançarem se passarão certidões nas costas desta provisão para constar como se fez esta diligencia, e se não poder alegar ignorancia, e se

registrará também na camara daquella cidade, e ouvidoria della Diogo de Sousa o fez em Goa a 18 de Maio de 1613. E eu o secretario Affonso Rodrigues de Guevara o fiz escrever — *Ass. R. e J.*" (17)

A Provisão do Vice-Rei de 18 de Junho de 1695 concedeu ao Reitor do Colégio dos jesuitas o privilegio de cunhar *bazarucos*. É interessante a correspondência do Senado de Damão sobre a cunhagem das moedas (1)

O Senado promulgou o seguinte bando

"Aos coatro dias do mes de julho de 1713 dia quarta feira de tarde ouve vereação e nella assistiram o cap.º e Gov.º desta Prassa Romão de Fonceca Tristão e o R.º e P.º Reitor e Administrador Eusebio de Mattos que forão convocados por meyo de cartas que este Senado fez, e propondo o vereador da meza Carlos Manoel de Mello de Sampaio o prejuizo que se considerava na abundancia da bazarucada que vinha das terras do marata para esta cidade e seus contornos asentaram uniformes a promulgação de hum bando para q.º em vinte coatro horas todos os moradores desta cidade levarem a bazarucada que livecem das terras do marata a Administração para serem novamente fabricada da sorte que se costuma nesta administração, pena de não correr outra, e de se tomar por perdida toda aquella que os transgressores quizerem maliciosamente fazer correr, e outro sy se asentou que a mesma pena se publicace nos contornos desta cidade, passado o dito termo de vinte coatro horas por bem do que fis este termo em que se asinarão comigo Ant.º da Costa Escrivão da camara. (ass.) Romão da Fonceca Tristão, Eusebio de Mattos, Carlos Manoel de Mello de Sampaio etc. No 1.º Liv. de cart. Patentes os mercadores se obrigaram p.º um termo."

O Senado determinou.

Os Senadores do Nobre Senado desta cidade de Damão por Sua Magestade que DEos Guarde etc.

(170) *Arq. Port. Or.* 1.ª edição, fasc. VI, d.º 225.

(171) D.ºs extrahidos dos livros do Senado de Damão: nos vol. I e II das *Noticias e Documentos* para a historia de Damão e da P.ª Moeda.

Por se ter determinado neste senado ex uniformi consensu dos senadores do Capitão da Praça que a elle foi convocado e tambem do Feitor e Alcaide mor, do Pe. administrador, dos Prelados conventuaes, do Tenente Coronel, do Tenente General, capitão-mor do Campo, dos moradores todos e mercadores, evitar-se o dano gravissimo que tem sobrevindo ao povo ao mayor que se recaya desta perdição della na falta que exprementão de todo o necessario por cauza de correr a bazarucada por maior valor de que corre nas terras hoje Dominadas pelo maratá, mandamos que corra nesta dita cidade e seus contornos toda a bazarucada a razão de duas rodas por uma e aquelle que transgressor for desta determinação, sera castigado ao nosso arbitrio, e para que della a todos conste se publicará a som da caixa, fixando na porta da cidade.

Damão em meza de vereação a 17 de março de 1744 escripto por mim Manuel Alvares de Menezes, escrivão claviculario deste Senado. (ass) Lacerda, Pereira, Pimenta, Souza Machado."

Escreveu o Senado ao Vice-Rei:

"Sobre o miseravel estado em que se acha esta terra, se lhe hia pondo em mayores apertos a moeda da bazarucada pella grande fabrica que della fez o *maratti* fazendo cunhos da mesma marca da moeda que se corre nesta cidade que obrigou a este Sennado diminuir o vallor da dita moeda por ametade do que ella corria em 744 na vereação de 15 de Março cõ assistencia do capitão desta Praça, Prellados das relligiõens e mais pessoas de todos os Estados d'este povo que convierão uniformemente na rezullação atendendo aos gravissimos perjuizos que a referida moeda nos fazia em todos os negocios de que se precizão para a conservação da mesma terra que bem sabe V. Ex.* vive hoje dependente de outros dominios asim de mantimentos como de outros viveres que não concorrião já para ella por caa (causa) da mesma bazarucada e vendo o dito maratá que no referido expediente de se ter abatido o vallor da dita bazarucada ficava muito prejudicado em hũ compoto consideravel da dita moeda que tinha mandado cunhar de tutunaga que apanhou em hũ Barco de preza, fez logo publicar hũ bando nas suas terras mandando que não corresse nellas a dita moeda para cuja rezão forão estas correndo para os dominios desta Praça cõ tal fre-

quencia que havendo justo valor pello pezo da forma que aquy corria fez ainda crescer o valor da prata a trinta e tres v^o e duas tg^{as} por cento de avanço por troca da bazarucada cõ que comesou novamente a continuar nesta republica hũa tal desordem que os generos comprados cõ ametade do preço se compravão mais acomodados, e comprados pella bazarucada vallião hã preço exorbitante sem que pudessemos remediar os taes descaminhos em cuja consideração e attendendo aos inseqantes clamores do militar e do todo mais pouuo na vereação de coatro de Fevr^o de 1745 cõ assistencia do Cap^m desta Praça Dom Antonio do Castro Prellados das rulligiõens e o mais pouuo tomamos asento de mandar bater segunda vez a moeda da bazarucada naquelle mesmo valor que o mesmo pouuo por autoridade propria a cambava pella moeda de prata, para que os generos, nem as moedas tivesse em hã mesmo lugar dous preços cõ tao grande prejuizo especialmente do dito militar, e do pouuo servil, e cõ este segundo expediente não esta ainda cessado de todo o damno que a dita moeda cauza a esta terra mas nos parece que visto a tutunaga estar hoje alguma cousa mais cara em Surrate do que aquy pelo pezo da bazarucada podera ser que ao diante venha a evitar inteiramente o damno referido, porem no caso de assim não soceder V^{Ex^a} seja servido de dar nesta terra a providencia necessaria que o evite para sempre atentas as consequencias que a esta Praça ameaçaõ semelhante perturbação A Illma e Exma pessoa de V^{Ex^a} etc Damão em meza de vereação 30 de Setbr^o de 1745 Ricar lo Pereira de Lacerda e outros

1 O Senado determinou

Os Sennadores da muyto Nobre e Sempre Leal cidade de Damão e sua jurisdicção per Sua Magestade etc

Por se ter determinado no dito Sennado por commum parecer dos Sennadores e do General commandante dessa Praça, e dos mais Perillados, Tenente General, Sargento mo. da Praça, principaes moradores e mercadores, evitar-se o grao damno que se tem sobrevindo a esta republica, e o mayor que se tem de perdição d ella na falta que experimenta de bazarucada por causa de correr nas terras que hoje domina a Mianca pelo m^o de mudo que nas nossas e se ter extrahido toda parte as m^{as} mudo

clamos que corra n'esta cidade e sua jurisdição toda a bazarucada a razão de trinta e sette janavadis e meyo por pardao; e aquelle que fizer alteração ou diminuição das ditas trinta e sete janavadys e meyo será condemnado em cem x.^a ametade para quem denunciar, e outra para as despesas da fazenda real, e dous mezes de prizão; e aquelles que extrahir para fora de nossa jurisdição incorrerão nas penas da Ley e para que esta nossa determinação etc Damão em meza de vereação 11 de Fevereiro de 1747. (Seguem assinaturas)."

"Os Senadores desta muito nobre e sempre Leal cidade de Damão e sua jurisdição por Sua Magestade etc.

Por quanto experimenta esta republica grave falta da bazarucada pella baxa que nella houve por ordem deste Senado no anno de mil setecentos corenta e coatro de reduzirem a mueda de duas rodas e hũa pello qual motivo *desappareceo toda a bazarucada* desta terra e querendo nos atalhar semelhante falta mandamos que a mueda que corre por hũa roda que corra por duas como dantes da dita baxa e outro sy a bazarucada nova que o Rd.^o Pe. Administrador tem feito actualmente mandamos que corra pelo mesmo preço asima referido na forma do estillo que sempre se praticou com a ditta bazarucada todo aquelle que fizer alteração e demenuição da d.^a bazarucada será condemnado em sincoenta x.^{es} ametade para quem denunciar e outra ametade para as despesas deste nobre Senado e outro sy aquelles extrahirem fora de nossa jurisdição concorrerão nas penas da ley e para não alegarem ignorancia em tempo algum etc. Damão em meza de vereação a 10 de Dez.^o de 1751. etc. *José de Souza* e mais 4 assignaturas."

O Senado escreveu ao Reitor:

"Rm.^o Sr. Pe. Reytor Manoel Dias. Não ignora V. Rm.^a a grande falta que experimenta o povo desta cidade de bazarucada, o que nos incumbe representar a V. Rm.^a pedindo que se sirva de por alguns meynos que possa haver abundancia della com a brevidade que for possível. A pessoa de V. Rm.^a G.^e D.^s M.^s a.^s D.^m em Meza de vereação 20 de Dezm.^o de 1752. "

O Procurador do Colégio dos jesuitas respondeu:

"Senhores Vereadores, Juizes e mais officiaes. O R.^{do} P.^e Manoel

Dias meu antecessor me comonicou ter recebido hũa carta de V. M.^a a qual n'õ respondera pellas muitas occupaçoens que naquella occasiao se achava na qual pedião V.^o M.^a desse providencia para fazer alguma bazarucada pella total falta que havia nesta Praça e com effeito tendo o dito R.^{do} P.^e escrito a Surrate pedindo alguma tuta naga para o dito ministerio lhe não reo por estar *more ruínas e mais* e *na mão* preço que não fazia conta para saber o proprio quanto mais as despesas e direitos que se deve pagar a esta Administração Pello que represento a V. M.^a e a referida diligencia por esta carta e quando V. M.^a determinem se faça a dita bazarucada isso se poderu fazer com a demenulção no pezo conforme o preço da dita tuta naga der lugar, V. M.^a determinarão o que forem servidos e me avizarão para que eu possa mandar vir de Surrate a referida tuta naga na occasião prezente pella Fragata Vossa Sr.^a de Atalaya que se achia neste porto visto passada esta occasião não haver outra segura as pess.^{as} de V. M.^a Que Deos m.^a a.^a Coll.^a das onze mil virgens 25 de I.eir.^o de 1753 — De V. M.^a minimo servo *Manoel Machado*

Escreveu o Senado de Damão ao Reitor

Reccebemos a carta de V. Rm.^a e nella o que nos relata sobre a factura da bazarucada e asentando-se este Sennado o inconveniente de não encontrar a bazarucada nova com a velha deve V. Rm.^a mandar fabricar com divizão aquella que pretende fazer de tres rodas para vir no conhecimento de mais rustico so alim de não servir de prejuizo ao pouco A religiosa pessoa de V. Rm.^a G.^a D. n.^a an.^a f.m. meza de vereação 1.^o de Abril de 1753 — Jose de Souza (mais tres assinaturas)

Ontem que se contava 21 do corrente nos representou o pouco d'esta cidade especialmente os mercadores e botiqueiros que pela muita abundancia de bazarucada que V. Rm.^a tinha mandado fazer se achavão privados de traz-rem os necessarios para esta praça por serem conduzidas para as terras estranhas fora dos nossos dominios, especialmente os mantimentos que para estes se conduzi rem e era preciso mueda de prata esta se não achava na terra se não com grandes avanços e a bazarucada que não corria principalmente a nova nas ditas terras e ainda para se venderem os generos

de seus contratos na terra lhe he impossivel por se ter em primeiro a prata pella muita bazarucada e este muita falta do seu valor intrinzico. E ponderando este Sennado a justiça que assiste aos ditos mercadores e a necessidade que delles temos para conduzirem os necessarios para a conservação desta Praça que do contrario ficara em grande esterilidade nos pareceo ser justo recolher V. R.n.^a a nova bazarucada que mandou fazer o verão passado e o prezente por ser feita sem a intervenção deste Sennado na forma da *Provisão de 22 de Março de 1617* do Sr. Dom Hyeronimo de Azevedo V. Rey que foi deste Estado e assim o esperamos de V. R.n.^a para socego e a quietação deste pouvo. G.^o Deus a pessoa de V. Rm.^a m.^s a.^s Meza de Vereação 22 de Abril de 1755—José de Souza e mais tres assignaturas."

O Reitor respondeu:

"Sres. Vereadores e mais off.^{es} do nobre Sennado.

Receby a carta de V.M.^s de 22 do corrente e a ly com a devida atenção. Responderey em particular a cada hum dos pontos della com a possivel clareza. Primeiramente venero a representação deste nobre sennado em materias de tanta ponderação, porem ainda que com V. M.^s sinto a novidade que me dizem tem causada a grande abundancia de bazarucada de que se queixa o pouvo, e mercadores destes districtos e a falta da muda de prata com que elles querem desculpar o não conduziem mantimentos e outros viveres necessarios para a conservação desta cidade, não posso comtudo deixar de reparar em que sahindo do cofre de El-Rey Nosso Senhor cada mez pouco mais ou menos dez mil xerafins em prata e as vezes ainda mais, toda esta desgraça, e só avulta a bazarucada que assim a do anno passado como a deste toda hé muito menor cantia. Pello do que n'este collegio se cambou então agora: porquanto se os mesmos mercadores sahirão agora com a bazarucada antiga que talvez guardacem como costumão esperando ocazião de acharem nella avanço, ou se de fora se tem introduzido muda da mesma, ou de outra forma não he culpa minha, nem amim me pertence obviar esta dezordem. E reparo tambem em que o mesmo pouvo e mercadores sabendo, como amim me consta que no *Armazem desta Administração se baliu esta ultima e a penúlti-*

ma bazarucada então mesmo não requeressem ou a suspensão da factura, ou ao menos o cambio da mueda, antes esperassem que se fizessem as costumadas despezas e se apheasse o necessario trabalho o que se não faria, nem se emprenderia, quando o mesmo pouvo não frequentace este collegio pedindo bazarucada e se esta frequencia não tivesse precedido se faria escuzado a tomar eu dinheiro a ganhos, para a compra da tutanaga, para o transporte, para os direitos de Surrate o para os mais gastos inevitaveis a factura da mueda e assim quando nesta materia houvesse, ou parecesse haver alguma culpa, aos mesmos queixosos se deve attribuir, e não a quem com o risco e com o trabalho, pertendeo remediar a falta de bazaruco que o mesmo pouvo encarecia, e verificavão effectivamente o seu encarecimento. Concorrendo para alguns depois de feita a bazarucada até que em outras partes mercadores por auctoridade propria commessarão a demunhir o preço da mueda dando demais por cada rupia alguns janavads como em outras occasiões costumão dar menos pela mesma rupia, alteração e novidade que se deve reprovar. E no que os mercadores alegão sobre o não correr a nova mueda por ser esta demenuta unda no valor intrinziço, parecera a alguém muito justificada rezão, mas olho as couzas com olhos limpos, qualquer prudente julgará muito pello contrario He certo que nem esse nobre Sennado, nem tambem os mesmos mercadores ignorão que a demunhição do preço desta nova mueda foi industria consultada e aprovada pella prezente vereação e pello Governador Antecedente Francisco Palermo de Souza não so para se atender ao exorbitante preço que então tinha a tutanaga a qual nunca a tem certo, mas tambem e principalmente para se evitar d'este modo a extracção de bazaruco para outras terras a qual experimentava a cada passo esta praça grande falta desta mueda E assim um como outro motivo desta aprovada deminuição consta de uma carta desse mesmo Sennado escrita ao Pe. Manoel Machado em 22 de fevreiro de 1743. E nem assim me parece acertado o dizerem os queixosos que esta dita mueda falta ainda o valor intrinziço porque o valor de mueda se não toma sempre da materia que ella se faz mas pella mayor parte, se toma da estimacção arbitraria sem attenção a materia, o que se prova de que em alguns reinos a mueda corrente he *tera*, em outros *sella*, em outras *caury*, e em outras couzas que em sy são

de nenhum eu de infimo valor, e na estimação valem por mueda. Da mesma sorte na mueda de tutanaga ainda que tenha mais ou menos pezo não falta o valor intrinzeico por quanto so tem o da estimação e do preço que se lhe poem não como tutanaga mas sim como mueda. E claramente se vê isto na mesma bazarucada antiga da qual, como eu mesmo observey cada mueda tem diverso pezo e nem porisso vale mais a mueda de duas rodas que peza menos, nem he possível que esta mueda saya com igual pezo porque alem de que a forma se gasta como o uso tambem as vezes nella cahê mais ou menos calda. E quanto ao que V. M.^a dizem de lhes parecer justo que eu recolha a bazarucada d'este anno e do verão passado respondendo que para se evitar qualquer desordem e qualquer indigencia nesta jurisdição se me não dificultaria recolher toda a dita bazarucada quando eu ou a força ou por meyo de estartagemas tivesse mettido casa de cada qual porem como assim não succedeo antes pelo contrario o Povo continuou pedindo neste collegio bazarucada por cambo, me teria lugar para dizer, que eu lhe fiz favor lhe não fiz injustiça, e que por nenhum titulo estou obrigado a receber a dita bazarucada. Nem eu mandey bater esta moeda para lhe dar logo o consumo; mas sim para que sendo a feita conservasse em caza, para poder depois acudir qualquer necessidade que podia sobrevir em tempo em que não fosse possível a condução da tutanaga e quando o mesmo povo não viesse a pedilla, eu me daria por satisfeito com que ella me ficasse em caza para os gastos domesticos: e com effeito por este mesmo motivo se não destrubiu a todos os que a pedião. Nem eu mandei vender bazarucada pellas ruas; nem convoquey ao povo para vir cambar neste collegio. E assim tenho respondido ao ponto de recolher a bazarucada. E só acrescento que com outros meynos se pode e talvez se deve atender ao sucego e bem da Praça. Mas não he bem que passemos em claro o motivo que V. M.^s na sua carta me espressa para eu dever recolher a dita bazarucada que vem a ser o de ser ella feita sem intervenção desse nobre Sennado na forma (diz a mesma carta) da Provisão do Illmo. e Exmo. Sr. Dom Jeronimo de Azevedo V. Rei da India. He este hum ponto em que principalmente se funda toda a justiça que V. M.^s achão em eu recolher a bazarucada porem como o mesmo ponto se extriba em principios falliveis, menos he, do que parece a razão: por quan-

que erão recambiadas e como por este motivo segue grande prejuizo a republica para atravessarem desta maneira as mudas de prata e totalmente desaparecerem desta terra ficando so a bazarucada nella e querendo nos nisso provermos algum Imeyo: mandamos que nenhuma pessoa de qualquer callidade ou condição que seja não recambião as mudas sobreditas por mais do seu valor intrinzico assim como sempre correrão especialmente as rupias de Surrate não darão de alssa mais que nove junuadis a cada hua della como he uzo e costume observado e as do nosso cunho correrão pelo mesmo seu valor de dous x.^{es} sob pena de quem o contrario fizer de incorrer na condenação de trezentos cruzados tanto os que receberem a prata mudada e derem a dita exorbitante alssa como aquelles que contentirem recebendo a bazarucada com a dita alssa da qual condenação applicamos tres partes para a fazenda real e hua para quem o acuzar etc. Dada em Meza de vereação a 23 de Abril de 1755." (Seguem 5^a assinaturas).

Outra carta escreveu o Reitor ao Senado:

.....
 "Diz esta carta que para se fabricar esta muda (bazaruco) com cunhos novos foi necessario a intervenção do nobre Sennado, ca isto digo que confesso que para os cunhos novos e deminiuição de pezo foi necessaria a intervenção do dito nobre Sennado, não porque a Administração com o nobre Sennado nem elle com ella possão alterar ou diminuir, ou innovar cunhos de muda porque isto he regalia dos Principes. E em cazos da necessidade o he tambem dos seus Lugares-tenentes: mas em circunstancias em que havia autualmente grande necessidade da muda inferior e em que se não podia esperar determinação da corte foi necessario haver convenção com a republica para se poder fazer, o que em semelhantes cazos, e distancias permite o direito, e não concorreu esta intervenção porque carecesse d'ella esta Administração precisamente para a factura da muda de bazaruco porque esta se lhe concede indepedente de intervenção algũa, e só com a limitação de durar, só athe se ordenar o contrario. He verdade que não concede a dita provizão faculdade para se mudarem preços nem pezos e porisso no tempo em que se havia dar principio esta nova

bazarucada se tomou para a deminuição do peso, novidade do preço sobre cunho o consentimento do nobre Sennado e tambem do Governador que então era Francisco Palermo de Souza e se ainda para a factura da mesma bazarucada sem respeito ao novo preço e ao novo cunho interveio o nobre Sennado não foi talvez porque o padre Manoel Dias e quem lhe succedeo requireo ao mesmo nobre Sennado no principio a sua intervenção nem pedisse licença para bater mueda, mas requireo o mesmo nobre Sennado ao dito Pe que mandace bater mueda de bazaruco para o meneyo necessario da cidade e que não bata para se dizer que a factura da pura bazarucada carecia da intervenção do nobre Sennado pois a mencionada Provisão lhe concede em casos de necessidade Licença e assim nem o nobre Sennado deve intervir na factura da ordinaria bazarucada nem tambem deve nem pode mandar a mesma Administração a cantidade de dinheiro que se deve empregar na tutanaga pare o effeito da mueda ainda que eu não nego que não possa representar em nome da republica que não convem em tal ou tal circumstancia para o bem comum haver bazaruco novo ou fazer mais ou menos bazarucos. Fallo com mais clareza. Huma cousa e fazer-se mueda e outra cousa e fazer-se mueda de mayor ou menor preço do mesmo ou diverso cunho e de maior ou de menor peso em materias que de sy tem ou não tem valor intrinseco. A primeira mueda em casos de necessidade não tem valor intrinseco. A primeira mueda em casos de necessidade não tem valor intrinseco. A primeira mueda em casos de necessidade não tem valor intrinseco.

outros pedindo bazarucos nas portas deste Collegio a vista do que eu considerando que para o diante havia de ser mayor falta desta inferior moeda anticipadamente por ver que não acharia depois ocasião oportuna para o transporte da tutanaga a mandey vir e por não advinhar a futura concurrencia de bazarucada de fora mandey bater a mesma mueda já estabelecida e introduzida com universal concurso para poder achar com ella ao pouvo em circumstancia da necessidade. Dizem V. M.^s que se for precisa para a factura da primeira bazarucada a intervenção do nobre Sennado, tambem era precisa a mesma para a outra que depois se fez; e a isto respondendo, que suposto ter esta Administração licença para bater mueda de bazaruco, quando for necessaria e suposto ter já o pouvo aceitado a nova moeda, que com alguma deminuição e com novos cunhos com aprovação da republica e do governo da Praça sem contradição alguma e suposto tambem que da forma da nova mueda se não segue prejuizo algum ao comum nem ao particular não era precisa nova intervenção desse nobre Sennado. E se a moeda de que falamos não corre como na primeira carta de V. M.^s se expressa nas terras do inimigo por ser a dita mueda diminuta no pezo, he sem duvida que isto mesmo se pertendeu tambem quando em prezença de V. M.^s, que como tão veridicos não negarão esta verdade se assentou., que se diminuísse o pezo e da carta para o P.^e Manoel Machado se infere bem tudo isto. Alem de que amim me consta que esta mesma mueda corre nas terras do inimigo sem embargo da deminuição pouca ou muita do pezo para que quem toma semelhante mueda dando seus e feitos ordinariamente não olha para o pezo mas sim para o preço que lhe he totalmente intrin-zico. Antes se quizermos falar em mais rigor esta mueda se não pode chamar geralmente demenuta por quanto a demenuição em algumas muedas he muito limitada e em outras das mesmas he nenhuma o que eu tenho observado pezando tres rodas antigas com tres rodas novas e não achey diversidade se bem que algumas pezão hum pouco menos mas a mesma diversidade se acha nas muedas de bazaruco antigo e bem duvido eu de que se algum dia a tutanga for algũa couza mais cara se possa tirar o gasto que se faz para sahir a bazarucada não havendo mais deminuição do pezo da mueda. E ja eu disse que se o pouvo e os mercadores

não querião mais bazarucada nem a querião com este preço e
 cunho devião requerer logo como ja disse a suspensão da factura
 para que nem elles nem quem concorreo com os gastos ficasse
 com o prejuizo Nem digão que elles o suberão e eu me queixo de que
 que evidentemente consta que elles não faltava quem os induzisse
 elles se calasse em tempo em que V. M.^a me significação acerca de eu con-
 No tocante a admiração que na provisão citada na penultima carta de V.
 M.^a se contem digo que dexando de parte o que no Livro 1.^o das reaes
 ordens, no tt.^o 66 e no § 3 me permitia o direito não tem V. M.^a tanto
 de que se admirem da minha resposta como da informação que me
 derão algumas pessoas que tem lido por vezes o Livro desse nobre
 Sennado os quaes assim como falaria verdade no tocante a per-
 missão de se fazer mueda de cobre e a reogação della a provisão desta
 fallar também no mais e me fez acreditallas a provisão desta
 Administração a qual alem de ser mais moderna não faz menção
 de alguma outra nem mais antiga nem encontrada, e mostrando
 estes fundamentos cheguey a duvidar e se na representação de V.
 M.^a haveria alguma equivocação e não me expliquey daquella sorte
 por ignorar a honra de semelhantes Tribunais, nem supor que elles
 costumão fallar a verdade nem também por que saiba que muitos
 Sennados cheguem a governar reinos e Imperios principalmente
 onde não ha rey nem Imperadores de cujos exemplos estão
 reys os Livros e o mundo—e fico interdito do contheudo da
 provisão que V. M.^a me remetem mais antiga do que a minha 78
 nos e tão diversa da minha que aonde esta de V. M.^a limitada
 a, determina intervenção do nobre Sennado e restringe cir-
 stancia su daquelle tempo, a minha concede a licença geral-
 te independente de qualquer intervenção e concede a facul-
 de bater mueda de bazaruco con o mesmo preço athe se
 ar o contrario Ly a dita provisão mas das palavras della
 sulro os indios da descarga da consciencia que V. M.^a
 e ensinio mas em pontos que jogão com a consciencia
 a necessario fallar aquella Provisão nem era preciso que V.
 m a sua interpretação me pertendessem ainda que sem effeito
 r para que para saber dirigir a mesma consciencia e ainda
 tros me mandou a minha religião estudar Teologia por

muitos annos e não me custou pouco o escapar da obrigação que ella me punha para ca publicamente a ensinar com tudo isto fico muito prompto para obedecer os preceitos de V. M.^s cujas pessoas DEos G.^o m.^s a.^s Collegio 28 de Abril de 1755 José de Andrade, pag. 152."

O Senado officiou ao Governador de Damão :

"Sr. João de Souza Ferraz. He manifesto a V. Sr.^a o desasocgo deste pouvo pela muita abundancia de bazarucada que priva aos mercadores trazerem os generos de mantimentos e mais viveres para a conservação desta Praça e dizem abertamente que para os taes se conduzirem se carece mueda de prata e que na terra se não podem vender por mueda de tutanaga. Tem este Sennado escrito ao R.^{do} P.^e Administrador representando-lhe o mesmo inconveniente e que para este se a remediar mandasse recolher parte da *bazarucada que tinha feito e extrahido do seu Collegio* ao dito pouvo mas não só a não quer recolher mas nos encarece o beneficio que fez ao povó em no botar. E como estamos na cadeca do inverno de qualquer modo se deve atalhar este desacerto tão prejudicial a esta Praça; e nos parece ser justo que do dinheiro da nova Imposição que este Sennado administra se recolha mil xerafins de bazarucada onde outro dinheiro qualquer sendo assim da vontade e agrado de V. Sr.^a até a determinação do sr. Conde V. Rey: esperamos de V. Sr.^a a prevenção em semelhantes casos pois a experiencia nos tem mostrado a ruina por causa de semelhante bazarucada em sendo feita com demazia. A pessoa de V. Sr.^a G.^o D.^s m.^s a.^s em Meza de vereação 3 de Mayo de 1755. José de Souza (mais 3 assignaturas)."

O Governador de Damão respondeu:

"Sres Vereadores. Não dei resposta a V. M.^s da que me escreverão em tres de Mayo por depender mais vagar em respeito da materia ser ponderativa e por fim asentey que toda a bazarucada me trouxessem a esta Fortaleza, assim os mercadores como botiqueiros para lhes dar em troqua moeda de prata, a que passei ordem que em tres dias fizessem esta diligencia e feita ella receberão dous mil cento quarenta e seis x.^{os} por outra tanta bazarucada que me trouxerão. Quando cuidava eu, que com esta

providencia se fazi a balela da bazarucada, vejo que continua por diante de que me fizeram queixa assim os do pouvo, como soldados que os gollás não lhe querião dar arros sem mueda de prata, e não querião aceitar a bazarucada e a que eu tomei fica ainda em ser, e não tenho distribuida para não haver occasião para isso V M^a devem acudir com o remedio a tempo, antes que seja mayor o mal para socogo do pouvo e queixa da Infanteria As pes-soas de V M^a G^a Deos m^a a^a. Fortaleza de Damão 8 de Junho de 1755 *João de Sousa Ferraz* "

O Senado determinou.

"Os Senadores do nobre Sennado da camra desta Cidade por Sua Magestade que Deos Gu^a. Pela representação que o Pouvo fez a este Serado no anno de 1753 da falta que expri ne stava da bazarucada para cambos tomou este Senado a resolução de mandar publicar hum bando no mesmo anno para que a moeda de duas rodas que se achava *ausente no dominio do Marala* pella barxa que se lhe tinha dado do anno de 1745, tornasse novamente a correr pello mesmo seu vallor de duas rodas para com isso se excuzar de se mandar fazer outra e como a ditta moeda não viesse para esta cidade senão depois de se ter fabricada a moeda nova de tres rodas com muyta abundancia e com huma e outra, se acia a esta republi-ca atinuada e por ser muyto conveniente ao serviço de El-Rey N^{ro} Sr. atalhar semelhante danno, Mandamos que a moeda de duas rodas corra por hũa na forma que dantes hera, e a moeda de tres rodas corra pello mesmo seu vallor em que está e para que venha a notitia de todos, e não alegarem ignorancia mandamos seja este publicado a som de caixa nos lugares publicos e acostumados e fixado a porta desta cidade Em meza de vereação 22 de Setembro de 1755 "

Adjunto resolveu:

"Asentou se que visto o justo requerimento que o Pouvo d esta e sua jurisdição fez a este Adjunto significando-lhe a grande necessidade que todos em geral padecião pela falta de bazarucos chamados *trades e ralis*, pello que havia na terra ter levado consumo de ella e procedendo se as informações precisas e necessa-

rias sobre esta materia e mandando-se informar o Proc.^r do Povo se achou ser certo o que os sup.^{es} alegavão no dito requerimento e por ser conveniente ao bem comum, e não haver prejuizo a fazenda real ordenamos ao Feitor de fazenda de S. Mg.e Fidelissima Francisco de Mira que manda-se vir de Surrate mil quinhentas rupias de Tutanaga pouco mais ou menos, e com a dita manda-ce fazer mueda do referido bz.^{es} para ser repartida aos Botiqueiros d'esta Praça e sua jurisdição só a fim de que houvece abundancia na terra de que se fez este assento em que se assinarão todos comigo dito Escrivão que o escrevi. Franco (gov.) Fr. Crus. (Pe. Commissario franciscano)—Mira (ccmm. das tropas)—Pereira (escrivão).” (152)

O Senado oficiou ao Governador de Damão :

“Sn.^r Henrique da Costa Franco. Quando os S.^{res} governadores tomão posse da Praça em prezença deste Sennado prometem de guardar os privilegios concedidos a esta cidade, e agora vemos pello contrario em os bandos que V. M.^{es} mandou lançar a respeito da bazarucada, a qual se fez sem sabermos, por que ordem, porque este privilegio só tem este Sennado desde o principio e fundação desta Praça cuja graça só Sua Magestade a pode délogar e athe agora estamos de posse della. No anno de 1757 se deo baxa ao valor da bazarucada por conceção deste Sennado a requerimento do povo, e conçulta dos prelados Ecclesiasticos e se lhe deo o valor de *noventa e seis janavadis por rupia de Goa* só afim de impedir a mohe. da que corria nesta Praça que o inimigo Maratha uzou do mesmo cunho só para se aproveitar de a por em consternação com a falta das rupias que já as não havia, e faltando a moheda corrente nas suas terras já nos falta todo o subsidio para Praça. V. M.^{es} nos seus bandos lhe deminue dezaseis janavadis em cada rupia de Goa — principio de total ruina, desta Praça, pelos gravíssimos prejuizos já referidos, e se a sua intenção he a prezistencia da dita bazarucada para não ter extrahição para fora, se nos offerece a dizer lhe que mais conveniente he a Praça provido de mais de mantimentos e

(152) L.^o dos Assentos do Adjunto, fl. 46 cit. a pag. 249 das *Noticias Documentos para a Historia de Damão* por A. F. Moniz.

viveres, que todos os dias vem vender das terras do Marata que a prezistencia do dito bazaruco porque em este faltando se tornara a fazer outro sem prejuizo a Fazenda Real e ainda com conveniencia para a dita fazenda Mandamos a copia da carta do governador que foi desta Praça João de Souza Ferras da *ultimatura* e *be* *zaruco*, e poderiamos mandar varias que se achão registadas do mesmo contexto A pessoa de V m Gu • D • m • ann • D • em Meza de veriação de 9 de Junho de 1770 Filipe José Ripado (mais 5 assignaturas)

O Senado protestou perante a Relação de Goa

‘ Snr • Tomou este Senado a resolução de fixar este Tribunal e não haver despachos athe a segunda ordem de V Mag • pellos a beselutos que Henrique da Costa Franco Commandante e governador desta Praça tem obrado em usurpar a Jurdição e privilegios que V Mag • tem concedido a este Senado

Primeiramente tem V Mag • concedido por Alvara de Dom Jeronimo de Azevedo V Rey que foi de V Mag • para poder bater moeda de cobre e não haver mais alteração nem demonuição no valor dos bazaruco o qual Alvara se tem sempre guardado pelos governadores desta Praça athe o tempo de João de Sousa I eras foi a ultima vez que se fundio o bazaruco corrente na tera e publicado n seu valor por hum bando deste Senado,

Agora prezentemente pella falta que havia de bazarucos pella extraição que os Senadores lhe deão recorreo os mercadores ao Adjunto que lhe de a providencia para fazer dous mil x • de bazarucos e sem mais atenderem os deputados do Adjunto que lhe não cabia este despacho ordenou ao feitor de V. Mag • para que mandasse vir totunaca para se fazer o dito bazaruco sem este Senado ser ouvido

Aos seis do corrente mez mandou Henrique da Costa Franco de seu poder abeseluto publicar hum bando para correr na tera o bazaruco já feito com deminuição de doze javanadis em cada rupia de Surate e dez a seis j • na de Goa e como tinha a conta herada e não conferia com o avanço de dous m • por sento mandou lançar segundo bando os oito do d • mez deminuindo na rupia de Surate mais seis j • que com os dous do primeiro bando fazem de resto

da subir tanto e principio de total ruina desta Praça etc. Apello
V. Mag.^e etc. *Filipe José Ripado.*”

o Senado oficiou ao Governador:

“Sr. João de Souza Ferraz — Recebemos a carta de V. Sr.^a de
de Junho sobre a providencia dos mantimentos para esta cidade
to se ter já recolhido a bazarucada por ordem de V. Sr.^a sendo
a a duvida que punhão os mercadores e os botiqueiros para não
nderem e trazerem os mantimentos para o povo e como V. Sr.^a
satisfaz a dita bazarucada em mueda de prata, não ha razão
nhã pera que o deixem padecer e pello mesmo motivo se achão
prezos os botiqueiros de portas fora que são obrigados a vender
ntimento diariamente ao pouvo conforme as possibilidades dos
os botiqueiros que estes não podem dar inteira satisfação ao pou-
geralmente, visto por se não vender dentro na Praça mantimen-
e sabendoce dos Gollas o motivo de se não vender, huns respon-
m por não terem os rendeiros das Aldeas bate e outros que lho
o querem dar para vender os ditos rendeiros, e como elles por
dem de V. Sr.^a botarão os mantimentos na Praça a que são obri-
dos pella mesma ordem se deve mandar vender, como tambem
ber se o que meterão dentro nella, por ser este o mantimento que
dos os annos se bota dentro na Praça e sustenta o dito pouvo. A
ssoa de V. Sr.^a G.^o D.^s m.^s ann.^s em Meza de veriação 9 de
lho de 1775.”

o Senado oficiou ao Adjunto:

“Snr. Governador, e mais Deputados do Adjunto.

Pela representação que os mercadores e botiqueiros habitantes
os Extramuros desta cidade fizeram a este nobre Senado a respeito
o grave prejuizo que cauzava não só aos referidos, mas ainda a
dos em comũ da *bazarucada em cobre* de tangas e meyas tangas
e S. Mag.^e foy servido mandar nessa munção a qual não passando
a Jampa de catriá e Damão de Sima gira tão somente nos Supp.^{es} os
naes querendo comprar qualquer genero vindo de fora não aseitão
tanga e meya tanga pelo diminuto valor da d.^a mueda ficando ella
npatada fica certo o prejuizo que alegão acrecendo mais que o
ilitar levando a dita mueda aos butiqueiros mandão que lhes tro-

que em lutunaga o que os d^{as} não tem por ser dinheiro miudo que se extrahia na compra dos vires que deariamente se gasta vindo de fora e todas as vezes que assy n^o execução lhe d^oo p^oncidas e outros disturbios, que por ser ja intoleravel os militares se apresentavao a este Senado pedindo sem demora a providencia para evitar os padecimentos expressados etc. Em meza da Vereação a de Abril de 1781 — *Luis Jose Preto e outros*

O Governador de Damão determinou

Faço saber, que tende me sido representado a urgencia, que havia da moeda de cobre para a circulação, e igualmente o vexame que soffriam os povos dos monopolistas no cambio da moeda chamada *dabú*, a qual a muito tempo corre nesta praça, sendo até recebida no cofre da Fazenda e mais repartições pelo valor de dezoito reis cada dabú, e nove reis meio dabú e querendo eu evitar a maneira que me é possível consultei sobre esse objecto o Senado da Camara e mandando examinar e ensaiar a dita moeda, achei ser o seu valor intrinseco superior até ao preço porque a Fazenda Real a recebe, portanto determino, que internamente, emquanto não chegar da capital as providencias, que eu a este respeito tenho pedido, corra nesta praça e em toda a jurisdição de Damão o dabú pelo preço de dezoito réis, e o meio Dabú por nove réis, isto como moeda provincial ficando os que lhe alterarem o preço incursos nas mesmas penas que já mandei declarar se impuzessem aos que regeitam a moeda de doze reis. Os comandantes dos campos de Damão Pequeno e dos Remedios e da Praganá Nagar-Avely ficão encarregados da execução deste, da parte que lhe toca, fazendo publicar aos moradores dos mesmos a fim de que estes não sejam illudidos pelos referidos monopolistas, e o comandante da Praganá especialmente vigiará na sua execução dando escoltas para as feiras, em as quaes os homens de fora da jurisdição costumam vir introduzir este dinheiro, com desmascarada uzura, e as mais pessoas a quem este pertencer, e cumprão e guardem. E para que conste, mando que este seja publicado a som de caixas nos lugares publicos e do costume e depois de registada nos lugares competentes se afixará na Porta da Praça—Palacio do Governo de Damão 15 de Novembro de 1832 (2) *Julio José da Silva Pereira*

Descripção das moedas

Dibbi—A forma d'esta moeda é circular, bastante imperfeita e tôska, da grossura de 6.^{mm} e dimensão do actual $\frac{1}{2}$ de tanga. N'uma face contem duas linhas grossas denominadas — *dinly* —. A falta d'ellas inutilisava o valor desta moeda. Equivalia á meia tanga ou anna.

Sirrai — Moeda circular, irregular e tôska, da grossura de 4.^{mm} e dimensão de um quarto de rupia. A legem li é em alfabeto devanagarico ou balbôdh, tendo n'uma das faces, debaixo das duas linhas grossas denominadas — *la idy*, — o seguinte letreiro (vocativo) — *Raja* — Na extremidade esquerda da moeda o primeiro alfabeto está incompleto. Valor, um quarto de tanga.



PESO COMPARADO.

<i>Maratha</i>	<i>Inglez</i>	<i>Português</i>
<i>Dibbi</i> 0. ^{gr} ,5 = Meio anna	12. ^{gr} ,5 = Meia tanga	12. ^{gr} ,6
<i>Sirrai</i> 9. ^{gr} ,5 = Quarto de anna	5. ^{gr} ,5 = Quarto de tanga	6. ^{gr} ,5

Organização Administrativa — Vimos a pag. 6 que a Carta Régia de 9 de Fevereiro de 1611 confirmou os privilégios da cidade de Evora concedidos a Damão por vários Vice-Reis, privilégios referidos no seguinte Alvará do Vice-Rei:

“Dom Vasco Mascarenhas conde de obidos V. Rey e Capitão geral da yndia ett.* faço saber aos que este alutra virem que tendo eu respeito ao que na petição atras escrita diz a cidade de Damão e ao que nella alega, e conformando me cõ a reposta do Procurador da Coroa e fazenda de Sua magestade tão bem atras escrita Hey por bem de confirmar a dita cidade os preuilegios provisões e assentos de que trata em a dita sua petição e refere o procurador da coroa na sua reposta e serão intimados por hum tabalião publico ao capitão que ora he da dita cidade de Damão e os que ao diante forem ao tempo que tomarẽ posse daquella fortaleza pera que ponhão o seu cumpraçe e não uão contra elles em parte, nẽ em todo, notifico o assy ao veedor da fazenda Geral e ao capitão da fortaleza de Da-

mo que ora he e ao diante for do leitor o Mayde mor e ou-
 uidor della mais menistros officiaes e peoas a que pertencer, e
 lhes mando que assy o cumprão e guardem e fazião inteiramente
 cumprir e guardar este aluar como nelle se contem sem duvida
 algũa o qual valera como carta passada em nome de sua mage
 sem embargo da ordenação do 2º do 1º de 40 que o contrº dispon
 e pagou coatro centes res de mea annata Bartholameu Lobo o fez
 em goa a dezanoue de Agosto de mil seiscentos e sincoenta e tres,
 e nos registos das cartas e aluarias que apresentou passadas pel-
 los V. Reys Dom Luis de Mayde, don franco da Gama conde
 A'mirante, Dom Irmº de azuado, don João Coutinho, Conde do
 Redondo Conde Almirante da segunda vez pellos menistros consel-
 lheiros V. Rey Pero da Silva, Antonio Telles, que lhe succedeo por
 Governador, e Conde de Aveyras ficão postas declarações em co-
 mosão confirmadas por este aluara S. secretº Joseph de Chaves
 Sotto Mayor o fez escrever o conde de obidos

A Cidade de Damão por seu bastante Procurador o Pe. fr. tho.
 mas de nossa s.ª de Pilar que goza dos privilegios da Cidade do
 Evora e os seus Cidadões dos privilegios dos Cavalleiros o q. possa-
 apresentar nos officios de tabaliões e escritões de Judicial emquer-
 dores e escrivaes dos defuntos o outros officios se nelhantes rezer-
 uando a confirmação delles aos V. Reys deste estado como consta
 da carta folha S. V, the fol 7, e outro assy q. os capitães das tranqui-
 e apontadores dellas sirão de tres annos Sendo apresentados para
 a dita Cid.º aos Cap.º da fortz.º para os confirmar o lhes mandar
 passar suas cartas cõforme a prouizão fol 8 the 9 o b.ºm assim q. a
 dita Cid.º faça eleição do Juiz dos orlaos de trapor o Mayda 1.ª
 Juradição cada tres annos na forma da prouizão folio o q. os capi-
 tães della não prendão seus cidadões e moradores e fazendo o contr.º
 correndose lho a folha e não haueudo delles culpa o ovidir os
 marde soltar como se contr.º no registro da prouizão folio volta o ou-
 tro assy q. os ouvidores guardem sempre vizinhos o lhes de o n.º
 aos q. Gozão della cõforme a prouizão folio volta op.º outra prouizão
 folio se ordena q. se fassa ha celeiro de bato repartido so por 1.ª
 elos moradores cõforme a possibilidade deley p.º se venler so
 pouco nas ocações reser.º p.º o q. l.º effeito de tirar os menistros
 e sellar o p.º aserto fol 12.ª volta q. faze de quatorcent e mil

de bate e contribuiç^ã na forma delle antes de se despachar bate algum p.^o fora e p.^o outro assento dos mesmos assentos fol. 13 ordenar^{ão} os cap.^{es} não obrigac^{ão} aos foreiros a comprar^ẽ seus caualos n^o lhes impedir^ẽ mandalos buscar doutra pr.^{ta} sob as penas nelle declarando e t^{ão} bem ordenar^{ão} q^ã a pecoa q^ã servir actualm.^{te} de Vereador Juiz e q.¹ q.^{er} outro officio da cid.^e não sirua cargo alg^ũ das obras de fortificass^{ão} c^õforme o asento fol. 13 volta se sobre a grr.^a q^ã o choutia costuma aleuantar se ordena nas provis^{ões} fol. 14—e^{is} a ord^ẽ q^ã se deu^ẽ ter na arrecadaç^{ão} de ser chouto p.^o se despender na mesma Grr.^a e p.^a se goardar os ditos Previllegios e provisoes q^ã os capit^{ães} costum^{ão} quebrantar se manda na prouis^{ão} fol. 19 q^ã nas rezidencias delles alem do segim.^{to} ordn.^{to} se pergunte se guardar^{ão}.

As prouis^{ões} e liberdades da cidade ou as quebrantar^{ão} em parte ou em todo como decerto for^{ão} intimados a alg^{ũs} cap.^{es} no t^{po} da posse delles como consta dos termos fol. 16 volta e por q.^{to} os ditos Previllegios e prouis^{ões} c^õ outras muitas for^{ão} confirmadas p.^{los} V. Reys e Governadores passados como se faz menç^{ão} nas provis^{ões} fol. 1 the 4 e fol. 5 the 7 por ser^ẽ todas em fauor do seru.^{co} de S. Mg.^e e bem com^ũ das terras, e os ditos moradores s^{ão} vassallos benemeritos no seru.^{co} do dito Senhor q^ã de contino and^{ão} no campo em deffens^{ão} dellas contra os Reis Visinhos e mostrar^{ão} sua lealdade na ocazi^{ão} do serco passado sendo mereced^{ores} descr^ẽ fauorecidos c^õ os ditos privilegios. P. a Vex.^a respeit^{ando} o q^ã alega seja seruido de confirmar os ditos privilegios, prouiz^{ões}, e assentos dos ditos menistros, concelheiros se sej^{ão} intimados por h^ã tabali^{ão} ao capit^{ão} q^ã ora he e os q^ã adiante for^ẽ no t^{po} q^ã tomar^ẽ posse da dita fortz.^a p.^o q^ã ponh^{ão} seu cumpraçe e não u^{ão} contra elles em p.^{to} n^ẽ em todo sob pena de mil cruzados p.^a a ribeira do estado e se lhes dar em culpa nas suas rezidencias e q^ã os sindicantes dellas alem dos capitulos do Regim.^{to} ordnr.^o pergunt^ẽ se goardar^{ão} os ditos preuilegios e liberdades ou se for^{ão} contra elles em todo ou em parte sob a mesma pena e se lhe parece aprovis^{ão} de confirmaç^{ão} o Proc.^{or} da Coroa e fz.^a de S. Mag.^e ueja estes papeis e Informe p.^o differir c^õ seu parecer 16 de Junho de 1653.

S.or

Pellos papeis q^ã a sup.^e aprez.^{sa} consta de tudo o q^ã Reffere em sua petiç^{ão} e ser^ẽ lhe concedidos por alguns dos s.^{ors} V. Reys pa-

sados e emformados per outros os preuilegios de q goza a Cid^a de cora e q tuiesse apresentação dos officios que vagarẽ a saber, escriptões tabaliões, emquendores, estnbuidores, contadores, merinhos, e outros, e ^{no} cap^{as} das tranq^{as} ficando a confirmação de todos a Vex^a e q os cap^{as} daq^{la} cidade não possão prender os q gozarẽ dos tais preuileg^{os} n^o q se não deuem entender em ocazião da grr^a actual e q assy mais se lhe confirmã os assentos fol^{as} 12 the 13 q tratão de auer seleiro de bate p^a as pessoas q não tẽ aldeia e q os cap^{as} não impidião aos m^{es} comprarẽ caualos e os mandar uir donde lhe parecer p^a contrbuirẽ cõ obrigação de suas aldeas comão obriguẽ a lhe comprarẽ os seus por preços execuiuos e q os officias q servirem a cid^a não possão seruir na administração da fortificação por lhe ser defezo por outra prouisão cõ outras couzas q não encontrao o seruiço de Sua Mag^a e sãõ vteis ao comũ e assy parece q sendo V^o Ex^a seruido de lhe mandar fz.^a a m^a que pede não rezulta per Juizo q eu alcance e sera esta Cid^a fronte^a dos Inimigos cõ que do ordin.^o tẽ guerras e benementa no seru^o de S^a Mg^a V^o Ex^a mandara o q maes for servido. Goa 25 de Junho de 1653.

Passe prouisão na forma da resposta do Procurador da Coroa

Goa 25 de Junho 1653 O conde de Obidos.

A fl. 63 do l^o da rs^a do Tiz^o

Goa 24 de Julho de 1653

(ran^o barbosa Aranha" (113)

El-Rel autorizou a cidade de Damão a enviar um Procurador para patrocinar as suas causas perante a Cõrte

"A Cidade de Damão me pede pela carta que me escreueo nas nãos do anno passado lhe de licença para mandar a este Rey no hũa pessoa a requerer suas cousas, por nesse estado se lhe nao deferir a elas, o que ey por bem que possa fazer, e ayy lho mando escreuer, e vos emcomendo lhe deis licença para a dita pessoa se embarcar nas primeiras nãos.

Tambe n me escreue a mesma cidade que o q se dizea contra Francisco Pais, Preuador mor dos cen^{os} de Goa, que per da r-

nular com o que avia de pagar ElRey de Cerceta em hum contrato que se fez com ele lhe dera hums cinco mil pardãos, e que não fora sy, e os recebera Pero da Silueira, capitão que então era da mesma cidade, que fora o que correrá com este engano e dissimulação: pelo que vos emcomendo vos emformeis deste negocio mui particularmente, e façaes proceder contra os culpados como for justiça, e me avisseis de tudo.

.....
 Escrita em Lisboa a 3 de Março de 1598.
 Principe." (151)

O seguinte Alvará Régio concedeu o direito de asilo à
 de de Damão :

"Eu el-rey faço saber aos que este alvará virem que, por ser informado que nas partes da Índia acontece muitas vezes passarem-se os culpados em alguns delitos a terra de infieis a fim de não serem presos e castigados, e andarem entre elles muito tempo, vivendo com grande dissolução e perigo de sua consciencia e não como christãos; e desejando atalhar a isso, hei por bem e me praz de fazer, como por este faço, contos as fortalezas de Damão, Coullão e Gale, com todas as prerogativas e preeminencias que por direito e minhas leys são concedidos aos coutos que por mim são feitos; e que n'ellas se possam acoutar todas as pessoas culpadas em quaesquer casos, excepto nos de lesa-magestade divina ou humana, sodomia, moeda falsa, morte de meirinho ou julgador e morte à traição; porque n'estes casos aqui declarados somente não valerão, e os culpados n'elles poderão ser presos por isso, ainda que seja nos mesmos coutos; porem em todos os mais casos valerão ás pessoas que n'elles se acoutarem, e não poderão por elles ser presos, em quanto nos ditos coutos estiverem e não forem achados fóra d'elles; as quaes fortalezas somente declaro por coutos, e que do día que esta for publicada nas partes da India em diante o não sejam as de Cranganor e Columbo, que por meus regimentos e provisão do governador André Furtado de Mendonça,

que nesta parte hei por derogadas, estavam declaradas por taes, por quanto, por justos respeitoes que me a isso moveo, o hei assi por meu serviço. E porque, por virtude dos ditos regimentos e provisão do dito governador, poderão estar acoutadas algôas pessoas nas ditas fortalezas de Cranganor e Columbo, lhe assignara o meu visô rey da India o termo que lhe parecer conveniente, para se poderem livremente sair d'ellas e accutar em outras, passando para isso sua provisão, a qual com esta se apregoará nos logares publicos da cidade de Goa e de todas as mais cidades, fortalezas e logares d'aquelle Estado, e se registrarão nos livros das sciencias e camaras das ditas fortalezas que assigno por coutos, e nas mais d'elle, de que se me enviarão certidões por vias, e hão das tres, per que este se passou, se porá em boa guarda na Torre do Tombo e as outras na secretaria. Notefico-o assi ao meu visô rey que ora he, e ao diante fer, das ditas partes da India, ou ao governador d'ellas, e lhe mando e a todas minhas justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que assi o cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, e aos capitães das ditas fortalezas derrem n'ellas estar e acoutar as pessoas que o quizerem fazer, pelos casos em que ordeno se lhe guardem, como n'este se contem, sem duvida nem embargo algum, e sem embargo outrossi dos ditos regimentos e provisão e de quaesquer outras provisões, regimentos e ordenações em contrario, e da Ordenação do 2.^o livro, titulo 44: e valerá como carta começada em meu nome, sem embargo da Ordenação do 2.^o livro, titulo 40, que o contrario dispõe. Manoel do Rego o fez em Lisboa a 12 de novembro de mil seiscientos e dez. Eu o secretario Antonio Vilés de Simas o fiz escrever. — Rey — O Conde Almirante.

Alvará per que vossa magestade assigna por coutos nas partes da India as fortalezas de Damão, Coulio e Gale, na maneira acima declarada.

Para vossa magestade ver. E vaie por tres vias.

Per carta de sua magestade de 6 de outubro 610.^a (14)

A seguinte Carta Régia concedeu a renda do verde à
de Damão:

“Dom Jeronymo de Azevedo, viso-rey da India amigo, eu el-rey vos envio muito saudar. Eu fiz mercê á cidade de Damão dos privilegios que neste reino tem a de Evora, com declaração que não terá a renda do verde: e porque ella me escreveu o anno passado, pedindo-me que lhe não exceptuasse a dita renda, por ser mui limitada e não valer mais que de trezentos para quatrocentos pardaus; allegando para isso tambem em seu favor que se aquella cidade não usar della, não terá com que poder acudir a algũas necessidades urgentes do tempo, nem com que mandar um correio, sendo mui necessario despachar-vos muitos com cartas e avisos, e acudir a outras semelhantes despesas, por não ter outra cousa de seu com que poder supprir; representando-me juntamente que, não sendo esta renda sua, não poderá governar-se aquelle povo; sendo assi que andando em sua cabeça, ficará obrigada a attender pelas cousas em que se quebrarem as taxas de que procede a dita renda; me pareceu advertir-vos d'estas razões da cidade por esta, como o faço, para que as vejaes e considereis, e entendendo que não ha inconveniente n'esta sua pretensão, lhe concedaes o que pede, em meu nome, por tempo de cinco annos somente; e do que n'isto fizerdes me avisareis, para o ter entendido: e á camara mando advertir que acuda a vós sobre este particular, para saber o que ácerca d'elle houve por bem de lhe mandar responder. Escripta em Lisboa aos de fevereiro de 1615. — Rey — O Duque de Villahermosa Conde de Ficalho.

Sobrescripto — Por el-rey — A Dom Jeronymo d'Azevedo do seu conselho, viso-rey e capitão geral do Estado da India.” (156)

O Vice-Rei D. Antão de Noronha deu o seguinte regimento à fortaleza de Damão:

“Dom Antão de nr.^a do Conçelho delrrey meu s.^{or} eu Viso Rey da India faço saber a uos capitão da fortz.^a e Cidade de Damão, e suas terras e ao Vedor da Fz.^{da} de S. A. que la for, e Residir ao feitor da dita fortz.^a escrivaes da feitoria, e a todos os mais officiaes da dita Cidade, e tanadarias della, e peçoas a que pertencer q̃ S. Alteza me mandou no R.^{no} dar hũa prouisão sua, de que o treslado della vay no p.^{ro} Regim.^{to} da fortz.^a dormuz.

Primeiramente o dito feitor tera hum l.^o grande de papel de marca mayor pera sua receita q̄ sera concertado, numerado e asinado q̄ hum contador de S. A. ou pello ouy or da dita Cid.^e quando não poder ser p.^{lo} dito Contador, no qual lhe sera feito titt.^{os} apartados do seu recibim.^{to} segundo as Calidadss delle o dr.^o q̄ Re-
 çeber de officiaes de fora sobre sy e as fz.^{das} da mesma man.^{ra}, e as rendas das ditas tr.^{as} e foros e outras couzas q̄ delles arrecadar tão bem em seust.^{los} onde os escriptos da dita feitoria lhe carregarão em receita o q̄ assy receber, com declaração do dia mes hora em q.^o for, e nellas assinará o dito feitor, e assi nos C.^{tos} em forma que das ditas receitas passar as pr.^{tes} q̄ as ditas entregas fizerem nas q.^{as} se declarara dos off.^{os} de que as recebo, e pelas peçoas q̄ por elles lhas entregarão q̄ os ditos C.^{tos} em forma serão conforme as ditas receitas p.^a em todo tempo q̄ se concertarẽ com ellas se nao achar erro nõ emleyo

O dito feitor tera muito cuidado de arrecadar todas as rendas, foros dr.^{tos} que as ditas fortz.^{as} e suas tanadarias, e tr.^{as} pagão, o sao obrigados a pagar a fz.^{da} delrrey meu s.^{or} pelo foral das ditas tr.^{as} das Aldeas, e propriedades q̄ são aforadas dos fr.^{os} q̄ as tem segundo os seus afforam.^{tos}, e assi as ditas rendas e dr.^{tos} do Cassabes, e mandou as dellas p.^{los} arrendam.^{tos} que fizerem carregando-se no dito l.^o de sua receita cada Renda e Aldea per sy per cabeça cõ suas obrigações, e asi como for recebendo nos quarteis do anno q̄ são as pagas que elles hão de fz.^{er} lhe irão lançando no dito l.^o, e titt.^o p.^a recibim.^{to} pera o que lhe deixarão seu papel em br.^{og} aquelle que parecer necessr.^o q̄ sera feito p.^a hum dos Escriuaes da dita feitoria de q̄ logo passsara seus C.^{tos} em forma a pr.^{te} como asima fica declarado, e o dito feitor não recebera nem hum dr.^o nõ outra couza sem a isso ser presente o dito Escriuão da feitoria, e se logo lhe carregar em receita pella dita man.^{ra}, e sera avisado q̄ todas as ditas rendas e foros e dr.^{tos} arrecade preencheo de todo e tempo q̄ servir sem lhas ficar couza nenhũa por arrecadar fz.^{do} a dita arrecadação em seus tempos obrigados p.^a q̄ ficando p.^a sua negligencia o pagara a fz.^{da} de S. A. e não lhe valera escuza nenhũa.

As rendas das ditas tr.^{as} de Damão assy dos Cassabes, como dos mandouins dellas, ou outras q̄ S. A. nellas tiver q̄ não andão

afforadas se arrendarão cada anno, ou cada dous annos, lhe tres como melhor parecer, e por maes proueito da fz.^{da} do dito s.^{or} e bem das ditas terras, e os taes arrendamentos serão feitos perante o vedor da fz.^{da} del rrey meu s.^{or} estando nas ditas tr.^{as}, e o dito recebedor e officiaes da feitoria, e não estando assy para os poder fazer o dito feitor e officiaes me escreverão sobre isso no verão, ao V.^{or} da fz.^{da} da India p.^a nisso prouer, e ordenar de manr.^o q̃ se hade fz.^{er} Tanto que os arrendamentos que estiuere[m] feitos se quizerem acabar, porque os annos das d.^{tas} tr.^{as} se acabão a oito de Junho e começão em noue e sera a tempo q̃ eu possa la mandar Recado ou o dito Vedor da fz.^{da}, que os arrendamentos fizer ou a pessoa q̃ se ordenar para isso em sua auz.^{ca}, as arrendara p.^{la} dita guiza mandando as em pregão muitos dias e mandando recado q̃ todas as Tanadarias, e praganas das d.^{tas} tr.^{as} pera que acudão os lancadores e arematagão sera aquellas pessoas q̃ maes lançarẽ, e que maes seguras, e abonadas fforem, e homes de redito e Verdade que possão bem correr as ditas rendas, e pagarem a S. A. o seu sobre o q̃ fara m.^{to} exame, e depois q̃ forem arematadas tẽdo nisso suas solemnidades necess.^{as} se emparão as d.^{tas} rendas cõ suas fianças abonadas tomando-lhe pr.^o a de cima pr.^{to} como he declarado no regimento da fz.^{da}.

Na dita feitoria auera maes hũ l.^o dos contractos, e arrendamentos q̃ sera grande de marca mayor concertado, e numerado, e asinado p.^l hum contador do d.^{to} s.^{or}, ou pello ouu.^{or} da fortz.^a onde serão lançados todos os ditos arrendamentos cõ as condiçõens per q̃ forem arrendadas, e a contia de d.^o e tempo, e as ps.^{as} a que forem arrematadas asinara cõ o dito V.^{or} da fz.^{da} ou a pessoa q̃ em seu lugar os fizer, e serão feitos p.^{los} escriuaes da feitoria, não auẽdo, o da fz.^{da} com os officiaes e test.^{as} que a isso forão presentes no q.^l tão bem se poderão tomar as ditas fianças, ou em outro L.^o de fora e depois das ditas rendas, e arendam.^{tos} serẽ lancados no dito L.^o p.^{la} dita ordem se carregarão em receita sobre o dito feitor, como atraz fica declarado, e tão bem dito L.^o se lancarao os contratos q̃ se fizerem na dita feitoria, e este não seruirá doutra couza e quando o f.^{tor} lhes dar sua conta trara os treslados dos ditos arrendamentos que correrão em seu tempo autorizados e consertados p.^o o apresentar nos contos cõ a sua reposta.

N'a dita forte, a feitoria de Damão estava ordenado q todos os foros, e Rendas das ditas tr^{as} andaç^{es} carregadas em Receita sobre o feitor della, e q os capitães della e tanadares, das tanadarias das ditas tr^{as} fôcem recebedores das ditas rendas, e se arrecadarem cada hum os da sua comarca por as tr^{as} serem grandes, e estarem afastadas das ditas fortes, e que os ditos tanadares e recebedores acodisse co o dito recebim^{to} ito a dita feitoria, e nã ouesse outra receita sendo ao dito feitor o q se uzou ate gora, p q sou informado q os ditos tanadares acodem muito mal a dita feitoria co di^{ta} arrendamento nã querẽ dar conta de seus recebim^{tos} se nã co muito trabalho arrequerim^{to} q lhes fazem por onde alguns feitores q forão na dita forte se desobrigarão disso em suas contas por mostrarem diligencias q fizerão q he muito prejudicial a f^z da de S. A e contra a ordem delle, e querendo nisso prover, cõ parecer do dito Arcebispo, e os mæes officiaes, ey por seu cõ delrey meu s^{or} q os ditos Capitães e Tanadares das ditas Tanadarias de Sangens, Danu, Trapor e mahum, nã arrecade ne recebam nenhumas Rendas n^{as} foros e de l^{os} das tr^{as} e comarcas das ditas Tanadarias, nã uzem mæes da dita ordenança, nã se entremetão nisso, as quaes rendas e foros do dito feitor sã mandada arrecadar per ps^{as} que el'e pera isso ordinar, heis q tera nas Tanadarias, os q^{os} nã serã gentios, nem infieis e a estas dando os ditos Capitães toda ajuda, e fauor q lhes for necess^{ro} pera melhor podorem f^zer a dita arrecadação, p q^{to} o dito feitor fica obrigado a responder e dar conta dellas pois sobre elle são carregadas em receita

O dito feitor sera auizado q nenhũ dr.^o f^z das nã ou'ro recebim^{to} de rendas n^{as} foros receba per escritos razos, n^{as} os pass^{ar} a nenhũa ps^a n^{as} per os ditos escritos razos nã C^{tas} em forma quebre nenhũa paga n^{ta} n^{as} deve nãbargo q aja de pagar, em nenhũ rendr^o f^z nem Recel^{as} nã menos receba nenhũ dr.^o delles adiantado per nenhũa via, se nã aos tempos, e quarteis q forem obrigados a pagar, tanto q forem vendidos, e tudo o q assy receber vira a sua resposta p^a melhor carregado p^{la} escrivo da dita feitoria, e passar dello C^{tas} em forma as ps^{as} e quando o dito feitor fizer os taes pagam^{tos} sera em dr.^o e na meza da dita feitoria do que assy recel^{ar} perante os escriptaes della, nã elles lhe carregarão o tal dr.^o sem o se'em receber, nem passando os taes C^{tas} em forma

p.^a por elles auerẽ pagam.^{to} em outra p.^{te} nẽ menos os taes rend. os pl.^{os} recebedores lho entregarão sem os ditos escriuaes, ou algum delles ser prezente nẽ delles cobrarão os taes asinados razos ne em forma p.^a por elles fazerem os ditos pagm.^{tos} nem pagarão adiantados sob perderem os seus cargos e ordenados, e averẽ a mais penna q̃ me bem parecer e ahy tornarẽ a pagar tudo a S. A. p'q.^{to} o deffende muito em seus regimentos.

Na dita feitoria auerá hũa arca de duas fechaduras ou cofre onde se metera todo o dr.^o q̃ o dito feitor receber de q̃ lhe tera hua chaue, e a outra o v.^{or} da faz.^{da} quando ahy estiuer, e não Estado a tera o escriuão maes velho na seruentia do cargo, e nenhũ dir.^o receberá o dito feitor sem hir ao dito cofre, e bem assy auera na dita feitoria outra caixa onde se metera L.^o de sua receita e despz.^a e os maes l.^{os} de registos e contractos e arendm.^{tos} tombos e foraes q̃ ouuer na dita feitoria o qual tão bem sera de duas chaues, ã hũa dellas terra o dito feitor, e a outra tera o dito escriuão mais velho., e quando estiverẽ em neg.^o se abrira e tirarão os l.^{os} q̃ forem necessr.^{os} ã acabado se tornarão a dita caixa e sempre estarão guardados e fechados, e da mesma man.^{ra} as cazas feitr.^a e Almazens q̃ tiuer ã fz.^{das} de S. A. terão as portas cõ duas Chaues, a hũa o dito feitor, e a outra o dito escriuão e nunca se abrira sem elle ser prez.^{te} e pella dita guiza tão bem os L.^{os} da receita e desp.^a dos ditos Almazens estarão fechados p' q̃ elrrey meu s.^{or} o manda assy em seu regimento.

Os escriuaes da dita feitoria serão mui continos em servirẽ seus cargos, e serão obrigados a todos os dias hirem duas vezes a dita feitoria onde estarão as menhas das sete oras the as dez e as tardes das duas the as q.^{tro} sem nunca faltarem p.^a o negocio da arrecadação da fz.^a de S. A. e o desp.^o das pr.^{tes}, e sendo necess.^o estara o mais tpmo p' auer o maes negocio o farão e isto tirando os D.^{os} e santos q̃ a igr.^a manda guardar e as suas vesperas depois de m.^o dia sob penna de fz.^{do} elles o contr.^o ou sendo reueis nisso serem sospenços de seus cargos, e não auerem pagm.^{to} nenhũ de seus ordenados the eu nisso prouer e auerẽ a maes penna que me bem parecer.

El rrey meu s.^{or} manda q̃ todos os Caualos q̃ sahirem dormuz e de toda a costa darabia venhão dr.^{tos} a esta Cidade de Goa p.^a nella pagarem os seus dr.^{tos}, e não uão a nenhũa outra pr.^{te}, o que

assy se cumprira e por q^{to} a dita fortz.^a tem necess.^a de alguns
 cavallos p.^a guarda e defenção das ditas tr.^{as} della, q^{as} ps.^{as} qu
 ahy hão de viver são obrigados ter, e outras Ey por bem que a
 aquellos q^{os} tiverẽ licença minha pera os ahy leuarem possão desembar
 car na dita fortz.^a, e assy aquellas naos, e navios que p.^a tpo e cazo
 fortuhito, e em cabo de monção forem ahy ter e todos os ditos ca
 ualos q^{os} se desembarcarem na dita fortz.^a da dita manr.^a sendo dor
 muz costa da arabia, ou do Estreito de Meca, e sinde pagarão os
 seus dr.^{os} da entrada, tanto q^o ao dito porto chegarẽ e desembarca
 rã na dita fortz.^a a rezão de quarenta e dous pardaos dr.^{os} p.^a cada
 caualo os q^{os} o dito feitor os arrecadara de seus donos, e como a
 tal naao, ou navio chegar ao dito porto cõ os ditos caualos ambos
 os Escriuas da dita feitoria cõ o Alcaide do mar irão a elle, e pella
 certidão da carga q^a a ouer saberão os que nella embarcarão, e os
 q^{os} uem no tal naumo, e dos q^{os} faltará pedirão conta ao senhorio, ou
 na coda delle e sendo mortos se fara diligencia sobre isso e os ou
 tros todos se desembarcarão sendo presente o dito feitor, o escriptaes
 e guarda do mar, q^{os} estarão na praya onde sahrem, e logo se carru
 garão em Recetas sobre o dito feitor cõ suas cores e sinais e donos
 delles, e elle cobrará certidão da dita carga que trará e apresentara
 na sua conta, e ao dito nacoda se lhe pagara outra asinada o p.^a
 todos dos q^{os} se ahy desembarcarão e dos q^{os} trazia, e lhe morrerão,
 p.^a diligencias q^{as} fizerão per por ella lhe ser aleuantada a fiança
 que deixarão dada, e sendo naao do estreito, ou do sinde porque
 não pode trazer as taes certidões tanto q^a a ella forem os ditos se
 fara a dita diligencia de q^{os} embarcou, e os que lhe morrerão e os
 q^{os} desembarcarão q^{os} tão bem se declarara na dita receita p.^a em
 todo o tpo se saber da manr.^a q^a entrarão, e os ditos navios q^{os} assy
 tiverẽ os ditos caualos dormuz e da Costa da arabia gozarão da
 aquellas liberd.^{es} e franquezas como gozão nesta Cidade de goa.
 As compras e vendas q^{as} dito feitor fizer serão perante os escri
 uaes da dita feitoria, assy do mantimentos, o r.^{os} q^{os} como de
 quaes quer lz.^{as}, e outras coizas pera p.^a da dita fortz.^a
 feitoria Almazine, e serão aquellas q^{as} for.^{as} mais baratas
 pos que Valerem mais baratas na terra, e a.^a de q^{as} se
 zia se farão per sua or.^a e a.^a de q^{as} se farão per sua or.^a
 nento, q^o eu ou o V.^o de la se f.^a da f.^a de la se f.^a da f.^a de la se f.^a

Cidade, a Ribr.^a della, e pera o que comprir a seruc.^o de S. A. e as ditas compras serão lançadas no l.^o da Receita do dito feitor e tt.^o sobresy, q̃ se fara pera ellas, e não podendo ser no dito l.^o sera no da desp.^a onde lhe farão receita das couzas q̃ assy cumprir lhe lançarão em desp.^a no mesmo asento o q̃ ellas custarão, cõ declaração da pecoa ou pessoas a q̃ se comprarão e os tempos em q̃ se fizerão, e o pera q̃ erão, onde asinarão. ambos os ditos escriptaes de como a virão fz.^{or} e forão a isso presentes E bem assy asinara no dito asento a pr.^o q̃ forão compradas de como regeb.^o o dr.^o que nisso despender e doutra não, e as fz.^{or} e outras couzas que o dito feitor vender delrrey meu senhor, tão bem lhe sera lançado no dito livro p.^{lo} ditos escriptaes em outro titt.^o sobresy, e onde lhe farão receita do dr.^o p̃ q̃ as vender e lhe sera lançado em desp.^a no dito asento o q̃ vender cõ declaração das p.^{as} que o comprarão onde tão bem assinarão no dito asento ambos os ditos escriptaes p.^{lo} qual lha sera feito rezão da dita venda e sendo faz.^{da} pera q̃ ajão de ser chamados correctores, e mercadores pera estarẽ a venda o fara.

Todas as despesas que o dito feitor fizer da fz.^{da} dellrrey meu s.^{or} q̃ hão de fiar na fee dos Escrivões da feitoria as fara perante elles, e por ellas lhe serão lançadas no l.^o de sua desp.^a e assinados os asentos p' ambos, os q.^{es} serão daquellas couzas q̃ forẽ necessarias fazerem-se, e se não poderẽ escuzar nos q.^{es} se declara o respeito p' que se fez, e a necess.^e q̃ ouue pera isso, e portanto a dito feitor tera tento como as faz; e quando na terra ouuer V.^{or} da fz.^{da} então lhe dara conta disso pera o elle mandar.

Pella dezordem q̃ ha nas feitorias delrrey meu s.^{or} na desp.^a do papel ey p' bem q̃ o dito feitor possa gastar cada anno the doze resmas de papel no neg.^o da dita feitoria, e almazẽis, e mais não estes poderá comprar, e despender cada anno, e per acentos dos escriptaes da dita feitoria, em que dem fee de como despendeo, e o que custou se lhe leuara em conta o qual papel o dito feitor cada anno a vinda das naos do Reino o mandara comprar a esta Cidade de Goa p' q̃ comprando se la custara muito.

Ey p' seru.^{ço} do dito s.^{or} q̃ nenhũa polvora de bombarda nẽ espingarda se gaste na dita fortz.^a de Damão em suas tanadarias, e saluas, assy de festas da ig.^a como de nouas q̃ la forem, p' q̃ o não

hey p' bem p'lo muito q' custa, e as ditas festas, e nouas se poderlo festejar cõ outras cousas.

Na dita fortaleza de Damão e suas tanadarias E.^a ordena do p'lo Vizo Rey Dom Constantino que os pagamentos de soldos, e ordenados q' se hizeem nellas fossem os pr.^{os} doura a rezão de trezentos rez cada hum e assy os maes Vencimentos da t.^{ra} p.^a artr.^a ser noua e que se vzia disto emquanto se nã mandace o Contr.^a e porq' to isto he m^{to} perjuizo da f.^{da} delrey meu azer por os ditos pardaos dr.^o correr, e valer em toda a parte a trezentos e sesçenta rez, ey por bem e seu seru.^o q' todos os ditos pagamentos q' se hizerem na dita fort.^a e tanadarias dellas de todos os ordenados q' nelles vencerẽ e soldos, e mantum.^{to} q' se pagarẽ e outras despesas q' se hizerem se faço a dita rezão de trezentos secenta rez a tanga, e os pardaos de tangas q' sã x.^{os} de sunco fig.^{as} a rezão de trezentos rez, e todas as outras moedas p' se derẽ em pagamentos serã ao dito respeito f.^{da} lhe sua conta a como valerẽ na tr.^a porq' doutra man.^{ra} nã sera leuado em conta ao dito feitor.

O Mandovy da dita Cidade de Damão q' he Alfandiga della sera muitas vezes visitado, e olhado, p'lo feitor e omissaes da dita fort.^a p.^o saber da man.^{ra} q' corre, e nella se f.^{er} o neg.^o do desp.^o das pr.^{as} verdadeiramente, e quando la estuer V.^{or} da f.^{da} lhe encomendo m.^{to}, e mando, q' o faça da mesma man.^{ra} e nã tendo caza pera o dito negocio se lhe faça naq.^{lo} lugar o ide melhor estuer, na qual auera sua meza do desp.^o e axitos ao dito desp.^o sera sempre prezente hũ dos escrivaes da feitoria q' andardo aos mezes, ou as somanas, o qual fara seu liro cada anno q' sera autorizado, e numerado e assinado p'lo ouvidor orde lançara todas as f.^{das} q' se nella despachar, assy de entrada como de saída q' se declara na dito desp.^o e pera onde, e do ide v.^{or}do, e a como pagarão p' cento e a recadação dos ditos se fara p'lo foral das ditas tr.^{as} e na dita Alfandiga nenhũa couza se despachara sem logo se lançar no dito l.^o e serã os ditos escrivaes avisados q' nenhũa couza tomarão p'lembrã pera depois o f.^{erem}, e quando o dito Escri.^{to} despedir do seu mez, ou somana deixara asomada no dito liro tudo o que rendeo p.^o S. A. a dita Alfandiga p.^o em todo tpo se saber, e serã m.^{to} continos m.^{to}. E quando ahy ouuer differença nas avaluações das f.^{as} ou outras

duuidas q̃ se mouerẽ antre os mercadores, e os rend.^{ros} quando andar arrendada, o feitor da dita fort.^a as determinara na dita Alfandiga, como Juiz della, q̃ he, e os mercadores que a ella vierem serão fauorecidos, e bem tratados, e não se consentira q̃ lhes seja feito nenhũ aggrauo, nẽ sem rezão, nẽ na dita Alfandiga se lhes tomara nenhũ fz.^{da} sua per avaliação pera nenhũa peçoã, nẽ official que seja e o dito Escrivão q̃ servir na dita Alfandiga estara nella de manr.^a que auia de fz.^{er} na feitoria quando ouuer negocio da mesma guiza farão os escriuaes das Tanadarias das ditas tr.^{as} nos mandouis, dellas, e os capitães, e tanadares tão bem servirão de juizes dos ditos mandouis, e os ditos escrivães não auerão maes percalços dos ditos desp.^{os}, q̃ o q̃ leuão os de Bassaim e fz.^{do} elles o contr.^o do contheudo neste cap.^o emcorrerão em perdím.^{to} de seus cargos, e ordenados, e auerão a maes pena que me bẽ parecer, e a dita ordem se terá quer o dito mandouy hamde arendado, quer se arecade p.^a S. A.

Eu El Rey meu s.^{or} manda, e deffende q̃ os Capitães das fortalezas destas pr.^{tes} não mande nẽ entendão em sua fz.^{da} o que assy se cumprira na dita fortz.^a de Damão, e o dito feitor não consentira que uos dito capitão nisso entremetaís, nem por uossos mandados faça nenhua despeza p' quanto lhe não ha-de ser leuado em conta antes se o tal fizer pagara em dobro a fz.^{da} de S. A. saluo quando sosseder cazo denecess.^a ou negocio de guerra, ou outro desta calid.^e q̃ seja necess.^e prouer-se então se uzara das prouizoes que eu tiuer passadas e uos dito capitão ou tiuer passadas, e doutra manr.^a não.

Tão bem S. A. deffende q̃ os capitães das ditas fortz.^{as} não leuem vigias da gente que nellas rezidir o que se cumprira nesta de Damão, e o dito Feitor não pagara a uos dito capitão as taes vigias nẽ as descontara a dita gente sob penna de lhe não ser leuado em conta e o pagar em dobro e a vigia da dita fort.^a ordenareis como se melhor faça aos quatos cõ a dita gente; e pera isso tereis hum sobre Rolda pera ter cuidado de Roldar a dita fortz.^a e saber se se vigia, e fz.^{er} o que cumpre ao tal negocio.

O dito feitor sera avisado que não armara nenhuma fusta, Catur nem Galueta a custa da fz.^{da} delrrey nosso sor. pera dela virem com as cartas, e vias de uos dito capitão pera as levar

a cochim, pera se mandarem ao R^{no} posto que digais que ven
 cu recado pera my porq̃ o hey p' mal feito, por quanto lhe não ha
 de ser leuado a tal desp^a em conta antes o pagari em dobro, e
 socedendo neg^a q̃ cumpra a seruiço de S A mandar me algum
 Recado, e não ouuer la outro nauio que o traga, então vira, e o dito
 feitor mo escreuera sobre isso, e doutra man^a ra nao

Eu ey por seru^{co} delrrey meu s^{or} que vos dito capitão da for.
 tz^a de Damão, e os Capitães e tanadares das Tanadarias de suas
 terras e comarcas, e assi os officies dellas, e quaesquer outras
 pessoas q̃ sejão q̃ nenhu delles cort^a, ni mand^a cortar madr^a
 algda de teca, em todas as ditas tr^{as} n^o trat^a nell^a, ni a leu^a pera
 fora, porq̃ o dito snor tem necessidade della, pera a sua rib^a,
 e armadas, e quando se ouuer de tirar, ou darey per contracto
 S A eu ordenarey de man^a, p^a se faça, ou darey per contracto
 aquellas peçoas que me bem parecer q̃ a mand^a tirar salvo a
 madr^a q̃ for necess^a aos cazados e moradores, e naturaes das ditas
 tr^{as} pera suas laz^as que fizerem e Repairo dellas e o q̃ comprir
 as suas Aldeas, e ortas que luerem p^a o negocio, e grangearia delles,
 sob pena daquelles que o contr^a fiver^a perderem toda a que lhe
 for achada pera S A. e auerein^a as maes pennas q̃ eu ouuer por bem
 e isto pello assy achar tãto bem defezo no regimento q̃ o Viso Rey
 Dom Constantino deu a dita seitoria

Das differenças, e contendas que ahy ouuer entre os rend^{os} e
 for^{os} delrrey meu s^{or}, e outras ps^{as} e as ditas ps^{as} com elles os
 ouuira o feitor da dita fortz^a e determinara suas cau^asas, assy, e d^a
 propria man^a ra que o fazem os Almoz^{es} das comarcas do Reino
 pello regimento da f^ada de S A do qual Vazara inteir^ato e do
 que por elle lhe pertencer nenhũa Inst^aça se entremetera, nisso, e assi
 mando ao ouuidor da dita fortz^a m^{os} e officiaes q̃ q̃ pertencer, q̃
 tudo o q̃ lhe requer da p^{te} de S. A p^a bem d^a arrecadação de
 sua f^ada e outras diligencias que forem necess^{as} as fação cō muita
 breuidade pera q̃ a mungoa não perca o de S A porque fazendo
 o contr^a serão castigados

As peçoas a que se aforarão as Aldeas rendas, e propriedades da
 dita Cidade de Damão e suas tr^{as} e tanadarias, e comarcas assy
 p' my como pellos Vizoreis passados sãto obrigados a irem viver a
 dita Cidade, e fortz^a della pera nella seruirem, e a defender^a quoa^a

do for necessr.^o, e cõ suas obrigações de armas, e caualos, ou espingardas, segundo a condição de seus afforamentos, porquanto os respeitos p' onde se fizerão forão estes e tão bem pera no breuimento da tr.^a e porq' alguns o não comprirão como são obrigados, tendo eu já mandado apregcar, mando a toda a ps.^a de qualquer Calidade q' seja que as ditas Aldeas rendas, e propriedade tiuerẽ que eles, Vão viver a dita Cidade the fim de Mayo deste anno de quinhentos secenta e sinco pena daquelles q' o Cont.^o fizerem perderẽ as ditas Aldeas e propriedades que tiuerem, pera se tornarem a forar de nouo aquem va viver na dita Cidade p' q' com a dita condição lhe forão feitos os ditos aforamentos, posto q' alguns o não tenham em suas cartas todavia ey por bem q' assy se entenda, e da mesma maneira se entendera os afforamentos q' daqui em diante forem feitos p' q' hey por serviço de S. A. q' nenhũa pessoa tenha Aldeas, nẽ Rendas nas ditas tr.^{as} sem viuer na dita fortz.^a e as vencerẽ nella, nẽ doutra maneira se darão p.^{lo} auer p' muy prejudicial ao seu estado.

Porque as ditas Aldeas rendas e propriedades da dita Cidade de Damão e suas tr.^{as} forão aforadas cõ obrigação das peçoas a q' se aforarão terem caualos, e armas pera cõ elles servirem onde forem necessr.^a pello qual lhes foi dado suas comedias, e Rendas cõforme as ditas obrigações, mando e emcomendo muito a uos dito Capitão que tenhais especial cuidado, de saberdes se cumprẽ servir, e os que hão de ter caualos da tr.^a e espingardas se os tem, e assy se tem armas offencivas, e deffencivaslança capaçete, coura de laminas, ou coiraças, ou saya de malha, ou outras desta Calidade, e os que o não tiuerem se obriguẽ a ter e pera se isto melhor saber, cada dous mezes ordenareis alardo em que esta gente apareça segundo forma de suas obrigações, e os ditos cauallos tão bem serão vistos p.^{lo} Alucitar da dita fortz.^a se são mancos ou tem defeito que não possam servir, pera auerẽ, e terẽ outros bons, sob pena daquelles que o contr.^o fizerem, e não comprirão como são obrigados serem suspenços de suas Aldeas ou rendas que tiverẽ, e se arrecadarẽ pera S. A. the lhes satisfazerem o q' assy mandareis comprar, e dar a execução, e tão bem disto tera m.^{to} cuidado o feitor e officiaes da dita feitoria pera Volo a lembrarẽ, e arrecadarẽ as ditas Aldeas suspenças pera S. A. e não o comprindo uos assy ficareis obrigado

a fz.^{da} do dito s.^{or} se carregara sobre elle em receita pera dar conta d'isso, e dello passara seus C.^{tos} em forma ao trz.^o ou official q̃ tiuer cargo de as arrecadar p.^a sua conta e não o fz.^{do} assy o dito feitor ficara obrigado ao pagar a S. A.

Os officiaes que hão de ficar na dita fortz.^a e Cidade, de Damão e suas Tanadarias, e terras e os ordenados que hão de ter, e a gente que nelles hade Rezidir, e assy Piães, e servidores, e outros off.^{es} he a seguinte.

Vos dito capitão auereis seis centos mil rez dordenado em cada hum anno com a dita capitania.b̃j—rez.

O feitor da dita fortz.^a e terras q̃ tão bem servira de Alcaide mor della, e assy de Almox.^o do Almazem, e mantim.^{tos} da dita fortz.^a q̃ hy p.^a bem q̃ hão de tudo junto cõ a dita feitoria, e da mesma manr.^a servira de Juiz dalfandiga, e mandouvis da dita Cid.^o cõ os q.^{es} cargos a vera duzentos mil res dordenado em cada hũ annoĩj—rez.

Dous escrivães da feitoria q̃ tambem servirão dos Almazeis da dita fortz.^a e alfandiga, e mandouy ella e assy de apontadores de Gentte da dita fortz.^a que hy por bem q̃ hão de tudo junto, e os ditos Escriuais servirão cada hum o seu mez em cada negocio destes ou o tempo q̃ ordenarẽ p.^a terem cuidado de acodirem as suas obrigações cõ os quaes cargos a verã dordenado sincoenta mil res dordenado por anno cada hum delles q̃ são sem mil res.c.^{to}—rez.

O ouvidor da dita fortz.^a e Cidade auera sem mil rez dordenado p.^a anno cõ o dito cargo.c.^{to}—rez.

O Meirinho da dita fortz.^a auera dezoito mil rez dordenado p.^a anno.x̃biiij—rez.

Avera hum Alcaide na dita Cidade q̃ auera outros dezoito mil rez dordenado p.^a annob̃iiij—rez.

O Miraba q̃ he Alcaide do Mar, e goarda das naos, e alfand.^a da dita Cidade avera vinte mil rez dordenado por anno dos trinta mil que tinha.x̃x—rez.

O sobre rolda da dita fortz.^a auera dezoito mil rez dordenado em cada hum anno dos vinte e sinco mil rez que tinha.x̃biiij—rez.

O condestable da dita fortaleza auera trinta e oito mil noue centos e vinte rez de seu ordenado e mantim.^{to} por

anno.....xxxbijxxx—rez.
 Vos dito capitão tereis hum lingoa q̃ sera xpão, e home fiel
 e de recado, o qual auera vinte mil rez de seu ordenado e mantim.to
 por anno.....xx—rez.

A feitoria da dita fortz.^a terá outro lingoa, e será xpão e de
 confiança, o qual tão bem servira na alfandiga, e mandoy da dita
 Cidade, e esto auera doze mil rez de seu ordenado, e mantimen.to
 por anno.....xij—rez.

Na dita fortz.^a auera hũ mestre da ribr.^a qua tão bem servira
 do patrão della, e sera pessoa sufficiente para isso, o qual avera
 trinta mil rez dordenado em cada anno cõ os ditos cargos xxx—rez.

Avera na dita fortz.^a hum ferrador, e Aluitar, obrigando a ella
 p.^a aby estar e Residir sempre, o qual auera vinte mil rez dorde-
 nado em cada hum anno.....xx—rez.

A dita fortaleza terá hum portr.^a pera a porta della dos dous
 p̃ avia p' que este abasta; e este auera seu soldo, e mantimentos
 de homẽ de armas q̃ vencer, e alem disso trezentos rez p' mez q̃
 são p' anno quinze mil seis centos res.....xbbj—rez.

O carcereiro da prizão da dita Cidade auera doze mil rez p'
 anno de seu soldo e mantim.to e, ordenadoxij—rez.
 E assy se lhe dara maes cada mez hũa mão dazeite p.^a se alu-
 miar a dita cadea q̃ pode valer dous mil seiscentos oitenta p' anno
 a dozentos rez amõ.....ijbjlxxx—rez.

COUSAS DA LOREJA E HOSPITAL E DESPEZAS DELLAS

O Vigr.^a da dita fortz.^a e Igreja dalla auera vinte e oito mil oito
 centos rez de seu ordenado e mantim.to por anno.....xxbij buj—rez.

Q.tro beneficiados q̃ servirão na dita Ig.^a os q.^{es} auerão secenta
 e sete mil duzentos res p' anno, a rezão de dezaceis mil, e oito cen-
 tos rez de seu ordenado, e mantimento por anno a cada hũ del-
 les.....lxbij ij—rez.

Dous mocos do coro q̃ servião na dita Igr.^a os q.^{es} auerão a
 rezão de quatrocentos rez cada hũ delles por mez q̃ são noue mil
 seis centos rez p' annoixbj—rez.

O tiz.ro da dita Igreja auera seis mil rez de seu mantimento p'
 anno a rezão de quinhentos rez por mezbj—rez.
 Dar se ha ao dito Vigr.^a beneficiados moços do coro, e tiz.ro a

Se darã maes a dita igreja sincoenta e dous mil noue çentos e vinte rez em cada hum anno pera vinho pera as missas, e farinha pera as hostias e azeite pera as lampadas e pera todo o anno; e para o dia das endoenças, e Paschoa e pera agoa e lenha, lauajem da roupa pera o seru.^{co} da dita caza, e do culto diuino, e samcristia della, o que tudo se entregara ao tz.^{ro} da dita Igreja, e o feitor da dita fortz.^a cobrara de lhe seus C.^{tos} de como o receb.^o em que tão bem asinara o dito Vigr.^o pera sua conta.

Pera a despeza do hospital delrey meu s.^{or} da dita fortz.^a se dara em cada hum anno seis centos e, quatro mil, e oito centos rez p' dous mil, e dezaceis pr.^{dos} de tg.^{as} a rezão de sento e oito par-daos de tangas por mez p.^a a cura dos doentes e sua comedia delles, e pera pagam.^{to} do fizico, e sorurgião, e botica, e outros officiaes, e servidores da caza, o qual o feitor da dita fortz.^a o hira entregando ao Prouedor, e Irmãos da casa da Sancta Mya da dita Cidade como administradores do dito hospital pera a despeza delles assy como elles forem pedindo the a dita contia, socedendo cazo que algũa necess.^e o dr.^o não abaste p.^a todo o anno estando la V.^{or} da fz.^{da} dito Prouedor. e Irmãos lho requererão, e ele lhos mandara dar todo o que maes for necessr.^o segundo a dita necess.^e the sepre fazer, o dito anno, ã não estando ahy o dito ve-dor da fz.^{da} lhe dará o dito feitor com parecer de uos dito capitão; e o dito feitor, e os officiaes da feitoria de maneira q̃ ordenardes, e acabado a dita necess.^e

E duas tovas para se alumiar a dita feitoria q averão pardao
cada um por mez tornará a correr pela dita ordem e porq̃ tão bem
pode ser, neces^o e menos de^o emcomendo muito ao dito Pouedor, e
Irmãos que não percão nem gastem, maes q̃ aquilo q̃ ouuer mister,
e nisso tenham todo o resguardo na despz.^a da dita caza, e não a-
crescente nã Raçois, e do q̃ o dito feitor lhe entregar p.^{la} dita manr.^a
cobrara seus C.^{los} em forma do dito Prou.^{er} assignado p.^o el'c, e pel-
los ditos Irmãos, e feitos p.^{lo} Escriu.^o da dita caza, p.^{los} quaes lhe
sera leuado em Conta.

Vos dito capitão fereis p.^o seru.^{co} da dita fortz.^a e de nossa ps.^a
estes servidores

Hum nauq.^e cõ dous nafares q̃ auera treze tg.^{as} p.^o mez.

E quinze Pices a rezlo de h.^o p.^o deo de tg.^{as} cada h.^o por mez
e tres Bois d'goa a cada hum por mez E hum Boy de sombreiro a
pardao de tg.^{as} por mez E dous manatos, a p.^o deo cada h.^o por
mez—E quatro tochas a pardao cada h.^o por mez

E o azeite p.^o ellas, a rezlo de m.^o canada cada h.^o p.^o dia.

Nos q.^{os} servidores e monta por anno trezentos trinta e
hum p.^o deo de tangas, e hãa tanga q̃ alo noventa e nove mil
trezentos secenta rez. [ix u] lx—rez.

E de azeite tres candis pera as ditas tochas por anno a rezlo
de doze canadas por mdo.

O feitor da dita fortz.^a lerá pera o seu seru.^{co} e a . . .
estes servidores.

Dous nauques dos tres que tinha, os q.^{os} auerão a . . .
pardaos de tangas cada hum por mez.

E quinze pices dos Vinte e secca Pices q.^{os} . . .
ditos nauques tão bem servirão no . . .
Pão hum pardao de tangas por mez.

E p.^o o seru.^{co} de Almacem, . . .
auerão a seis tangas cada hum por mez.

E o azeite pera ellas a rezlo de m.^o . . .
mõta p.^o anno hum candi e m.^o . . .

Nos q.^{os} q.^{os} se . . .
tg.^{as} e hãa tanga q̃ . . .
p.^o anno.

O ouidor da dita . . .

tg.^{as} cada hum p' mez q̃ são dez mil oito çentos rez p' anno x̄ biij —rez.

O Meirinho da dita fortz.^a tera oito Piães.

O Alcaide da dita Cidade terá outros oito Piães.

Os quaes dezaceis Piães dos ditos m.^{tos} auerão a rezão de hum pardao de tangas cada hum p' mez, em que se montão çento nouenta e dous pardaos de tangas por anno, q̃ são sincoenta e sete mil seis centos rez.....l̄biij bj—rez.

O Alcaide do mar, e miraba tera hũa galuata p.^a guarda e vigia do porto, e alfandiga da dita Cidade o qual tera dezoito mas.^{os} cō o mocadão, aos q.^{es} se pagara hum pardao de tangas a cada hum por mez, e se lhe dara o seu aRoz, e pexe ordin.^{ro} em q̃ se monta duzentos e dezaceis pardaos de tangas p' anno q̃ são seçenta e q.^{tro} mil oito cētos rez.....l̄xiij biij —rez.

Mas não se pagara, se não o t̄p̄o q̃ servirẽ porque no inuerno, não tem q̃ fz.^{er}.

A dita fortz.^a tera doze bonbard.^{os} obrigados a ella p.^a nella sempre estarẽ, e Rezidirem, aos q.^{es} lhe sera pago os seus soldos e mantim.^{tos} q̃ vencerẽ de bombardr.^{os} aos quarteis do anno, assy como forem vencendo, e fz.^{do} lhe conta a mil e duzentos rez cada hum por mez q̃ he o soldo q̃ elles vencem hum por outro em q̃ se monta por anno sento e setenta e dous mil e oito centos rez, e se alguns vencerẽ maes se lhes pagara C.^{to} l̄xxij —rez.

Vos dito capitão tereis trinta homens da guarda pera andarem cō vosco, e vos acompanharẽ, os q.^{es} serão homens portuguezes e que tenham soldo de sua alteza e a estes se lhes pagara os seus soldos e mantim.^{tos} q̃ vencerẽ de homẽ de armas, e alem disso seis centos rez cada hum por mez de seu mantim.^{to} aos quarteis do anno, e assi como forem vencẽdo, servindo elles na dita guarda que serão vistos; e apontados p.^{los} escrivães da feit.^{ra} e cō sua certidão afirmada por vós se lhes pagara, e fz.^{do} lhes conta, a mil seis centos rez cada hũ por mez semonta p' anno, quinhentos setenta e seis mil rez.,l̄lxbj—rez.

Mas pagar se lhe ha segundo o que cada hũ vencer cō o dito acrecentam.^{to} maes, do que se fará vencimento em seu titt.^o e se lhes descontara quando receberẽ, e a dita gente da guarda tereis em quanto se não mandar o Conr.^o p.^{to} agora ey p' bẽ q̃ os tenha p' ser entr.^a noua, e depois que se fizer a fortz.^a q̃ hade ter se ordenara outra couza.

Tercis maes morenta homẽs vossos criados, e parentes, e achegados q̃ estarão, e residirão na dita fortzª os q̃ se lhes pagara os seus soldos e mantim.^{tos} e vencerẽ aos quartels do anno assy como forem vencendo rezidindo, e vencendo na dita fortzª

O feitor da dita fortzª tera seis homẽs pera o ajudarẽ no neg.^o da dita feitoria dos doze q̃ tinha

Os dois escriuas da feitoria tera cada um seu homẽ dos dois q̃ tinha. Os quais homẽs do capitulo, e do dito feitor, e officiaes da feitoria q̃ sãõ corenta e oito peçoas se lhes pagara os seus soldos e mantim.^{tos} q̃ vencerẽ aos quartels do anno, assy como forem vencendo residindo na dita fortzª, e vencendo nella, e fazendo lhes conta a doze mil rez a cada hum de seu soldo e mantim.^{to} p' anno se monta quinhentos setenta seis mil rez, mas se pagam.^{to} serã como cada hum vencer... *lixxiij*—rez

Este pagam.^{to} se fara de cada quartel seu caderno, onde serãõ lançados prime.^{ra} mente, vos dito cap.^{tas} e todos os off.^{tes} da dita fortzª que vencerẽ ordenados em tt.^o sobre sy, e apor elles no mesmo caderno, e os bombardr.^{es} portr.^{es} e homes da goztila e os vossos homes dos ditos officiaes p.^{los} escriuas da feitr.^{ia} onde elles asinarão do q̃ receberem tomando lhes seguranças e os ditos pagam.^{tos} lhes fara o dito feitor na feitoria cõ os ditos escriuas p.^o p.^o do dito caderno sedescontar de seus tt.^{os} o q̃ ouvere cõ forme a este regim.^{to}, e não se pagara a pessoas que não seijão presentes n.^o venção na dita fortzª, e sendo os ditos pagamentos cõforme a elle se lhe leuara em conta e o dito feitor, e officiaes serãõ avisados que esta gente não recebão na outra paga gr.^{al} q̃ se liade fr.^{ta} a maes gente ordenada a dita fortzª, porq̃ lhe não liade ser levado em conta, e por tanto terão nullo grande resguardo.

Pellos aforam.^{tos} q̃ sãõ feitos das Aldeas rendas, e proprie.^{da} de da dita Cidade de Damão, e suas tr.^{as} sãõ obrigados a estarẽ na dita Cidade, e viverẽ nella duzentos e vinte e seis homẽs p.^o a. guardarem, e de tenderẽ, e servirem na dita Cidade e residirem sempre nella cõ suas moll.^{as} cazas e familia q̃ esta man.^{ta} sent uncoenta homẽs cõ obrigação de terẽ cento uncoenta e seis caualos arabios e trinta e seis homẽs cõ obrigação de terẽ trinta e sete caualos da tr.^{as} br.^{as} q̃ seijão para servirem, e trinta e nove homẽs, com obri.

gação de servirẽ cõ suas espingardas pera os q.^{es} lhe forão dados suas comedias nas ditas Aldeas, e propriedades e por bem dos ditos afforam.^{tos} são obrigados a seruirẽ cõ suas pessoas e caualos espingardas, como fica declarado sem a fz.^{da} de S. A. lhes dar p' isso maes couza algũa p.^{lo} qual uos dito capitão tereis cuidado de saberdes da dita gente se rezide, a esta na dita Cidade, pello registo que mando delles fz.^{er} e alardo que auéis de ordenar cada dous mezes e assy das maes ps.^{as} q̃ forem la cõ as ditas obrigações.

Hordeno maes a dita fortz.^a de Damão p.^a Guarda e Vigia e defenção dela e de suas tr.^{as} coatro centos homẽs darmas e alem desta gente asima e dos criados de vos dito cap.^{am} e officiaes e a estes se lhes pagara os seus vencim.^{tos} p' esta manr.^a—no mes de feur.^o de cada anno sinco pardaos de tg.^{as} a cada hum de seus vencim.^{tos}, e no mes de junho do dito anno, hum quartel de seus soldos e mantimentos a cada hum delles e nos maes dez mezes do dito anno se lhes pagara cada mez dous pr.^{los} de tangas a cada hum delles de seus vencim.^{tos} tanto q̃ o dito mez entrar para melhor se poder sustentar, restarem, e seruirem na dita fortz.^a por ser gente pobre, e com isto se escuzarem mezas, porque sou informado q̃ se não dão como era necess.^{ro} porq̃ a fz.^{da} delrrey meu s.^{or} gastaua muito nisso, e em as mandar dar e os homẽs não querião ir comer a ellas por onde perecião e se sahirão fora da dita fortz.^a e ella ficaua sem gente e por esta ordem ficão suprindo suas suas necessidades e sustentandose o melhor que podem, e S. A. lhes fica pagando o seu vencimento, e serviço, e a dita gente que assy estiuer e Residir na dita fortz.^a sera apontada pellos escrivães da dita feitoria como apontadores della o tempo que cada hum servir o dito cargo, de que terão seu livro de ponto, e cada mez no meyo delle a dita gente se hirá apontar, e aparecer perante o dito apontador cada hum per sy, pera pello dito ponto saber os q.^{es} seruem na dita fortz.^a e são continos nella pera por hy se lhes pagar e o apontador os asentara cõ suas entradas como vierão do R.^{mo} asentados nos cadenos da matr.^{la} gr.^{al}, e porem os ditos pagam.^{tos} se não fara, senão a dita gente q̃ estiver e Residir na dita fortz.^a e se achar asentada no dito ponto, e por presente ao tempo das pagas, não entrando nisto mercadores nẽ

pessoas q forem negociar suas fz. das nos hom's da tr.^a Christãos,
 posto que tenham soldo nem mocos menores de dezoito annos, n.^o
 pessoas q não forem p.^a servir n.^o estes taes se apontarão e os ditos
 pagarão se farão per ordenança de uos dito cap.^m e do V.^{or} da
 fz. da estando lá, e com serdes presente a meza da dita paga e
 assy o dito feitor, e escriptais da feitoria. e de cada mez se fara
 seu caderno onde serão lançados as ditas pessoas p.^o dito ponto,
 p.^o hum dos ditos Escrivães, em q asinarão as pr.^{as} do q Receber.
 e no cabo delle se fara sento de como se fez o tal pagamento p.^o dita
 ordem cõ declaração da soma da gente, e de como foi apontada
 em q os escriptais darão lee dusso, onde asinareis vos dito capitão
 cõ os ditos officiaes p.^a sega. ver, e descontar de seus tit.^{os} estando
 conforme a esta ordenança, e ter se ha avizo q nesta ordem o
 pagamentos se não metão nenhuma das outras pessoas que atras
 ficio declarados q hão de correr per ay, e assy os q.^a tem obriga
 ções do aldeas, e o dito feitor lhes formara suas seguranças de hums
 por outros p.^{os} ditos descontos, e pela dita man.^a se lho leuara em
 conta os taes pagamentos.

Os P.^{as} naques e outros servidores de uos dito capitão, e da
 feitr.^a do ou.^o e meirinhos e mar.^{os} de miraba, tão bem serão
 apontados cada mez, pelo dito apontador e cada tres mezes que
 lie hã quartel fara tul de todos cada hã per ay per onde lhes
 pagara o feitor suas soldadas, e os ditos pagamentos se farão na
 feitoria perante os escriptais della onde as pr.^{as} virão Receber, e
 asinarão, e elle lhes pora as pagas, e com asento no cabo feito o
 asinado p.^o ditos escriptais, de como se pagou da dita man.^a se
 lho leuara em conta e donra não

Porque as tr.^{as} da dita fort.^a de Dando são grandes, e tem
 necessidade de mais gen.^e de Cavallo pera guarda, e Vigia del.
 les, e por criação dellrey meus.^{or} que toda a pessoa que tiver
 cavallo ar.^o pera com elle servir o. de for. necess.^a lhes seja paga
 quanto fardas de targas pera o mantimento do dito cavallo cada mez,
 e res.^{as} se não entenderão os que são obrigados terem cavalos, por
 tem de seus armar.^{os} como otras l.^{as} declarada p.^o que alem da
 dita gente qesto que aja mais escoutra, e os ditos cavalos que huer.^a
 serão arabios não com q. possão her servir e a si e por bem q. uos
 dito capitão tenhaes seis cavalos arabios.

E o feitor da dita fortz.^a tenha dous cavalos.

E os escriptaes da feitoria cada um seu.

E o ouvidor da dita fortz.^a hum caualo.

Os quaes tão bem auerão os ditos mantimentos de q.^{tro} pradaos cada um delles por mez, destes caualos cõ o dito mantim.^{to} auera na dita fortz.^a emq.^{to} o assy ouuer por bem, e não mandar o Cont.^o visto a necess.^e que ora ha delles, os q.^{es} tão bem serão apontados pello dito apontador cada mez e as pessoas q̃ os tiuerẽ irão aparecer perante elle nos ditos caualos, e nos alardos q̃ se fizerem da outra gente, de caualo, tão bem esta apparecera nella, e cada trez mezes pacará o apontador seu rol por onde o dito feitor lhes pagara os ditos mantimentos, e com as pagas postas p.^{los} escriptaes da feitoria de como receberão onde elles assinarão, e certidão no cabo de uos dito capitão de como servirão e tiuerão os ditos caualos lhe sera leuado em conta.

Despezas das tanadarias, e officiaes dellas destas terras de Damão,

SANGENS

O capitão e tanadar da fortz.^a e tanadarias de sãogẽz auera sem mil rez de seu ordenado por anno c.^{to} — rez.

O Escrivão da dita Tanadaria auerá vinte mil rez dordenado p' anno xx — rez.

O Meirinho da dita tanadaria auera dezoito mil rez dordenado p' anno xbiij — rez.

Hum lingoa dante o dito capitão auera seis çentos rez de mantim.^{to} p' mez q̃ são por anno sete mil, q̃ duzentos rez...bij ij — rez.

O dito m.^{to} tera quatro Piães pera andarẽ com elle e o acompanharem, os q.^{es} auerão a pardoao cada hum por mez q̃ são coren-oito p.^{dos} p' anno q̃ fazem catorze mil coatro centos res...xiiij iij — reis.

O dito capitão tera seis homens portuguezes, os quaes residirão na dita fortz.^a e tanadaria, e a estes lhe sera pago os seus soldos e mantimentos q̃ vencerẽ de homens de armas aos quarteis do anno assy como elles forem vencendo, e fazendo lhes conta a mil rez cada hum por mez de seu soldo, e mantim.^{to} q̃ são doze mil rez p' anno se monta em todos setenta e dous mil rez no dito anno lxxij — rez.

Tera maes o dito capitão p.^o seu seru.^o e da dita Tanadaria estes Piães e servidores.

hum narique que auera dore tg.^{as} por mez de sua soldada
E dez Pñes que auerão a reção de quatro tg.^{as} cada hum
por mez

E uma toxa a razão dum pardao por mez

E o azeite para elle a reção de m.^o Canada por dia

E hum Boy de Sombreiro a reção de hum pr.^{do} por mez de
tg.^{as}

E assy tera hum catalo arabio, e tendo se lhe dara quatro
pardaos de tg.^{as} cada mez p.^o seu mantimento

Nos q.^{as} servidores se monta cento e oventa e seis pr.^{dos} de
tg.^{as} e quatro tg.^{as} p.^o anno q.^{do} são sincoenta e ome mil corenta
rez

E de azeite pera a dita tocha quinze mños por anno q.^{do} se lho
hade dar a dita reção

Soma a desp.^o da tanadaria de saozens dize itos, e noventa
mil e seis centos rez em cada hum anno em dr.^o e o azeite assim
declarado

A TANADARIA DE TARAPUR

O capitão e tanadar da tanadaria de Tarapor das tidas terras
de Damão auera sem mil rez de seu ordenado p.^o anno . c.^{to}—rez.

O escrivão da dita Tanadaria de Tarapor auera vinte mil rez
ordenado por anno xx—rez.

O Meirinho da dita Tanadaria auera dezoito mil rez de
ordenado por anno xviii—rez.

O dito m.^{ro} tera quatro Pñes pera ajudar cõ elle, e acom-
panharem a dita vara, os q.^{as} auerão a reção de hum pardao de
targas cada hum por mez, em q.^{do} se monta por anno catorze mil
coatro centos rez xiiii—rez.

Hum lingoa dante o dito capitão que auera seis centos rez de
mantimento por mez q.^{do} fazem sete mil durentos rez res p.^o
ano liiij—rez.

O dito capitão tera seis homens portuguezes os q.^{as} receberão na
dita fort.^a e tanadaria, e a estes recebendo nella selles pagara
seus soldos, e mantimento q.^{do} vencer de hom.^{as} dardas, assy como
seu vencendo aos quartels do anno, e fazendo l.^{es} conta a mil
e cada hum por mez de seu soldo e mantimento q.^{do} a dore . ii rez

E o feitor da dita fortz.^a tenha dous cavalos.

E os escriptos da feitoria cada um seu.

E o cavador da dita fortz.^a hum cavallo.

Os quaes tão bem auerão os ditos mantimentos de q.^{to} pradaos cada um delles por mez, deste cavallo oõ o dito mantim.^{to} auera na dita fortz.^a emq.^{to} o assy ouuer por bem, e não mandar o Cont.^o visto a necess.^a que ora ha delles, os q.^{os} tão bem serão apontados pelo dito apontador cada mez e as pessoas q os tiuerẽ irão apparecer perante elle nos ditos cavalos, e nos alardos q se fizerem da outra gente, de cavallo, tao bem e ta apparecera nella, e cada trez mezes pagará o apontador seu rol por onde o dito feitor lhes pagara os ditos mantimentos, e com as pagas postas p.^{los} escriptos da feitoria de como receberão onde elles assinarão, e certidão no cabo de uos dito capitão de como servirão e tiuerão os ditos caualos lhe sera leuado em conta.

Despezas das tanadarias, e officiaes dellas destas terras de Damão,

SANGENS

O capitão e tanadar da fortz.^a e tanadarias de sãogêz auera sem mil rez de seu ordenado por anno c.^{to} — rez.

O Escrivão da dita Tanadaria auerá vinte mil rez dordenado p' anno xx — rez.

O Meirinho da dita tanadaria auera dezoito mil rez dordenado p' anno xbiij — rez.

Hum lingoa dante o dito capitão auera seis çentos rez de mantim.^{to} p' mez q são por anno sete mil, q duzentos rez...biiij — rez.

O dito m.^{to} tera quatro Piães pera andarẽ com elle e o acompanharem, os q.^{os} auerão a pardao cada hum por mez q são coren-oito p.^{dos} p'anno q fazem catorze mil coatro centos res...xiiij iij — reis

O dito capitão tera seis homens portuguezes, os quaes residirão na dita fortz.^a e tanadaria, e a estes lhe sera pago os seus soldos e mantimentos q vencerẽ de homens de armas aos quarteis do anno assy como elles forem vencendo, e fazendo lhes conta a mil rez cada hum por mez de seu soldo, e mantim.^{to} q são doze mil rez p'anno se monta em todos setenta e dous mil rez no dito anno lxxij—rez.

Tera maes o dito capitão p.^o seu seru.^{ço} e da dita Tanadaria estes Piães e servidores.

hum naique que atera doze tg^{as} por mez de sua solda
 E dez Plies que auerão a reção de quatro tg^{as} cada hum
 por mez

E uma toxa a razão dum pardao por mez

E o azeite para elle a reção de m^a Canada por dia

E hum Boy de Sombreiro a reção de hum pr^{da} por mez de

tg^{as}
 E assy tera hum caualo arabio, e tendo se lhe dara quatro
 pardaos de tg^{as} cada mez p^a seu mantim^{to}

Nos q^{as} 'ervidores se monta sento nouenta e seis pr^{los} do
 tg^{as} e quatro tg^{as} p^a anno q^{do} são sincoenta e nove mil corenta
 rez

E de azeite pera a dita tocha quinze m^{os} por anno q^{do} se lho
 hade dar a dita reção

Soma a desp^a da tanadaria de sozens dazentos, e nouenta
 mil e seis centos rez em cada hum anno em dr^o e o az^o assuma
 declarado

A TANADARIA DE TARAPUR

O capitão e tanadar da tanadaria de Tarapur das tidas terras
 de Damão atera sem mil rez de seu ordenado p^a anno .. cto—rez

O escrivão da dita Tanadaria de Tarapur atera vinte mil rez
 dordenado por anno xx—rez.

O Meurinho da dita Tanadaria atera dezotto mil rez de
 ordenado por anno xbu—rez.

O dito nro tera quatro Plies pera andar cō elle, e acom-
 panharem a dita vara, os q^{as} auerão a reção de hum pardao de
 targas cada hum por mez, em q^{do} se monta por anno catorze mil
 coatro centos rez xiiij—rez.

Hum lingo dante o dito capitão que atera seis centos rez de
 mantim^{to} por mez q^{do} fazem sete mil duzentos rez rez p^a
 anno liij—rez.

O dito capitão tera seis Loms portuguezes os q^{as} residirão na
 ta fort^a e tanadaria, e a estes residindo nella se lhes pagara
 os soldos, e mantim^{to} q^{do} vencerão de Lom darmas, assy como
 em vencendo aos quarters do anno, e fazendo lhes conta a mil
 cada hum por mez de seu soldo e mantim^{to} q^{do} são doze mil rez

por anno se monta todos setenta e dous mil rez no dito anno.....
 lxxij — rez.

O dito capitão pera seruiço de sua ps.^a e da dita Tanadaria
 tera estes Piaes e seruidores.

Hum naique que auera doze tangas por mez. E dez Piaes q̃
 auerão a rezão de q.^{tro} tg.^{as} cada hũ por mez.

E hum Boy de Sombreiro a pardao por mez.

E hũa tocha a pardao por mez.

E o azeite pera ella a rezão de m.^a Canada por dia.

E tera mais o dito capitão hum caualo p.^a nelle seruir q̃ sera
 arabio, e tendo o se lhe dara quatro pardaos de tangas, cada mez
 pera seu mantimento.

Nos q.^{es} servidores se montão sento nouenta e seis pardaos de
 t.^{as} e q.^{tro} tangas por anno q̃ são sincoenta e noue mil corenta rez.

Soma despeza da tanadaria de Tarapor duzentos nouenta mil
 e seis çentos rez por anno.

E assy quinze maos dazeite pera a tocha.

A TANADARIA DE QUELME MAHIM

O capitão e Tanadar da Tanadaria de quelme mahim averasem
 mil rez dordenado por anno.

O escrivão da dita Tanadaria. Auera vinte mil rez dordena-
 do por anno xx — rez.

O Meirinho da dita Tanadaria, auera dezoito mil sez dordena-
 do p' anno xbiij — rez.

O dito m.^{ro} tera quatro Piães pera audarẽ com elle, e acompanha-
 rem a dita Vara os q.^{es} auerão a rezão de pardao a cada hum por mez
 em q̃ se monta por anno catorze mil quatrocentos rez xiiij iij — rez.

O dito capitão terá hum lingoa que auera seis centos rez de
 mantimento por mez, em q se monta por anuo, e duzentos biij ij — rez.

Tera maes o dito capitão seis homẽs portuguezes p.^a estarem e
 seruirem na dita Tanadaria, e estes rezidindo nella se lhes pagara
 os seus soldos, e mantimentos que vencerẽ de homẽs de armas aos
 quarteis de anno assy como forem vencendo e fz.^{do} lhes conta a mil
 rez a cada hum por mez, se monta por anno setenta e dous mil rez
 lxxij — rez.

O dito capitão tera maes p.^a o seu seruiço da dita Tanadaria e

taçe com outro algum respeito p' quanto quero que não aja maes de hã soo ordenado cõ o dito cargo, ou cargos q̃ servir, nã se leue em conta ao feitor ou official q̃ os taes pagam.toz fizer, e assy o es. crivão da matr.^{la} geral tera grande resgoardo sobre isso.

Na dita Cidade, ou fortz.^a e suas tr.^{as} nenhu official da fz.da de S. A. nã da Justiça tera apozentadoria nã lhe sera paga a custa da sua fz.da, nã leuado, em conta ao feitor, ou official q̃ o tal pagamento fizer.

Ey por bem que na dita fort.^a e Cidade de Damão e suas tr.^{as} não aja maes officios, nã ordenados dos que não declarados neste regimento, nã se lhe de nenhũ outro que sobre isso seja feito porq.^{to}, ey por seruiço delrrey meu s.^{or} que não aja maes e auendo ahy outro regimento, ou provizões em Contr.^o os hey por derrogados, e fiquẽ sem Vigor algum, e deste som.^{to} se uzará daqui em diante, e tendo, eu passado algũas provisões q̃ encontre o dito regim.^{to} ou em algua pr.^{to} d'elle ou passando os se não guardara lhe se me dar rezão disso e eu ordenar o q̃ ouuer por seru.^{co} de S. A. porque se podia passar sem eu saber q̃ era conta este regim.^{to}, porque quero que se cumpra e guarde em todo tpo. e da mesma maneira farão os officiaes a que pertencer e os que contr.^o fizerem perderão seus ordenados, e o que pagarẽ contra esta ordenança lhe não sera leuado em conta, e estarão a mesma penna que me bem parecer.

E este regimento andara na feitoria da dita fortz.^a e se entregara ao feitor della, e sobre elle se carregara em receita cõ declaração q̃ sera obrigado ao entregar ao que o sosseder pera sempre andar nos feitores q̃ servirem cõ a dita obrigação e assy se registara no registo da dita feitoria, e no 1.^o de sua receita por onde hade dar sua conta, sob penna da que lhe que o contr.^o fizer pagar duzentos ttz.^{os} pera as obras da rib.^a de S. A. e estar a maes penna que eu ouuer p' bem e da dita entrega trará certidão em forma do feitor q̃ o receber p.^a que o notefico se executar nelle a dita pena e por tanto, o notefico assy a uos dito cap.^{am} Vedor da fz.da e os maes off.^{es} a que pertencer, e mando que inteiramente cumprais e guardeis e façais comprir e guardar como nelle se conthẽ sem duvida nem embargo algum lhe ser posto e do the . . . foi passado outro pera estar na dita Afonso Vaz

escriuão dos contos o fez em goa a 11 de Abril de mil quinhentos
secenta e cinco.

Ey por ser o delrey meu s^{or} que quando algũa p^{sa} ven-
derem ou trespassarem as Aldeas reidas e proprias q^{as} tuer^{em}
dafforamto na dita Cidade de Damão, e em todas suas terras e
comarcas q^{as} ser^{ão} p^{re} lemb^{res} de S. A. ou dos seus Vizorreis ou G^{er}me
que Governar este estado, pague a l^{ex} do dito S^{er} e Corentena
da tal venda ou trespassação q^{as} he de corenta hum do preço per q^{as}
foi vendida ou trespassada que são obrigados a pagar p^{re} la ordena-
ção do reino e por tanto mando ao feitor da dita Cidade q^{as} arrecada-
do do comprador os d^{itos} q^{as} se a tal ouzara trespassar a dita
corentena sera logo carregado sobre elle em receita, de que lhe pa-
gara certidão em forma da tal p^{re}ça, nas costas da prouisão que tuer
pera isso, e cõ a satisfação lhe sera dado sua posse e doura
man^{ta} não, nem a tal pessoa uzara da tal venda e trespassação o
que o dito feitor não arrecadar o pagará a S. A.

Pela informação q^{as} ouue destas tr^{as} de Damão achey q^{as} tu ha
muita necess^{idade} de alguns nauques, e Pilas da tr^{as} pera guarda e
vigia das ditas terras por caro dos ladroins q^{as} e muitas vezes entrão
nellas, e assy pera qualquer outra cousa que soceder e esta Piona-
gem tenha ham capitão portuguez hom honrado e esforçado, e de
confiança pera cõ ella a idar, e correr as ditas tr^{as} e acudir onde
for necess^{idade} da man^{ta} que vos dito cap^{ta} da forte e ordenardes
pera a qual l^{ex} p^{re} bem que nella aja sem Pilas da tr^{as} e quatro
nauques, e cada nauque destes tenha cargo de V^{te} e cinco Pilas,
e toda a dita gente haude sempre em hum corpo cõ o capitão della
pera serind onde forem mandados e cumprir ao seru^{ço} do dito v^{or}
e boa guarda das ditas tr^{as} os q^{as} averão seus orlenados, e soldada
desta man^{ta}.

O capitão da dita gente tera secenta mil rez dordeada em cada
hum anno cõ o dito cargo..... lxx—rez.

Os quatro nauques atera cada hã delles averão de tres pardaos
de l^{ex} p^{re} mes em q^{as} se monta por anno cento ecorenta e quatro par-
daos de l^{ex} q^{as} ao correr ta e tres mil dardados res. .. xliij—rez.

Os ditos Pilas averão a cada de l^{ex} p^{re} de l^{ex} p^{re} de l^{ex} cada hum
p^{re} mes q^{as} são mil dardados p^{re} de por anno que façaem l^{ex} ecorenta
e tres..... lxx—rez.

A qual gente se lhes farão seus pagam.^{tos} aos quarteis do anno assy como forem vencendo, e pera isso buscara a melhor que ouuer na tr.^a e auendo la Piães de goa se tomarão p.^a o dito seru.^{co}, os q.^{es} serão cada mez apontados p.^{los} escrivains da feitoria no l.^o do ponto da gente da tr.^a que terão pera isso, e cada hũ sera lançado p' sy no seu titt.^{lo} e cada naique cõ sua gente, e cada tres mezes, q̃ he hum quartel se paçara Rol delles da dita manr.^a ponde o feitor da dita fortz.^a lhes fara seus pagam.^{tos} na meza da feitoria perante os Escriuaes dela que porão as pagas onde elles asinarão do que receberẽ, e sera tão bem nisso prez.^{te} o capitão da dita gente, e assy os ditos naiques e no cabo do dito Rol os ditos escriuaes passarão sua certidão de como assy forão pagos onde elles assinarão, e assy o dito capitão, e os ditos pagam.^{tos} tão bem se farão p' ordenança de uos dito cap.^{am} da fortz.^a onde poreis vossa firma pello qual sera leuado em conta ao dito feitor e estes naiques serão xpãos, e homes de muito recado, e naturaes de goa q̃ se buscarão p.^a isso.

Eu ordeney a fortz.^a e tanadaria de samgẽs destas tr.^{as} de Damão hum capelão e cura da igreja della peras a gente xpão que ahy rezide, o qual hade auer dozemil rez de seu ordenado p' anno.
..... xij—rez.

E assy se lhe hade ser dado maes tres mil res p.^a as ordnr.^{as} da dita Igr.^a vinho, sera, azeite, farinha, e outras cousas cada anno.
..... ij—rez.

pagar se lhe ha tudo aos quarteis do anno, assy como for vencendo p' este esp.^{la} provizão que pera isso tem.

As Tanadarias de Tarapor, e quelme mahim das ditas tr.^{as} tão bem pareçe rezão quando la ouuer Igreja q̃ tenha cada hum seu capelão e cura, com o dito ordenado, e ordnr.^{as} quando pera isso apresentarẽ minhas prouizões em q.^{to} o ouuer p' bem que aja, e os ditos Padres servirem, tão bem auera cada hum delles doze mil rez dordenado, e trez mil rez p.^a as ordin.^{ras} p' anno q.^e lhe sera pago p.^{la} dita man.^{ra}, e conforme as ditas provizoes que passar.

E do theor deste foi paçado outro p'my assinado p.^a estar na dita fortz.^a e feitoria de Damão.

Alfonço Vaz escrivilo dos Contos o fez a 6 de Abril de 1566
Ant.^o gix se fez escrever.

Vizorrey." (157)

A Carta Régia de 9 de Fevereiro de 1611 regulou a concessão de licenças para os foreiros residirem fóra da fortaleza.

"E porque, como tendes visto por minha carta de 10 de março de 609, tenho mandado que se não concedam licenças sem muita causa aos foreiros das terras de Damão, contra a condição de seus aforamentos, para viverem fóra da fortaleza, e os que a não tiverem serem obrigados a residir conforme a sua obrigação, e esta materia he de muita consideração, vos encomendo que, quando houver causas tam forças per que pareça se devesse conceder as taes licenças, as vejades com o conselho, e parecer do n'elle justas, as concedereis avisando-me logo na primeira occasião das que n'esta forma concederdes e razões que para isso houver — e das taes licenças se usará somente ate se ter resposta minha, e assim se declarará na provisão e despacho que d'ellas se passar, e me enviareis h'a relação de todas as pessoas que nas terras do Norte teem aldeias com obrigação de cavallos, com declaração dos que nã residem com elles e que causas ha para isso. Escrita em Lisboa a 9 de fevereiro de 1611—Rey... O Conde Almirante." (158)

Em 1690 era o seguinte o pessoal da fortaleza:

"Paga-se ao cap. ^{to} da dita forte. ^a de seu orden. ^o		
por anno seis centos mil res p ^o dous mil x. ^{os} ...	2000	0 00
Do muxara de hã tal que q ^{to} pães tocheiros tres		
Bois da agua, dous mainatos hã boy de adreco e a		
ordem. ^o de acente q ^{to} centos e trinta x. ^{os} 4 15. ^{os} p ^o		
2430
fazem ao todo dous mil q ^{to} centos e trinta x. ^{os}	2430	4 00
Paga-se ao feitor da d ^{ta} forte. ^a de seu orden. ^o p ^o		
an. 10 dous mil res p ^o seis centos e oventa e seis x. ^{os}
1 15. ^{os} e vinte res

(157) *Rep. das Fortalezas*, fls. 123.

(158) *Doc. reaes da Índia*, II, p. 21.

De paga de xerafins vinte sete x. ^{es} p' anno ...	0027:0:00
De Aluguel das casas de Alfandega setenta e dous x. ^{es} p' anno ...	0072:0:00
Da ordinar. ^a de tinta pena area liuros papel pano de hofete cadeiras e mais despesas da d. ^a feitoria cento e u. ^{ta} sinco x. ^{es} p' anno ...	0125:0:00
fazem ao todo oito centos e nouenta x. ^{es} 3 tg. ^{as} e 20 res ...	00890:3:20
Pagasse a dous escrivães da feitr. ^a de seus ordenados cem mil res p' anno p' cento trinta tres x. ^{es} 1 tg. ^a e 40 res...	00133:1:40
Pagasse ao ouu. ^{or} da dita fortz. ^a de seu ordenado p' anno cem mil res p' trezentos trinta tres x. ^{es} 1 tg. ^a e 40 res ...	0333:1:40
De muxara de sinco piaes p' anno trinta e seis x. ^{es} ...	0036:0:00
fazem ao todo trezentos secenta e noue x. ^{es} 1 tg. ^a e 40 res...	00369:1:40
Pagasse ao meirinho da d. ^a fortz. ^a de seu orden. ^o de dezaoto mil res p' secenta x. ^{es} p' anno ...	00060:0:00
Pagasse ao alcaide da d. ^a fortz. ^a dezaoto mil res p' secenta x. ^{es} de seu orden. ^o p' anno ...	60:00:00
Pagasse ao Miraba e Alcaide do Mar da d. ^a fortz. ^a vinte mil res p' secenta e seis x. ^{es} 3 tg. ^{as} e v. ^{ta} res de seu orden. ^o p' anno ...	00066:3:20
Pagasse ao sobre Ronda da d. ^a fortz. ^a dezaoto mil p' secenta x. ^{es} ...	01860:0:00
Pagasse ao Mestre da Ribeira da d. ^a fortz. ^a trinta mil res p' cem x. ^{es} de seu orden. ^o p' anno ...	0100:0:00
Pagasse ao condestavel da d. ^a fortz. ^a trinta e oito mil res nouecento e uinte res p' cento uinte noue x. ^{es} de 3 tg. ^{as} e corenta res...	00120:3:40
Pagasse aos doze Artelheiros da d. ^a fortz. ^a de seus vencimentos p' anno cento setenta e dous mil oito centos res p' quinhentos setenta e seis x. ^{es} ..	0576:0:00
Pagasse a hum ferrador e Alueitar vinte mil res por secenta e seis x. ^{es} 3 tg. ^{as} e ut. ^o res de seus ven-	

De paga de xerafins vinte sete x. ^o p' anno ...	0027:0:00
De Aluguel das casas de Alfandega setenta e dous x. ^{es} p' anno ...	0072:0:00
Da ordindr. ^a de tinta pena area liuros papel pano de bofete cadeiras e mais despesas da d. ^a feitoria cento e u. ^{to} sinco x. ^{es} p' anno ...	0125:0:00
fazem ao todo oito centos e nouenta x. ^{es} 3 tg. ^{as} e 20 res ...	00890:3:20
Pagasse a dous escrivães da feitr. ^a de seus ordenados cem mil res p' anno p' cento trinta tres x. ^{es} 1 tg. ^a e 40 res...	00133:1:40
Pagasse ao ouu. ^{or} da dita fortz. ^a de seu ordenado p' anno cem mil res p' trezentos trinta tres x. ^{es} 1 tg. ^a e 40 res ...	0333:1:40
De muxara de sinco piaes p'anno trinta e seis x. ^{es} ...	0036:0:00
fazem ao todo trezentos secenta e noue x. ^{es} 1 tg. ^a e 40 res...	00369:1:40
Pagasse ao meirinho da d. ^a fortz. ^a de seu orden. ^o de dezaioito mil res p' secenta x. ^{es} p' anno ...	00060:0:00
Pagasse ao alcaide da d. ^a fortz. ^a dezaioito mil res p' secenta x. ^{es} de seu orden. ^o p' anno ...	60:00:00
Pagasse ao Miraba e Alcaide do Mar da d. ^a fortz. ^a vinte mil res p' secenta e seis x. ^{es} 3 tg. ^{as} e v. ^{te} res de seu orden. ^o p' anno ...	00066:3:20
Pagasse ao sobre Ronda da d. ^a fortz. ^a dezaioito mil p' secenta x. ^{es} ...	01860:0:00
Pagasse ao Mestre da Ribeira da d. ^a fortz. ^a trinta mil res p' cem x. ^{es} de seu orden. ^o p' anno ...	0100:0:00
Pagasse ao condestavel da d. ^a fortz. ^a trinta e oito mil res nouecento e uinte res p' cento uinte noue x. ^{es} de 3 tg. ^{as} e corenta res...	00120:3:40
Pagasse aos doze Artelheiros da d. ^a fortz. ^a de seus vencimentos p' anno cento setenta e dous mil oito centos res p' quinhentos setenta e seis x. ^{es} ..	0576:0:00
Pagasse a hum ferrador e Alueitar vinte mil res por secenta e seis x. ^{es} 3 tg. ^{as} e ut. ^o res de seus ven-	

cimentos p' anno	00066 3 20
Pagasse ao carcereiro da prisão de seu vencim. ^{to}					
p' anno doze mil res corenta x ^{as}					00040 0 00
Pagasse ao Portr. ^o da dita fortz. ^a de seus orde-					
nado p' anno quinze mil seis centos res p' sincoenta					
dous x ^{as}					00052 0 00
Pagasse a trinta hom's de goarda do cap. ^{to} da					
d. ^a fortz. ^a de seus vencimentos dous mil seis centos					
setenta há x ^{as} p' anno					02672 0 00
Pagasse a d. ^a Carr de Vila mil duz ^{tos} setenta					
e tres x ^{as} por anno					1273 0 00
Pagasse a d. ^a Casa de Vila de ordinar. ^a de					
des candis de arros p' mez p. ^o ser e partir aos pobres					
mil oitenta e tres x ^{as}					10830.00
q ^{as} fazem dous mil trez ^{as} sincoenta e seis x ^{as} ..					2352.00
Pagasse ao Padre Vigr. ^o da Vara noventa e oito					
x ^{as} p' anno					33 1/2.00
Pagasse a dous mossos do coro da seo ^a da d. ^a					
fortz. ^a trinta e seis x ^{as} p' anno					3073.00
Pagasse ao ler. ^{to} da d. ^a Seo, douscentos x ^{as}					
p' anno					2000.00
Pagasse aos q ^{tos} beneficiados da d. ^a Seo d ^{os}					
zentos doze, vinte hum x ^{as} p' anno					2700.00
Pagasse a q ^{tos} cantores, e hum					100.00
secenta e nove x ^{as} p' anno					100.00
Pagasse ao Vigr. ^o da l. ^a de N. S.					100.00
cento e corenta x ^{as} por anno					100.00
Pagasse ao convento de					100.00
fortz. ^a trezentos corenta x ^{as} por anno					100.00
Pagasse ao convento de S. ^a					100.00
p' anno q ^{tos} centos e					100.00

TAVADARIA DE S. J. DE S. J. DE S. J.

Pagasse ao cap.^{to}
 hangens cem mil p.^o
 e 40 res de sea
 De ordinar.^a

lo duz. ^{tos} uinte sinco x. ^{es} p' ano...	0225:0:00
fazem ao todo quinhentos sincoenta e oito x. ^{es}			
hũa tg. ^a e corenta res	00558:1:40
Pagasse ao escrivão da d. ^a Tanadaria vinte mil			
res p' secenta e seis x. ^{es} 3 tg. ^{as} e uinte res de orden. ^o			
p' ano...	00066:3:20
Pagasse ao Meirinho da d. ^a Tanadaria dezaioito			
mil res por secenta x. ^{es} p' anno do seu orden. ^o	...		0060:0:00
ordindr. ^a de q. ^{tro} piães p' anno corenta e oito x. ^{es}			0048:0:00
fazem cento e oito x. ^{es}	0108:0:00
Pagasse ao lingoa da d. ^a Tanadaria da d. ^a ... vin-			
te q. ^{tro} x. ^{es} p' anno	00024:0:00
Pagasse a seis soldados; e hum bombardeiro de			
seu vencimento p' anno duzentos e oitenta x. ^{es}	...		00280:0:00
Pagasse ao Vigr. ^o da d. ^a fortz. ^a cento corenta			
x. ^{es} por anno...	00140:0:00
Pagasse ao Vigr. ^o da Vara das Tranqueiras por			
anno cento e corenta x. ^{es}	00140:0:00

TANADARIA DE TARAPOR DO D.^o DAMÃO

Pagasse ao Cap. sm e Tanadar de seu orden. ^o			
p' anno, cem mil res p' trez. ^{tos} trinta e tres x. ^{es} 1 tg. ^a			
e corenta res	0333:1:40
De ordindr. ^a de azeite cauallo, e muxara de tres			
servidores e dez piães duzentos e uinte x. ^{es}	...		0220:0:00
fazem ao todo quinhentos sincoenta e tres x. ^{es} 1			
tg. ^a e corenta res	00553:1:40
Pagasse ao escrivão da d. ^a Tanadaria de seu			
orden. ^o p' anno vinte mil res p' sessenta e seis x. ^{es}			
3 tg. ^{as} e 20 res	0066:3:20
Pagasse ao meirinho da d. ^a Tanadaria de seu			
ord. ^o p' anno dezaioito mil res por sessenta x. ^{es}	...		0060:0:00
De ordindr. ^a e muxara de q. ^{ro} piães corenta oito			
x. ^{es} por anno...	0048:0:00
fazem ao todo cento e oito x. ^{es}	00108:0:00
Pagasse ao lingoa da d. ^a Tanadaria de seu ven-			
cimento p' anno uinte quatro x. ^{es}	00024:0:00

Pagasse a seis sold ^{os} e hum bombardeiro de seus vencim. ^{to} p' anno duz. ^{tos} e oitenta x. ^{es} ...	00280 0 00
---	------------

Pagasse ao conuento de São Domingos de Fara- por da ordin. ^a do trigo e arros, paga de meirinho dos xpaos = esmolos dos catacumenos duzentos setenta e seis x. ^{es} p' anno	00276 0 00
---	------------

TANADARIAS DE MAIM QUELME DO D.^o DAVILLO

Pagasse ao Cap. ^{am} e Tanadar da d. ^a Tanadaria cem mil x. ^{es} p' trezentos trinta e tres r. ^{es} 1 tg. ^a e 40 res do seu orden. ^o p' anno	0333 1 40
---	-----------

Pagasse de ordinaria de azeite, cavallo hñ nai- que dous pñles, e dous scruidores daz. ^{tos} uinte e do- us x. ^{es} p' anno	0222 0 00
---	-----------

fazem ao todo quinhentos sincoenta e sinco x. ^{es} hñ tanga e corenta res	00555 0 40
--	------------

Pagasse ao escrivão da d. ^a Tanadaria de seu or- den. ^o p' anno u. ^{ta} mil res p' secenta e seis x. ^{es} 3 tg. ^{as} e 20 res	00066 3 20
--	------------

Pagasse ao meirinho da d. ^a Tanadaria de seu vencim. ^{to} dezaoto mil res por secenta x. ^{es} p' anno...	0060 0 00
--	-----------

De nuvara de q. ^{ta} pñles p' anno corenta e oito x. ^{es}	0048 0 00
---	-----------

fazem ao todo cento e oito x. ^{es}	0108 0 00
--	-----------

Pagasse ao lingea da d. ^a Tanadaria uinte e q. ^{tr} x. ^{es} p' anno	0024 0 00
--	-----------

Pagasse a seis sold. ^{os} = hum bombardeiro de seus vencim. ^{tos} p' anno duz. ^{tos} = icoenta sinco x. ^{es} ...	0025 0 00
---	-----------

TANADARIAS DA JURDIÇÃO DO D.^o DAVILLO

Pagasse a hum naique e corenta pñles deiros, frecheiros, ucila = seis x. ^{es}	0022 0 00
---	-----------

Pagasse hum naique e corenta pñles das e frecheiros da xaras p' anno	0022 0 00
---	-----------

Pagasse a hum naique e sento secenta e tres
piães espingardeiros e frecheiros da Tranqueira de
p..... de pravana de Trapor e Maim de suas mu-
xaras p'anno, seis mil trz.^{tos} setenta dous x.^{es} ... 6372:0:00

Pagasse a hum naique, cento e dous piães espin-
gardeiros e frecheiros da Tranqueira de Caleman-
quel, e seus aneixos, tres mil oito çentos e oitenta
e oito x.^{es} 3888:0:00

Pagasse no Capitão Mor do d.^o Campo de Damão
60 mil res p' 200 x.^{es} 0200:0:00
(139)'

Em 1786 havia os seguintes funcionários :

Francisco Caet.^o Cout.^o P.^{ra} Condestavel do Forte de S. Jer.^o
serve de tabalião publico das notas, Escrivão da Ouvidoria, e dos
Feitos da Fazenda e vence somente de Condestavel.

= João Franeisco Jacq.^{es} Sargento da Segunda Comp.^a do Re-
gim.^{to} serve de tabalião publico das notas e vence somente de Sar-
gento.

= Joze Caetano Pereira Sargento agregado a Sexta Comp.^a do
Regim.^{to} e Recebedor da Alfandega serve d'Escrivão d'Ouvidoria,
e dos Feitos da Fazenda, e vence somente de Recebedor da Alfandega.

= Manoel Francisco Monteiro Escrivão da Provedoria dos Or-
fãos e do Judicial desobrigado do seruiço, e não tem vencimento.

Outro Escrivão do judicial, vago.

= Lucas de Sá Baptista desobrigado do seruiço serve de meiri-
nho da Faz.^a e tem vencimento.

= Lingoa da Fazenda, vago.

= Trémé de Albuquerque desobrigado de seruiço, serve de meiri-
nho d'Ouvidoria e tem vencimento.

= Naiç' d'Ouvidoria vago.

= Lingca d'Ouvidoria, vago.

= Luis Ferreira soldado da pr.^a Comp.^a do Regimento serve de
Escrivão das Execuçoens e vence somente de soldado.

= Antonio Francisco da Conceição desobrigado do serviço serve de Alcaide e tem vencimentos

= Domingos Pereira Sargento agregado a Segunda Companhia, e serve de Inquiridor, Contador, Partidor, Distribuidor e Escrivão de Fianças e vence so nente de Sargento

= Domingos d'Almeida soldado da 1.^a Comp.^a do Regimento e Tronqueiro vence de ambas as courts

= Vicente de Rocha Pereira de Lacerda desobrigado do serviço e serve de Escrivão d'Alfandega e tem vencimento

= João Manoel Roiz desobrigado do Serviço e serve de Escrivão da Fextoria e tem vencimento

Certifico eu Francisco Cact.^o Cout.^o Per.^o Escrivão dos Reitos da Faz.^a ser verdade q os nomeados nesta relação atras e acima são os mesmos que servem nesta Republica e Tribunaes, e passey esta por mim feita, e assinada, Dado 8 de Fevr.^o de 1786

Francisco Cact.^o Cout.^o Per.^o (14)

O Governador prohibiu differença entre reinois e asiaticos no provimento dos postos militares.

" A minha prezerça chegou que V. M.^a havia passado ordem aos Cap.^{es} desta guarnição p.^a não provirem nos postos de Cabo de Esquadra de S.^{to} pessoas mudadas na Asia em quanto houverem Reino's, que tem alterada algumas nomenclaturas das mencionados off.^{es} como são do Cap.^{to} Miguel Roiz do Cap. Duarte Fran.^{co} de Horta do Cap.^{to} Jose Cout.^o e finalmente que tem prohibido aos mesmos off.^{es} a authorid.^e de conhecimento e do castigo economico das suas comp.^{as}.

E porque S. Mag.^a foi servido declarar iguaes a todos os seus Vassallos ea fossem taes dos nos seus Reinos ou dos seus Os annos da Asia; e esta differença que V. M.^a estabelece não se he contra as reais ordens do V. G. mas contra a Just.^a, e contra a boa ordem militar V. M.^a rogara logo a que passava, cumprida o Cap.^o 13 do novo regulamento das Tropas, referendo me dos rechos com q e devo, e'co a ex.^a nomenclatura e dando me t^{to}em ha nomenclatura

individual dos outros diferentes pontos que assim deixo indicados.

Ds g.^e a V. M.^e Goa 20 de Nov.^o de 1772.

Dom João José de Mello." (161)

O Governador Geral deu as seguintes instruções ao Governador da Praça de Damão:

1.^o

"O Regimento geral porque se regulão os Governadores da d.^a Praça achara nella o S.^r Sebastião de Az.^o e Britto, como tambem o ultimo Tratado de paz concluido com o Marata, e delle, e da posse que se tomou das 21 Aldeas que compoem a Pragana Naer conhece-
ra o districto que pertence hoje a mesma Praça, e procurara que seja povoado com q̃ mayor n.^o de cultores que for possivel, e p.^a o augm.^{to} da mesma jurisdição nas extensoens que em outro tempo forão pertencentes da coroa de S. Mg.^e obrara o que particularm.^{te} tenho ponderado ao Sr. Sebastião de Az.^o e Britto, aproveitando-se das oportunidades conforme a sua melhor intellig.^a participando me pelos meyoys mais breues todas as rezoluções que houver de tomar sobre este refr.^o expediente.

2.^o

Para grande cuidado na conservação dos soldados brancos passando as ordens que parecerem necessarias ao s.^r Sebastião de Az.^o e Brito, p.^a lhes evitar a dezerção por se saber muitos dezejavão hir p.^a Damão com o intento de passarem para Surrate, e embarcar se nas naus estrangeiras p.^a passarem para Europa.

3.^o

Logo que o Sr. Sebastião de Az.^o e Brito chegar a Praça de Damão, cuidará em informar do estado da mes.^a Praça e da sua guarnição e como se leva ordens posetivas para formar a Tropa da guarnição della, ã hum Regim.^{to} composto das praças de off.^{es} inferiores, sold.^{os} e Tambores que determina no novo regulamento que se mandou praticar nos Regimentos do Exercito do Nosso Augusto Soberano, p.^a este effeito se applicará com o mayor cuid.^o repartindo a mesma Tropa exist.^e dessa goarnição nas sete comp.^{as}

a que se reduz o resto do regimento, e com tal proporção que em todas as partes haja 1000 almas p.^a regular a formatura do Batalhão e assim mesmo examinara a disposição pessoal dos officiaes fazendo escolha p.^a o completo dos effectivos dos mais capazes p.^a o bem do serviço agregando os restantes as mesmas comp.^{as} p.^a se empregarem com os effectivos por suas antiguidades no serviço diario da guarnição da Praça seos precizos destacamentos e embaques e considerando que na mesma guarnição para as guardas exteriores da Praça he indispensavelm.^{te} necessaria a conservação das Tropas volantes dos Sipahes me participara logo o n.^o que actualm.^{te} subsiste no serviço seos officiaes por que com esta noticia e com as do serviço q.^e devem praticar resolver a formatura deste corpo no qual tbm tira a ter toda a inspecção porq.^e devendo ser abolido o posto do Cap.^o mor do Campo, a quem parece competia o comando destas Tropas so por esta forma espero que ellas fiquem sendo bem reguladas advertindo ao S. Seb.^o de 12.^o e Brillo que quando remeter estas noticias referidas me deve tambem mandar hãa proposta dos officiaes que se achão na precisa actividade com desembaraço p.^a bem servir no mencionado corpo

Goa 8 de Janeiro de 1776

Dom J. P.^o da Camara (119)

Sobre a instituição dos patelados da Praganã, escreveu Forjaz de Serpa Pimentel

"Os patéis foram, no governo dos imperadores mongoes os mais importantes funcionarios nas aldeias, e talves a mais importante classe do país. Exerçiam este emprego conferido pelo governo, e em virtude d'elle tinham direito a terras e emolumentos, garantido de varios pequenos privilegios e distincções. O seu emphyteose e os emolumentos eram hereditarios, e alienaveis com o consentimento do governo, porq.^{ue} rara vez se eram vendidos, excepto em casos de extrema necessidade. O patel era nesses tempos o chefe da policia e da administração da justiça na sua aldeia e a par d'isto cobrava de todos os colonos as rendas do governo, tratava de todos os

individual dos outros diferentes pontos que assim deixo indicados.

Ds g.^e a V. M.^e Goa 20 de Nov.^o de 1772.

Dom João José de Mello." (161)

O Governador Geral deu as seguintes instruções ao Governador da Praça de Damão:

1.^o

"O Regimento geral porque se regulão os Governadores da d.^a Praça achara nella o S.^r Sebastião de Az.^o e Britto, como tambem o ultimo Tratado de paz concluido com o Marata, e delle, e da posse que se tomou das 21 Aldeas que compoem a Pragana Naer conhece-
ra o districto que pertence hoje a mesma Praça, e procurara que seja povoado com q̃ mayor n.^o de cultores que for possivel, e p.^a o augm.^{to} da mesma jurisdição nas extenções que em outro tempo forão pertencentes da coroa de S. Mg.^e obrara o que particularm.^{te} tenho ponderado ao Sr. Sebastião de Az.^o e Britto, aproveitando-se das oportunidades conforme a sua melhor intellig.^a participando me pelos meys mais breues todas as rezoluções que houver de tomar sobre este refr.^o expediente.

2.^o

Para grande cuidado na conservação dos soldados brancos passando as ordens que parecerem necessarias ao s.^r Sebastião de Az.^o e Brito, p.^a lhes evitar a dezerção por se saber muitos dezejavão hir p.^a Damão com o intento de passarem para Surrate, e embarcar se nas naus estrangeiras p.^a passarem para Europa.

3.^o

Logo que o Sr. Sebastião de Az.^o e Brito chegar a Praça de Damão, cuidará em informar do estado da mes.^a Praça e da sua guarnição e como se leva ordens posetivas para formar a Tropa da guarnição della, ã hum Regim.^{to} composto das praças de off.^{es} inferiores, sold.^{os} e Tambores que determina no novo regulamento que se mandou praticar nos Regimentos do Exercito do Nosso Augusto Soberano, p.^a este effeito se applicará com o mayor cuid.^o repartindo a mesma Tropa exist.^e dessa goarnição nas sete comp.^{as}

a que se reduz o reſtante regimento, e com tal proporção que em todas as reſtantes compaſſas haja iguaes alturas p^a regular a formatura do Batalhão e aſſim meſmo examinaſe a deſpoſição peſſoal dos offi- ceeſ fazendo eſcolha p^a o completo dos eſſectivos dos mais capates p^a o bem do ſerviço aggregando os reſtantes as meſmas compaſſas p^a ſe empregarem com os eſſectivos por ſuas antiguidades no ſerviço diario da guarnição da Praça ſeos precizos deſtiname- tos e embaques e conſtando que na meſma guarnição para as guardas exteriores da Praça he indiſpenſavelm^{te} neceſſaria a con- ſervação das Tropas volantes dos ſipaes me participaſe logo o n^o que actualm^{te} ſubſiſte no ſerviço ſeos offi- ceeſ por que com eſta noticia e com as do ſerviço q^{ue} devem praticar, reſolver a formatura deſte corpo no qual t^{em} vira a ter toda a iⁿſpecção porque deven- do ſer abolido e poſto do Cap^{ta} mor do Campo, a quem parece compelia o comando deſtas Tropas ſo por eſta forma eſpero que ellas fiquem ſendo bem reguladas adverteſe ao S. Seb^{to} de 12.^o e Britto que quando remeter eſtas noticias referidas me deve tambem mandar h^{aver} propoſta dos offi- ceeſ que ſe achao na preciza actividade com deſembaraço p^a bem ſervir no mencionado corpo

Coa 8 de Janeiro de 1776

Dom J P^a da Camara (16^a)

Sobre a instituição dos patelados da Praganá, escreveu
orláz de Serpa Pimentel

"Os patéis foram, no governo dos imperadores mongoes os mais importantes funcionarios nas aldeias, e talvez a mais importante classe do paiz. Exerciam este emprego conferido pelo governo, e em virtude d'elle tinham direito a terras e emolumentos, gozando de varios pequenos privilegios e de isenções. O seu cargo e emolumentos eram hereditarios, e alienaveis com o consentimento do governo, porem raramente eram vendidos, excepto em casos de extrema necessidade. O patel era nesses tempos o chefe do paiz e da administração da justiça, a na sua aldeia e a parte da terra de todos os aldeões, as rendas do governo, e o tempo de

contractos com elles esforçava-se em promover a cultura e a prosperidade da aldeia.

Wuthum chamava-se o terreno que se lhes dava em remuneração d'estes serviços; e com a denominação geral de *wuntunlur* designavam-se os individuos que executavam serviços pelos quaes recebiam essa remuneração, quer fossem *paleis*, quer *culcurnys*, quer *deshmukhs*, *dessays* ou *zamidares*, quer *deshpandgas*, *deshlekeles* ou *ganugos*...

Generalisados estes cargos durante as dynastias môngoes, o governo portuguez, quando em 1783 e 1785 tomou posse da Praganã Nagar Avely, encontrou estas entidades n'aquella provincia, gozando de igual fórma terras a par de pequenos privilegios e distincções, e tacitamente os admittiu, e tem conservado...

Quando a provincia de Nagar Avely pertencia ao Peshwá de Punâ ou Punem, o patelado maior da Praganã e o patelado de Noroly andavam inherentes já, desde a dominação dos marathas por uma serie de gerações, de pae para filho, á familia de Banâ Nichá Mory, rajahputro, proximo parente do Rajah de Dhrampoor, que se achava estabelecido na referida aldeia Noroly desde tempos immemoriaes, e constituindo como que patrimonio de familia. E junto com esses patelados, que eram exercidos pelos primogenitos de cada geração, competia *de jure* ao respectivo *Patel-Maior* uma certa porção de terras de cultura sita na mesma aldeia que elle usufruia gratuitamente e administrava do mesmo modo e pelo mesmo systema como os antigos morgados.

Passou em julho de 1783 a Praganã ao dominio portuguez.

Era então Patel-Maior da provincia e patel da aldeia Noroly Gonsaim Natú-Mory, trisavó do actual patel, e como tal gosava gratuitamente das respectivas terras; mas como se achava então ausente em Punâ em serviço do governo portuguez junto a côrte do Peshwá, representava na Praganã essa qualidade, como encarregado do mesmo, o seu proximo parente Govane Nangi, que como tal, assignou o auto solemne da cessão da posse d'aquella provincia.

Continuou o governo portuguez a reconhecer aos primogenitos daquella familia, em virtude do antigo uso e em recompensa dos serviços prestados á nação portugueza pelo referido Gonsaim Mory, o direito ao patelado maior da Praganã e ao patelado de Noroly,

junto com o de propriedade das alludidas terras de cultura

E era de tal modo considerado esse direito como radicado na primogenitura da familia que, ao tempo que exercia essa qualidade Lallá Gonsaim Mory, filho primogenito de Gonsaim Natu Mory, tendo-se levantado pelos annos 1814 a 1828, tanto nos tribunais administrativos, como nos judiciais, certas contestações da parte d'um parente d'esta familia, de nome Ratangy Quica, com respeito áquelle patelado, a Junta de Fazenda, em nome d'El-Rei, e com procedencia do parecer do desembargador Procurador da Coroa e Fazenda declarou, por sua carta-patente de 14 de maio de 1815

A II 443 do L.º 4.º das provisões das Praças do Norte Reza assim Dom João por Graça de Deus, Principe Regente de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa, Senhor de Guine e da Conquista, Navegação e Commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc

Faço saber ao adjunto da Praça de Damão que Lallá Gonsaim Mory, Patel da aldeia Nuroly, da Praganã Nagar Avely, da jurisdicção d'essa Praça, requereu á Junta da minha Real Fazenda, expondo que o Patelado era hereditario de pae ao filho, e que pela Patente passada pelo Dominante de Pnnem, que tinha cedido ao Magestoso Estado e mencionada Praganã, constava ser o dito Gonsaim Mory Patel d'ella, e que tambem pelo uzo dos meios competentes a que o ligava o despacho da mesma Junta de 17 de agosto de 1814, tocava ao supplicante Ratangy Quica e não ao supplicante, do qual requerimento tendo se dado vista ao Dezembargador Procurador da minha Coroa e Fazenda respondeu que os documentos que apresentava e supplicante legalisavam o seu direito ao mencionado Patelado por se mostrar hereditario e e supplicante o successor, e por isso lhe parecia estar nas circunstancias de ser deferido e restituído n'elle, em cuja virtude proferiu a mesma Junta despacho no dito requerimento na data de 11 do corrente determinando que se pizasse provisão a esse adjunto para ser o supplicante restituído ao dito Patelado, e conformado elle com o dito despacho sou servido ordenar que esse adjunto assim o execute. O Principe Regente N.º Senhor o mandou pelos Ministros e deputados da mesma Junta, abaixo assignados — Antonio Jose Marianno de Noronha a fez Goa a 14 de maio de 1815 (Seguem as assignaturas)

Successivamente foram Pateis de Noroly e Pateis maiores da Praganã Nagar Avely Vissoramo Lallá Mory filho de Lallá Gonsaim Moury e depois seu neto Banã, Nicha Mory não tendo o pai d'este, Nichá Vissoramo Mory, exercido o patelado por haver fallecido antes do seu dito pai, Vissoramo Lallá Mory, disfructando todos ampla e gratuitamente, as terras inherentes ao dito patelado de Noroly, sem obrigação de pagarem por ellas coisa alguma á fazenda nacional." (163)

Foi criado o lugar de Sub-Prefeito e nêle provido Caetano António Peres da Silva.

"Attendendo á longa distancia, que separa dos Estados da India o Reino de Portugal na Europa, e á brevidade, que insta, de levar, quanto antes, aos mesmos Estados o Beneficio da nova Organização da Administração, que já se acha em vigor neste Reino: Hei por bem, Em nome da Rainha, Authorisar o *Prefeito* dos Estados da India a nomear provisoriamente os *Sub-Prefeitos de Damão e Dio*; assim como tres individuos, que componhão o *Conselho de Prefeitura*, e o *Secretario* da mesma *Prefeitura*, *licando nesta parte temporariamente derogado o Decreto de 16 de Maio de 1832*, propondo-me o mesmo *Prefeito* os ordenados, que julgar correspondentes a cada hum destes Empregos, a fim de serem offerecidos á Approvação das Côrtes: não obstante poder desde logo fornecer aos referidos Empregados os meios sufficientes para sua subsistencia, e decente tratamento. O Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Ultramar, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Ramalhão em 7 de Maio de 1834. D. Pedro, Duque de Bragança. — Francisco Simões Margiochi. — Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e do Ultramar em 13 de Maio de 1834. — Antonio José Maria Campêlo.

Secretaria do Governo 29 de Maio de 1835. — O Secretario do Governo, *Adriano Augusto da Silva Pereira*." (164)

(163) *O Distrito de Damão*, pag. 77.

(164) *Manifesto do Governo Provisional dos Estados da India Portugueza*, pag. 26.

"Tendo ouvido o *Conselho da Prefeitura* sobre a necessidade de enviar a Praça, e Cidade de *Damão* hum *Sub Prefeito* que por suas *luzes, boa moral amor da Patria e do systema Constitucional* houvesse de promover a quasi extincta industria daquelle tão importante Estabelecimento, evitar as mais ingerencias dos Empregados da sua Administração, que tem sido tão escandalosa nos tempos da usurpação, e excitar n'aquelles Povos o amor da liberdade, e systema Constitucional E tendo se unanimemente assentado pelos *Conselheiros de Prefeitura* que em *Caelano Antonio Peres da Silva* concorrião todos os acima mencionados requisitos e que o motivo de ser meu *Filho* não de,eria ser obstaculo, para que o Estado ficasse privado dos bons serviços, que d'elle se esperavão : conformando me com o parecer dos mencionados *Conselheiros* e apesar de me ser penoso no meio provisoriamente ao mencionado *Caelano Antonio Peres da Silva*, *Sub Prefeito da Praça e Cidade de Damão*, na conformidade do Decreto de 7 de Maio de 1834, com o ordenado de hum conto de reis em moeda forte, conforme o *Alto Regio* de 28 de Maio do mesmo anno, pagos a quartéis, dependendo da Approvação das Cortes As *Authoridades*, a quem o conhecimento, e execução desta pretencer, assim o tenham entendido, e executem, fazendo se nas *Estações competentes* os assentos, e registos necessario. *Palacio de Prefeitura* 20 de Janeiro de 1835 — *Peres* — *Constancia Roque da Costa*, *Secretaria do Governo* 18 d'Abril de 1835 — O *Secretario do Governo*, *Adriano Augusto da Silva Ferreira*" (165)

O Sub Prefeito não chegou a tomar posse do lugar porque *Bernardo Peres da Silva*, deposto do lugar de Prefeito do Estado da Índia pelo exercito, no 1.º de Fevereiro de 1835, assumiu o governo das praças de *Damão* e *Diu* ate chegar a cidade de *Goa* o *Barão do Sabroso* em Novembro de 1837.

De *Bombaim* expediu *Bernardo Peres da Silva* o seguinte

Manifesto

Bernardo Peres da Silva, do Conselho de S Magestade Fidelissima, Prefeito dos Estados da Índia Portuguesa—Faço saber a to-

dos os habitantes dos Estados Portuguezes da India, que tendo-me constado, que o Governador das Armas desses Estados, o Coronel Furtunato de Mello tinha, depois do glorioso dia 10 de Fevereiro, approvado, e elogiado por hum Ordem do Dia, o honrado, e brioso comportamento do 1.º Regimento de Infantaria e do Batalhão d'artilheria, ambos estes Corpos compostos de officiaes, de grande parte de officiaes Inferiores e de muitos Soldados quasi todos Europeos, ou seus descendentes, que derribando a Facção liberticida, restabelecerão nossa Capital o socego, e tranquillidade, perturbada no dia primeiro e tres de Fevereiro por hum punhado de perversos, que perpetrarão o abominavel, e horroroso attentado de postergar todas as Leys,—Que o mesmo Governador de armas havia reconhecido como criminozos todos os actos praticados pelos sediciozos em primeiro e tres do referido mez, jurando por quanto ha de mais sagrado, que elle assistira ao primeiro, e assignara o segundo acto por coacção :—Que no dia treze do mesmo mez na assemblea convocada no Palacio da Perfeitura, composta, além de mais de 600 Cidadãos, do Senado, Camaras Municipaes, e Agrarias das Comarcas, e de todas as authoridades Civis, Ecclesiasticas e Militares, a que elle Governador assistira como todos outros de sua livre, e espontanea vontade, havia manifestado que se devia mandar a Curveta — Infante Regente—para me transportar a Goa, para satisfazer o pedido dos Povos, que unanimamente solicitavão o meu regreço, — Que esse mesmo façanhoso Governador das Armas no dia 2 de março, accumulando a trahição e perfidia ao perjurio, e infidelidade, fingindo como simulações, e hypocrizia um ataque dos facciosos, escapados á Justiça e refugiados em Vingorla (Possessão Inglesa) com os quaes elle entretinha correspondencia seguida, e de um dos quaes deo a saber enteceptara uma carta em que se dizia, que os rebeldes pretendião dar assalto a Gôa com hum porção de homens brancos ali reunidos, angariados por elles, fizera vir a Pangim o 2.º Regimento e outros Batalhoens :—Que sendo o mesmo Governador requerido pelo Regimento Batalhão d'Artilheria, e povo que pugnavaõ pela Ley, para fazer retirar a seos respectivos aquartelamentos os Batalhoens mandados vir por elle, e cuja presença aterradora assustava com razão os amigos da ordem, e liberdade, fingira acceder ao seu desejo, mas occultamente ordena lo que esses corpos fossem reunir-

se na cidade velha de Goa, e pondo se a testa delles se desenhoeira do Arsenal arrombar os seus Armazens, prendera o Intendente da Marinha mandado por S Magestade Fidelissima, entregara a pilhagem e roubo dos Soldados os petrechos da Guerra, e mais artigos que forão logo por elles vendidos soltara os que legalmente se achava lo prezos ■ at. o criminozo Pussichi, que por Sentença do Supremo Conselho Militar em tempo de D Manoel de Portugal forã depois de convencido de dilapidador e ladrão de dinheiros publicos condemnado a prisão em que se achava e donde forã mudado acinamente para a Casa de Poliora — Que o mesmo Governador das Armas a testa desta Tropa seguido de pessoas de Artilheria e puxada pela marujá da guarnição da Charrua Princeza Real de ordem do seu commandante o infame e perverso Leon, com quem se tinha mancommunado sendo delle antes inimigo figadal, por conhecer ser um Despotra falso e inimigo do Sistema constitucional e com lanchas artilhados de buxo do commando do sobredito Pussichi, ordenara ao primeiro Regimento e Batalhão de Artilheria, que depondo as Armas se retirassem para Gaspar Dias ■ Cabo o que elles ex-culatarão para evitar o derramamento de sangue que era inevitavel se resistissem — Que o mesmo Governador das Armas Sequiozo de sangue, como o são todos os cobardes, por entre ruas espantosas da Tropa que commandava, entrava em Pangim (depois de saber que não haveria a menor resistencia) ■ tendo feito postar as barcas Canhoneiras defronte do Quartel de Gaspar Dias forã elle em pessoa por terra a testa da sua Tropa fazer fogo sobre enermes ■ indefesos Soldados do primeiro Regimento, ■ maior parte Europeos que descansavão em paz, e matara com huma barbaridade propria de hum canibal hum grande numero delles incendiando o Quartel que se reduzio a cinzas,—Que elle Governador das Armas exultando e gloriando se qual outro Nero, desta brutal carniceria ■ destruição e decidido a massacrar, e fuzilar a todo aquelle que se opuzesse aos seus perfidos intentos, como elle mesmo publicou por hum Bando de 6 de março ■ annuindo criminozamente ■ Sacrilego pedido de hum concubulo composto de officiaes Militares e do commandante da charrua Princeza Real, co reos da mesma Fricção liberticida ■ seus comparsas ■ por elle accuselhdos, nomeara huma Junta do Governo contra a Espressa determinação do Real Decreto

de 16 de Maio de 1832 da criação da Prefeitura e do artigo 115.º da Carta Constitucional, que declara ser a Força Militar essencialmente obediente, e que já mais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado por authoridade legitima que elle Governador não tinha, — Que tendo nomeado para Presidente da mencionada Junta a D. Manoel de Portugal, o author da rebellião de primeiro e tres de Fevereiro e a cauza principal das desgraças de Gôa, e este recusado se-lo, nomeara então hum Governo Provisorio, de que he Presidente João Casimiro Pereira Vasconcellos, que por dous Avizos de S. Magestade Fidelissima, o primeiro de 1825, fora privado do Governo de Diu, por crimes de que não se tem justificado, nem poderá justificar-se, mandando-se por outro vigiar sobre a sua conducta sendo considerado como degredado, como se pode ver na Secretaria da Prefeitura onde existem aquelles Avizos, sendo os outros Membros Manoel José Ribeiro que estava legalmente preso; e cuja conducta foi a mais escandalosa, seja na qualidade de Presidente da Junta Medica, encarregada da compra dos remedios em que elle roubava a olhos vistos; seja na qualidade de Delegado do Físico-Mór do Reino, e do Estado e que como tal não só vendia informações para dar Cartas de Medicos, mas ainda extorquia somas immensas para conceder licenças aos Boticarios e opprimia os Droguistas; e hum Frade chamado Fr. Constantino de S. Ritta individuo, cuja vida escandalosa na qualidade de Pay dos Christaons he assas conhecida, e como tal indigno de confiança, e cargos publicos, — Que esse chamado Governo Provisorio, nomeado pellos Commandantes dos Batalhoens rebeldes, com o mesmo Governador das Armas o declarou, tendo arrogado a si as attribuições do Governo legitimo fazendo vir violentamente por entre bayonetas os Membros do Senado, Authoridades Municipaes, Empregados publicos e Cidaodens principaes, os forçara a assignar o execrando, mentiroso e sediciozo Auto, lavrado de ante mão pelo Ex Desembargador Louzada (que protestara em 4 de Fevereiro contra os actos de primeira, e o do mesmo, dizendo que elle assistira coacto) e assignado por Militares no dia 11 de Março dissolvendo por elle a Ley da Prefeitura, anulando todos os Decretos da Regente em Nome da Rainha e invocando sempre a Carta Constitucional, manchada, e calcada aos pés por esses mesmos rebeldes, — Que o mesmo chamado Governo

restaurára a Relação extincta pelo Decreto de 7 de Maio de 1834, e me havia sido participado por hum Aviso da Secretaria do Estado dos Negocios do Ultramar, e por mim intimado ao Ex Desembargador Louzada que Servia de Chanceller que ■ deo por dissolver ficando substituida com ■ nomeação da Junta da Segunda Instancia e Juizes da primeira para o que S Magestade Imperial ■ Du ■ Regente me havia authorisado por seu Aviso de 29 de Maio de 34, por nao se ter podido ate aquella data prover se novos ■ nao avir ■ conservaçao da Relação, por ser conhecida a S Magestade Imperial nao somente a pessima conducta escandalozo comportamento, vergonhoza veracidade ■ ignorancia da maior parte dos Ex-zembargadores, mas ainda pelo odio que manifestario ao Sistema institucional, e a cauza da Sr ° D Maria Segunda Nossa Augusta beirana ■ decidida adhezaõ ao usurpador de que derão exuberantes provas sendo entre outras a mais saliente o terem condemnado o puto Francisco Lobato, por ter feito esforços para o reconhecimento da Legitimidade da mesma Augusta Senhora o que so por era bastante para tornar a maior parte dos ditos Ex Desembargadores indignos ■ inhabéis para a Magistratura — Que esse dito amado Governo, annullando as nomeações por mim feitas para Juizes da primeira ■ Segunda Instancia, por especial delegaçao de Magestade Imperial a quem somente pertence fazelas nomear para os lugares os Ex Desembargadores a maior parte dos quaes como abutres insaciaveis estavão acostumado a ceifar se do sangue dos infelizes habitantes da India co-reos da Rebelião outros individuos complices, e concorrentes para as suas rapinas Que ■ Carta Constitucional, o codigo da nossa liberdade, todas Leis Divinas, ■ Humanas erão pisadoes ao pé pelo dito Governador das Armas, ■ por hum punhado de monstros sedentes de sangue e tigres esfamiados, que a vida dos Cidadãos passificos era posta ao maior perigo, a propriedade violada e roubada por soldadesca desemparada, que commettia os maiores crimes tendo sem ■ esses facciosos na boca ■ Carta Constitucional que lhes blasfemio e deshonraõ, — Que hum sem numero de familias principaes, cidadãos Probos e honrados, Magistrados integros e incorruptos, a maior parte Europeos ■ seus dissendentes se imigrarão para as Ilhas Ingleses, dirigindo me dali Protestos da sua inabalvel fide

lidade, e obediencia a Ley alem de outras de pessoas que existem em Gôa, os quaes ja levey a Presença de S. Magestade Imperial, e os vou dar a prêlo,—Que finalmente a Capital das Possiçoens Portuguezas na India estava abandonada á rapacidade de hum bando de Salteadores e Ladroens, a cuja frente se acha o referido Governador das Armas, e cujo descaramento, e estupidez tem chegado ao ponto de fazerem publicar, como o tem feito o mencionado Governador das Armas, e o tal chamado Governo, que os Naturaes procuravão fazer-se independentes destruindo os Europeos querendo assim colocar com tão louca, mas nefanda, maligna e aleivoza Calumnia (desmentida por facto e confissão dos Europeos honrados e seus descendentes) o seu perverso e abominavel fim de saciar a sua cobiça devastando, e talando a nossa desgraçada Patria; o que tudo já levey a presença de S. Magestade Imperial por meus officiaes:—E não podendo, nem devendo. Eu como unica, e legitima Authoridade e Delegado de S. Magestade Imperial, o Duque Regente, nesses Estados ver sem indignação, horror, e magoa tantos males que ameaçam a inteira aniquillação da Capital da India Portugueza, e devendo de outro lado fazer todos os esforços ao meu alcance na falta de força fizica para supplantar a Facção libertecida que opprime Gôa: — Declaro como única Authoridade Administrativa dos Estados da India, e Delegado de S. Magestade Fidelissima em seu Real Nome a todos os habitantes dos Estados da India Portugueza em geral e a cada hum em particular, a todas as outras Authoridades Subalternas, legitimamente nomeadas, a todas as Camaras Municipaes e Agrarias, a todas as corporaçoes civis, Ecclesiasticas, e Militares, que são crimes de alta traição e leza Nação todos os procedimentos do referido Governador das Armas Fortunato de Mello: que são criminozos todos aquelles que assygnarão sem serem forçados o termo da minha deposição ou para ella concorrerão directa ou indirectamente; que he illegal, illegitimo e criminoso o chamado Governo Provisorio, estabelecido no dia 11 do corrente Março; que são nullos, irritos, e de nenhum effeito todos os seus actos, assim como nullos, irritos, e de nenhum effeito todas as Sentenças e Decisoes que proferirem, e todos os actos que fizerem exercido ou houverem de exercer para o futuro os Juizes nomeados pelo dito Governo para primeira e segunda instancia, ou

qualquer que seja a sua dominação e outros quaesquer empregados da sua feitura Declaro outro sim que serao responsaveis para reporem todos os ordenados que receberem tanto os Membros do tal chamado Governo, como os Juizes e outros Empregados sem titulo legal, assim como que serao havidos para não feitos todos os pagamento, e prestaçoens que fizerem ao tal Governo todos os Rendeiros, das Rendas Publicas, Thezoureiros, Recebedores, Sacadores e Exectores dos Impostos, sob pena de pagarem por sua pessoa e bens, alem de serem castigados conforme a Ley — As Authoridades e Pessoas a quem esta minha circular he dirigida, e tenham assim entendido para dar a devida execução e depois de a registarem nos Livros competente, a mandarem publicar, e afixar em lugares competentes para chegar ao conhecimento de todos sob pena de serem punidos rigorosamente na conformidade da Ley pelo contrario procedimento — Bombaim 28 de Março de 1835 — *Bernardo Peres da Silva* — *Constancio Hojós da Costa*, Secretario Geral da Prefeitura — Damão " (166)

De Bombaim Bernardo Peres da Silva dirigiu o seguinte officio ao Governador da Praça de Damão

"Tendo me representado o Juiz de Direito da Comarca das Ilhas de Goa que na inquirição que procedera por ordem da Authoridade competente, se achava pronunciado por elle a prisão e livramento o Coronel Fortunato de Mello, Governador Militar dos Estados da India, como indiciado nos horrorozos attentados praticados por elle com outros facciosos no dia 1.º e 3 de Fevereiro do corrente anno, violando a Carta Constitucional atacando a minha pessoa Constituida pela Ley e Carta Regia a unica Authoridade de estes Estados e chefe supremo da Politica, e arrogando o Poder Legislativo accrescendo a estes os outros crimes commetidos no dia 2 de Março e subsequente o de q' faz menção a minha Circular de 28 de Março do corrente anno, que vay junta de que já dey conta a S Magestade — E não podendo nenhuma Authoridade ou Empregado conforme o direito, exercer suas funções huma vez q' esteja indiciado de qual-

lidade, e obediencia a Ley alem de outras de pessoas que existem em Gôa, os quaes ja levey a Presença de S. Magestade Imperial, e os vou dar a prêlo,—Que finalmente a Capital das Possiçoens Portuguezas na India estava abandonada á rapacidade de hum bando de Salteadores e Ladroens, a cuja frente se acha o referido Governador das Armas, e cujo descaramento, e estupidez tem chegado ao ponto de fazerem publicar, como o tem feito o mencionado Governador das Armas, e o tal chamado Governo, que os Naturaes procuravão fazer-se independentes destruindo os Europeos querendo assim colocar com tão louca, mas nefanda, maligna e aleivoza Calumnia (desmentida por facto e confissão dos Europeos honrados e seus descendentes) o seu perverso e abominavel fim de saciar a sua cobiça devastando, e talando a nossa desgraçada Patria; o que tudo já levey a presença de S. Magestade Imperial por meus officiaes :—E não podendo, nem devendo. Eu como unica, e legitima Authoridade e Delegado de S. Magestade Imperial, o Duque Regente, nesses Estados ver sem indignação, horror, e magoa tantos males que ameaçam a inteira aniquillação da Capital da India Portugueza, e devendo de outro lado fazer todos os esforços ao meu alcance na falta de força fisica para supplantar a Facção libettecida que opprime Gôa : — Declaro como única Authoridade Administrativa dos Estados da India, e Delegado de S. Magestade Fidelissima em seu Real Nome a todos os habitantes dos Estados da India Portugueza em geral e a cada hum em particular, a todas as outras Authoridades Subalternas, legitimamente nomeadas, a todas as Camaras Municipaes e Agrarias, a todas as corporaçoes civis, Ecclesiasticas, e Militares, que são crimes de alta traição e leza Nação todos os procedimentos do referido Governador das Armas Fortunato de Mello : que são criminozos todos aquelles que assygnarão sem serem forçados o termo da minha depozição ou para ella concorrerão directa ou indirectamente; que he illegal, illegitimo e criminozo o chamado Governo Provisorio, estabelecido no dia 11 do corrente Março; que são nullos, irritos, e de nenhum effeito todos os seus actos, assim como nullos, irritos, e de nenhum effeito todas as Sentenças e Decizoens que proferirem, e todos os actos que tiverem exercido ou houverem de exercer para o futuro os Juizes nomeados pelo dito Governo para primeira e segunda instancia, ou

qualquer que seja a sua dominação e outros quaesquer empregados da sua feitura. Declaro outro sim que serão responsáveis para reporem todos os ordenados que receberem tanto os Membros do tal chamado Governo, como os Juizes e outros Empregados sem titulo legal, assim como que serão havidos para não feitos todos os pagamento, e prestações que fizerem ao tal Governo todos os Rendeiros das Rendas Publicas, Thezoureiros Recebedores Sacadores e Exectores dos Impostos sob pena de pagarem por sua pessoa e bens alem de serem castigados conforme a Ley — As Authoridades e Pessoas a quem esta minha circular he dirigida, o tenham assim entendido para dar a devida execução e depois de a registarem nos Livros competentes a mandarem publicar, e afixar em lugares competentes para chegar ao conhecimento de todos sob pena de serem punidos rigorosamente na conformidade da Ley pelo contrario procedimento — Bombaim 28 de Março de 1785 — *Bernardo Pereira da Silva — Constanço Roque da Costa, Secretário Geral da Fazenda —* Damão (166)

De Bombaim Bernardo Pereira da S. a *João de Deus* no
officio ao Governador da Praça de Damão

‘Tendo me representado o *Coronel Fortunato de Almeida* das Ilhas de Goa que na inquirição de *João de Deus* a autoridade competente, se achava *Coronel Fortunato de Almeida* no governo dos da India, como indiano na *Indica* por elle com outros *factos* anno, violando a Carta Constituida pela Ley e *Estados e chefes* accrescendo a *subsequente* do corrente — E nao por direito, *ex*

quer crime, em quanto se não justifique: e não havendo nestes Estados outro Delegado de S. Magestade se não eu aquem unicamente competente pelo Decreto de 16 de Maio de 1832 da Creação da Prefeitura vigiar sobre o bem ser, e prosperidade destes Estados, e procurar por todos os meios evltar os males que estão eminentes, e q' aquelle improbo, e façanhudo Governador Militar não cessa de perpetrar com o chamado Governo intruzo, illegal e criminozo — Determino a Vm.^{es} em Nome de S. Magestade Imperial o Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha, sub pena de mais stric- ta responsabilidade, e de ficar incurso nas penas que a Ley comina aos que obedecem ás pessoas, que não são legitimamente authoriza- das: 1.º Que não execute disposição, ordem ou officio algum do mencionado Governador Militar destes Estados da India por se achar inhibido de exercer as funçoens do seu Emprego, em conse- quencia da pronuncia, em quanto S. Magestade Imperial, a quem tenho dado conta se Digne Dar as providencias ou as circumstancias permittão nomear-se outro aquem por Ley pertence; — 2.º Que não execute igoalmente as ordens do chamado Governo Provizorio, es- tabelecido em Goa nulla e criminozamente no q' diz respeito a ad- ministração politica e das finanças, tudo sub pena de responsabili- dade, como se acha expendido na dita minha Circular. Espero portanto de Vm.^{es} que aja de considerar, como verdadeiro e hon- rado Portuguez q' é no Governo Militar dessa Praça qual outro Martins de Freitas na defeiza da sua. DEos Gu.^a a Vm.^a — Bom- baim 7 de abril de 1835 — *Bernardo Peres da Silva* — Snr. *Antonio Lobo da Gama*, Governador da Praça e Cidade de Damão." (167)

O Governador da Praça de Damão dirigiu o seguinte o- fício ao Senado:

"Envio a esse N. Senado o Manifesto imprenso feito em Bom- baim pelo Ex.^{mo} Sr. Prefeito dos Estados da India para que fique registado nos Livros de registos desse N. Sennado, assim como tam- bem o original officio datado de 7 do corrente que receby hontem devendo me devolver depois ambos os mencionados papeis—Esse N.

Senado remetta me quanto antes huma copia authentica do Auto lavrado no dia 5 do Corrente respectivamente á declaração de so não obedecer ao governo da Capital, emquanto a mesma não tiver hum que seja legalmente estabelecido DEos Guarde a esse N Sen — Secretaria de Damão 10 de Abril de 1835—*Antonio Lobo da Gama* — Ao N Senado da Camara da Praça = Cidade de Damão " (168)

O Senado de Damão officiou ao Prefeito Peres

"Ilmo e Exmo Sr Prefeito dos Estados da India —

Este Senado tem a honra de levar a presença de V Exa a copia autentica do auto lavrado do successo havido no memoravel dia cinco do corrente, em consequencia da Proclamação feita pelo nosso preclaro Governador, Antonio Lobo da Gama, para cuja audição e leitura tendo sido congregado este dito Senado, as primeiras Authoridades e todos os cidadãos probos e conspícuos, entre mil vivas que derão de alegria, retumbou um Contentamento geral e manifestarão junto com o dito Governador a adherção as Cortes, a Nossa Augusta Soberana e Rainha a Senhora D Maria Segunda, a Ley da Prefeitura, e a todos os direitos da Corte, applaudindo, e confirmando a pretensão citada na dita Proclamação, prometerão e segurarão todos uniformemente de manter e guardar a independencia com o faccioso Governo da Metropole instalado por um punhado dos rebeldes, athe que não se reintegre o sapientissimo e inclito Governo, e recto pela Ley da Prefeitura — Assim tambem accusa a recepção do officio de V. Ex.^a datado de sette do corrente, e nelle incluzos seis exemplares do manifesto de V Ex.^a datado de 28 do março, cujo contesto se deu a devida publicidade ordenada hontem as 4 horas de tarde por meio de hum Bando que este Senado mandou publicar Deos Gue a V Ex.^a muitos rmos Senado da Camara de Damão, 11 de Abril de 1835 (a a) *Victorino Jeronias de Nazareth — Manoel Golinho de Mira — Joaquim Job Salviador Fernandes — Francisco Casilo — Manoel Caetano de S Anna — Pedro do Rosário*" (169)

(168) *O Oriente Português*, vol III, cit, pag 167

(169) A I^a Moniz — *Noticias e Documentos para a historia de Damão* vol III, pag 65

Peres respondeu ao Senado de Damão :

“ Acuzo ter recebido com o maior jubilo o officio d’essa Camara da data de onze do corrente com copia do termo que lavrou pelo qual me faz saber a heroica resolução, que tomara em consequencia da Proclamação do Governador d’essa Cidade, de não reconhecer o chamado Governo Provisorio que em Goa huns poucos de facciosos sem moral nem costumes estabellecerão, calcando aos pés as Sagradas Leis, que para a nossa felecidade e de toda Nação Portugueza Nosso Libertador, Regente em nome da Rainha, outorgára. — Eu congratulo novamente em nome de S. Magestade Imperial, o Duque Regente, e meu como seu Delegado, á essa Camara e a todos os Cidadãos que representa o heroico feito que acaba de obrar, e que será memorando nos nossos factos, e os Damanenses tão nomeados na India, como o forão os Portuenses em Portugal na ultima lucta. Fiel á Carta, obediente a Rainha, tendo tido a honra de ser n’estes Estados, o Delegado do Heroe do prezente seculo, o Duque de Bragança, eu me esforçarei a ser seu imitador, e como Elle defenderey as liberdades dos Povos confiados ao meu cuidado, e que jurei governar, e com o seu auxilio expurgarey do nosso Paiz esses monstros que não contente de chuparem todo o sangue dos Povos inda cobição os seus mortaes restos. — Recomendo pois a essa Camara e aos honrados Damanenses a perseverança e constancia em obedecer as Leis e união já por mim tantas vezes recomendada, para não se parecerem com aquelles infames que querem dividir para mais facilmente nos abaterem forjando motivo que só o seu brutal odio é capaz de excogitar, oriundos, torno a dizer, do mesmo tronco, e submettidos ás mesmas Leis, á mesma Religião e ao mesmo Governo, consideremo-nos sempre egoaes, todos irmaons, qualquer que seja o clima do nosso nascimento, ou da origem dos nossos Paes, circunstancias estas que só no pensar de estupidos pode influir. — Louvo a essa Camara o ter dado a publicidade a minha circular de 28 de Março em obediencia ao que eu lhe ordenara, e anhele aos Povos que essa Camara da Praça e Cidade de Damão. — *Bernardo Peres da Silva.*” (170)

O Governador de Damão participa ao Senado a chegada do Prefeito:

"Devendo chegar a esta Praça o Ex.^{mo} Prefeito dos Estados da India, n'estes dois dias, cumprindo a este N. Senado hir recebê-lo em corporação a porta da Terra, lhe aviso para ficar prevenido, e executar logo que seja opportunamente advertido, Deos Gué a Esse Nobre Senado — Fortaleza do Damão, 26 de junho de 1835 — Antonio Loba da Gama. — Ao Nobre Senado da Camara d'esta Cidade." (171)

O Secretario de Góvêrno de Damão dirigiu o seguinte officio ao Senado, annunciando-lhe a chegada do Prefeito:

"O Ill.^{mo} Sr Governador, manda avizar a V. Ill.^{ma} que h'ya athé ao meio dia pouco mais ou menos deve chegar a esta Praça o Ex.^{mo} Prefeito dos Estados da India para V. Ill.^{ma} fazer os correspondentes avizos a Corporação d'este Nobre Senado. Deos Gué a V. M.^{ce} — Secretaria do Góvêrno de Damão, 27 de Junho de 1835. Jose Jeremias da Gama Secretario do Nobre Senado da Camara da Cidade do N. Senado." (172)

O Governador da Praça avisa ao Senado.

"Tendo assentado o N. Senado a chegada do Ex.^{mo} Prefeito dos Estados da India, a V. Ill.^{ma} faz o seguinte aviso para estarem as Corporações da Cidade prevenidas, Deos Gu. a' esse N. Senado — Fortaleza do Damão, 27 de Junho de 1835 — Antonio Loba da Gama Governador da Praça desta Cidade." (173)

O Prefeito fez a seguinte declaração:

"Bernardo Pereira da Silva, Prefeito dos Estados da India, declara a sua chegada a esta Cidade, e a sua entrega ao N. Senado da Camara da Cidade do N. Senado." (174)

(171) A. F. Loba da Gama.

(172) O Officio do Secretario do Góvêrno de Damão.

(173) O Officio do Governador da Praça.

Aos Habitantes e Tropa da Praça e Cidade de Damão. Eu vos prometti, Cidadãos, vir pessoalmente congratular-vos quando pela parte official do vosso benemerito Governador soube que vós fieis a Carta e a Rainha, attendendo ao que elle vos propuzera, tinhaes de comum acordo e de livre e espontanea vontade determinado não roconhecer senão o legitimo Governo de Sua Magestade e as Authoridades em seu Nome nomeiados e de nenhuma maneira obedecer esse intruzo e illegal Governo que em Goa huns poucos de aventureiros, sem costumes, sem moral, sem religião nem amor da Patria, tinhão erigido, insurgindo-se contra a sua Legitima Soberana, cujo Sagrado Nome tão sacrilegamente profanão, tendo chegado ao seu arojamento a declarar nullas as Leis Organicas em seu Augusto Nome estabelecidas, e em toda a Monarchia religiosamente executadas, como necessarias para se manter a Constituição. — Obrigado porem, a attender os clamores dos nossos Irmãos de Goa, que vergados debaixo do jugo ferreo dos tyranos que os opprimem, imploravão me os auxiliasse para sacudirem tão pezado jugo, eu não pude rezistir aos seus clamorosos Ays. — Delegado como sou do Immortal Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, que tendo obedecido duas Corôas para viver tranquillo no seio de sua Augusta Familia, se expoz a tantos e tão grandes trabalhos, fadigas e perigos, para salvar unicamente o paiz que o vira nascer e livral-o da tyrania e oppressão de hum usurpador, deixaria eu de ser seu imitador, e abuzando da confiança com que o Augusto Principe me honrára, seria mudo espectador dos imensos males em que via submergidos Povos que Sua Magestade tinha confiado ao meu cuidado, e com os quaes intimos laços me unem ! Deixaria eu como chefe unico d'estes Estados e Delegado da Authoridade do Rey, e para tudo quanto e para bem estar dos Povos investido de todas as attribuições, obrigado a exercer por mim e por meus Delegados, a Policia geral da Provincia tanto o respeito de pessoas como de couzas na conformidade dos artigos 1.º e 45.º, § 8.º deixaria eu digo gemer esse infelizes Povos debaixo do pezo dos inimigos internos, quando a Constituição nos manda pegar em Armas para d'ellês nos defendermos ? Não por certo, isto só teria logar em corações brancos ou em almas de lôdo. — Cauzas inesperadas inutilizarão o bem fundado projecto de auxiliar os

vossos compatriotas e repellido pelos ventos ao porto donde sahira,
 eis no estado valetudinario em que se achava com os vossos bra-
 ços para cumprir a minha promessa

Damanenses! Eu vos congratulo a Tropa e ao benemerito
 Governador, ■ em particular pelo vosso heroico comportamento, por
 vossa adhesao á Carta Constitucional fidelidade a Rainha e obe-
 diencia as Leys. Sim Damanenses vós mereceis na posteridade ■
 mesmo renome que merecerão os generozos habitantes da Cidade do
 Porto, huma vez que unidos e constantes sejaes, como elles firmes
 na vossa heroica resolução e defendais este baluarte de fidelidade ■
 liberdade que sera impenetravel a todas as tentativas e esforços dos
 inimigos da Carta e da nossa felicidade. Fiel ao juramento que
 prestei nas Augustas Maos do Regente, e seguro da vossa coadju-
 vação, eu me esforçarei para que a Authoridade da Rainha a Se-
 nhora D Maria 2.^a seja inviolavelmente mantida a Carta Constitu-
 cional e as Leys regulamentares sejam estrictamente executadas, e
 vossos direitos imprescriptiveis religiosamente guardados, a fim de
 que gozeis das doçuras de huma vida tranquilla, commoda e feliz
 sob a egide dessa Carta Constitucional que hum Immortal Monar-
 cha nos outorgou, dizei comigo Viva a Carta Constitucional —
 Viva a nação Portuguesa — Viva a Senhora D Maria 2.^a Rainha
 de Portugal — Viva os honrados habitantes e a Tropa da heroica
 Praça ■ Cidade de Damão, — Damão 14 de julho de 1835 (a)
Lernardo Petes da Silva (174)

Com o advento do regime constitucional as attribuições
 Governador da Praça foram definidas pelo decreto de 7-
 1836, pela portaria provincial de 11-12-1840, pela portaria
 ministerial de 24-5-1841, por decreto de 1-12-1869 e pelas leis
 Republica

Administração da Justiça—Foi regulada pelo Reg de 1565
 onfiada a um Ouvidor (175)

Competia ao Governador Geral o provimento do lugar de

(174) A F Moniz — ob. e vol cit, pag 68

(175) *Asq Port Or*, nova edição, t IV, vol II, parte II, pag 560

Ouvidor, podendo recair a nomeação na falta de bachareis formados em advogados provisionários. O Ouvidor servia cumulativamente de Juiz da Alfândega, Auditor da Gente de Guerra e de Provedor dos defuntos e ausentes.

Em virtude do decreto de 7 de Dezembro de 1836, que entrou em vigor na Índia em Janeiro de 1838 ficou abolido o lugar de Ouvidor, sendo criado um Juiz trienal, acumulando as funções de Juiz de paz, nomeado pelo Presidente da Relação, com competência até 100 xerafins, sendo as causas de maior valor julgadas por um dos juizes de Goa que iria anualmente por turno julgar sem apelação até 500 xerafins.

O Regimento de 1.º de Dezembro de 1866 criou um julgado independente, com jurisdição e alçada igual a dos juizes de direito, sendo os juizes da nomeação régia, sob proposta do Presidente da Relação e informação do Governador Geral.

O decreto de 14 de Novembro de 1878 elevou o julgado a comarca e criou o juizo ordinário de Praganã, com alçada até 10 mil réis sôbre bens mobiliários e 5 mil réis sôbre imobiliários, competindo-lhe jurisdição para prepararem todos os processos crimes até aos termos da pronúncia e os orfanológicos que excedessem a sua alçada até aos termos da partilha.

O Reg. de 1894 elevou o julgado de Praganã a juizo municipal, cujas funções são actualmente exercidas pelas autoridades administrativas, em virtude da portaria provincial n.º 283 de 12 de Julho de 1912.

Segundo o *Promptuário das definições indicas* pelo padre Leonardo Paes, D. Ana de Menezes em 1616 "*na cidade de Damão exercitava a faculdade da judicatura fazendo arrazoados e outros papeis jurídicos com qualquer dos bem entendidos letrados.*"

Administração da Fazenda — A Carta Régia de 25 de Setembro de 1703 aprovou a criação do chamado Adjunto.

"V. Rey da India Amigo. Ev. ElRey uos envio m.to saudar viosse a nossa carta de 9 de janeyro deste anno em que reprezentaes grande damno que se segue ao rendimento de minha fazenda nesse

estado, com os descaminhos q se experimento na administração das Feitorias por os Feitores varem mal da sua obrigação, açoitando peitas e fiadores menos abonados aos contratos por suas conveniências, sem ser bastante as repetidas ordens, que sobre este particular se lhes tem passado, para se emmendar de este erro a que tinheis acudido com o remedio de detreminar que nas Praças do Norte, assy nas arrematações como nas despesas de importancia se aceitar de fiadores assistão por adjuntos ao Feitor Religiozo da Companhia que tiver administração daquella Cidade, que costuma ser o Reytor do Collegio, e que tambem assista o Gral o Cabo mayor de Melcia que na mesma cidade se achar e que haven do sobras como esperaes se metão em h' cofre que hade estar no Collegio da cidade de cada hũa das Feitorias, para que deste dinheiro se pague aos soldados, emquanto se dilata a cobrança dos quartéis. E pareceome aprovar como por esta aprouo tudo o q tendes obrado neste particular, e ordenaruos que assy o façaes praticar inmolavelmente daqui em diante, porque por este meyo se tirara a occasião aos Feitores de fazerem extrações e latrocinios

Escritta em Lx^a a 25 de Setembro de 1703

Rey" (114)

As funções do Adjunto foram reguladas pelo seguinte Assento da Junta de Fazenda de 14 de Novembro de 1769

Aos 14 de Novembro de 1769 em Junta da Fazenda, sendo presente o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snor Governador e Capitão Geral, e os mais Ministros abaixo assinados, foi proposto em conferencia, que sendo a Sua Mag^a servido estabelecer nesta Cidad^{em} hum novo Thezouro, ou Erario Regio, em que sejam recolhidas todas as Rendas Reaes e sendo outro sim servido crear esta nova Junta para administração da sua Real Fazenda, dando methodo da arrecadação, e despesa della pelas suas Reaes ordens de 10 de Abril do presente anno, e pelas Instrucções, e cartas do Conde Inspector Geral, e não sendo possivel que os rendimentos da Praça de Damão se recolhão no mesmo Thezouro, ou Erario Regio para depois salurem dello os

pagamentos das Tropas, e das mais folhas, e obrigações daquela Praça ; porque a sua distancia, a afalta de comunicação no Inverno, o eminente risco de se dilatar o pagamento da sua guarnição, e outras obrigações ; as perniciosas consequencias desta dilação tudo fas impossivel a mencionada pratica : attendendo-se que o mesmo Snör premite nas ditas Reaes ordens que sejam conseruados os Feitores, que parecerem necessarios se deliberou, que se conserva-se a Feitoria daquela referida Praça ; porem que se estabelecesse para ella hum novo methodo da Receita e despeza em termos claros, e acomodados a huma intiligiuel e fiel execução. E em consequencia de tudo Assentou-se que desde o primeiro de Janeiro proximo futuro se pratique a seguinte forma. Que na mesma Praça haja hum cofre de tres chaves em que sejam recebidas todas as Rendas Reaes. Que o Governador tenha huma destas chaves, outra o sargento mor e o commandante das Tropas, e outra o Feitor. Que toda a receita, e despeza se faça à boca de cofre, e que seja escripturada em hum livro conforme o mesmo methodo que se deue observar nesta capital. Que se não faça pagamento algum sem ordem do Adjunto dada por escripto, e que o mesmo Adjunto não determine a solução sem primeiro ver, examinar as folhas, ou quaesquer outros documentos em que forem fundados os creditos dos pertendentes. Que o mencionado Adjunto faça, entrar no mesmo cofre aos seus proprios e devidos tempos tudo quanto os Rendeiros, Recebedores, Exactores, ou quaesquer outros sujeitos deverem a Real Fazenda ; e para esse effeito logo no principio do anno mandara formar hũa exacta Reclamação das Rendas Reaes dos nomes dos Rendeiros, e Recebedores dos preços dos arrendamentos e dos tempos das suas arrecadações ; e todos os quinze dias mandara vir a meza do despacho hum balanço da Receita e despeza, e fara contar o resto que estiuier no cofre, para ver se confere tudo, e quanto resta a cobrar. E para que não haja demora, nem detrimto na receita, e despeza fará o dito Adjunto o seu despacho dous dias cada semana ; porem sendo necessario o repitira mais vezes. O mesmo Adjunto assim cumprirá no que está da sua parte, e fará cumprir o methodo que lhe hade ser remetido, o qual foi tirado das ordens, e novo methodo da Administração do Erario desta capital, por aquella forma que pareceo appicavel á cituação, e

circunstancias das coisas da mencionada Igreja, e a falta, ou descumprimento da Real Portaria, e a negligencia, ou defeito da observancia do Assento. E como sua Magestade Real tem os bens dos communiados em cofre separado e seja obrigado a fazer praticar o sobredito Assento do que lhe hade ser devido.

Assentou-se em Junta pública o Sr. Ministro e Cam.^m General, e o Ministro primeiro de Jan.^o passou pelo p^oto preciso para a Fazenda Real, as ordens sao ser praticadas por quem no ditos lugares das mesmas Pratas L^{as} para que mandando o mesmo prar o que fôr preciso dos effeitos, e n^o sera pagar, feita primeira pra se ordenar que hão de ser da receita, e despesa de cada um nelum 3^a do Ministerio.

Estes assentos foram feitos em 10 de Abril de 1771.

O Assessor da Junta de Sanidade e Higiene
agregou ao Assessor p. de Sanidade

Diversas tentativas de execução do des. de St. o Adjunto p. o. e. gado, Feitor e Esperto.

As atividades da

dado fazer de parte e

Junta de Fazer

(177) L^* has ϵ as its least element.

(170) L^2 norm of f is $\|f\|_2$

até 7 de Setembro de 1842 eram expedidas em provisões, sadas em nome do Soberano, e assinadas por 2 vogais da Junta, e desde 5 de Outubro de 1842 em Portarias.

Posteriormente foram os serviços do Adjunto regulados pelas Portarias Provinciais de 15 de Janeiro de 1845 e de 15 de Maio de 1847.

O decreto de 29 de Dezembro de 1887 substituiu o Adjunto pela Repartição de Fazenda.

Do seguinte documento consta a receita e a despesa de Damão de 1814 a 1816:

“Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or}

A esta acompanhão os Balanços da Receita, e Despesa da Fazenda de Damão dos annos de 1814, 1815, e 1816, dos quaes se me importar a Receita no 1.^o em cento setenta mil novecentos e 100 x.^{es}, huma tanga, tres reis e meyo; no 2.^o em cento cincoenta e quatro mil oito centos trinta e tres x.^{es}, quatro tangas, quarenta e cinco reis e meyo; e no 3.^o em cento setenta e hum mil seiscentos e quarenta e sinco x.^{es}, huma tanga, seis reis, e tres quartos: e a Despesa em cento sessenta e cinco mil oitocentos setenta e sete e tres tangas, nove reis e meyo; cento trinta e dous mil e seis e tres tangas, treze reis, e hum quarto; e cento cincoenta mil quatrocentos vinte e sete x.^{es} duas tangas, quarenta e nove reis, e hum quarto; ficando existindo no Cofre cinco mil trinta e tres x.^{es}, duas tangas, cincoenta e quatro reis; vinte e dous mil oitocentos vinte e sete x.^{es} huma tanga, trinta e dous reis, e hum quarto; e dezeseiscentos e dezeseite x.^{es} tres tangas, dezeseite reis. e meyo, que successivamente fizeram a primeira Receita nos subseqüentes annos do Corrente de 1817.

A Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Pessoa de V. Ex.^a Guarde Deos muitos.

Goa a 20 de Dezembro de 1817.

(seguem assinaturas)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or}

João Paulo Bezerra.

Presidente do R. Erario ” (179)

* Os rendimentos havidos na decada de 1879 a 1889 foram na sua totalidade os seguintes

	r	t	r
1879-80	103	889	13 08
1880 81	113	194	04 00
1881 82	123	375	13 06
1882 83	155	070	07 08
1883 84	165	997	08 04
1884 85	178	031	05 06
1885 86	221	110	05 01
1886-87	195	184	11 04
1887 88	179	623	04 06
1888-89	184	221	05 03

Attingiram como se vê no anno economico de 1885 86 a importante verba de 221 110 r 05 t 01 r mis foram decendo successivamente nos annos economicos de 1886 87 e 1887 88 elevaram se um pouco no de 1888 89 para só serem de 132 258 07 r 11 t no de 1889-90 * (180)

Eram as seguintes as fontes de receita

Foros— As Aldeas q contem a jurisdicção desta Cid e de Damão Trapor e Mahim repartidas em nove Praganas pella maneira seguinte

JURISDIÇÃO DE DAMÃO

A Pragana Naer ti vinte e nove Ald^{as} q todas pagao foros nesta feitr *

A Pragana Puary ti corenta Ald^{as}, q todas pagao foros nesta feitr *

A Pragana Callana ti vinte e oito Ald^{as} q todas pagao foros nesta feitr *

A Pragana Luaca ti doze Ald^{as} q todas pagao foros nesta feitr *

A Pragana Sangens tem trinta e quatro Ald^{as} q todas pagao foros nesta feitr *

A Pragana Bara tẽ tres Ald.^{as} q̃ todas pagão foros nesta feitr.^a

A JURISDIÇÃO DE TRAPOR

A Pragana Danã Consta de hũa Ald.^a q̃ paga foros nesta feitr.^a

A Pragana Trapor tẽ corenta e hũa Ald.^{as} q̃ todas pagão fo nesta feitr.^a

A JURISDIÇÃO DE MAHIM

A Pragana Mahim tem sincoenta e noue Ald.^{as} q̃ todas pagão foros nesta feitr.^a

Somão as Ald.^{as} todas da jurisdição desta feitr.^a de Damão duzentas corenta e sete Ald.^{as}, a saber cento corenta e seis da jurisdição desta Cid.^e de Damão corenta e duas da jurisdição do cap.^m da Fortz.^a de Trapor e sincoenta e noue da jurisdição do cap.^m da fortz.^a de Mahim; cuja latetude e longetude se não declara p' se não poder inquerir em tão breue tempo a verdad.^a em-formação della.

Damão 9 de Dez.^{ro} de 1718." (181)

" Traducção do Papel junto, o qual em Português traz esta declaração.

Esta copia he de que mandou o Governador de Damão com leteiro; rendimento do anno presente Nagarly de 1783.

Traducção

Cópia

Serie do rendimento do Praganá Nagar Haveli da Provincia Rama Nagar do Dominio de Baçaim: Anno Mouro 1184, em Portuguez 1783. O dito Praganá se compõe de 66 Aldeas.

Aldeas deulutas

1=Aldea Lohari
2=Aldea Cordú
3=Aldea Parmay

8=Aldea Senony
9=Aldea Madony
10=Aldea Codpém

4=Aldea Chevadem

5=Aldea Medém

6=Aldea Abedery

7=Aldea Coretembor

11=Aldea Ruypanda

12=Aldea Gelvegana

13=Aldea Dpncrem

Restarão 53 Aldeas de Nagari Haveli das quaes ficam goarda
das as que se seguem

1=Aldea Doderem Tigarem

3=Aldea Saely

5=Aldea Marcol

2=Aldea Avely

4=Aldea Sily

6=Aldea Ranalebady

Restarão 47 Aldeas, cujo rendimento he o seguinte

Aldea Noly	Rupias
Aldea Detal	1000
Aldea Bonaset	0035
Aldea Golodi	0135
Aldea Guezoni	0070
Aldea Saharoni	0083
Aldea Ranadecurd	0065
Aldea Vbar Cudém	0040
Aldea Datualet	0110
Aldea Folni	0115
Aldea Cudachém	0038
Aldea Racoly	0050
Aldea Selavacem	0025
Aldea Carad	0068
Aldea Vagasidem	0033
Aldea Massata	0075
Aldea Vbaronem	0075
Aldea Gunassem	0030
Aldea Dudonny	0107
Aldea Corchod	0135
Aldea Podabari	0060
Aldea Cauchy	0041
Aldea Vagachovadém	0057
Aldea Vossunem	0030
Aldea Poty	0017
	0032

Aldea Donpadem	0040
Aldea Chicali	0035
Aldea Surangui	0015
Aldea Ambaty	0005
Aldea Velgat	0015
Aldea Carasgão	0020
Aldea Chinçapad	0020
Aldea Bozdem	0005
Aldea Selti	0055
Aldea Telaulim	0020
Aldea Canavil...	0020
Aldea Rudanim	0035
Aldea Cutaly	0052
Aldea Vasdém	0002 $\frac{7}{4}$
Aldea Vdavana	0012 $\frac{5}{4}$
Aldea Zambulpada	0050
Aldea Carpém...	0020
Aldea Chechadém	0042
Aldea de Tenoddi	0015
Aldea Cotar	0020
Aldea Amboly	0007 $\frac{1}{2}$
Aldea Cadoly	0010
					<hr/>
					3042 $\frac{1}{2}$
Dos butiqueiros	0125
Dos Taverneiros Parcis...	0100
					<hr/>
					3267 $\frac{1}{2}$

Traduzido por mim Ananta Camotim Vaga. Lingua do Estado a 6 de Dezb.^{ro} de 1773." (16.)

"Traducção do papel junto, o qual traz em Portuguez a declaração seguinte. Copia da Folha do rendimento de Nagar-Haveli fora de toda a verdade com este dito Letreiro veyo de Damão, que foi remetido pelo Subedar, este Sarcar diz que he verdadeira remetida por elle.

Tradução

Rendimento do Praganá Nagar Haveli da Provincia Rana Nagar do Dominio de Baçaim Anno Mouro 1184 em Portuguez 1783

Do dito Praganá são 69 aldeas

abate se

Aldeas deulutas 15

Restarão 54 Aldeas, cujo rendimento e o que se segue exceptuando os mercenarios chamados Hacadares

Conforme a Folha da conta do anno Mouro 1173 em Portuguez 1774 do tempo de Trimbaque Vinzeca 11781½ rupias

a saber

= Foros das Aldeas	11302½ ½
a saber	
= Das vargens	8592½ ½
= Do vinho urraca laurado es de sura e outras couzas	034 ½ 3½
= Das Buticas anexas	0041½
= Mangueiras e lamrinheiras	0000
= Orsamento do recressimo	0761 3½
	<hr/>
	9743½ 1½

= Rendimento que se descontou na conta das aldeas Noroly e Dicarem por ser terra ar ruinada 2135½

Abate se

Do orsamento do recressimo das sobreditas Aldeas q entra na soma assima 0576½ 1½

Restão

1558½ 2½

11302½ ½

A saber

= Rendimento	7950
= Da diminuição consedida	1793½ 2½
= Da terra arruinada	1558½ 2½
	<hr/>
	11302½ ½

--Da Administração	00250
--De dois por Cento	00228½:3½
			<hr/> 11781½
--Aim mais, cuja cizreza vai adiante	...		01312½
			<hr/> 1312½
Declaração de	...	1342½	
-Por ajuste da administração das Condenações, Bazaruco dos Cazamentos, pensão de Patadamo, e de outras couzas		729	
-Abate-se da adição que entra no total, e diz -- da Administração	...	250	
			<hr/> 479
--Das officinas	...	393	
--De premio e aos carcunos		490½	
			<hr/> 1342½
=Direitos	01528
A saber			
--Rendimento do anno Mouro 1173, em Portuguez 1774, e dos mais	...	1075½	
--Aos carcunos e sipais deste tribunal da Alfandega		0324½	
--De dois por cento do rendimento da Alf.	..	0028	
--De Premio, e mais Couzas		100	
			<hr/> 1528
Somam ...			<hr/> 14652

A saber

Foros das Aldeas

Aldea Gupacem	100 $\frac{1}{2}$ 2 $\frac{1}{2}$
Aldea Saely	149 $\frac{1}{2}$ 0 $\frac{1}{2}$
Aldea Gubroni	029 $\frac{1}{2}$ 2
Aldea Couratbory	011 $\frac{1}{2}$ 2
Aldea Vasdern	025 $\frac{1}{2}$ ■
Aldea Bordern	126 $\frac{1}{2}$ ■
Aldea Rudaném	073 —
Aldea Gadebari	045 $\frac{1}{2}$
Aldea Xelty	129 $\frac{1}{2}$
Aldea Cutaly	171 —
Aldea Dudony	127 $\frac{1}{2}$
Aldea Canvolty	105 $\frac{1}{2}$ 2
Aldea Vaga chovodo	010 $\frac{1}{2}$
Aldea Carazgao	023 $\frac{1}{2}$ 2
Aldea Chovadem	144 $\frac{1}{2}$
Aldea Medern	026 $\frac{1}{2}$ $\frac{1}{2}$
Aldea Bosdem	021 $\frac{1}{2}$
Aldea Birdavan	007 —
Aldea Massat	147 $\frac{1}{2}$
Aldea Cordi	039 $\frac{1}{2}$
Aldea Tinod	037 $\frac{1}{2}$
Aldea Cachavem	115
Aldea Carchodem	031 $\frac{1}{2}$
Aldea Xely	335 $\frac{1}{2}$
Aldea Surangun	108 —
Aldea Vassoném	092 $\frac{1}{2}$
Aldea Auly	368 —
Aldea Chicaly	109 —
Aldea Chinchavadern	053 $\frac{1}{2}$
Aldea Dapodem	135 $\frac{1}{2}$
Aldea Ambely	063 $\frac{1}{2}$
Aldea Udassem	092 $\frac{1}{2}$
Aldea Savassim	178 $\frac{1}{2}$
Aldea Sabaruna	063 $\frac{1}{2}$
Aldea Felni	066 $\frac{1}{2}$

Aldea Morghol	881½
Aldea Ranadhebady	566½
Aldea Ranadhecurd	280½
Aldea Vbarealy	396½
Aldea Detale	127½
Aldea Hatasal	087½:½
Aldea Velgão	103½
Aldea Ambety	020½
Aldea Guelvoni	161½
Aldea Codvol	167½
Aldea Bodaset	269½
Aldea Cadpem	131½
Aldea Sinavoni	029½
Aldea Talauly	166
Aldea Vagasipem	131½
Aldea Paty	087½
Aldea Noroly	4125½
Aldea Dadarém	1445½
Aldea Galod	0554½

13124

= Consta que nos annos Mouros 1178 e 1179, em
Portuguez 1778 e 1779, acressentarão esta quantia ... 00174½:2

A saber

No anno 1179 1779

Aldea Dudony	09½:2½
Aldea Vaga Choudém...	21½:1
Aldea Medém	26½:3½
Aldea Carchoddém	48 :1
Aldea Codoly	01½:—
Aldea Cadop	16½:3½
Aldea Galedbém	35½:1½

159½:1½

De dous por cento	003 :3½
-------------------	-----	-----	-----	---------

163:1—13298½:2 14652

No anno mouro 1178 1778

—Aldea Birdavan a saber

—Proprio acrescmentamento

—De dois por Cento

11½ 1½

0 3½

011½ 1

—Direitos

174½ 2

01528

14826½ 2

No anno Mouro 1173, 1773 forao quitadas as Aldeas por estarem destruidas q constao abaixo

Quitadas no anno Mouro 1173,

1773 p^{te} forma seguinte

—Aldea Lohari 37½

—Aldea Chunchadhém 26 —

—Aldea Ragholý 44 2½

—Aldea Carad 45½ ½

—Malegas dos Portos 13 2½

166½ 2

Se forem arendadas por maior quantia, o rendimento tamb^m será mayor

Aldeas deulutas

, Aldea Zalvangan

, Aldea Cadlavoni

, Aldea Dhomary

, Aldea Cotar

, Aldea Ruipadá

, Aldea Pilancary

, Aldea Dhomary

, Aldea Madvani

, Aldea Parzay

, Aldea Quelem

10

Parece que estas dez Aldeas podem se arendar

Traduzida por mim Ananta Camotim Vaga Lingos do Estado a 9 de Dezembro de 1783 " (183)

Contribuição predial da quolidade criada no Estado da Índia por decreto n.º 1 de 1.º de Setembro de 1881, entrou em vigor em Damão em consequência da Portaria Provincial de 6 de Fevereiro de 1897, mas existiam os seguintes impostos directos

Décima de juros criada pelo decreto n.º 3 de 1 de Setembro de 1881.

Contribuição industrial e da renda de casas, impostos criados pelo decreto de 1.º de Setembro de 1881 e abolidos pela Portaria Provincial de 20 de Julho de 1896 por pouco produtivos.

Direitos de mercê, imposto ordenado pelo decreto de 31 de Dezembro de 1836 e pago pelos funcionários públicos e substituído pelo imposto de rendimento por decreto de 20 de Novembro de 1924.

Sêlo criado pelo Alvará de 31 de Dezembro de 1742 e restabelecido pelo Alvará de 18 de Dezembro de 1781.

Contribuição de registo. As *sizas* tiveram origem no Alvará de 10 de Julho de 1705. A lei de 30 de Junho de 1860 transformou a siza e o imposto de transmissão em contribuição de registo.

Décima urbana. Foi estabelecida por decreto de 25 de Outubro de 1865. Cessou após a vigência da contribuição predial, em virtude do decreto de 1881.

2% sobre o produto da arrematação das rendas públicas. Primitivamente era este imposto de 1% para obras pias (Alvarás de 3 de Fevereiro de 1607, de 3 de Março de 1612, 9 de Março de 1615, 1 de Agosto de 1752 e 16 de Dezembro de 1790). Foi elevado a 2% pelo decreto n.º 1 de 1 de Setembro de 1881, com aplicação às despesas resultantes da organização das matrizes prediais, devendo cessar apenas esteja em vigor a contribuição predial.

Adicional a 5%. Estabelecido pelo decreto provincial de 20 de Novembro de 1896 sobre a contribuição predial para occorrer aos encargos da revisão das respectivas matrizes, devendo cessar a sua cobrança logo que terminar esse serviço.

Licença para venda de tabaco. Imposto criado pela extinção do antigo monopólio da renda de tabaco pela portaria provincial de 27 de Outubro de 1840 e remodelado pelo decreto n.º 6 de 1 de Setembro de 1881. A portaria provincial de

26 de Janeiro de 1841 declarou extinta a Damao e a portaria de 27 de Outubro ficando isentos os habitantes da gana Foi regulamentado pelo diploma legislativo de 1 de Abril de 1932

Impostos directos arrecadados nos annos economicos de

	1887-1890	1891-1894	1895-1898
	1	2	3
Decima de juros	2027	13	10
Contribuição industrial e da renda de casas	1979	04	19
Direitos de mercê	57	03	17
Multas diversas	703	24	27
Emolumentos	131	13	00
Sello	2737	17	22
Contribuição de registo	5.5	15	10
Decima urbana	1450	22	00
2% do producto das arrematações			
Adicional de 5%			
Imposto do tabaco	20	22	20
Total	1247	22	20

Diz Filipe Neri Xavier a pag. 12 do Dictionario Historico e Antiquario Damão foi criada em 1590 e acrescida vereiro de 1590 e acrescida

"Nao podemos alargar os nossos apontamentos por que Regimento se

Os seguintes documentos estavam instalada a alfama

.....

"A dita cidade de Damão me escreue q̃ hũa das causas porq̃ se tomou aquella fortalleza foi pera se fazer nella alfg.^a que tem por de. maes Importancia pera meu seruiço q̃ todas as outras commodidades que nella ha, porque acudirá a ella todo o trato e commercio de todo o Mallauar e partes do sul que agora acode a Cambaya, e que podera importar o rendimento desta alfandegua de gua per minha fazenda cada anno cento e corenta mil pardaos (por que muito maes vai cambaete a onde tudo isto aguora acode) e que se ate guora isto se não pôs em effeito foi por estar aquella fortaleza aberta por muitas partes, mas que ja esta deffensauel para poder resistir aos accidentes que serão certos por respeito da perda que Cambaete nisto ha de receber, e que sera necessario auer algũs nauios armados que corraõ daquella cidade ate Dio a si pera o que pode subceder como pera obrigar os nauegantes a ir aquella alfandegua e por ser materia de tanta consideração como tereis entendido me pareceo dever ter algũas enformações della de pessoas de experiencia dessas partes, e posto que por algũas dellas tenho entendido que sera difficultozo introduzir se esta alfandegua, e que poderia por uentura tambem ser em perjuizo da de Dio, e que somente deuo mandar que todos os nauios que leuarem mantimentos ou mercadorias a cambaia os não descarregar na fortaleza de Damão porque será ocasião pera uiurem ahy os mercadores uezinhos em suas mercadorias me pareceo que me não deuia de resolver de todo nesta materia, nem de hũa maneira nem de outra, sem nossa reposta, e assi ouve por maes meu seruiço cometer vola pera delas vos informar de muito particularmente e dis. correrdes de maes perto estas as dependencias e indiuiduos de tudo isto, e me auisardes asi do que achardes como do que vos parecer e escreuendo me muito particularmente, e em caso que se aja de por alfandegua em Damão se são necessarios ou se podem escusar os nauios armados que dizem que conuem que andem naquella costa, pera fazerem so a Damão os que por ella nauegarem com mercadorias e fazendas de que ajão de pagoar direitos, e o que farão de custo estes nauios, e o que podera render esta alfg.^a e se sera em prejuizo do rendimento da alfandega de Dio e tambem da de Chaul, com tudo o maes que entenderdes desta materia de maneira que asi uenha tudo declarado que fiquem respondidas todas as obriga-

"Tambem me escreue que a fortaleza de Damão tiuera aquele anno alguns trabalhos por causa de alguns Mogores correrem as terras do Vergi e de outros Reis vesinhos, e que posto que passarão pelas de Damão não fizerão dano algum, mas que por se preuenir de accidentes de gente de guerra mamdara inuernar áquella fortaleza Dom Pedro Manoel com cem soldados, e me diz que não conuem pôrse nela alfandegua até de todo estar fechada, por alguns inconvenientes que aponta, posto que nos annos atrás me tinha escrito se assentasse alfandegua naquella fortaleza; pelo que me pareceo deuermos mandar que sobrestês no asentar desta alfandegua e emcomendaruos que com breuidade façaes acabar a fortificação da dita fortaleza.

.....
Escrita em Lisboa a cinco de fevereiro de 597.

Rey" (183)

"E assi sou informado que todos os annos vão a Surrate duas e tres naus ingrezas, a quem os mouros fazem favores, e lhes dão carga de anis pera Inglaterra, e roupas pera o Sul, pera lá irem buscar drogas; e que se eu fizer em Damão alfandega, será de muito proveito a minha fazenda, como a meus vassallos, per ter boa barra, e serem de Surrate aquella fortaleza doze leguas, e poucas mais a Cambaia; e que todas as fazendas que d'ella sairem, virão logo áquella alfandega, e assi as embarcações que agora vão a Cambaia, e com isto ficará Surrate sem commercio e atalhando-se muitos inconvenientes e accidentes, que todas as horas se offerecem, de avexações que os mercadores portuguezes recebem em Cambaia, e minha fazenda com notavel proveito e aquella fortaleza e moradores d'ella; e os mouros e mais imigos com muita perda, e seu commercio nas suas terras, vos mando que vos informeis mui particularmente se será de proveito pôr se alfandega em Damão, como se acima aponta, advertindo a quebra que poderá ter a de Dio; e com as informações que achardes á cerca de que n esta recebe, com ella tratareis tudo no conselho da fazenda d'esse Estado, chamando pera isso, alem dos ministros d'ella, as mais pessoas que vos parecer que n'isso poderão ter voto; e se fará consulta de tudo o que se acor-

dar, com declaração do voto de cada hum e razões em que se fundam, e resposta dos inconvenientes que se offerecem, que tudo se me enviara per vias dirigidas ao conselho da minha fazenda pera mandar provêr ■ que fôr servido * (189)

A Provisão Regia de 17 de Março de 1772 mandou regular o Comercio e os Direitos da Alfândega de Damão

O Alvara de 1º de Outubro de 1798 reorganizou os serviços aduaneiros de Damão

Francisco Antonio da Veiga Cabral, Comendador da Ordem de Christo, das Comendas de Santa Maria da cidade de Bragança, de S. Romão de Baçal, de Nossa Senhora da Assumpção de Deildo, de S. Lourenço de Pedisqueira, e S. Bartolomeu do Arrabal e de S. João de Riodonor, do Conselho de sua Magestade Fidelissima, Tenente General da Índia etc.

"Faço saber aos que este alvara virem . Que Sua Magestade foi servido determinar por officio da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Domínios Ultramarinos de 4 de Outubro de 1795, que os officiaes da alfandega de Damão se congregassem com a divida regularidade para o seu despacho, abolindo a forma com que ate agora se tem procedido a este respeito, por ser a mais morosa, e incerta, e portanto *inconveniente, e prejudicialissima aos commerciantes, principalmente europeus* E sendo por fim encarregado o desembargador juiz dos feitos da corôa e fazenda Antonio Gomes Pereira Silva de examinar os motivos daquella relaxação para se darem as providencias necessarias, não só para o regular, e prompto expediente do dito despacho, mas tbem, para a exacta arrecadação dos *reais direitos* Constou pela informação do dito ministro. Que *por causa* de hua economia mal entendida andava unido o officio de juiz da Alfandega ao de leitor daquella Praça, o qual sendo obrigado a assistir diariamente na feitoria, para cumprir com as *obrigações* deste emprego, era impraticavel o poder ser *efectuado* em todas as dias de manhã, e de tarde na alfandega, *segundo determina o regimento* e que por este respeito *muito reais direitos se negligenciavam*

(189) *Carta Regia* de 4 de Abril de 1614, *nos Reg. reaes de Ind. Ind.* III, pag 155.

com o unico escrivão, que ha na mesma alfandega, que quasi sempre fazia vezes de juiz. Que por haver somente hum escrivão se retardava o serviço, e que erão indefectivelmente necessarios dous, para se regular, e expedir o despacho da mesma alfandega com a precisa brevidade. Que o *recebedor, pezeador, e guardamór* não hião diariamente á alfandega e que por terem diminutos ordenados não podião servir com a devida independencia. Que na mesma alfandega *não havia porteiro*, e que por este respeito estava a chave entregue a hum dos guardas. Que sendo necessarios ao menos quatorze guardas, para ficar bem servida aquella alfandega par serem muitos os lugares, e districtos, em que se deve conservar effectiva a vigia, havia somente oito, sete delles soldados do regimento daquelle Praça, com os quaes tanto pelo pouco numero, como por estarem sujeitos ao serviço militar, e terem piqueno vencimento não podião de modo algum acautelar se os frequentes extravios. Que na dita alfandega havia hum caixa intitulada de miudezas, que se despacha fora do livro contra a disposição do regimento e que na pauta da mesma faltavão bastantes preços das *fazendas de consumo de Europa, e da costa da Arabia*, de que podião rezultar graves prejuizos á real fazenda assim como da recebedoria, que a poucos annos se estabeleceo no quartel grande de Damão de cima, sendo antecedentemente hum lugar, em que se punha hum guarda, para vigiar, que se não decemcaminhassem por elle quaesquer generos, ou fazendas, sem terem pago os devidos direitos na alfandega. Que por não haver na dita alfandega armares, para se guardarem as fazendas, e *principalmente o marfim, fica este exposto em um patio*, donde por vezes tem sido furtado. E tomando na mais séria consideração este importantissimo objecto em que se interessa o real serviço, e fazenda de Sua Magestade, e a utilidade publica no commercio. Hey por bem em virtude da sobredita real determinação dispor o seguinte :

I. Ficara separado o lugar de juiz da alfandega do de feitor para sêr provido trienalmente em pessoa, que tenha a capacidade e requizitos necessarios, para bem cumprir as obrigaçoens, que lhe imporem o regimento, não deverá em tempo algum occupar juntamente outro diverso emprego, e vencerá em cada anno de seo ordenado mil e duzentos xerafins.

2 Haverá mais hum escrivão com a mesma inspecção, e em tudo igualado ao actual, da mesma alfandega, escreverá no livro da receita aquelle que ao juiz parecer mais habil na forma que dispõem o regimento e vencerá de seo ordenado *anualmente* scicentos xerafins.

3 O recebedor, e peizador assistirão efectivamente todos os dias de manhã, e de tarde na alfandega e cumprirão com exactidão as obrigações declaradas no regimento attendendo a que não podem subsistir com o pequeno ordenado, que actualmente percebem, vencera cada hum delles daqui em diante *anualmente* trezentos e sessenta xerafins

4 O guarda mór cumprirá com muita promptidão obrigações, que lhe imporem o regimento, e tudo e que lhe for determinado pelo juiz da alfandega ou porquem fizer as suas vezes, e como o ordenado, que actualmente percebe nao he sufficiente, para viver com a precisa independencia, vencera daqui em diante *annualmente* trezentos xerafins, alem dos emolumentos que tem como *marabá da ribeira*

5 Haverá na mesma alfandega hum porteiro para cujo officio será escolhida pessoa que cumpra fielmente com as obrigações declaradas no regimento, e vencerá de seo ordenado *annualmente* cento e cincoenta xerafins

6 E para que as condições das fazendas para alfandega se fação com cautela, e brevidade necessaria, e sejam bem vigiadas as embarcações e os muitos lugares, por onde se podem extraviar as ditas fazendas, com prejuizo dos reaes direitos haverá na mesma alfandega, quatorze guardas, para cujos empregos serão escolhidas pessoas dezobrigadas do serviço militar, e qualquer outro, e vencerá cada hum delles de seo ordenado, *annualmente*, cento e quarenta e quatro xerafins

7 Sera distribuido o serviço de que cada hum dos referidos guardas deve ser encarregado pelo modo que parecer mais convenientemente ao juiz da alfandega e aquelles que alternativamente forem incumbidos da vigia dos diversos passos, e districtos, assistirão nos seus respectivos lugares de dia, e de noite, para que se mandao fabricar humas piquenas barracas aonde não houver outra accomodação

8. Todos os sobreditos officiaes incluzive os escrivães serão providos por alvarás annuaes, e obrigados a apresentar na secretaria do Estado para cada humas das reformas dos dito alvarás attes- tação do juiz da alfandega da que conste que no decurso do anno cumprirão com as suas obrigaçoens, sem o que não poderão conti- nuar a servir, nem perceber os seus ordenados. E havendo neces- sidade na occazião na monção de maior numero de guardas, pedirá o dito juiz os soldados que lhe parecerem precisos ao governador da mesma Praça, o qual lhes remeterá promptamente para ficarem ás suas ordens, emquanto durar o serviço.

9. Tudo quanto se despachar na alfandega será escrito no livro e se receitarão logo os competentes direitos do recebedor, para o que hei por abolida a caixa, que com o titulo de miudezas existia até agora na mesma alfandega.

10. Renovar-se ha em cada tres annos a pauta da dita alfandega para o que o juiz della pedirá ao desembargador juiz da alfandega desta cidade, que lhe remetta huma certidão passada por qual- quer dos escriptaens dos preços das fazendas, que vão para Europa, dos portos do norte, e de Balagate, e das mais, que forem necessa- rias para se regularem os direitos dellas, segundo os preços arbitra- dos pela pauta da dita alfandega de Goa. E para as avaliações das mercadorias, que não estiverem na pauta, se procederá na forma que dispoem o paragrafo 30 do regimento da alfandega desta cida- de, suprimindo a falta dos feitores os escriptaens, e convocando-se as mais pessoas, que parecerem necessarias.

11. Serão despachadas na alfandega todas as fazendas, que se importarem, e exportarem de Damão, tanto por mar, como por terra, receitando-se os direitos dellas ao recebedor da mesma alfandega para o que hei por extincto o despacho e recebedoria, que de poucos annos a esta parte se tinha introduzido no quartel gran- de de Damão de cima, aonde haverá somente hum guarda, que vi- gie aquelle passo o seu districto, para por elle se não extraviarem quaesquer generos, ou fazendas, e no caso de haver algumas cousas, que comodamente não possam hir á alfandega por causa do embara- ço do rio, fará o dito guarda huma relação dellas, e a enviará á alfandega para ali serem despachadas.

12. No livro, que annualmente vai da junta da real fazenda

desta capital, para o despacho do navio de viagem de Moçambique, se lançarão daqui em diante também os despachos de quaesquer outros navios que dali forem para aquella capitania, ou vierem desta para Damão formando se titulo separado no mesmo livro para cada hum dos referidos navios

13 Todos os livros que ate agora erao rubricados pelo feitor daquella praça serao daqui em diante rubricados pelo ouvidor da mesma

14 Os preparos precisos para a meza do despacho, sua reforma, pennas, papel, tinta, e livros, que não costumao hir desta capital, serão remetidos da feitoria daquella Praça, logo que forem perdidos pelo juiz da alfandega ao adjunto da mesma

15 Os ordenados do juiz da alfandega e de todos os officiaes acima ditos, serão pagos em quartéis por hua folha distincta, separada, que o adjunto da dita Praça de Damão, mandara formar com o titulo de folha da alfandega

16 Havera huma guarda effectiva de oito sipaes, e hum cabo, e seu jamandar para vigiar de dia e de noite a dita alfandega e seu circuito, os quaes podera o dito juiz empregar nas diligencias, que lhe parecer sendo do real serviço

E como a actual casa da alfandega não tem os commodos, nem a segurança precisa, e dentro do forte de S. Jeromino existe n alguns edificios, nos quaes sendo reformados convenientemente se podem fazer as acomodações necessarias, para hua grande alfandega concorrendo alem de sua excellente situação, e segurança o ser facil o embarque, e desembarque das fazendas em qualquer mare

Hey outrossim por bem estabelecer a sobredita alfandega nas cazas que tinha mandado apromptar dentro do referido forte, as quais deverão estar preparadas ate o fim do anno corrente, para no principio de janeiro proximo futuro, se congregar ali o juiz e mais officiaes para o despacho e principiar desde então a ter effecto esta minha determinação —pelo que Mando ao governador da dita Praça de Damão, ao adjunto della ao juiz da sobredita alfandega, mais ministros, officiaes, e pessoas a quem o conhecimento deste alvara pertencer o cumprão e guardem inviolavelmente, e fação cumprir e guardar, como nelle se contem, sem duvida alguma.

presentarem os differentes interesses, fosse feita pelo Governador, por hum Membro da Camara Municipal, e hum Negociante probó por ella escolhidos, e pelo primeiro Empregado da Alfandega, com audiencia do Rendeiro.

4.^o—Que o Governador mande annualmente reformar, em vista da Tabella, o preçario dos Direitos correspondentes; e a Pauta dos Passos seccos em Portuguez, Marata, ou Guzarate, esteja affixada na Alfandega, e nos mesmos Passos, para conhecimento dos Despachantes.

5.^o—Estes trabalhos devem vir por copia ao Governador Geral do Estado, ate o ultimo de Junho de cada anno, vindo o voto dos dissidentes e as necessarias observações.

6.^o—Igualmente remetterá a mesma Commissão huma outra Tabella dos generos, que já pagavam por Pauta, notando adiante a quantos por cento corresponde o Direito, que lhe pertence.

7.^o—Sendo axiomatico, e expresso no Decreto de 17 de Setembro de 1833, que o genero, que huma vez pagou Direitos os não deva repetir—sendo de maior importancia que o Commercio soffra as menores delongas possiveis—e sendo o espirito de toda a Legislação das Alfandegas facilitar as exportações, por modicos Direitos, deve-se evitar a pratica dos Rendeiros de cobrarem (tendo se aliás já pago os respectivos Direitos na Alfandega, a saber . hum por cento da exportação pelo Porto, e quatro por cento de re exportação dos generos, que vindo de fora vão para as terras estrangeiras do interior) mais 2 por cento no primeiro caso, e 5 no segundo, o que por certo afugentará o Commercio daquelle Porto, especialmente o de introducção de generos para o interior, que vem a pagar 9 por cento de transito, e que ainda tem de satisfazer novos Direitos no Paiz estrangeiro onde vão ser consumidos.

8.^o—Deveriam pagar 4 por cento e Lagimas, e não 9 por cento ■ Lagimas, os generos destinados a re-exportação, porque o contrario torna o Porto Franco huma decepção. (Se 4 se devem arrecadar depois de se mandar pôr em vigor em Damão a Portaria de 11 de Novembro de 1840, o que se está examinando).

9.^o—Quanto porém a exportação poderão continuar os 3 por cento, mas em huma só addição, e na Alfandega, porque o augmento não lie extraordinario; e 2.^o porque consiste quasi exclusivamen-

Não pagou os novos direitos, pagará os de Chancelaria por ser do serviço de sua Magestade, e passado, por ella se registará na secretaria do Estado, no adjunto, e na alfandega da mencionada Praça de Damão, e mais partes aonde competir. Caetano Joze de Albuquerque, o fez em Gôa, ao primeiro de Outubro de mil setecentos noventa e oito. O secretario José Caetano Pacheco Tavares, o fez escrever,—*Francisco Antonio da Veiga Cabral.*" (190)

Sôbre a alfândega é interessante o seguinte documento:

"N.º 531. Ill.^{mo} Sr. S. Ex.^a o Sr. Governador Geral deste Estado me encarrega de passar as mãos de V. S.^a as inclusas reflexões sobre os Passos seccos de Damão, para que V. S.^a se sirva de as apresentar á Junta da Fazenda, a fim de as tomar na consideração, que parecer.

Deus Guarde a V. S.^a Secretaria do Governo Geral, 10 de Novembro de 1845.—Ill.^{mo} Sr. Antonio Maria Bouyrat, Escrivão e Vogal da Junta da Fazenda.—Custodio Manoel Gomes, Secretario do Governo.

Reflexões sobre os Passos seccos de Damão.

1.º—Dir-se que a grande irregularidade da orla de Damão pelo lado de terra, torna, difficil a fiscalisação, o que justificará, até certo ponto, para os Passos seccos, ou Alfandegas terrestres, a excepção de serem arrendados, ainda que parecia natural e facil, haver naquelles pontos Registo pelo systema dos de Veluz, Neibaga, &.

2.º—Arrematando-se, cumpre remediar, até onde fôr possivel, os inconvenientes deste systema d'arrecadação, e obstar aos abusos da pratica.

3.º—Sendo muitos dos Direitos dos generos pagos *ad valorem* e sendo o Rendeiro o arbitro que calcula o valor do genero, he obvio quaes serão as arbitrariedades que terá de soffrer alli aquelle Povo. Torna-se por isso necessario, que para esta arrecadação se forme huma Tabella annual do preço ordinario dos generos, que não pagavam Direito de Paula; e parecia conveniente que, para se re-

presentarem os diferentes interesses fosse feita pelo Governador, por hum Membro da Camara Municipal, e hum Negociante probo por ella escolhidos e pelo primeiro Empregado da Alfandega, com audiencia do Rendeiro

4.^o—Que o Governador mande annualmente reformar, em vista da Tabella ■ preçario dos Direitos correspondentes e a Pauta dos Passos seccos em Portuguez, Marata, ou Guzarate, esteja affixada na Alfandega, ■ nos mesmos Passos para conhecimento dos Despachantes.

5.^o—Estes trabalhos devem vir por copia ao Governador Geral do Estado, ate o ultimo de Junho de cada anno vindo o voto dos desidentes ■ as necessarias observações

6.^o—Igualmente remetterá a mesma Commissão huma outra Tabella dos generos, que já pagavam por Pauta, notando adiante a quantos por cento corresponde o Direito, que lhe pertence

7.^o—Sendo axiomatico, ■ expresso no Decreto de 17 de Setembro de 1833 que o genero, que huma vez pagou Direitos os não de va repetir—sendo de maior importancia que ■ Commercio soffra as menores delongas possiveis—e sendo o espirito de toda a Legislação das Alfandegas facilitar as exportações, por modicos Direitos, deve-se evitar a pratica dos Rendeiros de cobrarem (tendo se aliás já pago os respectivos Direitos na Alfandega, a saber hum por cento da exportação pelo Porto e quatro por cento de re exportação dos generos que vindo de fora vão para as terras estrangeiras do interior) mais 2 por cento no primeiro caso, e 3 no segundo, o que por certo afugentara ■ Commercio daquelle Porto, especialmente o de introdução de generos para o interior, que tem a pagar 9 por cento de transito e que ainda tem de satisfazer novos Direitos no Paiz estrangeiro onde vão ser consumidos

8.^o—Deviam pagar 4 por cento e Lagimas, e não 9 por cento e Lagimas, os generos destinados a re-exportação, porque o contrario torna o Porto Franco huma decepção (Se 4 se devem arrecadar depois de se mandar por em vigor em Damão a Portaria de 11 de Novembro de 1840, o que se está examinando),

9.^o—Quanto porem a exportação poderão continuar os 3 por cento mas em huma so addição, e na Alfandega, porque o augmento não he extraordinario, e 2.^o porque consiste quasi exclusivamente

te em madeira, que por ser artigo pesado, não pode, por o por cento, mudar facilmente de rumo. A Camara Municipal propozta mesmo o augmento de Direitos a esta sahida de madeira, affirmando que pode com elle; o que seria facil tentar, especialmente sendo favoraveis as informações que se pediram, quanto ás condições de preferencia do Porto de Damão.

10.º—Como o novo arrendamento está talvez sem se ter verificado a posse, sendo necessario tempo para se organisarem as novas condições, conviria talvez vullar a nova arrendação, mas por ha n só anno: tratando-se desde logo de assim dispor as cousas para o anno de 1847.

11.º—Similhanes providencias na parte applicavel se deverão tomar a respeito dos Passos secos do Nagir Avelly.

12.º—Não ha tanto os Passos secos e n si, este artigo de receita, que se tem em vista nestas considerações, se não a importante materia da Importação, e Exportação geral: evitar vexames, demoras, e outros males, cuja existencia, ou ausencia afegenta, ou atrahie o Commercio, e tranquillidade dos Povos.

Em 10 de Novembro de 1845.—Custodio Manoel Gomes.

Nota dos Direitos que se pagam nos Passos secos na entrada.

De cada carreta com carga de madeira	0:1:24
Dita de bate ou legume	0:2:48
Por cada boiada de trigo	0:10:42
De cada carreta de capim grosso	0:10:18
De cada cabrito ou ovelha	0:10:30
Dito dito de boi ou buafalo	1:1:10
Da carga de betle	0:1:12

N. B. Na exportação dos referidos artigos pelos mesmos Passos, á excepção de batle, legume, e trigo, que paga os Direitos da entrada e sahida a oito xerafins huma tanga e vinte reis por cento, inclusivé as Lagimas, e do betle a 48 reis por carga, tudo o mais he sujeito aos Direitos de 2 por cento, e Lagimas, conforme a avaliação da Pauta da Alfandega.

Nota da Exportação da madeira por Damão

Annos	Madr. ^a Corjas	Valor x. ¹	Direitos e Lagimas n. ¹ Alf. ^a x. ^a	Direitos nos Passos, ou de transitó x. ^a	Preços da arrematação de Passos secos x. ^a
1841	.		.	1 073	
1842	12 406	45 203	738	1 725	
1843	11 037	38 214	624		2 175
1844	13 900	53 654	876	.	2.175
1845	2.175
1846	4 780 (por aprovar)

A differença entre o preço da renda dos dous Passos, e o que elles arrecadam de Direitos da madeira mostram quão insignificante he o resto sobre o qual se correria o risco do descaminho, abolindo-se a arrecadação dos Passos pelo systema de arrematação, reduzindo-os a registos como o de Veluz, Coleni, &c" (191)

A alfândega rendeu:

1838 —	36 288 4 17
1841 —	23 118 3 33
1842 —	14.556 3 01½
1843 —	13.914 2 30½
1844 —	15.473 0 09
1845 —	21 561 0 36½
1846 —	21 866 1 57
1848 —	24.235 1 58 (192)

Subsidio Literário — Em virtude da Lei de 10 de Novem-

(191) *Idol. do Gov.* de 1846.

(192) F. N. Xavier — *Esboço de hum Diccionario Historico-Administrativo*, pag. 129.

bro de 1772, a Ordem Régia de 17 de Outubro de 1773 foi criado o impôsto do subsídio literário para o pagamento dos professores de 1.^{as} letras e da Gramática Portuguesa e latim. Consistia em 10 réis por cada canada de aguardente e de vinho de cajú e um real em cada arrátel de carne.

A arrecadação dêste impôsto foi regulada pela seguinte Provisão:

“Dom Joze por Graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves da quem e dalem Mar, em Africa, Senhor da Guiné, e da Conquista Navegação Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc. Faço saber aos Juizes Vereadores e Procurador do Senado da Camara da Cidade de Damão que, representando-se na Junta da Minha Fazenda Real as duvidas que se tem movido sobre a forma, e modo de arrecadação da nova imposição das agoas ardentes, e carnes destinados para o subsidio literario: Sou Servido ordenar que mandeis por a dita renda da referida imposição em pregão, e a mandareis arrematar com as seguranças necessarias a quem mais der: E no cazo que não haja lançador, ou havendo lançaço, que seja muito diminuto segundo o precedente calculo do que podem render o dito tributo, ordenareis ao rendeiro da urraca que accrescente 10 reis em cada canada do dito genero que vender, e se cobrarão delle pondo-se o rendimento na divida arrecadação na forma das Minhas Reaes Ordens já expeditas. El-Rey Nosso Senhor o mandou pelos Ministros da Junta da Sua Fazenda Real da Cidade de Goa, Est.^o da India, abaixo assignados=Simeão Rodrigues Moureira, escriptuario a fez, Goa 14 de Dezembro de 1775 annos. etc.” (193)

Do seguinte documento consta o rendimento do impôsto de subsídio literário desde 1788 a 1835.

“Certifico eu João Baptista Fernandes, Escrivão do N. Senado da Camara da Cidade de Damão em virtude da ordem retro por vêr os livros dos registos dos officios e provizoens deste N. Senado dos annos de 1776 te o anno de 1787 e delles constar diferentes registos das Provizoens da Junta da Fazenda Real do Estado da India; e

offícios dos Ill^{mos} e Ex^{mos} Sn^{res} Vice Reis do mesmo Estado, ordenando a este N^o Senado para remeterem á mesma Capital os rendimentos dos reaes das agoas ardentes e carnes assim como officios do N^o Adjunto desta dita Praça, bem como consta dos mesmos registos terem remetidos os ditos rendimentos acompanhado dos officios deste N^o Senado e os respectivos livros dos ditos annos á dita capital, não se podendo conhecer os rendimentos annuos pelos ditos registos pela corrupção dos mencionades livros Consta dos 1^{os} dos registos do anno de 1788 o registo de huma folha da conta do mesmo rendimento remetida á mesma Capital, acompanhado de 12 livros, a saber

Rendimento dos reaes das agoas ardentes e carnes

Em 1788	1,000	xerafins	
1789	1,000	"	
1790	900	"	
1791	700	"	
1793	850	"	
1793	760	"	
1794	765	"	
1795	766	"	
1796	1,001	"	
1797	1,001	"	
1798	1,002	"	
1799	1,120	"	
1800	1,122½	"	
1801	1,121½	"	
1802	1,175	"	
1804	1,670	"	
1805	1,660	"	
1806	900	"	
1807	1,550	"	15 reis
1808	901	"	
1809	902	"	1 tangá
1810	1,525	"	
1811	1,025	"	
	1 026	"	

Em 1812	1,042 xerafins
1813	825 „
1814	830 „
1815	831 „
1816	831 „
1817	835 „
1818	836 „
1819	837 „
1820	845 „
1821	846 „
1822	846 „
1823	846 „
1824	1,002 „
1825	1,002 „
1826	1,002 „
1827	920 „
1828	920 „
1829	920 „
1830	921 „
1831	921 „
1832	921 „
1833	925 „
1834	925 „
1835	925 „

e por verdade assim o certifico reportando aos ditos L.^{as} — Damão a 22 de Agosto de 1833. João Baptista Fernandes. (194)

A Portaria Provincial n.º 273 de 17 de Dezembro de 1860 ulou a cobrança da renda das aguardentes e urracas de não que consistia na taxa da destilação, na lavra de caju-e coqueiros, nas licenças de tabernas, e no real d'agua-ar-te: e no concelho de Nagar Avely faziam parte das ren- rurais sob o monopólio das tabernas que se arrematavam, iforme o diploma da sua criação e administração.

(194) Extraído do *L.º dos Registos Geraes da Feitoria* (1832) fl. 221 a v. e publicado no *Oriente Português*, vol. XII, pag. 40.

ao governo de Bombay, por todo o tempo que o tratado estivesse em vigor, o privilegio exclusivo de regular e emprehender o fabrico e venda do sal nos dominios portuguezes da India, debaixo das condições expressas no art.º 12;—a adoptar as medidas necessarias para assegurar que o systema do imposto do consumo (excise) sobre as bebidas espirituosas, incluindo a sura (toddy), quer em estado de fermentação, quer não, sancionado por lei na Presidencia de Bombay, fosse introduzido e effectivamente mantido na India Portugueza; — a prohibir a exportação por terra ou por mar, de opio em bruto ou de qualquer preparado ou mistura de opio ou de qualquer droga inebriante, feita de papoula, e bem assim a sua cultura e manufactura, quando não feita por conta do governo da India Ingleza.

E em troca d'estas concessões por parte do governo de Sua Magestade Fidelissima, Sua Magestade Britannica obrigou-se a pagar annualmente a somma de quatro laks de rupias, ou sejam 160 contos de reis.

Por este tratado, pelo qual Portugal concedêra, mais do que nunca, á Inglaterra tantos direitos e prerogativas em territorio portuguez, chegando-se a dar aos agentes britannicos o direito de fazerem policia no nosso territorio, arruinaram-se quasi completamente, no districto de Damão, duas das suas principaes fontes de receita, a da lavra dos cajuris e a da cultura do arroz, extinguiu-se a importante industria da cultura do sal, e affectou-se profundamente a industria da pesca.

Ao passo que os rendimentos do abkary produziram uma elevadissima receita para a fazenda nacional, especialmente nos seis annos que decorreram de 1883 a 1888, centuplicada a taxa da lavra e de distillação, e revertendo a favor do fisco quasi 75% do producto das arvores lavradas, os cajuris, forçada a sua exploração, para poderem attingir um producto desmesurado que naturalmente não davam, mas que se lhes exigia pela força das taxas, se não inorreram logo, inutilizaram-se para a lavra, que dia a dia foi descahindo, e espesinhados estes, e como consequencia, os campos abandonados, a cultura do arroz, que era apoiada e fomentada pelo lucro dos cajuris, diminuiu espantosamente; e das poucas industrias que tinhamos em Damão, a da cultura do sal extinguiu-se desde que em 1884, a requisição do governo inglez foram oito salinas supprimidas, e duas arren-

Abkari — 'O imposto do abkari creado pelo tratado de 25 de Dezembro de 1878—escreve Forjaz de Serpa Pimentel— tem substituído aquelles velhos impostos, extinctos pela portaria provincial n.º 848 de 29 de dezembro de 1879 sendo desde aquella data as fontes de que se compoe o rendimento do abkari —as taxas da lavoura de coqueiros, tadd madda (*palmeiras bravas*) e cajuris (*phorrea zizyphifolia*), a renda das tabernas de espiritos nativos —a renda das taxas de licenças de lojas de vinhos e espiritos não indianos —a renda das drogas embriagantes, — a renda da taxa de destillação de espiritos nativos

Antes do tratado, as rendas d este imposto em Damão eram arrematadas e as cobranças feitas pelos rendeiros Não havia como hoje, fiscalização exercida pelo Estado

O producto da lavoura era elevadissimo, importando muita riqueza ao paiz, mas a fazenda tomava para si um modesto quinhão, por isso que o governo não fazia marcar as arvores lavradas, e tão sómente confiava nas declarações dos proprietarios

Os intuitos do illustrado estadista, Andrade Corvo, que negociou o tratado luso-britannico foram como se sabe—reciproca liberdade de commercio, navegação e transito entre os dominios de Sua Magestade Fidelissima e de Sua Magestade Britanica, — uniformisação da moeda que tanto contribue para o desenvolvimento das relações commerciaes —construcção d um caminho de ferro da nossa India com o fim de proporcionar novas facilidades de comunicação e maior extensão de commercio exterior, — uma convenção de extradição em ordem a garantir maior segurança individual e da propriedade no nosso territorio, —e harmonia entre os respectivos sistemas de pesos e medidas, compromisso este que nunca foi levado a effeito

Para evitar, porem diminuição nos rendimentos de Sua Magestade Britannica reconheceu se a conveniencia de se adoptar nos dominios de ambas as partes contratantes, tanto quanto fosse possivel, um sistema uniforme de administração e direitos, e por isso ambas as partes concordaram em executar as estipulações expressas nos artigos 12, 13 e 14 do referido tratado, relativamente ao sal bebidas espirituosas e opio E em virtude das supra mencionadas clausulas Sua Magestade Fidelissima obrigou se a conceder

lér, Jampor, Jary, Magarará e Priá. supprimidas por accordo de 24 de setembro de 1884.

E' certo que, com a extincção da industria e fabrico do sal, não soffreram os proprietarios d'unas e d'outras salinas. porque as indemnisações que lhe foram arbitradas pela commissão mista excederam os lucros que tiravam, e teem ainda as indemnisações pelos prejuizos havidos; mas soffreu, soffre e soffrerá o districto, e soffreram numerosas familias a quem o fabrico de sal, em que se empregavam, assegurava-lhes os meios de subsistencia, parte das quaes encontrariam ainda assim occupação, se as referidas salinas de Varacunda e Dundorta não tivessem sido supprimidas integralmente pelos agentes britannicos, apesar da clausula (b) do art.º 12.º do tratado mandar pôl-as á disposição e sob a direcção dos referidos agentes, para estes mandarem fabricar o sal pela maneira que julgassem mais apropriada, e não mandal-as supprimir, como era pretensão do governo de Bombay, com o fim de acabar com a sua grande importancia n'aquelle districto, que lezava os interesses britannicos.

Anteriormente ao tratado, o governo inglez, a despeito da mais severa vigilancia, nuntiu reprimir effluente o contrabando do sal portugualarga escala era o no seu territorio, fazendo prconcorrenci. iero produzido e tribu. os, e obri no a enormes mas i. com a grande pessoal districordão distri fronteiras.

Identicos i. v. relação aos espiritos :

Difficultado, com d'estes como d'aquelle, consideravelmente o seu nisações aos proprietari introduccão clandestina avul de 8402

neiros annos da execução do tratado foi de 177 365 mãos
s, 26 ceiras, 53½ toéis, mas adoptando a média consignada no
das indemnisações organizado pela comissão mixta, temos

mãos
171 243

Média do sal exportado durante os dez
annos anteriores ao tratado 66 997

Média do consumo do sal nos estancos
de Damão durante dez annos do
tratado 8 052

Média do sal empregado na salga do pei-
xe na eira e no mar alto 4 830

Accrescimo de 50% sobre as duas par-
cellas anteriores, em attenção á in-
sufficiencia do sal, livre de direitos,
concedido pelo tratado aos subditos
portuguezes 6 441

86 320

84 923

Differença

Representam oitenta e quatro mil novecentos e vinte e tres mãos
de sal a quantidade que se exportava annualmente por contrabando,
a qual correspondem 191 076 rupias de direitos, computados a 2^{rs}
04^{ts} 00^{rs} por mão

Isto, porem, não se tomando por base do calculo as declarações
dos proprietarios porque n'esse caso, essa cifra elevar se ha a m
de tres laks de rupias

Com a execução do tratado elevaram-se consideravelment
receitas publicas no Estado da India com elle relacionadas, e
as seguntes cifras demonstram

O ultimo orçamento anterior ao tratado (1875 1876) ins
na tabella da receita os seguintes algarismos

Rendimento das alfandegas

reis 163 0

Imposto de duas tangas sobre as palmei-
ras lavradas a sura

, 7
"

Fetoria de Surrate

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

1 1000

sal livre de direitos nos estanco, ainda que em quantida-
 dor as suas necessidades enquanto que os subditos inglezes
 miam com elle onerado e o gozarem da isenção de di-
 aduaneiros isenção que influu no custo dos artigos de pri-
 necessidade e em geral no genero de consumo abaratando-
 principalmente o tabaco cujo uso e completamente geral na

Quaes foram as suas desvantagens para Damão? o contrabando
 nco, principalmente de enorme quantidade de flor de maura im-
 rtada pela estação do caminho de ferro da proxima aldeia de
 neelad a distillação clandestina, e como consequencia o pejamen-
 o da cidade publica o abandono dos campos a privação do alimen-
 o ao povo miudo, para quem a seiva das arvores era a sua substan-
 ia alimentar E como consequencias as rendas do abkary decre-
 cendo espantosamente de anno para anno

Os remedios a oppor a esses males, e que pareciam ser simples,
 augmentada que fosse a fiscalisação, eram difficeis, quando não im-
 possiveis, enquanto se não tomassem medidas de maior alcance do
 que as que foram tomadas com relação aquelle districto A exten-
 são da raia sêcca, a intercepção do nosso territorio pelo inglez, e a
 distancia a que se acha a Praganî Nagar Avelly de Damão propria-
 mente dito, sem facéis meios de communicação, eram outro tantos
 obstaculos a oppôr ao contrabando por mais zeloso que fosse a
 fiscalisação O governo inglez reconheceu-o bem antes do tratado
 luso-britannico, servindo se d'elle como meio indirecto para o reprimi-
 mir nos seus territorios, e as nossas leis penaes foram impotente
 para o reprimir, nao por culpa dos magistrados, mas pela facilidade
 das fianças, pela insignificancia das penas, pelas formalidades do
 processo e pela multiplicidade das provas necessarias para uma co-
 demnação .

Por portaria provincial n.º 610, de 21 de novembro de 18
 explicada por outra n.º 137 de 10 de abril de 1890, tinham sido
 vogadas as disposições do n.º 14, art.º 20, capitulo 4.º, do re-
 mento de 6 de junho de 1887, e alterado o capitulo 9.º do re-
 mento de 31 de dezembro de 1879, considerando como simples
 as transgressões do abkary, exceptuado o transito de licores

vos excedentes a um galão sem passe, punindo-as com a pena de multa.

Foram principalmente os inconvenientes que d'esta medida advieram á repressão efficaz do contrabando no districto de Damão, annullando os esforços do pessoal da fiscalisação para acabar com a manufactura illicita do espirito de maurá, que se operava por toda a parte, com lesão dos direitos do arrematante do exclusivo, e dos interesses do fisco, bastante prejudicados com a introdução d'esse espirito no consumo publico, que nos levaram a instar perante o Governo Geral pela necessidade de alterar aquellas disposições, que a pratica todos os dias aconselhava, e que influíam desfavoravelmente nas arrematações do exclusivo do abkary.

A portaria provincial, n.º 504, de 14 de outubro de 1884 prohibia aos habitantes do districto importar, possuir e transitar flôr de maurá, emquanto que no territorio britannico que circunda o districto de Damão, era livre o transito e o trafico da mesma flôr; d'onde resultava que os subditos portuguezes iam prover-se d'essa materia prima na fronteira, onde estava exposta à venda, como que para provocar o contrabando no nosso territorio. E era assim que grandes porções d'essa flôr se importavam para o nosso districto de Damão, e destilladas clandestinamente, não obstante os esforços do pessoal da fiscalisação em o reprimir, facilitado o contrabando pelas condições de situação do districto em relação aos dominios britannicos, diminuindo por consequencia o consumo licito, destalcando-se a receita da taxa da distillação, e baixando a renda do exclusivo, em prejuizo dos interesses da fazenda.

Um accordo com o governo da Presidencia de Bombay era indispensavel; mas nem o Governo Geral o propôz nunca, apezar das nossas instancias, nem tratára, até que foi nomeada aquella commissão, de modificar algumas das disposições da portaria provincial n.º 610 de 20 de novembro de 1889, em relação áquelle districto, unico meio de ao menos attenuar os mesmos damnos que a liberdade concedida ao transito d'aquella materia prima nos districtos britannicos estava causando aos nossos justos interesses.

O regulamento de 31 de dezembro de 1879 punia com a pena de prisão, além da multa, as seguintes transgressões que importavam descaminho de direitos: — fabrico e venda de espiritos por

na não auctorizada e o transito de porção de espirito nativo su-
r a um galão, sem guia passada pelo vendedor. A citada porta-
• 610, porem, passando a considerar a distillação e venda clin-
ina como infracção simples, der-lhe apenas a pena de multa
nde resultava que tendo ella sido lavrada com o fim de facilitar
ulgimento das contravenções do abkary, produzia no districto de
amão, para bem dizer, a sua impunidade.

Surprehendidos em flagrante delicto de contravenção pela poli-
ia os transgressores, os reus não eram presos, por estar annexa as
transgressões apenas a pena de multa. Os apprehensores limitavam-
se a intimal-os para comparecerem na secretaria fiscal, onde, em
virtude da mesma portaria, se levantava o respectivo auto. Mas o
que succedia? em regra o reu não cumpria a intimação, e, favore-
cido pelas condições do paiz, circundado e mesmo interceptado por
aldeias britannicas, occultava-se no territorio visinho e escapava-se
a acção da lei.

Em junho de 1890 já subia a 81 o numero de apprehensões
effectuadas, desde que entrára em vigor aquella portaria (1 de ja-
neiro do mesmo anno), sendo 41 de réus conhecidos, cujas multas
não tinham sido ainda arrecadadas, por estarem pendentes os res-
pectivos processos da delegação, e 40 de reus desconhecidos, e por
isso os transgressores, na falta de pagamento da multa, não tinham
soffrido pena de prisão.

Prova este exemplo frizante quão necessario era regular, p-
um systema diverso, as infracções do abkary, systema a que a co-
missão, nomeada por portaria n.º 371 de 19 de agosto de 1890,
pecialmente attendeu, mas a que, a dita do nosso regresso ao re-
se não tinha ainda nada resolvido, continuando, pelo facto do
dividuos encontrados em flagrante contravenção não estarem
tos á prisão, pelo menos até que aiançassem em juizo a multa
que tinham incorrido, a serem infructiferos todos os esforços e
gados pelo pessoal da fiscalisação em reprimir o contraba-
a sermos ludibriados pelos contrabandistas, em detrimento
das principaes rendas do districto, qual a da receita das
distillação de espiritos nativos." (116)

O decreto de 9 de Setembro de 1870 aboliu os seguintes impostos :

"Com o estabelecimento d'este imposto ⁽¹⁹⁶⁾ *terminarão os impostos especiaes, existentes em Damão e Diu com a denominação de miudezas de bazar caidas da porta de Gogolá renda do peso do Cairo de Brancavará, renda de belle, medidagem da cidade, medição de mantimento e peso de cairo de Gogolá, e Pará de mantimento.*" ⁽¹⁹⁷⁾

"Impostos indirectos arrecadados nos cofres da Fazenda Publica nos annos economicos de :

	1887-1888			1888-1889			1889-1890		
Imposto do	r	t	r	r	t	r	r	t	r
abkary ...	103.988.00.00			93.161.15.05			58.953.14.06		
Impostos geraes de importação e exportação, direitos de caes, imposto de tonelagem, emolumentos sanitarios e mais receitas cobradas na alfandega...	3.519.11.08½			3.841.11.07			3.065.08.08		
Total ...	107.507.11.08½			97.003.11.00			62.019.07.02"		⁽¹⁹⁸⁾

Após a denunciação do Tratado de 1878, o impôsto do abkari foi regulado pela Portaria Provincial de 3 de Setembro de 1892, confirmada pela Portaria Ministerial de 6 de Dezembro de 1892. A Portaria Provincial de 22 de Junho de 1908 intro-

(196) E' o imposto de 3% *ad valorem* sôbre todos os objectos importados e exportados nas alfândegas.

(197) *Boletim do Governo* n.º 84, de 1870.

(198) Forjaz de Serpa Pimentel — O Districto de Damão, pag. 135.

ificações nos serviços das rendas de
 gar Avel, mas foi revogada em
 Maio de 1917 que determinava
 se o Reg do abaco de Dama

s a nota da quantidade de
 os ultimos dez anos e da
 ção e venda de espíritos
 tratado de 1878

Dama	Espíritos consumidos em gal		
1903-1904	42 572 ²		
1904-1905	45 8 ²		
1905-1906	45 29 ³		
1906-1907	53 26 ⁵		
1907-1908	53 2 ⁴		
1908-1909	33 28 ¹		
1909-1910	3 ³ 24 ²		
1910-1911	27 ¹ 2 ²		
1911-1912	4 ¹ 10 ⁶		
1912-1913	4 3 ⁷		
Somma	422 6 ³	274 1 ⁹	41,3 111 1

Praganá Nagar-Avely

Nagar-Avely	Espírito consumido, em gall.	Sura consumida, em gall.	Exclusivo em rupias	Observações
1903-1904	103,150½	40,018	-	Durante estes annos a importância do exclusivo ficou incluída no de Damão.
1904-1905	119,494¾	48,190	-	
1905-1906	123,689½	59,147	-	
1906-1907	150,820½	57,643	-	
1907-1908	141,400½	55,128	-	
1908-1909	38,501½	75,006	-	*A administração do abcarí da Praganá ficou separada e independente da de Damão.
1909-1910	84,798½	43,302	47.781	
1910-1911	*	-	-	
1911-1912	*	-	-	
1912-1913	*	-	-	
Somma	761,855	378,434	47.781	

(199)

Produtos florestais — “Quando em 1783 o Governo Portuguez entrou na posse da Praganá Nagar Avely, em virtude do tratado celebrado na corte de Puná, todas as suas 72 aldeias eram povoadas de florestas, encerrando madeiras de variadas especies, sendo a flora predominante a teca ou sag (*tectona grandis*), calculada na razão de dois terços ou mais do total das arvores, e a marêta ou sadrá (*pentaptera glabra e pentaptera arjuna*).

Hoje, porém, 7 d'essas aldeias, Canary, Dadará, Dapsá, Demnim, Vagchimpá, Noroly e Tigrá, estão completamente despojadas de mattas, e a aldeia Cararpará não tem arvoredos que mereça tal nome.

O reprovado systema da arrematação, em vigor das terras da
provincia de Nagar Avelly, por isso que desde a posse da
1854, gozava o rendeiro, e por este facto, os sobredeiros da
cessão elastica de se aproveitarem das mattas para a necessidade
dos seus arrendamentos, com excepção das arvores de tambo
(*leclona grandis*), do pau ferro ou ler (*acacia salina*) e do
ou sisso (*d albergia latifolia*), sendo certo que a utilidade
logar aos mais desregrados e abusivos corte de matas
especies, e pouco para não dizer nenhuma das
receu ao chefe superior do Estado da India a
soal administrativo da provincia de Nagar Avelly
ço de tempo se achou reduzido a um
tendo as suas ordens um diminuição
tem um pessoal, alem de insufficiente
ça, e os numeros cortes que
de Damão tinha a satisfazer a
po-leres superiores, produzindo
da Praganá Nagar Avelly
grandes dimensões, não se
não se tendo nunca
nem transplanta,
todas as essencias
d uma orientação
do nunca lida
constituição
cessarios
ca altera
permanente

feito os amanhos indispensaveis para o bom desenvolvimento do ramo florestal.

São intuitivas as consequencias d'este mau, para não dizer pessimo, regimen a que sempre foram voladas as ricas florestas de Nagar Avely. O constante vandalismo praticado pelos colonos, que sempre e em todos os tempos cortaram tudo quanto lhes fica ao alcance, para aproveitarem a ramagem, depois de tornada combustivel, para adubo das terras, chegando, como presenciámos, estando nós de visita official em Silvassá, a deitar fogo a uma porção da propria matta de Massate, que fica fronteira áquella aldeia, para mais facilmente produzirem o adubo; não obstante as ordens expressas e terminantes que déramos á administração florestal para evitar estes e outros abusos, e para proceder de justiça contra factos d'esta ordem, e a constante tolerancia na invasão das regiões florestaes para adaptação das clareiras occasionadas para a cultura de cereaes e legumes, tem enormemente aggravado os prejuizos que, não menores do que nas terras de cultura, tem soffrido a fazenda publica, isto desde a posse da provincia até hoje.

Dizia em 1865 o agronomo Antonio Lopes Mendes, em seguida á sua visita a Nagar Avely, que todas as aldeias da Praganâ eram povoadas de florestas, á excepção de Dadará, Noroly e Vagchimpá; que o pessimo estado de cultura a que tinham sido submettidas desde a sua origem, tendo-se feito sempre os córtes, sem nunca se deixar, segundo as circumstancias, um numero de arvores de reserva, necessarias para assegurar uma boa regeneração natural, fazia com que as mattas de Nagar Avely não apresentassem conveniente regularidade; que, sendo as essencias florestaes de sementeira natural, careciam da applicação regular d'um methodo de tratamento e de exploração para se obter d'ellas o triplo do rendimento que offereciam; e que o numero de essencias florestaes subia a quatro milhões d'arvores que, avaliadas segundo os preços correntes do mercado, representavam o capital de oito milhões de rupias chirinas.

Dizia em 1887 o administrador do concelho de Nagar Avely, o fallecido Governador de Diu, tenente coronel Miguel Augusto de Lemos Pimentel, que, em vez de terem melhorado, foram pelo contrario successivamente piorando as condições de exploração e regimen de tão ricas e importantes florestas; que o machado arvoricida

atinge grandes dimensões . A sua madeira é de côr pouco amarelada, e tem pouca duração quando exposta ao tempo . Muito uza da nas construções das casas mui principalmente em fôrros de tectos, por fornecer taboas muito largas e limpas, e adquirir um bom branqueamento com a oleação

Assan (*bric le ia spinos*) — arvore que attinge grandes dimensões . A sua madeira é forte e facil de trabalhar, e tem grande duração quando immersa em agua

Apleira ou apla (*bimhi na piriifolia*) — arvore que attinge pequenas dimensões . A sua madeira é muito forte . A casca é excellente para cordeame, e as folhas teem grande extracção para fazer os *bhiris* ou cigarros do paiz

Bia ou Bibla (*pterocarpus marauitum*) — arvore muito commum ■ de grandes dimensões . A sua madeira é muito aproveitada para construcção de madeiramentos internos, porém tem pouco valor e pouca duração, porque resiste pouco a humidade

Calicauly ou Keller (*acacia su i tra*) — arvore de pequenas dimensões . A sua madeira é de bastante duração e resistencia, mas o tronco ■ em geral tortuoso . Abunda muito n aquellas mattas . Emprega-se especialmente em pilares para sustentar os tectos das casas, e em cubos para rodas de carros . E arvore muito semelhante ao pau ferro ou Ker (*acacia catechu*) na folha e flôr, da qual se distingue pelas fendas do involucro cortical do tronco

Damborá (*conocarpus latifolia*) — arvore que attinge pequenas dimensões . A sua madeira e de grande resistencia e elasticidade sendo para admirar como é aproveitada, com dimensões pouco superiores as que se dariam a qualquer eixo de ferro, nos carros que fazem serviço no districto, ■ ainda n aquelles que servem á conducção de grandes madeiros ■ que percorrem um paiz sem estradas a distancias de muitas leguas . Ha grande quantidade na regiao florestal de Nagar Avely

Damony ou Damu (*greiva tiliacfolia*) — arvore semelhante a antecedente, mais commum e de inferior resistencia e elasticidade

Jambol ou Jambo (*eugenia caryophyllata*) — arvore muito desenvolvida e frondosa . A sua madeira e de côr avermelhada, muito flexivel ■ não atacada pela humidade . Muito empregada nas construcções . Ha uma especie de jambol (*eugenia jambolana*) que da excellen

tes traves, mas que tem menos duração, por ser menos corada.

Marêla, sadrá, mirly, ou aymno, branca (*pentaplera arjuna*) e preta (*pentaplera glabra*). Esta tem a apparencia do sissom ou sissó (*d'albergia latifolia*) podendo substituí-la nas obras de marceneria. Aquella é menos resistente.

Tem grande duração quando não expostas ás chuvas. São inatacaveis pelos vermes. Empregadas em soalhos e vigamentos grossos. A casca serve para tingir redes. A cinza, que tem a apparencia de cal de branquear, para curtir pelles.

Maurá (bassia latifolia)—arvore que attinge muitas vezes a altura do nosso carvalho do norte. Produz uma flôr branca e encarnada do tamanho e fórma d'uma uva, da qual se extrahê grande quantidade de espirito, de importante consumo n'aquelle districto.

Palasse (butca-frondosa)— arvore de grandes dimensões e muito frondosa. A sua madeira é de regular duração. As suas folhas são aproveitadas pelos hindús para coberturas de palhoças, e para cozidas umas ás outras, formando circulos de dois palmos de diametro, servirem de pratos.

Pau ferro ou ker (acacia catechú) — A sua madeira é de extrema duração e resistencia, inatacavel pelos vermes, e mui especialmente empregada em forquilhas e pilares para sustentar os tectos e pávilmentos, e em cubos para rodas de carro.

Fornece pela decocção uma substancia sêcca e friavel, de sabor fortemente adstringente, de que se fabrica o *cato*, *catechú* ou *terra japonica*, de muita applicação na pintura, medicina e tinturaria, e de que os hindús tambem usam para mascar, misturado com o betle e areca (*pan-suppari*).

As qualidades de *cato* que se extraem do pau ferro, são :

- (a) — o branco rosado, com o valor da prata, applicavel na medicina ;
- (b) — o vermelho escuro, com $\frac{1}{4}$ do valor da prata, applicavel na pintura ;
- (c) — o rôxo negro, de valor muito mais baixo, applicavel na tinturaria e na composição da cal para trabalhos d'alvenaria.

Qunei ou Quirni (mimusops hvantria) — arvore muito desenvolvida. A sua madeira resiste bastante ao tempo.

Sissom ou sissó (d'albergia latifolia)—arvore de madeira quasi

preta muito conhecida e procurada para mobilias e para a edificaçao das casas na ilha e na applicaçao na Europa.

Encontra-se facilmente nos lugares mais humidos, e nas encostas das montanhas attizando muitas vezes extraordinaria procura.

Corre como rillo entre os gentios que a praticam e o mais nunc se perde o valor.

Siro e ou *siro* (*arceia capiciosa*) — arvore semelhante á anterior mas de menor collorçao. Tem a mesma applicaçao.

Suane (*gmelina arbores*) — arvore de grandes dimensões e rectilheo. A sua madeira é muito leve e resistente. De grande valor para estatuas, coronhas de espionarias, cascos de canoas e outros trabalhos de marcenaria. Sem humido á usina e madeira, mas menos oleosa e mais branca.

Lantier (*alibertia oppositifolia*) — Tem o corao levemente esverdeado. Muito procurada para tirantes de carros.

Tier ou *ti* (*tertia*) — Madeira muito notavel pela duracao e applicaçao ás construcções das navies, e da madeira representando do trabalho na ilha mas de menor applicaçao. De resistencia inferior á anterior mas mais utilisavel para a construcção da perfiteira, e para a por muitos annos até mesmo exposto ao sol e ao ar e muitas outras madeiras da ilha e do resto das mattas do territorio de Goa.

Se analisarmos a natureza do solo e sua applicaçao, assim variam as suas qualidades.

Existem quatro vulturas.

(1) — a mais forte e utilisavel para serradura e para a edificaçao.

(2) — a mais utilisavel para a edificaçao.

(3) — a mais utilisavel para a edificaçao, mas de menor duracao.

(4) — a mais utilisavel para a edificaçao.

Conhece-se a natureza da Pimenta Negra. Avela para a repartir e a applicaçao do solo e da madeira do solo.

Não se pode porém nunc procurar por meio da sementeira e a viveiros desenvolver e conservar aquellas mattas, já que em contram das arvores de grandes dimensões, e muitas das mattas.

que possuíam em larga quantidade esta madeira, estão quasi, se não completamente, perdidas, quando era facil e pouco dispendiosa a propagação, segundo o processo adoptado desde 1872 pela presidencia de Bombay e que parece dar optimos resultados.

Timbri ou pau preto (diospirus montana) — arvore de medianas dimensões. A sua madeira é preta como o ébano, é de grande resistencia. Muito empregada na confecção de instrumentos de lavoura.

As especies inferiores, como o *Alho, Babul, ou Babalia, Bili, Birô, Bondará, Cagdol, Carveli, Chamseti, Cancar, Cossuno, Huma, Limbrá, Modol, Pimpol, Pangará, etc.*, ficam comprehendidas na denominação comum de *rajalum*, entre as quaes tem ultimamente adquirido importancia o *babul ou babaliá, (acacia arabica)*, arvore de tamanho médio, que mais se tem propagado na Índia Ingleza, não só pela facilidade com que nasce e se desenvolve, como pelo bom resultado que dá como combustivel nas machinas a vapor e como bom alimento para o gado lanigero e caprino, que as suas folhas e ramos offerecem durante a quadra estival.

Os productos florestaes em exploração, e cuja venda constitue receita publica são distribuidos em duas classes. Pertencem á primeira os que, por mais importantes, são adjudicados em hasta publica a saber :

- (a)—as madeiras de superiores dimensões, atraz indicadas, vendidas a covados cubicos ;
- (b)—os agueiros, vendidos a corjas ;
- (c)—os toncores (canna silvestre), a corjas ;
- (d)—os bambús, aos milheiros ;
- (e)—os quitás da babaliá, de marêta, de pau ferro e de rajalum, ás carradas ;
- (f)—a lenha de kér e folhas de timbrí, ás carradas ;

Pertencem á segunda :

- (g)—o carvão de tecca e ragalum ;
- (h)—a casca de marêta e chiraló ;
- (i)—a cinza de marêta ;
- (j)—as folhas de ambry, teça e palasse ;
- (k)—os toncores seccos ;
- (l)—o carvy ;

- (m)—a lenha de marêta e de rajalum
 (n)—os conchorans de marêta e de rajalum
 (o)—os tirantes
 (p)—os eixos
 (q)—as ramagens espinhosas para sebes
 (r)—as palmeiras bravas (tadds madds)
 (s)—os cajuris seccos
 (t)—os quint ás ôcos de teca e kér (100)

Rendimentos diversos arrecadados nos cofres da Fazenda Publica nos annos economicos de

	1887-1888			1888-1889			1889-1890		
Productos da venda	r	t	r	r	t	r	r	t	r
do sal	6923	00	00	9988	03	04	8457	11	08
Rendimento do cor									
reio	237	00	03	237	10	08	498	08	00½
Rendimento dos pre									
dios nacionaes	28882	08	05	29517	05	11	29389	03	10
Rendimento de fóros	5508	09	08	5508	09	08	5519	01	05
Venda de madeiras									
e outros productos									
florestaes	9170	10	00	4035	14	00	5645	15	00½
Renda da passagem	1071	00	00	2097	06	00	1804	03	11
Venda de medica									
mentos	-			-			1118	14	10
Eventual	1672	02	06	1764	04	01	2592	07	09
	53464	14	10	53149	05	08	55226	02	06 (101)

Administração Naval — O Marquez de Pombal nomeou o construtor Caliana para o cargo de *Construtor Regio* das Embarcações de Guerra

Em terceiro lugar que os bons Armazens para se recolherem as ferragens mastreações enxarcias velames e outros materiaes de

(200) Forjaz de Serpa Pimentel — O Distrito de Da nao pag 111

(201) Forjaz de Serpa Pimentel — O Distrito de Duma pag 153

Marinha, que estão dentro na Praça, sejam também immediatamente reparados, e repostos no estado de servirem. E não se falla em Estaleiros; porque as Náos Fragatas, e mais Embarcações de Guerra não necessitam delles fixos, poupando se também esta despesa. Em razão de que o lado meridional do Rio, que corre junto da dita Praça na distancia de hum tiro de pistolla, tem hum declive natural, que serve de carreira, para se construirem, e lançarem ao mesmo Rio as sobreditas Embarcações nos muitos lugares, que ha para se construirem ao mesmo tempo todas quantas quizerem ordenar ao Constructor dellas.

Em quarto lugar, e na consideração de tudo o referido, Ordenna Sua Magestade: que ao bom Constructor Caliana se diga, que o dito Senhor lhe Mandou agradecer o bem que o tem servido logo que á Real Presença chegaram as noticias do seu zello, e prestimo: que lhe Manda declarar o character de *Constructor Regio* com cem pardãos de ordenado por mez; esperando que elle lhe faça taes serviços, que tenha mais maiores motivos para o honrar, e beneficiar; e que aos sobreditos Armazens da Praça seja logo remettido tudo o necessario para a construcção, e apresto das seis Fragatas, e tres Palas, que se devem construir em Damão, alem da unica, que hoje tem a Ribeira de Goa.

O que será bastante; sem a dependencia de se estabelecer outro Corpo de Officiaes, e de Artifices como em Goa; porque aquelle só e unico Gentio, que comeu até agora tão pouco, faz em Damão por si sómente o mesmo, e mais do que tem feito toda aquella Corporação Maritima da dita Capital com tão enorme despesa, como se viu acima: e porque depois de construidos os Cascos costumam hir de Goa os Officiaes, que devem commandar, e guarnecer as sobreditas Embarcações, levando os seus Mestres e Contra-mestres para aparelha-las. E se nota, que os melhores Marinheiros da India são os chamados *Lascars* das partes de Damão, para que delles se hajam de tomar a soldo, e transportar para Goa quantos a possibilidade nos puder permitir." (202)

(202) *Instruções d'El-Rei D. José I.º ao Governador e Capitão General e ao Arcebispo Primaz do Oriente*, anotadas por C. Lagrange Monteiro de Barbuda, pag. 30.

História Religiosa—Escreve Bravo de Moraes

Tem capitão mor q a governa como as mais do norte Feitor do S Mag ou Caza da Misericórdia Igreja Matriz um Prior e quatro beneficiados q fazem choro Vigário da vara Commissr^a de S^{to} Offício outro da Bulla e Thez^a mor della e alem do povo gentílico tem dentro e fora de seos muros tres mil cento quarenta e sete almas xptans mil setecentas oitenta e quatro q pertenceu a matriz e cento noventa e hũa Igreja de N S^a de Parto q fica em Sangens e a q fica no forte de S Hyeronimo cento setenta e sete e na de N S^a dos Remedios extramuros novecentos noventa e si o Tem os Religiosos da Comp^a nesta Cidade h collegio os Religiosos de São Francisco h3 Convento os de S Domingos outros e outro os de S Agostinho os Frades de S Joao de Deos hu Hospital

Em todo o districto de Damão q não he pequeno e se estende athe aos confins de Surrate não ha Igrejas nem xptand^o sendo muito o povo gentio q naquellas terras viue de suas Lavouras me neyos e officios especialmente tecelloens e de tudo resulta proveito aos senhores q p mercê de S Mag^e comem aquelles Aldeas

Em Maimquélme ha tb hũa fortaleza capitão e presidio com Igreja Matriz e Vigr^a da Vara e xptandade q consta de mil e quatrocentos e quatorze almas Danu q he de jurisdição de Trapor tem h a Igreja com duzentas e noventa e oito A todas estas terras se segue a nossa cidade de Damão (1784)

Eis a estatística da população cristã de Damão em 1729

Tem a Matris de Damão mil sete centas oitenta e coatro almas e saber sacerdotes brancos des sacerdotes naturaes onze hã suodiacono e onze menonistas homens brancos cento e vinte rapazes sincoenta homens naturaes coatro centos coarenta entrando moços e caíres mulheres brancas entrando algumas raparigas cento e nove mulheres naturaes oitocentas raparigas entrando algũas caíras cento e vinte e coatro

1784

= Tem a Igreja de Snora dos Rem^{os} do Campo de Damão no

vecentas nouenta e sinco almas, a saber coatro sacerdotes brancos, dous naturaes, hum subdiacono e tres menoristas, homens brancos oito, e mulheres doze, homens naturaes duzentos e catorze, mulheres quinhentas, vinte e sete raparigas, nouenta e tres rapazes, cento trinta hum obrigados 995

—Tem a Igreja de S. Hr.^{mo} do Forte de Damão, çento satenta e sete almas, a saber sacerdote natural hum, homens naturaes oitenta e oito, sincoenta e sete mulheres entrando algúas cafras, onze raparigas 177

—Tem a Igreja de Snorã do Parto de Sanguy çento nouenta e hum christãos a saber saçenta e oito homēs, mulheres nouenta e oito, rapazes onze... .. . 191

—Tem a Igreja de Snora da Esperança de Danũ jurisdição de Damão duzentos nouenta e oito almas a saber dous homens Portuguezes, cento e doze homens naturaes trinta e coatro rapazes, cento e sinocenta mulheres (211) 291

Dos seguintes documentos consta o pessoal eclesiástico de Damão em 1714:

“Vence o P.^e Vigr.^o da Vara da See Matris da Cid.^e de Damão nouenta e oito x.^{as} por anno de seus orden.^{os} e ordinaria de sobrepelizes ... 000098:0:00

Vencẽ os dous mossos do coro da d.^a See trinta e seis x.^{es} p.^a anno de seus mantim.^{tos}, e ord.^a de sobrepelizes 000036:0:00

Vence o Thezr.^o da d.^a See de seus mantimentos fabrica de samchristia e ordinaria de sobrepelizes duz.^{tus} e dous x.^{es} e duas tg.^{as} por anno ... 000202:2:00

Vence os coatro Beneficiados da d.^a See duzentos e hũ x.^e hũa tanga, e corenta rs p.^a anno de seus ordenados e ordinaria de sobrepelises ... 000221:1:40

Vence os coatro cantores hũ organista da d.^a Sée cento e secenta nove hũa tg.^a e corenta rs por anno de seus mantimentos a rezão de des mil sento

e secenta cada hã	000169 1.40
Vence o conu ^{to} de S Dg ^{os} de Damão trez to ^{as} corenta e nove x. ^{as} coatro tg ^{as} corenta e sinco rs e m ^o p ^o anno de seus ordenados entrando o trigo e aros q ^l lhe he concedido p ^o regim ^{to}	000349 4.45
Vence o conu ^{to} de S Aug ^{os} coatro centos x. ^{as} hãa tg ^o corenta e oito res de seus ordenados p ^o anno	000400 1.48
Vence o P. ^o Vigr ^o da Igreja de N S dos re medios cento e nouenta x. ^{as} de seus ordenados e ordr ^o p ^o a	000190 0 00
Vence o P. ^o Vig ^o da Igreja da fortz ^o de San gens cento e corenta x. ^{as} de seus ordenados	000140 0 00
Vence o P. ^o Vigr ^o da Vara da See Matris de trapor cento e corenta x. ^{as} de seus ordenados e ordr ^o p ^o anno	000140 0 00
Vence o P. ^o Vigr ^o da Vara da See Matris de Mibhy quelm ^o cento e corenta x. ^{as} de seus orde nados p ^o anno	000140 0 00
Vence o P. ^o Vigr ^o de S Dg ^{os} de Trapor du sentos trinta e seis x. ^{as} q ^{tro} tg ^{as} e corenta rs de seus ordenados entrando a paga do meirinho san christao e esmola dos cathecumenos e ordr ^o de trigo	000276.4.40
Vence o meirinho da Igreja de Sangens cento e oito x. ^{as} p ^o anno	000108 0 00
Vence os Relligiosos da orden de S J ^{ro} d ^o Deos que assiste no hospital da d ^o Cid ^o duz to ^{as} sincoenta e q ^{ro} x. ^{as} de seus mantimentos e coar teis	000254 0 00
Vence o P. ^o Proc ^{or} devina Prouincia de china tres mil x. ^{as} de sua ordenaria	003000 0 00
Vence o P. ^o Proc ^{or} da Prouincia de co him e Mallauar mil e quinhentos x. ^{as} da ordinaria da esmola concedida aos missionarios e Cataquistas da missõ de Madure	001500 0 00
Vence o Bispo de Meleapor de sua congrua	

dous mil duzentos secenta e seis x. ^{es} tres tg. ^{as} e vinte rs por anno	02266:3:20
Vence o Vigr. ^o gr. ^{al} do d. ^o Bispado trezentos x. ^{es} de seus ordenados por anno	00300:0:00
Vence o Bispo de colhim dous mil oito centos trinta e tres x. ^{es} hũa tg. ^a e corenta rs. de sua congrua por anno	02833:1:40
Vence a See Cathedral de cochim duzentos x. ^{es} p' anno de sua ordinaria	00200:0:00
Vence o Arcebispo de Cranganor de sua congrua dous mil seis centos e secenta e seis x. ^{es} tres tg. ^{as} e v. ^{te} res por anno	02666:3:20
Vence a Santa Casa de Maa de Damão mil oitenta e tres x. ^{es} tres tg. ^{as} e corenta rs p' a da ordinr. ^a de... candis de Aros, q̃ tem p. ^a repartir aos Pobres... ..	01083:3:40
	<hr/> 16576:3:33½

Goa 4 de Janr.^o de mil sete centos e catorze anos.

... p.^{ra} de Campos.” (205)

O Meirinho da Igreja de Sangens cento e oito x.^{es} 108:0:00

A Igreja do Forte de S. Hyeronimo serve o P.^o

M.^{el} Themudo Pr.^a tem por quartel o vencimento na lotação do mesmo forte.

Goa 10 de Janeiro de 1714.

D. Pedro Pacheco.” (206)

Referindo-se à cristianização de Damão diz o padre Francisco de Sousa:

“Este Apostolico desvelo não divertia a D. Constantino das obrigações de Capitão Geral da India, e apenas entrou o anno de 1559, quando sahiu pela barra de Goa com uma armada de cem velas a tomar posse da fortaleza e cidade de Damão, da qual El Rei

(205) *L. das Monções*, n.^o 79, fls. 295.

(206) *L. das Monções*, n.^o 79, fls. 323.

de Cambria fizera doação a Francisco Barreto com condição de lançar fora della um valente Abexim chamado Cidi Bofata, que com 3 000 soldados estava resoluta a defendel a contra toda a potencia do Estado. Aos 2 de Fevereiro, dia da Purificação da Virgem immaculada lançou o Vice Rei em terra 2 000 Portuguezes, e deixando ficar a mais gente na armada foi subindo pelo rio acima com tanto assombro dos inimigos, que vendo se accometidos por mar e por terra despejaram a fortaleza, e tractaram de salvar as vidas da outra banda do rio. Conheceu o pussimo Constantino como Deus lhe metera nas maos as chaves de tão importante praça e desejando que logo naquelle dia, por ser tão solemne, se cantasse uma Missa em acção de graças fez buscar um sacerdote de alguns, que levava consigo, porem nenhum delles estava em jejum por imaginarem todos durasse o assalto ate o sol posto. So o Padre Provincial Gonçalo da Silveira, Religioso de vida mui austera, se havia prevenido para a batalha com as armas da abstinencia, e com inexplicavel alegria andava fazendo e arvorando Cruzes de lenhos toscos pelos lugares mais celebres da cidade em signal da posse, que naquelle dia tomava a Fe de Christo de Damão, e seu districto. Nesta occupação acharam quando lhe significaram os desejos do Vice Rei, e acodindo com toda a pressa fez alimpar a Mesquita, e depois de a consagrar em Igreja por virtude dos nossos privilegios, estando presente o Vice-Rei com todos os Cabos do exercito, e Officiaes de guerra cantou a Missa officiada pelos musicos do Seminario de Goa conduzidos em sufficiente numero a este mesmo fim. Acabada a Missa, se levantou o Vice Rei, e com a boca cheia de riso disse ao Padre Silveira. Já que nenhum outro se achouse não V. P. para tomar hoje posse pela Igreja Catholica desta Mesquita de Matamede com o divino sacrificio da Missa, eu em nome del-Rei meu senhor faço dela perpetua doação á Companhia de Jesu: Aceitou e agradeceu a merce o Padre Provincial e logo entregou a igreja ao Padre Alberto de Araujo seu companheiro, que foi o primeiro superior da Residencia de Damão authorizada depois com titulo de Collegio por nosso R. Padre Geral Claudio Aquaviva, que no anno de 1581 lhe mandou uma das cabeças das Companheiras de Sancta Ursula, que foi recebida na cidade com solemniissima pompa.

A invocação do Collegio e das onze mil Virgens, e quando aos

17 de Março de 1567 se lançou a primeira pedra á igreja de que hoje usamos, se debuxou nella uma nao á vela com S. Ursula e suas Companheiras a qual pedra levou ás costas na procissão o Capitão D. Felipe de Castro. Cantou a Missa o Fr. Gaspar de Mello, Vigario Geral da esclarecida Ordem dos Prégadores, que no anno de 1583 foi Inquisidor da India. Prégou Fr. João Soares da mesma Ordem, a quem mataram os gentios do Sanguicel em companhia de Dom Gilianes. O Padre Vigario Géral lançou a pedra com grande alegria de todos, achando-se presentes os Religiosos de S. Francisco, e muitos Cavalleiros das terras de Damão, que com suas esmolas ajudaram a fabrica da igreja. O titulo de Fundador deste Collegio se concedeu depois de muitos annos a João Dias Ribeiro, que lhe applicou 20,000 xerafins para se empregarem em bens de raiz. Era João Dias Ribeiro Portuguez de sangue e de grossissimo cabedal, natural e senhor da Ilha do Matémo uma das Ilhas de Quirimba junto ao Cabo Delgado : morreu pelos annos de 1690 pouco mais, ou menos, e seus ossos se trasladaram á India no anno de 1692 : e no anno de 1696 se collocaram com grande pompa funeral na Capella mór da nossa igreja de Damão da parte do Evangelho sobre a porta, que sahe para a Via Sacra. Foi nosso irmão por carta, e bemfeitor insigne do Collegio de Moçambique. Entre os principaes bemfeitores do Collegio de Damão merecem o primeiro lugar os Vice-Reis e Governadores da India, que nos davam na Feitoria um abundante subsidio para se sustentarem septe sujeitos, com condição de pedirmos confirmação a todos os Vice-Reis : mas a Magestade de Felipe, segundo deste nome em Portugal, nos isentou de tão molesta pensão. Commutou-se depois esta crdinaria na licença, que nos deram para possuirmos a aldeia de Nargol. Ambrosio Lopes boticario, de nação Abexim, deixou para os catechumenos 100 pardaos de renda, e para a igreja de Jesu de Baçaim outros 100 pardaos, e para os catechumenos do mesmo Collegio outro tanto. Domingos Serrão deixou umas hortas, que rendem 80 pardaos : e João Ferrão de Gamboa, e sua mulher Constancia Serrão deixaram outras, que rendem 200. Jaz a cidade de Damão no maritimo de Cambaia em vinte graos e meio do Norte, noventa e tantas legoas de Goa. E'a mais bem fortificada de todas as praças da India, e nella temos um Collegio, uma escola de meninos, classe de Grammatica, e casa de catechumenos.

Comprehende o seu districto 70 aldeas entre grandes e pequenas, povoadas de Christaos e Gentios ' (207)

A igreja de S Paulo tinha as dimensões 171 x 57 pés Os altares, o Sacrario, o pulpito e as imagens foram trasladados em 1779 para o Se. (208)

Lê-se nos seguintes documentos coevos, em que provavelmente se baseou a narrativa do padre Francisco de Sousa *

" Treslado de hũa carta que escreveo o Irmão Luisfrois do collegio de Sam Paulo de Goa aos 16 de Novembro de 1589

E porque se offereceo agora falar ã Damão terra que la terao poucas vezes ouvido nomear ainda que seia cortar o fio a ordem, dir lhey e causa por que la residem padres nossos E quẽ sam Querendo ir daqui o viso rey Dõ Constantino este natal passado cõ todo poder da India tomar esta fortaleza de Damão que he no reino de Cambaia quatorze legoas de Baçaim, pedio ao Padre Dõ Gonçalo que então era prouincial que o quisesse acompanhar levando tambẽ em sua companhia o vigairo de Sao Domingos que o anno passado veo desse reyno E a outros religiosos de S Francisco Antes de embarcar se confessou com o pe do Gonçalo leuou o pe por companheiro o pe Alberto daraujo E algũs mininos do collegio para la officarem as missas Ali foi começando o viso rey a manifestar ao pe do Gonçalo seu animo E os desejos grandes que cada vez se lhe dobrauão de augmentar E dilatar a xpãndade quanto nele fosse E dar para isso todos os fauores possiveis no que sem duvida he tanto de louvar que que não tem uisto preuen cialmente as cousas que sobre a conuersão tem feito nesta terra cõ difficuldade e crera ate no galião andar chamando os lascars, que são marinheiros mouros das armadas E cõ muitos fauores E mimos pregando-lhe muitas vezes o fazer xpãos Chegados de fronte da fortaleza onde se o exercito auia de

(207) *Oriente Conquistado* I, pg 88

(208) *L' do cofre dos cathecumenos*, fls 20 v, cit a pag 154 do vol III das *Noticias e Documentos para a Historia de Damão* por A. F. Moniz

desembarcar confessou-se o visorey outra vez E aparelhada a gente sairá os outros religiosos diante cõ hũa crucifixo nas mãos cõ suas armas defensivas E offensivas somente o pe dom Gonçalo *armatus lorica fidei & galea salutis*, cõ o breuiario debaixo do braço. saio logo cõ preposito de dizer missa no mesmo dia: saídos em terra quis nosso sñor conforme ao uso de suas misericórdias por terror nos inimigos cõ que largada a terra pacificamente tomou posse della o viso-rey foi se logo o pe dom Gonçalo cõ o exercito a mezquita principal dos mouros. E nella deu a primeira bofetada ao diabo, ou o Mafamede em seu lugar dizendo a primeira missa na mezquita, aruorando cruces nella cõ grãde alegria dos soldados, ficarã os outros religiosos mui sentidos de lhe furtar o pe dõ Gonçalo esta benção, porque antes que saíssem das embarcações para animarẽ os soldados almoçarão cõ elles não advertindo a missa de que depois ficarão bem pesarosos. Ao 2.º dia fez o exercito hũa procissão mui solene tirando a artilharia do mar E da terra, indo nella os nossos mininos cantando as ladainhas do canto dorgão. E os gentios naturaes, da terra se uinhão meter no meo da procissão, de giolhos cõ as mãos aleuãtadas para a cruz parecendo lhe muito bem os costumes da religião xpaãm, chegarão desta m.ª a igreja que aquelle proprio dia, fora templo do demonio. E agora estava cõ tres altares hũ de purificação que era o maior, E os dous de fora de S. Francisco E sam Thome, pregou o pe dom Gonçalo ao dia seguinte que era o de nosso sñor animando muito aos soldados E consolando os cõ a doutrina do sermão, fez ahi logo o Viso rey cõ algũs dos naturaes, que se baptizassem (porque estes não erã os que pelejavão, senão os estrangeiros (mouros) E receberão o baptismo alegremente... A esta fortaleza de Damão estão sogeitos outros quatro ou cinco que tambẽ o Viso rey tomou. E indo o pe dom Gonçalo por mar cõ o visorey a hũa della que esta dahi seis legoas por nome Balsar desembarcando sairão os mininos cõ procissão para a fortaleza senão quando lhe saem os gentios a recebello cõ ramos nas mãos E grande alvoroço, mostrando lhe o visorey tambem muito gasalhado, fez cõ algũs que se fizessem xpãos... Vindo tive a noticia de sua senhoria (o Viso rey) que avia algũs homẽs nesta cidade que offendião a Deos gravemente na i abominação daquellas cidades que Deos souerteio, f a diligencia que

nisso pos E mostrou se tão inteiro na iustiça que dentro em oytto dias se soube E os prenderão E instigarão hã delles era aqui casado E mestre de ensinar mininos a ler E escreuer os outros dous erão soldados honrados (209)

Carta que escreueo o Padre Marcos Francudo de Dãmão aos Padres e Irmãos de Companhia de Jesus de Portugal aos 15 de Novembro de 1560

Quanto aos gentios da terra pella experiencia q deles temos lhes afirmo ser gente muy capaz de rezão E chegada a nossa natureza Sobre isso sao tãto nossos amigos que nem uer nos podem Quisemos arremedar aos padres de Goa em hã baptismo fazendo hã procissão com cantores E trombetas acompanhando nos o Capitão Dom Diogo de Noronha que Ds tem com todos os fidalgos e cavaleiros q quase estauão os baptizados erão perto de cincoenta pessoas indo nos no meyo de cruminho se puserao a dizer huns mouros pela sua linguaem q não se baptizavão nhuns honrrados mas pobres E pessoas de baxa sorte prendemolos demo. sentença q os mouros beijassẽ os pees do xpão cada hum delles lhes desse n algumas bofetadas E tres arrancasse n as barbas (riscados) E outras cousas mais assi se comprio tudo e assi se forão emboim day a poucos dias morreo hu delles mouro E ficou lhe hã filho de dez annos q nos ouuemos com diligencia e o fizemos xpão muyto por sua uontade (210)

Quanto a subsídio do Estado aos Jesuitas diz a Carta Regia de 23 de Fevereiro de 1608

E assi sou informado que aos padres da Companhia que residem em Dãmão se da para cada padre que lá reside duas tangas cada dia que são cento e vinte reis assi da moeda de Goa orde a provisao se passou como da de Dãmão e os ditos padres por sua intelligencia e valia arrecadam por duas tangas dous latins que va

(209) L.º 2.º das Cartas dos jesuitas do anno de 1557 e r diante até 64—

Ms da Bibliotheca Nacional de Lisboa fls 87 v

(210) L.º 2 das Cartas cit fls 206

tem tres tangas, em que levam mais a minha fazenda cada anno 511 yardaos." (211)

Segundo o seguinte documento de 1719 o Colégio de Damão dos Jesuitas tinha o rendimento de cêrca de 9 mil verasfins.

"Tem este Coll.^o de renda noue mil x.^{es} pouco mais ou menos,

Estes se Despendem parte na condução de Sag.^{tos} q̃ pera la vão, e vem, ordinariamente por terra em q̃ se fosem bastantes gastos, Assim mais em foros, e grangeam.^{tos} das Aldeas que tem. Em finta q̃ paga a Prov.^a de Goa. Em Provim.^{tos}, e sustento dos relligiosos, e mossos, assim mais no culto diuino e ornato da Igreja. E ainda muitas vezes não basta como se exprimenta ao prezente em que esta deueno passante de quatro mil x.^{es}

João nonato." (212)

Consta dum relatório apresentado em 1713, corroborando a narrativa do padre Francisco de Sousa:

"Chão do collegio e a horta anexa deu a comp.^a em nome de S. Mag.^e o Viso Rey Dom Constantino de Barg.^{ca} q d.^o se tomou aquella cid.^e e p.^a fabrica e sustento consignou na Feitoria 500 ; ou 600 x.^{es}, p.^a anno, dos quaes de.....os P. P. pellos foros de Aldea de Nargol, q̃ depois comprarão.....placito de S. Mag.^e No anno de 690 pouco mais ou menos deu João Dias Ribeiro vinte mil x.^{es} p.^a patrimonio do Collegio os quaes se empregarão na... Aldea de Turumba e destas Aldeas com mais algũas. Hortas q̃ tẽ a recebe por anno noue p.^a mil x.^{es} que todos se gastam na Fabrica da Caza].... E sustento dos P.^{es} e ornato da Igr.^a q̃ não tẽ renda especial. Tem sinco P. P. e hũ Irmão. Tem M.^e de latim, e Escolla cõ mestre pago na mesma forma de Tanna. Hũ dos P. P. he Pay dos xpaos e tẽ cuid.^o de Cathecumenos cõ Caza separada, e cathequistas de hum e outro sexo e p.^a estes gastos não concorre S. Mag.^e q̃ Ds. Gu.^e cõ cousa algũa. Agenciarão os P.^{es} algũas Esmolas

(211) Doc. rem. da India I, pag. 197.

(212) L.^o das Monções, n.^o 84, fls. 306.

cujo dinheiro esta em ser e corre a ganhos de q se faz os gastos necessarios (213)

Quanto ao Convento dos franciscanos, le-se num relatório de 1713

' Foy sua ereção no anno de 1559 pelo senhor Dom Constantino de Bragança filho do Senhor Duque de Bragança He convento em q morao nove Religiosos sendo sua lotação vinte Seu sustento he esmolas vueltas dos fieis de Deos Fazenda real catorze x^{es} e m^o cada quartel Fabrica das sobreditas esmolas se faz o necessario (214)

Os dominicanos

' Em 1559 fundaram as casas de N S da Vitoria de Damão de Espirito Santo de Trapor e Bom Jesus de Mahim A Prov de VRei D Duarte de Menezes de 18 de Maio de 1585 concedeu aos Vigarios de Mahim e Trapor a faculdade de nomear pai dos cristãos' (215)

O Convento dos dominicanos, em Damão, era o maior da cidade A igreja tinha as seguintes dimensões corpo 72 pés de comprimento e 39 de largura, cruzeiro 40 de comprimento e 39 de largura, capela mór 46 de comprimento e 25 de largura

Os agostinhos

"Pelos annos de 1699 fundaram o Convento de Damão, tinham uma ermida de S Antonio de Marvol" (216)

(213) *L^a das Monções* n^o 79, fls 330

(214) *L^a das Monções* n^o 79, fls 339

(215) *Summaria Razão do que otrarão os Religiosos da ordem dos Pregadores na conecção das almas e pregação do Sancto Evangelho em todo o Estado da India* Goa 1679—fls 334—Ms da Biblioteca Nacional de Lisboa

(216) *Memorias da Congregação Agostiniana da India Oriental*, fls 269—Ms da Biblioteca Nacional de Lisboa

lem tres tangas, em que levam mais a minha fazenda cada anno 511 pardaos." (211)

Segundo o seguinte documento de 1719 o Colégio de Damão dos Jesuitas tinha o rendimento de cêrca de 9 mil xerafins.

"Tem este Coll.^o de renda nove mil x.^{es} pouco mais ou menos. Estes se Despendem parte na condução de Sag.^{tos} q̃ pera la ṽão, e vem, ordinariamente por terra em q̃ se fosem bastantes gastos. Assim mais em foros, e grangeam.^{tos} das Aldeas que tem. Em finta q̃ paga a Prov.^a de Goa. Em Provim.^{tos}, e sustento dos relligiosos, e mossos, assim mais no culto diuino e ornato da Igreja. E ainda muitas vezes não basta como se exprimenta ao prezente em que esta deuyendo passante de quatro mil x.^{es}

João nonato." (212)

Consta dum relatório apresentado em 1713, corroborando a narrativa do padre Francisco de Sousa:

"Chão do collegio e a horta anexa deu a comp.^a em nome de S. Mag.^e o Viso Rey Dom Constantino de Barg.^{es} q d.^o se tomou aquella cid.^e e p.^a fabrica e sustento consignou na Feitoria 500 ; ou 600 x.^{es}, p.^a anno, dos quaes de.....os P. P. pellos foros de Aldea de Nargol, q̃ depois comprarão.....placito de S. Mag.^e No anno de 690 pouco mais ou menos deu João Dias Ribeiro vinte mil x.^{es} p.^a patrimonio do Collegio os quaes se empregarão na... Aldea de Turumba e destas Aldeas com mais algũas. Hortas q̃ tẽ a recebe por anno nove p.^a mil x.^{es} que todos se gastam na Fabrica da Caza]... E sustento dos P.^{es} e ornato da Igr.^a q̃ não tẽ renda especial. Tem sinco P. P. e hũ Irmão. Tem M.^e de latim, e Escolla cõ mestre pago na mesma forma de Tanna. Hũ dos P. P. he Pay dos xpaos e tẽ cuid.^o de Cathecumenos cõ Caza separada, e cathequistas de hum e outro sexo e p.^a estes gastos não concorre S. Mag.^e q̃ Ds. Gu.^e cõ cousa algũa. Agenciarão os P.^{es} algũas Esmolas

(211) Doc. rem. da India I, pag. 197.

(212) *L.^o das Monções*, n.^o 84, fls. 306.



Convento

de

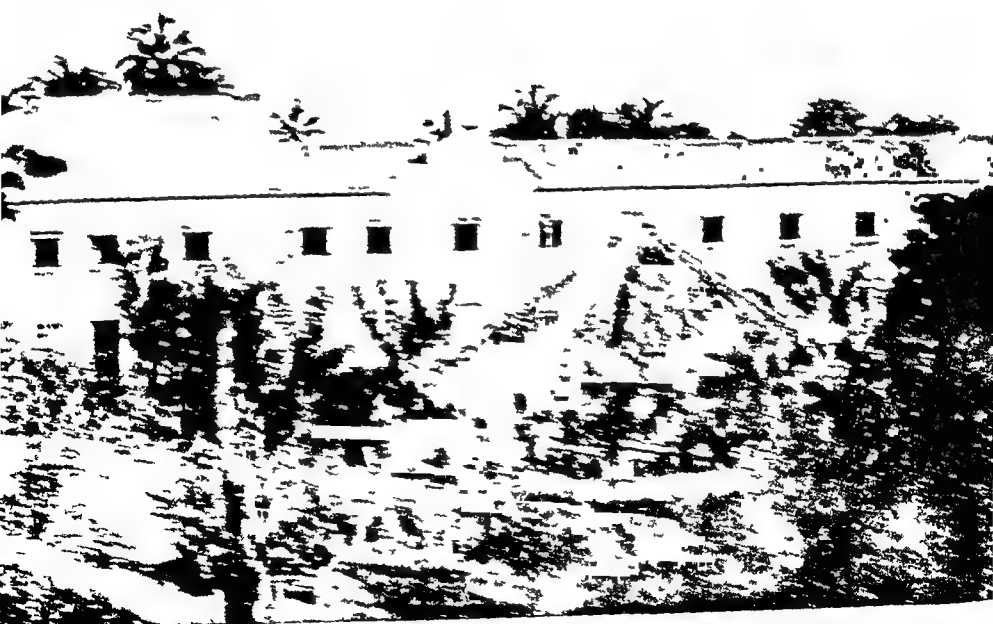
S. João do



Ruínas do Convento de S. Domingos



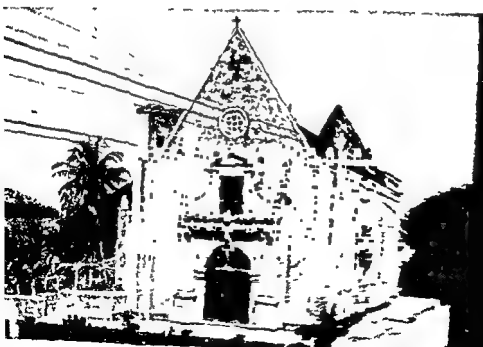
Capela de N. S. das Angustias, interior



Convento de St. Agostinho



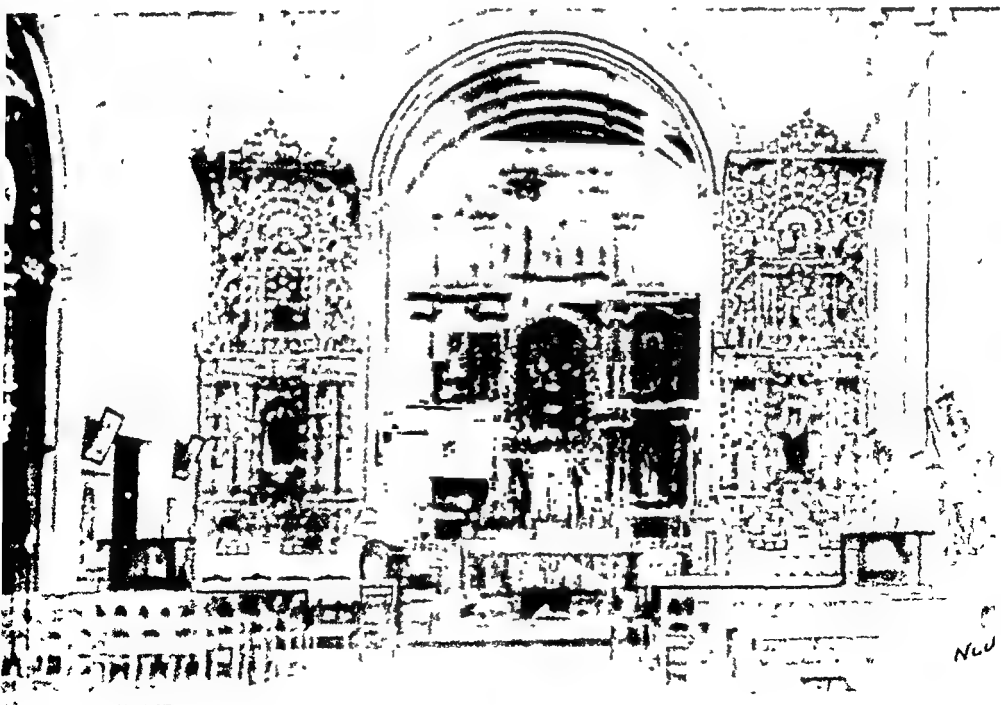
Sé Matriz de Damão (interior)



Sé Matriz de Damão



Igreja de N.ª S.ª dos Remedios (interior)



Capela de N.ª S.ª do Rosário (interior)

Escreve Fr António de Moraes

"Em Damão temos hũa obrigação de cavallo, a que acode hũ religioso todas as vezes que repicão ao campo, manda o capitão hũ cavallo a portaria, Em que vay hu relig* acompanhando o exercito, E não se recolhe senão cõ elle, E por isto se da hũa certa esmolla a caza, E a isto se chama obrigação de cavallo ." (218)

Em 1695 estabeleceram se em Damão os religiosos de S. João de Deus

"Em 14 de Março de 695 a Misericórdia por ordem do VRei Conde de Villa Verde entregou-lhes o Hospital da Praça de Damão " (219)

O Hospital de Damão foi confiado aos religiosos de S. João de Deus em consequência da Carta Regia de 20 de Fevereiro de 1688

Diversas mudanças sofreu a administração do Hospital até que em 1830 foi anexado ao Físico da Praça o cargo de Cirurgião-mór com o encargo da direcção do Hospital. A portaria provincial de 11 de Janeiro de 1843 extinguiu o lugar do Físico e incumbiu o Cirurgião-mór da direcção do Hospital

Lê-se no relatório de 1713.

Conto e Hospital de Damão

Este conto e hospital de Damão se fundou no tempo de era Viso Rey desse Estado o S. Conde de Villa Verde e para Religiosos assistir aos enfermos, q. estavam em um lugar em pello prejudicial do sitio, como pela experiência se perciso, mudarem de sitio, e construir humo novo hospital

(218) Fr António de Moraes — *Relatório de 1713* — mandou a nossa Provincia de Goa Fe. Santa e a Congregação da India — Ms. da R. A. N. e o Livro de

(219) Relação do *estabelecimento de Religiosos* — India Oriental a religião de S. João de Deus — fls 371

de S. An.^{to} da Silva Tello por sua devoção e ser Irmão da ordem deu a Religião outra morada de cazas mysticas com as que os Relig.^{os} comprarão, em as quaes se fizerão enfermarias com bastante comodidade conv.^{to} e Igr.^a a custa das esmolas dos fieis e tambem infeis pois athe a Surrate se forão tirar.

Concorre sua Mag.^{de} p.^a a sutentação e curativo dos enfermos com mil e duzentos x.^{es} por anno pagos aos quarteis I 200 x.^{es}

Tem mais cada Relig.^o assistência no d.^o Hospital hũa praça de soldado q̃ são seis x.^{es} por mes. Tem mais vinte x.^{es} por anno cada Relig.^o p.^a sua vestimenta que importa assim a comedia, como a vestimenta de tres Relig.^{os} q̃ são os assistentes ao prez.^{te} duzentos e setenta e seis x.^{es} o 276 x.^{es}

I 476

Tem este conv.^{to} e Hosp.^l tres Relig.^{os}

Com q̃ importa toda a desp.^a q̃ sua Mag.^{de} fas com o Hospital de Damão mil e quatrocentos, e setenta e seis x.^{es} como se ve de soma asima, e não tem o d.^o Hospital mais cousa alguma.....

Em 15 de Dezembro de 1713." (220)

Em 1782 abateu o tecto da Igreja de S. João de Deus:

"Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Partida a Armada cuidarey em dar prompta execução a ordem de V.Ex.^a de 10 de Dezembro de 85, em mandar fazer os reparos e consertos necessarios na salla do Ser.^o cujo sualho esta de todo abatido: Bem entendido não fazendo falta o dinheiro para o pagamento das Tropas, e mais despesas inevitaveis da Fazenda Real.

*Igoalmente applicarey o mesmo cuidado em mandar pôr em sima o tecto da Igreja de S. João de Deos, aproveitando de alguns barrotes do outro da de Mizericórdia, que não servem p.^a a propria Igreja por esta levar mayor altura e os seus barrotes, curtos ou quebrados quando atro-
menia de 21 de Abril de 82, precipitou o seu tecto no chão.*

A Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Pessoa de V.Ex.^a G.^{ne} Deos m.^s ann.^s D.^m 12

de Fevereiro de 1786. : Christouão Sr.^a de Castro, Gov.^o da Praça de Damão = (221)

O Convento de S João de Deos foi transformado em Hospital

Igreja de N. S dos Remédios — Foi construida em 1607. Era primitivamente capela, como se lê na seguinte inscrição:

*"Esta capella fez Rui de Mello de Sam
pato capitão e governador desta cidade
em 1607. Era gov = arco
cô as esmolas dos deolos na hera de
1673"*

O Governador Conde do Redondo sugeriu as seguintes medidas de assistência religiosa:

"Senhor—Para isto se fazer como convém ao serviço de Deus, e de Vossa Magestade, buscarei todos os remedios necessarios, em que ha muitas difficuldades, e procurarei tratar com o arcebispo, e com todos os prelados das religiões, que façam correr as terras de Damão e de Baçaim por seus religiosos quatro vezes no anno, pelo menos, para dizer missa e confessar aos christãos, que por ellas ha em muitas partes, onde não ha egrejas, e estão e vivem sem ter quem lhes diga missa, nem os confesse, pois todas as religiões tem ordinarias da fazenda de Vossa Magestade, e é justo que se empreguem n'isto o que Vossa Magestade lhes deve tambem encommendar, por se não perder e arriscar as almas de tantos christãos, porque acodem tão mal a isto, segundo diz o arcebispo, sendo tanto de sua obrigação, que me o arcebispo aponta o mesmo ser necessario ordinarias para clerigos que isto fossem fazer, ao que respondi deviam fazer isto os religiosos na fôrma que aqui aponto a Vossa Magestade, e em tudo o mais procurarei fazer o que em mim fôr n'esta materia. Guarde Deus a catholica e Real pessoa de Vossa Magestade. De Goa a 8 de Fevereiro de 1619 —O Conde do Redondo." (222)

(221) *Damão*, n.^o 3, fls. 388.

(222) *Doc. reuel. da India*, vol. IV, pag. 351.

O Alvará régio de 25 de Março de 1695 autorizou a fundação dum recolhimento à imitação do da Serra de Goa.

"Eu ElRey faço saber aos que este meu Aluara virem que tendo respeito a o que me representou por parte da casa de misericórdia da cidade de Damão estado da India em rezão da necessidade que nella ha de hum recolhimento em que se possão recollier as filhas das pessoas nos tres portuguezes e naturaes da terra a sim para com elle se reparar o credito das familias e mulheres daquelles moradores que auzentandosse poderão nelle recolher e sustentar suas mulheres como por se emparrarem os orfãos saindo delle cazados, como se costuma fazer nos mais recolhimentos do dito estado sendo mais preciso naquella cedade por ser fronteira ao Mogor pedindo me se concedeça licença para se poder fundar e tendo a tudo concideração e a outros justos respeitos que a isso me mouerão...hey p' bem que se possa fundar na cidade de Damão hum recolhimento a imitação do da serra de goa e que os orfãos, que entrarem nelle as passão do tão os uise Reys na forma que o fazem a da serra, e que no dito recolhimento se possão tão bem tomar nossas honestas para delle cazarem pello que mando ao meu V. Rey ou governador do estado da India cumprão e guardam este Aluara e o fação cumprir e guardar Inteiramente como nelle se contem sem duvida algũa o qual valera como carta em embargo da ordenação do liuro segundo titulo corenta, encontraria e se passou...duas vias, E não pagou nouo direito pello não dever como consta...certidão dos officiaes delles Manoel Pineiro de fonçequa o fez em Lisboa a tres de março de seiscentos noventa e sinco o secretario Andrade Lopes de laure o fiz escreuer Rey o Conde de aluor Alvara porque vossa Magestade ha por bem que se possa fundar na cidade de Damão hum recolhimento a imitação do da serra de goa e que as orfans q̃ entrarem nelle as possão dotar os vizu Reys na forma que o fazem as da Serra e que no dito recelhimem.to se possão tão bem tomar mossas honestas para delles cazarem como nestes se declara que vay por duas vias para vossa Mage ver primeira via.

Por resolução de Sua Magestade de des de Dezembro de seiscentos nouenta e coatro. Em consulta do concelho ultramarino de dezaceis... Setembro do dito anno João da rocha e Azauedo.

Fica asentado este Aluara no luuro das merces Lisboa vinte e tres de marco de mil seis centos nouenta e sinco e pagou sem res, Amar Nogueira de Andrade " (223)

O recolhimento era sustentado pela Santa Casa da Misericórdia

"Caetano de Mello de Castro V Rey da India Am * Eu El Rey vos envio m to saudar e Prouedor, e Irmão da Casa da Misericórdia da Cidade de Damão com carta de 6 de outtr o de 1703 me pedem lhes conceda licença para empregarem de rais o patrimonio do recolhimento que lhe tenho concedido pção erigir naquella cidade para se recolherem nelle as orphans, e viuas dos meus vassallos para desta sorte ter permanencia o sustento das recolhidas E pareceu me ordenar vos me informeis se este recolhimento he secular erigido somente por a minha autoridade, e quanto he o patrimonio que quer empregar em raiz escrita em Lx a 7 de Feureiro de 1707

Rey " (224)

"Por carta de 3 de Janeiro deste anno em reposta da de V Mag d e q D. g o de 7 de Feureiro de 707 sobre o recolhimento da cidade de Damão disse ter mandado saber se o dito recolhimento era somente erigido com licença de V Mag o sem interuenção do ecclesiastico, equanto era o Patrimonio que os Irmãos da Casa de Mya da dita cidade preterdem empregar em bens de Rais para sustentação das orfãos e recolhidas do dito recolhimento e como não chegasse reposta a tempo de hir na monção passada, se me faz preciso remete la na prezente a V Mag o com o que tenho achado neste particular

Em 3 de Março de 695 foy V Mag o seruido conceder a Santa caza de Mya da Cid o de Damão o Aluara incluso pera nella se erigir o recolhimento em que se metão as filhas de pessoas nobres Portuguezas, e nat als da mesma terra, sem outra interuenção mais que a do Aluara de V Mag o em não tem e ecclesiastico a me-

(223) L o das Monções, n o 73, fls 80

(224) L o das Monções, n o 71, fls 113

nor incubencia, e no que respeita ao Patrimonio que os ditos Irmãos da Santa Caza de Mya pretendem empregar em bens de Rais pera o sustentação das orfans e recolhidas do d. recolhimento são trinta mil x.^{es} segundo o q os mesmos Irmaos me escreuem em carta de 25 de Mr.^{co} deste anno esperando da grandeza de V. Mag.^e lhes ãfira como pretendem. Ds g.^e e prospere a Real Pessoa de V. M.^e os felices e ditozos annos q todos seus vassallos dezejamos.

Goa 10 de Dezir.^o de 1708.

Rey." (225)

O Governador Sebastião de Azevedo e Brito mandou reedificar o edificio do recolhimento.

"Instrução que se deo ao Gouvernador da Praça de Damão João Gomes da Costa.

Numero 16.

Sendo informado que na Praça de Damão havia hum recolhimento das M.^{eres} o q.^l achando-o cahido o Gov.^{or} Sebastião de Azevedo, e Brito o mandara rehedificar no tempo do seu Governo em beneficio das meninas orphans, viúvas, e mulheres de officiaes, q. andavão fora nos embarques e outros pr.^{tes}, e se conservava ate a sua volta para Goa com as mesmas recolhidas, sua Regente, Porteira, e outras serventes com consignação de tres mil x.^{es} na Caza de S.^{ta} Mizericordia da dita Pr.^{ca} para com os seus juros se sustentarem as recolhidas, como este edificio foi erecto para a q.^{le} interessante fim, recomendo a V. M.^e examine q.^l foi o motivo de se extinguir procurando concorrer da sua parte para q. se renove esta obra tão pia e se continue nele a carid.^e p.^a as filhas e viúvas dos benemeritos.

Goa 16 de Novembro de 1782.

Dom Federico Guilherme Souza." (226)

Para propagar a fé católica tomaram-se várias medidas: Proibiu-se a admissão dos hindús para os cargos públicos.

(225) L.^o das Monções, n.^o 73, fls. 79.

(226) L.^o de Regimentos e Instruções, n.^o 23, fls. 7.

"Para Syndicante o Inquizidor José António Ribeiro Mota

Sendo proibido pelo direito da Igreja que os gentios possam ler ou servir officios publicos, e sendo esta mesma prohibição recomendada, e confirmada por humra ordem Real dirigida a esta Corte na data de 3 de Abril de 1582 tem tido tão pouca observancia, e tão pouco rigor a sua auctoridade nas Praças de Damão, e Dio que ahy se tem quasi sempre gentios empregados nos referidos officios. E por que este pessimo abuzo não só he prejudicial, mas escandalozo á Religião, porque devendo o exemplo da piedade ser a favor dos Christãos, e devendo semelhantemente serem premiados os que servem nas mencionadas Praças e que se experimenta he que alguns dos ditos officios são distribuidos pelo gentilismo ficando muitos cristãos que servem nas ditas Praças sem premio dos seus serviços, e as vezes reduzidos á humra suma indigencia. Por todos estes motivos V. M. fara por em observancia adita ordem Real, e a prohibição canonica a que ella se refere, fazendo publicar esta, e regista la nos lugares competentes Deos g. a V M Goa 17 de Novr.º de 1770

D João José de Mello " (227)

A renovação dos prazos da corôa era dependente de os foreiros entregarem órfãos hindus para serem baptizados. Proibiu-se a venda dos prazos aos hindus.

* Dom José por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós Governador e Capitão general do Estado da India que os Officiaes do Senado da Camara da cidade de Damão em carta de 10 de Fevereiro do anno proximo passado, que por copia se vos remette, me representarão que sendo as Aldeas daquella Praça destinadas para os Portuguezes Catholicos, ali estabelecidos, na forma das minhas Reaes ordens, succedia agora venderemse algumas das ditas Aldeas aos gentios, pelo que me pedião mandasse derogar a mencionada venda feita aos gentios, e fazer mercê das Aldeas a quem eu fosse servido, ou encarregal-as a minha Real fazenda. Me pareceram ordenar-vos informeis com o vosso parecer,

juntando as ordens, a que esta conta se refere, e ao que houve para esta venda. ElRey Nosso Senhor o mandou pelos Conselheiros do seu Conselho Ultramarino abaixo assignados, e se passou por duas vias. Ma noel de Carvalho Paes de Andrade a fez em Lisboa a 23 de Março 1771. O secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavra a fez escrever. — *José Carvalho de Andrade — João Baptista Vaz Pereira.*

Cópia. — Senhor. Representa o Senado da Camara da cidade de Damão a V. Magestade em como os Senhores Reis de Portugal forão servidos desde o tempo que a India se descobrio, de fazer mercê aos Portuguezes, que viessem a estabelecer-se nella das Aldeas, que pertencem a este Estado, e esta mercê hão em tres vidas, as quaes serão os ditos nomeados obrigados todos os annos a apresentar certidão do Commissario do Santo Officio para mostrar em como cooperavão para a propagação da nossa S. Fè Catholica, entregando os orfãos, que ficão sem pay nem mãy, segundo as ordens de V. Magestade, para serem christãos.

A jurisdicção desta Praça não tem mais do que vinte Aldeas; destas algumas se achão carregadas á Fazenda de V. Magestade por embarços que tem de não poderem ter foreiros, outras se achão nomeadas aos foreiros que as possuem em tres vidas, as quaes nas clausulas de suas cartas de aforamentos, *que se passam em nome de V. Magestade, manda que sejam nomeadas em filhas femeas, e estas serão obrigadas a cazar com Portuguezes nascidos no Reyno, e que não sejam nomeadas em pessoas ecclesiasticas, nem em Religiões.*

Segundo a carta de aforamento de V. Magestade devem ser nomeadas as ditas Aldeas em pessoas de merecimentos, filhas dos militares, que se empregão em o real serviço de V. Magestade, e na falta dellas, aos filhos, ou successores da mesma caza donde as ditas Aldeas andão em o termo de tres vidas, e não em Gentios, faltos de fé para com Deos, e desleaes á Soberana Coroa de V. Magestade, como agora succede que *Irá Raicarane, Gentio, comprou a Aldea Dundarta, da jurisdicção desta Praça, a Nicoláo Manoel Coelho da Costa, e Saver Cunzal comprou a Aldea de Bamotin, tambem desta jurisdicção, todos com licença de V. Magestade pelo seu supremo conselho de fazenda.*

Senhor, como estes Gentios hão de cooperar para a Fé Catholica, se a elles lhe falta? e já estas Aldeas não sahem mais de suas cazas, e os pobres vassalos de V. Magestade ficão sem ter com que

remediarem se, nem serem remunerados com alguma cousa

Assim esperamos da protecção e amparo de V. Magestade que ponha os olhos nesta miseravel Praça, e nos seus vassallos que a vigiã, mandando derogar as ditas compras aos Gentios, e fazer mercê dellas a quem V. Magestade for servido, ou carregalas á fazenda de V. Magestade

A Real Pessoa de V. Magestade guarde Deos muitos annos
 Damão em Mesa da Vereação de 10 de Janeiro de 1770, E eu
 Francisco Freire da Ponte, escrivão deste nobre Senado, que o fíz
 escrever, e sobescrevi—*João de Sa e Lasconcellos—Felipe Jose Ripa-
 do—João Moreira da Palma—Antonio Rodrigues da Costa—Duarte
 Franco de Horta*

Joaquim Miguel Lopes de Laire

Resposta do Governador D. João Jose de Vello

Senhor Pelo Documento n.º 1.º e 2.º se manifesta que os aforamentos das Aldeas de Damão são feitos com as condições de serem os prazos nomeados em filhas, que possam cazar com Portuguezes nascidos do Reino, e de se não conce-ler a renovação dos mesmos prazos não havendo os forcigos contribuido, e trabalhado para o aumento da fe, comprehendendo esta instituição dos respetos publicos os mais importantes, como he o aumento da Christandade, e dos melhores vassallos

Mas a decadencia, em que aquella Praça está desde muitos tempos sem pessoas habéis, que possam comprar os prazos, que a urgente necessidade de seus donos obriga a alienar tem introduzido a pratica de se venderem alguns dos ditos prazos aos Gentios estabelecidos na mesma Praça, e nesta observação, que a necessidade introduzido, o vendeo Nicoláo Manoel Coelho da Costa a Aldea Durdarta ao gentio Hirá Raicarane e tambem o Conego Manoel de Sequeira vendeo a Aldea de Bamotim ao Gentio Javer Cuxal, cuja venda não se acha ainda confirmada, por se considerar o dito prazo hypothecado á real fazenda

Porem não obstante a difficuldade que ha de se acharem compradores Christãos que acudão á necessidade dos forcigos me parece que he justo se prohibão as vendas aos Gentios, e que se ordene que

aquelles dos ditos Gentios, que tiverem comprado alguns prazos, sejam obrigados a vendelos aos Christãos Portuguezes dentro em hum anno, porque os interesses publicos da Religião, e do Estado, que respeitão ás ordens copiadas nos ditos documentos n.º 1.º e 2.º devem prevalecer ao particular interesse dos foreiros, que acima deixo indicado.

A muito alta, e muito poderosa real pessoa de V. Magestade Fidelissima guarde Deos felicissimos annos. Goa 4 de Janeiro de 1772.—Rubrica do Governador.

DOCUMENTO N.º 1

Dom João por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós Conde de Sandomil, V. Rey, e Capitão general do Estado da India, que o Ouvidor geral das terras e fortalezas do Norte me deu conta em carta de 6 de Janeiro do anno passado em como pelos grandes trabalhos, e perigos, com que os Portuguezes nascidos no Reino vão servir a esse Estado, e pelo motivo de levar mais gente a elle a esperanza de cazamentos ricos, fora eu servido dispôr que os empraçamentos de Aldeas, officios, e rendas se fizessem com o encargo de serem nomeados pelos possuidores em filhas, que fossem obrigadas a cazar com Portuguezes nascidos no Reino; com cuja clausula se expedem as Patentes por essa secretaria; mas que a sua execução está em tal desuso, que apenas se achará cazamento, que por força della se effectuasse com pessoa de semelhante qualidade, aproveitando-se de todos os filhos da India; e conseguindo-o sem repugnancia, ou opposição pelos motivos do seu maior conhecimento e parentesco, seguindo-se desta contravenção prejuizo ao Estado, e aos que vão do Reino, e vendo se o mais que sobre este particular me expoz: Me pareceo recommendar-vos a observancia das ordens, de que faz menção o dito Ouvidor. El-Rey Nosso Senhor o mandou pelos DD. João de Sousa, e Manoel Fernandes Varges, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. João Tavares a fez em Lisboa Occidental a 9 de Março de 1737. O secretario Manoel Caetano Lopes de Lavre a fez escrever. — *João de Sousa — Manoel Fernandes Varges.*

Decreto N.º 6

Luís de Mendonça Furtado, V. Rey da Índia, Amiga. Vão o Príncipe vos envio muito saúdar. Mandei ver e considerai com toda attenção a primeira parte da consulta que nesse Estado mandei fazer o Conde de São Vicente, V. Rey que foi d'elle e foi ordenado resolver se dê a execução, e se imprimão os Alvarás p'cedentes a favor da Christandade, como o mesmo Conde tinha ordenado, e o mesmo se execute em não haver pagados, acrescentando-se que para melhor execução das ordens p'cedidas a favor da Christandade do Norte, *ordens se não conceda senão de todos os foytes das Aldeas do Norte, nem se lize conformem as mercês feitas, sem q'brar a rem primeiro ordens do Rey dos Christãos da parte de lá em que estão situadas estas mercês e Aldeas, de que podem renovação e mendo, porque com isto tem dado inteiro cumprimento de ditas ordens p'cedidas a favor da Christandade do Norte, e ao Conselho geral do Santo officio mandei encomendar o particular da vista, e quanto convinha mandar suggestos a esse Estado para liquidadores, e em quanto aos Christãos das terras do Brazil, vos encomendo e mando executeis as ordens dos V. Reis vossos antecessores pelos meios mais suaves, que vos parecer; e quando haja alguns inconvenientes, os consultareis com pessoas doutas, dando-me conta, e não consentireis que fação algumas conversões por força, senão voluntariamente, e menos que aos pais gentios se tomem seus filhos por força para os baptisarem, e só os filhos orfãos na forma que sempre se usou nesse Estado em conformidade das ordens que nelle há; e esta minha carta fareis dar mui pontualmente á execução, e registrar nas partes que tocar; e quando seja necessario p'averem Provisão ou Alvará por mim assinado, me dareis conta, não tirando porém no que por esta vos ordeno. Escrita em Lisboa a 8 do Março de 674.—*Príncipe,*
Liv. das Monções, n.º 148, fol. 85. (m)*

Para debelar a crise económica resultante do exodo dos hindús, o Marques de Pombal permitto a construção de pagodes.

“Carta Regia de 20 de Janeiro de 1774, escripta em despacho das supplicas, que o Rey Daramodeo Rana, e o Povo Gentilico da Praça de Damão fizerão para se lhes permittir o uso dos Pagodes na mesma Praça, e seu territorio, e respostas, que aos sobreditos tem feito o Marquez de Pombal.

Dom José Pedro da Camara, Governador, e Capitão general da India, Amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar. Pelas duas copias das cartas, que serão em esta dirigidas pelo Marquez de Pombal, do meu Conselho de Estado, ao Rey Daramodeo Rana; e ao povo gentilico da Praça de Damão, vos serão presentes as Resoluções, com que *deferi ds supplicas, que fizerão chegar á minha Real presença, para lhes permittir a creação, e uso dos Pagodes, que até agora lhe foram prohibidos, com manifestas ruínas da Religião e do Estado, afugentando delle os mesmos cegos gentios, que se deviam alliciar, e atrahir aos meus Dominios, para nelles acharem as luzes da nossa Santa Fè, que os tirassem da cegueira das trevas, em que estão vivendo nas suas proprias terras, sem doutrinas, e sem exemplos, de que se possam aproveitar, como indispensaveis remedios da sua salvação.* O que me pareceo participar-vos, para que façais das mesmas cartas o melhor uso, que a vossa prudencia vos dictar ao fim de fazer convocar ao gremio da Igreja aquelles miseraveis, que até agora com tanta imprudencia desviaram della. Escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 20 de Janeiro de 1774. — Rey. (239)

Para D. Joseph Pedro da Camara.

Cópia—Presado Amigo Rey Daramodeo Rana. A' Real presença de El Rey, meu Senhor, chegou a carta de 2 de Fevereiro do anno proximo precedente. Nella se fizerão muito agradaveis a S. Magestade as expressões da boa vontade, e zelo do Real Serviço, comque o Prezado Amigo se annunciou ao dito Senhor. Ellas tiverão na Regia benignidade o favoravel effeito de haver logo deferido às supplicas do Povo Gentilico da Praça de Damão, que fizerão o assumpto da referida Carta. Em resposta della manda S. Magestade, instruir o seu Governador, e Capitão general da India

para conceder ao sobredito Povo a liberdade de levantar, e conservar no campo da referida Praça os Pagodes, que deseja erigir na mesma forma que na fortaleza de Dio se está praticando sem differença alguma. Tenho por certo que o Prezado Amigo ficará bem convencido por aquelles benignos effeitos da Real Clemencia do muito que estimo interessar-me em tudo o que he do seu contentamento

Deos alumie na sua divina graça ao Prezado Amigo

Escripta no Real Palacio de Belem a 20 de Janeiro de 1774 —
Marquez de Pombal

Copia - Para o Povo Gentilico habitante na Praça de Damão A Real presença do ElRey meu Senhor chegou a Petição de 2 de Fevereiro do anno proximo pretento, em que o Povo Gentilico habitante na Praça de Damão supplicou que ■ lhe concedesse poder erigir, ■ conservar nas terras de Damão, e nas outras do Norte, que são do dominio desta Real Coroa, os mesmos Pagodes, de que usão em Dio. E achando se a Regia benignidade sempre disposta a evitar desconvidos aos seus vassallos, e a favorecelos em tudo o que se faz possivel Mandou ordenar ao seu Governador, e Capitão general do Estado da India, que não ponha, nem tolere que seja posto impedimento algum ao Povo Supplicante na erecção, na conservação e uso dos referidos Pagodes deba xo das clausulas apontadas pelo mesmo Povo, de não fazer nelles sacrificios, nem ceremonias publicas das portas, e muros dos mesmos Pagodes para fora. O que o dito Senhor manda participar ao mesmo Povo, para que assim o fique entendendo para a sua direcção e tranquillidade

Escripta no Real Palacio de Belem a 20 de Janeiro de 1774 —
Marquez de Pombal (230)

Resposta do Governador D Jose Pedro da Camara ao Marquez de Pombal

Ilm^o e Exm^o Sr — Remetendo se ■ carta de S Magestade ao Rey Daramadeo Rana, e ao povo gentilico da Praça de Damão, ■ as ordens àquelle governador para saber que S Magestade he

servido permittir o uso dos Pagodes naquelle territorio: o filho do dito Rey na falta de seu pay offerece o seu agradecimento na carta junta-os mais interessados naquella graça mostrarão a mayor satisfação, e daquella concessão se esperão vantagens favoraveis àquella povoação.

Deos guarde a V. Ex.^a Goa 2 de Março de 1775.—Rubrica do governador. (231)

“P.^a o Rey Daramodeo Rana.

Remeto ao Prezado amigo o Grandiozo Rey Daramo deo Raná, a carta do Primr.^o Ministro do meu Augusto soberano, pella qual certificará que atendendo a suplica com que o prezado Amigo protegeo a sua Real Prezensa, o estimavel Povo gentilico, habitante na Praça de Damão foi servido ordenar se lhe permitisse a criação de seus Pagodes, com as recommendaçoes mais significantes Ao Governador da dita Praça espeço agora as instrucçoens respectivas sobre este particular Lizongeando-me muito de que me tocasse a sorte de ser o executor de huma disposição tão agradauel ao Prezado Amigo, a quem se dirigem sempre os meus obsequios com a mayor veneração.

Deos alumie na sua Divina graça ao Prezado Amigo Grandioso Rey Daramodeo Rana, e G.^e m.^s annos.

Goa 17 de Novr.^o de 1774.

Dom J.^e Pedro da Camara.” (232)

“Para o Governador da Praça de Damão Joze Placido de Matos Saraiva.

Remeto a V. M. copia da Carta Regia para ser sciente do que S. Mag.^e ordena em despacho das supplicas do Rey Daramodeo Rana e o Povo gentilico dessa Praça para quem remeteo tambem as Cartas que lhes responde o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Marquez de Pomal que os certifica da concessão da graça que implorarão.

Esta he precisamente huma das que V. M. discorre muito ven-

(231) L.^o das Monções, n.^o 152, fls. 132.

(232) L.^o Damão, n.^o 1, fls. 43 v.

tajosa para o adiantamento mais feliz desse decadente estabelecimento em tal caso que S Mag^e o liberaliza com tanta grandeza, ■ por modo solido que rezolve todas as difficuldades que encontrarão sempre resta que V M fazendo o melhor uzo desta oportuna occasiao veja se pode alcançar algum partido favoravel que facilite reparar as ruinas dessa Fortificação o reforçar particularmente a Sua marinha, que em outros tempos creyo q offerecerão voluntarios estas condiçoens com a ambição da liberdade que agora alcançarão

Não he justo (obstante) que V M siga esta Pratica por modo que os maliciosos venhao a entender que se lhe vende a graça que conseguem, bastando somente que elles se persuadão que os estimamos seguros com tranquillidade, e com respeito, advertindo porem q independente de qualquer negociação (particularmente sua) a este respeito, deve V M assinalar-lhe Terreno proprio para q fabriquem o seu Pagode, e evitar com as prevençoens mais cuidadosas todo o rumor que se mova para a sua desinquietação, não so durante aquella obra, mas tambem depois, no seu preciso uzo

Espero que com este motivo se conduzão algumas familias gentilicas a buscar nessa assistencia aquele sucego que não conseguem nas outras em que vivem e como este ponto seja precisamente muito melindroso nessa vizinhança, deve ser tratado com desafecção tal que não reluzo o nosso empenho com outros intentos, mais que aquelles de proteger os vassallos de S Mag^e acolhendo porem com benigna hospitalidade os que quizerem merecer a mesma honra

Creyo q V M se comportara nesta particular com aquella verla reflexão digna neste assumpto e que nelle se conduza com o louvavel acerto que o distinguo sempre na mente de quem se pode e se deve fazer este mayor serviço ao nosso Augusto Soberano

Deos g^e a V M

Goa 17 de Novembro de 1774

Dom Jos^e Pedro d^a Camara" (2)

Permitiram-se também aos hindús as cerimónias religiosas:

“Para o mesmo Gov.^{or}

Por parte do Povo gentílico e Malaometano que habita nessa Praça se me representou que havendo lhe S. Mg.^a franqueado as graças de celebrarem nela os seus casamentos com as cerimoniaes dos seus ritos e mais funções, não tinham podido gozar deste indulto pelo obstaculo que lhe cauza o P.^e Fr. Felis Prior do Convento de S. Agostinho da mesma Praça, querendo q. seja dependente de sua licença, e que por ela pague aq.^{le} Povo certa porção de dinheiro que ele mesmo impoem a seu arbitrio; e como este procedimento he tão contr.^o as Reaes intenções do mesmo Senhor ordeno a V. M. que logo que receber esta mande chamar a sua presença a d.^o Religioso, e em termos mais serios lho estranhe severamente da m.^a parte e que se abstenha logo daquella autorid.^e, e ja mais se intrometa a embaraçar nem extorquir daquelle Povo pelos seus casamentos e funções couza alguma, deixando o liurementemente gozar daquelle indulto, e que quando me seja presente que ele continue naquelle absurdo, no mesmo instante o mandarei recolher a esta Corte, e castigar exemplarmente a seu descomedimento.

Ds g.^o a V. M. Goa 11 de Agosto de 1775.

D. J.^e Pedro da Camara. (234)

Construiu-se um pagode no Campo dos Remédios.

“P.^a o Governador de Damão

José Placido de Matos Saraiva.

A carta de V. M. de 4 do mes do Agosto proximo passado recebi nos principios do corrente mez, e sendo ella huma segunda via da que me dirigio a 9 de Julho, cuja reposta já V. M. terá recebido na data de 19 do mesmo mez responderey nesta tão somente aquellas materias que tenho por mais importantes.

Em todas as cartas de V. M. me repete a segurança do dinheiro que se remeteo para a construcção das Fragatas no Cofre de tres chaves, e eu não sey se esta repetição procede da infracção

(234) L.^o Damão, n.^o 1, fls. 54.

da minha ordem, porque tendo sua Magestade applicado a mencionada somma tão somente para aquella tão interessante despesa, por nenhum evento devia V. M. applicar ainda a mais pequena porção dela, ■ qualquer outra occorrença, ou por que depois de ter V. M. consentido com o ajunto dessa Praça na extração de alguma quantia da mesma somma, como me consta a sua affirmativa me merecesse mais credito que a notoriedade do absurdo sem respeitar as Regias intenções do soberano nem as minhas determinações

Igoalmente me admira que tendo eu confiado da prudencia de V. M. na carta de 17 de Novembro do anno passado que assinasse Terreno proprio para os gentios dessa Praça fabricarem o seo Pagode nos suburbios della como Sua Magestade determinou sem V. M. dar me parte como devia desta erecção, permitisse q^o o collocassem no campo da Nossa Senhora dos Remedios tão vezinho aquella Igreja, e no centro da Povoação dos Christãos por onde passa o Divinissimo em Procição e he frequentado continuamente do Santo Viatico, rezultando desta concessão escandalo publico que vivam^{te} me tem penetrado o coração, e como a unica providencia que por hora m^a ocorre a evitar esta dezordem he determinar que o d^o Pagode seja numerado em roda e a sua porta não olhe para a parte donde passao as Prociçoens, e o Santo Viatico, V. M. significara aos mesmos gentios, que assim pratiquem, abstendose de tirarem a cruz do lugar donde se acha collocada

Não se admira menos que sobindo a minha presença algumas sete representações dos mercadores, e Povo gentilico dessa Praça das dezordens e absolutas praticadas pelo Capitão Mor do Campo della Luis de Mello de Sampaio a oprimir com assoutes golilhas, ■ donativos injustos aqueles mesmos a q^{os} Sua Magestade manda animar para interessante fim de fazer florecer o commercio della, e igoalmente ao sexo feminino, que pede a boa politica seja tratado com toda a abrandura, ■ suavidade estando V. M. tão perto donde são tantos clamores, e lamentos dos miseraveis, não posso deixar d^e me persuadir que ou V. M. quizesse disfarçar estes tão escandalozos excessos, ou fazer mais notoria a insencibilid^e que me foi sumamente estranhavel, e para que a falta de castigo

não anime aos mais que occupão nessa Praça os seus cargos a procederem com escandalo: Ordeno a V. M. que logo que receber esta mande prender o dito Luis de Mello de Sampayo no Forte de São Jeronimo a minha ordem, donde não seja solto sem nova determinação minha, e ordene ouvidor dessa Praça tire uma inquirição dos mencionados excessos para remeter a minha prezença, mandando para este fim entregar-lhe a carta que lhe escrevo, e acompanha esta; e Agostinho de Mello de Sampayo sargento Mor do campo dessa Praça continuará o seu exercicio nessa Praça, tendo o Sargento Mor commandante das Tropas a inspecção na gente da milicia da guarnição do m.^o campo, debaixo da ordem de V. M.^{ce}.

Como o nosso sistema se dirige apovoa essa Praça, e animar o commercio, e de admitir p.^o moradores os Mouros habitantes de Umbarcarim, que apresentarão a V. M. despacho meo, para se restituirem ao districto da mesma Praça donde se ausentaram, pelo receyo de serem comprehendidos na infidelidade que se lhe attribuiu, se seguira empenharem se os Estrangeiros a buscar o seu domicilio nella; lhe determino faculte aos mesmos Mouros a licença para poderem voltar para o nosso Dominio, advertindose porem que o sitio que lhe assinar para a sua morada seja distante da Praça de sorte que facilmente não possam tentar huma e outra vez qualquer infidelidade, tendose com elles sempre huma grande cautela a observar os seus passos e a sua conducta.

Vejo o estrago que ameaçou a tempestade que sobre veio no mez de Julho às embarcações que se achavão no rio dessa Praça, e ao Baluarte dela chamado da barra, e aprovo o cuidado com que me diz fica de lhe formar huma estacada com hum entulho por dentro, para que a ruina que demostra se não aumente, e em tempo competente cuidarey na providencia do seu reparo.

Fico com a noticia que V. M. me dá mr.^{ce} que Ragoba confere ao Bramane do seu Partido das duas serrinhas que servem de atalaya contra essa Praça, e reflectindo nas consequencias que justamente podemos receyar desta vezinhança tão nociva aos interesses da paz e sossego della, me ocorre que em huma occasião tão critica pelas circunstancias, podia favorecer os nossos interesses a Rainha de Chotia por estar actualmente com as armas na mão con-

tra o Marata, e em toda a boa harmonia com V M, não demovendo couza alguma sem o seu parecer seria pois muito interessante que V M com todo o segredo inviolavel lhe sugerisse esta negociação para que ella se rezolva a dirigir os seus progressos para aquella parte das ditas duas serrinhas de tal modo que não somente gahhasse a sua jurisdição, mas principalmente as mesmas serrinhas, antes que o mencionado Bramane tome posse dellas, e como V M he dotado de talento, ainda para mayores emprezas confio do seo grande zelo applicara as suas mais eficazes diligencias para este tão importante fim para o qual quando sejam necessarios alguns socorros, V M os podera prestar, bem entendido porem que de nenhum modo se deve dar vizos delles, e como daqui em diante se não devão desprezar noticias algumas lhe recomendo mas participe todas as que se lhe offecerem ao dito respeito

Deos Guarde a V M Goa 12 de Setembro de 1775

Dom Jose Pedro da Camara " (21)

Durou pouco a política tolerante do Marquês de Pombal

"A Real Prezens da Rainha Nossa Senhora chegando a noticia de huerem suplicio a seu Augusto Piy o Povo Gentilico dessa Praça de Damão e co n elle o Rey Daramadeo Rana de se lhe permittir na dita Praça o territorio o uzo dos Pagodes o que com effeito se lhes conse lera for carta de 20 de Janeiro de 1774, de que se seguiu erigirem se alguns Pagodes no territorio dessa Praça

E permitindo a exemplarissima Religião da Rainha N Senhora que as invocações precedentemente feitas sobre hum ponto de tanta importancia, se continuem no tempo do seu felix Reinado, sem precederem as mais exactas averiguaçoens circumspectos exames, sem ouvir sobre elles os Ministros, e Tribunaes, q houver por bem consultar

Ordena S Mag de que V M no Real Nome da mesma Senhora intime ao ref^o Rey Daramadeo Rana, e ao Povo gentilico dessa Praça e territorio que S Mag e à imitação de seus Augustos

Predecessores os conservara de baixo da sua Real, e immediata protecção com huma inteira segurança das suas pessoas, e bens para poderem uzar delles, empregando-os ventajozam.te no commercio, e navegação dessa Praça, e tirando por meio da sua industria todas as utilidades que as comodidades do seu Porto oferecerem aos habitantes della.

Que se deve porem abster inteiram.te, uzo dos seus Pagodes, extinguindo logo os que tiverem erigido ou seja na referida Praça, ou Territorio, ficando lhe igualem.te prohibido todo e qualquer acto, ou cerimonia publica dos seus ritos gentilicos, conservandose nos Dominios de S. Mag.de sobre o mesmo pe em que se achavão antes da concessão da carta de 20 de Janeiro de 1774 e das outras cartas da Secretr.ª de Estado dos Negocios do Reino que acompanharão a sobredita carta Regia.

No caso porem que V. M.e vir e observar que o referido Rey, e Povo depois que V. M.e lhe fizer a intimação não queirão destruir os ditos Pagodes, V. M.e os mandara logo desfazer e demolir, sem que delles fique vestigio algum procedendo porem V. M.e neste cazo tanta moderação e prudencia que não atemorize aquele fraco, e supersticioso Povo, de sorte que impellido do Receyo, e temor se rezolva a fugir, e passar para Surrate, como muitos delles ja fizerão precedentemente, executando porem sempre, e em todo o caso V. M.e as ordens referidas da extinção dos Pagodes, e prohibição dos actos cerimoniaes, ou ritos publicos dos Gentilismos.

Confio de V. M.e que logo promptam.te execute as Reaes ordens, e lhe ordeno que me de huma conta exacta circumstanciada do que se ouver passado ao d.º respeito, como tambem de ficarem executadas as mesmas Reaes ordens de S. Mag.e.

Deos g.e a V.e Goa 1 de Junho de 1779.

Dom Frederico Guilherme de Sousa." (236)

"P.ª o mesmo Gov.ºr de Damão.

Receby a carta de V. M.ee de 8 de Julho proximo passado, em que participa ler executado de ordem de S. Mage a demulção de pagodes gentilicos, cõ n que traxão e sãzjo do Povo, a qus estimo m.to

Como o Rey de Dramapor se acha fora das jurisdições e Dominios de S Mag^a se dará conta a mesma Snra, para rezolver, o que for servida

Fico entregue de dois mapas, como tambem da Relação da receita, despeza, petrechos, e mais effeitos dessa Praça, como tambem dos que p^a ella se precizão, e se dara a providencia necessaria remetendose na primeira occazião tudo que for possivel, para o corro dessa Praça

Fico certo da publicação dos bandos, tanto do indulto geral, como de q^a a Armada hade sair em Outubro p^a se recolher no principio de Dezembro

Tem constado a minha presença, que Ragoba tem marcado, com o seu exercito, e que tem atacado a Fortaleza de Parneira, que dista tres legoas dessa Praça, levando o intento de atacar, e tomar a de Balsar, e se me tem feito muito reparavel e extranhasse que V. M me não participe estas noticias, estando o Campo o dito exercito, proximo a essa Praça, pois nas noticias que me comunica me não faz esta declaração

Ordeno a V M^{oe}, que tenha a toda a vigilancia e mayor cuidado na defesa dessa Praça, e Dominio de S Mag^a para que se evite q¹ q^a invasão do inimigo, e que de todos os movimentos desse exercito V M^{oe} me de logo parte, tanto por terra como por mar, por que sempre deve haver receyo, q^a se possa encaminhar contra essa Praça, e haver idea sugerida pelos Inglezes, para o fim dos interesses do seu commercio p^a poder a tempo prevenir o socorros necessarios

Nas cartas, q^a V M^{oe} escrever ao Emissario Narana Sinay Duno, q^a esta em Pune, mostrará sempre ter recommendações, e ordens p^a não auxiliar a Ragoba e consertar a licença com a corte de Pune Ds g^a a V M

Goa 21 de Ag^{to} de 1779

D. Frederico Guilherme de Souza " (117)

A necessidade de dar impulso ao comércio, indústria e

navegação obrigou o Principe Regente a regressar à politica tolerante do Marquês de Pombal.

“ Para o Capitão de Mar e Guerra Caetano de Souza Pereira Gov.^{er} da Praça de Damão.

Remeto a V. M.^{ce} a copia incluza assignada pello Conselheiro Secretario do Estado da Carta Regia, pella qual S. Mag.^{de} foi servida dar as mais saudaveis Providencias em beneficio do Comercio deste Estado, e muito especialmente do dessa Praça concedendo aos Gentios, e Mahometanos moradores della muito exuberantes graças; e ordeno a V.^e M.^e que convocado os à Caza da sua rezidencia, lhes declare, que a exemplo do que se pratica em Dio, S. Mag.^{de} lhes permite o estabellimento de Pagodes, e Misquittas no Sítio de Bandary ao Sul dessa Praça e por cima do Tanque de Damão pequeno ao Norte da mesma, e que igualmente lhes faculta as Segundas núpcias, prohibindo ao Vigario da Vara dessa dita Praça o intrometer-se daqui por diante a embaraçar semelhantes actos, nem alevaer lhes estipendio algum, para o que já lhe forão expeditas as competentes ordens.

Tera V. M.^{ce} hum particular cuidado em evitar que os Pagodes e Mesquitas se edifiquem com sumptuosidade, e fora dos lugares destinados ficando sempre remotos da Povoação dos Christãos, acautelando a assistencia destes ritos, e cerimoniaes dos Gentios e Mouros para que se não prevariquem os que professão a nossa st.^a Religião.

Ordenando S. Mag.^{de} no Paragrafo 3.^o da Carta Regia, que se fabrique: cazas por alinhamento, compondo ruas nos Campos de Damão pequeno e dos Remedios para nellas morarem os Manufactores, e Fabricantes e deendo logo por se em execução esta Real Determinação encarrego a V. M.^{ce} de dar as providencias necessárias para se principiarem a edificar sobreditas cazas, Convidando os principaes moradores dessa Praça, para que cada hum edifique a sua Custa o numero dellas, que parecer conviniente, visto que não so conseguem a utilidade immediata do aluguel, que se arbitrar mas igualmente a recompensa que S. Mag.^{de} lhes promete, reputando este objecto, como Serviço feito a sua Real Coroa. Quando porem seja necessario recorrer ao emprestimo, que S. Mag.^{de} me authoriza para o Contrahir no seu Real Nome debaixo das hipotecas declaradas no dito Paragrafo

3.º, V M^{oe} pelos sobreditos Moradores por empréstimo o fundo Conveniente, e necessario para edificar as ditas Casas, não excedendo cada huma da despeza e grandezza especificada na referida Carta Regia, e Me dará conta com a brevidade possível de tudo quanto tiver obrado a este respeito

Querendo S Mag^{de} em Beneficio Comum de todos os seus vassallos reunir, e facilitar grandes fundos, que se aduntem aos Manufactores, e Fabricantes desta Capital, e aos dessa Praça e de de Dio, para promover a erecção e augmento das Fabricas assim de haver nellas estylos de toda a qualidade semelhantes aos desta Costa e da de Coromandel, aos quaes tem concedido izenção dos Direitos de saída na India, e da entrada no Porto de Lisboa he servida autorizar Me para estabelecer huma sociedade livre de Accionistas, vassallos seus, estabelecidos na India, ou no Reino, ou em outra qualquer parte do seus Dominios a qual concede as graças e favores especificados no Paragrafo 4.º da Carta Regia e para se dar a devida execução ao que S. Mag^{de} Determina Ordens a V M^{oe} que faça logo contraher a sua presença de opinioens religiosas lhas declare as Condições, com que a mesma Senhora he servida mandar criar esta sociedade, os favores que lhas concede, e mi convide para acceder a este Plano, e proporem os meios, que lhas parecerem mais convenientes para organizar a mesma Sociedade, e se formar com Consentimento dellas hum Plano, que tenha por bases sobre as Condições, e as mais que aos ditos Negociantes parecerem convenientes para se fixar o valor de cada acção, o total numero dellas, e o mais que se acha indicado no dito Paragrafo 4.º e concluido o referido Plano com a maior brevidade possível V M^{oe} Me remettera por hum Expresso pago a Custa da Real Fazenda.

Tambem he S Mag^{de} servida Determinar que se examinem os meios, que possam adotar-se para favorecer o estabelecimento de Escolas nessa Praça para a construcção de Casas, e de se poderem transportar com ventajosa para o Reino as frezas modernas de Construcção que ha nas vizinhanças dessa dita Praça pello que recommendo a V M^{oe} ouvindo a este respeito as pessoas mais praticas e qualificadas. E informe, enviando os seus Pareceres sobre estes e os outros objectos

Para satisfazer ao que S Mag^{de} ~~ordena~~ *Regia ordeno a V M^{oe} que* ~~comunique~~ *comunique* ~~as~~ *as* ~~mesmas~~ *mesmas* ~~as~~ *as*

ciantes, e proprietarios de Cazas, proceda com elles a hum rigoroso exame a respeito de cada hum daquelles objectos, para me proporem o que lhes parecer Convenientes sobre a demenuição que deve fazer se dos Direitos, tanto de entrada, como de sahida de tudo quanto se importa para essa Praça, e se exporta della, e muito particularmente de Manufacturas, e do que servir de materia primeira as que depois se hão de reexportar, e quanto se pode estabelecer de Direitos sobre as Embarcaçoens grandes e pequenas e sobretudo e mais especificado no dito § 6.º para se suprir a falta de meios, que tem a Real Fazenda para sustentar as graves despesas do Estado, e Me enviará esta proposta com toda a brevidade possivel.

Como S. Mag.^{de} no § 7.º da Carta Regia, Me encarrega de procurar os meios, de que nas Fabricas de Goa, Dio e Damão se trabalhe de modo, que se possam suprir as fazendas, que costumão actualmente vir da Costa de Coromandel e Bengala, VM.^{ce} ouvira os Negociantes e Manufactores dessa Praça averiguando delles se se obrigão a fabricar ahi as ditas fazendas, e quais são as providencias de que se precisa para firmar este util estabellecimento, e me remetera as suas repostas, sobre este tão interessante objecto.

E para satisfazer finalmente ao que S. Mag.^{de} ordena sobre os Direitos, que se podem estabelecer para a despeza dos Comboyos, que devem proteger o Comercio e Navegação ouvirá VM.^{ce} todos os Negociantes, e me informará sobre que os objectos se podem impor os referidos Direitos.

Mandara VM.^{ce} registar a Carta Regia no Adjunto, e mais Lugares Competentes, e confio do seu reconhecido zello, e actividade e aprompta e efficaz execução de tudo o que asima lhe ordeno, para Me dar motivos de o louvar, e de fazer presente a S. Mag.^{de} a distincção, com que V. M.^{ce} se emprega no seu Real Serviço. Deos G.e a V. M.^{ce} Palácio de Pangim a 17 de janeiro de 1800. Francisco Antônio da Veiga Cabral Snr. Capitão de mar e guerra. Caetano de Souza Pereira Gov.^{or} da Praça de Damão. Goa 26 de janeiro de 1800. Joze Caetano Pacheco e Tavares". (238)

"Ill^{ma} e Ex^{ma} S^{or}

Tive a honra de receber a veneranda carta de V. Ex.^a de 15 de Janeiro do anno prezente, pella qual he V. Ex.^a servido fater-me sciente da faculdade, q^e S^{ra} Mag^{de} ha p^r bem dar aos Gentios, e Mahometanos da jurisdicção desta Praça para contrahirem as segundas nubsias na existencia do primeiro matrimonio, as quaes lhes são permitidas pellos seus falsos ritos, prohibindo, que eu as cohiba pella comissaria da Fe, e em execução da mesma Real determinação, ordenar me que daqui em diante me abstenha de embarçar semelhantes actos aos resferidos Gentios e Mahometanos, e de exigir delles es^{te} pendio algum, o q^{ue} fico observando, e obsevarei inalteravelmente, assim como tudo q^{ue} for do REAL Serviço, e do de V. Ex.^a

Cuja Ill^{ma} e Ex^{ma} Pessoa

P^{re} Deos m^{as} a s^{as} R^{es} 1 de Março de 1800

Sebastião de Albuquerque

Vigr^o da Vara, e Comiss^o do S^{to} C^{to} (m)

Adenda à pag. 198

Snor.

Caetano de Mello de Castro V. Rey e capitão geral que foi deste Estado fes a V. Mag.^{de} presente por carta de 11 de Dezembro de 1703 não serem verdadeiras ao noticias q' Rostumo havia dado aos Governadores do intento do Mogor vir sobre Damão, e Baçaim instado pello Arabio; porem snor é sem duvida que ao mesmo respeito entrou o Nababo de Surrate na jurisdição de Damão, e nella fes alguas hostilidades que por negociação do General que então governava as terras do Norte se retirou o dito Nababo ficando menos bem reputadas as Armas de V. Mag.^{de}, mas de então a esta parte não ouve mais inquietação sem embargo do que me acho sempre prevenido para o que pudei acontecer, e com igual cautella em tudo o mais que respeita a minha obrigação. Deos g.^{de} e prospere a Real Pessoa de V. Mag.^{de} os felices e ditozos annos que todos seus vassallos dezejamos. Goa 2 de Janr.^o de 1703. (240)

(240) *L.^o das Monções*, n.^o 71, fls. 54.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADA (Francisco de) — Chronica do Muyto Alto e Muyto Poderoso Rey Destes Reynos de Portugal, Dom João o III deste nome — Coimbra — 1796.
- BARBOSA — (Duarte) — Livro.
- BARROS — (João de) — Asia.
- CORRÊA (Gaspar) — Lendas da India.
- COUTO (Diogo do) — Asia.
- MONIZ (A. F.) — Noticias e Documentos para a Historia de Damão.
- PIMENTEL (Forjaz de Serpa) — O Districto de Damão.
- SOUSA (Padre Francisco de) — Oriente Conquistado.

INDICE

Geografia Histórica	P
História Política e Militar	10
História Económica	23
Organização Administrativa	286
História Religiosa	397

Erratas

PAG.	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
3	u'ayant	n'ayant
5	foram conquistadas	foram conquistados
5	tomou-as	tomou-os
62	Aldeas se arredarão	Aldeas se arrendarão
65	com território	com o território
72	administrador dos matos	administrador das matas
119	sain ao encontro	saiu ao encontro
139	acabamos de ocorrer	acabamos de narrar
405	Quanto a subsidio do Estado	Quanto ao subsidio do Estado

